

Plano Mais Brasil

PPA 2012 2015

**RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO
ANO BASE 2012**

**VOLUME II - TOMO IV
MONITORAMENTO TEMÁTICO**

Políticas de Soberania,

Território e Gestão

e

**Programas de Gestão,
Manutenção e Serviços ao
Estado**





MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PPA 2012 2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO
ANO BASE 2012

VOLUME II - TOMO IV

MONITORAMENTO TEMÁTICO

Políticas de Soberania,

Território e Gestão

e

Programas de Gestão,

Manutenção e Serviços ao

Estado

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K

FONE: 55 (61) 2020.4080

FAX: 55 (61) 2020.4498

CEP: 70040-906 – Brasília – DF

Site: www.planejamento.gov.br

© 2013, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de
Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Plano Mais Brasil PPA 2012-2015 : Relatório Anual da avaliação : ano base
2012 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SPI. - Brasília :
MP/SPI, 2013.

5v.

Conteúdo parcial : Monitoramento temático : políticas de soberania,
território e gestão e programas de gestão e manutenção, v.2, t.4.

1. Plano Plurianual -2012-2015 – Brasil. 2. Políticas de soberania - território
– gestão. 3. Política nacional de defesa. 4. política espacial. 5. política nuclear.
6. Mar – zona costeira – Antártida. I. Secretaria de Planejamento e Investimento
Estratégico – SPI.

CDU 338.26"2012-2015"(81)
v.2, t. 4

República Federativa do Brasil

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministros:

Advogado Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Ministra-chefe da Casa Civil
Gleisi Helena Hoffmann

Ministro-chefe da Controladoria Geral da União
Jorge Hage Sobrinho

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Antônio Eustáquio Andrade Ferreira

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Marco Antônio Raupp

Ministra de Estado da Cultura
Marta Suplicy

Ministro de Estado da Defesa
Celso Amorim

Ministro de Estado da Educação
Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega

Ministro de Estado da Integração Nacional
Fernando Bezerra Coelho

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Marcelo Bezerra Crivella

Ministro de Estado da Previdência Social
Garibaldi Alves Filho

Ministro de Estado da Saúde
Alexandre Rocha Santos Padilha

Ministro de Estado das Cidades
Aguinaldo Ribeiro

Ministro de Estado das Comunicações
Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Antonio de Aguiar Patriota

Ministro de Estado de Minas e Energia
Edison Lobão

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Gilberto José Spier Vargas

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Fernando da Mata Pimentel

Ministro de Estado do Esporte
José Aldo Rebelo

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Gastão Dias Vieira

Ministro de Estado dos Transportes
César Augusto Rabello Borges

Ministro de Estado-chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-chefe Interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Marcelo Côrtes Neri

Ministro de Estado-chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Wellington Moreira Franco

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Maria do Rosário Nunes

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Luiza Helena de Bairros

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
José Leônidas de Menezes Cristino

Ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Helena Chagas

Ministra de Estado-chefe da Secretaria de Relações Institucionais
Ideli Salvatti

Ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República
Gilberto Carvalho

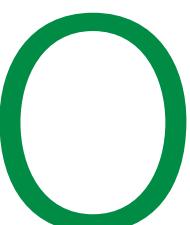
Ministro de Estado-chefe do Gabinete de Segurança Institucional
José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL	9
INTRODUÇÃO	11
POLÍTICAS DE SOBERANIA, TERRITÓRIO E GESTÃO	13
2057 - Política Externa.....	15
2043 - Integração Sul-Americana	45
2058 - Política Nacional de Defesa.....	59
2056 - Política Espacial	131
2059 - Política Nuclear	143
2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida.....	155
2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	173
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública.....	203
2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional	253
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO.....	275
ANEXO - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS.....	289

APRESENTAÇÃO GERAL

 Governo Federal tem a satisfação de apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o Relatório de Avaliação Anual do Plano Plurianual 2012-2015, ano-base 2012, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos do plano vigente.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012-2015, o presente Relatório também auxilia a gestão e o aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Merece destaque neste primeiro ano de vigência do PPA a continuidade dos avanços sociais decorrentes da implementação de políticas relacionadas ao resgate e à ampliação da capacidade de planejamento e investimento do Estado brasileiro; à universalização de direitos sociais com inclusão de segmentos populacionais historicamente desfavorecidos; à participação social na formulação e implementação das políticas; às medidas econômicas para fomentar o mercado interno; e à postura ativa do governo na regulação da oferta de bens e serviços.

Foram fortalecidas as políticas de natureza universal relacionadas à educação, ao trabalho, à saúde, à assistência e à seguridade social, além de estendidos os programas de transferências de renda, de garantia de segurança alimentar e de fomento à agricultura familiar e de preservação do meio ambiente. Cabe também frisar os avanços obtidos na atuação do Estado como investidor e indutor do investimento privado nas áreas de infraestrutura e das políticas industrial e tecnológica.

Nesse contexto de transformações significativas para o País, foi elaborado o presente Relatório, que consiste no primeiro conjunto de informações estruturadas a partir do Módulo de Monitoramento Temático do PPA 2012-2015, organizado fundamentalmente

a partir de informações fornecidas pelos Órgãos do Executivo Federal relativas ao ano-base 2012. Ele abrange os 65 Programas Temáticos do PPA e concentra-se nos campos do monitoramento destinados às análises situacionais dos Objetivos e das Metas de cada Programa.

Com o objetivo de facilitar a leitura, o documento está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado ao Monitoramento dos Programas Temáticos constantes do Plano. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA comprehende uma análise geral do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira. Este texto conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e outras seis referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia para o desenvolvimento, que contempla o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; sistema de proteção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

O Volume II, que comprehende o Monitoramento dos Programas Temáticos do PPA, apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas. Ele está organizado em quatro tomos: I - Políticas Sociais; II - Políticas de Infraestrutura; III - Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e IV - Políticas de Soberania, Território e Gestão. Cada uma das partes contém informações específicas sobre o andamento das políticas nela retratadas, especialmente na análise situacional dos objetivos e das metas.

Pode-se, assim, fortalecer análises que permitam a identificação da necessidade de ajustes no curso das políticas, bem como atuar de forma proativa na superação dos gargalos existentes à implementação do PPA, orientando a atuação do Governo Federal no sentido de construir um Brasil mais justo e igualitário.

Boa leitura!

Miriam Belchior

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O processo de avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 nutre-se, para ser possível e efetivo, de um intenso trabalho de monitoramento centrado em alguns dos principais atributos do plano. O monitoramento temático é, neste sentido, atividade estruturada para aprimorar a capacidade de entendimento e comunicação do estágio de implementação das políticas públicas declaradas no PPA. Ao realizar a organização e registro de informações relativas à gestão, este Relatório possibilita a geração de conhecimento compartilhado, ação primordial para viabilizar: a articulação e a cooperação interinstitucional; o subsídio à tomada de decisões; a participação social no monitoramento do Plano; o fortalecimento do diálogo com os entes federados; além de fornecer subsídios para eventuais ajustes na própria formulação e implementação das políticas.

O volume II do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2012-2015, ano base 2012 – objeto deste documento – apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às iniciativas. O volume organiza os relatos das atividades de governo dividindo-os em 4 tomos: TOMO I - Políticas Sociais; TOMO II - Políticas de Infraestrutura; TOMO III - Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; TOMO IV - Políticas de Soberania, Território e Gestão.

Cada relatório apresentado contém informações tipificadas como Análise Situacional, as quais procuram descrever o andamento das principais diretrizes do governo para o ano de 2012. A estruturação do processo de monitoramento e avaliação do PPA, ao reconhecer o grau de complexidade que envolve a gestão e a implementação das políticas públicas, advindos tanto da percepção de interelação dos diversos sistemas que operam a realidade, quanto da consideração sobre os requisitos institucionais para a realização destas políticas, baseou-se em princípios como: responsabilização compartilhada entre órgãos e instâncias da Administração Pública Federal para realização

dos Objetivos e alcance das Metas de cada Programa Temático; aproveitamento das estruturas de monitoramento e avaliação existentes; consideração das especificidades de implementação de cada política pública e, em especial, da complementaridade entre elas. Dessa forma, procura-se ampliar a percepção dessa realidade com a intenção primordial de aperfeiçoar os mecanismos de implementação e integração das políticas com vistas à redução das desigualdades, à democratização de oportunidades e ao desenvolvimento nacional.

São razões essenciais para justificar o empreendimento aqui realizado, colocando-o em perspectiva histórica, como parte do processo de amadurecimento e aperfeiçoamento institucional no campo das funções de planejamento, monitoramento, avaliação e gestão das políticas públicas brasileiras.

Boa leitura!



POLÍTICAS DE SOBERANIA, TERRITÓRIO E GESTÃO

PROGRAMA: 2057 - Política Externa

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Segmento política, governo e instituições, do Monitor da Percepção Internacional do Brasil (MPI-BR)	pontos	26/05/2011	11	12/03/2012	35

OBJETIVO: 0900 - Aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas, mediante o incremento do diálogo político e a cooperação bilaterais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

No período sob consideração, o Governo brasileiro executou intensa agenda de ações voltadas para o aprofundamento e a ampliação dos vínculos de diálogo com países de todas as regiões do mundo.

Como em períodos anteriores, essas ações alcançaram maior eficácia pelo aumento considerável na projeção internacional do Brasil, resultante de fatores como o êxito do País em seu esforço interno de crescimento econômico com redução da pobreza, bem como o próprio processo de transformação da ordem internacional, caracterizado por uma crescente difusão de poder, que abre espaço para a afirmação e maior presença de novos atores.

As atividades realizadas para o cumprimento do objetivo se situam em distintos níveis, a saber:

- a) Visitas realizadas pela Presidenta da República a outros países, e visitas de Chefes de Estado ou Governo estrangeiros ao Brasil. Além disso, devem ser mencionados os encontros mantidos pela Presidenta à margem de eventos internacionais.
- b) Visitas realizadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores a outros países e por ele recebidas no Brasil. Mencionem-se, além disso, os encontros mantidos pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) à margem de eventos internacionais.
- c) Visitas e encontros realizados por outras autoridades de primeiro escalão do Governo brasileiro.
- d) O trabalho da rede de postos do Brasil no exterior, que se traduz em contatos praticamente diários com representantes dos Governos e das sociedades dos países em que estão acreditados.
- e) Os contatos mantidos em nível infra-ministerial em Brasília, seja com visitantes estrangeiros seja com representantes das Embaixadas residentes em Brasília.
- f) As iniciativas conduzidas no âmbito dos processos de integração e/ou concertação regional (Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC)), que são objeto de monitoramento sob outros objetivos e metas específicos no PPA, também têm impacto significativo sobre o objetivo de aprofundamento das relações bilaterais com os países envolvidos.
- g) A participação do Brasil em organismos internacionais que, embora coberta sob outros objetivos e metas específicos do PPA, também tem impacto significativo sobre o objetivo de aprofundamento das relações bilaterais.

O aprofundamento das relações bilaterais se dá em duas grandes linhas. Em primeiro lugar, a integração regional e a relação com os países vizinhos, dimensão que, naturalmente, recebe alta prioridade pelo Governo brasileiro. Em segundo, o aprofundamento de nosso diálogo e nossas parcerias no plano global. Inclui-se aí não apenas o diálogo com os principais pólos da ordem internacional que se vai desenhando – pólos tradicionais e pólos emergentes, como os BRICS, mas também uma projeção efetivamente universal de nossa diplomacia.

Avalia-se que o conjunto dessas ações, com especial destaque para as cobertas no item a (a chamada “diplomacia presidencial”), resultaram nesse período em ganhos importantes de projeção do Brasil no mundo e avanços no diálogo e na cooperação com um número considerável de países. A presença maior e mais assertiva do Brasil no cenário internacional tem sido reconhecida por Governos, formadores de opinião e influentes órgãos de imprensa em todo o mundo. Desde 2011, o Brasil mantém relações diplomáticas com todos os países membros das Nações Unidas.

O reforço de pessoal do serviço exterior e da rede de postos, naturalmente implementado em ritmo compatível com os recursos existentes, foi importante para alcançar esses resultados. Avalia-se que o avanço continuado nesse sentido é recomendável para permitir o prosseguimento do cumprimento do objetivo com resultados cada vez mais positivos.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a implementação dos programas setoriais de cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nas áreas de saúde, meio ambiente, igualdade de gênero e cultura**

Análise Situacional da Meta

Foi dada continuidade aos programas de apoio à participação de diplomatas dos países em desenvolvimento da CPLP no curso de formação do Instituto Rio Branco (2 diplomatas da Angola, 2 de São Tomé e Príncipe, 1 de Cabo Verde, 1 de Moçambique e 1 de Timor Leste); ao Programa de Fomento à Iniciação Científica para Angola, Moçambique e Cabo Verde (150 bolsistas atendidos); e ao Programa das Letras e dos Números, de apoio à formação de professores do ensino básico e intermediário de países africanos de língua portuguesa (110 professores de Cabo Verde e 50 professores de São Tomé e Príncipe atendidos; Angola enviou 50 professores sem custos para o Ministério das Relações Exteriores)

- **Apoiar a participação dos países membros nas reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram apoiadas em países membros da CPLP as seguintes iniciativas:

- Missões de Observação Eleitoral na Guiné-Bissau (primeiro turno), Timor Leste (2 turnos da eleição presidencial e eleições parlamentares) e Angola (eleições gerais);
- Processo eleitoral na Guiné-Bissau; e
- Participação de diplomata moçambicana em estágio de formação no Secretariado Executivo da CPLP, em Lisboa.

- **Construir ou adquirir instalações para 22 Embaixadas, Delegações Permanentes e Consulados**

Análise Situacional da Meta

Encontra-se em análise final pelo Governo a compra da Sede da Embaixada do Brasil em Pretória, no valor de R\$ 3,7 milhões. Por sua vez, a Embaixada em Berlim e o Consulado-Geral em Rivera estão autorizados a contratar avaliações técnicas de preços dos imóveis que abrigam as respectivas Chancelarias.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

19/11/2012

- **Expandir e intensificar a agenda de relacionamento e a cooperação com os países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas**

Análise Situacional da Meta

Dentre as várias linhas de ação apontadas na análise situacional do objetivo, destacam-se como especialmente relevantes para o monitoramento da meta em questão:

- 1) Visitas realizadas pela Presidenta da República a outros países: 09 (nove) - Cuba, Haiti, Alemanha, Índia, Estados Unidos da América e Reino Unido;
- 2) Visitas de Chefes de Estado ou Governo estrangeiros ao Brasil: 17 (dezessete) - Finlândia; Benin; Geórgia; Moçambique; Tanzânia; Uruguai; Canadá; Uruguai, Reino Unido; Irlanda; e no contexto da Rio +20: França, Senegal, Nigéria, Turquia, Austrália e China;
- 3) Participação da Presidenta da República em eventos multilaterais que incluíram, em vários casos, encontros com autoridades estrangeiras: 09 (nove) - IV Cúpula do grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS); VI Cúpula das Américas; I Conferência Anual de Alto Nível da Parceria para um Governo Aberto; Reunião de Cúpula do G20; Rio+20; XLIII Reunião do Conselho do Mercado Comum e Cúpula dos Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados; Cúpula Extraordinária do MERCOSUL; 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU); e América do Sul-Países Árabes (ASPA);
- 4) Atividades do Ministro de Estado das Relações Exteriores.
 - a. 26 (vinte e seis) visitas bilaterais: Cuba, Turquia, México, Etiópia, Tunísia, Mauritânia, Suriname, Paraguai, Vietnã, Reino Unido, Peru, República Dominicana, França, Suécia, Senegal, Barbados, El Salvador, Argentina, Israel, Palestina, Jordânia, Vaticano, EUA, Canadá, Venezuela e Colômbia.
 - b. 29 (vinte e nove) visitas de Chanceleres ao Brasil: Reino Unido, Ucrânia, União Europeia, Guiana, Honduras, Alemanha, México, Peru, Argentina, Emirados Árabes Unidos, Bolívia, EUA, Estônia, Letônia, Libéria, Chile, Sérvia, Equador, Espanha, Hungria, Coreia do Sul, Países Baixos, Namíbia, Venezuela, Santa Lúcia, Tailândia, Portugal, Uruguai e Cabo Verde .

• Implementar o Plano de Concertação Político-Diplomática, a fim de possibilitar que todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) tenham representação diplomática em todos os países da CPLP

Análise Situacional da Meta

Estava prevista a abertura da Embaixada de São Tomé e Príncipe em Brasília, que contaria com o apoio do Brasil por meio da CPLP, contudo, não houve disponibilidade de recursos orçamentários para tal, tão pouco foi feita nova previsão para sua implementação.

• Implementar um programa inspirado no Projeto Rondon para a participação de universitários brasileiros em projetos de desenvolvimento em países de língua portuguesa na África

Análise Situacional da Meta

À luz da disponibilidade orçamentária, não foi possível dar início ao programa.

A meta encontra-se em fase de reavaliação e revisão.

OBJETIVO: 0901 - Aprofundar a participação nos esforços de reforma da governança e a agenda de relacionamento com os organismos políticos multilaterais dos quais o país é membro e ampliar o diálogo com aqueles cujas atividades acompanha.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O Governo brasileiro tem tido participação ativa nos esforços da comunidade internacional para fortalecer o multilateralismo. No âmbito da paz e segurança, o Brasil tem atuado de forma consistente na defesa de um Conselho de Segurança das Nações Unidas mais representativo, legítimo e eficaz.

Nesse sentido, tem coordenado esforços com seus parceiros do G-4 (Alemanha, Índia e Japão), com vistas a dar impulso às negociações e obter avanços reais no processo de reforma.

Metas 2012-2015

• Negociar acordos de cooperação na área de defesa nos âmbitos bilateral, regional e multilateral

Análise Situacional da Meta

Acompanhou-se temas de política externa ligados à Defesa: houve preparação e participação das reuniões multilaterais sobre esse tema, sobretudo o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e a Conferência de Ministros da Defesa das Américas (CMDA).

Houve ainda acompanhamento e análise do relacionamento bilateral do Brasil e Acordos na área de Defesa.

• Negociar acordos de cooperação na área de segurança e combate a ilícitos transnacionais nos âmbitos bilateral, regional e multilateral

Análise Situacional da Meta

Foi assinado, em janeiro de 2012, Memorando de Entendimento sobre assistência técnica ao "Projeto Piloto do Sistema de Controle Integrado da Redução de Cultivos Excedentes de Coca" com a Bolívia.

Ademais, teve início negociação de acordos na área de segurança pública e combate a ilícitos transnacionais com países da América, Ásia, África, Europa e Oceania. De fato, o modelo de Acordo de Cooperação para o combate a ilícitos transnacionais com o objetivo de dar maior celeridade às futuras negociações teve sua elaboração iniciada.

• Negociar acordos de cooperação nas áreas de prevenção ao terrorismo e de segurança pública de grandes eventos internacionais no Brasil

Análise Situacional da Meta

A meta foi cumprida. O Brasil tem envidado esforços no sentido de promover iniciativas que visem à prevenção do terrorismo e à segurança pública de grandes eventos internacionais no País. A título de exemplo, cumpre registrar a criação, em outubro de 2012, do Grupo de Trabalho Brasil-Estados Unidos sobre Segurança e Combate aos Ilícitos Transnacionais, no âmbito do Diálogo de Parceria Global. Vale ressaltar que o objeto desse Grupo vai além dos grandes eventos internacionais no País.

Ademais, foi realizada em novembro de 2012, em Brasília, a 1ª Conferência Internacional de Segurança para Grandes Eventos. O evento, que contou com a participação de 38 Delegações, teve como objetivo apresentar aos diversos países participantes e discutir aspectos relativos à segurança dos grandes eventos esportivos que o País sediará nos próximos anos.

• Negociar, no âmbito das Nações Unidas, Convenção Universal sobre crimes cibernéticos

Análise Situacional da Meta

O Brasil vem acompanhando atentamente as atividades do Grupo de Trabalho para a realização de um estudo abrangente sobre o problema do crime cibernético, no âmbito do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, na sigla em inglês), tendo realizado contribuição financeira para o seu andamento.

Por ora, não há consenso internacional sobre a conveniência de celebração de convenção universal sobre o tema.

• Organizar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20)

Análise Situacional da Meta

A organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 impôs desafios consideráveis à capacidade brasileira de implementação logística.

Foram gastos R\$ 430,0 milhões de recursos orçamentários, esses provenientes da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça, do Meio Ambiente e da Defesa, para a realização do evento.

Dentre outras demandas, a de maior destaque referiu-se à necessidade de se disponibilizar na capital fluminense as mesmas condições de trabalho encontradas na sede nova-iorquina das Nações Unidas.

A preparação logística da Rio+20 impôs, portanto, não só a necessidade de instalações especialmente adequadas ao debate pelo plenário da ONU da temática do desenvolvimento sustentável - nos cinco pavilhões do Centro de Convenções do Riocentro, selecionados para sediar a Conferência -, mas também o pleno funcionamento em diversos espaços de demonstração igualmente concebidos de maneira específica, situados em diferentes regiões da cidade do Rio de Janeiro, com vistas a mais ampla possível participação da sociedade civil nas discussões.

Com efeito, ao longo dos 10 dias da Conferência, foram organizados cerca de seis mil eventos em toda a cidade do Rio de Janeiro. Apenas no interior do Riocentro, foram organizados 488 eventos paralelos às reuniões oficiais. À margem da Conferência, foram realizadas mais de 280 reuniões bilaterais de autoridades brasileiras ou estrangeiras.

Dentre as maiores inovações, cabe destacar a realização dos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, cujos painéis tiveram frequência média aproximada de 1.300 pessoas, expressando, assim, numeroso público de especialistas interessados em modalidade experimental de interação entre a sociedade civil e a agenda oficial de debates.

A título de comparação, vale ter presente que a área do Riocentro utilizada pela Rio+20 (571.000 m²) correspondeu ao dobro da área utilizada pela Rio-92, realizada vinte anos antes.

Na área do Parque dos Atletas, situada em frente ao Riocentro, países e organismos internacionais, empresas e o Governo brasileiro, em suas diferentes esferas, demonstraram um pouco do que pode ser feito pela sustentabilidade do Planeta.

O Pavilhão do Brasil reuniu programas e projetos do Poder Executivo Federal, distribuídos em arena central e eixos temáticos, em um total de 4.000 m².

Participaram, ainda, outros 37 expositores institucionais brasileiros: órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário; 22 Unidades da Federação (AC, AP, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MT, MG, PA, PR, PE, RJ, RN, RS, RO, RR, SP, SE e TO); e sete Municípios (Cubatão, Curitiba, Jundiaí, Paranaguá, Porto Alegre, Santana do Livramento e Vitória, além da Frente Nacional de Prefeitos). No total, essas exposições ocuparam 3.100 m².

Estiveram também representados 29 países, ocupando 6.175 m², 34 organismos internacionais e agências das Nações Unidas, em 2.160 m², e 16 empresas e instituições parceiras, em mais de 8.500 m².

Com efeito, foram registradas 171.869 entradas no Parque dos Atletas, no período de 13 a 24 de junho (média diária de 14.300 entradas).

No Píer Mauá, centro de eventos localizado na região portuária do Rio de Janeiro, foram realizadas exposições e atividades ligadas à ciência, tecnologia e inovação para a sustentabilidade. No total, as exposições ocuparam área de 18.500 m², com o registro de 135.230 entradas, no período de 13 a 24 de junho (média diária de 11.300 entradas).

A Arena da Barra (HSBC Arena da Barra) - cujas instalações, situadas nas proximidades do Riocentro, destinaram-se a

receber, principalmente, seminários e apresentações organizados pela sociedade civil - abrigou em seus três auditórios, com capacidade total de 640 pessoas, cerca de 100 palestras patrocinadas por 65 diversas instituições. Foram registradas 17.779 entradas, no período de 13 a 22 de junho (média diária de 2.000 entradas).

No Galpão da Cidadania, espaço cultural localizado no centro do Rio de Janeiro, foram realizados 13 seminários, com 948 inscrições. Houve 13 shows musicais com média diária de público de 1.600 pessoas. Ocorreram apresentações artísticas oriundas de 40 pontos de cultura. O cineclube contou com três sessões diárias e média de 20 a 30 pessoas por dia.

As áreas do Museu da Arte Moderna (MAM) e de suas imediações serviram, ao longo de toda Rio+20, para múltiplas finalidades culturais, sociais e acadêmicas. Os espaços do MAM foram compartilhados pela Arena Socioambiental; pela mostra de cinema “Sustentabilidade em 24 Quadros”; por sucessivos eventos realizados pela sociedade civil; e pela mostra da campanha da ONU “O Futuro que Queremos”.

As 10 mil pessoas que assistiram aos 20 painéis organizados nas áreas do MAM acompanharam assuntos tão diversos como agricultura familiar, direitos das mulheres e cidades sustentáveis.

Mais de 15 mil pessoas visitaram diariamente a Arena Socioambiental, o que resulta em público total de mais de 100 mil. Dentre os 54 debatedores, estiveram presentes 11 Ministros de Estado.

A Arena Socioambiental também foi sucesso de público na Internet (460 mil pessoas visitaram o blog da Arena Socioambiental). Em média, 7.127 pessoas assistiram diariamente a 42 horas de palestras e atividades disponibilizadas em tempo real na web.

A Arena do MAM (Vivo Rio) foi dedicada aos eventos com público estimado entre 1.000 e 5.000 pessoas, bem como a iniciativas da sociedade civil, no período de 9 a 23 de junho, em parceria com a Cúpula dos Povos. Foram realizados concertos, coquetéis e conferências, além da formatura de 1.300 pessoas que, com o seu trabalho de voluntariado, contribuíram para o funcionamento da Conferência.

Com vistas a mitigar ou compensar o impacto socioambiental decorrente da Conferência, foram realizados estudos voltados a iniciativas específicas que lidassem com as emissões de gases de efeito estufa (GEE), os recursos hídricos, os resíduos sólidos, os gastos com energia, o transporte, a realização de construções sustentáveis; além da prática de compras públicas sustentáveis, do turismo e da alimentação sustentável.

Mais de 60 por cento dos processos licitatórios de produtos e serviços celebrados com fornecedores incluiu algum critério de sustentabilidade. Tal fato, ao perfazer a quantia de R\$ 125 milhões, transformou a Rio+20 no maior processo de compras públicas sustentáveis do Governo Federal, até o presente.

Dentre as muitas medidas de sustentabilidade implantadas durante a Conferência, vale mencionar o fomento da eficiência energética e o uso de fontes e tecnologias renováveis e alternativas. Equipamentos mais eficientes utilizados então no Riocentro permitiram economia de cerca de 16.500 kWh, valor equivalente ao consumo médio de 83 residências brasileiras ao longo de um mês.

Promoveu-se igualmente o uso inédito em megaeventos brasileiros de diesel com 20 por cento de biodiesel (B20) nos geradores de energia instalados especialmente para a Rio+20, o que representou economia no consumo de diesel de origem fóssil em 280 mil litros, volume suficiente para abastecer um ônibus por mais de 800 mil quilômetros.

Para desenvolver o consumo consciente e aumentar a demanda local por alimentos mais sustentáveis, incentivou-se, assim, a elaboração de cardápios com os princípios da gastronomia inclusiva nos espaços oficiais da Conferência.

As soluções de acessibilidade física organizadas na Rio+20 representaram o maior investimento já realizado em qualquer grande evento brasileiro. No Riocentro, foram construídas passarelas e rampas para deficientes com extensão de 792m e área total de 3.966m², além de pisos e mapas táteis, balcões de orientação, empréstimo de cadeiras de rodas e serviço de acompanhamento, dentre outras adaptações. Os demais espaços designados para os eventos relacionados com a Conferência também receberam tratamento de acessibilidade física.

A acessibilidade de comunicação e de informação incluiu serviços de interpretação em língua de sinais internacionais e em língua brasileira de sinais (LIBRAS), além de audiodescrição e legendas em tempo real, em português e em inglês.

No total, foram oferecidas 2.300 horas simultâneas de serviços de acessibilidade no Riocentro, enquanto foi respectivamente prestado um total de 984 horas em áreas especificamente localizadas na Arena da Barra, no Parque dos Atletas e no Píer Mauá.

Em decorrência do caráter pioneiro e bem-sucedido em matéria de acessibilidade, a Rio+20 foi considerada pela ONU como marco a servir de modelo para as futuras conferências promovidas pela Organização.

A fim de garantir pleno acesso à informação e a conectividade total, durante a Conferência, foi montada estrutura de tecnologia da informação e comunicação sem precedentes na história das Nações Unidas.

A rede de acesso à internet sem fio (wi-fi) do Riocentro foi a maior já instalada no País para a realização de eventos. Com 300 pontos de acesso e 10 Gbps de banda, essa rede foi dimensionada para atender até 30.000 usuários concomitantemente, o equivalente à demanda de município com 150 mil habitantes.

Nesse contexto, o nosso País sediou o maior evento da história da Organização. A magnitude da Conferência verificou-se pela efetiva participação de quase todos os 193 Estados-Membros da ONU. Estiveram presentes ao Rio, com efeito, delegações oriundas de 191 países, além de dois entes internacionais com status de observadores das Nações Unidas (Palestina e Santa Sé), traduzidos, por sua vez, no comparecimento de 80 Chefes de Estado e de Governo, bem como de 20 Vice-Presidentes, Vice-primeiros-ministros e membros de Casas Reais, e de 487 Ministros de Estado.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

22/06/2012

- Organizar, em parceria com o Comitê Interamericano contra o Terrorismo da Organização dos Estados Americanos (CICTE/OEA), dois seminários e outros eventos voltados à segurança portuária e à segurança de grandes eventos**

Análise Situacional da Meta

Com relação à segurança de grandes eventos, constatou-se que o tema já estava sendo abordado por outra meta. No que concerne à segurança portuária, cumpre registrar a realização, em dezembro de 2012, em Montevidéu, do "Exercício Estratégico Simulado de Gestão de Crise em Proteção Portuária", que contou com a participação de representante da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS.

A fim de evitar redundância de esforços e de adequar-se às atuais prioridades, A meta está sendo revista para 2013.

OBJETIVO: 0902 - Promover e participar da discussão sobre os principais temas pertinentes à paz e à segurança internacionais, com prioridade ao desarmamento e à não-proliferação, nos diferentes foros de negociação bilateral, regional e multilateral.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Em matéria de discussão de desarmamento, a Conferência do Desarmamento, em Genebra; a I Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas; e a Comissão de Desarmamento das Nações Unidas são as instâncias multilaterais na área. O Brasil teve participação ativa nesses fóruns.

Ademais, participou-se ativamente das reuniões de peritos e dos Estados Partes da Convenção para Proibição de Armas Biológicas e da Convenção para Proibição de Armas Químicas, que contam também com obrigações de não-proliferação.

Na área de controle de exportações de bens sensíveis, participou-se do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis e do Grupo de Supridores Nucleares.

Metas 2012-2015

- **Participar da preparação da IX Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, em 2015**

Análise Situacional da Meta

O Brasil tem acompanhado as reuniões do Ciclo de Revisão para a IX Conferência de Exame (a última aconteceu em maio de 2012, em Viena; e a próxima realizar-se-á em abril de 2013, em Genebra).

- **Participar das Conferências anuais da Convenção para a Proibição de Armas Químicas, e de Proibição de Armas Biológicas e Toxínicas e das reuniões do Grupo de Peritos Governamentais**

Análise Situacional da Meta

O Brasil participou da Reunião de Peritos Governamentais da Convenção para Certas Armas Convencionais, em Genebra, em abril de 2012; da Reunião de Peritos da Convenção para Proibição de Armas Biológicas, em Genebra, em julho de 2012; da XVII Reunião dos Estados Partes da Convenção para Proibição de Armas Químicas, na Haia, em novembro de 2012; e da Reunião dos Estados Partes da Convenção para Proibição de Armas Biológicas, em Genebra, em dezembro de 2012.

OBJETIVO: 0905 - Intensificar a participação do Brasil nos organismos comerciais multilaterais e na gestão dos mecanismos de governança econômico-financeira internacionais com vistas a reforçar as ações de política externa.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Em matéria comercial, a Organização Mundial do Comércio (OMC) é o organismo multilateral em que o Brasil tem intensificado sua atuação.

A primazia conferida às negociações multilaterais, no âmbito da OMC, na estratégia brasileira de negociações comerciais internacionais explica-se, de um lado, pela necessidade de se preservar a centralidade do sistema multilateral de comércio em vista de tendências que podem debilitá-lo (proliferação de Acordos de Livre Comércio Bilaterais ou Regionais) e, de outro, porque o padrão do comércio exterior brasileiro é o da diversificação de mercados. Recorde-se que, ao contrário de

alguns países que concentram em poucos destinos suas exportações, as exportações brasileiras dividem-se em cinco grandes grupos: Ásia (cerca de 30%), América Latina e Caribe (cerca de 20%), União Europeia (cerca de 20%), Estados Unidos (cerca de 10%) e outros (cerca de 20%).

A OMC constitui, assim, foro insubstituível para a discussão de normas e disciplinas que evitem o predomínio de acordos preferenciais (regionais ou não) no comércio mundial, que acabam por conferir tratamento discriminatório uns aos outros, em prejuízo do funcionamento do sistema como um todo.

A Rodada Doha, iniciada em 2001 e ainda em curso, é a primeira rodada de negociações comerciais multilaterais sob a égide da OMC. É também conhecida como Rodada do Desenvolvimento, pela prioridade atribuída às necessidades e interesses dos países em desenvolvimento e a temas de desenvolvimento e de agricultura. Nesse sentido, a Rodada dirige o esforço negociador à redução do chamado “déficit de desenvolvimento” no sistema multilateral de comércio. As rodadas liberalizantes que a antecederam, no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), ao longo de cinquenta anos, lograram reduzir e consolidar de modo substancial as tarifas de importação que incidem sobre bens industriais, porém não reduziram as tarifas sobre produtos agrícolas nas economias avançadas, prejudicando, portanto, o acesso a seus mercados pelos produtos em que os países em desenvolvimento são mais competitivos.

O objetivo da Rodada Doha é, portanto, prioritariamente, o de realizar importantes reformas na política comercial dos países desenvolvidos, em particular no setor agrícola: cortes de tarifas, eliminação de picos tarifários, redução da escalada tarifária, disciplina e redução dos subsídios de apoio interno distorcivos da produção e do comércio e eliminação dos subsídios à exportação.

No âmbito da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), o Brasil intensifica sua participação nas negociações de instrumentos jurídicos internacionais sobre limitações e exceções aos direitos autorais, com a expectativa de conclusão de um ou mais desses instrumentos, com benefícios para (a) pessoas com deficiência para leitura, (b) bibliotecas e arquivos, (c) usos educacionais e (d) pessoas com outros tipos de deficiência. A iniciativa, além de contribuir para a promoção dos direitos humanos, visa a dar cumprimento à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD). Em 2012, foi possível fazer avanços significativos nessas negociações.

A presença brasileira teve também maior visibilidade no âmbito de foros e organismos financeiros internacionais, com destaque para sua atuação no G20 - fórum informal que promove debate aberto e construtivo entre países industrializados e emergentes sobre assuntos-chave relacionados à estabilidade econômica global, que apoia o crescimento e o desenvolvimento mundial por meio do fortalecimento da arquitetura financeira internacional e via oportunidades de diálogo sobre políticas nacionais, cooperação internacional e instituições econômico-financeiras internacionais -, e no Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Senhora Presidenta da República participou da VII Cúpula do G20, realizada em Los Cabos (México) nos dias 18 e 19 de junho, em meio a um cenário de deterioração do crescimento global e de grave crise na zona do euro. Em consonância com posições defendidas pelo Brasil, a Declaração de Los Cabos salientou o objetivo de implementação de medidas em apoio à recuperação da demanda e ao crescimento global, com foco na criação de empregos. Persistem, contudo, visões diferenciadas entre os membros do G20 sobre as estratégias mais apropriadas no combate à crise. O Brasil tem assumido posição crítica tanto em relação a políticas de austeridade fiscal praticadas na Europa quanto a políticas monetárias expansionistas implementadas pelos EUA. Entende o Governo brasileiro que a estagnação da economia europeia persistirá, se a austeridade fiscal continuar impedindo seu crescimento. Os EUA, por outro lado, ao ampliarem indiscriminadamente a base monetária, estão estimulando um fluxo de capitais especulativos para países como o Brasil, o

que se reflete na excessiva valorização do real e consequente perda de competitividade dos produtos brasileiros, tanto no Brasil (face a importados) quanto no comércio exterior.

Com o apoio do Governo brasileiro, o G20 endossou, em Los Cabos, recomendações para a geração de empregos de qualidade e de empregos para os jovens, além de renovar, por mais um ano, o mandato da Força-Tarefa do Grupo para o Emprego.

Também houve avanço do G20 em outras iniciativas, anunciadas em 2011, a exemplo da implementação do Sistema de Informação dos Mercados Agrícolas (AMIS, na sigla em inglês) e do Foro de Resposta Rápida (RRF, na sigla em inglês), sediados na Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês). Ao completar um ano de funcionamento, o AMIS tem contribuído para aumentar a transparência dos mercados dos quatro produtos mais comercializados internacionalmente – soja, milho, trigo e arroz –, com base em informações sobre estoques, produção e comércio internacional. Por sua vez, o RRF tem por objetivo permitir a troca de informações e eventual coordenação de posições entre os membros do AMIS, em casos de dificuldade acentuada nos mercados agrícolas, a exemplo da crise observada em 2008. Sua mais recente reunião regular foi no mês de abril.

Em 2012, o Governo intensificou seu esforço com vistas a lograr a implementação das reformas de governança do FMI. A entrada em vigor da reforma de 2010 no Fundo resultará aumento do peso do Brasil e dos países em desenvolvimento nas quotas e poder de voto da Organização. Nesse sentido, as Embaixadas do Brasil no exterior realizaram gestões, junto a diferentes autoridades dos países membros do FMI, com vistas a que acelerassem seus respectivos processos de ratificação. Embora tenha sido possível lograr-se a implementação, a reforma não entrou em vigor na data originalmente acordada (outubro de 2012), sobretudo em função do atraso por parte do principal acionista (Estados Unidos, que detêm poder de voto de 16,7% no Fundo). Até novembro de 2012, 125 membros (com poder de voto correspondente a 69,4%) haviam ratificado a reforma.

Também foram acompanhadas cuidadosamente pelo governo brasileiro as eleições para a Diretoria do FMI, concluídas durante a Reunião Anual de Tóquio (outubro de 2012). As Embaixadas do Brasil realizaram gestões que contribuíram para o ingresso de três novos membros no grupo de países (“constituency”) representados pelo Brasil na Diretoria do FMI. Como resultado, a incorporação de Cabo Verde, Nicarágua e Timor Leste amplia a diversidade da cadeira liderada pelo Brasil no Fundo, que passa a estender-se também à África e à Ásia, além de manter importante dimensão regional, com a presença de países da América Central (Panamá e Nicarágua), do Caribe (Haiti, República Dominicana e Trinidad e Tobago) e da América do Sul (Equador, Guiana e Suriname). A Colômbia, que integrava a cadeira brasileira, transferiu-se para a “constituency” do México, onde poderá aspirar a uma liderança por rotatividade.

No que concerne ao relacionamento entre o Governo brasileiro e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil aprimorou formas de auferir os benefícios propiciados por aquele organismo, como foro de debate e reflexão sobre políticas públicas de gestão econômica. Mais envolvimento formal do Brasil com a Organização não atende ao interesse brasileiro, razão pela qual se tem adotado enfoque seletivo, baseado numa avaliação do que oferece a participação nos diversos Comitês.

Metas 2012-2015

- **Assinar Memorando de Entendimento com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para a cooperação triangular em países africanos**

Análise Situacional da Meta

O Brasil assinou com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), em junho de 2011, acordo destinado à

cooperação triangular, mediante apoio ao Fundo Fiduciário de Cooperação Sul-Sul – South-South Cooperation Trust Fund (SSCTF).

O Fundo é administrado pelo Banco e contará com aporte brasileiro de US\$ 6 milhões para o financiamento de projetos de cooperação. Conforme destacado no acordo, os recursos do Fundo poderão ser utilizados pelo Banco para financiar atividades tais como estudos técnicos, cooperação técnica, capacitação e organização de seminários, em reforço à cooperação Sul-Sul entre os países da África e países em desenvolvimento localizados fora do continente. Na perspectiva brasileira, o Fundo poderá apoiar a transferência de experiências nacionais e cooperação técnica em áreas como agricultura e agronegócio, energia, meio ambiente e desenvolvimento social. As perspectivas abertas pelo acordo que resultou no estabelecimento do Fundo fazem com que não seja mais necessária a assinatura de Memorando de Entendimento com o Banco Africano de Desenvolvimento.

O Fundo, que iniciou suas atividades a partir da contribuição brasileira, já financiou projetos demandados pelo BAD e por países membros, como o África Ecological Footprint Report 2012, apresentado na Conferência Rio+20, e estudos sobre áreas propícias à produção de biocombustíveis, respectivamente.

A avaliação da implementação das atividades iniciais do Fundo auxiliará no mapeamento das áreas de maior interesse mútuo, a partir das demandas apresentadas pelos países membros da instituição.

• Concluir a negociação de novo quadro normativo sobre créditos à exportação na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), inclusive para a venda de aeronaves

Análise Situacional da Meta

O Consenso da OCDE sobre Créditos Oficiais à Exportação é um acordo estabelecido em 1978, do qual participam Austrália, Canadá, Coreia, EUA, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Suíça e União Europeia. Seu objetivo é o de estabelecer igualdade de condições para a concessão de créditos à exportação por seus participantes, impedindo a competição predatória e a concorrência desleal entre fornecedores desses créditos. Ao participar do Consenso ou seguir suas regras, um país fica imune a questionamentos por parte de terceiros na Organização Mundial de Comércio (OMC).

Alguns países não membros da OCDE, entre eles o Brasil, utilizam os parâmetros estabelecidos pelo Consenso como referência na concessão de créditos, de forma a balizar o cálculo de prêmios adequados para a cobertura do risco e os prazos apropriados para financiamento, bem como para proteger-se de processos de solução de controvérsias no âmbito da OMC. No caso do setor aeronáutico, inclusive por interesse da Embraer, o Brasil tornou-se, em 2007, participante pleno do terceiro Anexo do Consenso, que é chamado de Entendimento Setorial Aeronáutico (ASU, na sigla em inglês). O Brasil nunca aderiu ao Consenso propriamente dito por considerá-lo um texto que não permitiria reformulação suficientemente abrangente para acomodar as práticas e interesses brasileiros.

Em fevereiro de 2012, China e Estados Unidos concordaram, em princípio, em iniciar discussão sobre os termos de um futuro instrumento internacional para disciplinar créditos à exportação, que viesse a substituir o Consenso. O Brasil e a União Europeia foram convidados a participar das discussões preliminares e estiveram presentes em reunião de 14 de setembro de 2012, em Washington. Novo encontro realizou-se em 9 de novembro, desta vez com a presença de outros países (África do Sul, Índia, Indonésia, Israel, Malásia, Rússia e Turquia), além dos signatários do Consenso. As conversações iniciais não permitiram ainda identificar um terreno comum entre os participantes. Há também desafios significativos, entre os quais as diferenças de perspectiva entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

- **Concluir a negociação para o ingresso do Brasil no Banco Asiático de Desenvolvimento como membro não-regional**

Análise Situacional da Meta

O Brasil lançou sua candidatura a membro não regional do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAsD) em novembro de 2009 e desde então vem procurando obter o apoio necessário por parte dos demais membros.

O processo de acesso ao Banco contempla duas etapas: na primeira fase, são realizadas consultas informais aos membros regionais e não regionais do BAsD; na segunda, a direção do Banco pode realizar missão técnica ao Brasil, seguida de votação. O ingresso de novo membro no BAsD requer a aprovação formal de 2/3 do número total de membros (o que corresponderia a 45 países), os quais devem deter ao menos 75% do poder de voto. A candidatura brasileira encontra-se ainda na etapa de consultas informais.

Entre os 67 membros do Banco, 47 países já declararam apoio ao Brasil, o que representa o cumprimento do requisito relativo ao número mínimo de membros. No entanto, tais países detêm 63,29% do poder de voto na instituição, o que é insuficiente para atender ao segundo requisito, qual seja, o do peso de votos necessário.

O Japão e os EUA detêm juntos 25% dos votos, o que faz com que o apoio de um deles seja indispensável.

A candidatura do Brasil ao Banco Asiático tem sido objeto de gestões do Governo brasileiro em encontros de alto nível entre autoridades brasileiras e autoridades norte-americanas e japonesas.

Em 2012, o Embaixador do Brasil em Manila participou, como Observador, da 45ª Reunião Anual de Governadores do Banco Asiático de Desenvolvimento, realizada naquela capital entre os dias 2 e 5 de maio.

- **Concluir as negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC)**

Análise Situacional da Meta

A Rodada Doha da OMC, iniciada em 2001, esteve próxima de uma conclusão em 2008. O resultado, que teria sido o mais ambicioso na história do sistema multilateral de comércio, foi apoiado por virtualmente todos os Membros da OMC. Certos países, no entanto, passaram a demandar concessões muito mais significativas dos principais países emergentes (Brasil, China e Índia) em acesso a mercados para bens industriais e serviços, sem oferecer contrapartidas nas áreas de interesse exportador desses países (agricultura, no caso do Brasil).

A perspectiva de uma conclusão da Rodada ainda parece distante. Um impasse negociador persiste, consubstanciando-se em uma linha de fratura que divide, de um lado, países desenvolvidos, interessados em aumentar concessões em áreas de seu interesse ou mesmo limitar as negociações exclusivamente a esses temas e, de outro, a maior parte dos países em desenvolvimento, que buscam a manutenção da agenda abrangente de temas prevista na Agenda de Desenvolvimento de Doha, com ênfase por questões relativas ao desenvolvimento e à agricultura.

Apesar das tratativas feitas no âmbito dos trabalhos preparatórios da 8ª Conferência Ministerial da OMC, realizada em dezembro de 2011, para aprovação de um conjunto parcial de resultados, não foi possível obter consenso entre as partes sobre que áreas poderiam ser contempladas, nem sobre qual estratégia deveria ser adotada para o encaminhamento efetivo das negociações a partir de 2012.

Um clima mais positivo despontou a partir de setembro de 2012, em torno da tentativa de alcançar alguns daqueles

acordos parciais até dezembro de 2013, quando se realizará a 9ª Conferência Ministerial, mas seria prematuro contar desde já com esse avanço.

Em 2013, o Brasil continuará comprometido com a conclusão das negociações, desde que em bases equilibradas, que refletem a capacidade de contribuição de cada país. Deve-se reconhecer, no entanto, que a crise da economia global não favorece a conclusão da Rodada no curto prazo.

Enquanto não avançam as negociações da Rodada Doha, o Governo brasileiro vem intensificando negociações com vistas a abrir outros mercados para os produtos brasileiros.

Em paralelo às negociações da Rodada, o Brasil tomou a iniciativa de lançar, na OMC, uma discussão sobre Câmbio e Comércio. O objetivo brasileiro é de explorar possíveis medidas corretivas que pudessem ser aplicadas em situações em que alterações significativas e persistentes nas taxas de câmbio anulassem o efeito de proteção da tarifa de importação e distorcessem a competitividade relativa dos países. É o que tem acontecido com a moeda brasileira.

- **Concluir, no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI), negociação de instrumentos jurídicos internacionais sobre limitações e exceções aos direitos autorais para (a) pessoas com deficiência para leitura, (b) bibliotecas e arquivos, (c) usos educacionais e (d) pessoas com outros tipos de deficiência**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, os trabalhos do Comitê sobre Direitos de Autor e Direitos Conexos (SCCR, sigla em inglês) lograram avanços significativos nas negociações de um tratado em benefício das pessoas com deficiência para leitura. Por essa razão, sessão extraordinária da Assembleia Geral da OMPI, realizada nos dias 17 e 18 de dezembro de 2012, aprovou a convocação de conferência diplomática, que terá lugar em Marraqueche, no período de 16 a 30 de junho de 2013, para concluir as negociações do acordo em tela. A convocação da Conferência Diplomática de Marraqueche representa passo importante para a adoção do instrumento e confirma a relevância política que o tema adquiriu nos últimos anos. Ao longo do primeiro semestre de 2013, duas sessões especiais do SCCR serão realizadas com vistas a avançar os debates sobre disposições que ainda não foram objeto de consenso.

As discussões sobre os demais temas vinculados à agenda de limitações e exceções também avançaram em 2012, mas de forma menos célere que os debates sobre pessoas com deficiência para leitura.

O Brasil apresentou propostas sobre limitações e exceções em benefício de bibliotecas e arquivos e de instituições de ensino com base na sua experiência nacional em torno da reforma da legislação de direitos autorais em curso e tem participado ativamente das discussões. Considera-se que a conclusão do tratado em benefício das pessoas com deficiência para leitura contribuirá positivamente para os debates sobre os demais temas.

OBJETIVO: 0906 - Negociar e ampliar os acordos de livre comércio do Mercosul com terceiros países e regiões.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A paralisação da Rodada Doha no âmbito da OMC, em 2008, coincidiu com o início de crise econômica internacional, que acirrou a competição por mercados. Os países que, como o Brasil, conferem primazia às tratativas multilaterais como meio de ampliação de acesso a mercados, deparam-se agora com um crescente ativismo de outros países na busca de

acordos de livre comércio com terceiros países e na adoção de políticas econômicas, com reflexos na área cambial, que lhes conferem maior competitividade exportadora. Com o Real valorizado, o produto brasileiro, por sua vez, tornou-se caro no exterior.

Trata-se de situação desafiadora para o Brasil, que sofre os efeitos dessas políticas tanto no seu próprio mercado (face ao produto importado), quanto no de terceiros, em que vários produtos brasileiros perderam competitividade. Diante desse quadro, a negociação de acordos de livre comércio ou de preferências tarifárias tem lugar na estratégia do Governo brasileiro para aumentar a competitividade das exportações.

Em 2012, não se concluíram negociações de acordos de livre comércio (ALC) ou de preferências fixas. O acordo de livre comércio MERCOSUL-Palestina, assinado em dezembro de 2011, foi o último dessa natureza celebrado pelo MERCOSUL, somando-se aos ALCs com Israel (2007) e Egito (2010) e aos acordos de comércio preferencial com Índia (2004) e União Aduaneira da África Austral (SACU, na sigla em inglês) em 2009. Tiveram seguimento, apesar disso, as negociações de um Acordo de Associação Birregional entre o MERCOSUL e a União Europeia, que procederá ao intercâmbio de ofertas de acesso a mercados no mais tardar até o último trimestre de 2013. Iniciaram-se, ainda, os entendimentos entre o MERCOSUL e o Canadá, estando atualmente todos os parceiros examinando o interesse no lançamento de negociações de um acordo de livre comércio. Foram também desenvolvidas ações para a implementação dos acordos assinados.

Em junho de 2012, foi assinada, na Cúpula do Conselho Mercado Comum, em Mendoza, Declaração MERCOSUL-China sobre o Fortalecimento da Cooperação Econômica e Comercial, que prevê medidas para incremento dos fluxos de comércio e investimentos. Em novembro, na presidência brasileira do MERCOSUL, realizou-se reunião governamental no âmbito do diálogo MERCOSUL-China, estabelecido pela Declaração de Mendoza, dando início à sua implementação. É importante frisar que não se trata de acordo que estabelece preferências tarifárias com a China, mas apenas do estabelecimento de um diálogo governamental entre o MERCOSUL e aquele país sobre temas de comércio e investimentos.

Metas 2012-2015

- **Estabelecer programas de importação, sem quotas e sem tarifas ("duty-free, quota-free"), de produtos originários de Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo (PMDRs)**

Análise Situacional da Meta

Pela Declaração emitida por ocasião da 6ª Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), adotada em Hong Kong em 2005, os países desenvolvidos assumiram o compromisso de oferecer acesso a seus mercados livre de tarifas e de quotas ("Duty-Free, Quota-Free" - DFQF) a, pelo menos, 97% dos produtos originários de Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs).

O compromisso de acesso estendia-se aos países em desenvolvimento que se declarassem em condições de fazê-lo. Em dezembro de 2009, durante a 7ª Reunião Ministerial da OMC, o Brasil anunciou seu compromisso de implementar um programa DFQF.

Em julho de 2011, a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) aprovou o Programa brasileiro de preferências comerciais ("Duty-Free, Quota-Free") destinado aos PMDRs, assim como um segundo programa para a redução da alíquota de importação de produtos do setor têxtil e de confecções originários do Haiti.

A concessão de acesso preferencial aos PMDRs e ao Haiti constitui iniciativa de grande significado político, pela solidariedade que o Brasil porta àquele país, ao mesmo tempo em que oferece a empresários brasileiros do setor têxtil o

estímulo para investir naquele país com vistas à exportação para outros mercados.

• Negociar acordo comercial do MERCOSUL com a União Europeia e com outros parceiros comerciais de peso
Análise Situacional da Meta

Em coordenação com os demais sócios do MERCOSUL, o Brasil tem avançado nas negociações do marco normativo do Acordo de Associação Birregional MERCOSUL-União Europeia. Até o momento, foram realizadas nove rodadas de negociação.

Em abril de 2012, em Buenos Aires, realizou-se a I Reunião do Comitê Conjunto do Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Israel, colocando o Acordo em pleno funcionamento. Nessa reunião, foi também apresentada ao lado israelense a necessidade de um mecanismo que exclua da cobertura do acordo bens cujos certificados de origem indiquem, como procedência, locais submetidos à administração de Israel após 1967, nos termos do Artigo 2º do Decreto Legislativo n. 936/2009. O Brasil busca desenvolver, em conjunto com os sócios, solução técnica sobre o tema, a ser apresentada ao lado israelense. Foram igualmente discutidas, de modo preliminar, as perspectivas de aprofundamento e ampliação do acordo.

Foram iniciados, em 2012, os trâmites internos para a aprovação e ratificação pelo Congresso Nacional do Acordo de Livre Comércio assinado pelo MERCOSUL com o Egito em agosto de 2010, em San Juan, Argentina.

OBJETIVO: 0907 - Desenvolver a contribuição das atividades de promoção comercial da política externa brasileira, com ênfase em ações de inteligência comercial e prospecção de mercados, de divulgação de oportunidades de negócio ao investidor estrangeiro e de apoio à internacionalização de empresas brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Ao longo de 2012, foram organizados diversos eventos com a participação do empresariado nacional. Ademais, prestou-se apoio a missões empresariais brasileiras ao exterior e a missões empresariais estrangeiras ao Brasil. De fato, realizaram-se 19 missões ao exterior para 29 diferentes países.

Com relação à participação em feiras, de janeiro a dezembro de 2012, o Brasil esteve presente em mais de 130 feiras no exterior e em 17 eventos afins no Brasil.

Metas 2012-2015

• Ampliar a base de importadores cadastrados na rede BrasilGlobalNet em até 40%, de 46677 para 65348 empresas

Análise Situacional da Meta

Além de ampliar a base de importadores, a meta passou a contar com componentes qualitativos, pois, após análise objetiva do cadastro, percebeu-se a necessidade de aprimorar sua confiabilidade e realizar correta manutenção do banco de dados. Atualmente, em torno de 25% do total de registros carecem de validação, e grande parte dos registros validados é feita de forma automática, sem averiguação das informações existentes.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2012

• Ampliar de 10 para 15 o número de atividades de treinamento e capacitação para os operadores do sistema de

promoção comercial brasileiro

Análise Situacional da Meta

Além da manutenção dos cursos de treinamento de Chefes de SECOM, o foco estará no treinamento, por internet, com melhor custo-benefício.

Os principais produtos desenvolvidos serão o curso "on line" para funcionários de SECOM e o Manual de Trabalho dos SECOMs.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar de 12 para 25 a participação institucional do Ministério das Relações Exteriores em feiras no Brasil visando divulgar os serviços disponíveis para a promoção das exportações**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas 17 feiras em 2012, o que representa 42% da meta proposta.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2012

- **Aumentar, de 130 para 190 eventos anuais, o apoio à participação de empresas brasileiras em feiras setoriais e multissetoriais no exterior**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas 130 feiras em 2012. Apesar de não ter havido incremento em relação a 2011, não houve alteração quanto à meta esperada a ser alcançada até 2015 - 190.

Quantidade alcançada

130

Data de Referência

31/12/2012

- **Aumentar de 15 para 25 o número de "roadshows" para a atração de investimentos para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com especial ênfase nos setores portuário e aeroportuário, para os megaeventos esportivos e para setores relacionados à economia verde e inovação**

Análise Situacional da Meta

21 eventos de atração de investimentos foram realizados em 2012, representando 84% da meta anunciada.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

31/12/2012

- **Aumentar de 35 anuais para 100, a contratação e elaboração de estudos sobre investimentos e comércio, bem como de pesquisas de mercado, com o objetivo de subsidiar ações de promoção de investimentos**

Análise Situacional da Meta

Estabeleceu-se parceria entre o Ministério das Relações Exteriores com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil) em matéria de inteligência comercial, inclusive com a criação de Grupo de Trabalho entre as instituições. Foi adotado termo de referência conjunto para elaboração de pesquisas e estudos de mercado. O setor privado participará do processo e receberá diretamente os documentos elaborados sob demanda.

- **Estender para 15 cidades brasileiras, a realização dos seminários e das oficinas do Programa de Promoção de Exportações para a Organização das Nações Unidas (PPE-ONU)**

Análise Situacional da Meta

Desde 2004, ano de lançamento do programa, até 2011, foram realizados sete eventos no âmbito do PPE-ONU. O programa foi descontinuado em função de baixa demanda por parte de seu público-alvo. Não houve comprovação,

durante o período indicado, de incremento significativo das exportações brasileiras para o sistema ONU que justifique a permanência da meta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Expandir de 4 para 6 o número de cidades sul-americanas a serem contempladas com a realização de seminários e oficinas relativas ao Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI)**

Análise Situacional da Meta

O PSCI constitui programa de cooperação técnica, cuja eficácia depende, sobretudo, do interesse por parte dos parceiros comerciais pela realização de seminários e oficinas. Novos eventos relacionados ao PSCI serão realizados conforme a demanda por parte dos parceiros comerciais da América do Sul.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2012

- **Expandir o número de Setores de Promoção Comercial (SECOMs) no exterior de 100 unidades em 78 países para 134 unidades em 101 países**

Análise Situacional da Meta

A meta não teve qualquer evolução, tendo em vista que houve mudança de estratégia. Atualmente, a prioridade conferida à rede de SECOMs é de incremento na qualidade dos serviços prestados nas unidades já em operação.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Reestruturar e ampliar a rede de pontos focais do Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI), ao passar de 55 operadores nacionais atuais para 61 parcerias nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

A meta não teve qualquer evolução, tendo em vista que o sistema foi substituído em razão de sua redundância com outras iniciativas semelhantes de cooperação em matéria de atração de investimentos dentro do próprio Governo Federal.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0908 - Promover a participação brasileira em foros internacionais sobre energia e mineração, com vistas a ampliar a importância e a influência do Brasil, no contexto global.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o Brasil participou de forma ativa nos principais foros internacionais relacionados ao tema de energia, buscando fortalecer a posição do País como ator central no cenário energético mundial. Destacam-se, entre os organismos dedicados especificamente a esse tópico, o Fórum Internacional de Energia (IEF) e o Foro Internacional de Reguladores (IRF). A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que representa o Brasil naquela instância, sediou a Reunião Anual do IRF, de 25 a 27 de setembro. O Brasil participou, também, das discussões sobre o tema de energia em diversos organismos multilaterais como o G-20, o Grupo de Proteção ao Meio Ambiente Marinho (GMEP), e a Organização Marítima Internacional.

Na área de energias renováveis, destacam-se os eventos promovidos pela iniciativa da ONU “Energia Sustentável Para Todos” (SE4ALL), da qual o País faz parte do Foro de Alto Nível, em Londres (24 de abril), Rio de Janeiro (durante a Rio+20) e Nova Iorque (24 de setembro); e da terceira Reunião Ministerial sobre Energia Limpa (CEM3), realizada em Londres (25-26 de abril), com a participação de mais de 20 países. Como copresidente da Parceria Global de Bioenergia (GBEP), o Brasil contribuiu ativamente nas discussões sobre bioenergia no âmbito desse foro. No âmbito da GBEP, durante a Conferência Rio+20, o Brasil organizou seminário internacional sobre bioenergia sustentável e sediou as reuniões do “Working Group on Capacity Building for Sustainable Bioenergy” (WGCB) e do Steering Committee. No âmbito do G20, o Brasil assumiu a copresidencia do C3E (“Clean Energy and Energy Efficiency Working Group”) e atuou de forma a promover tratamento equilibrado para diferentes tipos de energias renováveis, reforçando o papel de tecnologias competitivas, como bioenergia e hidroeletricidade, para os países em desenvolvimento. Destaca-se, também, a participação na Organização Internacional de Normatização (ISO), onde o Brasil atua para a promoção dos biocombustíveis.

No que diz respeito ao tema de mineração, o Brasil esteve presente nos principais eventos multilaterais nessa área com o objetivo de buscar mercados para sua produção de matérias- primas minerais, e também de defender a agregação de valor às exportações brasileiras de produtos minerais.

Por ocasião do 93º Encontro do Comitê Organizador Internacional do Congresso Mundial de Mineração (Viena, 17/09/2012), o Brasil, representado por delegação do Instituto Brasileiro de Mineração e pela Embaixada em Viena, foi escolhido para sediar o 24º Congresso Mundial de Mineração, no Rio de Janeiro, em 2016. O País participou, ainda, de diversas outras reuniões multilaterais sobre o tópico, como o VIII Fórum de Desenvolvimento da África (Adis Abeba, 22 a 25 de outubro); reuniões dos Grupos Internacionais de Estudo do Chumbo e Zinco, do Níquel e do Cobre (Lisboa, 25 a 27 de abril e 8 a 12 de outubro); e a XV reunião do Subgrupo de Trabalho XV (Mineração e Geologia) do MERCOSUL (Buenos Aires, 17 e 18 de abril).

Metas 2012-2015

- **Promover no plano internacional a defesa do acesso do Brasil a recursos energéticos para o desenvolvimento do país**

Análise Situacional da Meta

A participação brasileira nas discussões no âmbito do Conselho Energético Sul-Americano constituiu, em 2012, passo importante para a defesa do acesso do Brasil a recursos energéticos para o desenvolvimento do País. A elaboração do Tratado Energético da UNASUL demanda constante coordenação entre autoridades brasileiras e suas contrapartes sul-americanas, tendo em vista a complexidade dos temas tratados. Reflexo desse quadro foi a decisão do Conselho Energético, em maio de 2012, de criar de um Grupo “Ad Hoc” Jurídico-Político, para assessorar o Grupo de Especialistas em Energia na geração de propostas que permitam dar conteúdo normativo ao Tratado, que será instrumento para conferir segurança jurídica a investimentos conjuntos na área de energia que poderão beneficiar o Brasil no longo-prazo.

OBJETIVO: 0909 - Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet e temas relacionados.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A promoção e o fortalecimento da cooperação com os demais países (e agrupamentos) em ciência, tecnologia e inovação, incluindo TV digital e governança da Internet, experimentaram forte impulso em 2012, com o prosseguimento das

cooperações existentes e implementação de iniciativas pioneiras, tanto em relação a novos países, quanto em relação a novos temas.

A disponibilidade de recursos financeiros foi essencial para viabilizar diversas ações de cooperação em CT&I.

Metas 2012-2015

- **Assegurar a adoção por países da América Central e Caribe e África do padrão nipo-brasileiro de TV digital (ISDB-T)**

Análise Situacional da Meta

Prosseguiram, em 2012, os esforços para assegurar a adoção do padrão nipo-brasileiro de TV digital por países da América Central e Caribe e África, com foco em Angola e Botsuana, na África Austral, e Honduras, El Salvador, Guatemala e Nicarágua, na América Central.

Entre as ações desenvolvidas em 2012, pelo governo brasileiro, cabe mencionar:

- a) coordenação de diversas missões de representantes da Universidade Mackenzie a Botsuana, entre março e setembro, a pedido do governo local, com o objetivo de prestar assistência na preparação e realização de testes comparativos entre os padrões nipo-brasileiro e europeu;
- b) organização e acompanhamento de missão do governo botsuanês na área de TV Digital ao Brasil, em outubro;
- c) promoção da participação de representantes dos citados países centro-americanos e africanos em reunião do Fórum Internacional do ISDB-t, realizada em Quito, em março; d) inclusão de técnicos desses países em "workshops" técnicos ministrados por técnicos brasileiros e japoneses; e) Participação em reunião do Fórum da SADC sobre Migração Digital, realizada em Maputo, em agosto.

Em todos os casos, avalia-se que uma decisão favorável poderá ser oficialmente anunciada proximamente.

- **Expandir o número dos Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) no exterior de 14 unidades em 12 países para 19 unidades em 15 países, e capacitá-los com vistas a, entre outras atribuições, atuarem como observatórios de inovação em suas respectivas áreas jurisdicionais**

Análise Situacional da Meta

Ao longo de 2012, o governo brasileiro expandiu, em termos tanto qualitativos quanto quantitativos, suas atividades de cooperação bilateral e multilateral em ciência, tecnologia e inovação, por intermédio dos Setores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Exterior (SECTEC), em sintonia com a estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação 2012-2015. Dos 14 setores inicialmente existentes - nas Embaixadas em Buenos Aires, Washington, Londres, Paris, Berlim, Pequim, Tóquio, Ottawa, Estocolmo, Moscou, Nova Déli e Seul, além dos Consulados-Gerais em São Francisco e Nova York - foram acrescentados, ao longo de 2012, programas de cooperação em Montevidéu, Lima, Lisboa, Oslo, Helsinque, Cingapura, Genebra, Viena e Bruxelas. Com isso, a meta estabelecida foi não apenas cumprida, como também ultrapassada.

Além da expansão das atividades dos SECTEC, registre-se o funcionamento de alguns Postos como Observatórios de Inovação, com a função de interagir com agentes de inovação (empresas, universidades, centros de pesquisa e desenvolvimento e órgãos governamentais) dos países e Organizações onde estão situados, com vistas a explorar parcerias para programas, investimentos, associações e projetos com o Brasil. As primeiras experiências nesse sentido tiveram início no final de 2011 e estenderam-se ao longo de 2012, incluindo as Embaixadas em Londres, Buenos Aires, Cingapura, Berlim, Lisboa e Pequim. Cabe mencionar, igualmente, o crescente envolvimento dos Postos no exterior no que diz respeito à cooperação envolvendo tecnologias da informação e das comunicações.

A quantificação da meta está representada em termos percentuais logo abaixo.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

26/11/2012

- **Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet, e temas relacionados**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, incluindo TV Digital e governança da Internet, ganhou renovado impulso com a realização de Comissões Mistas (EUA, Índia e Equador) e com reuniões temáticas/visitas/missões de parte a parte (Índia, Japão, Hungria, EUA, China, Vietnã, Alemanha, China, Rússia, Quênia, Países Baixos e África do Sul, entre outros). Foi inaugurada cooperação em C&T com o Peru (I reunião da Subcomissão bilateral de Ciência e Tecnologia, em Lima, em setembro) e com a Noruega (instalação de força-tarefa bilateral para pesquisa e desenvolvimento no setor de petróleo e gás). Foram estabelecidos diálogos na área de inovação com os EUA e o Reino Unido. Com o Canadá, lançou-se, em abril, Plano de Ação bilateral para cooperação em C,T&I 2012-2013. Com o Uruguai, tiveram início as atividades de Subgrupos de Trabalho nas áreas de ciência, tecnologia e inovação e de comunicação e informação, no contexto de Grupo de Alto Nível bilateral estabelecido, em julho, por comunicado presidencial conjunto. Realizaram-se, igualmente, importantes reuniões de coordenação para exploração de oportunidades de cooperação em C,T&I no âmbito do MERCOSUL, da UNASUL e do IBAS. O Brasil recebeu missões do Centro Europeu de Pesquisas Nucleares-CERN, do "European Southern Observatory"-ESO, no contexto de uma possível adesão brasileira a essas organizações.

No que se refere à Sociedade da Informação, cumpre assinalar a realização, em julho, em Washington, da I reunião do Grupo de Trabalho Brasil-EUA sobre Internet e Tecnologias da Informação e das Comunicações. Foram também iniciados diálogos estruturados em matéria de Internet com a União Europeia (no contexto do Diálogo sobre Sociedade da Informação, realizado em novembro, em Bruxelas) e os demais BRICS (mesa-redonda em Pequim, em setembro). Com a China, reuniu-se, em novembro, em Pequim, a Subcomissão de Indústria e Tecnologia da Informação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). O Brasil manteve ativa participação nos foros internacionais sobre governança da Internet (Corporação da Internet para Nomes e Números-ICANN e Fórum de Governança da Internet-IGF), bem como das reuniões sobre o assunto no âmbito das Nações Unidas (Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento e Segunda Comissão da Assembleia-Geral das Nações Unidas). No âmbito regional, o Brasil procurou exercer papel aglutinador na cooperação em torno dos temas afetos à sociedade da informação, em particular a Internet.

Em matéria de TV Digital - objeto de meta específica - prosseguiram os esforços voltados à disseminação do padrão nipo-brasileiro de TV Digital, com especial foco em países da América Central (Honduras, El Salvador, Guatemala e Nicarágua) e da África Austral (Angola e Botsuana). Ao mesmo tempo, o Brasil manteve ativa participação nos foros que reúnem os países que já adotaram o padrão (Fórum Internacional do ISDB-T e Conferência Intergovernamental da Televisão Digital Terrestre, esta última estabelecida em março, em Quito) com vistas à consolidação e harmonização.

OBJETIVO: 0911 - Aprimorar e expandir os serviços consulares, o tratamento dos temas migratórios e as atividades de apoio às comunidades brasileiras no exterior, nos termos da política governamental estabelecida pelo Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Houve aumento no volume de documentos emitidos pelo Sistema Consular Integrado graças à abertura de novos postos e

à disponibilização de novos serviços, antes processados fora do Sistema. O crescimento da demanda por serviços consulares brasileiros no exterior gera a necessidade de adequar as práticas consulares em termos quantitativos e qualitativos, o que será tratado por evoluções no Sistema Consular Integrado.

Metas 2012-2015

- **Elevar o Índice de Produtividade Consular Consolidado (IPCC) dos atuais 81,28% para 89,41%**

Análise Situacional da Meta

Já no primeiro ano do PPA, a meta foi superada ao inicialmente proposto.

Tal fato ocorreu pelo aumento da proporção de documentos emitidos pelo Sistema Consular Integrado, que foi possível graças à maior informatização dos Postos, reduzindo o número de documentos antes processados fora do Sistema.

Quantidade alcançada

95,71

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0913 - Ampliar a capacitação dos quadros da carreira de diplomata e aumentar a diversidade de seus integrantes, mediante concursos de seleção, cursos de formação e aperfeiçoamento e de altos estudos, programas de ação afirmativa e acordos de intercâmbio e cooperação com academias diplomáticas de outros países.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

As principais realizações do período foram a manutenção do alto nível de habilitação de profissionais em relação à demanda do órgão, assim como a aprovação de candidatos afrodescendentes em função das bolsas de estudo concedidas.

Metas 2012-2015

- **Alcançar o índice de 10% na quantidade de bolsistas estrangeiros participantes do Curso de Formação, por turma**

Análise Situacional da Meta

A turma 2012/2014 do Curso de Formação é composta por 42 alunos, dos quais 12 são bolsistas estrangeiros, correspondendo a 28% do total.

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

16/11/2012

- **Aumentar a taxa de aprovação de candidatos afro-descendentes no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, dos atuais 5,17% para 7%**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, dois bolsistas afrodescendentes foram aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, entre os 69 bolsistas do período, equivalendo a 2,9%.

Quantidade alcançada

2,9

Data de Referência

16/11/2012

OBJETIVO: 0915 - Expandir o conhecimento internacional sobre a variedade brasileira da Língua Portuguesa e sobre a cultura brasileira, e promover o intercâmbio, a cooperação cultural e educacional e a diversidade cultural, nos âmbitos bilateral e multilateral, e a transformação da percepção sobre o Brasil e os brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Para cumprir o objetivo proposto, são desenvolvidas as seguintes iniciativas:

- a. Rede Brasileira de Ensino no exterior (RBEx), que se apoia nos Centros Culturais Brasileiros (CCBs), no Programas de Leitorados, bem como em instituições privadas sem fins lucrativos que mantêm convênios com Embaixadas e Repartições Consulares para o ensino do idioma a estudantes estrangeiros;
- b. Cursos de Formação Continuada de Professores de seus Centros Culturais;
- c. Participação em encontros e reuniões nacionais e internacionais;
- d. Colaboração com o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) na implementação do Plano de Ação de Brasília, inclusive no que tange à organização de colóquios sobre a língua portuguesa e na elaboração do Portal do Instituto;
- e. Colaboração com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) na aplicação do exame Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELP-BRAS);
- f. Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) - Criado oficialmente em 1965, oferece a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico a oportunidade de realizar seus estudos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras;
- g. Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) - Criado oficialmente em 1981, oferece bolsas de estudo para nacionais de países em desenvolvimento com os quais o Brasil possui acordo de cooperação cultural e/ou educacional, para formação em cursos de pós-graduação strictu sensu (mestrado e doutorado) em IES brasileiras;
- h. Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME) - Oferecido pelo Estado Maior da Armada (EMA), destina-se à formação e ao aperfeiçoamento de Oficiais da Marinha Mercante provenientes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos culturais ou educacionais;
- i. Programa Anual de Cursos de Curta Duração (PACCD) - Também oferecido pelo EMA, destina-se à preparação de aquaviários, provenientes de países em desenvolvimento, com os quais o Brasil mantém acordos culturais ou educacionais, para atividades que exijam qualificações especiais;
- j. Programa de Auxílio ao Estudante Brasileiro (PAEB) – No âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, em parceria com Embaixadas e Consulados, promoção de atividades de auxílio e informação aos bolsistas do programa no exterior;
- k. Programa de Divulgação da Realidade Brasileira (PDRB), planejado e executado em conjunto com as diversas missões do Brasil ao redor do mundo, com o objetivo de divulgar nossos valores e cultura por meio de diversas ações, como exposições, eventos acadêmicos, seminários, traduções de livros e realização de concertos;
- l. Publicações, realizadas em diversos idiomas, sobre aspectos importantes da cultura e da realidade brasileiras, como música, culinária, capoeira, festas populares, teatro, futebol, culturas indígenas, integração da América do Sul, biocombustíveis, ciência e tecnologia;
- m. Programa Formadores de Opinião (PFO), que convida jornalistas e outros formadores de opinião estrangeiros a conhecerem, no Brasil, projetos exitosos em setores como cultura, ciência e tecnologia e infraestrutura;
- n. Programas de rádio, apoiados em diversos países em que o Brasil possui missões diplomáticas, com o objetivo de divulgar nossa música e cultura;
- o. Planejamento e atualização de páginas eletrônicas, além de incentivo à criação e aperfeiçoamento de páginas dos Postos do Brasil no exterior e monitoramento da presença do Ministério das Relações Exteriores e de suas missões nas redes sociais;
- p. Programa de Promoção do Audiovisual Brasileiro (PPAB), planejado e executado em conjunto com as diversas missões do Brasil ao redor do mundo, com o objetivo de apoiar e organizar mostras, festivais e exibições de produtos audiovisuais brasileiros em circuitos comerciais e alternativos, bem como nas instalações dos Centros de Estudos Brasileiros, Institutos Culturais e Postos no exterior;
- q. Programas de Difusão Cultural (PDC), com o objetivo de promover e difundir, no exterior, a cultura brasileira em seus

mais diversos aspectos, em especial nas áreas de artes visuais, artes cênicas, música e literatura; r. Programa de Promoção Multilateral da Cultura (PPMC), com o objetivo de estruturar, apoiar e executar iniciativas concretas em matéria de promoção da cultura brasileira no âmbito multilateral, nas Missões do Brasil junto a organismos internacionais.

Metas 2012-2015

• Expandir de 5 para 16 os cursos anuais de capacitação de professores no exterior

Análise Situacional da Meta

Foi realizado, em 2010, o Curso de Formação Continuada de Professores (PROFIC), que consistiu na realização de dois módulos de capacitação pedagógica em Português como Língua Estrangeira. O primeiro módulo (PROFIC I) envolveu a participação de todo o corpo docente dos Centros Culturais Brasileiros (CCB), e o segundo módulo (PROFIC II) foi direcionado aos professores recém-contratados ou que nunca fizeram cursos de capacitação.

Paralelamente, cada CCB teve a oportunidade realizar capacitações próprias, no âmbito da Programação dos Centros Culturais Brasileiros e da Programação de Difusão de Língua e Cultura: em 2009, foram realizados 9 cursos; em 2010, foram realizados os PROFICs I e II; em 2011, foram realizados 3 cursos; e, em 2012, foram realizados 15.

Em 2013, prevê-se o início da realização de cursos de capacitação online em Português como Língua Estrangeira, por meio de plataforma digital contida no Portal dos Centros Culturais Brasileiros.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

23/11/2012

• Expandir de 68 para 100 o número de leitorados brasileiros no exterior

Análise Situacional da Meta

Em 2011, o Brasil contava com uma rede de 66 Leitorados no Exterior. O aumento de interesse pela língua portuguesa em diversas novas regiões do mundo, resultante do papel de destaque que o Brasil vem assumindo no cenário internacional, e o processo de desvalorização cambial, levaram o governo brasileiro a adotar nova estratégia para distribuição dos Leitorados no exterior, privilegiando as seguintes linhas de ação:

- ênfase na criação de leitorados em regiões que, embora prioritárias para a política externa brasileira, ainda não contam com nenhum, ou contam com número não compatível com a importância que tais regiões passaram a ter para a política externa brasileira. É o caso dos BRICs (Rússia, Índia, China e África do Sul);
- criação de Leitorados em países relevantes para o Programa Ciência Sem Fronteiras. É o caso dos Estados Unidos, do Canadá, da Alemanha e do Japão, entre outros;
- formas alternativas de apoio a instituições que já possuam cursos consolidados do português falado no Brasil: Programa de Apoio aos Leitorados, com início em 2013.

Quantidade alcançada

69

• Reestruturar, modernizar e expandir de 22 para 26 a Rede de Centros Culturais Brasileiros

Análise Situacional da Meta

Existem, atualmente, 22 Centros Culturais no exterior, responsáveis pelo ensino da variedade brasileira da língua portuguesa a mais de 14 mil alunos, pela aplicação do exame CELPE-Bras, que atesta a proficiência em língua portuguesa, e pela apresentação de projetos de atividades culturais a serem apoiados com recursos do Departamento Cultural.

Em 2012, foram consolidados e modernizados CCBs, com especial destaque para o de Lima e o da Cidade do México; finalizados os trâmites para abertura de CCB em Caracas e em Buenos; e foi iniciado o processo de negociação de acordos para a implantação de CCBs na China e na Rússia.

Para 2013, a prioridade será o fortalecimento dos CCBs por meio da (i) modernização das bibliotecas; (ii) da aquisição de material permanente; (iii) da capacitação dos professores; e (iv) do incentivo à participação dos alunos em atividades culturais.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

15/04/2013

OBJETIVO: 0916 - Ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltados para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, implementaram-se as seguintes atividades:

- editadas e reimpressas 109 (cento e nove) das 120 (cento e vinte) publicações previstas para 2012, sobre os temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira. Cumprida, portanto, 92,5% da meta total.
- implantada a biblioteca virtual, que contém, entre outras publicações, dissertações e artigos selecionados de relações internacionais e ciências políticas com enfoque em temas da política externa.
- Foi também implantado o cadastro de referências em relações internacionais e política externa. Foram cumpridas 100% dessas duas metas previstas para 2012. Nos próximos anos serão atualizadas e ampliadas as obras da biblioteca virtual e as informações do cadastro.
- realizados 3 (três) dos 10 (dez) cursos para diplomatas estrangeiros. Assim, foram executados 30% da meta prevista para 2012.
- realizados diretamente e/ou em parceria com outras instituições 22 (vinte e dois) dos 60 (sessenta) debates sobre temas prioritários que integram a agenda internacional, aí compreendidos seminários, conferências, palestras, encontros e cursos. Neste item foram cumpridos 36% da meta prevista para 2012.

Metas 2012-2015

- **Editar 120 obras sobre temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira**
Análise Situacional da Meta

Foram editadas e reimpressas 109 (cento e nove) publicações sobre os temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira. Cumprida, portanto, 92,5% da meta total.

Ainda no âmbito da divulgação, foram doadas e entregues 160.240 publicações no País e 20.803 no exterior, totalizando 181.043 publicações para bibliotecas e formadores de opinião pública.

Quantidade alcançada

109

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar biblioteca virtual contendo seleção de dissertações e artigos selecionados de relações internacionais e ciências políticas, com enfoque nos temas de política externa**

Análise Situacional da Meta

Foi implantada a biblioteca virtual, que contém, entre outras publicações, dissertações e artigos selecionados de relações internacionais e ciências políticas com enfoque em temas da política externa. Foram cumpridos 100% dessa meta. Nos próximos anos serão atualizadas e ampliadas as obras da biblioteca virtual.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

30/11/2012

- **Implantar cadastro de referências em relações internacionais e política externa**

Análise Situacional da Meta

Foi implantado o cadastro de referências em relações internacionais e política externa, portanto cumprida 100% dessa meta. Nos próximos anos serão atualizadas e ampliadas as informações do cadastro.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

30/11/2012

- **Realizar 10 cursos para diplomatas estrangeiros**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados 3 (três) dos 10 (dez) cursos para diplomatas estrangeiros.

1. X Curso para Diplomatas Sul-Americanos – 26 de março a 04 de abril.
2. I Curso para Diplomatas da ASEAN – 06 a 17 de agosto.
3. III Curso para Diplomatas Africanos – 24 de setembro a 05 de outubro.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

30/11/2012

- **Realizar 60 debates sobre temas prioritários que integram a agenda internacional**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados diretamente e/ou em parceria com outras instituições 22 (vinte e dois) dos 60 (sessenta) debates sobre temas prioritários que integram a agenda internacional, aí compreendidos seminários, conferências, palestras, encontros e cursos.

Apoiaram-se 2 (dois) eventos em que foram debatidos temas de interesse para a política externa (X Congresso Brasileiro de Direito Internacional, 22 a 25 de agosto de 2012, e o Seminário “A Contemporaneidade das ideias do Diplomata Renato Mendonça”, 04 de outubro de 2012), organizaram-se 4 (quatro) exposições sobre a história diplomática brasileira, no âmbito das comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco (“Rio Branco: Cem Anos de Memória-Palácio Itamaraty”, 10 e 11 de fevereiro de 2012; “O Barão e a Caricatura”, em 15 de março de 2012; “O Barão e a Caricatura- Rio Branco nos traços dos caricaturistas”, de 07 de agosto a 30 de setembro de 2012) e apoiou a segunda edição da exposição das obras de arte que integrarão o patrimônio do Ministério das Relações Exteriores, no País e no exterior (“Novas aquisições: II Concurso Itamaraty de Arte Contemporânea”, em 07 de dezembro de 2012).

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar concursos anuais de dissertações de mestrados em relações internacionais e ciências políticas, com**

enfoque nos temas da política externa

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2012 não foi realizado concurso de dissertações.

Para os próximos exercícios serão realizados concursos anuais de dissertações e teses universitárias sobre temas de interesse da política externa brasileira.

Quantidade alcançada

0

OBJETIVO: 0917 - Diversificar e ampliar a cooperação técnica internacional do Brasil, com base em mecanismos bilaterais, multilaterais e regionais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Objetivo alcançado por meio da prospecção, formulação e execução de projetos de cooperação técnica Sul-Sul com países em desenvolvimento da América Latina e Caribe, África e Ásia, bem como por meio da coordenação, negociação, aprovação e acompanhamento de iniciativas de cooperação técnica em parceria com governos de países desenvolvidos e organismos internacionais.

Metas 2012-2015

- **Aumentar o quantitativo de instrumentos de Cooperação Técnica Internacional em 20%, em relação a 2010, firmados entre o Brasil e outros países em desenvolvimento**

Análise Situacional da Meta

O número de projetos alcançados em 2012 (1.058) aproximou-se do resultado de 2010 (1.348), não tendo sido vislumbrado acréscimo em termos percentuais, pelo expurgo de vários itens que não deveriam ter sido contabilizados no somatório do ano de 2010.

Ademais, como o objeto da cooperação técnica é o desenvolvimento de capacidades institucionais e de indivíduos no Brasil ou em países em desenvolvimento a partir da geração, transferência e absorção de conhecimentos, práticas e experiência, o indicador de sucesso da meta não deve ser medido apenas pelo percentual alcançado com a execução de projetos, mas também pelo impacto e sustentabilidade desses projetos, programas e atividades de cooperação prestados pelo Brasil.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

15/02/2013

- **Elaborar proposta de marco regulatório para a Cooperação Técnica Internacional entre o Brasil e outros países em desenvolvimento**

Análise Situacional da Meta

Está sendo elaborada, em conjunto com a Controladoria Geral da União-CGU, proposta de alteração ao Decreto 5.151/2004 que regulamenta a cooperação recebida.

Em relação à cooperação prestada, iniciou-se a fase de elaboração de minuta na Agência Brasileira de Cooperação.

OBJETIVO: 0918 - Expandir a participação do Brasil em negociações e ações internacionais de combate à fome e à pobreza e de cunho humanitário, a fim de prevenir calamidades, propiciar apoio emergencial em casos de desastres ou conflitos e auxiliar a recuperação de países atingidos por eventos danosos de grandes proporções.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

No período sob consideração, o governo brasileiro executou intensa prestação de cooperação humanitária, a fim de garantir, principalmente, a ampliação de sua capacidade de resposta em situações de emergência e de crises prolongadas.

O aprofundamento da parceria com organismos internacionais especializados constituiu importante fator para o aumento considerável da projeção do país como doador internacional. Atestado mais notável dessa projeção foi a capacidade de aproximar diferentes organismos internacionais em torno de iniciativas propostas e elaboradas pelo Brasil.

A atuação humanitária brasileira logrou, adicionalmente, atrair a atenção de doadores tradicionais, como Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Comissão Europeia, República Tcheca, Nova Zelândia, Suíça, Holanda e Espanha, tornando-os parceiros das iniciativas lideradas pelo Brasil. Atualmente, os referidos países vêm investindo em diferentes ações da cooperação humanitária brasileira por meio de aportes financeiros a organismos internacionais executores dos projetos.

Como em períodos anteriores, a cooperação humanitária pôde contar com a ampliação e constante apoio dos Grupos de Trabalho Interministeriais de Assistência Humanitária Internacional e de assuntos relacionados à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (GTI-FAO) para garantir maior eficiência e diversificação de suas ações. A exemplo disso, cabe mencionar a ampliação da capacidade brasileira de responder, principalmente no âmbito regional, a crises humanitárias por meio do envio de medicamentos e insumo hospitalar.

Foram organizados seminários internacionais sobre políticas públicas contra a exclusão social e sobre a erradicação da fome e da pobreza. Realizados no Marrocos, Tunísia e Paquistão, os seminários deram início a troca de experiências e a exploração da possibilidade de intercâmbio de boas práticas e de cooperação entre as partes.

A doação de alimentos autorizada pela Lei 12.429/11 constituiu elemento chave na prestação de cooperação humanitária ao longo de 2012. As doações de gênero alimentício constituíram cerca de 35% das ações operacionalizadas ao longo do período em tela.

Cabe mencionar, ainda, que o apoio da Casa Civil, do Congresso Nacional, da Secretaria-Geral da Presidência, da Sociedade Civil e dos organismos internacionais foi essencial para que grande parte da cooperação humanitária fosse viabilizada em 2012.

Adicionalmente, a consultoria da FAO foi fundamental para garantir a elaboração de um sistema de gestão e monitoramento das atividades da cooperação humanitária brasileira.

À luz do exposto, evidencia-se que ao longo do próximo ano buscar-se-á elaborar marco regulatório relativo à provisão de cooperação humanitária pelo Brasil; a melhoria da gestão de processos; o monitoramento das ações de cooperação humanitária; a diversificação de parceiros; o aumento do quadro de funcionários e de recursos destinados à cooperação humanitária e melhor inserção do tema da cooperação humanitária no organograma do Ministério das Relações Exteriores.

Metas 2012-2015

- **Elaborar marco legal relativo à provisão de cooperação humanitária internacional pelo Brasil**

Análise Situacional da Meta

Proposta do referido marco legal para provisão de Cooperação Humanitária Internacional encontra-se em fase de elaboração pelo Grupo de Trabalho Interministerial de Cooperação Humanitária.

- **Expandir de 70, realizadas pelo Brasil em 2010, para 120 operações internacionais humanitárias e de gestão do risco de desastres**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o Governo brasileiro realizou 109 ações internacionais de Cooperação Humanitária, executando todo o montante orçamentário disponibilizado para esse fim.

Destaca-se que a frustração da meta deu-se principalmente em razão da ausência de marco legal adequado para o provimento de cooperação humanitária pelo Brasil.

Cabe mencionar, ainda, que as doações de alimentos autorizadas na Lei 12.429/11, operadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), representam cerca de 35% das ações de cooperação humanitária do exercício de 2012.

Quantidade alcançada

109

Data de Referência

30/11/2012

OBJETIVO: 0919 - Promover a percepção internacional do compromisso do Brasil com os direitos humanos e com os temas sociais, por meio da participação ativa em órgãos multilaterais e do diálogo e da cooperação bilaterais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O Governo brasileiro, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, promove a percepção internacional do compromisso brasileiro com os direitos humanos e temas sociais por seu forte engajamento no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, na Organização Mundial de Saúde e na Organização Internacional do Trabalho e demais organismos internacionais, bem como por seu intenso diálogo com relatores especiais de direitos humanos e demais órgãos de tratado. Está envolvido, ainda, com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Metas 2012-2015

- **Assinar o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**

Análise Situacional da Meta

Foi incluída, entre as recomendações parcialmente aceitas pelo Brasil como resultado da avaliação a que o país foi submetido pelo mecanismo de revisão periódica universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, a de dar início a consultas com os órgãos federais e conselhos dotados de competência sobre matérias relativas à promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais, com vistas à possível assinatura do referido Protocolo Facultativo.

- **Elaborar critérios e procedimento de natureza pública para a seleção de candidatos brasileiros a órgãos de tratados de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA)**

Análise Situacional da Meta

Está-se conferindo maior transparência aos critérios aplicados à seleção de candidatos brasileiros a órgãos de tratados de direitos humanos da ONU e da OEA por meio de diálogo junto aos órgãos governamentais, conselhos nacionais e

organizações do terceiro setor dedicados aos temas de direitos humanos.

- **Elaborar sítio eletrônico para a difusão permanente e atualizada de informações sobre temas de direitos humanos e política externa**

Análise Situacional da Meta

Esteve em elaboração ao longo de 2012 o projeto de sítio eletrônico com essas características, com previsão de lançamento no primeiro semestre de 2013. A necessidade de informações sobre temas de direitos humanos e política externa está, no momento, sendo parcialmente atendida por meio da disposição dessas informações em sítios eletrônicos geridos pelas Delegações do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra e em Nova York, assim como pelo atendimento a pedidos específicos de informação apresentados ao amparo da Lei de Acesso à Informação.

- **Organizar a Conferência Mundial sobre Trabalho Infantil, no Brasil em 2013**

Análise Situacional da Meta

Como parte do processo de preparação interna, foi instituída, em esforço conjunto do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Ministério do Trabalho e Emprego (tem), a Comissão Nacional Organizadora da Conferência Mundial sobre Trabalho Infantil. Foram iniciados os trabalhos de divulgação, em nível internacional, do evento.

- **Promover o credenciamento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos junto ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos como "Instituição Nacional Brasileira", conforme os "Princípios de Paris"**

Análise Situacional da Meta

O credenciamento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos junto ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH) depende da aprovação de projeto de lei atualmente perante o Congresso Nacional. Uma vez instituído o Conselho, este deverá preparar memoriais ao EACDH. O Ministério das Relações Exteriores deverá apoiar o processo de apresentação e de credenciamento subsequentes.

PROGRAMA: 2043 - Integração Sul-Americana

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Chegada de turistas provenientes da Argentina ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	1.399.592	31/12/2012	1.671.604
Chegada de turistas provenientes da Bolívia ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	99.359	31/12/2012	112.639
Chegada de turistas provenientes da Colômbia ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	85.567	31/12/2012	100.324
Chegada de turistas provenientes da Guiana ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	5.236	31/12/2012	3.400
Chegada de turistas provenientes da Venezuela ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	51.186	31/12/2012	51.106
Chegada de turistas provenientes do Chile ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	200.724	31/12/2012	250.586
Chegada de turistas provenientes do Equador ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	23.095	31/12/2012	26.462
Chegada de turistas provenientes do Paraguai ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	194.340	31/12/2012	246.401
Chegada de turistas provenientes do Peru ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	81.020	31/12/2012	91.996
Chegada de turistas provenientes do Suriname ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	2.930	31/12/2012	4.859
Chegada de turistas provenientes do Uruguai ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	228.545	31/12/2012	253.864
Corrente de Comércio Brasil-Argentina	US\$ milhão por ano	31/12/2010	32.957	31/12/2012	34.441 ^T
Corrente de Comércio Brasil-Bolívia	US\$ milhão por ano	31/12/2010	3.396	31/12/2012	4.904 ^T
Corrente de Comércio Brasil-Chile	US\$ milhão por ano	31/12/2010	8.362	31/12/2012	8.766 ^T
Corrente de Comércio Brasil-Colômbia	US\$ milhão por ano	31/12/2010	3.275	31/12/2012	4.107 ^T
Corrente de Comércio Brasil-Equador	US\$ milhão por ano	31/12/2010	1.035	31/12/2012	1.031 ^T
Corrente de Comércio Brasil-Guiana	US\$ milhão por ano	31/10/2010	28,4	31/12/2012	33,7
Corrente de Comércio Brasil-países da América do Sul	US\$ milhão por ano	31/12/2010	62.995	31/12/2012	70.712
Corrente de Comércio Brasil-países do MERCOSUL	US\$ milhão por ano	31/12/2010	39.221	31/12/2012	42.052
Corrente de Comércio Brasil-Paraguai	US\$ milhão por ano	31/12/2010	3.159	31/12/2012	3.605
Corrente de Comércio Brasil-Peru	US\$ milhão por ano	31/12/2010	2.928	31/12/2012	3.702
Corrente de Comércio Brasil-Suriname	US\$ milhão por ano	31/12/2010	63,6	31/12/2012	62,1

Corrente de Comércio Brasil-Uruguai	US\$ milhão por ano	31/12/2010	3.105	31/12/2012	4.005
Corrente de Comércio Brasil-Venezuela	US\$ milhão por ano	31/12/2010	4.687	31/12/2012	6.052

Observações:

Chegada de turistas provenientes da Argentina ao Brasil - Fonte: Anuário Estatístico de Turismo - Ano Base 2012
 Chegada de turistas provenientes da Bolívia ao Brasil - Fonte: Anuário Estatístico de Turismo - Ano Base 2012
 Chegada de turistas provenientes da Colômbia ao Brasil - Fonte: Anuário Estatístico de Turismo - Ano Base 2012
 Chegada de turistas provenientes da Guiana ao Brasil - Fonte: Anuário Estatístico de Turismo - Ano Base 2012
 Chegada de turistas provenientes da Venezuela ao Brasil - Fonte: Anuário Estatístico de Turismo - Ano Base 2012
 Chegada de turistas provenientes do Chile ao Brasil - Fonte: Anuário Estatístico de Turismo - Ano Base 2012
 Chegada de turistas provenientes do Equador ao Brasil - Fonte: Anuário Estatístico de Turismo - Ano Base 2012
 Chegada de turistas provenientes do Paraguai ao Brasil - Fonte: Anuário Estatístico de Turismo - Ano Base 2012
 Chegada de turistas provenientes do Peru ao Brasil - Fonte: Anuário Estatístico de Turismo - Ano Base 2012
 Chegada de turistas provenientes do Suriname ao Brasil - Fonte: Anuário Estatístico de Turismo - Ano Base 2012
 Chegada de turistas provenientes do Uruguai ao Brasil - Fonte: Anuário Estatístico de Turismo - Ano Base 2012
 Corrente de Comércio Brasil-Argentina - Balança Comercial, Secretaria de Comércio Exterior, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

OBJETIVO: 0796 - Promover a implementação das Áreas de Controle Integrado (ACIs) na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL, por meio da modernização e aprimoramento, dotando-as de adequada infraestrutura, recursos humanos, financeiros e tecnológicos, de forma a simplificar os trâmites aduaneiros.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

O Acordo de Recife, que tem o objetivo de estabelecer medidas técnicas e operacionais que regulem os controles integrados nas fronteiras entre os Estados Partes, está em revisão com vistas a aperfeiçoar os elementos relacionados ao controle de áreas de fronteiras.

Metas 2012-2015

- Implementar efetivamente o controle integrado em 10 ACIs

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi integrada a ACI/Cargas em Artigas (Uruguai), que faz divisa com Quaraí (Brasil), ainda de forma provisória, de algumas questões pendentes de negociação, como a questão envolvendo porte de arma no país limítrofe. Resolver as condições atuais que envolvem questões institucionais (a questão envolvendo o controle migratório e a necessidade de renegociar cabeceiras em ACIs previstas em Resolução do MERCOSUL e negociar cabeceira de ACI com o Peru, entre outras) é essencial para alcançar a meta prevista para 2015.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0957 - Promover a implementação do Banco do Sul como instrumento regional de financiamento de projetos com vistas ao desenvolvimento econômico e social na América do Sul, bem como avançar na negociação de um mecanismo regional de garantias, para facilitar o acesso a diferentes formas de financiamento a empreendimentos na região.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Para que o Banco do Sul (BdS) possa iniciar suas operações, o seu Convênio Constitutivo precisa ser internalizado no

ordenamento jurídico dos países sócios que representem mais de 2/3 (dois terços) do Capital Subscrito do Banco. Argentina, Bolívia, Equador, Uruguai e Venezuela já o fizeram, o que atende a esse requisito. Assim, até abril de 2013, esses países terão de realizar suas integralizações de capital, de acordo com cronograma previsto no Convênio, para que o Banco do Sul possa começar suas atividades. Brasil e Paraguai estão com o processo de internalização tramitando em seus respectivos congressos nacionais e, no caso brasileiro, prevê-se a ratificação ainda em 2013.

Por outro lado, desde meados de 2010, as delegações dos países fundadores do Banco vem se reunindo periodicamente, tanto em plenárias de alto nível quanto em 3 Grupos Técnicos (GT1 – Delineamentos Estratégicos; GT2 – Gestão Financeira, Creditícia e de Riscos; GT3 – Organização, Administração e Métodos). Como resultado, avançou-se substancialmente na elaboração das políticas operacionais do Banco, sua estrutura organizacional, as estratégias de atuação do BdS, entre outros, que servirão como base para a gestão e operação do Banco.

Metas 2012-2015

- **Iniciar o financiamento de projetos-piloto por parte do Banco do Sul**

Análise Situacional da Meta

Tendo em vista que o Banco do Sul ainda não iniciou suas operações, ainda não houve financiamento de projetos-piloto.

OBJETIVO: 0883 - Fomentar a integração produtiva na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL e no COSIPLAN, com vistas a estimular a complementaridade entre diferentes elos das cadeias regionais de valor e a efetiva incorporação da produção desses países ao processo produtivo do Brasil.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Os esforços para a integração de cadeias produtivas da América do Sul, com foco no Mercosul, vem sendo envidados no âmbito multilateral, através da coordenação brasileira do Grupo de Integração Produtiva – GIP e Subgrupo 07-Indústria Mercosul, priorizando os seguintes setores para avançar num plano de ação visando à Integração Produtiva: naval, energia eólica, brinquedos, aeronáutico, automotivo e integração produtiva entre APLs. Foram criados Comitês de Integração Produtiva - IP com a participação de técnicos governamentais nacionais com atribuições nesses setores, que vem trabalhando na identificação de potenciais de IP, na identificação de potenciais e obstáculos à IP.

Esses esforços também vêm sendo realizados no âmbito de negociações bilaterais para a IP desses setores, principalmente no âmbito da cooperação Brasil-Uruguai.

Existe a expectativa de se firmar o primeiro acordo bilateral concreto de integração produtiva Brasil/Uruguai, relativo ao setor de Energia Eólica.

Também, encontram-se em curso ações voltadas para a melhoria da competitividade do estrato industrial do Mercosul, com foco na cooperação entre APLs, na criação de um Observatório Mercosul de APLs, no desenvolvimento de um sistema de indicadores de competitividade industrial, na busca de harmonização da normativa relativa à propriedade intelectual, no fortalecimento do setor artesanal, no desenvolvimento do tema design no Bloco, entre outros.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver dois projetos de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no MERCOSUL**

Análise Situacional da Meta

Estão sendo desenvolvidos 2 projetos de Arranjos Produtivos do MERCOSUL no âmbito do SGT-7 Indústria MERCOSUL e do Grupo de Integração Produtiva – GIP.

O primeiro projeto é de identificação de APLs no MERCOSUL com perspectivas de cooperação e parcerias. Nesse sentido foram realizados 2 mapeamentos: o primeiro mapeamento nas fronteiras com o Brasil e o segundo em cada país

do MERCOSUL, faltando incluir a Venezuela.

O segundo projeto é o de acadêmicos especializados em Projetos de clusters/APLs nos países do MERCOSUL. Cada país indicou um ponto focal, especialista em projetos, porém falta a indicação da Venezuela. O Projeto Rede de Acadêmicos do MERCOSUL visa a troca de experiências exitosas e a criação de um banco de especialistas que possam desenvolver projetos de integração produtiva entre APLs do MERCOSUL.

• Implementar o Fundo MERCOSUL de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas

Análise Situacional da Meta

O Conselho do Mercado Comum - CMC, órgão máximo do Mercosul, aprovou a criação de um Fundo de Garantias para apoiar as PMEs do Mercosul envolvidas em processo de integração produtiva. O Grupo Técnico encarregado de regulamentar a decisão do CMC, coordenado no Brasil pelo Ministério da Fazenda e com participação de representantes do MDIC/SDP/SCS, vem trabalhando com o objetivo de aprovar a regulamentação do Fundo.

OBJETIVO: 0940 - Incentivar a construção de um espaço regulatório e econômico integrado na América do Sul, por meio do adensamento, da convergência, do aprofundamento e da ampliação dos acordos firmados pelo Brasil, em conjunto com o MERCOSUL ou em separado, no marco institucional da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), com vistas a conferir fluidez ao intercâmbio de bens e serviços na região.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A construção de um espaço regulatório e econômico integrado na América do Sul avança de forma gradual, tendo como foco de irradiação o MERCOSUL. Em 2012, a Venezuela aderiu ao MERCOSUL, a Bolívia assinou o Protocolo de Adesão ao Bloco e o Equador deu seguimento às conversações com vistas à sua incorporação. Além da ampliação das relações intrabloco, o MERCOSUL mantém Acordos de Complementação Econômica (ACEs) com os demais países da América do Sul, com exceção de Guiana e Suriname, no âmbito da ALADI. Cada ACE estabelece cronogramas de desgravação tarifária gradual e progressiva. Em conjunto, tais acordos já permitirão que a América do Sul constitua, em 2019, uma área de livre comércio.

Metas 2012-2015

• Aprofundar as preferências tarifárias no ACE-58 e no ACE-59

Análise Situacional da Meta

Não foi iniciada, no âmbito do ACE-58, a aceleração dos cronogramas de desgravação tarifária. A desgravação obedece ao cronograma inicialmente acordado. No ACE-59 (MERCOSUL-Venezuela, Colômbia e Equador), a discussão sobre aprofundamento de preferências tarifárias só poderá avançar após a mudança do status jurídico da Venezuela, que deixará de figurar como contraparte no acordo em vista de sua adesão ao MERCOSUL.

• Concluir a negociação do Acordo Bilateral sobre Investimentos entre Brasil e Chile

Análise Situacional da Meta

O Acordo Bilateral sobre Investimento entre Brasil e Chile está suspenso para reavaliação da posição brasileira.

• Concluir a negociação do Protocolo sobre Comércio de Serviços entre MERCOSUL e Colômbia, no ACE-59

Análise Situacional da Meta

A posição brasileira sobre Protocolo sobre Comércio de Serviços entre MERCOSUL e Colômbia encontra-se em fase de avaliação pelas autoridades competentes.

• Incorporar compras governamentais no âmbito dos ACEs ou bilateralmente

Análise Situacional da Meta

O tema encontra-se em negociação no âmbito do MERCOSUL. Em vista da complexidade das negociações, não há previsão para sua conclusão. Uma vez alcançado o entendimento entre os países-membros do Bloco, se poderá proceder à incorporação do tema de compras governamentais aos Acordos de Complementação Econômica.

• Incorporar investimentos no âmbito dos ACEs ou bilateralmente

Análise Situacional da Meta

O início das negociações sobre a incorporação do tema de investimentos no âmbito dos ACEs dependerá da conclusão das negociações bilaterais sobre investimentos Brasil-Chile. Os entendimentos alcançados servirão de parâmetro para negociações com outros países. Os termos referentes a investimentos a serem incorporados nos ACEs deverão ter caráter regulatório, em princípio, sem definição de setores ou montantes a serem investidos.

• Incorporar o Certificado de Origem Digital nos ACEs ou bilateralmente

Análise Situacional da Meta

O tema encontra-se em negociação.

• Incorporar o comércio de serviços no âmbito do ACE-58 (MERCOSUL-Peru)

Análise Situacional da Meta

A incorporação do comércio de serviços no ACE-58 dependerá da conclusão das negociações sobre o mesmo tema no âmbito do ACE-59, ainda em andamento.

OBJETIVO: 0941 - Promover o aperfeiçoamento da União Aduaneira do MERCOSUL, com vistas ao estabelecimento do livre comércio intrazona, à consolidação da Tarifa Externa Comum e à coordenação de políticas econômico-comerciais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Mesmo considerando os avanços alcançados em 2011, a permanência de conjuntura econômica internacional desafiadora impôs a revisão, no MERCOSUL, dos ritmos para a consolidação da União Aduaneira. Em contexto de desaceleração do crescimento e do comércio mundial, prevaleceram medidas tendentes a resguardar as economias e os mercados domésticos, com vistas a garantir a manutenção dos níveis de atividade e emprego. Por outro lado, o ingresso da Venezuela no MERCOSUL, efetivado em agosto de 2012, impôs esforço negociador nos níveis político e técnico, com vistas à incorporação e adequação do novo Estado Parte. Foi nesse contexto que o Brasil exerceu, no segundo semestre de 2012, a Presidência Pro Tempore Brasileira (PPTB) do MERCOSUL.

Metas 2012-2015

• Adotar mecanismo de revisão periódica de regulamentos técnicos e de medidas sanitárias e fitossanitárias harmonizados no MERCOSUL

Análise Situacional da Meta

Em razão de diferenças nos interesses dos Estados Partes, não foi possível, até o momento, contar com mecanismo automático de revisão periódica de regulamentos técnicos (RTM) e medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) harmonizados no MERCOSUL. Não obstante, os RTMs e SPS continuam a ser regularmente revistos, caso a caso, pelas instâncias técnicas responsáveis do Bloco, de acordo com o interesse comum.

• Concluir a negociação para a implementação da 1^a e 2^a etapas da eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e do mecanismo de distribuição da renda aduaneira, correspondente a cada etapa

Análise Situacional da Meta

Em 2011, os trabalhos de implementação da 1^a etapa da eliminação da dupla cobrança da TEC (EDCT) e do mecanismo de distribuição da renda aduaneira se desenvolveram satisfatoriamente. Em dezembro de 2011, mudança nos parâmetros adotados pelos países gerou impasse no processo de EDCT. Em 2012, foram privilegiadas iniciativas

de construção de confiança entre as alfândegas nacionais, inclusive no que diz respeito à valoração aduaneira, questão central para a implementação da EDCT. Não há previsão para conclusão da 1ª etapa da EDCT.

- **Concluir o processo de entrada em vigor de versão revista da Tarifa Externa Comum, incluindo nova Tarifa Externa Comum para Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações**

Análise Situacional da Meta

Em atendimento a mandato do GECEX, o Brasil propôs, no MERCOSUL, a prorrogação de Decisão que autoriza os Estados Partes a manter, em caráter excepcional e transitório, seus regimes nacionais de importação de bens de capital. A alíquota do imposto de importação aplicável para os setores de Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações continuará a ser determinada por cada um dos Estados Partes do MERCOSUL até que sejam concluídas as negociações do novo Regime Comum de Importação.

- **Concluir o processo de entrada em vigor do novo Regime Comum de Importação de Bens de Capital Não Produzidos no MERCOSUL**

Análise Situacional da Meta

Em atendimento a mandato do GECEX, o Brasil está propondo a prorrogação, por dois anos, dos prazos para a negociação de novo regime comum em Bens de Capital. Com isso, Brasil e Argentina devem renegociar o regime comum até 31 de dezembro de 2014. O Brasil também propõe a prorrogação por mais dois anos da autorização para que os Estados Partes mantenham regimes nacionais de importação de Bens de Capital.

- **Implementar a interconexão em linha dos sistemas informáticos de gestão aduaneira e de base de dados**

Análise Situacional da Meta

Tendo em vista os novos ritmos para a consolidação da União Aduaneira, o processo de implantação de Sistema de Validação da Informação Aduaneira de Comércio Intrazona, que se relaciona diretamente com a Eliminação da Dupla Cobrança da TEC, encontra-se suspenso.

- **Implementar o mecanismo de monitoramento dos impactos econômico-comerciais decorrentes da eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC)**

Análise Situacional da Meta

Em razão dos desenvolvimentos na implementação da eliminação da dupla cobrança da TEC - EDCT, conforme indicado acima, a implementação do mecanismo encontra-se suspensa.

- **Revisar a Decisão CMC nº 08/94 "Zonas Francas, Zonas de Processamento de Exportações e Áreas Aduaneiras Especiais"**

Análise Situacional da Meta

A revisão da Decisão CMC nº 08/94 encontra-se em suspenso, em razão do contexto negociador e da reconfiguração da agenda do bloco nos últimos semestres.

OBJETIVO: 0944 - Fortalecer a institucionalidade dos mecanismos de integração regional, sobretudo a UNASUL e o MERCOSUL, para que seus órgãos tenham instrumentos capazes de impulsionar a integração sul-americana.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A Secretaria-Geral da UNASUL encontra-se em seu segundo ano de funcionamento. Já dispõe de sede provisória, mas ainda precisa iniciar o processo de contratação de pessoal técnico e administrativo. O atual Secretário-Geral, Alí Rodríguez Araque, permanecerá no cargo até meados de 2013. Seu sucessor ainda não foi escolhido pelos Chefes de Estado e de Governo. A Secretaria-Geral deverá construir um Centro de Comunicações em 2012-2013, em Quito.

Ao longo de 2012, o Brasil impulsionou as discussões sobre a reforma institucional do MERCOSUL, que culminaram com a Decisão CMC N° 12/12, que estabeleceu a nova estrutura institucional dos órgãos dependentes do Grupo Mercado

Comum (GMC). Além, disso, encontram-se no Congresso Nacional as normas correspondentes que permitirão ao Brasil regulamentar suas contribuições ao Instituto Social do MERCOSUL e Alto Representante-Geral do MERCOSUL. Deverá ser encaminhado ao Congresso norma de mesmo teor relativa ao Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH).

Metas 2012-2015

• Criar o Fundo de Participação Social do MERCOSUL

Análise Situacional da Meta

Em setembro de 2011, durante a LXXXV Reunião Ordinária do GMC, o Alto Representante Geral apresentou projeto de decisão sobre a criação do Fundo de Participação Social. O tema permanece na agenda do GMC. Em 2012, em função da conjuntura política do bloco, a agenda do Mercosul esteve centrada na adesão da Venezuela. Por essa razão, naquele ano, não foi possível aprofundar o debate, o qual está sendo retomado em 2013.

• Instalar a Secretaria-Geral da UNASUL

Análise Situacional da Meta

A Secretaria-Geral da UNASUL está localizada em sede provisória em Quito, Equador, desde 2011. O governo equatoriano está realizando os estudos técnicos necessários para iniciar a construção da sede definitiva, na mesma capital. Em junho de 2012, o venezuelano Alí Rodríguez Araque assumiu a Secretaria-Geral, em substituição à colombiana María Emma Mejía.

O Conselho de Ministros das Relações Exteriores da UNASUL aprovou os orçamentos do organismo para o biênio 2011-2012 e para o ano de 2013, nos valores de US\$ 11 milhões e US\$ 8 milhões, respectivamente. Entre outras rubricas, os orçamentos preveem o custeio das atividades do Secretariado.

OBJETIVO: 0946 - Expandir as iniciativas previstas nos Planos de Ação das instâncias subsidiárias da UNASUL nas áreas da saúde, combate à fome e à pobreza, erradicação da extrema pobreza, segurança alimentar e nutricional, proteção social e economia solidária, bem como consolidar e implementar o Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS), com vistas a reforçar o pilar social da integração regional.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A UNASUL desenvolve o Projeto para a Implementação do Banco de Preços de Medicamentos, no valor de US\$ 142 mil, o Programa de Desenvolvimento de Estratégias de Caráter Socioeducacionais e Sociotécnicas em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (US\$ 1,3 milhão), o Programa de Capacitação de Recursos Humanos na Área de Energia (US\$ 750 mil), e programa baseado na Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome. As iniciativas estão em fase de aprovação pelos órgãos pertinentes da UNASUL.

O Plano Estratégico de Ação Social - PEAS é o principal tema em discussão no âmbito da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul (CCMAS), órgão responsável por supervisionar sua implementação. Atualmente, o financiamento do PEAS é o principal tema em debate na CCMAS.

Durante a Presidência Pro Tempore Brasileira de 2012, foram convocadas as duas primeiras reuniões do Grupo de Trabalho Ad Hoc criado pelo Conselho do Mercado Comum (CMC) para a negociação de mecanismos de financiamento. Atualmente, há o consenso de que é necessário reservar fundos para a promoção de políticas sociais regionais. Os possíveis modelos a serem aplicados estão em estudo.

O Projeto de Erradicação da Fome e da Pobreza Extrema, com origem na Reunião de Ministros e Autoridades do

Desenvolvimento Social (RMADS), é o que se encontra em estágio mais avançado de elaboração no marco do PEAS. Durante a PPTB 2012, o governo brasileiro promoveu seminário internacional sobre o tema. Também durante a PPTB 2012 foi apresentado à CCMAS o projeto de Segurança Alimentar e Nutricional.

Metas 2012-2015

- **Definir cronogramas para a implementação de ações concretas nos 10 eixos do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS)**

Análise Situacional da Meta

A definição de cronogramas está vinculada à discussão sobre o financiamento do Plano Estratégico de Ação Social - PEAS, tema que é tratado com alta prioridade na Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul - CCMAS.

- **Estabelecer programa de cooperação permanente baseado nas metodologias e práticas desenvolvidas pelo Conselho de Desenvolvimento Social da UNASUL**

Análise Situacional da Meta

O Conselho de Desenvolvimento Social da UNASUL desenvolveu ferramenta virtual no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Instrumentos de Cooperação, coordenado pelo Brasil. A ferramenta busca compilar dados sobre os programas de cooperação na área social a serem oferecidos ou demandados pelos Estados Membros da UNASUL, de maneira a permitir uma melhor coordenação da cooperação técnica no âmbito do organismo.

OBJETIVO: 0947 - Consolidar um conjunto de direitos fundamentais e benefícios em favor dos nacionais dos Estados-Partes do Mercosul, mediante Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania, conforme estabelecido pela Decisão do Conselho do Mercado Comum N° 64/10.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Durante o segundo semestre de 2012, o Brasil, no exercício da Presidência Pro Tempore do Mercosul (PPTB), procurou impulsionar as medidas previstas no Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania do Mercosul. A respeito, cumpre destacar a situação de algumas das principais ações previstas no Plano de Ação:

- Área de fronteiras: está em curso, nas instâncias especializadas do MERCOSUL (Comissão Técnica da Reunião de Ministros da Justiça do MERCOSUL e Subgrupo Técnico de Controle e Operações de Fronteiras do CT 2), a revisão de aspectos do Acordo de Recife, com vistas a aperfeiçoar os elementos relacionados ao controle de áreas de fronteiras. O Acordo de Recife tem o objetivo de estabelecer medidas técnicas e operacionais que regulem os controles integrados nas fronteiras entre os Estados Partes e deverá ter papel importante para aperfeiçoar os controles migratórios entre os países do bloco.

- Trabalho e Emprego: Está em curso nas instâncias competentes do MERCOSUL (Subgrupo de Trabalho n. 10 - SGT 10) discussão sobre o processo de harmonização de legislações e procedimentos trabalhistas e previdenciários dos Estados Partes. O propósito do exercício de harmonização é reduzir as assimetrias decorrentes de disparidades de proteção laboral e facilitar a circulação de trabalhadores no MERCOSUL. Está, igualmente, em curso o exercício de revisão da Declaração Sociolaboral do MERCOSUL.

- Circulação de Pessoas: durante a PPTB foram envidados esforços para ampliar o Acordo de Residência do Mercosul. Como resultado, a Colômbia, Estado Associado ao MERCOSUL, aderiu ao acordo no segundo semestre de 2012.

- Educação: durante a Cúpula de Brasília, que encerrou a PPTB 2012, foi aprovada a criação do Sistema Integrado de Mobilidade Acadêmica do MERCOSUL (SIMERCOSUL), com o objetivo de promover um salto qualitativo e

quantitativo nas iniciativas de mobilidade acadêmica em educação no âmbito do bloco. Deverão ser priorizadas a mobilidade nos cursos acreditados pelo mecanismo regional de acreditação existente (Sistema ARCU-SUL) e as iniciativas que estimulem o aprendizado do espanhol e do português no MERCOSUL.

- Direitos do Consumidor: estão em andamento negociações para criar Acordo do MERCOSUL sobre Direito Aplicável em Matéria de Contratos Internacionais de Consumo. O acordo possibilitará que, em um contrato firmado no bloco, o consumidor seja favorecido pela aplicação da lei do Estado Parte que se mostre mais benéfica.

Ainda durante a PPTB, foram tomadas medidas para fortalecer o Alto Representante-Geral do MERCOSUL (ARM), que tem incumbência funcional de trabalhar pela implementação do Plano de Ação. Foi autorizada a realização de concursos para suprimento de cargos vagos no escritório do ARM, dando-lhe maiores condições de cumprir seu papel na implementação do Estatuto da Cidadania.

Metas 2012-2015

- **Definir cronogramas para o cumprimento das ações internas necessárias para assegurar a plena implementação, em 2021, dos objetivos definidos pelo Plano de Ação para um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL**

Análise Situacional da Meta

O pilar da cidadania do MERCOSUL é um dos fundamentos do processo de integração. A Decisão 64/10, que estabeleceu um Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania, visa complementar e consolidar as cidadanias nacionais, não substituí-las. Trata-se de um processo complexo e de longo prazo. Atualmente, a meta dos Estados Partes é implementar o Plano de Ação até o 30º aniversário do MERCOSUL, em 2021. Como a implementação do Plano de Ação para um Estatuto da Cidadania é um processo em negociação entre os Estados Partes do Mercosul, não é possível fixar datas e cronogramas peremptórios.

OBJETIVO: 0954 - Promover, sobretudo no âmbito do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL, a integração da infraestrutura física com os países da América do Sul, nos setores de transportes, energia e comunicações, com especial ênfase no componente de financiamento, com vistas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (COSIPLAN), em 2012 o Brasil negociou a incorporação do Nordeste brasileiro ao Eixo Amazonas ampliado, permitindo que essa região também se beneficie da integração regional. O Conselho foi desenhado para servir de foro de articulação de ministros, de forma a obter respaldo político no mais alto nível para os projetos de integração. Em 2011, quando o Brasil exerceu a Presidência pro tempore do Conselho e coordenou o processo de elaboração do Plano de Ação Estratégico 2012-2022, também ficou definida a agenda dos 31 projetos que integrarão a Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API), que juntos somavam R\$ 13 bilhões em investimentos.

A atualização da Carteira de Projetos do COSIPLAN é anual e ocorre por meio de reuniões entre os Grupos de Trabalhos Executivos (GTEs) da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). O objetivo é proporcionar um espaço para o intercâmbio de informações sobre os projetos entre os países que compõem cada Eixo de Integração e Desenvolvimento, incorporando ou eliminando projetos, e atualizando sua situação de execução.

No primeiro semestre de 2012, os ministérios e secretarias envolvidos nos projetos brasileiros se reuniram para discutir

os avanços, as revisões e as alterações da Carteira. Em novembro de 2012, o resultado obtido em reuniões dos GTES dos Eixos de Integração e Desenvolvimento foi apresentado na Reunião do Comitê Coordenador do COSIPLAN. A Carteira de Projetos atual é composta de 544 projetos, que preveem cerca de US\$ 130 bilhões de investimentos.

A situação atual da Carteira de Projetos é a seguinte:

- 168 projetos estão em fase de execução, somando US\$ 54,6 bilhões em investimentos, correspondendo a 41,9% da Carteira;
- 302 projetos estão na fase de pré-execução ou perfil, somando US\$ 62,9 bilhões de investimentos, correspondendo a 48,4% da Carteira; e
- 74 projetos já foram concluídos, com investimentos de US\$ 12,650 bilhões, correspondendo a 9,7% da Carteira.

Em 2011, a partir dessa Carteira geral, foi selecionada a Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API), composta por 87 projetos individuais da Carteira de Projetos, que constituem 31 projetos estruturados, prioritários para o processo de integração, e escolhidos por consenso entre os 12 países-membros, com o compromisso dos respectivos governos para sua execução.

Está sendo desenhado o Sistema de Monitoramento Permanente da API - SMP. No ano de 2012, chegou-se a consenso sobre as diretrizes do SMP e já se realizou o primeiro exercício de simulação do sistema. Também foi feita a atualização e aperfeiçoamento da qualidade das informações contidas na ficha dos projetos estruturados. O Sistema de Monitoramento Permanente contemplará os seguintes módulos: a) identificação do projeto estruturado; b) descrição do projeto estruturado; c) monitoramento permanente; d) dados de contato de cada Coordenação Nacional dos países envolvidos nos projetos; e e) informações complementares.

Metas 2012-2015

• Iniciar a execução da Agenda de Projetos Prioritários do COSIPLAN que envolvam o Brasil

Análise Situacional da Meta

A Agenda de Projetos Prioritários de Integração tem 31 projetos estruturados, integrando 87 projetos individuais. A implementação da API foi iniciada, estando já em estágio de execução ou concluído, por parte do Brasil, os seguintes projetos:

1) Linha de Transmissão 500 kv Itaipu – Villa Hayes, da Subestação Villa Hayes e Ampliação da Subestação Margem Direita Itaipu. Este projeto está em execução. Ele conta com recursos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul – FOCEM. Estima-se que esteja concluído em dezembro de 2013. Em 2012, foram realizadas obras de fundação e suporte e foi concluído o caminho de acesso principal à Subestação Villa Hayes. Também foram realizadas obras de fundação e suporte na Subestação Margem Direita Itaipu e foi iniciada a obra de drenagem.

2) Readequação da Rodovia Caracas – Manaus. Este projeto está em execução.

3) Melhoramento da navegabilidade do Rio Tietê. Este projeto está em execução, com conclusão prevista para junho de 2016.

4) Melhoramento da navegabilidade do Rio Alto Paraná (Águas Arriba Saltos del Guairá). Este projeto está em execução, com conclusão prevista para novembro de 2015.

5) Anel Viário de Campo Grande. Este projeto está em execução, com conclusão prevista para maio de 2013. Ainda é necessário concluir a realocação da rede de energia elétrica e a regularização do processo de desapropriação.

6) Transporte Multimodal no Sistema Lagoa Mirim e Lagoa dos Patos. Este projeto está em fase de execução. Este projeto foi escolhido para a aplicação de uma metodologia específica de planejamento territorial, o que reitera a sua prioridade.

7) Adequação Ferroviária de Bitola no trecho Rivera - Santana do Livramento – Cacequi. Este projeto foi concluído no segundo semestre de 2012.

OBJETIVO: 0406 - Promover a cooperação com os países da América do Sul, com vistas à construção de uma visão compartilhada em matéria de defesa e segurança regional, à integração das indústrias nacionais de defesa e ao fortalecimento das medidas de fomento à confiança.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Governo brasileiro, conforme explicitado na Política e na Estratégia Nacional de Defesa, tem dado continuidade às ações de defesa em consonância com um planejamento de longo prazo intrinsecamente associado ao desenvolvimento nacional e regional, dentro de um amplo contexto de plenitude democrática e de respeito aos nossos vizinhos, com os quais mantém-se uma relação sólida de amizade e cooperação.

É neste contexto que se contribui para a integração da América do Sul e para a manutenção da estabilidade regional, promovendo o incremento das atividades destinadas à cooperação nas áreas de fronteira do País, à intensificação de parcerias estratégicas nas áreas cibernética, espacial e nuclear e o intercâmbio militar com as Forças Armadas das nações amigas, neste caso particularmente com as do entorno estratégico brasileiro e as da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Ressalte-se a cooperação prestada em relação às Operações de Manutenção da Paz, com a participação de militares, com responsabilidades crescentes, em diversos continentes, sob a orientação das Nações Unidas, em benefício à paz mundial e à defesa nacional. Ademais, são oferecidos cursos e treinamento, no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), a militares, policiais e civis brasileiros e de Nações Amigas para missões de paz e desminagem humanitária.

Metas 2012-2015

- Ampliar a cooperação militar, de pesquisa e de desenvolvimento com os países da América do Sul, colaborando com o fortalecimento do Brasil no cenário internacional, de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa**

Análise Situacional da Meta

A cooperação na área militar com os países da América do Sul tem sido ampliada. Em 2012, foram desenvolvidas uma série de atividades, entre seminários, reuniões, estudos, oficinas que aprofundam cooperação e o diálogo institucional entre os países da América do Sul na área de defesa. Nessa linha, foi objeto de cooperação atividades para o desenvolvimento de um Avião de Treinamento Básico-Primário Sul-americano e de um veículo não tripulado regional. Além disso, discutiu-se com os países vizinhos possibilidades de ampliar a cooperação em temas como Tecnologia Industrial Básica para a área de Segurança e Defesa, prevenção de riscos e respostas a desastres naturais, incorporação da mulher na Defesa, análise conjunta de riscos e ameaças à paz regional e mundial, além de um exercício combinado regional na carta, de Operações de Manutenção da Paz denominado "UNASUL II", na cidade de Buenos Aires – Argentina, entre os dias 1º e 5 de outubro de 2012.

- Consolidar o Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (CEED/CSD)**

Análise Situacional da Meta

O CEED/CSD encontra-se em pleno funcionamento, contando com analistas brasileiros naquele Centro, que tem como

objetivo capacitar pessoal para o desenvolvimento de um “pensamento sul-americano de defesa”, usando “cooperação” e “integração regional”.

Em 2012, na Escola Superior de Guerra do Brasil, no Rio de Janeiro, foi realizado o Curso Avançado de Defesa, destinado aos Altos Funcionários de Defesa dos países sul-americanos (UNASUL/CDS), civis e militares, contando com representantes de 11 países da América do Sul. Além disso, foi desenvolvido o Programa Sul-Americano de Formação de Civis em Defesa, que contou com representantes dos 12 países da América do Sul.

• **Estabelecer acordos com os países da América do Sul que possibilitem a integração das indústrias regionais de produtos de defesa, conforme estabelecido na Estratégia Nacional de Defesa**

Análise Situacional da Meta

Foram firmados os seguintes acordos:

- Argentina – Mecanismo de Diálogo Político Estratégico (17/Abr/2012);
- Colômbia – Declaração Conjunta de Cooperação na Área de Defesa (17/Jan/2012);
- Peru – Comunicado Conjunto para o incremento da Cooperação Naval e Aeronáutica (14/Fev/2012).

• **Implementar os Planos de Ação definidos no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano (CSD)**

Análise Situacional da Meta

Do Plano de Ação decorrem quatro atividades de responsabilidade do Brasil:

Atividade 1: Criar um Grupo de Trabalho responsável por estabelecer uma metodologia que permita padronizar um mecanismo para tornar mais transparente o inventário militar dos países sul-americanos e sua atualização periódica. Situação: Ao fim de seu primeiro ano de trabalho, o GT produziu e concluiu conjunto de informações sobre a adoção do Formulário Sul-Americano de Inventários Militares (FOSIM).

Atividade 2: Realizar um Seminário Internacional de Tecnologia Industrial Básica - Segurança e Defesa, para incentivar a cooperação e o intercâmbio da Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa na América do Sul.

Situação: O Seminário foi realizado na cidade de São José dos Campos – Brasil, no período de 21 a 23 de novembro de 2012.

Atividade 3: Formar um Grupo de Trabalho de especialistas para elaborar um estudo de viabilidade para o desenho, desenvolvimento e produção regional de um sistema de aviões não tripulados e elaboração de um relatório em um prazo de seis meses.

Situação: Os países sob coordenação do Brasil realizaram o relatório de estudo de viabilidade de um veículo não tripulado regional, cujo objetivo foi a análise de compatibilidade entre os Requisitos Operacionais enviados pelos países participantes do grupo de trabalho, de forma a obter um padrão de ampla aceitação. Este relatório é de conhecimento dos países membros.

Atividade 4: Realizar um Curso destinado aos Altos Funcionários de Defesa dos países sul-americanos, civis e militares, durante o ano de 2012.

Situação: O Curso Avançado de Defesa na Escola Superior de Guerra do Brasil foi realizado na cidade do Rio de Janeiro – Brasil, de 27 de agosto a 1º de novembro de 2012, contando com representantes de 11 países da América do Sul.

OBJETIVO: 0765 - Estimular o desenvolvimento socioeconômico e a integração das regiões inseridas na Faixa de Fronteira, por meio de políticas públicas que tenham em conta sua singularidade e seu caráter estratégico para a integração regional sul-americana, com vistas a reduzir a vulnerabilidade das populações fronteiriças, sobretudo no fomento a micro, pequenos e médios empreendimentos e na

promoção do acesso a políticas sociais.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Alinhada às demais competências e prioridades estabelecidas pelo governo, a secretaria executiva da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – CDIF, atuou, ao longo de 2012, na criação e implementação dos 11 (onze) Núcleos Estaduais de Fronteira e, em estreita colaboração com os mesmos, na orientação para a elaboração dos Planos para o Desenvolvimento e Integração das Faixas de Fronteira Estaduais – PDIFs, nove dos quais já entregues ao MI.

Além disso, foi elaborada uma proposta para um plano federal para o desenvolvimento e a integração da faixa de fronteira, denominado Plano Brasil Fronteira, apresentada aos Núcleos Estaduais por ocasião do II Encontro Anual de Núcleos Estaduais de Fronteira, realizado em Tabatinga/AM, em dezembro de 2012. Os objetivos perseguidos nessa proposta de plano são coerentes com as competências relacionadas nos incisos I, II, III, IV, V e VI do Regimento Interno do MI e decreto de criação da CDIF, Decreto de 08 de setembro de 2010.

Para a faixa de fronteira está ocorrendo o mapeamento das cadeias produtivas relevantes e da infraestrutura econômica existente, principalmente a logística, no sentido de identificar oportunidades para a promoção do adensamento e diversificação da base produtiva da faixa.

Além disso, um sistema de acesso a mercados está sendo formatado, proposta essa alinhada à competência relacionada no inciso II do Regimento Interno do MI – planejar e coordenar a implementação de ações voltadas para a superação da pobreza extrema, sobretudo, fomentar micro, pequenos e médios empreendimentos, com vistas a reduzir as vulnerabilidades das populações fronteiriças. Essa iniciativa poderá ser estendida a outras regiões além da faixa de fronteira, onde se localizam os pilotos atualmente em execução.

Metas 2012-2015

- Desenvolver cursos e implementar Institutos de Educação Profissional e Tecnológica ao longo da Faixa de Fronteira brasileira, com oferta compartilhada de vagas entre brasileiros e estrangeiros**

Análise Situacional da Meta

Tiveram início as atividades para a consecução da meta, sendo que o projeto se encontra em fase de formulação.

- Estruturar e integrar Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira, conforme as potencialidades identificadas na Região**

Análise Situacional da Meta

As atividades para a consecução da meta tiveram início no âmbito da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – CDIF.

PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Adequação da Força Aérea	%	31/12/2010	20	10/01/2013	44,32
Adequação da Força Naval	%	01/07/2011	20	31/12/2012	35,91
Adequação da Força Terrestre	%	31/12/2010	32	10/01/2013	27,75
Índice de Acidentes Aeronáuticos	%	31/12/2010	0,7	10/01/2013	1,72
Monitoramento do espaço aéreo	%	31/12/2010	89	10/01/2013	90,69
Taxa de acidentes náuticos	1/1.000	31/12/2010	1,31	31/12/2012	1,12

OBJETIVO: 0461 - Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos Sistemas de Defesa Aérea e Controle do Espaço Aéreo, visando a ampliar a capacidade de defesa aérea, do controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012, os recursos alocados possibilitaram a continuidade da adequação tecnológica do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB. Neste sentido, deu-se início à implantação do Sistema de Tratamento e Visualização de Dados - STVD dos Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (CINDACTA) e dos Serviços Regionais de Proteção ao Voo (SRPV).

Iniciou-se, ainda, a implantação do novo software do STVD, denominado de SAGITARIO, nos Centros de Controle de Aproximação (APP, na sigla em inglês), que tem como objetivo controlar as aproximações, via radar, das aeronaves para os aeródromos.

Quanto à modernização dos sistemas de proteção ao voo, deu-se continuidade à modernização das Torres de Controle de Tráfego Aéreo (TWR, na sigla em inglês) nas quais estão sendo implantados sistemas integrados de informações de última geração, onde todas as informações necessárias para a tomada de decisão do Controlador estão disponibilizadas de modo a aumentar a eficácia e segurança dos voos.

Iniciou-se, ainda, a substituição dos sistemas de climatização, energia e aterramento das KF (casas de força) localizadas em diversas unidades responsáveis pelo Controle de Tráfego Aéreo.

Na área de Meteorologia, foram substituídos os geradores de hidrogênio (responsáveis por inflar os balões meteorológicos utilizados diariamente para aferição de temperatura, pressão atmosférica, umidade e velocidade do ar em altitude) de diversos Destacamentos de Controle do Espaço Aéreo (DTCEA). Iniciou-se, também, a substituição de Estações Meteorológicas de Superfície (EMS-1) que já se encontravam próximas do limite da sua vida útil.

Teve início a substituição de antigos sistemas de navegação por rádio "Very High Frequency Omnidirectional Range" (VOR) pelo mais moderno "Doppler Very High Frequency Omnidirectional Range" (DVOR). Esses equipamentos são fundamentais para que os pilotos tenham informações relativas a sua localização / distância em relação a um ponto específico da terra.

Gradativamente, começaram a ser substituídas antigas Estações de Rádio VHF por mais modernas, que possibilitam a comunicação entre as aeronaves com os diversos centros de controle do Sistema de Controle do Espaço Aéreo. Ademais, estão sendo implantadas Estações de Rádio V/UHF, no sentido de se ter uma maior densidade de equipamentos distribuídos no território brasileiro, aumentando, dessa forma, a qualidade das comunicações e o consequente incremento na segurança das operações aéreas.

O mesmo se aplica aos radares antigos, cuja modernização busca proporcionar maior disponibilidade operacional e, consequente, aumento da capacidade de controle dos setores dos Centros de Controle de Área (ACC).

No ano de 2012, os recursos alocados possibilitaram a continuidade do desenvolvimento da Plataforma Avançada de Treinamento e Atualização Operacional - PLATAO, que visa prover os órgãos operacionais de ferramenta capaz de proporcionar treinamento mais realístico, bem como de simular situações complexas de tráfego aéreo, a fim de disponibilizar ao controlador maior capacitação técnica.

Ainda no que diz respeito ao treinamento, aperfeiçoamento e ampliação da capacidade operacional dos Controladores de Tráfego Aéreo, implantou-se no Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA) simulador de torre de controle em 3D (tridimensional), com 270° de visualização, que contempla 10 cenários de locais distintos para simulação e, ainda, permite que outros cenários sejam criados.

Dando continuidade ao aperfeiçoamento do Sistema de Navegação Aérea, estão sendo instalados "Instrument Landing System" (ILS) em diversos aeródromos. Esse equipamento é fundamental para orientar os poucos, especialmente nas aproximações em condições de voo por instrumento (com baixa visibilidade).

Iniciou-se a implantação do "Digital Automatic Terminal Information Service" (D-ATIS) - serviço de informações aeronáuticas feito por meio de "data link". Encontra-se, também, em fase implantação a cobertura "Automatic Dependent Surveillance-Broadcast" (ADS-B) na Bacia de Campos, que tem por objetivo controlar o tráfego aéreo das aeronaves empregadas nas operações "off shore" (plataformas de petróleo) naquela região, considerada estratégica para o País. Esse é um sistema que recebe as informações do sistema de navegação das aeronaves de forma automática, de tal forma que as mesmas possam ser visualizadas pelos controladores em suas telas de controle mesmo em locais desprovidos de cobertura radar.

Há que se destacar que se cumpriu extenso programa de trabalho em prol da prevenção de acidentes aeronáuticos no País. Entre as atividades, foram realizados cursos, seminários, palestras na formação e qualificação de profissionais para o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER). Vale ressaltar ainda que se realizou leitura de gravadores de voo, a continuidade do ensino a distância, elaboração de relatórios finais de investigação e emissão de recomendações de segurança de voo para empresas aéreas e órgãos do sistema.

Dentre os fatores que ajudaram na execução da política cabe ressaltar a excelência no planejamento de curto e médio prazos no que se refere à manutenção do SISCEAB e modernização com novas tecnologias de acordo com as normas e recomendações da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI).

Para 2013 pretende-se dar continuidade aos Projetos supracitados, que estão relacionados às iniciativas relacionadas a esse objetivo.

Metas 2012-2015

• Instalar 7 radares de vigilância do espaço aéreo brasileiro

Análise Situacional da Meta

Foram instalados no ano de 2012 radares de controle de tráfego aéreo nas seguintes localidades: Barcelos (AM), Navegantes (SC), SINOP (MT), Tefé (AM).

Foram adquiridos mais dois radares transportáveis (INDRA).

Estava prevista a instalação de um radar na área de Vitória, entretanto foi decidido pela implantação da multilateração, o que diminuiu a necessidade de implantação de radar para aquela localidade.

Para os anos de 2013 e 2014, está prevista a instalação de radares para as seguintes localidades: Palmas (TO), Londrina (PR) e Chapada dos Guimarães (MT), este último trata-se de radar meteorológico.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	1	30/11/2012
Região Nordeste	1	unidade	0	30/11/2012
Região Norte	2	unidade	2	30/11/2012
Região Sudeste	1	unidade	0	30/11/2012
Região Sul	1	unidade	1	30/11/2012

• Modernizar 15 radares de vigilância do espaço aéreo brasileiro

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 não houve modernização de radares de vigilância.

No período de 2013 a 2015 está prevista a modernização de seis radares de controle de tráfego aéreo nas seguintes localidades: Porto Espírito Santo (MT), Guará-Mirim (RO), Eirunepé (AM), Cruzeiro do SUL (AC), Canoas (RS) e Santa Maria (RS).

Está também prevista a modernização de onze radares meteorológicos, no período de 2012 a 2015, para as seguintes localidades da Região Norte: Belém (PA), Boa Vista (RR), Porto Velho (RO), Eduardo Gomes (AM), Macapá (AP), Santarém (PA), São Gabriel da Cachoeira (AM), Cruzeiro do Sul (AC), Tabatinga (AM) e Tefé (AM). Para a região Nordeste está prevista a modernização do radar de São Luís (MA).

No total a previsão de modernização passou de 15 (quinze) para 17 (dezessete) radares.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/11/2012

• Realizar 488 ações de prevenção de acidentes aeronáuticos

Análise Situacional da Meta

Cumpriu-se extenso programa de trabalho em prol da prevenção de acidentes aeronáuticos no País. Entre as atividades, foram realizados cursos, seminários, palestras na formação e qualificação de profissionais para o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER).

Vale ressaltar ainda que se realizou leitura de gravadores de voo, a continuidade do ensino a distância, elaboração de relatórios finais de investigação e emissão de recomendações de segurança de voo para empresas aéreas e órgãos do sistema.

Quantidade alcançada

122

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0462 - Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O COMAER vem realizando treinamentos específicos com simuladores de voo, inclusive utilizando o intercâmbio com outros países para esse fim e, também, executando operações aéreas conjuntas e combinadas, tanto no País como no exterior, com o objetivo de capacitar o seu efetivo para operar aeronaves nacionais e aquelas adquiridas no exterior, tendo por base o seu Plano de Missões de Ensino. Em função dos benefícios decorrentes dessas atividades, que reduz custos financeiros e riscos operacionais, pretende-se intensificar essas ações no decorrer de 2013.

No que tange à manutenção e suprimento de material aeronáutico e o fornecimento de combustíveis e lubrificantes de aviação, vale destacar que, com os recursos disponibilizados para aquisição desses itens, 270 aeronaves foram supridas e mantidas em operação, o que possibilitou a FAB alcançar 138 mil horas de voo até novembro de 2012.

Para tal êxito, por exemplo, foi mantida a estratégia de celebrar contratos que propiciem a melhoria na disponibilidade de alguns projetos, em consonância à Estratégia Nacional de Defesa e por carência do efetivo de mantenedores. Por outro lado, ainda não foi possível iniciar o Plano de Recuperação da Frota, onde o montante de R\$ 100 milhões a mais, por um período de dez anos, deveria ser investido na reposição de mais aeronaves para o voo e operação pela FAB.

Todo esse esforço aéreo proporcionou ao COMAER apoiar os Projetos Calha Norte e Rondon, a Conferência Rio + 20, a Operação Gota do Ministério da Saúde e o socorro às vítimas das enchentes no Acre e em Rondônia, bem como foi fundamental nas Operações Ágata, Amazônia e Atlântico e no transporte de pessoal e carga essenciais ao sucesso das missões no Haiti. Para os resultados positivos alcançados, foi determinante a coordenação feita pela Instituição junto à Administração Central do Ministério da Defesa (MD) e, principalmente, com outros Ministérios e, também, órgãos das esferas estadual e municipal envolvidos nessas ações.

Com respeito ao material bélico, o Plano de Aquisição de Material Bélico de 2012 deu ênfase à aquisição de diversos itens necessários ao completamento da Reserva de Guerra, ao cumprimento do Programa de Instrução e Manutenção Operacional (PIMO), aéreo e terrestre, relativo ao ano de 2013, à composição dos Kits de Sobrevivência das aeronaves e ao suporte das atividades de manutenção, revalidação, calibração e alienação desenvolvidas no Parque de Material Bélico da Aeronáutica.

A Área de Saúde do COMAER está organizada de modo hierarquizado e tem como objetivos centrais o atendimento aos usuários do Sistema de Saúde da Aeronáutica (SISAU) e o apoio às Missões Operacionais. E para que o SISAU possa ser administrado de modo eficaz, adotou-se um conjunto de indicadores gerenciais e foi desenvolvido cerca de 70% do Sistema Integrado de Gestão Administrativa Médico-Hospitalar - SIGAMEH, que irá informatizar todo o Sistema de Saúde da Aeronáutica a partir de 2013.

Nessa mesma direção, em 2012, a Diretoria de Saúde (DIRSA) investiu cerca de R\$ 18.000.000,00 na compra de vários equipamentos, em especial um Tomógrafo Computadorizado de 64 cortes, um Aparelho de Hemodinâmica e um de Desorientação Espacial para o treinamento de pilotos militares. Para 2013, a DIRSA pretende dar prosseguimento à sua política de renovação do parque de equipamentos, com destaque aos destinados à montagem de seis UTIs aéreas e um Litotriptor, e planejando, também, inaugurar um novo Centro de Endourologia no Hospital Central de Aeronáutica, no Rio de Janeiro, cujas obras já foram iniciadas.

No Atendimento ao Usuário, a carência de algumas especialidades, sobretudo médicas, bem como a necessidade de uma abordagem proativa do paciente, levaram à criação e implantação do Programa PASIN - Plano de Assistência Integral, que busca gerenciar a vida do usuário dentro do Sistema de Saúde da Aeronáutica.

Noutra via, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, houve a necessidade de integrar ações entre os Hospitais,

centralizando-se, por exemplo, o serviço de emergência no Hospital de Força Aérea do Galeão (HFAG), impedindo a sobreposição de atividades, evitando-se desperdício de recursos e otimizando o atendimento ao usuário do Sistema. Cabe destacar, ainda, que a Saúde Operacional adquiriu relevância nas diversas Missões de Assistência Social e de Ajuda Humanitária realizadas com apoio dos Hospitais de Campanha (HCamp), estes pertencentes ao acervo do Comando da Aeronáutica. Em 2012, na Operação Ágata IV, o HCamp foi montado pela primeira vez sobre uma balsa e, a partir desse meio de transporte, prestada assistência básica de saúde às populações ribeirinhas na Amazônia, estendendo-se às fronteiras com a Venezuela, a Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa. Do mesmo modo ocorreu na Operação Ágata VI, quando os profissionais de saúde da Aeronáutica se fizeram presentes nas faixas interioranas de fronteira com a Bolívia e o Peru, empregando, também, esses hospitais.

No que tange ao Sistema de Provisões da Aeronáutica, especificamente em relação ao fardamento gratuito, as ações colocadas em execução, em 2012, asseguraram o fornecimento de todos os itens previstos na Distribuição Gratuita de Fardamento, para as incorporações e para as renovações dos uniformes a serem realizadas em 2013, evitando assim o desabastecimento de material em função de imprevistos de toda ordem, que, de maneira geral, possam vir a obstar o processo regular de aquisição e distribuição das peças de fardamento.

Durante o Exercício de 2012, o crédito disponibilizado para a manutenção do Sistema de Fardamento Reembolsável foi totalmente executado, sendo que as aquisições efetuadas foram priorizadas no sentido de atender os itens de fardamento mais procurados nos 28 Postos Regionais de Venda de Fardamento, além de que houve um crescimento de 35% nas vendas em relação ao Exercício de 2011, o que serve como parâmetro para o aumento do crédito a ser executado em 2013.

Quanto ao Material de Intendência, os recursos financeiros foram insuficientes para atender às necessidades na sua totalidade, enquanto o Programa de Modernização do Sistema de Subsistência, compreendendo instalações, equipamentos e processos, continuou em andamento e seguiu o planejamento ditado pelo EMAER, obtendo êxito em todos os aspectos.

Os recursos disponíveis para alimentação levaram as Organizações a utilizar cardápios econômicos e/ou alterar seus expedientes diários e, assim, permitir o fornecimento de refeições à tropa dentro dos limites disponíveis para esse fim e atendendo às tarefas consideradas prioritárias da Unidade.

Na Área de Ensino, formação básica, a Academia da Força Aérea (AFA), em 2012, formou 179 Cadetes, futuros Oficiais da Força Aérea. Destes, 118 são Aviadores, dos quais duas mulheres; 42 Intendentes, sendo 23 mulheres; 18 do Quadro de Infantaria e 01 cadete boliviano, integrante do programa de intercâmbio entre a FAB e Nações Amigas. Outras Escolas do COMAER formaram 1.703 Oficiais e Técnicos neste ano, conforme descrito a seguir:

- a) Curso de Adaptação de Médicos da Aeronáutica (CAMAR), Curso de Adaptação de Dentistas da Aeronáutica (CADAR) e Curso de Adaptação de Farmacêuticos da Aeronáutica (CAFAR) – 55 Médicos, 23 Dentistas e seis Farmacêuticos;
- b) Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR) – 21 Oficiais Engenheiros;
- c) Estágio de Adaptação de Oficiais Temporários (EAOT) e Estágio de Instrução e Adaptação de Capelães (EIAC) – dois Oficiais Capelães e 157 Oficiais Temporários;
- d) Estágio de Adaptação ao Oficialato (EAOF) – com um total de 202 Oficiais;
- e) Curso de Formação de Oficiais Especialistas (CFOe) – 30 Oficiais concluindo Curso; e
- f) Cursos ministrados na Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR) – 2.107 Sargentos de diversas especialidades.

A Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), além da formação intelectual e o incentivo aos valores e virtudes militares, estimula os seus alunos a participem de competições de conhecimento, de cultura e de ciência. Em duas delas, em 2012, os resultados alcançados foram significativos e honraram a Instituição:

- a) Olimpíada Brasileira de Astronomia – OBA, 9 medalhas de ouro, 7 de prata e 16 de bronze, sendo que 26 alunos da EPCAR foram pré-selecionados para representarem o Brasil na International Olympiad on Astronomy and Astrophysics (IOAA) e na Olimpíada Latino-Americana de Astronomia e Astronáutica (OLAA), em 2013; e
- b) Olimpíada Brasileira de Física – OBF, um dos alunos da EPCAR, em função de seu desempenho na OBF, será o único

representante estudantil das escolas públicas de Minas Gerais que concorrerá a uma vaga para participar da International Physics Olympiad (IPhO), em 2013.

Como fator de destaque pode-se considerar ainda as parcerias realizadas com o Ministério da Saúde e com o Ministério das Cidades. Estas parcerias favoreceram o trabalho conjunto em prol das comunidades carentes da Região Amazônica, com vistas a propiciar o atendimento médico e hospitalar, levando cidadania aos brasileiros da Região Norte.

Além disso, a Força Aérea Brasileira contribuiu para o socorro às vítimas de catástrofes naturais, com base nas diretrizes emanadas pelo Ministério da Defesa.

Algumas dificuldades financeiras e orçamentárias impediram a expansão do referido Objetivo, no entanto, o Governo Federal pretende adotar medidas corretivas para solucionar tais entraves.

Metas 2012-2015

• Adestrar, anualmente, 55.040 militares

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, a Força Aérea Brasileira proporcionou instrução e adestramento do efetivo da Aeronáutica por meio do treinamento técnico e operacional, nas diversas áreas de atuação, como por exemplo, nas Operações reais Ágata 4, 5 e 6.

Dessa forma, na Operação Ágata 4, a Força Aérea Brasileira voou cerca de 800 horas cumprindo missões de Transporte Aéreo Logístico, Reconhecimento, Patrulha Marítima, Ataque ao Solo e Busca e Resgate. Em conjunto com a Agência Nacional de Aviação Civil, realizou a inspeção em 46 aeródromos espalhados por toda a área da Operação. Essa Operação permitiu mapear uma região fronteiriça de 5,2 mil quilômetros.

Na Operação Ágata 5 o Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro realizou 19 interceptações aéreas. A FAB atuou em três grandes frentes: ações militares, apoio aos órgãos governamentais e apoio à população da região. As ações militares da FAB incluíram o reconhecimento e o registro de áreas de interesse para a atuação militar ou policial, com utilização de modernos sensores embarcados nas aeronaves R-99 e na Aeronave Remotamente Pilotada.

A Operação Ágata 6 visou coibir atividades ilícitas na região de fronteira do Brasil com o Peru, onde foram engajados mais de 10 mil militares, sendo que a FAB participou com 900 militares e 26 aeronaves.

Como outros exemplos de Instrução e Adestramento do efetivo, destacam-se as Operações Cruzex C2 e Operação Amazônia.

A Operação Cruzex C2 foi uma versão inédita do maior Exercício de guerra aérea simulada da América Latina, envolvendo 12 países, na Base Aérea de Natal – RN, como se estivessem atuando em uma coalizão do modelo empregado pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em conflitos internacionais.

Na Operação Amazônia, realizada em setembro na região Norte, a Força Aérea testou um novo formato de Comando e Controle. Esse novo procedimento permitirá que cada cidade-sede dos jogos da Copa das Confederações e da Copa do Mundo tenha um Centro de Operações Aéreas Local. Nessa mesma Operação, foram realizadas simulações de ataque estratégico envolvendo caças A-1 e F-5M, além de aeronaves de Controle, Alarme e Reabastecimento em voo.

No Exercício Operacional FAEX XII foi possível o treinamento conjunto das Aviações de Caça, Reconhecimento, Patrulha, Asas Rotativas, Busca e Resgate e o Esquadrão de Operações Especiais, além do Primeiro Grupo de Comunicações e Controle e o Primeiro Grupo de Artilharia Antiaérea de Autodefesa. Os Exercícios proporcionaram o desenvolvimento de novas técnicas e táticas de emprego que melhoraram a capacidade da FAB em sua missão de manter a soberania do espaço aéreo.

Como outros exemplos, podem ser enumerados, também, treinamentos nas diversas áreas de atuação relativas ao Apoio Logístico, às Operações Aéreas, à Intendência Operacional, ao Salvamento e Resgate, ao Comando e Controle e missões na área de saúde.

Ressalta-se que, durante a Operação Ágata 4, o Hospital de Campanha Fluvial da Força Aérea Brasileira, montado sobre balsas, superou a marca de três mil atendimentos médicos e odontológicos na região de Moura e Barcelos, a mais de 400 km de barco pelo Rio Negro. Os militares da área de saúde fizeram atendimentos nas especialidades de Clínica

Médica, Pediatria, Ortopedia, Ginecologia, Dermatologia, Odontologia e Citopatologia.

As Ações Cívico Sociais realizadas pela Força Aérea Brasileira também foram destaque na Ágata 5. Assim, populações em situação de vulnerabilidade social do Sul e do Centro-Oeste do País tiveram a oportunidade de receber atendimento médico, contando com uma iniciativa inédita da FAB, uma ação cultural para a prevenção de drogas.

Um Hospital de Campanha instalado em Belo Horizonte atendeu 4,2 mil pessoas no mês de maio de 2012. Ao todo, 84 profissionais de saúde, sendo 55 médicos, 23 dentistas e seis farmacêuticos, participaram do atendimento que integra o período de adaptação militar para ingresso no Quadro de Oficiais de Saúde da Aeronáutica.

Os militares da FAB também tiveram suas capacitações implementadas com recursos alocados às Organizações Militares, por meio do Plano de Missões de Ensino (PLAMENS), no Brasil e no Exterior, possibilitando o treinamento em Organizações nacionais e estrangeiras, a exemplo de cursos técnicos específicos na área de manutenção de aeronaves, de radares, logística de suprimento de aviação e de proteção ao voo. Para a manutenção da operacionalidade da FAB, também foram realizadas missões previstas no Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior (PLAMTAX), visando ao adestramento do efetivo, com vistas à operação de equipamentos e aeronaves adquiridas no exterior, realizado por meio do treinamento em simuladores de voo e formação especializada, de forma que os pilotos e técnicos da área de manutenção de aeronaves fossem replicadores de conhecimento ao efetivo da Força, além de intercâmbios com países estrangeiros para realização de Operações Aéreas Conjuntas.

Quantidade alcançada

55.040

Data de Referência

30/11/2012

- Capacitar 20% do efetivo por meio das atividades de ensino para o emprego operacional e de apoio**

Análise Situacional da Meta

Tomando-se como referência outubro de 2012, foram capacitados/formados cerca de 14% do efetivo da força aérea brasileira. Os principais cursos englobados na capacitação são citados em seguida:

- curso de formação de cabos; curso de especialização de soldados; curso de formação de sargento; estágio de adaptação à graduação de sargento; curso de formação de médicos dentistas e farmacêuticos; estágio de adaptação de oficiais temporários; curso de tática aérea para oficiais e graduados; curso de especialização em logística; curso básico de manutenção para oficiais; curso de padronização de instrutores e curso de negociação de contratos internacionais e acordos de compensação.

A projeção para o exercício de 2013 é de serem capacitados/formados cerca de 22% do efetivo da força aérea brasileira, podendo variar de acordo com o numero de matriculados nos cursos e número de alunos formados.

Quantidade alcançada

14,61

Data de Referência

31/10/2012

- Realizar 32 operações aéreas**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, a Força Aérea Brasileira realizou Operações Aéreas, por meio de seu esforço aéreo e logístico, o que proporcionou ao Comando da Aeronáutica apoiar os Projetos Calha Norte, Projeto Rondon, o rodízio das tropas e apoio logístico aos Contingentes Brasileiros no Haiti e Líbano, a Conferência Rio+20, a Operação Gota e de Apoio às comunidades indígenas na Amazônia, ambas de iniciativa do Ministério da Saúde e o socorro às vítimas das enchentes no Acre e em Rondônia.

No que se refere ao Preparo e Emprego Técnico-Operacional da Força Aérea, realizaram-se as Operações Ágata (4, 5 e 6), Amazônia, Atlântico III, Cruzeiro do Sul – CRUZEX, BOLBRA II, VENBRA VI, MAPLE FLAG 45, dentre outras.

A BOLBRA II e VENBRA VI foram realizadas nas fronteiras do Brasil com a Bolívia e com a Venezuela, para

treinamento das Forças Aéreas no combate aos voos ilícitos de aeronaves com tráfico de entorpecentes nas fronteiras. Uma operação considerada de grande relevância para a Nação Brasileira foi a Ágata 6, realizada em outubro de 2012, a qual mobilizou 26 aeronaves da FAB ao longo de mais de 4 mil km de fronteira. Neste sentido, a ação aconteceu ao longo de 4.216 Km de fronteira do Brasil com a Bolívia e o Peru, abrangendo os Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Acre. A FAB participou com 900 militares, incluindo aviões de caça e duas Aeronaves Remotamente Pilotadas - ARP. As aeronaves de reconhecimento levantaram dados de acordo com as organizações civis, em busca de ilícitos como o desmatamento, garimpo ilegal, narcotráfico e contrabando.

Em uma das missões realizadas, um helicóptero H-60 Blackhawk levou uma equipe da Agência Estadual de Defesa e Inspeção Animal e Vegetal do Mato Grosso do Sul para fiscalizar pontos na fronteira com a Bolívia onde suspeitava-se que havia comércio ilegal de gado.

Durante a Operação Ágata 6, um caça A-29 Super Tucano do Esquadrão Flecha (3º/3º GAv) foi acionado para checar um tráfego aéreo desconhecido. A aeronave da FAB interceptou um monomotor Cessna 210, que havia decolado de Campo Grande – MS, sem plano de voo, e que seguia em direção ao noroeste de Mato Grosso do Sul. O piloto do Cessna 210 retornou para o aeroporto de Campo Grande, onde as equipes de terra daquele aeroporto, bem como os inspetores da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, juntamente com militares da FAB e representantes da Polícia Federal, em que verificou-se que o piloto não tinha habilitação para voar, tendo sido detido pela Polícia Federal, sendo que a ANAC interditou a aeronave para voos.

Além de combater os crimes na região de fronteira, a Força Aérea também levou saúde para comunidades isoladas durante a Operação Ágata 6. Equipes de médicos, dentistas e auxiliares de enfermagem foram até locais remotos para realizar atendimento médico e de enfermagem para três mil pessoas em comunidades isoladas do Acre, Rondônia e Mato Grosso.

A Operação CRUZEX C2, versão inédita de Guerra Aérea Simulada, ocorrida no período de 5 a 16 de novembro de 2012, na Base Aérea de Natal, recebeu 280 militares de 12 países, a exemplo da Argentina, Canadá, Chile, Equador, Estados Unidos, França, Reino Unido, Peru, Suécia, Uruguai, Venezuela e Brasil. A operação ocorreu no mundo virtual, cujo cenário de guerra contemplava aviões de combate, cercos, refugiados, dentre outros aspectos, utilizando-se as técnicas de treinamento de Comando e Controle (C2), ou seja, visando preparar os comandantes nas tomadas de decisão necessárias em situação de conflito.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

30/11/2012

OBJETIVO: 0463 - Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No setor aeronáutico ocorreram diversos avanços tecnológicos. Entre eles citam-se o projeto do veículo hipersônico 14-X, a modernização das aeronaves F5 e o desenvolvimento do protótipo modernizado da aeronave A1. Destacam-se também as ações de offset, com o envolvimento do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC), da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), do Exército, da Marinha, outras instituições e das empresas detentoras e receptoras de tecnologias.

Para o setor de defesa, foram realizados diversos eventos de capacitação científica e tecnológica para a indústria, em diferentes áreas, bem como ocorreu desenvolvimento de artefatos bélicos a serem empregados nas atuais e futuras aeronaves.

Tem-se fortemente em conta o cruzamento dual do uso da tecnologia no desenvolvimento de projetos civil-militares que trazem a marca da bi destinação e propiciam um clima favorável à capacitação de recursos em fontes não especificamente

destinadas ao fomento da Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no setor Aeroespacial. Um exemplo é que a necessidade de aviões por militares é de grande importância para a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), não apenas para diversificar suas atividades, mas como forma de acesso às tecnologias de ponta, que posteriormente serão utilizadas no desenvolvimento e produção de aeronaves civis. Os programas militares são utilizados pelas empresas privadas como meio de se obter domínio de novas tecnologias, que, oportunamente, são transferidos aos projetos comerciais.

Pode-se citar como sendo as principais empresas do setor de defesa aeroespacial intervenientes direta ou indiretamente no objetivo em questão: a Atech - Fundação Aplicação de Tecnologias Críticas - sistemas de defesas e simuladores; a Avibras - Indústria Aeroespacial SA - foguetes e veículos aéreo não tripulado; a Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica SA – aeronaves; a Mectron - Engenharia Indústria e Comercio SA - mísseis; a Omnisys Engenharia Ltda. - radares de longo alcance; a OrbiSat da Amazônia Ind. e Aerolevantamento SA - radares portáteis; a Opto Eletrônica São Carlos Ltda. - ótica de precisão e sensores a laser; e a Ares Aeroespacial e Defesa Ltda. - sistemas ópticos.

Estima-se que as três principais regiões beneficiadas com esses recursos são o Estado de São Paulo (com maior ênfase para a cidade de São José dos Campos), o Estado do Maranhão (principalmente em Alcântara) e o Estado do Rio Grande do Norte (com maior ênfase em Natal e Parnamirim), não se limitando a eles.

As organizações militares gestoras dos recursos provenientes deste objetivo possuem pessoal altamente motivado para a execução e gerenciamento de projetos, embora, nem sempre em número suficiente. Uma grande dificuldade ainda reside na área de pessoal civil, com o quadro atual inferior ao necessário para fazer frente aos seus projetos. A previsão de pessoal para 2013, mesmo com o concurso público, é de diminuição quantitativa em razão da aposentadoria de servidores experientes em diversas áreas.

Outra dificuldade são os entraves à aprovação da aquisição de bens e serviços junto à Consultoria Jurídica da União (CJU), obrigando constantes intervenções dos pesquisadores e gestores do Instituto para fazer entender as especificidades da área de C,T&I.

Além dos fatores citados, a política de inovação no setor sofre com o cerceamento tecnológico dos países líderes no desenvolvimento científico e tecnológico, intensificando as restrições de acesso às tecnologias e bens sensíveis ou de uso dual.

O Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) busca dar continuidade às pesquisas e projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) sob sua responsabilidade. Entre eles destacam-se: o desenvolvimento e a homologação de míssil ar-ar de curto alcance, com guiamento infravermelho; o desenvolvimento de Acelerômetro Optomecânico; o desenvolvimento do Processamento de Imagens em Tempo Real; o desenvolvimento de Propulsão Hipersônica – Fase 3 (Propulsão Hipersônica 14-X), entre outros.

Entre as principais operações previstas tem-se: o ensaio em voo para o processo de certificação do VANT Falcão, em desenvolvimento pela Avibras, com apoio do DCTA, o ensaio em voo do Projeto DPA-VANT (Sistema de Decolagem e Pouso Automáticos para VANT), utilizando os protótipos do VANT Acauã, o voo autônomo de VANT empregando tecnologia de navegação por imagem; o recebimento da última versão do Operational Flight Program (OFP) da Final Operational Clearance (FOC) F-5M; a integração e certificação de sistema Air Data Attitude and Heading Reference System (ADAHRS) do F-5M; e a conclusão dos sistemas necessários para o primeiro voo do veículo 14-X.

Metas 2012-2015

• Desenvolver 4 projetos de sistemas bélicos

Análise Situacional da Meta

Até novembro de 2012, um projeto concluído e três em desenvolvimento.

Um dos projetos, devido a problemas técnicos enfrentados, teve sua data de conclusão adiada para 2014.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

27/11/2012

• Desenvolver 8 cargueiros táticos militares

Análise Situacional da Meta

A adequação da frota da FAB inclui a obtenção e desenvolvimento de aeronaves, de modo a ampliar a sua capacidade operacional, com vistas a possibilitar o atendimento ao variado leque de demandas que surgem em função da dinâmica da Instituição, da Sociedade Brasileira e, principalmente, devido à relevância que assume o País no panorama internacional.

Assim, destaca-se o desenvolvimento pela EMBRAER, sob encomenda e acompanhamento do Comando da Aeronáutica, do Cargueiro Tático Militar KC-390, aeronave a ser empregada pela FAB nas missões de transporte tático/logístico e de reabastecimento em voo, substituindo as aeronaves C-130 Hércules que estão atingindo os limites do ciclo operacional.

Em agosto de 2012, na cidade de São José dos Campos - SP, foi concluída a Revisão Preliminar de Projeto (Preliminary Design Review - PDR), iniciando-se a última e decisiva etapa da Fase de Desenvolvimento, justamente a que trata do “Projeto Detalhado” e da “Certificação da Aeronave”, que permite a liberação dos desenhos para a produção dos protótipos.

Atualmente, o projeto está seguindo em ritmo adequado, com mais de 800 profissionais da EMBRAER, entre engenheiros e técnicos, juntamente com especialistas oriundos dos parceiros internacionais envolvidos no desenvolvimento da aeronave, agregando-se diversos fornecedores nacionais e estrangeiros que participarão da sua produção, todos trabalhando na Unidade de Eugênio de Mello, nas cercanias de São José dos Campos - SP. Por outro lado, as obras de expansão da planta industrial da EMBRAER, localizada na cidade de Gavião Peixoto - SP, já se iniciaram, como também foram definidos os ferramentais de fabricação da aeronave, cabendo ressaltar que a maior parte de suas estruturas mecânicas serão produzidas no Brasil. Nas instalações da futura fábrica, utilizar-se-ão sistemas robóticos de última geração para a montagem e integração final da aeronave, garantindo alta produtividade e elevada qualidade do produto final.

Em 2013, os componentes estruturais de longo ciclo de fabricação já estarão em produção e será redigida a Revisão Crítica do Projeto (Critical Design Review - CDR), com o propósito de “congelar” a configuração da aeronave e iniciar a produção dos protótipos para, em outubro de 2014, conforme o planejamento, realizar-se o “Voo Inaugural” da aeronave KC-390 em céus brasileiros.

A meta alcançada é “zero” devido ao fato da aeronave ainda se encontrar em fase de desenvolvimento pela EMBRAER.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/11/2012

• Realizar 4 pesquisas na área de tecnologia aeroespacial

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas duas pesquisas em 2012 com recursos oriundos de projetos complementares financiados pelo CNPq, CAPES e FAPESP.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012, o Comando da Aeronáutica (COMAER) vem promovendo a adequação da frota de aeronaves e dos meios operacionais empregados pela Força Aérea Brasileira (FAB), para assegurar a defesa aeroespacial do país. Tal política de aplicação de recursos contribui sobremaneira para que a instituição possa cumprir sua destinação constitucional, sintetizada na “Manutenção da Soberania do Espaço Aéreo Nacional com vistas à Defesa da Pátria”. A modernização e a aquisição de helicópteros e aviões de transporte, de combate e de patrulha são algumas das metas estruturantes respaldadas na Estratégia Nacional de Defesa (END) e estão presentes nos planejamentos de mais alto nível elaborados pelo COMAER, inclusive, guardam relação direta com o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER).

Neste contexto, em 2012, foi iniciada a Segunda Fase do Projeto de Modernização das Aeronaves de Combate F5-BR, envolvendo um total de 11 unidades adquiridas da Força Aérea da Jordânia, com a entrega de 2 aeronaves à EMBRAER para início dos serviços contratados, sendo que, em 2013, mais 7 dessas aeronaves deverão, também, receber os serviços de modernização.

Quanto ao Projeto A-1 (AM-X), neste ano, foram entregues à EMBRAER as primeiras 13 aeronaves de combate de um total de 43, para início dos serviços de modernização e, em 2013, está previsto o recebimento pela FAB das 6 primeiras aeronaves já modernizadas. Já o Projeto P-3BR, neste ano, foram recebidas 5 dessas aeronaves patrulha, após terem seus sistemas modernizados, sendo que as últimas 4 aeronaves serão entregues para operação em 2013.

A adequação da frota da FAB inclui, também, a obtenção e desenvolvimento de aeronaves, de modo a ampliar a sua capacidade operacional, com vistas a possibilitar o atendimento ao variado leque de demandas que surgem em função da dinâmica da Instituição, da Sociedade Brasileira e, principalmente, devido à relevância que assume o País no panorama internacional. Assim, destacam-se:

- a) O recebimento das últimas 4 aeronaves de ataque Super Tucano (AL-X), em 2012, de um total de 99 adquiridas junto à EMBRAER;
- b) Até outubro de 2012, foram recebidos 4 helicópteros EC-725 (HX-BR) produzidos pelo consórcio das empresas HELIBRAS (brasileira) e EUROCOPTER (francesa), fruto do Acordo de Compensação Comercial e de Cooperação Industrial envolvendo a França e o Brasil. O Projeto HX-BR prevê a aquisição pelo Ministério da Defesa (MD) de 50 helicópteros EC-725, sendo que, deste total, 16 serão entregues a cada uma das Forças Singulares e 2 aeronaves, na configuração VIP, serão destinadas à Presidência da República, cuja operação ficará a cargo da FAB. Cabe destacar, no âmbito desse importante empreendimento de produtos tipicamente militares, a possibilidade de industrialização, no País, da correspondente versão civil, denominada EC-225, o que, certamente, contribuirá para o fomento da Indústria Nacional, fortalecendo a vertente de Defesa;
- c) Em 2012, deverão ser recebidos 3 helicópteros de combate, modelo MI-35, de fabricação russa, do total de 12 aeronaves adquiridas pelo COMAER, denominadas na FAB de AH-2 Sabre, os quais estão sendo empregados na proteção das fronteiras da Amazônia;
- d) O desenvolvimento pela EMBRAER, sob encomenda e acompanhamento do Comando da Aeronáutica, do Cargueiro Tático Militar KC-390, aeronave a ser empregada pela FAB nas missões de transporte tático/logístico e de reabastecimento em voo, substituindo as aeronaves C-130 Hércules que estão atingindo os limites do ciclo operacional;
- e) Também houve a aquisição de um Sistema, com 2 Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP), mais conhecida por Veículo Aéreo não Tripulado (VANT), do modelo Hermes - 450WE, de fabricação israelense, ambas a serem entregues em 2013, dotando a FAB de equipamento capaz de executar missões de reconhecimento aéreo e fotográfico, em áreas de difícil acesso com baixo custo de operação.

Quanto à implantação de Sistemas de Telemática Militar, destacam-se o desenvolvimento de projetos para emprego na área operacional. Por exemplo, o Projeto HÉRCULES é um Sistema de Planejamento e Análise – Módulo de Comando e Controle, baseado no UP - Unified Process e na norma militar MIL-STD-498, envolvendo desde a sua concepção, previsão de documentos para cada fase de desenvolvimento do software e terminando com os testes de monitoramento e mitigação de riscos.

Outro projeto, igualmente importante e que deverá ser concluído em 2013, é o SASVE, que surgiu da necessidade de se controlar, de maneira informatizada e eficaz, os acessos às Organizações Militares subordinadas ao Comando Geral de Operações Aéreas (COMGAR), proporcionando maior segurança em áreas especialmente sensíveis desses órgãos, onde operam as aeronaves e meios de apoio à atividade aérea.

A aquisição de veículos de superfície novos para o COMAER tem contribuído para renovação da sua frota e permitindo que as Organizações Militares disponham das condições necessárias para cumprirem as suas missões operacionais e administrativas. Os recursos postos a disposição do COMAER, no montante de R\$ 2.281.064,00, possibilitaram a aquisição de 21 veículos, dentre eles, ônibus, micro-ônibus, vans e outros automóveis (dobló e uno) próprios para uso em serviço.

No que diz respeito à modernização de equipamentos de comunicação e eletrônica, os recursos foram direcionados ao atendimento de necessidades dos Batalhões de Infantaria da Aeronáutica, como por exemplo, para aquisição de rádios de uso operacional e acessórios, enquanto para sistemas bélicos, priorizou-se a obtenção dos itens necessários ao fomento dos projetos constantes do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica - 2010-2031.

Por fim, como é possível verificar na Análise Situacional acima, por meio das ações decorrentes do Objetivo 0464, buscou-se modernizar e adquirir aeronaves e, também, empenhou-se em adequar os meios de apoio ao combate (veículos de superfície, sistemas bélicos e equipamentos de comunicação e eletrônica) da Força Aérea Brasileira.

Dessa forma, como fator de destaque pode-se considerar as parcerias realizadas com a EMBRAER, por meio de contratos administrativos. Estas parcerias favoreceram o trabalho conjunto da referida empresa com o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - DCTA, quanto à modernização e ao desenvolvimento de aeronaves militares. Neste sentido, isso contribuirá para o fomento da Indústria Nacional, fortalecendo a vertente de Defesa, com vistas à manutenção da soberania nacional.

Metas 2012-2015

• Adquirir 45 aeronaves

Análise Situacional da Meta

No que tange às aquisições e encomendas da FAB em 2012, destaca-se o recebimento das últimas 04 (quatro) aeronaves Super Tucano AL-X, de um total de 99 (noventa e nove), produzidas pela EMBRAER.

Está previsto, ainda, o recebimento de um Sistema com 02 Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT) em 2013, que irá incrementar, entre outras, a capacidade da FAB em realizar ações de monitoramento de extensas áreas.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

30/11/2012

• Modernizar 20 aeronaves

Análise Situacional da Meta

No que se refere ao reaparelhamento e adequação da Força Aérea no exercício de 2012, os recursos disponibilizados possibilitaram o andamento dos Projetos AM-X, F5-BR e P-3BR, de forma a proporcionar a adequação tecnológica e operacional das aeronaves da FAB, mediante a recuperação de sua capacidade original e a execução de projetos e instalação de equipamentos atualizados e tecnologicamente compatíveis com os cenários de atuação no presente.

Quanto à modernização de aeronaves, foi iniciada em 2012 a segunda fase do Projeto F5-BR, com a entrega à Embraer de 02 (duas) aeronaves F5-BR para início do processo de modernização de um total de 11 (onze) aeronaves adquiridas da Jordânia.

Está prevista para 2013 a entrega para a Embraer de mais 07 (sete) aeronaves F5-BR para continuidade do processo de modernização dessas aeronaves.

No Projeto AM-X, foram entregues, pela FAB, as primeiras 13 (treze) aeronaves para EMBRAER iniciar o processo de modernização de um total de 43 (quarenta e três). Está previsto o recebimento das 06 (seis) primeiras aeronaves modernizadas em 2013.

No Projeto P3 foram recebidas 05 (cinco) aeronaves, de um total de 09 (nove), sendo que as 04 (quatro) restantes serão entregues em 2013.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

30/11/2012

OBJETIVO: 0482 - Adequar a infraestrutura das instalações terrestres para ampliar a capacidade de articulação das instalações militares do Exército, sob a égide do trinômio monitoramento, mobilidade e presença militar

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012, o Exército Brasileiro, coerente com a postura estratégica da Presença, manteve e fortaleceu o posicionamento de cerca de 280 organizações militares operacionais e respectivos comandos enquadrantes no território nacional, priorizando as servidões de mobilidade estratégica de suas tropas, do aumento da vigilância e monitoramento do arco-fronteiriço, articulação militar terrestre e de dissuasão a ameaças reais e potenciais.

- Principais realizações no período: o Projeto Estratégico SISFRON contribuiu para a consecução do Objetivo 0482, por meio da aquisição de meios para o sensoriamento, apoio à decisão e atuação integrada, bem como por meio do início da realização de obras de infraestrutura.

- Fatores que dificultaram a execução: ausência da previsão assegurada de recursos para o Projeto; dificuldade da indústria nacional para atender aos “picos de demanda” correspondentes às necessidades do Projeto; dificuldade para contratação de serviços e de mão de obra especializada nas regiões remotas do País; complexidade técnica da integração dos meios de sensoriamento e apoio à decisão.

- Previsão de realização para o próximo período: início da realização da 2º fase de implantação do Projeto Piloto.

- Arranjos de gestão e pactuações mais relevantes: contrato com empresa integradora para o desenvolvimento, integração e implantação dos meios de Sensoriamento e Apoio à Decisão do SISFRON, no âmbito do Projeto Piloto.

- PÚblico beneficiado: órgãos participantes de operações interagências na faixa de fronteira; organizações militares do Exército desdobradas na faixa de fronteira; a sociedade em geral, tendo em vista o impacto do Projeto nos delitos transfronteiriços e ambientais; e a Indústria Nacional de Defesa.

- Resultados das entregas: aumento da capacidade operacional das organizações militares do Exército desdobradas na faixa de fronteira.

- Outras informações: as iniciativas do SISFRON estão alinhadas com a Estratégia Nacional de Defesa (Dec. 6703, de 18 Dez 2008) e com o Plano Estratégico de Fronteira (Dec. 7496, de 8 Jun 2011).

Situação da implantação e adequação de infraestrutura de defesa terrestre e de apoio ao pessoal:

- Principais realizações no período: construção e adequação de instalações militares distribuídas em todas as regiões do território nacional, com prioridade para a Amazônia. Cabe destacar o estágio avançado da construção do novo aquartelamento do Comando Militar do Planalto, em Brasília-DF, e a entrega de diversas novas unidades habitacionais para apoio ao pessoal militar e suas famílias, nas localidades distribuídas por todo o território nacional.

- Fatores que dificultaram a execução: ausência da previsão assegurada de recursos; elevação dos custos da indústria nacional de construção nas localidades onde há “picos de demanda”; dificuldade para contratação de serviços e de mão de obra especializada nas regiões remotas do País.

- Previsão de realização para o próximo período: conclusão dos projetos já iniciados, inclusive do novo aquartelamento do Comando Militar do Planalto e início de novos projetos conforme o planejamento estratégico da Força.

- Arranjos de gestão e pactuações mais relevantes: aproveitamento máximo de instalações já existentes, priorizando a revitalização de estruturas antigas em detrimento da construção de novas.
- Público beneficiado: guarnições militares, incluindo as famílias, contempladas com as obras de construção e adequação; órgãos municipais, estaduais e federais que contam com apoio dessas guarnições; comunidades locais que passam a contar com a existência e o apoio de unidades do Exército melhor estruturadas; e as empresas locais de construção.
- Resultados das entregas: aprimoramento da capacidade operacional das organizações militares do Exército atendidas com as obras de construção e adequação, com destaque para as da Região Amazônica, segundo as prioridades do planejamento estratégico e as demandas emergenciais do Estado e da sociedade.

Situação da implantação e adequação do sistema de aviação do Exército:

- Principais realizações no período: construção e adequação de instalações militares do 3º Batalhão de Aviação do Exército (B Av. Ex) em Campo Grande-MS, da Base de Aviação de Taubaté, no estado de São Paulo, e do 4º B Av. Ex, em Manaus-AM.
- Fatores que dificultaram a execução: ausência da previsão assegurada de recursos; altos custos dos produtos da indústria aeroespacial especializada em helicópteros; processo de importação de componentes; alto custo para contratação de serviços e de mão de obra especializadas.
- Previsão de realização para o próximo período: conclusão dos projetos já iniciados no 3º B Av. Ex, início da construção de hangar para recebimento das demais aeronaves EC-725, na Base de Aviação de Taubaté. Início da expansão das instalações do Batalhão de Manutenção e Suprimento de Aviação, início das obras para as instalações do novo simulador de voo de helicópteros.
- Arranjos de gestão e pactuações mais relevantes: aproveitamento máximo de instalações já existentes, priorizando, a construção de novas instalações segundo padrões avançados de tecnologia e racionalização.
- Público beneficiado: todas as unidades de aviação do Exército; órgãos municipais, estaduais e federais que contam com apoio das unidades de aviação do Exército; comunidades locais que passam a contar com a existência e o apoio de unidades do Exército melhor estruturadas; e as empresas fornecedoras de produtos e serviços de apoio à operação dos helicópteros do Exército.
- Resultados das entregas: aprimoramento da capacidade operacional das unidades de aviação do Exército, incrementando o estado de pronto para atender as prioridades do planejamento anual de emprego e as demandas emergenciais do Estado e da sociedade.

Metas 2012-2015

• Adequar 30% da estrutura orgânica da Brigada de Infantaria Paraquedista

Análise Situacional da Meta

A Brigada de Infantaria Paraquedista, que se localiza na cidade do Rio de Janeiro-Rj, é integrada por dez unidades operacionais, algumas delas instaladas em aquartelamentos existentes desde antes da sua criação, na década de 1950. A maior parte das instalações já foi adequada e necessita de complementos para sua utilização mais racional. A meta poderá ser alcançada no curto prazo, conforme o fluxo de recursos a ser alocado.

Foram adequadas 20% das instalações de alojamentos e administração previstas no planejamento, e que se encontram distribuídas pelas diversas unidades.

Para o ano de 2013 há a previsão de se adequar as instalações do Destacamento de Saúde da Brigada, construir o rancho do 25º Batalhão de Infantaria Paraquedista e construir as instalações da Base de Administração e Apoio da Brigada.

A ausência da previsão assegurada de recursos foi o maior obstáculo encontrado no ano de 2012.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	30	% acumulado do projeto físico	20	31/12/2012

• Adequar 40% das Brigadas Blindadas
Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: a 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, com o comando sediado em Ponta Grossa-PR e suas unidades distribuídas pelo Estado do Paraná, e a 6ª Brigada de Infantaria Blindada, com o comando sediado em Santa Maria-RS e suas unidades distribuídas pelo Estado do Rio Grande do Sul, foram reestruturadas para receber novos meios blindados a partir de 2004. A maior parte das instalações da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada ainda se encontra em adequação, havendo necessidade de obras de vulto para adequação do 5º Regimento de Carros de Combate (5º RCC), em Rio Negro-PR, o 3º RCC, em Ponta Grossa-PR, o 5º B Log e o Pq R Mnt/5, em Curitiba-PR. A maior parte das instalações da 6ª Brigada de Infantaria Blindada já foi adequada, havendo necessidade de obras de vulto no 4º Regimento de Carros de Combate (4º RCC), em Rosário do Sul-RS, no 1º RCC e no 4º B Log, em Santa Maria-RS.

Descrição das principais realizações: adequações de 20% das instalações de alojamentos e garagens previstas no planejamento, e que se encontram distribuídas pelas diversas unidades.

Expectativa para o próximo período: adequação das instalações de garagens do 1º RCC, do 4º RCC, do 4º B Log, do 3º RCC, do Pq R Mnt/5, do 5º B Log e do 5º RCC.

Desafios de implementação: Ausência da previsão assegurada de recursos para a Iniciativa.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sul	40	%	20	31/12/2012

• Estruturar 20% do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)
Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: o Projeto Básico do SISFRON prevê o total de R\$ 11,9 bilhões para a implantação do Sistema, dos quais, 367,9 milhões necessários para a execução das atividades planejadas em 2012. Foram recebidos para aplicação o valor de 196,8 milhões, suficientes para estruturar 1,64% do SISFRON.

Descrição das principais realizações: aquisição de meios para o sensoriamento, apoio à decisão e atuação integrada, bem como o início da realização de obras de infraestrutura.

Expectativa para o próximo período: prosseguimento da ações referentes ao Projeto Piloto, buscando recuperar a defasagem entre planejado e executado em 2012.

Desafios de implementação: ausência da previsão assegurada de recursos para a Iniciativa; dificuldade da indústria nacional de atender aos “picos de demanda” correspondentes às necessidades do Projeto; dificuldade para contratação de serviços e de mão de obra especializada nas regiões remotas do País; complexidade técnica da integração dos meios de sensoriamento e apoio à decisão.

Quantidade alcançada

1,64

Data de Referência

31/12/2012

• Implantação e adequação das instalações do Comando do Exército em Pirassununga - SP

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: o 13º Regimento de Cavalaria Mecanizado (13º RC Mec), sediado em Pirassununga-SP, sofreu um processo de transformação, recebendo novos equipamentos. As metas de implantação e adequação foram atingidas.

Descrição das principais realizações: implantação e adequação das instalações do 13º RC Mec.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2012

• Implantar 100% da Brigada de Operações Especiais

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: a Brigada de Operações Especiais, sediada em Goiânia-GO, foi criada em 2002 e encontra-se em processo de implantação desde então; 80% do planejamento foi executado.

Descrição das principais realizações: adequações de alojamentos, instalações administrativas e operacionais.

Expectativa para o próximo período: realização de obras complementares de caráter operacional e administrativo no valor estimado de R\$ 10 milhões.

Desafios de implementação: ausência da previsão assegurada de recursos.

Quantidade alcançada

80

Data de Referência

31/12/2012

• Modernizar 75% da estrutura da 12ª Brigada de Infantaria Leve

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: a 12ª Brigada de Infantaria Leve, com o comando sediado em Caçapava-SP e unidades distribuídas pelo Estado de São Paulo, foi transformada em 1995 e encontra-se em processo de modernização desde então; 70% do planejamento foi executado.

Descrição das principais realizações: adequações de alojamentos, instalações administrativas e operacionais.

Expectativa para o próximo período: prosseguimento das adequações de alojamentos, instalações administrativas e operacionais.

Desafios de implementação: ausência da previsão assegurada de recursos.

Quantidade alcançada

70

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	75	%	70	31/12/2012

• Transferir a 2ª Brigada de Infantaria de Selva para São Gabriel da Cachoeira-AM

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: a 2ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada em São Gabriel da Cachoeira-AM, foi criada em 2003 e encontra-se em processo de implantação desde então; 70% do planejamento foi executado, com a construção de alojamentos, instalações administrativas e operacionais.

Descrição das principais realizações: adequações de alojamentos, instalações administrativas e operacionais do Comando da Brigada e do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, em Barcelos-AM.

Expectativa para o próximo período: início das obras para instalação do Batalhão Logístico, em São Gabriel da Cachoeira-AM, e realização de obras de caráter operacional e administrativo no valor estimado de R\$ 50 milhões.

Desafios de implementação: ausência da previsão assegurada de recursos.

Quantidade alcançada

70

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0502 - Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Esse objetivo é composto de quatro vertentes: Apoio a comunidades carentes; Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar; Desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças e Cooperação com a construção e a recuperação da infraestrutura nacional.

No que tange ao apoio a comunidades carentes destaca-se o Projeto Rondon. Coordenado pelo Ministério da Defesa, é um projeto de integração social, que tem como um de seus objetivos, a busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população.

A realização do Projeto se dá por meio do trabalho voluntário de estudantes e professores universitários, chamados “rondonistas”. As ações são realizadas, prioritariamente, em municípios isolados e/ou de menor índice de desenvolvimento humano, e já beneficiaram, desde a criação do projeto, 864 municípios, com a participação de mais de 14.700 voluntários, oriundos de Instituições de Ensino Superior de todo o Brasil.

Em 2012 participaram das operações do Projeto 1.944 rondonistas, que atuaram em 57 municípios dos estados de Maranhão, Pará e Tocantins. Para 2013, está prevista a participação de mais 2.400 universitários, que atuarão nos Estados do Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, e Sergipe.

Quanto à Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar, cita-se como principais resultados, em 2012, a qualificação profissional de 14.659 jovens durante a prestação do serviço militar, o que contribuirá para uma melhor inserção dos participantes no mercado de trabalho, quando do retorno à vida civil. Em 2013 está prevista a qualificação de 14.000 jovens.

Na vertente do Desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças, enquadra-se o Projeto “Forças no Esporte” – PROFESP, desenvolvido pelo Ministério da Defesa, com a utilização das instalações das Forças Armadas. Alinhado ao Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, o PROFESP é destinado ao oferecimento de atividades esportivas e reforço escolar para crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, prioritariamente, da rede pública, que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Além das atividades de prática esportiva e reforço escolar, o Programa também oferece ao seu público-alvo aulas de música, inclusão digital e capacitação profissional nas áreas de padaria, pizzaiolo, jardinagem e alfaiataria. Dessa forma, o PROFESP contribui para a inclusão social e para a prevenção da violência e da marginalidade, por meio da utilização de mecanismos de valorização da cidadania e de preparação para o mercado de trabalho.

Em 2012, o Programa atendeu 12.000 crianças em 86 organizações militares distribuídas em todo território nacional. Destaca-se como resultados marcantes do PROFESP a preparação de atletas adolescentes, já selecionados para os Jogos Olímpicos de 2016, e também o encaminhamento de jovens do Programa para o mercado de trabalho, tanto na iniciativa privada como no meio militar.

O Programa Forças no Esporte tem a perspectiva de atender 100.000 crianças até o ano de 2016.

No que se refere ao desenvolvimento de ações de cooperação com a construção e a recuperação da infraestrutura nacional destacam-se as atividades desenvolvidas pelo Exército: o apoio à distribuição de água na Região Nordeste; contribuição em diversos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), destacando-se as obras de melhoramento da infraestrutura de escoamento da produção (duplicação da BR-101, no Nordeste; Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional; complexo aeroportuário da Grande Natal; pista do

Aeroporto de São Luís; BR- 135, no Mato Grosso e Pará; BR-163 e BR-230; BR-242; Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, e ampliação do Aeroporto Internacional de Guarulhos).

O caráter emergencial e cronogramas exígues de algumas demandas foram fatores que dificultaram a execução das obras. Em 2013 será dado o prosseguimento das obras não concluídas em 2012.

Podem ser citados como arranjos de gestão e pactuações mais relevantes o convênios com o Ministério da Integração e o Ministério dos Transportes.

O público beneficiado nesta vertente são as comunidades carentes da Região Nordeste e toda a sociedade brasileira que se beneficia das obras do PAC.

Metas 2012-2015

- **Formação de 9.500 Rondonistas nas operações do "Projeto Rondon"**

Análise Situacional da Meta

A meta prevista para o ano de 2012 era de 2.800 universitários mas foi revista em função de ajustes operacionais. Dessa forma, considerou-se então a meta de 1.944 rondonistas para 2012.

Foram realizadas as seguintes Operações:

- Operação Açaí / Belém, com a participação de 380 rondonistas, de 38 IES, atuando em 19 municípios, durante 15 dias, realizada em julho/2012;
- Operação ACiSo / Belém, com a participação de 20 rondonistas, de 20 IES, atuando comunidades ribeirinhas do Estado do Pará, durante 15 dias, realizada em julho/2012; e
- Operação Capim Dourado / Palmas, com a participação de 300 rondonistas, de 30 IES, atuando em 15 municípios, durante 15 dias, realizada em julho/12.

Foram realizadas, em janeiro/fevereiro de 2013, as seguintes operações, cujas despesas foram executadas e pagas com recursos orçamentários relativos ao ano de 2012:

- Operação Canudos / Petrolina, com a participação de 400 rondonistas, de 40 IES, atuando em 15 municípios, durante 15 dias;
- Operação 2 de Julho / Salvador, com a participação de 400 rondonistas, de 40 IES, atuando em 15 municípios, durante 15 dias;
- Operação São Francisco / Aracaju, com participação de 400 rondonistas, de 40 IES, atuando em 15 municípios, durante 15 dias;
- Operação ACiSo / Belém, com participação de 22 rondonistas, de 20 IES, atuando em comunidades ribeirinhas do Estado do Pará, durante 15 dias; e
- Operação ASShop / Manaus, com participação de 22 rondonistas, de 20 IES, atuando em comunidades ribeirinhas do Estado do Amazonas durante 15 dias.

Quantidade alcançada

1.944

Data de Referência

31/12/2012

- **Participação de 80.000 crianças no Programa "Forças no Esporte"**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 a Comissão Desportiva Militar do Brasil atendeu a 400 atletas de alto rendimento e 700 alunos das Escolas da Formação.

No ano de 2012 o Forças no Esporte beneficiou 12.000 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, alcançando 100% da meta prevista para o ano.

Para 2013 está previsto o atendimento de mais 15.000 crianças e adolescentes.

Quantidade alcançada

12.000

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	80.000	pessoas	12.000	31/12/2012

• Profissionalização de 100.000 jovens pelo Programa "Soldado Cidadão"
Análise Situacional da Meta

Para o cumprimento da meta, a LOA de 2012, na Ação 6557, disponibilizou R\$ 11.783.312,00, com planejamento para capacitação profissional de 13.510 militares.

Os recursos foram repassados às Forças Singulares para execução das atividades do Projeto, da seguinte maneira: Comando do Marinha: R\$ 765.085,00; Comando do Exército: R\$ 10.115.814,00; e Comando da Aeronáutica: R\$ 793.912,49.

A busca de novos parceiros condutores do ensino profissionalizante e iniciativas com redução de custo (cursos dentro das OM, parceria com empresas, etc) contribuíram para que a meta planejada fosse superada, com a capacitação, em 2012, de 14.659 jovens.

A expectativa de capacitação profissional em 2013 é de 14.000 militares.

Quantidade alcançada

14.659

Data de Referência

04/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	100.000	pessoas	14.659	04/03/2013

OBJETIVO: 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

A Estratégia Nacional de Defesa (END) é inseparável da Estratégia Nacional de Desenvolvimento. Cada uma reforça as razões da outra. Em ambas se desperta para a nacionalidade e constrói-se a Nação.

A END, aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18/12/2008, estabeleceu Diretrizes para os setores da Defesa. Em decorrência, o Ministério da Defesa (MD) elaborou o Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED), consolidando as necessidades das três Forças. Inserido no PAED, a MB confeccionou o seu Plano de Articulação e Equipamento (PAEMB), estabelecendo prioridades e respectivos cronogramas físico-financeiros. Os Programas Estratégicos da Marinha, integrantes do PAEMB/PAED, são os seguintes:

- 1) Programa Nuclear da Marinha (PNM);
- 2) Construção do Núcleo do Poder Naval, que abrange o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), o Programa de Obtenção de Meios de Superfície (PROSUPER), a Construção de Navios-Patrulha de 500t (NPa 500t), a Construção de 4 Corvetas Classe Barroso, o Programa de Obtenção de Navios Aeródromos (PRONAE) e o Programa de Obtenção de Navios Anfíbios (PRONANF);
- 3) Recuperação da Capacidade Operacional da Marinha;
- 4) Complexo Naval da 2ª Esquadra e 2ª Força de Fuzileiros da Esquadra;
- 5) Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz);
- 6) Segurança da Navegação;
- 7) Pessoal - Nosso Maior Patrimônio.

Estes Programas, também, foram apresentados no Livro Branco de Defesa Nacional e serão conduzidos em curto prazo

(2012 a 2015), médio prazo (2016 a 2023) e longo prazo (2024 a 2031), com alguns Projetos estendendo-se até o ano de 2047.

A Marinha, em consonância com a END, visualiza possuir no futuro uma Força moderna, equilibrada e balanceada, dispondendo de meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais compatíveis com a inserção político-estratégica do nosso País no cenário internacional e, em sintonia com os anseios da sociedade brasileira, permanentemente pronta para atuar no mar e em águas interiores de forma singular ou conjunta, de modo a atender à destinação constitucional.

Cabe mencionar que a implementação do PROSUB permitirá a inclusão do Brasil no restrito grupo de países que possuem submarinos com propulsão nuclear.

O PROSUB foi concebido dentro das seguintes etapas:

- Parceria Estratégica – firmada entre os Presidentes do Brasil e da França;
- Acordo Submarinos – firmados entre os Ministros da Defesa do Brasil e da França;
- Ajuste Técnico – firmado entre os Comandantes das Marinhas do Brasil e da França;
- Contratos Comerciais – firmados entre a Marinha do Brasil e o Consórcio Baia de Sepetiba, DCNS e ODEBRECHT e ICN.

Principais realizações:

PROSUB

Em 2012, foram recebidos no Brasil os dois primeiros lotes de materiais para a fabricação das demais seções do Primeiro Submarino Convencional (SBR-1), a ser executada no Estaleiro do PROSUB (EBN) na cidade de Itaguaí - RJ. A construção do 1º casco, no País, foi iniciada em julho de 2011, com o início da fabricação das seções de ré do casco resistente na Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (NUCLEP), também em Itaguaí-RJ, com entrega prevista para 2017. Foram prontificadas as instalações da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM), onde serão pré-montadas as seções dos cascos dos submarinos e o trabalho de rebaixamento do túnel que liga as áreas norte e sul do Complexo Naval, que já se encontra em operação. No tocante ao EBN, prosseguem as obras do cais e houve o reinício do aterro hidráulico que estava suspenso.

Foram concluídos, na Escola de Projetos de Submarinos, o Curso de Projeto Complementar de Submarino Nuclear (Módulo II do Step 1) e o trabalho de identificação das interfaces nucleares, para 31 engenheiros da Marinha.

Foi inaugurado o Escritório Técnico de Projetos da COGESN em São Paulo que, equipado com avançados recursos tecnológicos, deu início ao desenvolvimento do Projeto do Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro, com previsão de, em três anos, elaborar o projeto básico desse meio para, em seguida, dar início à fase do projeto detalhado, simultaneamente com a construção do submarino, em 2016, no Estaleiro e Base da Marinha (EBN), na cidade de Itaguaí, no estado do RJ.

Quanto aos Navios-Patrulha (NPa) de 500t, a Marinha já havia recebido o NPa "Macaé", que deu nome à Classe, e o NPa "Macau", ambos construídos pela Indústria Naval do Ceará (INACE), em Fortaleza - CE; outras cinco unidades encontram-se em construção no Estaleiro Ilha S.A. (EISA), no Rio de Janeiro - RJ, com previsão de entrega de três unidades em 2013 e duas em 2014.

No tocante a outros meios navais, em face do surgimento de uma singular possibilidade de compra por oportunidade, a Marinha adquiriu da empresa inglesa BAE Systems três Navios-Patrulha Oceânicos (NPaOc), dos quais foram recebidos em 2012 duas unidades, o NPaOc "Amazonas" que deu o nome à Classe, e o NPaOc "Apa". O terceiro navio, NPaOc "Araguari", tem previsão de entrega em 2013. Os NPaOc Classe Amazonas foram adquiridos ao preço unitário de £ 40 milhões (€ 48 milhões). Esse valor é cerca de 48% inferior ao valor médio das propostas de navios de características similares apresentadas por 5 países (Itália, Coréia do Sul, França, Alemanha e Reino Unido), bem como representa uma redução de aproximadamente 30% da oferta inicial do próprio fabricante, a empresa inglesa BAE Systems.

Foram recebidas, também, duas Embarcações de Desembarque de Viaturas e Material (EDVM), construídas no Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro (AMRJ), que serão empregadas em operações anfíbias.

Em relação aos meios aéreos, de um total de seis Helicópteros de Múltiplo Emprego (HME) adquiridos da empresa norte

americana Sikorsky Aircraft Corporation, quatro unidades já foram recebidas e os demais têm previsão de entrega em 2014.

O Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) recebeu 21 Viaturas Blindadas Sobre Rodas, modelo PIRANHA IIIC, fabricadas pela empresa suíça MOWAG, fundamentais em Operações de Paz, encontrando-se em plena atividade. O processo de obtenção dessas viaturas contempla a entrega de mais nove unidades até o final de 2014.

Foi assinado ainda em 2011 o contrato de aquisição do Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS CFN 2020 com a empresa AVIBRÁS, que prevê a entrega de toda a Bateria LMF até o final de 2014. Ainda em 2012, foi celebrado termo aditivo ao contrato, a partir do recebimento de recursos do PAC - Equipamentos.

Em 2012, o inventário de meios da MB representou pouco mais de 1/3 (um terço) do total de meios previstos no PAEMB/PAED (a longo prazo). Em 2013, o PAEMB será revisto e atualizado.

Para 2013, no PROSUB está prevista a construção das oficinas do Estaleiro, parte dos prédios da Base Naval e dos diques secos e, em grande parte, todos os projetos realizados em 2012 terão continuidade no exercício de 2013, conforme contratos comerciais firmados pela Marinha.

Arranjos de Gestão/Pactuações: no que concerne ao fomento à indústria nacional, foram qualificadas 102 empresas brasileiras para participar dos projetos de nacionalização dos equipamentos afetos ao PROSUB. Existem quatro projetos de nacionalização aprovados pela Marinha e mais oito em análise.

Não obstante as considerações de ordem estratégica conexas à Defesa Nacional, que se constitui na essência dos Projetos Estratégicos da Marinha, também, valem as considerações de cunho econômico e social. A consecução do PAEMB/PAED impulsionará de forma ímpar a Base Industrial de Defesa. A Indústria Naval é considerada uma indústria de base e seu incremento implica no crescimento de outros segmentos, como o eletroeletrônico, metalúrgico, mecânica pesada, motores de propulsão marítimo, armamentos, informática, além de muitos outros, em face da diversidade de equipamentos existentes a bordo dos meios da Marinha (navios de guerra, aeronaves e meios de Fuzileiros Navais). A alta tecnologia utilizada e a necessidade de autossuficiência na construção e manutenção desses meios operativos fazem com que o País busque a independência tecnológica nas mais diversas áreas.

Na vertente social, destaca-se a relevante quantidade de empregos diretos e indiretos a serem gerados na construção naval e civil.

Dotar o Poder Naval brasileiro com meios navais modernos e compatíveis com as dimensões político-estratégica e econômica do País é tarefa imprescindível e além de essencial para a sua segurança, contribui para assegurar os interesses brasileiros no concerto das nações, na medida em que o fortalecimento do Poder Naval promove o incremento da capacidade de dissuasão, como também para propiciar maior capacidade de participação em Operações Navais com outras Marinas e prover melhores condições para a fiscalização e o cumprimento de convenções e acordos internacionais.

Metas 2012-2015

• Conclusão do estaleiro e da Base Naval do PROSUB

Análise Situacional da Meta

Criado a partir da Parceria Estratégica celebrada entre os governos do Brasil e da França, em 23 de dezembro de 2008, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) compreende três áreas de atuação: implantação de Estaleiro e Base Naval (EBN), construção do Submarino de Propulsão Nuclear (SN-BR) e construção de quatro submarinos convencionais (S-BR). A implantação do EBN, em Itaguaí - RJ, visa dotar o país de infraestrutura para construção, manutenção e apoio de submarinos convencionais e nucleares.

Avaliação do cumprimento da meta: A meta estipulada para 2012 foi atingida conforme o cronograma estabelecido pela Marinha.

Principais realizações: Em novembro de 2012, ficaram prontas as instalações da Unidade de Fabricação de Estruturas

Metálicas (UFEM) - onde serão pré-montadas as seções dos cascos dos submarinos e o trabalho de rebaixamento do túnel que liga as áreas norte e sul do Complexo Naval, que já se encontra em operação. No tocante ao EBN, prosseguem as obras do cais e houve o reinício do aterro hidráulico que estava suspenso.

Observação: A construção do Estaleiro e Base Naval (EBN) do PROSUB, no município de Itaguaí-RJ, contribuirá para a expansão do Polo Industrial de Itaguaí, com previsão de gerar 10.000 empregos diretos e indiretos.

Para 2013, está prevista a construção das oficinas do Estaleiro, parte dos prédios da Base Naval e dos diques secos.

• **Conclusão do projeto do Primeiro Submarino de Propulsão Nuclear (SNBR-1)**

Análise Situacional da Meta

A fim de proporcionar melhor integração e sinergia entre as Organizações da Marinha, com foco no desenvolvimento de um submarino com propulsão nuclear, foi criada, dentro da estrutura da Diretoria-Geral do Material da Marinha, a Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento do Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN), com as atribuições de gerenciar o projeto e a construção do estaleiro dedicado aos submarinos e de sua base; de gerenciar o projeto de construção do submarino com propulsão nuclear; e de gerenciar o projeto de detalhamento do submarino convencional a ser adquirido pela Marinha.

O Escritório Técnico Brasileiro do Programa de Desenvolvimento de Submarinos na França (ET-PROSUB), subordinado à COGESN, e a Escola de Projeto de Submarinos (École de Conception des Sous-Marins), implantada pela empresa francesa Direction des Constructions Navales et Services (DCNS), ambos ativados em 2010, na França, encontram-se em franca atividade no cumprimento do objetivo de promover a transferência de tecnologia do projeto de submarino aos engenheiros navais da Marinha, à exceção da propulsão nuclear, visando a capacitá-los a elaborar o projeto do futuro Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro, conforme previsto em contrato do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB).

Avaliação do cumprimento da meta: A meta programada para 2012 foi atingida conforme o cronograma estabelecido pela Marinha.

Principais realizações: Nas cidades de Toulon e Sophia Antipolis, na França, transcorreu o processo de transferência de tecnologia do Sistema de Combate e Sonar, envolvendo cinco oficiais designados para acompanhar as atividades em desenvolvimento nos laboratórios e oficinas das empresas contratadas naquele país. Ainda, na cidade de Cherbourg, 25 engenheiros e técnicos brasileiros foram treinados e qualificados para trabalhar com as ferramentas e os maquinários necessários para a produção das seções que irão formar o casco resistente do submarino.

No 3º trimestre de 2012, foram concluídos, na Escola de Projetos de Submarinos, o Curso de Projeto Complementar de Submarino Nuclear (Módulo II do Step 1) e o trabalho de identificação das interfaces nucleares, para 31 engenheiros da Marinha.

Em julho de 2012, foi inaugurado o Escritório Técnico de Projetos da COGESN em São Paulo que, equipado com avançados recursos tecnológicos, deu início ao desenvolvimento do Projeto do Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro, com previsão de, em três anos, elaborar o projeto básico para, em seguida, dar início à fase do projeto detalhado, simultaneamente com a construção do submarino, em 2016, no Estaleiro e Base da Marinha (EBN), na cidade de Itaguaí, no Estado do RJ.

Expectativa para o próximo período: Continuidade do projeto de conclusão do Primeiro Submarino de Propulsão Nuclear (SNBR-1), conforme o planejamento estabelecido pela Marinha.

Desafios de implementação: Ajustes técnicos, devido à complexidade da execução do projeto.

• **Construção de 8 Navios-Patrulha Oceânicos de 500 t**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Obtenção dos Navios-Patrulha (NPa) de 500t incluído no PAED/PAEMB, contempla a construção de 46 unidades a longo prazo. Para o período do PPA vigente está prevista a construção de 8 navios conforme cronograma

abaixo:

- 1º lote (1º e 2º navios) - NPa “Macaé” e “Macau” – ambos construídos no estaleiro INACE, em Fortaleza - CE, já foram incorporados à Marinha; e

- 2º lote (3º ao 7º navios) - NPa “Maracanã, NPa “Mangaratiba”, NPa “Miramar”, NPa “Magé” e NPa “Maragogipe”, totalizando 5 unidades, todas em fase de construção no Estaleiro ILHA S.A. (EISA), no Rio de Janeiro - RJ.

Avaliação do cumprimento da meta: a meta programada foi atingida conforme o cronograma estabelecido pela Marinha.

Principais realizações: prontificação, recebimento e incorporação de dois navios no setor operativo da Marinha.

Expectativa para o próximo período: previsão de entrega de três unidades em 2013 e outras duas em 2014.

A construção do 8º navio está inserida no 3º lote (8º ao 12º navios), tendo sido concluída a elaboração da Especificação de Aquisição dos navios do terceiro lote. O início do processo licitatório aguardará a indicação de recursos financeiros.

Adicionalmente, a Marinha vem desenvolvendo tratativas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com o intuito de viabilizar a obtenção de financiamento para a construção e manutenção de mais 20 NPa de 500t, os quais, após prontificados, ficarão sob a modalidade de arrendamento (leasing) à Marinha.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2012

• Execução de 20% do Terceiro Submarino Convencional (SBR-3)

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: Não houve execução da meta, tendo em vista que a construção do terceiro Submarino Convencional (S-BR3) tem seu início previsto para janeiro de 2015.

A construção do S-BR3 será executada no Estaleiro e Base Naval (EBN) ora sendo implantado pela Marinha no município de Itaguaí-RJ.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• Execução de 50% do Segundo Submarino Convencional (SBR-2)

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: Não houve execução da meta, tendo em vista que a construção do segundo Submarino Convencional (SBR-2) tem seu início previsto para julho de 2013.

Expectativa para o próximo período: Início da construção do segundo Submarino Convencional (SBR-2) a partir de julho de 2013.

A construção do S-BR2 será executada no Estaleiro e Base Naval (EBN) ora sendo implantado pela Marinha no município de Itaguaí-RJ.

Desafios de implementação: Ajustes técnicos devido à complexidade do projeto.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• Execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (SBR-1)

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: A meta está sendo executada conforme o cronograma estabelecido em contratos

firmados pela Marinha com as empresas DCNS SOCIETÉ ANONYME (francesa) e a ICN - Itaguaí Construções Navais S.A.

Principais realizações: foram recebidos no Brasil, procedentes da França, os dois primeiros lotes de materiais para a fabricação das demais seções do primeiro submarino convencional brasileiro, a ser executada no Estaleiro do PROSUB (EBN) na cidade de Itaguaí - RJ. A construção do 1º casco, no País, foi iniciada em julho de 2011, com o início da fabricação das seções de ré do casco resistente na Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (NUCLEP), também em Itaguaí - RJ, com entrega prevista para 2017.

No que concerne ao fomento à indústria nacional, foram qualificadas 102 empresas brasileiras para participarem dos projetos de nacionalização dos equipamentos. Existem quatro projetos de nacionalização aprovados pela Marinha e mais oito em análise.

Até novembro de 2012, foram ministrados para engenheiros e técnicos, militares e civis da Marinha, 177 cursos e outros 18 estão em andamento, todos abordando a transferência de tecnologia para a construção de submarinos.

Ressalta-se que o fluxo de materiais e de serviços, bem como a realização de cursos por profissionais brasileiros, contribui para o aprendizado prático na elaboração de projetos e na construção de submarinos convencionais (4 unidades), de acordo com a tecnologia proveniente da França. Ao final do processo, nossos engenheiros e técnicos estarão capacitados para projetar e construir, no Brasil, o submarino que receberá a planta de propulsão nuclear nacional, ora em fase de desenvolvimento no âmbito do Programa Nuclear da Marinha (PNM).

Expectativa para o próximo período: Para 2013, está prevista a chegada ao Brasil das seções de vante (proa) (S3/S4) do Primeiro Submarino Convencional (S-BR1) que se encontram em construção na França e o corte das chapas na NUCLEP, para o prosseguimento da construção do submarino em Itaguaí.

A construção do 1º submarino convencional brasileiro (S-BR1), no País, foi iniciada em julho/2011, em Itaguaí-RJ.

Desafios de implementação: Ajustes técnicos devido à complexidade na execução da meta.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	80	%	4	31/12/2012

• Obtenção de 100% dos meios operativos preconizados no Plano de Articulação e de Equipamento da Marinha (PAEMB) para o ano de 2015

Análise Situacional da Meta

O Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED), elaborado pelo Ministério da Defesa, consolida os planos de equipamentos das três Forças Armadas para o período de 2012-2031. Tais necessidades constam do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), atualmente em apreciação no Congresso Nacional.

Tendo como referencial o PAED, especificamente no que se refere à Marinha, esta Força singular vem empreendendo esforços na obtenção de recursos orçamentários e na busca da disponibilidade de meios operativos que atendam aos requisitos estabelecidos naquele Plano.

Avaliação do cumprimento da meta: A meta programada para 2012 foi executada conforme o planejamento estabelecido pela Marinha (PAEMB/PAED).

Principais realizações em 2012, relativas à obtenção de meios para a Marinha.

No tocante aos meios navais, em face do surgimento de uma singular possibilidade de compra por oportunidade, a Marinha adquiriu da empresa inglesa BAE Systems três Navios-Patrulha Oceânicos (NPaOc), dos quais foram recebidos em 2012 duas unidades, o NPaOc “Amazonas” que deu o nome à Classe, e o NPaOc “Apa”. Os NPaOc Classe Amazonas foram adquiridos ao preço unitário de £ 40 milhões (€ 48 milhões). Esse valor é cerca de 48% inferior ao valor médio das propostas de navios de características similares apresentadas por 5 países (Itália, Coréia do Sul, França, Alemanha e Reino Unido), bem como representa uma redução de aproximadamente 30% da oferta inicial

do próprio fabricante, a empresa inglesa BAE Systems.

Quanto aos Navios-Patrulha (NPa) de 500t, a Marinha já havia recebido em anos anteriores os NPa "Macaé", que deu nome à Classe, e o NPa "Macau", ambos construídos pela Indústria Naval do Ceará (INACE), em Fortaleza - CE. Outras cinco unidades encontram-se em construção no Estaleiro Ilha S.A. (EISA), no Rio de Janeiro - RJ, com previsão de entrega de três unidades em 2013 e duas em 2014.

Foram recebidas duas Embarcações de Desembarque de Viaturas e Material (EDVM), construídas no Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro (AMRJ), que serão empregadas em operações anfíbias.

Em relação aos meios aéreos, de um total de seis Helicópteros de Múltiplo Emprego (HME) adquiridos na empresa norte americana Sikorsky Aircraft Corporation, quatro unidades foram recebidas em 2012 e as demais têm previsão de entrega em 2014.

O Corpo de Fuzileiros Navais recebeu vinte e uma Viaturas Blindadas Sobre Rodas, modelo PIRANHA IIIC, fundamentais em Operações de Paz, todas encontram-se em plena atividade, sendo que o processo de obtenção contempla a entrega de mais nove unidades até o final de 2014.

Assinado ainda em 2011, o contrato de aquisição do Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS CFN 2020 com a empresa AVIBRÁS, que prevê a entrega de toda a Bateria LMF até o final de 2014. Ainda em 2012, foi celebrado termo aditivo ao contrato, a partir do recebimento de recursos do PAC - Equipamentos.

Em 2012, o inventário de meios da MB representou pouco mais de 1/3 (um terço) do total de meios previstos no PAEMB (a longo prazo).

Expectativa para o próximo período: O terceiro navio Navio-Patrulha Oceânico (NPaOc) "Araguari", têm previsão de entrega em 2013. Dos 5 Navios-Patrulha (NPa) de 500t, que se encontram em construção no Estaleiro Ilha S.A. (EISA), no Rio de Janeiro - RJ, há previsão de entrega de três unidades em 2013.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0520 - Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo primordial do PCN é o de "incrementar a presença do Poder Público na sua área de atuação, contribuindo para a Defesa Nacional, propiciando assistência às populações locais, com vistas à fixação do homem na região".

Um novo Brasil vem sendo construído na Região Amazônia com a contribuição do Programa Calha Norte - PCN. Criado em 1985 pelo Governo Federal para promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região, o Programa vem cumprindo esses objetivos por meio de ações diversas, tais como a realização de obras de rodovias, portos, escolas, hospitais, redes de energia elétrica, e na construção e manutenção das instalações militares que reforçam a segurança nas fronteiras e o combate ao narcotráfico.

O objetivo do Programa é aumentar a presença do poder público na sua área de atuação, a fim de contribuir para a defesa nacional, proporcionar assistência às suas populações locais e fixar o homem na região. Todas as atividades são desenvolvidas respeitando-se as peculiaridades e características regionais, as diferenças culturais e o meio ambiente. O PCN abrange, atualmente, 194 municípios, 95 dos quais ao longo dos 10.938 km da faixa de fronteira, em seis estados da federação (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima), o Programa tem uma área de atuação que corresponde a 32% do Território Nacional onde habitam cerca de oito milhões de pessoas, incluindo 46% da população indígena do Brasil.

Vencida a etapa pioneira da implantação do Programa, surgiram novos desafios a serem enfrentados na região

amazônica. Entre eles estão o esvaziamento demográfico das áreas mais remotas, a intensificação e o espraiamento de ilícitos transfronteiriços e ambientais. Nesse contexto, crescem, igualmente, as necessidades de vigilância das fronteiras e de proteção das populações da região diante de novos e perversos fenômenos sociais.

No conjunto das atividades executadas pelo Programa Calha Norte, em 2012, destaca-se a realização de diversas ações nas unidades militares localizadas na área de abrangência, como por exemplo: i) a aquisição e manutenção de embarcações militares para o 4º e 9º Distrito Naval, em apoio às ações de Segurança do Tráfego Aquaviário; ii) início da ampliação e modernização das instalações da Escola de Reservistas Navais em Belém e do Comando do 9º Distrito Naval em Manaus; iii) a conclusão das principais instalações do 3º Batalhão de Infantaria de Selva em Barcelos(AM) e a adequação dos Pelotões de fronteira; iv) a aquisição e manutenção de embarcações para a Comissão de Aeroportos da Amazônia - COMARA; v) a construção e reforma de imóveis residenciais e dotação de infraestrutura existentes nas vilas residenciais; vi) a reforma de hotéis para militares em trânsito, vii) a aquisição de suprimento e contratação de serviços para a manutenção de aeronaves que dão apoio às atividades do Programa e viii) a melhoria das condições operacionais dos hangares de manutenção de aeronaves e das Unidades sediadas na Região.

Para o ano de 2013 está prevista a continuidade das ações iniciadas em exercícios anteriores, assim como a intensificação das ações voltadas para o desenvolvimento regional, como a construção de escolas, universidades, hospitais, redes de energia elétrica e pavimentações de rodovias, entre outras, buscando sempre o atendimento do propósito maior do Programa de “fixar o homem na região, aumentar a qualidade de vida das populações atendidas, integrar socialmente as comunidades isoladas e aumentar a presença do estado na região”.

Elementos que auxiliaram na execução da política: A Dimensão de Manutenção da Soberania e Integridade Territorial, também conhecida como a "vertente militar" do Programa Calha Norte, desenvolve ações voltadas para o controle e a segurança da navegação fluvial, para a implantação de unidades militares e para o apoio aéreo na região coberta pelo objetivo do programa de governo. Com isso, busca facilitar a vigilância dos rios, do espaço aéreo e da faixa de fronteira, em sua área de atuação.

Nesse contexto, ao longo de 2012, as ações realizadas contribuíram para o aprestamento das unidades militares permitindo que suas missões reais e exercícios militares fossem mais eficientes, mais duradouros e com melhor performance. Fruto dessa contribuição, diversos meios e equipamentos adquiridos e reparados com recursos do PCN, corroboraram para as operações Ágata e Amazônia, realizadas durante o ano, refletindo a presença do Estado no peculiar ambiente amazônico.

Arranjos de gestão: no período considerado, foi significativa a parceria empreendida com os Comandos Militares (Marinha, Exército e Aeronáutica), com emprego dos meios disponíveis , na região de abrangência do PCN , destacando o emprego de integrantes do Exército na contribuição com vistoria de obras e aquisições, em áreas de difícil acesso.

Relação com outras políticas: Para alcançar os objetivos do PCN, no que se refere às ações voltadas para o desenvolvimento regional, foram estabelecidas as Diretrizes Estratégicas, visando implantar e melhorar a infraestrutura básica nas áreas de Segurança e Defesa, Econômica, Educação, Esportes, Social, Saúde e Transportes nos Municípios da área de atuação do PCN, criando condições para a fixação do homem na região, melhorando a qualidade de vida das populações atendidas e integrando socialmente as comunidades isoladas bem como aumentando a presença do Estado na Região.

As Diretrizes Estratégicas do Programa estabelecem os seguintes objetos por área de atuação:

A – ÁREA SOCIAL – IMPLANTAÇÃO DE:

Iluminação de campo de futebol.

Iluminação de praça pública.

Rede elétrica e rural (de baixa tensão).

A-1 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU REFORMA DE:

Creche.

Praça pública.

Sede de Câmara Municipal.

Casa ou centro de convivência do idoso.

Hospitais, centros de saúde, postos de saúde.

Urbanização de áreas públicas – pavimentação com drenagem e/ou terraplanagem e/ou construção de calçadas com meio-fio e sarjetas.

Centros administrativos e/ou sedes de secretarias.

Pontes de pequeno porte.

Centro comunitário.

A-2 – SANEAMENTO BÁSICO – IMPLANTAR OU AMPLIAR SISTEMA DE:

Abastecimento de água.

Coleta e tratamento de esgoto.

Preservação de nascentes, mananciais e cursos d’água.

Drenagem urbana.

Aterro sanitário.

B – ÁREA DE ESPORTE – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU REFORMA DE:

Vestiário e cobertura de arquibancadas para campo de futebol.

Quadra poliesportiva.

Estádio de futebol.

Piscinas.

Pistas de atletismo.

C – ÁREA ECONÔMICA – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU REFORMA DE:

Galpão em alvenaria, mercados, feiras cobertas.

Centro de beneficiamento.

Armazéns de carga.

D – ÁREA DE EDUCAÇÃO – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU REFORMA DE:

Centro de inclusão digital.

Biblioteca, casa da cultura.

Escola de música, escola de ensino, centros profissionalizantes.

E – ÁREA DE SEGURANÇA E DEFESA – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU REFORMA DE:

Sede de quartéis.

Delegacias e/ou presídios.

F – ÁREA DE TRANSPORTE – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU REFORMA DE:

Pequenos aeroportos e/ou pistas de pouso.

Portos e/ou terminais hidroviários.

Terminais de passageiros, terminais de carga.

G – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, VIATURAS E ACESSÓRIOS – EXEMPLOS:

Aquisição de viaturas utilitárias, ônibus, tratores, máquinas agrícolas, equipamentos agrícolas e/ou acessórios, tais como:

Caminhão basculante, caminhão com carroceria tipo carga seca.

Carreta agrícola, grade aradora, motoniveladora.

Ônibus escolar.

Pá carregadeira, retroescavadeira.

Tanque de resfriamento de leite.

Trator agrícola de pneus, trator compactador, van.

Veículo tipo microônibus, veículo utilitário tipo pick-up.

Máquina de fabricação de tijolos e/ou bloquetes.

Em 2012 foram vistoriados pela Equipe Técnica do PCN e considerados com serventia, um total de 161 convênios com

os seus respectivos objetos, por áreas de atuação específica. No mesmo período de 2012 foram celebrados pelo PCN, nos municípios de abrangência do Programa, um total de 243 convênios, também com seus objetos enquadrados por área de atuação, conforme preconizam as Diretrizes.

Beneficiários: 194 municípios, abrangidos pelo PCN, sendo: Acre 22 municípios, Amapá 16 municípios, Amazonas 62 municípios, Pará 27 municípios, Rondônia 52 municípios e Roraima 15 municípios.

Metas 2012-2015

• Adequação da infraestrutura de 30 Pelotões Especiais de Fronteira

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a meta foi praticamente alcançada. Previa-se alcançar a adequação de infraestrutura de 7 Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) para o ano em questão, contudo foram adequados 6 PEF.

Cabe ressaltar que entre os PEF adequados em 2012, o de Tiriós/PA, que se encontra na fase de finalização de sua implantação na Região, recebeu priorização.

Desafios quanto a implementação da meta: A adaptação das demandas, com o reajuste das metas, foi o grande desafio do Exército.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	30	unidade	6	30/11/2012

• Adequação da infraestrutura de 110 unidades militares

Análise Situacional da Meta

A meta prevista para o período de 2012-2015 de adequação de infraestrutura das unidades militares da Região do Calha Norte é de 110 unidades militares.

Com essa perspectiva, no ano de 2012 foram adequadas 23 unidades militares, de uma meta prevista de 26. Limitações operacionais levaram a uma correção de cerca de 13% da meta.

Quantidade alcançada

23

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	110	unidade	23	30/11/2012

• Adequação de 150 embarcações empregadas pelas Forças Armadas

Análise Situacional da Meta

A meta prevista para o período de 2012-2015 de adequação de embarcações empregadas pelas Forças Armadas na Região do Calha Norte é 150 embarcações.

Com essa perspectiva, no ano de 2012 foram adequadas 15 embarcações, de uma meta prevista de 19 para o ano.

Desafios quanto a implementação da meta decorreram da adaptação das demandas frente às limitações operacionais.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	150	unidade	15	30/11/2012

• Adequação de 40 aeródromos

Análise Situacional da Meta

A meta prevista para o período de 2012-2015 de adequação de aeródromos da Região do Calha Norte é de 40 aeródromos mantidos.

Com essa perspectiva, no ano de 2012 foi adequado 1 aeródromo, dessa forma, em 2012, foi cumprido o percentual previsto para o período.

Desafios quanto a implementação da meta: A adaptação das demandas, com o reajuste das metas, em função dos recursos liberados, foi o grande desafio da Aeronáutica, não prejudicando a execução da Ação.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	40	unidade	1	30/11/2012

• Atender 194 municípios com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas seguintes áreas: segurança e defesa, econômica, educação, saúde, social, transportes e esportes

Análise Situacional da Meta

A meta prevista para o período de 2012-2015 é de atender 194 municípios com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas áreas de segurança e defesa, econômica, educação, saúde, social, transportes e esportes na Região do Calha Norte.

Com essa perspectiva, no ano de 2012 foram atendidos 87 municípios.

Quantidade alcançada

87

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	100	%	45	30/11/2012

• Realizar 720 horas de voo disponibilizadas pelas Forças Armadas (FFAA)

Análise Situacional da Meta

A meta prevista para o período de 2012-2015 de realização de horas de voo disponibilizadas pelas Forças Armadas na Região do Calha Norte é 720 horas de voo.

Com essa perspectiva, no ano de 2012 foram realizadas 180 horas de voo, dessa forma, em 2012, foi cumprido o percentual previsto para o período.

Desafios quanto a implementação da meta: A adaptação das demandas, com o reajuste das metas, não prejudicou a execução da Ação.

Quantidade alcançada

180

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	720	unidade	180	30/11/2012

OBJETIVO: 0521 - Desenvolver tecnologias da informação e comunicação, visando a assegurar a capacidade de defesa cibernética nos campos civil, industrial e militar.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No corrente exercício, a Força, ao cumprir orientação da Estratégia Nacional de Defesa, deu continuidade ao processo de busca de autonomia em tecnologias cibernéticas, ao realizar parcerias estratégicas por meio da aquisição de equipamentos no exterior e do fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de sistemas de defesa cibernéticos nacionais. Tais iniciativas, no campo da defesa, permitirão alinhar as diretrizes estratégicas do governo para a capacitação nos campos industrial e militar, propiciando gerar mecanismos para o uso de táticas de defesa cibernética.

- Principais realizações no período:

Incremento do acesso à INTERNET, de 70% para 80% das Organizações Militares do Exército, por meio dos Centros de Telemática (CT) e dos Centros de Telemática de Área (CTA) da Força, com aumento da segurança; aumento do número de laboratórios de pesquisa forense em operação, de 1 (um) laboratório para 4 (quatro), e mais 3 (três) em instalação nos CT/CTA.

Realização do 1º Curso de Guerra Cibernética no CIGE/EsIMEx; desenvolvimento do antivírus nacional “DefesaBR”; conclusão das instalações provisórias do Centro de Defesa Cibernética (CDCiber); construção da Sala Cofre para o Setor Cibernético no Centro de Inteligência do Exército (CIE); construção de 2 (dois) laboratórios de Tecnologia de Informação e Comunicações (TIC) na AMAN, em Resende-RJ e 1 (um) na EsPCEx, em Campinas-SP; Elaboração da Política de Defesa Cibernética do Ministério da Defesa (MD); inclusão de assuntos de Segurança e Defesa Cibernética no Manual de Operações Conjuntas do MD; definição dos níveis de alerta para os CTIR das 3 (três) Forças; realização do III Seminário de Defesa Cibernética do MD (24 a 26 Out 2012); realização do I Seminário de Inteligência Cibernética; desenvolvimento do Simulador de Guerra Cibernética Nacional; realização do Estágio de Defesa Cibernética para Cadetes; realização do Exercício de Guerra Cibernética da Marinha do Brasil; realização do III Exercício de Guerra Cibernética das Forças Armadas; contratação de serviço (treinamento e consultoria) para o desenvolvimento do Rádio Definido por Software (RDS); aquisição de sensores de sistemas de prevenção de intrusão (IPS); coordenação da defesa cibernética da Conferência “Rio + 20”.

- Fatores que dificultaram a execução: estrutura administrativa subdimensionada; falta de capacitação em gestão de projetos e atrasos nos processos licitatórios.

- Previsão de realização para o próximo período: ampliação do CDCiber; ampliação da capacidade de defesa cibernética dos Ct e CTA; realização de cursos e estágios; e participação nas ações de defesa cibernética para a Visita do Papa e para Copa das Confederações.

- Arranjos de gestão e pactuações mais relevantes: integração das ações de defesa cibernética no âmbito do MD e deste com outros órgãos do Governo Federal.

- PÚBLICO beneficiado: todas as unidades do Exército; órgãos municipais, estaduais e federais que eventualmente contam com apoio da defesa cibernética do Exército e empresas fornecedoras de produtos e serviços relacionados à defesa cibernética.

- Resultados das entregas: aprimoramento da capacidade defesa cibernética do Exército, incrementando o estado de pronto da Força e do MD, a fim de atender as prioridades do planejamento anual de emprego e as demandas emergenciais do Estado e da sociedade.

Metas 2012-2015

• Implantar o centro de defesa cibernética

Análise Situacional da Meta

A meta não cumpriu o cronograma estipulado para 2012 nos Planos de Projetos.

Apesar dos recursos orçamentários terem sido suficientes para o bom andamento dos Projetos, houve dificuldades na execução orçamentária, o que fez com que fosse possível serem alcançados 70% das metas físico-financeiras dos projetos.

Descrição das principais realizações: dentre as metas alcançadas no corrente ano, pode-se citar as seguintes: aumento do acesso a INTERNET por meio dos CT/CTA de 70% das OM para 80% do total com aumento da segurança. Aumento do número de laboratórios de pesquisa forense de 1 (um) laboratório para 4 (quatro) em operação e mais 3 (três) que estão sendo instalados nos CT/CTA. Está sendo realizado o 1º Curso de Guerra Cibernética no CIGE/EsIMEx. Desenvolvimento do Antivírus Nacional “DefesaBR”. Conclusão das instalações provisórias do CDCiber. Construção da Sala Cofre para o Setor Cibernético no CIE. Construção de 2 (dois) laboratórios de TIC na AMAN e 1 (um) na EsPCEEx. Confecção da Política de Defesa Cibernética do Ministério da Defesa (MD). Inclusão de assuntos de Segurança e Defesa Cibernética no Manual de Operações Conjuntas do MD. Definição dos níveis de alerta para os CTIR das 3 (três) Forças. Execução do III Seminário de Defesa Cibernética do MD (24 a 26 Out 2012). Realização do I Seminário de Inteligência Cibernética. Desenvolvimento do Simulador de Guerra Cibernética Nacional. Estágio de Defesa Cibernética para Cadetes. Exercício de Guerra Cibernética da Marinha do Brasil. III Exercício de Guerra Cibernética das Forças Armadas. Contratação de serviço (treinamento e consultoria) para o desenvolvimento do Rádio Definido por Software (RDS). Aquisição de sensores de sistemas de prevenção de intrusão.

- Instituir o comitê de segurança da informação e comunicações**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: a meta está sendo cumprida de acordo com os Planos de Projetos. Os recursos orçamentários são suficientes para o bom andamento dos Projetos.

Descrição das principais realizações: dentre as metas alcançadas no corrente ano, pode-se citar as seguintes: aumento do acesso a INTERNET por meio dos CT/CTA de 70% das OM para 80% do total com aumento da segurança. Aumento do número de laboratórios de pesquisa forense de 1 (um) laboratório para 4 (quatro) em operação e mais 3 (três) que estão sendo instalados nos CT/CTA. Está sendo realizado o 1º Curso de Guerra Cibernética no CIGE/EsIMEx. Desenvolvimento do Antivírus Nacional “DefesaBR”. Conclusão das instalações provisórias do CDCiber. Construção da Sala Cofre para o Setor Cibernético no CIE. Construção de 2 (dois) laboratórios de TIC na AMAN e 1 (um) na EsPCEEx. Confecção da Política de Defesa Cibernética do Ministério da Defesa (MD). Inclusão de assuntos de Segurança e Defesa Cibernética no Manual de Operações Conjuntas do MD. Definição dos níveis de alerta para os CTIR das 3 (três) Forças. Execução do III Seminário de Defesa Cibernética do MD (24 a 26 Out 2012). Realização do I Seminário de Inteligência Cibernética. Desenvolvimento do Simulador de Guerra Cibernética Nacional. Estágio de Defesa Cibernética para Cadetes. Exercício de Guerra Cibernética da Marinha do Brasil. III Exercício de Guerra Cibernética das Forças Armadas. Contratação de serviço (treinamento e consultoria) para o desenvolvimento do Rádio Definido por Software (RDS). Aquisição de sensores de sistemas de prevenção de intrusão (IPS).

OBJETIVO: 0522 - Implantar o Sistema de Cartografia da Amazônia, visando aprofundar o conhecimento das características fisiográficas da região, contribuindo para o desenvolvimento e para o monitoramento regional, segurança e defesa nacional, com especial ênfase nas áreas de fronteira.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 foram entregues 1.524 produtos cartográficos dos 2006 previstos para o ano, com destaque para cartografia terrestre. A cartografia Náutica apresentou 18 atualizações cartográficas das 74 previstas para serem entregues.

Com o atraso nas cartografias náutica e geológica, espera-se que a previsão de entrega de 9470 produtos cartográficos até 2015 sofra um atraso de 20 meses, no entanto o percentual de entregas irá aumentar em 2013 e 2014, haja vista a intensificação do processamento de imagens da cartografia terrestre do início da coleta de imagens da área de não floresta

pela FAB, da entrega dos quatro avisos hidro oceanográficos para Marinha e do início do levantamento geológico a partir dos levantamentos geofísicos concluídos em 2012.

Para 2013 estão previstas a entrega de dois avisos hidrográficos fluviais, que são embarcações de pequeno porte destinadas à execução dos levantamentos hidroceanográficos em águas interiores na Bacia Amazônica. Devido ao tamanho, podem trafegar em época de cheia ou baixa. Eles possuem sensores de batimetria, que ao tocarem no fundo de um rio medem sua profundidade. Os barcos têm 25 metros de comprimento, navegam em uma velocidade máxima de 10 nós (equivalente a quase 19 km por hora) e possuem autonomia de dez dias. Além dos avisos, está prevista para 2013 a construção de um navio hidroceanográfico, com sensores de batimetria, porém, com dimensões, deslocamento e capacidade de tripulação maiores que os avisos.

Elementos que auxiliaram na execução da política:

O Sistema de Cartografia da Amazônia auxilia a política nacional de defesa na medida em que contribui com a segurança interna do país, pois, o conhecimento gerado da região, com o mapeamento das riquezas naturais, o dimensionamento da capacidade logística, e os acessos às populações locais, permitem a melhor execução de políticas econômica, social, educacional, científico-tecnológica, ambiental, de saúde e industrial; em conformidade com a Política Nacional de Defesa – PND, itens 1 e 2.3.

Obstáculos à execução da política:

Sinergia entre o objetivo (implantar o sistema de cartografia da Amazônia) com outros programas/políticas/prioridades de governo:

A Amazônia Legal possui uma área total de 5,2 milhões de quilômetros quadrados, dos quais cerca de 1,8 milhão de quilômetros quadrados não possuem informações cartográficas terrestres. Essa área é denominada de vazio cartográfico. Ressalta-se ainda que a cartografia náutica encontra-se desatualizada e pouco se tem levantado sobre os recursos minerais existentes na região.

O Sistema de Cartografia da Amazônia permitirá o aprofundamento do conhecimento sobre a Amazônia brasileira, bem como o suporte a projetos de infraestrutura a serem implantados na região. Além do desenvolvimento regional, o projeto prevê a geração de informações estratégicas para monitoramento regional, segurança e defesa nacionais, com especial ênfase nas áreas de fronteira seca.

Os produtos cartográficos terrestres, náuticos e geológicos são disponibilizados aos vários níveis de governo com o objetivo de auxiliá-los na execução de políticas públicas. Entre essas políticas, citam-se a de segurança, saúde, de infraestrutura, transportes, e aquelas voltadas para o ordenamento territorial.

Metas 2012-2015

• Atualizar 74 cartas náuticas

Análise Situacional da Meta

Foi atingida a quantidade de 11 produtos dos 20 previstos.

A realização ficou abaixo do previsto, pois, tendo em vista que a Marinha do Brasil recebeu apenas um único navio (aviso hidroceanográfico fluvial) dos 5 previstos no projeto.

Para 2013, serão entregues mais 3 navios (aviso hidroceanográfico fluvial), o que possibilitará incremento no cumprimento das metas físicas planejadas para os próximos exercícios.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

27/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	74	unidade	11	27/12/2012

• Editar 1.561 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR)

Análise Situacional da Meta

Foram editadas, durante o ano de 2012, 94 ortoimagens, utilizando shapefiles encaminhados pelo Exército Brasileiro. A realização ficou abaixo do previsto, pois o executor (Exército Brasileiro) informou dificuldades para mobilização e capacitação de recursos humanos que executam este produto. A expectativa para os próximos exercícios é que, já sanado o problema, as metas físicas sejam alcançados.

Quantidade alcançada

94

Data de Referência

27/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	1.561	unidade	94	27/12/2012

- Editar e imprimir 606 cartas topográficas**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 não foi possível o início dos trabalhos, haja vista que o processo de reambulação em campo terá início em 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

27/12/2012

- Elaborar 2.292 arquivos de estratificação vegetal**

Análise Situacional da Meta

Foram elaborados, no ano de 2012, 369 arquivos de estratificação vegetal, utilizando shapefiles encaminhados pelo Exército Brasileiro. A meta física foi superada em virtude do órgão executor possuir, em seu quadro efetivo, servidores habilitados para a execução deste produto.

Quantidade alcançada

369

Data de Referência

01/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	2.292	unidade	369	01/03/2013

- Executar o imageamento de 731.046 Km² em áreas de floresta e não-floresta**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 não foi dado início ao imageamento das áreas de floresta e não floresta, haja vista que deste total 160.000 Km² de área de não floresta serão realizados em 2013 pela Aeronáutica e entregues ao Exército.

O restante (571.000 Km²), diagnosticado como área de floresta, deverá ser realizado pelo Exército Brasileiro em 2014.

Originalmente a previsão foi que toda esta área era de não floresta, cabendo à Aeronáutica o seu levantamento. Os recursos foram utilizados para a repotencialização das aeronaves R99, que farão os levantamentos em 2013, conforme previsto no projeto.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

27/12/2013

- Processar 1.478 Modelos Digitais de Superfície (MDS)**

Análise Situacional da Meta

Foram processados, no ano de 2012, 369 modelos digitais de superfície, utilizando shapefiles encaminhados pelo Exército Brasileiro.

A realização ficou abaixo do previsto, pois o executor (Exército Brasileiro) informou dificuldades para mobilização e

capacitação de recursos humanos que executam este produto.

A expectativa para os próximos exercícios é que, já sanado o problema, as metas físicas dos próximos exercícios sejam alcançadas.

Quantidade alcançada

369

Data de Referência

27/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	1.478	unidade	369	27/12/2012

• Processar 1.478 Modelos Digitais do Terreno (MDT)

Análise Situacional da Meta

Foram processados, no ano de 2012, 369 modelos digitais de terreno, utilizando shapefiles encaminhados pelo Exército Brasileiro.

A realização ficou abaixo do previsto, pois o executor (Exército Brasileiro) informou dificuldades para mobilização e capacitação de recursos humanos que executam este produto.

A expectativa para os próximos exercícios é que, já sanado o problema, as metas físicas dos próximos exercícios sejam alcançadas.

Quantidade alcançada

369

Data de Referência

27/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	1.478	unidade	369	27/12/2012

• Processar 1.478 ortoimagens obtidas por Radar de Abertura Sintética (SAR)

Análise Situacional da Meta

Foram processados, no ano de 2012, 94 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética, utilizando shapefiles encaminhados pelo Exército Brasileiro.

A realização ficou abaixo do previsto, pois o executor (Exército Brasileiro) informou dificuldades para mobilização e capacitação de recursos humanos que executam este produto.

A expectativa para os próximos exercícios é que, já sanado o problema, as metas físicas sejam alcançadas.

Quantidade alcançada

94

Data de Referência

01/03/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	1.478	unidade	94	27/12/2012

• Produzir 433 cartas aerogeofísicas

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram produzidas 13 cartas aerogeofísicas, sendo que a previsão de execução no exercício era de 80 cartas.

A realização ficou abaixo do previsto pois o executor (Serviço Geológico Brasileiro – CPRM) informou que o recurso financeiro foi descontinuado em 2012.

Para os próximos exercícios, as metas físicas serão reduzidas e os prazos de entrega serão estendidos.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

27/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	433	unidade	13	27/12/2012

• Produzir 70 cartas geológicas

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram produzidas 14 cartas geológicas das 12 previstas.

A superação da meta foi decorrente da conclusão de levantamentos aerogeofísicos em 2011 e da utilização de recursos do PAC previstos para a CPRM.

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

27/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	70	unidade	14	27/12/2012

OBJETIVO: 0523 - Elevar a capacidade operativa da Marinha para o cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias, por meio do seu preparo e emprego.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Com o propósito de elevar a capacidade operativa da Marinha e a interação com a indústria nacional e outros setores da esfera do governo, foram empreendidas no corrente ano, as seguintes ações:

Obtenção de Novos Meios

- Em face do surgimento de uma singular possibilidade de compra por oportunidade, a Marinha adquiriu da empresa inglesa BAE Systems três Navios-Patrulha Oceânicos (NPoOc), dos quais foram recebidas em 2012 duas unidades, o NPoOc “Amazonas” que deu o nome à Classe, e o NPoOc “Apa”. O terceiro navio, NPoOc “Araguari”, têm previsão de entrega em 2013.

- Quanto aos Navios-Patrulha (NPo) de 500t, a Marinha recebeu o NPo “Macaé”, que deu nome à Classe, e o NPo “Macau”, ambos construídos pela Indústria Naval do Ceará (INACE), em Fortaleza-CE. Outras cinco unidades encontram-se em construção no Estaleiro Ilha S.A. (EISA), no Rio de Janeiro-RJ, com previsão de entrega de três unidades em 2013 e duas em 2014.

- Em relação aos meios aéreos, de um total de seis Helicópteros de Múltiplo Emprego (HME) adquiridos da empresa norte americana Sikorsky Aircraft Corporation, quatro unidades já foram recebidas e as demais têm previsão de entrega em 2014.

- Quanto aos meios de Fuzileiros Navais, 21 Viaturas Blindadas Sobre Rodas, modelo PIRANHA IIIC adquiridas na Suíça, fundamentais em Operações de Paz, já foram recebidas e encontram-se em atividade no Corpo de Fuzileiros Navais, sendo que o processo de obtenção contempla a entrega de mais nove unidades até 2014.

Em dezembro de 2011, foi assinado contrato de aquisição do Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS CFN 2020 com a empresa AVIBRÁS, com prazo de entrega até 2014.

Em 2012, foi assinado termo aditivo ao contrato, a partir do recebimento de recursos do PAC-Equipamentos.

Foram recebidas em 2012 duas unidades de Embarcações de Desembarque de Viaturas e Material (EDVM), construídas no Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), que serão empregadas em operações anfíbias.

Meios em Processo de Revitalização/Manutenção

Além disso, a Marinha empreendeu diversos programas e projetos de modernização e/ou revitalização de suas unidades navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais, consubstanciados no Programa Geral de Manutenção (PROGEM) da Força, a

fim de adequá-los às condições de pronto emprego.

Em 2012, o PROGEM abrangeu as seguintes unidades: Navio-Aeródromo “São Paulo”, Corveta “Júlio de Noronha”, Fragata “Rademaker”, Navio Faroleiro “Almirante Graça Aranha”, Navio Tanque “Marajó” (concluído), Navio de Desembarque-Doca “Ceará”, Navio de Apoio Oceanográfico “Ari Rongel”, Navio Hidroceanográfico “Taurus”, Navio Oceanográfico Antares, Navio Polar “Almirante Maximiano”, Submarino “Tapajó”, duas Aeronaves de Asa Fixa (AF-1/1A) A4 Skyhawk na Empresa EMBRAER, dois Helicópteros Super LYNX AH-11A e Viaturas Blindadas Sobre Lagarta modelo M-113A.

Logística operacional

De forma pioneira, foi realizada a primeira distribuição de suprimentos por meio do modal marítimo, com o propósito de reduzir a dependência do modal rodoviário, no fornecimento de materiais armazenados nos Órgãos de Distribuição localizados no Complexo Naval de Abastecimento, no Rio de Janeiro - RJ, às Organizações Militares situadas na área metropolitana da região, sendo confirmada a viabilidade do modal marítimo como uma alternativa que proporciona segurança, rapidez e ganho de eficácia logística.

Emprego do Poder Naval

Os navios pertencentes às diversas Forças Distritais realizaram ações de Patrulha Naval (PATNAV), Controle de Área Marítima e Fluvial, Inspeção Naval e missões de caráter assistencial. Em 2012,

foram realizadas 194 operações, representando um incremento de 17% no número de PATNAV nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) em relação ao ano anterior.

Os Navios de Assistência Hospitalar, também chamados pela população ribeirinha de “Navios da Esperança”, levaram atendimento às comunidades carentes de localidades que não possuem assistência regular de saúde. As ações contribuíram para ampliar a presença do Estado em regiões de difícil acesso, de interesse estratégico, e reforçar a presença da Marinha nas hidrovias interiores.

Nesse contexto, foram atendidas 315 localidades das regiões Norte e Centro-Oeste, sendo 14 em faixas de fronteira, com a realização de operações militares denominadas Ações Cívico-Sociais (ACISO) e Assistências Hospitalares (ASSSHOP), no total de 11 ACISO e 23 ASSSHOP, tendo sido contabilizados 35.267 atendimentos médicos e 71.398 odontológicos, dentre outros procedimentos.

No campo internacional, a convite da ONU, a Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), comandada desde 2011 por um Contra-Almirante brasileiro, prossegue nas tarefas de impedir a entrada ilegal de armas e materiais afins no Líbano e de treinar a Marinha Libanesa para que, no futuro, possa assumir o controle de suas próprias águas jurisdicionais. Essa contribuição da Marinha do Brasil para a FTM reforça a imagem do Brasil como ator capaz de atuar positivamente para a promoção da paz e segurança na região. A Fragata “Liberal” permanecerá como Navio Capitânia daquela Força Multinacional até janeiro de 2013, quando a Fragata “Constituição” a substituirá.

Em 2012, várias comissões permearam o relacionamento internacional com as Marinhas amigas, colaborando para o desenvolvimento de parcerias estratégicas. Dentre elas destacam-se as seguintes operações: “UNITAS 53”, com a participação das Marinhas do Canadá, Colômbia, Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, México e República Dominicana; “PANAMAX-2012”, que consistiu de um exercício simulado, multinacional e combinado, com a participação de vários países das Américas do Norte, Central e do Sul; “FRATERNO”, com a Argentina; “BRASBOL”, com a Bolívia; “COBRA”, com a Colômbia; “ATLASUR-IX”, com a África do Sul, Argentina e Uruguai; “IBSAMAR”, com a África do Sul e Índia; e CARIBEX com países da América do Sul e do Caribe.

No que tange às Operações Conjuntas do Ministério da Defesa, que têm como principal objetivo aprimorar a interoperabilidade entre as Forças Armadas, destaca-se a Operação ATLÂNTICO-III, que teve o Comandante de Operações Navais como Comandante do Teatro de Operações, e foi realizada na área marítima entre o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul.

Adestramento e Qualificação do Pessoal

Com relação ao preparo do pessoal, além de várias operações militares de âmbito nacional e internacional (algumas já citadas), também foram ministrados diversos cursos nos centros de instruções da Marinha e outras instituições militares e

civis, de forma a manter as tripulações dos meios operativos em níveis de adestramento e qualificações compatíveis com as missões programadas.

Previsão das realizações para 2013:

Todos os projetos executados em 2012, terão continuidade em 2013, conforme o planejamento/cronograma estabelecido pela Marinha.

Arranjos de Gestão/Pactuações:

Para a execução das atividades acima mencionadas, a Marinha contou com a ajuda de diversos setores da esfera Federal, Estadual, Municipal e Entidades Privadas.

Metas 2012-2015

- **Alcançar índice de 80% dos meios operativos da MB na condição "Pronto para operar"**

Análise Situacional da Meta

A Marinha, por meio do Programa Geral de Manutenção (PROGEM), vem priorizando os meios que apresentam maior necessidade de revitalização/manutenção para que os mesmos tenham condições de operar e atender as suas atribuições.

Avaliação do cumprimento da meta: A meta programada para o exercício de 2012 foi executada conforme o cronograma estabelecido pela Marinha.

Principais realizações: Em 2012, foram empreendidas várias ações de modo a manter os níveis desejados na qualificação/adestrramento do pessoal, reaparelhamento e adequação dos meios operativos e construção/adequação das organizações terrestres, modernização de 05 Submarinos, 03 Fragatas, 04 Corvetas, 04 Navios-Varredores e 01 Navio-Tanque, Manutenções rotineiras dos meios (revisões de equipamentos, docagens e etc.), obtenção de munição para o restabelecimento da dotação de paz (adestrramento e instrução), destacando-se as faltas de munição de campanha, portátil, de metralhadora, mísseis diversos, bombas de aviação e minas e obtenção de sobressalentes.

Restabelecimento das dotações dos Meios Operativos e das Base Navais.

Atualmente, os meios operativos do acervo da MB, na condição de "disponíveis", representam uma parcela da ordem de 44%.

Expectativa para o próximo período: Em continuidade ao plano de reaparelhamento e manutenção dos meios operativos, estão previstas para 2013 várias ações, conforme o planejamento estabelecido pela Força.

Desafios de implementação: Os desafios foram de ordem técnica, devido à complexidade das tarefas executadas0

Quantidade alcançada

44

Data de Referência

31/12/2012

- **Prover formação e capacitação de militares e servidores civis, alcançando o quantitativo de 12.100 em 2015**

Análise Situacional da Meta

A execução da meta foi realizada em conformidade com o planejamento estabelecido pela Marinha.

Em 2012, as ações empreendidas possibilitaram a qualificação e a capacitação contínua do pessoal militar e servidores civis da Marinha para o emprego em atividades de natureza técnico-profissional. Os cursos oferecidos atenderam desde a formação básica até os níveis mais elevados de pós-graduação.

Dentre as diversas Instituições no Brasil que foram utilizadas, em parceria, na qualificação do pessoal destacam-se a Aliança Francesa para capacitar o pessoal da Marinha, principalmente Engenheiros Navais, que atuam no Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), onde foram ministradas aulas do idioma francês para 177 alunos, no País; a realização do curso Master of Business Administration (MBA), da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB), instituição vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), nos Cursos de Política e Estratégia

Marítimas e de Estado-Maior para Oficiais Superiores, ministrados pela Escola de Guerra Naval para cerca de 255 militares; a Universidade de São Paulo (USP) e a Escola Superior de Guerra (ESG).

No âmbito da MB, destacam-se os cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento, ministrados nas Instituições de Ensino: Colégio Naval, Escola Naval, Centro de Instrução Almirante Wandenkolk e Centro de Instrução Almirante Alexandrino – localizados no Rio de Janeiro, e nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros, localizadas nas cidades de Fortaleza - CE, Vitória - ES, Recife - PE e Florianópolis - SC.

O Programa permitiu a continuidade da formação de pilotos no Programa de Cursos de Asa Fixa na Academia da Força Aérea Brasileira (FAB) e na Marinha norte americana (US NAVY), bem como o início e a continuidade de diversos cursos de pós-graduação, mestrados e cursos técnicos nas áreas de interesse da MB, no Brasil e no exterior, necessários para a qualificação dos militares e civis para o desempenho dos diferentes cargos e funções no âmbito da MB.

Os cursos ministrados em 2012 envolveram cerca de 14.500 alunos, em diversos níveis, e capacitaram mais de 12.000 militares e servidores civis da MB.

Além disso, foram realizados, aproximadamente, 56 cursos na modalidade de ensino a distância, beneficiando cerca de 8.600 alunos, atingindo uma requalificação do pessoal sem descontinuidade do exercício das tarefas profissionais de rotina, reduzindo custos e superando as limitações geográficas existentes, destacando-se os cursos de Informática Básica; Gestão por Excelência e Liderança; Conferência entre as Instituições de Ensino e o Fórum Permanente de Educação. Esse último, visando divulgar e valorizar iniciativas em educação bem sucedidas em desenvolvimento no âmbito da Marinha e das demais Forças Armadas, no meio corporativo e acadêmico, e facilitar o compartilhamento do conhecimento entre os profissionais da área de ensino da Marinha.

Releva mencionar, também, o Programa de Intercâmbios de pessoal entre a Marinha do Brasil e as Marinhas Amigas nas áreas operativas, de ciência e tecnologia, logística e instrução, que contou com a participação de 18 (dezoito) Marinhas: Estados Unidos da América, França, Itália, Namíbia, Angola, Moçambique, República Dominicana, Suriname, Senegal, México, Paraguai, Peru, Venezuela, Uruguai, Chile, Bolívia, Colômbia e Argentina, com a participação de aproximadamente 200 alunos.

Visando atender ao estabelecido na Lei nº 12.216, de 11 de março de 2010, que prevê o aumento de efetivo da Força de mais 21.507 militares (36% do efetivo atual) em um horizonte temporal de 20 anos, continuam em andamento as obras de ampliação e revitalização dos Centros de Instrução, da Escola Naval, do Colégio Naval e das Escolas de Aprendizes-Marinheiros, a fim de proporcionar condições adequadas para manter o nível de qualificação exigido na formação do pessoal da Marinha.

Em cumprimento ao sistema de capacitação dos militares e servidores civis, estão previstas para 2013, várias ações no sentido ampliar a capacitação/qualificação do pessoal da Marinha.

Desafios de implementação:

- 1 - Pessoal devidamente treinado e qualificado para conduzir as atividades de ensino; e
- 2 - Necessidade de ampliar as organizações de ensino da MB para capacitar um grande número de alunos de vários níveis, tanto da Força como de outros órgãos, inclusive de Marinhas amigas.

Quantidade alcançada

12.000

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0524 - Adequar a infraestrutura das instalações terrestres para o suporte aos meios operativos da Marinha.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

A Articulação da MB compreende todas as Organizações Militares (OM) a serem criadas, ampliadas ou modernizadas, visando à adequação da Força, conforme ao prescrito na Estratégia Nacional de Defesa (END). Além das instalações

voltadas para as atividades operativas, administrativas, técnicas e de ensino da MB, contemplará, também, aquelas ligadas ao atendimento e apoio aos militares e seus dependentes e ao público extra-Marinha, ações voltada para a política de governo tais como: moradia, assistência social, serviço médico-odontológico, dentre outros. O bem-estar e o aumento da qualidade de vida da Família Naval e entidades ligadas ao atendimento de vários serviços de saúde oferecidos pela Marinha, foram preocupações presentes quando da elaboração dos Projetos Prioritários desta Força. É impossível dissociar o aprestamento da MB e a satisfação de seu pessoal, civil e militar.

Principais realizações em 2012:

Reestruturação das Organizações militares que integram o Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA):

- criadas as Agências de São João da Barra (RJ) e de Aracati (CE) , e a Agência Fluvial de Cruzeiro do Sul, primeira OM da MB no Estado do Acre; e
- elevada a categoria da Agência de Porto Seguro (BA) para Delegacia de Porto Seguro.

A fim de proporcionar um melhor atendimento aos militares da MB e seus dependentes, foi dado prosseguimento às obras de revitalização do Hospital Naval Marcílio Dias (RJ), com o Sistema de Segurança Orgânica, modernização da Rede Elétrica de Média Tensão e início da adequação da Farmácia às normas da ANVISA.

Foram concluídas as obras de construção da Policlínica Naval de Campo Grande (RJ), inaugurada em 10 de setembro de 2012.

Para atender as necessidades de moradias funcionais para os militares em serviço ativo, a Marinha instituiu o PPAR - Programa Plurianual de Aquisição de Residências, estabelecendo em cada exercício, metas de obtenção de Próprios Nacionais Residenciais (PNR), por aquisição ou construção, e alocação de recursos orçamentários. No orçamento de 2012 da Força, foram alocados recursos para o PPAR, com vistas à construção de 315 PNR, em todo o território nacional, além da aquisição de imóveis para o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo.

Em Brasília, na Região Administrativa de Águas Claras, foram concluídos três blocos de PNR, com 218 apartamentos de um total de 784 previstos. No Rio de Janeiro, em março, foi constituída a Vila Naval do Guandu do Sapê, no bairro de Campo Grande, possuindo 396 apartamentos e sendo um legado dos 5º Jogos Mundiais Militares.

No Centro de Instrução Almirante Alexandrino (RJ), deu-se continuidade às obras de adequação das instalações, face ao Aumento de Efetivo aprovado para a MB, destacando-se o início das construções de dezoito salas de aula e de dois novos prédios para alojamento de alunos e a reforma/modernização do Sistema de Tratamento de Efluentes (STE) do Complexo de Organizações Militares da Avenida Brasil (RJ).

Fatores que dificultaram na execução do Objetivo:

- 1 - Limitação de Recursos; e
- 2 - Atrasos de alguns empreendimentos.

Previsão para 2013:

Estão planejadas várias ações no sentido de dar continuidade a programação de construção, modernização e recuperação de várias Organizações militares, conforme previsto no Plano de Articulação e de Equipamento da Marinha (PAEMB).

Arranjos de Gestão/Pactuações:

Para a execução dos projetos acima mencionados, a Marinha contou com ajuda/relacionamento com os setores da esfera Federal, Estadual, Municipal e Entidades Privadas.

Metas 2012-2015

- **Construir, modernizar e recuperar 101 instalações terrestres previstas no Plano de Articulação e de Equipamento da Marinha (PAEMB)**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: Em 2012, a execução da meta transcorreu de acordo com o planejamento estabelecido pela Marinha.

Principais realizações: Em continuidade à reestruturação do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA), iniciada em 2009, foram empreendidas as seguintes ações em 2012:

- criadas as Agências de São João da Barra (RJ) e de Aracati (CE) , e a Agência Fluvial de Cruzeiro do Sul, primeira

OM da MB no Estado do Acre; e

- elevada a categoria da Agência de Porto Seguro (BA) para Delegacia de Porto Seguro.

A fim de proporcionar um melhor atendimento aos militares da MB e seus dependentes, foi dado prosseguimento às obras de revitalização do Hospital Naval Marcílio Dias (RJ), com o Sistema de Segurança Orgânica, modernização da Rede Elétrica de Média Tensão e início da adequação da Farmácia às normas da ANVISA.

Foram concluídas as obras de construção da Policlínica Naval de Campo Grande (RJ), inaugurada em 10 de setembro de 2012.

No Centro de Instrução Almirante Alexandrino (RJ), deu-se continuidade às obras de adequação das instalações, face ao Aumento de Efetivo aprovado para a MB, destacando-se o início das construções de dezoito salas de aula e de dois novos prédios para alojamento de alunos e a reforma/modernização do Sistema de Tratamento de Efluentes (STE) do Complexo de Organizações Militares da Avenida Brasil (RJ).

Expectativa para o próximo período: Para 2013, estão planejadas várias ações no sentido de dar continuidade no programa de construção, modernização e recuperação de várias Organizações Militares, conforme o previsto no Plano de Articulação e de Equipamento da Marinha (PAEMB).

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0527 - Prover a segurança da navegação aquaviária nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), mediante o desenvolvimento das atividades de controle e fiscalização do tráfego aquaviário e de formação dos operadores e usuários do sistema.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Ao longo de 2012, a Marinha empreendeu inúmeros eventos visando à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana no mar e nas hidrovias interiores e a prevenção da poluição ambiental causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio. Tais eventos observaram a política de governo que prevê: inclusão social, promoção do desenvolvimento sustentável e repressão aos ilícitos transnacionais e também nos requisitos previstos na legislação nacional e nos acordos internacionais, relacionados com a segurança da navegação.

No que tange à segurança da navegação, foi dada continuidade à reestruturação do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário, iniciada em 2009, tendo sido instituídas três novas Organizações Militares: a Agência de São João da Barra (RJ), a Agência de Aracati (CE) e a Agência Fluvial de Cruzeiro do Sul (AC); e também efetivada a elevação da Agência de Porto Seguro (BA) à categoria de Delegacia de 2ª Classe e a elevação da Delegacia de Porto Velho (RO) à Capitania de 3ª Classe.

No período do verão, quando ocorre significativo incremento no trânsito de embarcações de lazer nas áreas de veraneio, nas proximidades das praias e nas águas interiores brasileiras, são intensificadas as ações de fiscalização, denominadas “Operação Verão”. Estas operações são constituídas de abordagem de embarcações, concomitantemente com ampla divulgação dos procedimentos quanto à navegação segura, ações educativas e coibição ao uso de bebidas alcoólicas pelos condutores, em todo o território nacional. No verão 2011-2012, abrangendo o período de dezembro de 2011 a março de 2012, foram empregados cerca de 2000 militares e 295 embarcações da Marinha em ações de fiscalização do tráfego aquaviário, com a abordagem de 55.992 embarcações civis. Também foram proferidas palestras e campanhas educativas em marinas, iates clubes, colônia de pesca e locais de concentração do público alvo. Ao todo, foram executadas cerca de 148.000 dessas ações, com incremento da ordem de 10% em relação ao período anterior.

Além da “Operação Verão”, a Marinha vem empreendendo, em caráter permanente, outras ações visando a elevar o nível de conscientização dos navegantes, condutores e passageiros, quanto à preocupação com a segurança, ainda em patamares inadequados em face da cultura existente em determinadas regiões, além do difícil acesso às fontes de informações, tanto pelas longas distâncias existentes, quanto pela baixa situação socioeconômica das comunidades que utilizam as águas como meio de locomoção e de sustento.

Dentre as campanhas executadas, as de maior relevância referem-se às dirigidas à eliminação dos acidentes de escalpelamento na Região Amazônica, incentivando a cobertura dos eixos propulsores das embarcações. As demais campanhas abrangeram: a ampliação dos requisitos para a habilitação de condutores amadores, principalmente para as categorias de Motonauta e Arrais-Amador; o aumento da fiscalização em áreas de fronteira, por meio de ações conjuntas com o Exército Brasileiro, a Polícia Federal e outros órgãos de fiscalização e controle; e o incremento nas ações relativas à inclusão social, objetivando o acesso à educação e à geração de empregos. Somente em relação a esta iniciativa, foram oferecidas cerca de 35.000 vagas para os cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM), destinados a aquaviários e portuários.

A navegação segura compreende, ainda, outras atividades de igual importância desempenhadas pela Marinha, sendo relevante destacar: a produção de auxílios à navegação, vital para a adequada manutenção de vias navegáveis, tornando-as mais seguras, bem sinalizadas e cartografadas, aspecto essencial para o comércio nacional, contribuindo para redução do “Custo Brasil”; o fornecimento de previsões meteorológicas e oceanográficas confiáveis e tempestivas; o acompanhamento de tráfego marítimo de interesse, com o propósito de fiscalizar o cumprimento das leis nacionais e atos internacionais ratificados pelo Brasil; e possibilitam a prevenção e a repressão a ilícitos penais, como o contrabando, o tráfico de drogas e armas, a imigração ilegal e o roubo armado a navios, dentre outros.

Fatores que dificultaram na execução do Objetivo:

Falta de pessoal qualificado em número suficiente para executar as tarefas de fiscalização e repressão das embarcações. Outro fator se refere à necessidade de cobrir áreas extensas (região norte do país).

Previsão das realizações para 2013:

As atividades relacionadas com a Segurança da Navegação Aquaviária estão programadas de modo a intensificar cada vez mais a fiscalização das embarcações, objetivando combater os atos ilícitos praticados nas hidrovias e Águas Jurisdicionais Brasileiras.

Arranjos de Gestão/Pactuações:

Para a fiscalização em áreas de fronteira, a Marinha executou ações conjuntas com o Exército Brasileiro, a Polícia Federal e outros órgãos de fiscalização e controle.

Metas 2012-2015

- **Alcançar índice de 80% das necessidades de ampliação das Organizações Militares (OM) integrantes do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA)**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: A execução da meta em 2012 transcorreu de acordo com o cronograma estabelecido pela Marinha.

Principais realizações: Para o período de 2012 a 2015, figura no cronograma da Marinha a Criação/Revitalização/Elevação de 16 Organizações Militares da rede da Diretoria de Portos e Costas (DPC). Em 2012, foi dada continuidade à reestruturação do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA), que contemplou a ativação das novas Agências de São João da Barra (RJ) e Aracati (CE) e a Agência Fluvial de Cruzeiro do Sul (AC). Também ocorreu a elevação da Agência de Porto Seguro, no Estado da BA, à categoria de Delegacia, que passou a se denominar Delegacia de Porto Seguro, e da Delegacia de Porto Velho para Capitania de 3^a classe.

Expectativas para o próximo período: Dentre os grandes projetos em andamento, a Marinha planejou para 2013, dar continuidade nas obras de ampliação de várias Organizações militares integrantes da rede da Diretoria de Portos e Costas (DPC), tais como: ativação das Agências em Chapecó (RS), Agência Fluvial de Sinop (MT) e Agência de Valença (BA) e elevação da Delegacia em São Francisco do Sul (RS), para Delegacia de 1^a Classe e da Capitania dos

Portos de Alagoas (AL), para Capitania de 2^a classe.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2012

- **Ampliar em 80% a quantidade de Inspeções Navais (IN) realizadas**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: A execução da meta em 2012, foi realizada de acordo com o planejamento estabelecido pela Marinha.

Principais realizações: Em 2012, foram executadas 148.150 ações relacionadas à Inspeção Naval e Vistorias, obtendo-se incremento de aproximadamente 10% em comparação ao ano anterior.

Expectativas para o próximo período: Para 2013, a Marinha estabeleceu no seu planejamento, elevar a quantidade de ações atinentes as Inspeções Navais e consequentemente o percentual em relação ao ano anterior.

Desafios de implementação da meta: A falta de pessoal em número suficiente e qualificado para a execução das atividades relacionadas com atividades de Inspeções Navais.

Recomendações finais

Ressalta-se o esforço da Marinha em aumentar a fiscalização em áreas de fronteira, atuando também em parceria ou em apoio ao Exército Brasileiro, Polícia Federal e outros órgãos.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2012

- **Prover formação e capacitação de 58.000 marítimos**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: A execução da meta em 2012, transcorreu de acordo com o cronograma estabelecido pela Marinha.

Principais realizações: Em 2012, foram qualificados cerca de 35.000 alunos nos cursos do Ensino Profissional Marítimo, destinados a aquaviários e portuários.

Expectativas para o próximo período: Para 2013, a Marinha implementará meios para elevar, gradativamente, a capacitação de marítimos e fluviais mediante a ampliação de cursos ministrados no Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA) - Rio de Janeiro - RJ, Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (CIABA) - Belém - PA e outros Centros de Ensino.

Desafios de implementação: falta de pessoal qualificado para a execução das atividades relacionadas.

Quantidade alcançada

35.000

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0528 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Marinha, visando à ampliação da capacidade de defesa e segurança marítima.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Principais realizações em 2012:

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha (SecCTM) celebrou o Acordo de Cooperação Acadêmica, Técnica e Científica com a Universidade Santa Cecília - Santos (SP). Ainda no âmbito dos acordos com Universidades, dando prosseguimento ao apoio mútuo nas atividades de pesquisa e prospecção tecnológica com a Universidade Federal Fluminense (UFF), acordado em 2011, foram assinados Termos Aditivos, com essa Universidade, que resultaram no desenvolvimento conjunto do Simulador de Passadiço e do sistema de modulação digital de sinais destinados a comunicações acústicas submarinas.

Nas atividades de desenvolvimento de equipamentos para os meios Navais, foram projetados e instalados 3 consoles no Centro de Integração de Sensores e Navegação Eletrônica (CISNE) do Navio de Desembarque de Carros de Combate (NDCC) "Almirante Sabóia".

O Sistema de Controle e Monitoração do Navio-Patrulha (NPa) "Maracanã" teve seu projeto concluído e efetivada a primeira fase da instalação.

No que tange ao desenvolvimento e à avaliação de meios, foi iniciada a Avaliação Operacional da Aeronave S-70B Sikorski, de forma que a mesma possa participar de exercícios e operações navais.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Ministério da Defesa/Comando da Marinha, a PETROBRAS e a VALE S.A. assinaram um Acordo de Cooperação para a aquisição de um novo Navio Hidroceanográfico de Pesquisa. Esse navio atuará como uma plataforma científica e tecnológica capacitada a realizar levantamentos geológicos do fundo do mar, para efeito de exploração de seus recursos naturais, bem como aquisição de dados do ambiente marinho, para melhor emprego do Poder Naval na vigilância da "Amazônia Azul".

O Programa Nuclear da Marinha (PNM) continua avançando na construção do protótipo, em terra, do reator de propulsão naval e seu combustível e reforçando o preparo e a formação de recursos humanos. O PNM está dividido em dois grandes projetos: o Projeto do Ciclo do Combustível, que envolve o enriquecimento de urânio, empregando ultracentrífugas projetadas com tecnologia nacional, e o Projeto do Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (LABGENE), que é a planta de propulsão nuclear.

Esses dois Projetos demandam recursos humanos e materiais para o desenvolvimento de instalações de propulsão nuclear, incluindo pesquisa, desenvolvimento, experimentação, construção, montagem, licenciamento, comissionamento, operação, manutenção e descomissionamento de diversos tipos de sistemas e equipamentos, de responsabilidade do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), situado no campus da Universidade de São Paulo (USP) e no Centro Experimental Aramar (CEA), em Iperó-SP.

Destaca-se ainda que a Lei nº 12.706 de 08/08/2012 autorizou a criação da empresa pública AMAZUL - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A., vinculada ao Comando da Marinha/Ministério da Defesa, visando a implementar ações necessárias à promoção, ao desenvolvimento, à absorção, à transferência e à manutenção de tecnologias, relacionadas às atividades nucleares da Marinha do Brasil, ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e ao Programa Nuclear Brasileiro (PNB).

Fatores que dificultaram na execução do Objetivo:

- 1 - Escassez de mão de obra básica qualificada em número suficiente, para a execução em várias tarefas; e
- 2 - Demora nos processos licitatórios.

Previsão das realizações para 2013:

Todos os projetos e acordos acima mencionados terão continuidade em 2013, conforme o planejamento/cronograma e planos estabelecidos pela Marinha e setores envolvidos.

Arranjo de Gestão/Pactuações:

Na parceria desenvolvida entre a Marinha do Brasil e as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), para o desenvolvimento de ultracentrífugas, ressalta-se o comissionamento, em outubro de 2012, da quarta cascata de enriquecimento isotópico em Resende - RJ, consolidando a posição do Brasil no seletivo e pequeno grupo de países que dominam a tecnologia de enriquecimento de urânio.

O PNM vem demonstrando, desde seu início, uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia (C&T) e industrial. Um grande número de projetos, desenvolvidos em parcerias com Universidades,

Institutos de Pesquisas e Indústria Nacional, trouxeram ao País elevado ganho em tecnologia e qualidade. É oportuno ressaltar o caráter dual do reator nuclear a ser construído, que pode ser utilizado tanto para gerar energia elétrica para iluminar uma cidade, quanto para a propulsão de meios navais.

Implantação do Sistema de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica da Marinha do Brasil (SisDefNQR-MB) e preparação para os Grandes Eventos

O (SisDefNBQR-MB), implantado em 2011, é constituído por órgãos da Marinha que exercem atividades operacionais e de inteligência, relacionadas ao combate a emergências de natureza nuclear, biológica, química e radiológica e tem por fim promover a prevenção, a detecção e a resposta às referidas emergências, assim como proteger as instalações sensíveis da Marinha. Esse Sistema foi testado em 2011, por ocasião dos 5º Jogos Mundiais Militares (2011) e empregado, em 2012, no apoio à realização da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Decorrentes da experiência obtida durante esses eventos, diversas ações vêm sendo implementadas visando ao aperfeiçoamento contínuo do Sistema e sua adequada preparação para o apoio à Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016).

Considerações finais

Dentre os órgãos acima mencionados, a Marinha manteve um estreito relacionamento com entidades do governo, as quais proporcionaram de maneira ampla, contribuição para a execução das atividades relacionadas, de modo que, foi notável a inclusão de elementos que auxiliaram na política de governo.

Metas 2012-2015

- **Implantar uma unidade piloto de conversão (Unidade de Produção de Hexafluoreto de Urânio - USEXA) com capacidade nominal de 40 t/ano de hexafluoreto de urânio**

Análise Situacional da Meta

A execução da meta em 2012 foi realizada conforme o cronograma estabelecido pela Marinha.

Principais realizações: Para o Ciclo do Combustível Nuclear foi iniciada a Unidade Piloto de Hexafluoreto de Urânio (USEXA) quando iniciou o comissionamento da sua primeira fase, consolidando o domínio do Ciclo de Combustível Nuclear no Brasil, bem como as rotinas de testes, comissionamento e pré-operação da segunda fase das unidades do UF4 (tetrafluoreto de urânio) ao UF6 (hexafluoreto de urânio).

Fruto da parceria celebrada entre a Marinha do Brasil e as Indústrias Nucleares do Brasil, o comissionamento da quarta cascata de enriquecimento isotópico na cidade de Resende - RJ, consolida o Brasil no seletivo e restrito grupo de países que detêm a tecnologia de enriquecimento de urânio, reduzindo gradativamente a dependência com outras nações.

Expectativas para o próximo período: Continuam em 2013 as rotinas de testes, comissionamento e pré-operação da segunda fase das unidades do UF4 (tetrafluoreto de urânio) ao UF6 (hexafluoreto de urânio), com previsão de serem concluídas no exercício de 2013.

A Unidade Piloto de Produção de Hexafluoreto de Urânio (USEXA) está sendo implantada no Centro Experimental Aramar (CEA), em Iperó-SP.

Desafios de implementação: Ajustes técnicos devido à complexidades das atividades relacionadas.

- **Implantar uma usina nuclear de geração de energia elétrica (Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica - LABGENE) projetada e construída no País, incluindo o seu reator, com potência de cerca de 11 MW, protótipo em terra do sistema de propulsão naval**

Análise Situacional da Meta

A execução da meta em 2012 foi realizada conforme o cronograma estabelecido pela Marinha.

Principais realizações: Construção da Planta de Propulsão Nuclear (LABGENE) para a operação do submarino de propulsão nuclear - a Marinha do Brasil está construindo no Centro Experimental Aramar (Iperó, SP), o Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE), que será utilizado para validar as condições de projeto e ensaiar todas as condições de operação possíveis para uma planta de propulsão nuclear. O empreendimento é composto por 11 prédios principais, entre eles o Prédio do Reator e o Prédio das Turbinas.

As obras civis do protótipo do reator nuclear em terra (LABGENE) avançam em ritmo acelerado, com a construção

simultânea de sete prédios do seu complexo.

O grupo de recebimento do LABGENE continua em treinamento no Centro de Instrução e Adestramento Nuclear de ARAMAR (CIANA), que foi inaugurado em fevereiro de 2012, em Iperó-SP. As licenças de construção dos prédios nucleares do LABGENE foram obtidas junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Ainda em 2012, foram prontificados o Prédio de Apoio Operacional (PAO), o Prédio de Preparação e Teste de Embalagens (PPTE) e o Prédio de Armazenamento Intermediário de Rejeitos (PAIR).

A MB contratou a Fundação ATECH para o desenvolvimento e a construção dos sistemas de Controle e Proteção do LABGENE.

Observação: O Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE) está sendo implantado no Centro Experimental Aramar (CEA), em Iperó-SP, com 65% das obras concluídas.

Expectativas para o próximo período: Para 2013, O Programa Nuclear da Marinha (PNM) continua avançando na construção do protótipo, em terra, do reator de propulsão naval e seu combustível e reforçando o preparo e a formação de recursos humanos.

Desafios de implementação: Ajustes técnicos em função da magnitude e complexidade do Projeto.

OBJETIVO: 0532 - Adequar os meios operacionais do Exército para assegurar a capacidade de defesa terrestre.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Exército Brasileiro, ao buscar dotar as suas Organizações Militares com vetores de modernidade, tem o propósito de obter um adequado suporte ao preparo e ao emprego da Força Terrestre.

Nesse sentido, o plano de aparelhamento do Exército Brasileiro está dividido em duas vertentes principais: o atendimento às necessidades correntes de reposição e complemento dos seus Quadros de Dotação de Material, e às necessidades futuras oriundas da visão prospectiva do Exército tendo com base a evolução doutrinária terrestre e os aspectos relacionados com a ciência e tecnologia, ingredientes esses que contribuíram para a manutenção e a ampliação de operacionalidade.

- Principais realizações no período: aquisição de radares SABER 60 para as unidades de Artilharia Antiaérea (AAAe); aquisição e modernização de equipamentos pesados de engenharia; recebimento dos primeiros blindados GUARANI; aquisição de mais de 3.000 veículos de emprego geral, principalmente caminhões, de fabricação nacional; recuperação e modernização de diversas aeronaves Esquilo e Pantera; recebimento de uma aeronave EC-725; aquisição de munição e de material diverso para uso individual, de estacionamento e aeroterrestre.
- Fatores que dificultaram a execução: ausência da previsão assegurada de recursos; complexidade e altos custos dos produtos de defesa mais sofisticados como blindados, radares e aeronaves.
- Previsão de realização para o próximo período: prosseguimento das aquisições, recuperações e modernizações descritas nas principais realizações do período.
- Arranjos de gestão e pactuações mais relevantes: a obtenção de sistemas, equipamentos e materiais foi orientada pelo planejamento dos Projetos Estratégicos do Exército GUARANI, Defesa Antiaérea e Recuperação da Capacidade Operacional.
- PÚBLICO beneficiado: unidades do Exército contempladas com novos equipamentos e materiais e/ou recuperação de equipamentos existentes; órgãos municipais, estaduais e federais que contam com apoio das unidades do Exército; comunidades locais que passam a contar com a existência e o apoio de unidades do Exército melhor aparelhadas e adestradas; e as empresas fornecedoras de produtos de defesa e prestação de serviços de apoio à manutenção dos equipamentos do Exército.
- Resultados das entregas: aprimoramento da capacidade operacional das unidades do Exército, destacando a melhora do índice de disponibilidade de aeronaves e tripulações, incrementando o estado de apronto para atender as prioridades do

planejamento anual de emprego e as demandas emergenciais do Estado e da sociedade.

Metas 2012-2015

• Implantação de 20% do Sistema Integrado de Artilharia Antiaérea do Exército Brasileiro (SIAAEB)

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: A meta estipulada para 2012 foi atingida na sua plenitude. 5% para o ano de 2012.

Descrição das principais realizações: aquisição de radares SABER 60; elaboração dos requisitos operacionais básicos e técnicos do Sistema Operacional Defesa Antiaérea; aquisição das 10 Viaturas AGRALE MARRUÁ para comporem duas Seções de Artilharia Antiaérea (menor unidade operacional de emprego da defesa antiaérea).

Expectativa para o próximo período: a implantação do projeto piloto com a obtenção dos PRODE (Produtos de Defesa) para uma Bateria de Artilharia Antiaérea de mísseis de baixa altura.

Desafios de implementação: ausência da previsão assegurada de recursos e elaboração da Requisição de Propostas (Requests For Proposals – RFP) do projeto piloto no primeiro semestre de 2013.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2012

• Obtenção de 16% da Nova Família de Blindados

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: A meta estipulada para 2012 foi alcançada na sua plenitude.

Descrição das principais realizações: foi contratada a aquisição de: 86 viaturas, de um total superior a 2. 200 viaturas; 81 torres REMAX; 10 torres ELBIT; e 13 torres PRATTS. Todas as torres equiparão veículos GUARANI.

Expectativa para o próximo período: contratação para aquisição de pelo menos 80 viaturas GUARANI.

Desafios de implementação: ausência da previsão assegurada de recursos e ajustes técnicos devido ao início da operação dos veículos.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0533 - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Censipam conseguiu cumprir seus principais objetivos. A operacionalidade dos terminais VSAT foi mantida em 74%, o que, dada as condições de umidade da região amazônica, que diminui a vida útil dos equipamentos, e a modernização do sistema, com a substituição do parque tecnológico, pode ser considerada uma boa cobertura. A previsão para os próximos anos do PPA é que, com equipamentos mais modernos essa operabilidade aumente.

Foram disponibilizadas 530 antenas VSAT para órgão parceiros, já com a nova tecnologia de banda larga Gilat. Com a conclusão do processo licitatório para contratação da empresa de transportes terrestres, que ocorreu em 10/2012, os trabalhos de instalação e modernização das VSAT serão intensificados em 2013.

O Censipam emitiu 24 relatórios de inteligência durante o ano de 2012 e, com isso, contribuiu para o combate aos ilícitos na região amazônica, juntamente com os órgãos parceiros. A metodologia de cálculo dos relatórios foi mudada e terá que ser corrigida no próximo ano.

Apesar de não terem sido implementados novos telecentros em 2012, fato ocorrido devido à dificuldade de contratação de fornecedores de serviços de dados, 53 telecentros estão entrando em operação no primeiro semestre de 2013, utilizando a tecnologia VSAT, dominada pelo Censipam, não dependendo do fornecimento de pacote de dados de terceiros.

Até a data de 30/11/12, foram elaborados, aproximadamente, 10.000 boletins meteorológicos, com previsões de curto, médio, e longo prazos, correspondendo a 25,5% da meta estipulada. Este fato foi decorrente da perda de recursos humanos na área de meteorologia anteriormente vinculados a contratos temporários. Em 2013 está previsto o ingresso mediante concurso público de quadro efetivo para a área de meteorologia, com isso, viabilizando o alcance da meta para 2013.

O programa de monitoramento de áreas especiais atingiu o percentual de 7,3%. O alcance da meta foi prejudicado pelo trabalho realizado de modernização das aeronaves R-99 de sensoriamento remoto associado à perda de pessoal. Em 2013 as aeronaves voltarão à operação que, juntamente com o ingresso dos servidores concursados, permitirá o alcance da meta prevista.

Elementos que auxiliaram na execução da política:

O Censipam, por meio da sua missão de Promover a proteção da Amazônia Legal por meio da sinergia das ações de governo, da articulação, do planejamento, da integração de informações e da geração de conhecimento, auxiliou a execução da Política Nacional de Defesa - PND, por meio do fornecimento de Sistemas de Informações Críticas, Tecnologia de Informação, Base de Dados e Sensores, Monitoramento Territorial e Ações de Inteligência, Sensoriamento Remoto, Infraestrutura Tecnológica e Meteorologia, entre outras ações.

A Política Nacional de Defesa – PND, logo em sua introdução, afirma que a defesa do País é inseparável do seu desenvolvimento, e no item 2.3, acrescenta que “o conceito de segurança foi ampliado abrangendo os campos político, militar, econômico, psicossocial, científico-tecnológico, ambiental, de saúde e industrial, em ações que, muitas vezes, não implicam o envolvimento das forças armadas, e que a segurança visa garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais”. Sendo assim, o Censipam colaborou fortemente com a política disponibilizando a sua infraestrutura tecnológica de comunicação via satélite para órgãos parceiros como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, para que fossem cadastradas as famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família, em regiões inóspitas da Amazônia Legal; monitorando glebas públicas federais, possibilitando o controle de grilagem de terras na região, assim como possibilitando a regularização fundiária de famílias que tradicionalmente ocupam a região e que dela tiram o seu sustento de forma não predatória, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra. Outro produto entregue à sociedade em aderência ao PND foram os boletins meteorológicos na Amazônia Legal, no qual se podem antecipar ações de intervenção das Defesas Civis frente a desastres naturais. O serviço meteorológico do Censipam subsidiou a execução de missões, tanto de inteligência operacional, quanto de capacitação, e instalação/manutenção de equipamentos.

As ações de inteligência do Censipam contribuíram para manter a vigilância sobre a Amazônia, garantindo o domínio Nacional sobre os recursos hídricos/minerais da região, além do domínio aeroespacial, evitando ingerências em assuntos internos ou disputas por espaços não sujeitos à soberania dos Estados, em consonância com o item 3 da PND. Além do mais, as ações de inteligência previnem os ilícitos legais na região, em conformidade com o item 2.4 da PND.

Outra vertente de importante contribuição do Censipam para a Política Nacional de Defesa é a integração do Brasil com os demais países da América do Sul, como detalhadamente registrado nos itens 3 e 4 da PND. O Censipam está desenvolvendo projetos que em futuro próximo serão implementados em parcerias com os países representantes da União das Nações Sul Americanas – UNASUL, no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano – CDS.

Beneficiários dessa política:

Os amazônidas, informados por extensa rede de divulgação de informações sobre o tempo e o clima, são beneficiados pelos boletins meteorológicos produzidos no âmbito do Censipam, proporcionando maior segurança na navegação e antecipação de eventos naturais severos.

O Censipam com a sua capacidade tecnológica satelital beneficiou as famílias, que dependem de programas de

assistência social do governo federal.

Além desses, indiretamente, toda a população brasileira e mundial está sendo beneficiada com a proteção dos recursos naturais da Amazônia, por meio da preservação da paz e da segurança pública gerada pelo trabalho de inteligência, a preservação do meio ambiente, e a geração de pesquisas em Ciência e Tecnologia.

Metas 2012-2015

- **Atingir 90% de operacionalidade dos terminais de acesso a comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, obteve-se o índice de 75% de operacionalidade, dentro do planejado.

Para o ano de 2013, a previsão é de que se atinja o índice de 82%, com o crescimento do parque de equipamentos e a manutenção dos terminais que apresentaram problemas em 2012.

Quantidade alcançada

75

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	90	%	75	27/12/2012

- **Capacitar 1.300 técnicos nos 700 municípios na Amazônia Legal em geotecnologias aplicadas na gestão territorial (Programa Sipam Cidades)**

Análise Situacional da Meta

O programa Sipam Cidade (capacitação de técnicos municipais), no ano de 2012, não foi priorizado em função da reavaliação dos recursos destinados a diárias e passagens essenciais à realização do programa.

A prioridade do Censipam para 2012 foi direcionada para atender a manutenção de sistemas em campo e operações de inteligência.

Nos próximos exercícios pretende-se recuperar a meta prevista e não atingida em 2012.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

04/12/2012

- **Disponibilizar 1.000 antenas VSAT (Very Small Aperture Terminal) para atender aos órgãos e entidades parceiras**

Análise Situacional da Meta

Foram disponibilizadas aos órgãos parceiros 530 antenas VSAT, número dentro do planejado, correspondendo a 53% da meta prevista para 2015. A perspectiva para 2013 é de instalar mais 200 antenas, tendo em vista a instituição de novas parcerias e convênios de logística.

Quantidade alcançada

530

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	1.000	unidade	530	31/12/2012

- **Elaborar anualmente 39.312 boletins de previsão diária de tempo para municípios da Amazônia Legal**

Análise Situacional da Meta

Até a data de 30/11/12 foram elaborados 10.024 boletins meteorológicos, com previsões de curto, médio, e longo prazos, o que representa 25,5% da meta a ser atingida. Este fato foi decorrente da perda de recursos humanos na área de meteorologia anteriormente vinculados a contratos temporários.

Em 2013 está previsto o ingresso mediante concurso público de quadro efetivo para a área de meteorologia, com isso, viabilizando o atingimento da meta para 2013.

Quantidade alcançada

10.024

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	39.312	unidades/ano	10.024	30/11/2012

• Emitir anualmente 300 relatórios de inteligência

Análise Situacional da Meta

Até novembro de 2012 foram emitidos 24 relatórios de inteligência. Ressalta-se que a metodologia de relatórios foi mudada no ano de 2012 em decorrência da Lei de Acesso à Informação, que alterou a sistemática de elaboração de relatórios sigilosos, diminuindo a quantidade de relatórios de inteligência. No entanto, a quantidade de produtos de área de inteligência (nova nomenclatura) atingiu a meta estabelecida.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	300	unidade	24	31/12/2012

• Implementar 130 telecentros nos municípios da Amazônia Legal (Programa Sipam Cidades)

Análise Situacional da Meta

Até o final de 2012 encontravam-se instalados parcialmente 53 telecentros dos 137 previstos.

Essa instalação parcial refere-se a entrega de mobiliários e equipamentos de informática em locais onde as prefeituras já realizaram obras de infraestrutura.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• Monitorar mensalmente o desmatamento em 470.000 Km² de glebas públicas federais na Amazônia Legal (Programa Terra Legal)

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram iniciados os trabalhos para o monitoramento nas glebas e o novo termo de cooperação com o MDA está sendo revisto para 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• Monitorar semestralmente 150 milhões de hectares no Programa de Áreas Especiais (ProAE)

Análise Situacional da Meta

O programa contempla o monitoramento de áreas relativas ao foco do Programa Bolsa Verde e demais Unidades de Conservação e Terras Indígenas da Amazônia Legal, além de áreas sujeitas a eventos climatológicos extremos. No total foram monitorados 48.325.400 hectares, sendo que a meta foi prejudicada por carência de recursos humanos.

Quantidade alcançada

48.325.400

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	150.000.000	ha	48.325.400	31/12/2012

OBJETIVO: 0534 - Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) promoveu a realização de dois exercícios militares focados no emprego das Forças Armadas de maneira Conjunta, ou seja, sob coordenação centralizada e comando único. O objetivo estratégico destas operações é reforçar o poder dissuasório do Estado brasileiro, além de aumentar a integração e a interoperabilidade entre a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, capacitando as Forças Armadas para melhor cumprir suas missões.

Neste enfoque, no referido ano, foram realizadas a Operação AMAZÔNIA e a Operação ATLÂNTICO III, para simular aspectos de situações reais de emprego militar no ambiente Amazônico e na região do Atlântico Sul do Brasil, respectivamente.

No tocante às Operações Conjuntas em faixa de fronteira, por sua vez, no contexto do Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011, foram realizadas as operações ÁGATA 4, ÁGATA 5 e ÁGATA 6.

Com foco pontual e temporário, as operações ÁGATA são realizadas em módulos, com execução sem interferência nas operações singulares em andamento pelas Forças Armadas.

Entre agosto de 2011 e outubro de 2012, em seis edições, a Operação ÁGATA vem se configurando em eficiente instrumento para a intensificação da presença do Estado ao longo dos mais de 16 mil quilômetros de fronteira, contribuindo para aumentar a prevenção e a repressão aos ilícitos transnacionais nesta região do Brasil.

Como membro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Brasil participou, em 2012, do planejamento do Exercício Militar Combinado da série FELINO, que visa à interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados-Membros e ao adestramento para emprego em operações de paz e ajuda humanitária. Esse exercício é realizado em sistema de rodízio e está programada a sua execução no ano de 2013 em nosso País.

A participação de tropa brasileira em Missões sob a égide da ONU, em particular na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti – MINUSTAH e na Força Interina das Nações Unidas no Líbano – UNIFIL, tem contribuído para a busca da paz nestes dois cenários. Além disso, integrar missões de elevado grau de complexidade logística e operacional faz com que o Brasil assuma participação ativa na solução de problemas internacionais.

A fim de promover o apoio de Comando e Controle necessário ao acompanhamento e à coordenação das Operações Conjuntas, missões humanitárias e de manutenção de paz, o Sistema Militar de Comando e Controle – SISMIC2 utiliza os recursos humanos, bem como os enlaces do Sistema de Comunicações Militares por Satélite – SISCOMIS.

Nesse contexto, deu-se prosseguimento à implantação e ao aprimoramento dos Centros de Comando e Controle do Ministério da Defesa, das Forças Armadas e do contingente brasileiro na Missão de Paz no Haiti.

O Sistema de Comando e Controle operou e deu suporte em comunicações durante as operações militares no País e no exterior, especificamente no Haiti; e O Sistema de Comunicações Militares permaneceu ativo, suportando as demandas de transmissão de dados e de voz, videoconferências, dentro da área de cobertura dos satélites, ou seja, América do Sul, América Central, Antártida, Mar do Caribe e Atlântico Sul.

Foram aportados recursos para o Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED), sistema responsável pela promoção da sinergia entre as diversas plataformas navais, terrestres e aéreas das Forças. O País avançou no delineamento de um empreendimento voltado ao desenvolvimento e à produção doméstica de uma família de equipamentos que empregam o

conceito de Rádio Definido por Software (RDS), tecnologia situada na vanguarda das comunicações militares.

Apesar das dificuldades de ordem orçamentária, o presente Objetivo foi cumprido a contento. As Operações Conjuntas AMAZÔNIA e ATLÂNTICO III, assim como as ações de presença na fronteira e os exercícios de simulação, foram realizados conforme planejado, porém, com um efetivo e meios militares empregados reduzidos. A avaliação das Doutrinas de Emprego Conjunto e de Comando e Controle, visando aos seus aperfeiçoamentos, foi realizada conforme o esperado.

Metas 2012-2015

- **Apoiar o aprestamento de uma brigada, para atuar em missões de paz e ações humanitárias**

Análise Situacional da Meta

Principais realizações do Período

Preparo e envio de dois (02) Batalhões de Infantaria de Força de Paz, um (01) Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais e uma (01) Companhia de Engenharia de Força de Paz, que constituíram o 16º Contingente Brasileiro no Haiti para comporem o Componente Militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas para o Haiti (MINUSTAH).

Fatores que contribuíram ou dificultaram a execução

O aprestamento dos meios de apoio logístico da Força Aérea Brasileira e da Marinha do Brasil permitiram o apoio logístico adequado ao contingente brasileiro.

Previsão de realização no próximo período

Em 05 de dezembro de 2012, encerrará o período de rodízio entre o 16º e 17º Contingentes brasileiros no Haiti. A partir dessa data, o 17º Contingente atuará no Haiti até junho de 2013.

Em 2013, serão preparados os 18º e 19º Contingentes brasileiros que atuarão no Haiti. De igual forma, ocorrerá a desmobilização dos 17º e 18º Contingentes, haja vista a duração da missão ser de 6 meses.

Estão previstos para o ano de 2013: 24 voos de apoio logístico; 32 voos de rodízio; 4 voos de reconhecimento; e 2 voos de ativação.

Resultados e entregas à sociedade

Apoio do Ministério da Defesa à política externa brasileira com a participação de tropas brasileiras na MINUSTAH.

Aumento do preparo da tropa brasileira para emprego em operações subsidiárias de garanta de lei e da ordem.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

04/03/2013

- **Atingir o percentual de 16% na implantação do Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED)**

Análise Situacional da Meta

A fim de cumprir a finalidade de implantação de um sistema de comunicações militares que garanta um nível seguro nas informações e mensagens táticas efetuadas entre os meios operativos de um Comando Combinado, foram executadas as seguintes atividades:

- Confecção da Modelagem da Capacidade Operacional referente à atividade de Defesa Aeroespacial. Para tanto, foi contratada uma empresa especializada para efetuar tal serviço, com o acompanhamento das equipes das três Forças envolvidas com o projeto;
- Reforma das instalações dos laboratórios do Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED) do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, possibilitando a melhoria da execução das atividades relacionadas com o projeto em pauta;
- Capacitação de pessoal, com a participação em Cursos, Simpósios e Seminários, proporcionando assim a elevação da capacitação técnica do efetivo envolvido na execução do projeto; e
- Realização de reuniões de projeto, para a revisão e aprovação da modelagem da Capacidade Operacional executada pela empresa contratada, além do estudo da viabilidade de execução da modelagem de outra Capacidade Operacional que seja de interesse das Forças, o qual será realizado pelo Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS), do Exército

Brasileiro.

Para 2013, está prevista a continuação da implantação do Sistema Tático de Enlaces de Dados, conforme planejamento previsto.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

16/11/2012

• Atingir o percentual de 39% na implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS)

Análise Situacional da Meta

Em 2012, os recursos da Ação 2385 foram empregados, primariamente, para honrar compromissos referentes aos contratos de enlaces terrestres e espaciais do Sistema de Comunicações Militares por Satélites (SISCOMIS).

Tratam-se de sete contratos, sendo seis de conectividade e um de manutenção de centrais telefônicas. Essa infraestrutura serve de suporte às comunicações militares em operações conjuntas e singulares, bem como às missões de paz da ONU em que há emprego de tropas brasileiras, como no Haiti e no Líbano.

Além dos contratos acima, cobrem-se despesas de manutenção e renovação de equipamentos de conectividade e de aquisição de suprimentos para os terminais satelitais móveis navais, transportáveis, leves e rebocáveis. Incluem-se nesse dispêndio os recursos necessários para manter as estações terrenas de Brasília e do Rio de Janeiro.

Outra vertente em que foram empregados recursos desta Ação foi a implantação do Centro de Monitoramento da Rede Operacional de Defesa (CMORD).

O SISCOMIS compõe a Rede Operacional de Defesa, prestando o suporte de conectividade para o tráfego dos serviços por ela providos. Sendo assim, o monitoramento contínuo dos enlaces e serviços permite a rápida identificação de problemas e a adoção de medidas preventivas e corretivas, incrementando a qualidade do serviço prestado pela Subchefia de Comando e Controle (SC-1).

No que se refere ao investimento na capacitação de recursos humanos, aplicaram-se recursos na capacitação de pessoal em métodos e técnicas ITIL e COBIT, para aplicação no CMORD, assim como na participação em eventos e visitas correlatos no Brasil e no exterior. Esse esforço abrange, adicionalmente, o treinamento de operadores de 31 Terminais Transportáveis adquiridos para as três Forças Armadas e recebidos em 2012.

As atividades relacionadas à implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS), no âmbito da Ação 5132 e no ano de 2012, concentraram-se na ampliação da capacidade de comunicações com sistemas espaciais e terrestres, por intermédio da aquisição de um terminal fixo em Banda Ku, com o respectivo sistema de gerenciamento, da instalação de rede metropolitana, tipo Wi Max, em Brasília, e da aquisição de um Terminal Móvel Naval em Banda X e um em Banda Ku.

A Subchefia de Comando e Controle (SC-1)/CPE/EMCFA, com anuência do Conselho Diretor do Sistema Militar de Comando e Controle (CD-SISM^{C2}), investiu na instalação de um Hub de Banda Ku em Brasília para estender a capacidade de atender a terminais nessa faixa. O contrato vigente prevê somente 3 canais de 512 KHz, o que se tornou um fator limitante para o emprego de navios com terminais nessa banda em operações conjuntas.

O esforço completo de ampliação em Banda Ku incluirá o sistema de gerenciamento de banda, a contratação de uma faixa de 5 MHz em um transponder, a aquisição de modems com capacidade de acesso por demanda (DAMA) e a aquisição de terminais portáteis com método de acesso DAMA. Caso seja considerado viável, esse método poderá ser estendido para os sistemas em Banda X.

Como parte da implantação do SISCOMIS, foram adquiridos equipamentos de armazenamento e de processamento de dados para o Centro de Dados da Rede Operacional de Defesa e para o Centro de Dados Alternativo, este último a ser instalado no Centro Integrado de Telemática do Exército Brasileiro (CITEEx).

Para 2013, está prevista a continuação da implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS), conforme planejamento orçamentário previsto.

Quantidade alcançada

• Atingir o percentual de 80% na implantação do centro de operações conjuntas

Análise Situacional da Meta

Os Centros de C2 Implantados constituem o produto da Ação 1489, cuja qualidade depende de continuada manutenção e atualização dos sistemas e da aquisição de novos equipamentos para a substituição daqueles que se tornarem obsoletos.

Em 2012, os recursos foram empregados, basicamente, na aquisição de equipamentos e sistemas, em cursos, em simpósios, para grupos de trabalho e contratação de serviços necessários para a manutenção, evolução e operacionalidade do Centro de Comando e Controle do Ministério da Defesa (CC²MD) dos Centros de Comando e Controle permanentes das Forças Singulares e dos Centros de C2 dos Comandos Operacionais Conjuntos ativados. Em 2012, o Ministério da Defesa apoiou tecnicamente os Comandos Operacionais ativados na estruturação dos seus Centros de Comando e Controle e assessorou os trabalhos dos Estados-Maiores Conjuntos, quanto aos procedimentos doutrinários relacionados à atividade de Comando e Controle.

No âmbito dessa Ação, podem ser destacadas as seguintes atividades:

- A Rede Operacional de Defesa (ROD) é a principal ferramenta de interoperabilidade, constituindo-se no único ambiente virtual em que as três Forças Armadas são capazes de coordenar suas ações nos casos em que a participação de mais de uma é requerida. Desta forma, a ROD aumenta consideravelmente a malha de comunicações do País para enfrentamento de crises, podendo ser expandida para qualquer localidade do País por meio do emprego dos Terminais do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS);
- Evolução contínua e necessária das capacidades do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM); atualização de equipamentos, softwares, facilidades e capacitação de recursos humanos. O SIPLOM constitui-se no software de apoio à decisão do Sistema Militar de Comando e Controle, em nível estratégico-operacional, sendo sua última versão empregada com sucesso nas Operações de Adestramento Conjunto Amazônia e Atlântico, nas Operações Ágata e no Exercício AZUVER;
- Modernização do CC²MD, com a aquisição de diversos equipamentos de última geração, buscando dotar a estrutura de Comando e Controle do Ministério da Defesa de recursos que possibilitem e garantam o continuado desempenho de suas funções. Dentre estes recursos, deve ser dada ênfase àqueles dedicados ao processamento da informação, transmissão de dados, voz, imagens e vídeos, à segurança da informação e apresentação de quadros sintéticos para apoio à decisão; e
- Paralelamente à estrutura de C² supracitada, existe no CC²MD uma rede de comunicações que interliga salas de crise em diversos Ministérios, todas equipadas com serviços de videoconferência, correio eletrônico, telefonia e serviço de transferência de arquivos (FTP). Assim, esses Ministérios podem ligar-se à ROD, aumentando, consideravelmente, a malha de comunicações do País para enfrentamento de crises.
- As metas do Sistema Militar de Comando e Controle (SISM^{C²}) consistem em:
 - Viabilizar as atividades de C² nas Operações Conjuntas e Interagências;
 - Integrar os sistemas de comando e controle das Forças Armadas;
 - Realizar constante atualização da doutrina e dos procedimentos de comando e controle; e
 - Capacitar o pessoal por intermédio de visitas técnicas a outros Centros de C² no Brasil e no exterior e participação em simpósios ou cursos no Brasil e no exterior.

Para 2013, está prevista a continuação da implantação do Centro de Operações Conjuntas, conforme planejamento orçamentário previsto.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

16/11/2012

• Realizar 62 operações de presença na faixa de fronteira

Análise Situacional da Meta

Com o propósito de intensificar a presença das Forças Armadas nas áreas de Faixa de Fronteira, de acordo com o Plano Estratégico de Fronteiras (Decreto nº 7.496, 08.06.2011), foram realizadas as Operações Ágata 4, 5 e 6, respectivamente no norte, no sul/centro-oeste e no centro-oeste/norte do Brasil, com a participação dos ministérios e agências governamentais, com atuação, interesses e objetivos naquelas regiões e suas fronteiras (Justiça, Fazenda, Saúde, Meio Ambiente, FUNAI, IBAMA etc).

As Operações Ágata ocorreram nos meses de maio, agosto e outubro.

Para a realização dessas três operações, foram necessárias três reuniões para o Planejamento Operacional e três reuniões de Planejamento Tático, além de três reuniões para Análise Pós-Ação, totalizando nove (9) atividades preparatórias e de conclusão das três Operações, compondo atividades e metas físicas a serem realizadas e alcançadas. Com a perspectiva de intensificação da presença do Estado Brasileiro e das Forças Armadas nas fronteiras do País, por intermédio de operações conjuntas, foram realizadas as necessárias reuniões conjuntas de Planejamento Estratégico para as Operações Sul e Centro-Oeste, bem como as reuniões de Planejamento Operacional das Operações Sul e Centro-Oeste, com vistas à execução no ano de 2013. Essas reuniões totalizaram quatro (4) metas físicas realizadas. Ainda em 2012, ocorreu a reunião de Revisão do Planejamento Tático da Operação Atlântico III, bem como as reuniões de Planejamento de Adestramento (RPA) das Operações Amazônia e Atlântico III, duas para cada operação, totalizando mais cinco (5) metas físicas finalizadas.

Consideram-se, também, as necessárias reuniões de Análise Pós-Ação das Operações Amazônia e Atlântico III, ocorridas no ano de 2012.

A capacitação de recursos humanos para as operações conjuntas de preparação de presença em faixa de fronteira, por intermédio de seminários do MD ou apoiados e incentivados pelo Ministério junto às três Forças Armadas, permitiu a realização de três metas físicas, a saber:

- Força Aérea Brasileira, em março, Seminário sobre "Apoio Aéreo Aproximado";
- Marinha do Brasil, em maio, Seminário sobre "Atuação das Forças Armadas em Face das Ameaças Terroristas"; e
- Exército Brasileiro, em julho, Seminário sobre "Defesa Territorial".

Quantidade alcançada

26

Data de Referência

30/11/2012

• Realizar cinco exercícios de simulação de combate

Análise Situacional da Meta

O principal exercício de simulação de combate é realizado em conjunto pelas escolas de preparação de Oficiais Superiores para as funções específicas de comando estado-maior, nos cursos de Comando e Estado-Maior.

Portanto, a preparação e execução do exercício conjunto de simulação de combate (codinome AZUVER) ocorre nas Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), da Aeronáutica (ECEMAR) e de Guerra Naval (EGN) da Marinha, sob o acompanhamento e coordenação doutrinária do MD/EMCFA/DPE.

Em 2012, o exercício conjunto planejado ocorreu em novembro.

Para 2013 será realizado um exercício conjunto de simulação de combate, o AZUVER.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

19/11/2012

• Realizar oito operações conjuntas, a título de adestramento, com as Forças Armadas**Análise Situacional da Meta**

Em 2012, foram realizados dois (2) exercícios militares, empregando conjuntamente as três Forças Armadas sob coordenação centralizada e comando único.

A Operação de Adestramento Conjunto Amazônia ocorreu em setembro e a Operação de Adestramento Conjunto Atlântico III ocorreu em novembro. Esses exercícios simularam aspectos de situações reais de emprego militar no ambiente Amazônico e na região do Atlântico Sul do Brasil, respectivamente.

O objetivo estratégico dessas Operações é reforçar o poder dissuasório do Estado Brasileiro e aumentar a integração e a interoperabilidade entre a Marinha, o Exército e a Força Aérea, capacitando as Forças para melhor cumprir as suas missões constitucionais.

Em 2013 estão previstas as Operações Conjuntas: “Laçador” e “Ágata”.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

30/11/2012

• Realizar quatro operações multinacionais com as Forças Armadas estrangeiras**Análise Situacional da Meta**

Em 2012, a Operação Felino, que é um exercício militar combinado entre as Forças Armadas dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), deveria ser realizado em Cabo Verde (África). Por questões conjunturais econômicas e financeiras de Cabo Verde, o exercício planejado sofreu alteração de país-sede, tendo a execução transferida para o ano de 2013.

Entretanto, ocorreram duas (2) reuniões preparatórias e de planejamento combinado durante o ano de 2012, no mês de novembro, nas cidades de Maputo (Moçambique) e Lisboa (Portugal), e ocorrerá mais uma reunião final no mês de dezembro, em Maputo (Moçambique), que possibilitará a execução do exercício militar no início de 2013.

Portanto, foram três (3) as atividades de cunho militar realizadas em 2012, apesar de não ocorrer a operação programada, por fatores externos ao Brasil.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/11/2012

OBJETIVO: 0542 - Elevar a capacidade operativa do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio da sua capacitação, adestramento e logística operacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

A Força, em 2012, com base no Sistema de Planejamento do Exército, SIPLEX, manteve ativo os sistemas de ensino, logísticos e operacionais destinados à capacitação, adestramento e a logística operacional, assegurando a prontidão.

Situação da formação e capacitação de recursos humanos do Exército:

- Principais realizações no período: formação e capacitação de recursos humanos para o atendimento dos cargos e funções do Exército; desenvolvimento da educação preparatória e assistencial; preservação do patrimônio histórico e cultural da Força; fomento de pesquisas nas áreas de educação e de capacitação física; atividade de educação física e desenvolvimento dos desportos; e fomento nas áreas de doutrina e pessoal.

- Fatores que dificultaram a execução: limitações impostas ao pagamento de diárias e passagens.
- Previsão de realização para o próximo período: Adoção de melhorias e aperfeiçoamento nas principais realizações efetuadas no período de 2012; prosseguimento da PPP para construção e manutenção do novo Colégio Militar de Manaus.
- Arranjos de gestão e pactuações mais relevantes: criação do Escritório de Projetos e da Assessoria de Gestão do Conhecimento, no âmbito do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEx), para a análise e coordenação de propostas inovadoras na área de educação e cultura do Exército.
- Público beneficiado: aproximadamente 27.840 (vinte e sete mil, oitocentos e quarenta) alunos matriculados nas escolas de formação, de aperfeiçoamento, de especialização, bem como dos colégios militares (educação preparatória e assistencial); comunidades locais que contam com a presença de estabelecimentos de ensino do Exército em sua área; e as empresas fornecedoras de produtos e prestação de serviços de apoio às atividades de educação e cultura no Exército.
- Resultados das entregas: aproximadamente 27.840 (vinte e sete mil, oitocentos e quarenta) alunos formados, aperfeiçoados e especializados pelo Exército, incluídos nesse número os alunos dos colégios militares (educação preparatória e assistencial) que recebem educação de nível médio calcada, entre outros, nos princípios e valores do Exército Brasileiro.
- Outras informações: Os alunos dos colégios militares destacaram-se no ENEM e em competições escolares de toda ordem, comparativamente com os demais educandários civis, comprovando as acertadas políticas educacionais do Exército.

Situação da instrução militar e adestramento para a capacidade de prontidão do Exército:

- Principais realizações no período: cumprimento dos programas de instrução e adestramento conforme o planejamento do Comando de Operações Terrestres (COTER), garantindo capacidade adequada de prontidão do Exército durante o ano, incluindo a seleção para o serviço militar e a realização de exercícios de apresentação da reserva.
- Fatores que dificultaram a execução: ausência da previsão assegurada de recursos; aceleração de programas de formação e qualificação para atender as necessidades de emprego em operações reais.
- Previsão de realização para o próximo período: prosseguimento dos programas de formação, qualificação e adestramento; adoção de melhorias e aperfeiçoamentos das práticas conduzidas durante o período de 2012.
- Arranjos de gestão e pactuações mais relevantes: a metodologia de estabelecer contratos de objetivos, entre o COTER e os Comandos executantes dos programas de instrução, permite anualmente acompanhar, avaliar e aprimorar as práticas relacionadas à instrução militar e ao adestramento para a prontidão do Exército.
- Público beneficiado: todas as unidades do Exército; órgãos municipais, estaduais e federais que contam com apoio das unidades do Exército; comunidades locais que passam a contar com a existência e o apoio de unidades do Exército melhor instruídas e adestradas.
- Resultados das entregas: aprimoramento da capacidade operacional das unidades do Exército, destacando a prontidão e a efetividade de mais de 10 mil homens e mulheres empregados nas diversas operações de apoio a ações do Governo Federal no combate a ilícitos fronteiriços, na redução do nível de criminalidade nos grandes centros urbanos, no atendimento a desastres e nas operações de paz no exterior.

A regularidade do estado de pronto das tropas permite atender as prioridades do planejamento anual de emprego e as demandas emergenciais do Estado e da sociedade.

Situação da logística operacional do Exército:

- Principais realizações no período: alimentação do pessoal do Exército em condições adequadas durante o ano; suprimento e manutenção de fardamento, combustíveis e lubrificantes para todas as unidades do Exército; realização da logística de transporte, subsistência, veterinária e agrícola, para todo o Exército em condições adequadas; operação do sistema de fiscalização de produtos controlados.

- Fatores que dificultaram a execução: ausência da previsão assegurada de recursos; aceleração de programas de formação e qualificação para atender as necessidades de emprego em operações reais; elevação dos custos relacionados às atividades de transporte.
- Previsão de realização para o próximo período: adoção de melhorias e aperfeiçoamentos das práticas conduzidas durante o período de 2012; aprimoramento das práticas de gestão logística do Exército; afirmação do papel relevante da Base de Apoio Logístico do Exército, no Rio de Janeiro-RJ; estruturação do Centro de Operações Logísticas do Exército, em Brasília-DF.
- Arranjos de gestão e pactuações mais relevantes: coordenação com o Estado-Maior do Exército e as Regiões Militares a fim de sincronizar a distribuição, com oportunidade, de suprimentos no âmbito do Exército.
- PÚBLICO beneficiado: todas as unidades do Exército; órgãos municipais, estaduais e federais que contam com apoio das unidades do Exército; comunidades locais que passam a contar com a existência e o apoio de unidades do Exército melhor supridas; e as empresas fornecedoras de fardamento, combustíveis, lubrificantes, serviços de transporte, produtos de subsistência, de veterinária e agrícolas.
- Resultados das entregas: aprimoramento da capacidade operacional das unidades do Exército, destacando a melhora dos índices relacionados ao pronto para atender as prioridades do planejamento anual de emprego e as demandas emergenciais do Estado e da sociedade.

Metas 2012-2015

- Manter a capacidade de prontidão da Força Terrestre**

Análise Situacional da Meta

A meta estipulada para 2012 foi alcançada, com restrições.

Dentre as principais realizações, destaca-se a estruturação do projeto Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER), incluindo a Requisição de Informação (Requests For Information – RFI), para a confecção dos termos de referência, e estimativa de orçamento, para a implantação do Sistema de Coordenação de Operações Terrestres Interagências (SisCOTI).

A ausência da previsão assegurada de recursos e ajustes técnicos devido ao início da implantação do projeto se configuraram como desafios à implementação da meta em 2012.

Também merece destaque a aquisição dos seguintes Produtos de Defesa (PRODE):

- a. 223 (duzentas e vinte e três) viaturas, para a 5ª Região Militar/Divisão de Exército e 15ª Brigada de Infantaria Motorizada (15ª Bda Inf Mtz).
- b. material de campanha individual e coletivo (no Grupo 4 - Investimento), divididos em 20 (vinte) itens distintos (capacete, colote, barracas, megafone, cozinha de campanha, etc), num total de 8.314 (oito mil trezentos e quatorze) unidades, para a 15ª Bda Inf Mtz.
- c. 750 (setecentos e cinquenta) kits de equipamento individual (no Grupo 3 - Custo), compostos por 10 (dez) itens distintos (mochila de média capacidade, colete reflexivo, talher articulado, etc), para a 15ª Bda Inf Mtz.
- d. material de apoio de saúde, divididos em 13 (treze) itens distintos (Conjunto de Primeiros Socorros, Conjunto para Combate ao Choque, Prancha Rígida para Transporte, etc), totalizando 113 (cento e treze) unidades, para a 15ª Bda Inf Mtz.
- e. 404 (quatrocentos e quatro) equipamentos rádios de campanha para a 15ª Bda Inf Mtz.
- f. Módulos de Telemática Operacional (C2 em Cmb), sendo 02 (dois) para Brigada, 05 (cinco) para Batalhão e 05 (cinco) para Companhia, todos para a 15ª Bda Inf Mtz.

- Preparar os Batalhões de Polícia do Exército e Companhias de Guarda para emprego em eventos de grande vulto - Priorizado o Batalhão de Manaus/AM**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: A meta estipulada para 2012 foi atingida.

Descrição das principais realizações: foi finalizada a 1ª fase do planejamento para a implantação de três Batalhões de

Polícia do Exército, nas cidades do Rio de Janeiro-RJ, Manaus-AM e Salvador-BA.

Expectativa para o próximo período: detalhamento do planejamento; início da adaptação das instalações; início da distribuição de material; início do completamento dos efetivos de pessoal.

Desafios de implementação: ausência da previsão assegurada de recursos e ajustes técnicos devido ao início da implantação dos Batalhões.

- **Preparar uma força de valor brigada para atuar em missões de paz ou como força expedicionária - Priorizado um Batalhão**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta: A meta estipulada para 2012 foi parcialmente atingida.

Descrição das principais realizações: aprestamento de dois batalhões para operar em missões de paz.

Expectativa para o próximo período: aprestamento de um batalhão para operar em missões de paz.

Desafios de implementação: ausência da previsão assegurada de recursos; pronto de um comando e uma base logística permanentes.

OBJETIVO: 0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), envidou esforços no sentido de promover, no mais curto prazo possível, a interoperabilidade entre as Forças Armadas no que se refere à Logística e à Mobilização Nacional. Contudo, essa mudança de paradigmas vem ocorrendo de maneira lenta e gradual, em virtude da necessidade de padronização, junto às Forças Armadas, de procedimentos diversos como, por exemplo, a aquisição de materiais de uso comum e de uso militar.

No campo da Mobilização Nacional, em razão da remota experiência brasileira no trato desse assunto, verificou-se a necessidade de realizar estudos de campo no sistema, estrutura, doutrina e articulação da mobilização de outros países. Assim, houve intercâmbio de Mobilização Nacional realizado junto à República Popular da China, em setembro, e o aporte de subsídios à estrutura e à implantação do Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB colaboraram com os trabalhos de atualização da doutrina.

As atividades que mais se destacaram no âmbito da Mobilização Nacional em 2012 foram as seguintes: participação no Planejamento Estratégico, Operacional e Tático da Operação Amazônia, bem como na operação propriamente dita, materializada no adestramento da Mobilização voltada para o transporte de uma subunidade do 17º Batalhão de Infantaria de Selva (homens e embarcações) da Cidade de Tabatinga para a Cidade de Manaus-AM; participação na Operação Atlântico III, materializada no apoio ao adestramento da Mobilização voltada para o acolhimento de evacuados não-combatentes, na Região de Santa Maria/RS; e participação na fase de execução do Exercício de Mobilização do 13º Batalhão de Infantaria Blindada, no Campo de Instrução de Marechal Hermes, em Três Barras-SC, no apoio à convocação de reservistas para mobiliar uma Companhia de Fuzileiros Blindada (efetivo de 160 militares) e à mobilização de recursos logísticos necessários ao deslocamento de viaturas Blindadas tipo M-113.

No campo da Logística, verificou-se a necessidade de se incluir no Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa - SILGD ações relativas à Mobilização Militar, atendendo às sugestões apresentadas por setores da Administração Central do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Armadas. Com a consolidação dos requisitos apresentados, iniciou-se o desenvolvimento físico do novo sistema, que recebeu nova designação: Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa - SIGLMD.

Particularmente no que se refere à utilização de recursos em complemento às carências logísticas das Forças Singulares, quando empregadas em Hipótese de Emprego (HE), busca-se desenvolver o Sistema de Empresas de Interesse da Defesa Nacional (SisEIDN), que tem por objetivo permitir o gerenciamento do cadastro de Empresas de Interesse da Defesa Nacional (EIDN) que possam ser utilizadas pelo esforço de Mobilização Nacional, de modo a possuir os dados necessários à tomada de decisão. A Portaria Normativa nº 1.417/MD, de 31 de maio de 2011, dispõe sobre as Normas do SisEIDN, que, dentre outras atribuições, visa a orientar os trabalhos desenvolvidos no âmbito das Forças Armadas para padronizar os procedimentos de coleta de dados que permitirão ao Ministério da Defesa declarar as empresas ou estabelecimentos de interesse da Defesa Nacional, bem como para a aplicação da Lei do Serviço Militar.

Apesar das dificuldades de ordem orçamentária, o presente Objetivo foi cumprido a contento. Foram priorizadas as atividades consideradas mais viáveis em termos de padronização imediata com as Forças Armadas e à convergência dos esforços junto aos demais Órgãos da Administração Federal e a entes privados de interesse da Logística e da Mobilização voltadas para a Defesa Nacional.

Metas 2012-2015

- Alistar 7.198.400 pessoas para o Serviço Militar Obrigatório**

Análise Situacional da Meta

Com a meta prevista de alistar 7.198.400 jovens do sexo masculino em quatro anos, tem-se como média anual 1.799.600 jovens alistados para o Serviço Militar Obrigatório. No ano de 2012, a meta prevista foi de 1.650.000 jovens alistados, porém, 2.146.231 jovens alistaram-se, atingindo 130% da meta estabelecida. Destes alistados, 600.000 jovens foram submetidos à seleção geral para incorporar 90.000 em 2013. Para o cumprimento desta meta, a LOA de 2012, na Ação 2872, disponibilizou o montante de R\$ 8.154.783,00, distribuídos nas Fontes: 174 (multas); 175 (taxa); e 180 (rendimentos). A arrecadação (financeiro), com base na taxa militar de R\$ 1,38, paga pelo cidadão convocado e dispensado, não tem sido suficiente para atender o crédito disponível na LOA. O alistamento militar ocorre em todo o território nacional, de forma unificada, por intermédio das Juntas de Serviço Militar (JSM), atualmente em número de 5.326 JSM, cujos dados permanecem registrados no Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização (SERMILMOB).

Quantidade alcançada

2.146.231

Data de Referência

30/12/2012

- Concluir a implantação da estrutura de preparo e emprego da mobilização militar, em 2014**

Análise Situacional da Meta

O fortalecimento da capacidade de mobilização militar é vetor de dissuasão nas ações de defesa nacional.

As atividades realizadas em 2012 foram: 1) Elaboração do marco legal da Mobilização Militar - a documentação pertinente à Mobilização Militar foi revista e está em fase de conclusão sem incorrer em custos adicionais; 2) Participação nos planejamentos das hipóteses de emprego da expressão militar do poder nacional; e 3) Atendimento a todos pedidos de cooperação de instrução e de ensino (PCIE).

Quantidade alcançada

0,06

Data de Referência

14/11/2012

- Implantar 24% do sistema nacional de mobilização**

Análise Situacional da Meta

Os produtos em prol da meta foram materializados pelos esforços de entregar à sociedade uma doutrina de mobilização nacional atualizada e uma estrutura organizacional necessária ao adequado funcionamento do SINAMOB.

Após a 9ª Reunião da Secretaria Executiva do Comitê do SINAMOB, realizada em março, o Ministro da Defesa constituiu um Grupo de Trabalho para atualizar a Doutrina Básica de Mobilização Nacional, contando com a participação de representantes dos subsistemas setoriais do SINAMOB e pelas Forças Armadas (FA). Até este momento, já foram realizadas nove reuniões de trabalho.

A remota experiência brasileira no trato com a mobilização vem sinalizando a necessidade de realizar estudos de campo no sistema, estrutura, doutrina e articulação da mobilização de outros países. O intercâmbio de Mobilização Nacional realizado junto à República Popular da China em setembro, além de aportar subsídios à estrutura e à implantação do SINAMOB, colaborou com os trabalhos de atualização da doutrina.

Paralelo às discussões doutrinárias, e com o propósito de fomentar a capacitação de recursos humanos para atuar assessorando os órgãos responsáveis pelo SINAMOB, foram realizados, no mês de maio, uma Discussão Doutrinária de Mobilização Nacional, com a presença das FA e da Escola Superior de Guerra (ESG), e um Painel de Mobilização Nacional voltado especificamente às pastas ministeriais componentes do SINAMOB.

Outro fator de destaque trata-se da participação pioneira, em novembro, de parcela de representantes dos Órgãos de Direção Setorial do SINAMOB, palestrando para o Curso de Logística e Mobilização Nacional da ESG, único curso voltado para o ensino da Mobilização Nacional que prepara civis e militares.

Em que pese o tímido avanço na implantação de Núcleos (ou Escritórios) de Mobilização dos Ministérios componentes do SINAMOB, prosseguiu-se no desenvolvimento do Módulo de Informações Gerenciais de Mobilização Nacional. Este Módulo vem sendo desenvolvido pelo Centro de Análise de Sistemas Navais da Marinha do Brasil, a partir do software que apoia o Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD), visando à economia de meios.

Neste ano, foi dada continuidade ao levantamento e análise dos requisitos iniciais atinentes à Mobilização Nacional, iniciados em 2011, e consolidados no Conceito Operacional do SIGLMD.

A previsão de conclusão do desenvolvimento do SIGLMD está prevista para dezembro de 2014.

Além disso, especificamente em apoio de Tecnologia de Informação e Comunicação à Mobilização Militar, está prevista a aquisição de hardware voltado para a implantação do Núcleo de Mobilização no Estado-Maior do Comando do 6º Distrito Naval (DN), em Ladário/MS.

Assim, diante das realizações supramencionadas e desafios não ultrapassados, foi implantado 1 % do SINAMOB em 2012, não atingindo, portanto a Meta de 4% planejada.

Cumpre destacar que foi necessário ajustar o planejamento anteriormente adotado de implantar 4% do SINAMOB ao ano. Em consequência, planeja-se cumprir a meta de implantar 24% do SINAMOB da seguinte forma:

4% em 2012 e 4% em 2013 (ambos percentuais já adotados), 8% em 2014 e 8% em 2015.

Quanto às dificuldades, desafios financeiros e operacionais impactaram o atendimento da Meta anual de 4% em 2012. Avançar em determinadas tarefas depende, exclusivamente, do próprio subsistema setorial de mobilização, na medida em que ao Órgão Central cabe orientar, supervisionar e conduzir atividades de um sistema com características de conjunto de órgãos atuando de modo ordenado e integrado para planejar e realizar as fases da mobilização e desmobilização nacionais.

Assim, medidas corretivas voltadas para incentivar a criação dos núcleos de Mobilização Nacional e a participação dos subsistemas setoriais de Mobilização junto aos exercícios planejados pelo EMCFA/MD serão apresentadas na 10ª Reunião da Secretaria Executiva do Comitê do SINAMOB.

Para 2013, planeja-se avançar na implantação dos Núcleos do SINAMOB, instalando no prédio do Órgão Central do Sistema, o Ministério da Defesa, uma Sala voltada especificamente para os trabalhos da Secretaria Executiva do Comitê do SINAMOB.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

19/11/2012

• Implantar 70% do Sistema de Informações Gerenciais de Logísticas de Defesa (SIGLD)

Análise Situacional da Meta

O desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa (SIGLD) foi iniciado em 2011, com a reunião de todo o material colhido até então. A partir do 2º semestre de 2011, foi iniciada a elaboração do modelo lógico do Sistema, concebido dentro de um Sistema maior denominado Sistema de Logística de Defesa.

Em outubro de 2011, os documentos produzidos até então foram encaminhados às Forças Armadas para avaliação e envio de sugestões até janeiro de 2012.

Nesse período, a equipe de desenvolvimento incluiu requisitos relativos às atividades de Mobilização Militar e Nacional, sendo considerado, portanto, como software de apoio às atividades do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB). Em consonância com essa modificação, o Sistema passou então a ser designado de Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD).

Todos os requisitos foram levantados e coligidos e, em seguida, os documentos relativos ao modelo lógico do Sistema foram elaborados, contendo as sugestões dos demais Setores do MD e das Forças Armadas.

O documento final contendo o conceito lógico do Sistema foi encaminhado, em 2012, para a equipe de desenvolvimento. Nele foram discriminados os requisitos até então levantados, analisados e já validados, sendo possível o início da fase de codificação do software propriamente dita. As primeiras telas já foram apresentadas e o Sistema terá seus primeiros módulos instalados em 2013. Ele estará pronto para dezembro de 2014.

Essa meta, em que pese estar com sua quantificação baixa, receberá acréscimos significativos ao longo dos anos de 2013 e de 2014, sendo cumprida até 2015.

Quantidade alcançada

0,2

Data de Referência

16/11/2012

• Implantar o sistema de empresas de interesse da defesa nacional

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Empresas de Interesse da Defesa Nacional (SISEIDN) tem por objetivo permitir o gerenciamento do cadastro de Empresas de Interesse da Defesa Nacional (EIDN) que possam ser utilizadas pelo esforço de Mobilização Nacional, de modo a possuir os dados necessários à tomada de decisão, particularmente no que se refere à utilização de recursos em complemento às carencias logísticas da Forças Singulares quando empregadas em Hipótese de Emprego (HE). A Portaria Normativa nº 1.417/MD, de 31 de maio de 2011 dispõe sobre as Normas do SisEIDN que, dentre outras atribuições, visa a orientar os trabalhos desenvolvidos no âmbito das Forças Armadas para padronizar os procedimentos de coleta de dados que servirão ao MD para declarar as empresas ou estabelecimentos de interesse da defesa nacional, bem como para a aplicação da Lei do Serviço Militar.

A Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, estabelece normas especiais para as compras e contratações de produtos e de sistemas de defesa e para desenvolvimento de produtos e sistemas de defesa. Ainda dispõe de regras de incentivo à área estratégica de Defesa. Esta Lei ainda não foi regulamentada e terá impacto direto no cadastro SisEIDN, pois proporcionará um acréscimo substancial de empresas ao banco de dados, em face dos incentivos que poderão ser auferidos pelas mesmas. Esta Lei é conhecida como Lei de Incentivo às Indústrias. As EIDN são o primeiro passo para que o MD possa estabelecer as Empresas Estratégicas de Defesa, cujas normas estão inseridas na regulamentação da Lei 12.598.

Ao longo do ano de 2012, por ocasião do Seminário de Mobilização Militar, foram discutidas e sugeridas alterações nas normas do SisEIDN, as quais estão ainda em fase de estudo no MD.

A operação do sistema carece de maior e melhor qualificação dos usuários em função de rotatividade de pessoal e necessidades de melhoria no sistema.

A integração do sistema com outros sistemas como GEOPR, CATBR e ABIMDE ainda não foi executada. Entretanto, encontra-se em fase de desenvolvimento o sistema SIGLMD que, dentre outras tarefas, fará a integração com os

sistemas de interesse ao cadastramento das EIDN, ampliando o universo de empresas de interesse da defesa nacional. No presente exercício, não foram alocados recursos para implantar o SisEIDN. Todavia, pode-se considerar que o mesmo fora implantado e que ainda carece de aperfeiçoamento. Fato este que vem sendo obtido por meio da Divisão de Tecnologia da Informação (DivTI) do MD.

Para o período 2013 - 2015 verifica-se a necessidade de aporte financeiro anual, até que o SIGLMD esteja com o aplicativo voltado para as EIDN, que possibilite a execução de:

1. cursos de capacitação de pessoal - R\$6.528,00;
2. deslocamentos de pessoal para apresentar e divulgar o sistema junto a Organizações Militares e Federações de Indústrias - R\$ 12.000,00;
3. melhorias de equipamentos de computação - R\$13.800,00; e
4. confecção de material (mídia) para divulgação - R\$6.000,00.

Esta meta deixa de ser quantificável até o presente momento, uma vez que o sistema já foi implantado. Entretanto, há a necessidade de aperfeiçoar, capacitar pessoal, atualizar equipamentos e divulgar o sistema junto a entidades externas ao MD, conforme descrito acima.

• Implantar o Sistema de Tecnologia e Inovação Militar (SisTIM)

Análise Situacional da Meta

O desenvolvimento do SisTIM, com uma concepção mais ampla do que apenas um sistema integrador de informações, englobando, em sua composição, instalações, equipamentos, recursos humanos, informações, procedimentos e ferramentas de Tecnologia da Informação (TI).

No acompanhamento das operações conjuntas, o SisTIM dedicou-se a acompanhar as vídeo conferências diárias das operações conjuntas das Forças Singulares(FS). Durante essas reuniões, foi identificada a necessidade de comparecimento "in loco" nas operações para obtenção de informações sobre carências tecnológicas e soluções apresentadas pelos combatentes.

Nesse sentido, espera-se levantar dados para a evolução do Sistema de Tecnologia e Inovação Militar (SisTIM).

• Integrar o Sistema de Empresas de Interesse da Defesa Nacional com o Sistema Georreferenciado da Presidência da República e com o Catálogo Brasileiro de Itens e Empresas (CATBR)

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Empresas de Interesse da Defesa Nacional (SISEIDN) sofreu ajustes ao longo de 2011, em função de problemas apresentados. Os estudos iniciais concluíram que não é possível ainda a efetivação da integração com Sistema Georreferenciado da Presidência da República(GEO-PR) e com o Catálogo Brasileiro de Itens e Empresas (SISCATBR).

Além disso, serão iniciados em 2013 outros estudos, dessa vez relativos à possibilidade de utilização de plataforma de Arquitetura Orientada a Serviços (SOA), como alternativa de interoperabilidade à integração do SISEIDN com o GEO-Pr e SISCAT-Br, viabilizada no escopo do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD).

Para tal, deverá ser concebida e construída solução de software baseado em SOA, o que demandará recursos financeiros.

• Mapear 100% da infraestrutura logística nacional de interesse da defesa

Análise Situacional da Meta

Não houve evolução do mapeamento em função da necessidade de levantamento prévio dos requisitos do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD), que ocorreu ao longo de 2011-2012.

A implantação do SIGLMD viabilizará o armazenamento e visualização das informações acerca da infraestrutura logística nacional de interesse da Defesa, existindo um módulo específico para esse fim.

Com a previsão de disponibilização dos primeiros módulos do SIGLMD ainda em 2013, os estudos necessários para a definição da metodologia de mapeamento, disponibilização e acesso às informações poderão ser iniciados. Porém, após essas definições, a execução do mapeamento e da inserção de dados no Sistema somente poderá ser executada caso haja recursos financeiros disponíveis para esse fim.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

16/11/2012

• Realizar 12 exercícios de mobilização para a defesa nacional

Análise Situacional da Meta

Os produtos em prol da Meta foram materializados pelos esforços de entregar à sociedade uma estrutura de Defesa Nacional que contribua com o Objetivo Nacional de Defesa de desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional. Para tal, tornou-se, inicialmente, necessário fomentar a capacitação de recursos humanos para atuar nos planejamento e execução das ações estratégicas, no campo da Defesa Nacional, em particular àquelas voltadas para os exercícios de Mobilização para a Defesa Nacional.

Assim, foram realizadas palestras nas Escolas de Aperfeiçoamento e de Altos Estudos Militares para os seguintes cursos: Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, Curso de Política e Estratégia Marítima, Curso de Política e Estratégia Aeroespacial, Curso de Comando e Estado-Maior do Exército, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica, Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, Curso de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. Destaca-se, também, a participação do Órgão Central do SINAMOB no IV Seminário de Mobilização Militar em julho.

Os Exercícios de Mobilização para a Defesa Nacional vêm ocorrendo, em razão da economia de meios, apoiando produtos específicos com o viés de Mobilização Nacional, seja no contexto das operações conjuntas coordenadas pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), seja no contexto dos exercícios de mobilização coordenados pelas Forças.

Cada exercício será considerado para fins de avaliação do cumprimento de metas, caso sejam executadas as fases de planejamento e de execução do exercício, contemplando atividades específicas de Mobilização Nacional, sempre precedido da capacitação de recursos humanos.

Na fase de planejamento, contemplam-se as seguintes atividades: Planejamento Estratégico; Planejamento Operacional e Planejamento Tático.

A fase de execução da operação é precedida por duas Reuniões de Planejamento e Adestramento (RPA), culminando com a execução da operação realizada com meios reais. A capacitação de recursos humanos para atuar no planejamento e na execução dos exercícios de Mobilização para a Defesa Nacional deve estar sempre presente.

Quanto à avaliação do cumprimento das Metas no ano de 2012, diante dos desafios não ultrapassados, considera-se realizado 01 Exercício, inserido na Operação Amazônia (coordenada pelo EMCFA).

No contexto da Operação Atlântico (coordenada pelo EMCFA) e do exercício de Mobilização do 13º Batalhão de Infantaria Blindada (coordenado pela Força Terrestre), as atividades de Mobilização Nacional voltadas para a Defesa Nacional foram parcialmente apoiadas pela Ação 4427, deixando de ser computadas integralmente como Exercícios de Mobilização para a Defesa Nacional.

Planeja-se cumprir a Meta de realizar 12 (doze) Exercícios de Mobilização para a Defesa Nacional, diante da sistemática do PPA 2012-2015 - Plano Mais Brasil, da seguinte forma: realizar 03 (três) Exercícios de Mobilização para a Defesa Nacional por ano. Por conseguinte, a Meta atribuída para 2012 não foi atingida.

Comparando-se a solicitação inicial de crédito apresentada na Pré-proposta orçamentária elaborada em 2011 com os limites autorizados para movimentação, empenho e pagamento direcionados à consecução da Meta, conclui-se que foram empregados efetivamente 51% do total de crédito solicitado, o que possibilitou realizar na plenitude 01 (um) Exercício de Mobilização para a Defesa Nacional em 2012 com participação do viés Mobilização Nacional.

As seguintes atividades foram realizadas em 2012:

- participação nos Planejamento Estratégico, Operacional e Tático da Operação Amazônia, bem como das 1^a e 2^a RPA e na operação realizada com meios reais, materializado no adestramento da Mobilização voltada para o transporte de uma subunidade do 17º Batalhão de Infantaria de Selva (homens e embarcações) da Cidade de Tabatinga para a Cidade de Manaus-AM;
- participação na Operação Atlântico III, nas 1^a RPA e 2^a RPA, e na operação realizada com meios reais, materializado no apoio ao adestramento da mobilização voltada para o acolhimento de evacuados não-combatentes, na Região de Santa Maria/RS; e
- participação na fase de execução do Exercício de Mobilização do 13º Batalhão de Infantaria Blindada, no Campo de Instrução de Marechal Hermes, em Três Barras-SC, no apoio à convocação de reservistas para mobiliar uma Companhia de Fuzileiros Blindado (efetivo de 160 militares) e à mobilização de recursos logísticos necessários ao deslocamento de viaturas Blindadas tipo M-113.

Para o próximo ano, planeja-se avançar na Fase de Preparo da Mobilização Nacional com a participação de representantes dos Órgãos de Direção Setorial do SINAMOB no Planejamento do Exercício de Apoio Logístico com Meios Existentes, coordenado pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, com a apresentação dos Planos de Mobilização das FA.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

19/11/2012

- **Realizar, a cada biênio, pelo menos um exercício logístico sobre o emprego das Forças Armadas em casos de desastres**

Análise Situacional da Meta

Com base nas informações coletadas durante a Operação Ágata-6, onde foram vinculadas situações de atuação das Forças em Desastres Naturais, foram elaborados os planejamentos dos exercícios de 2013.

Um dos eixos do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, aprovado pela Presidência da República em julho/2012 é o chamado “Eixo Resposta”, no qual se insere a atuação das Forças Armadas em Defesa Civil.

Neste eixo de resposta, além da aquisição de equipamentos pelas Forças, cabem a capacitação e treinamento de pessoal dos diversos Ministérios e Agências de governo envolvidas.

Para o ano de 2013, está prevista a realização de um exercício/treinamento na região serrana do Rio de Janeiro, além da inserção de treinamentos em ações de Defesa Civil nas Operações Ágata.

Os resultados esperados são, basicamente, a capacitação de novos militares e uma resposta mais eficiente das Forças Armadas, quando de seu acompanhamento em apoio aos desastres naturais.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/11/2012

- **Realizar quatro exercícios conjuntos de mobilização de recursos logísticos e de recursos humanos**

Análise Situacional da Meta

A meta está imbricada com a meta “Realizar 12 Exercícios de Mobilização para a Defesa Nacional”.

Isto posto, as informações necessárias para o seu monitoramento temático constam dos campos preenchidos para a referida meta.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

19/11/2012

OBJETIVO: 0552 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica do Exército, visando à ampliação da capacidade de defesa terrestre.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No presente exercício, teve continuidade a implantação do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército (SCTEx); inserido no Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (C&T), com prioridade de obtenção de meios modernos e eficazes para a Defesa Nacional, bem como o fortalecimento de Base Industrial de Defesa.

Em relação à implantação e modernização dos sistemas de comunicações, de guerra eletrônica e de comando e controle, as principais realizações em 2012 foram: a contratação de serviço de atualização, suporte técnico e treinamento de software que realiza análise de segurança de código fonte de sistemas e a contratação de seminário de revisão para certificação CISSP (Certified Information Systems Security Professional) e certificação CISSP para 16 (dezesseis) militares; manutenções corretivas e adaptativas nos sistemas corporativos do Exército; continuidade no desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão (SIG); manutenção da base corporativa de dados do Exército e correção de problemas relativos à integridade dos dados; desenvolvimento de documentos para uma melhor governança de TI, a saber: Instruções Gerais (IG) para regular o ciclo de vida de software no Exército e Normas Técnicas para Desenvolvimento de Software; e realização de capacitação do pessoal para o aperfeiçoamento dos recursos humanos do Centro. Aquisições de diversos equipamentos de comunicações para prosseguir com o planejamento para reaparelhar as unidades do Exército.

Para 2013 estão previstos: o prosseguimento do reaparelhamento do Exército quanto a equipamentos de comunicações e guerra eletrônica; intensificação da manutenção evolutiva dos sistemas corporativos, principalmente dos Sistemas de Gestão Arquivística e Documental do Exército (SIGADEx), Sistema de Material do Exército (SIMATEx) e Sistema Integrado de Gestão (SIG); aperfeiçoamento da base Corporativa de Dados, garantindo maior qualidade aos dados armazenados; e definição e aperfeiçoamento dos processos do ciclo de vida do software, para que o Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS) possa alcançar níveis mais altos de maturidade no desenvolvimento, manutenção e contratação de software.

A coordenação dos esforços é centralizada no Estado-Maior do Exército e no Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CCOMGEX).

A implantação e modernização dos sistemas de comunicações beneficia todas as unidades do Exército; órgãos municipais, estaduais e federais que contam com apoio das unidades do Exército, com destaque para o apoio de guerra eletrônica nas operações mais sensíveis; comunidades locais que passam a contar com a existência e o apoio de unidades do Exército com meios de comunicações mais efetivos; e as empresas fornecedoras de equipamentos e serviços de comunicações e TI. Como resultado, espera-se o aprimoramento da capacidade operacional das unidades do Exército, destacando a melhora dos índices relacionados ao pronto para atender as prioridades do planejamento anual de emprego e as demandas emergenciais do Estado e da sociedade.

Em relação à pesquisa e desenvolvimento de sistemas, equipamentos e materiais de uso de defesa e civil, as principais realizações em 2012 foram: programas de graduação e pós-graduação no Instituto Militar de Engenharia (IME); desenvolvimento de diversos projetos, pelo Centro Tecnológico do Exército, que impulsionaram a Base Industrial de Defesa (BID), permitindo a aquisição de Produtos de Defesa (PRODE) com tecnologia nacional e moderna a um custo competitivo, inclusive com PRODE fabricados e/ou revitalizados pelos Arsenais de Guerra do Exército; atividades de avaliação de PRODE; atividades de cartografia, mapeamento e demarcação de áreas pelo Exército.

A ausência de previsão assegurada de recursos dificultou o atendimento integral das necessidades de aquisição e manutenção de máquinas e equipamentos voltados para fabricação de PRODE.

Para 2013, está previsto o prosseguimento dos programas de graduação e pós-graduação no IME; início do processo de

implantação do Polo de Ciência e Tecnologia de Guaratiba (PCTEG); incremento da quantidade e do portfólio de PRODE fabricados pelo Exército; prosseguimento das atividades de avaliação de PRODE; prosseguimento das atividades de cartografia, mapeamento e demarcação de áreas pelo Exército.

A coordenação dos esforços é centralizada no Estado-Maior do Exército e no Departamento de Ciência e Tecnologia do Comando do Exército (DCT).

A pesquisa e desenvolvimento beneficia a sociedade brasileira por contar com maior efetivo de engenheiros de alta qualificação; todas as unidades do Exército; órgãos municipais, estaduais e federais que contam com apoio do sistema de ciência e tecnologia do Exército, com destaque para o apoio de cartografia; comunidades locais que passam a contar com a existência e o apoio de unidades do Exército com meios tecnológicos mais efetivos; centros de pesquisa e desenvolvimento que estabeleceram parcerias com o Exército; e as empresas fornecedoras de equipamentos e serviços de apoio ao sistema de ciência e tecnologia do Exército. Como resultado, há o aprimoramento da capacidade nacional no campo da ciência e tecnologia, principalmente pela capacitação de engenheiros; aprimoramento da capacidade operacional das unidades do Exército, destacando a melhora dos índices relacionados ao pronto para atender as prioridades do planejamento anual de emprego e as demandas emergenciais do Estado e da sociedade.

Metas 2012-2015

- Adequar os arsenais de guerra para produção, nacionalização, aperfeiçoamento, modernização e recuperação de material de emprego militar - Priorizado o Arsenal de Guerra de São Paulo**

Análise Situacional da Meta

A meta estipulada para 2012 foi parcialmente atingida. Ocorreu a manutenção e o investimento em máquinas, equipamentos e instalações voltados para fabricação de Produtos de Defesa (PRODE), reduzindo a defasagem tecnológica existente nos Arsenais de Guerra.

Essas realizações possibilitaram elevar o nível de emprego operacional existente, devido a produção de diversos itens de PRODE, e a manutenção do capital intelectual dentro das unidades fabris do Exército Brasileiro. Para 2013, espera-se continuar a revitalização dos Arsenais de Guerra e o aumento da produção dos Produtos de Defesa considerados estratégicos para o Exército Brasileiro.

- Desenvolver 30% do sistema de comando e controle do Exército**

Análise Situacional da Meta

A meta estipulada para 2012 foi atingida. Foi realizado em 2012 o prosseguimento da implantação dos sistemas de comando e controle nos principais comandos operacionais do Exército; contratação de serviço de atualização, suporte técnico e treinamento de software que realiza análise de segurança de código fonte de sistemas; seminário de revisão para certificação CISSP (Certified Information Systems Security Professional); e certificação CISSP para 16 (dezesseis) militares.

Para 2013, espera-se completar a implantação dos sistemas de comando e controle nos principais comandos operacionais do Exército e ampliar a implantação dos sistemas de comando e controle para as demais unidades do Exército.

Constituem-se em desafios de implementação: a complexidade dos processos de contratação; ausência da previsão assegurada de recursos e ajustes técnicos devido ao prosseguimento da implantação dos sistemas de comando e controle pelas diversas unidades do Exército.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2012

- Implantar o Instituto Tecnológico do Exército em Campinas**

Análise Situacional da Meta

Uma revisão do planejamento interno da força indicou não ser indicado executar esta meta em 2012.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, foram destinados recursos para a Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE) para assessorar, na sua área de competência, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) nos temas voltados para a política, a estratégia, os assuntos internacionais e a inteligência estratégica, propondo diretrizes e coordenando o acompanhamento desses temas no âmbito do Ministério da Defesa e das Forças Armadas.

Nesse contexto, o emprego de recursos contribuiu para o fortalecimento da atuação externa do País no campo da Defesa, especialmente no entorno estratégico no qual o Brasil se insere, que inclui a América do Sul e os países lindeiros da África, onde a cooperação em Defesa assume as formas bilateral e multilateral.

Por sua vez, a CAE coordenou os trabalhos para a atualização da Estratégia Nacional de Defesa (END) e da Política Nacional de Defesa. Esse novo documento, que baliza as ações governamentais para a manutenção da soberania brasileira e a proteção dos recursos, caracteriza-se por apresentar a postura brasileira frente aos inúmeros desafios, merecendo destaque o fomento à indústria nacional e o relacionamento com os demais estados e governos.

Com respeito ao aperfeiçoamento do Sistema de Inteligência de Defesa (Iniciativa 0240), merecem destaque as seguintes atividades desenvolvidas em 2012:

- Participação de representantes da CAE no XV Congresso Sul-Americano de Inteligência Estratégica (XV CSIE), realizado em Medellín, Colômbia, no período de 13 a 17 de agosto de 2012, com a participação de delegações da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos, Peru, Paraguai e Uruguai, além de representantes do México que compareceram como convidados. O CSIE é um mecanismo permanente de cooperação e confiança mútua para o intercâmbio de informações, integrado por organismos de inteligência dos países que representam, com a autorização dos respectivos governos; e
- Planejamento e execução do V Fórum de Inteligência e Segurança Hemisférica (V FISH), ocorrido em Brasília, no período de 9 a 15 de dezembro de 2012, com a participação de 35 delegações de países das Américas do Norte, do Sul e Central, do Caribe, da Europa e da África. O propósito deste Fórum é fortalecer a cooperação na área de Inteligência Estratégica e contribuir para o estreitamento das relações entre os países participantes.

No tocante aos compromissos com organismos internacionais nas áreas militar e de Defesa (Iniciativa 0243), ressalta-se a manutenção de representações e missões militares no exterior, tais como a Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, EUA, e o Escritório do Conselheiro Militar da Representação do Brasil junto à Conferência do Desarmamento, em Genebra, Suíça, além da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa, em Washington, EUA.

No intuito de fortalecer parcerias regionais, ocorreram diversas reuniões multilaterais, envolvendo nações com as quais o Brasil possui estreito relacionamento, como, por exemplo, a X Conferência de Ministros de Defesa das Américas e reuniões promovidas pelo Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) em 2012, destacando-se a participação protagonista brasileira nesse fórum.

Nesse sentido, foram desenvolvidas, em cooperação com os países sul-americanos, ações nos setores de políticas de defesa, cooperação militar, ações humanitárias, formação e capacitação de pessoal, dentre outras, tendo sempre como balizador o respeito às particularidades de cada nação.

Adicionalmente, cumpre destacar a realização, pela primeira vez, e com sucesso, do Curso Avançado de Defesa Sul-

Americano (CAD-SUL) no âmbito da Iniciativa 0249, sob a coordenação brasileira, com a expressiva participação de representantes de 11 dos 12 países da América do Sul, o qual contribuiu, juntamente com outras atividades desenvolvidas pelo Conselho, para o desenvolvimento de um pensamento sul-americano sobre Defesa e a consolidação de uma identidade sul-americana.

Igualmente, cabe mencionar o outro lado do entorno estratégico brasileiro, qual seja, a África Ocidental, cujas oportunidades vislumbradas de cooperação e parcerias regionais motivaram uma visita à sede do Comando dos EUA para a África (USAFRICOM), no intuito de se conhecer as atividades desenvolvidas pelo Governo norte-americano no continente africano.

Além disso, a CAE apoiou a ida do Adido de Defesa do Brasil na África do Sul à Tanzânia e às Ilhas Seicheles, como forma de estreitar os laços com aqueles países e, especialmente, realizar uma avaliação inicial das condições de segurança marítima em pontos estratégicos da orla africana.

Quanto à cooperação internacional na área de Defesa (Iniciativa 0248), foi dada ênfase à cooperação bilateral, devendo ser mencionada a doação de quatro helicópteros UH-1H do Brasil para a Bolívia, devidamente autorizada pelo Congresso Nacional, e a iniciativa de se apoiar a realização de estágio de engenheiros militares moçambicanos no Exército Brasileiro, com recursos da própria CAE.

Com respeito à participação nos foros internacionais que tratam de temas relacionados à área militar e de Defesa (Iniciativa 024G), além das atividades constantes do Plano de Ação 2011-2012 do já mencionado Conselho de Defesa Sul-Americano, cabe ressaltar a participação nas reuniões do Centro de Estudos Estratégicos, do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD) e dos Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), todos no contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Merce destaque, ainda, a realização de reuniões bilaterais, ao longo de 2012, com países com os quais o Brasil busca ou é solicitado a possuir um estreito relacionamento (Iniciativa 024O), tais como Argentina, Bolívia, Chile, Emirados Árabes Unidos, Espanha, EUA, França, Peru, Reino Unido e Turquia, visando ao estabelecimento de parcerias com as suas Forças Armadas.

Apesar das dificuldades iniciais de ordem orçamentária, decorrentes de limites para a realização de gastos com diárias e passagens, avalia-se que o presente Objetivo foi cumprido a contento, em função dos arranjos de gestão levados a efeito, tais como, o estabelecimento de prioridades para a realização de reuniões bilaterais no exterior, o incremento da realização de eventos no País e a postergação de alguns eventos para o 2º semestre de 2012.

Para 2013, espera-se ampliar a pauta de cooperação em Defesa e explorar parcerias inovadoras, conforme as exigências estratégicas impostas pela nova posição do Brasil no mundo.

Diante da Análise Situacional do Objetivo 0554, verifica-se que as ações empreendidas ao longo de 2012 foram pautadas na atual projeção regional, hemisférica e global do Estado brasileiro, visando ao fortalecimento da sua projeção entre os países do espectro de interesse em todos os níveis da Defesa, exercida de forma sempre respeitosa.

Metas 2012-2015

• Fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional, por intermédio da cooperação na área de Defesa

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o Ministério da Defesa, por intermédio de representantes da Chefia de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, promoveu a cooperação em matéria de Defesa por meio de intercâmbio de conhecimentos com integrantes de Forças Armadas estrangeiras, de modo a que permitisse maior aproximação e integração com esses países no nível político-estratégico, assim como fomentasse a confiança mútua.

Nesse contexto, e visando a contribuir com uma atuação mais efetiva do Brasil em questões internacionais, destaca-se a participação nas seguintes atividades:

- Reunião do Conselho Consultivo do Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, realizada em Moçambique;
- Seminário de Combate a Ilícitos Transnacionais, realizado nos Estados Unidos da América;

- Curso de Estratégia e Política de Defesa do Centro de Estudos de Defesa Hemisférica, realizado nos Estados Unidos da América;
- V Reunião do Grupo de Trabalho encarregado de formular o Protocolo de Paz, Segurança e Cooperação da UNASUR, realizada na Venezuela;
- Reunião referente à iniciativa 1.f do Plano de Ação 2012 do Conselho de Defesa Sul-Americano: “Conformar um Grupo de Trabalho para avaliar a factibilidade de estabelecer políticas e mecanismos regionais para fazer frente às ameaças cibernéticas ou informáticas no âmbito da defesa”, realizada no Peru;
- Reunião referente à iniciativa 1.i do Plano de Ação 2012 do Conselho de Defesa Sul-Americano: “Regulamentar o Estatuto do Conselho de Defesa Sul-americano, tomando em conta o Regulamento Geral da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)”, realizada no Paraguai;
- Seminário “Ação Externa no Âmbito da Defesa”, realizado em Portugal;
- 22ª Reunião dos Estados-Parte da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), realizada nos Estados Unidos da América;
- Visita Exploratória de Cooperação Militar, na República Tcheca e na Sérvia;
- Seminário Internacional “Implementação da Perspectiva do Gênero em Operações de Paz”, no Centro Argentino de Entrenamiento Conjunto para Operaciones de Mantenimiento de La Paz (CAECOPAZ), realizado na Argentina;
- IV Conferência de Defesa Sul-Americana 2012, realizada na Colômbia;
- Visita da Delegação da África do Sul às Indústrias de Defesa situadas na cidade do Rio de Janeiro;
- XV Congresso Sul-Americano de Inteligência Estratégica (CSIE), realizado na Colômbia;
- II Reunião Presencial do Projeto de Avião EPB UNARSUR I, realizada na Argentina;
- Visita às Organizações da Base Industrial de Defesa com os Adidos de Defesa acreditados no Brasil;
- Reunião de Alto Nível dos Estados-Membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul - ZOPACAS, realizada nos Estados Unidos da América;
- Visita da comitiva do Ministério da Defesa ao Estado Plurinacional da Bolívia, para a entrega de dois helicópteros UH-1H, de um total de quatro aeronaves doadas pelo Brasil à Bolívia;
- Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (CAD-Sul), realizado pela Escola Superior de Guerra (ESG), com 30 estagiários da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela;
- Reuniões do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), realizadas na Alemanha;
- Reunião da iniciativa 1.b do Plano de Ação 2012 do Conselho de Defesa Sul-Americano: “Realizar uma Oficina para avaliar e identificar as temáticas e linhas de pesquisa do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED) que mais adequadamente respondam aos interesses comuns”, realizada na Colômbia;
- Reunião da iniciativa 1.g do Plano de Ação 2012 do Conselho de Defesa Sul-Americano: “Realizar o terceiro Seminário para avançar na identificação dos fatores de risco e ameaças que possam afetar a paz regional e mundial, bem como a definição de enfoques conceituais”, realizada na Venezuela; e
- Seminário de Incorporação da Mulher nas Atividades de Defesa, em complemento a Atividade 1.g do Plano de Ação 2012 do Conselho de Defesa Sul-Americano, realizado na Venezuela.

As atividades desenvolvidas ao longo do ano priorizaram a estratégia de cooperação, sobretudo na América do Sul, por medidas e iniciativas de apoio ao fortalecimento do Conselho de Defesa Sul-Americano.

Igualmente, a participação do Ministério da Defesa em reuniões de organismos internacionais buscou zelar pelos interesses nacionais, assim como apoiar o MRE no posicionamento do Governo brasileiro durante as Sessões.

Apesar das dificuldades iniciais de ordem orçamentária, decorrentes de limites para a realização de gastos com diárias e passagens, a presente Meta foi cumprida a contento. Para 2013, espera-se um grau de participação maior nos trabalhos do Plano de Ação do CDS, caso haja disponibilidade de recursos.

• **Realizar 32 reuniões bilaterais com as Forças Armadas estrangeiras**

Análise Situacional da Meta

No presente exercício, o Ministério da Defesa, com o intuito de incrementar parcerias e a cooperação na área de

Defesa, de modo a permitir o fortalecimento da imagem do País no cenário internacional, promoveu, por intermédio da Chefia de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, 10 reuniões bilaterais com países inseridos no entorno estratégico ou do espectro de interesse do Brasil.

Nesse contexto, merece destaque a realização dos seguintes eventos no âmbito desta Meta:

- II Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa entre o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Brasil e das Forças Armadas da Bolívia;
- XI Reunião Bilateral entre o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Brasil e o Estado-Maior das Forças Armadas da França; e VII Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil – França;
- XIII Reunião de Consultas entre os Estados-Maiores Conjuntos das Forças Armadas do Brasil e da Argentina; e VII Reunião do Grupo de Trabalho de Conjunto Brasil – Argentina;
- II Reunião da Comissão Mista entre as Forças Armadas do Brasil e da Espanha;
- XVII Reunião de Conversações entre o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Brasil e o Comando Conjunto das Forças Armadas do Peru;
- VI Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa Brasil – Chile;
- I Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil – Turquia;
- VI Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa Brasil – EUA; e XXX Reunião de Consultas entre Estados-Maiores Conjuntos das Forças Armadas do Brasil e dos EUA;
- IV Reunião de Diálogo Estratégico entre o Brasil e o Reino Unido; e
- II Reunião da Comissão Mista Brasil – Emirados Árabes Unidos.

Além disso, representantes da Chefia de Assuntos Estratégicos estiveram presentes nos seguintes eventos:

- II Reunião de Diálogo Político-Militar entre o Brasil e os Estados Unidos da América;
- XXV e XXVI Reuniões Plenárias do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD) da CPLP;
- II Reunião do Mecanismo de Diálogo Político-Estratégico em Nível de Vice Ministros Brasil – Argentina;
- Reunião com Ministros da Defesa, da Justiça e do Interior de Nações Sul-Americanas;
- VI Reunião Ordinária da Instância Executiva do CDS e de Ministros da Defesa;
- Reunião com o Comando dos EUA para a África (USAFRICOM);
- X Conferência de Ministros de Defesa das Américas (X CMDA);
- XIV Reunião dos Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) da CPLP (Dili – Timor Leste);
- Reunião do Mecanismo Diálogo de Integração Estratégica Brasil – Argentina;
- Reunião ministerial durante a visita oficial à Guiana; e
- Reunião ministerial durante a visita oficial ao Suriname.

Adicionalmente, e com o propósito de ampliar a cooperação e identificar possibilidades de desenvolvimento de projetos e de ações conjuntas no setor de Defesa, foram realizadas reuniões bilaterais com os seguintes Ministros da Defesa em visita ao Brasil: Argentina; Cabo Verde; Estados Unidos; França; Indonésia; Itália; Namíbia; Peru; Portugal; Suécia; e Turquia.

Para 2013, espera-se realizar os eventos que foram cancelados ou postergados em 2012, bem como dar prosseguimento aos Diálogos Político-Estratégico no âmbito da Defesa e às reuniões bilaterais e multilaterais programadas, com uma representatividade compatível com a postura político-estratégica do Brasil, especialmente em determinados fóruns, tais como o Conselho de Defesa Sul-Americano e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, dentre outros.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

28/11/2012

OBJETIVO: 0971 - Adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012, os recursos creditícios e financeiros permitiram dar continuidade às obras em andamento no âmbito do Comando da Aeronáutica.

Neste sentido, houve a conclusão da construção de um prédio com 24 (vinte e quatro) apartamentos para Oficiais (fase 1) na Vila do Aleixo em Manaus-AM e de dois blocos com 12 (doze) apartamentos cada para Suboficiais e Sargentos em Belém-PA.

Também foi possível dar continuidade à construção de 60 (sessenta) apartamentos para Suboficiais e Sargentos e 36 (trinta e seis) apartamentos para Oficiais em Porto Velho-RO.

Com os recursos descentralizados, também foi possível dar continuidade às obras de adequação de instalações militares como a adequação das instalações do Quarto Comando Aéreo Regional, em São Paulo-SP, a recuperação das instalações elétricas dos prédios sede e anexo do Comando da Aeronáutica, em Brasília-DF, da construção do Centro Militar de Convenções e Hospedagem da Aeronáutica em Salvador-BA e da recuperação do pátio de estacionamento e impermeabilização da laje do Grupo de Apoio de Brasília, situado no subsolo dos prédios do Comando da Aeronáutica em Brasília-DF.

Também foi possível finalizar a construção da nova Divisão Odontológica do Hospital de Aeronáutica de Canoas-RS, da adequação das edificações das Seções de Oficinas e de Suprimento de Equipamentos de Sobrevivência, Segurança e Resgate do Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa-MG e da adequação do Refeitório do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, em São José dos Campos-SP.

Também foi dado continuidade à construção de 10 blocos de 6 apartamentos cada para Suboficiais e Sargentos em Natal – RN.

Como se verificou, nesta Análise Situacional, por meio das ações decorrentes do Objetivo 0971, buscou-se adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira.

Neste sentido, foi possível dar continuidade na recuperação e modernização das instalações militares, no âmbito da Força Aérea Brasileira, contra as intempéries decorrentes das condições climáticas e do tempo de utilização desses bens imóveis; na construção de Próprios Nacionais Residenciais (PNR), a fim de suprir a demanda reprimida por imóvel residencial ao pessoal militar movimentado para as organizações localizadas nas Regiões Norte e Nordeste do País; bem como no desenvolvimento e implantação de sistemas institucionais e a respectiva manutenção da infraestrutura física e lógica existente.

Para o ano de 2013 está prevista a continuidade da construção de 60 apartamentos para graduados e 36 apartamentos para oficiais em Porto Velho-RO. Também na área do COMAR VII (Amazônia Ocidental), terão prosseguimento as obras de construção de quatro prédios residenciais para graduados na Vila Militar de Ajuricaba, em Manaus.

Também deu-se continuidade à construção do novo Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), em Lagoa Santa - MG, cujo atual estágio da obra encontra-se com um avanço físico de 52%.

Por fim, algumas dificuldades financeiras impediram a expansão do referido Objetivo. Para 2013, pretende-se dar continuidade aos empreendimentos supracitados, como a construção do novo CIAAR, além da adequação de instalações militares relacionadas às iniciativas deste Objetivo.

Metas 2012-2015

• Construir 530 Próprios Nacionais Residenciais

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, os recursos creditícios e financeiros permitiram avançar na meta de construção de Próprios Nacionais Residenciais, com os quais foi possível finalizar a construção de um prédio com 24 (vinte e quatro) apartamentos para Oficiais (fase 1) na Vila do Aleixo em Manaus-AM e de dois blocos com 12 (doze) apartamentos cada para Suboficiais

e Sargentos em Belém-PA.

Também foi possível dar continuidade à construção de 60 (sessenta) apartamentos para Suboficiais e Sargentos e 36 (trinta e seis) apartamentos para Oficiais em Porto Velho-RO.

Também em andamento estão a construção de 10 blocos de 6 apartamentos cada para Suboficiais e Sargentos em Natal-RN e de 3 blocos de 24 apartamentos cada em Brasília-DF.

Para o ano de 2013 está prevista a continuidade da construção de 60 apartamentos para graduados e 36 apartamentos para oficiais em Porto Velho-RO. Também na área do COMAR VII (Amazônia Ocidental), terão prosseguimento as obras de construção de quatro prédios residenciais para graduados na Vila Militar de Ajuricaba, em Manaus.

Quantidade alcançada

48

Data de Referência

28/09/2012

• Construir 5 instalações militares

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, os recursos creditícios e financeiros permitiram dar continuidade às obras de adequação de instalações militares como a adequação das instalações do Quarto Comando Aéreo Regional, em São Paulo-SP, a recuperação das instalações elétricas dos prédios sede e anexo do Comando da Aeronáutica, em Brasília-DF, da construção do Centro Militar de Convenções e Hospedagem da Aeronáutica em Salvador-BA e da recuperação do pátio de estacionamento e impermeabilização da laje do Grupo de Apoio de Brasília, situado no subsolo dos prédios do Comando da Aeronáutica em Brasília-DF.

Também foi possível finalizar a construção da nova Divisão Odontológica do Hospital de Aeronáutica de Canoas-RS, da adequação das edificações das Seções de Oficinas e de Suprimento de Equipamentos de Sobrevivência, Segurança e Resgate do Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa-MG e da adequação do Refeitório do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, em São José dos Campos-SP.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

21/09/2012

• Implantar Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica em Lagoa Santa-MG

Análise Situacional da Meta

A condução do contrato relativo à construção do novo CIAAR, em Lagoa Santa-MG, foi assumido pela CISCEA em 13 de agosto de 2012.

O atual estágio da obra encontra-se com um avanço físico de 52%.

Para o ano de 2013, está sendo projetado um avanço físico da ordem de 35%, o que irá totalizar 87% do trabalho a ser realizado.

Planeja-se ter a sua conclusão em meados de 2014.

• Implantar novo Centro de Instrução e Adequação da Academia da Força Aérea em Pirassununga - SP

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 não foram previstos recursos orçamentários para implantação do referido Centro.

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN)	%	31/12/2010	27,6	31/12/2012	23
Número de imagens de satélites distribuídas anualmente	unidade	31/12/2010	397.359	31/12/2012	360.582
Posição no Índice de Competitividade Espacial (SCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	10	02/08/2012	11

Observações:

Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN) - Dado referente a 2012.

Número de imagens de satélites distribuídas anualmente - Houve uma redução da ordem de 10% em relação à base de 2010, visto que o satélite sino-brasileiro CBERS 2B e o norte-americano LANDSAT-5 deixaram de operar. O CBERS-2B será substituído pelo CBERS-3 em 2013.

OBJETIVO: 0397 - Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A conquista da capacidade de acesso ao espaço, de forma autônoma, é uma das prioridades estratégicas da política espacial.

Por envolver tecnologias altamente sensíveis, o setor aeroespacial sofre constantes embargos internacionais, o que dificulta o desenvolvimento de suas atividades. Essa dificuldade, aliada a outras de ordem institucional, levaram à necessidade de reprogramação dos voos XVT-01 (VSISNAV), XVT-02 e VLS-01 V04, todos relacionados ao desenvolvimento do Véículo Lançador de Satélites brasileiro (VLS-1).

Como importante realização em 2012, cabe destacar a Operação Salina, que marcou o reinício das atividades relacionadas ao VLS-1 no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). O objetivo da Operação foi realizar o transporte, a preparação e integração mecânica de um mock-up estrutural inerte do VLS-1 – estrutura real do veículo sem combustível a bordo – e ensaios e simulações para verificação da integração física, elétrica e lógica da Torre e dos meios de solo do CLA, associados à preparação para voo do VLS-1. Esta operação faz parte dos preparativos para o voo XVT-01 (VSISNAV), reprogramado para 2014. O sucesso desse voo viabilizará o lançamento do XVT-02, passo fundamental para a qualificação do VLS.

Cabe destacar também a elaboração e conclusão da "Requirements Compliance Matrix" (RCM), aprovada pela Agência Espacial Brasileira (AEB), que compreende todas as tarefas a serem executadas a fim de que possam ser emitidas as licenças e certificações necessárias à operação do sítio do Cyclone-4, em implantação dentro da área do CLA, bem como do foguete Cyclone-4. Com a apresentação pela empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS) dos métodos de cumprimento dos requisitos da RCM, esperada para 2013, será possível avançar os trabalhos de concessão das certificações necessárias.

Metas 2012-2015

- Certificar o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e o Sítio do Cyclone-4 para Operação até 2012

Análise Situacional da Meta

As principais realizações em 2012 com vistas à certificação para operação do Sítio do Cyclone-4 foram a aprovação

pela AEB do documento "Requirements Compliance Matrix" (RCM), que compreende todas as tarefas a serem executadas a fim de emitir as licenças e certificações necessárias à operação do Sítio, conforme preconizado nos Manuais de Segurança da AEB, e a criação de Grupo de Trabalho para tratar dos assuntos de segurança de operação do Sítio do Cyclone-4 e assessorar na elaboração dos documentos relacionados com a obtenção de licenças propriamente ditas necessárias para seu funcionamento.

Em relação à certificação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), tendo em vista que o Centro encontra-se em situação operacional, ou seja, com sistemas técnicos em funcionamento e acompanhados pela AEB, assim como suas equipes operacionais treinadas continuamente, por intermédio do lançamento de foguetes de treinamento, não foram adotadas medidas voltadas à formalização da certificação do referido sítio de lançamento.

A principal dificuldade encontrada para o cumprimento desta meta deve-se à complexidade de certificação do sítio do Cyclone-4, tendo em vista as características únicas e inerentes ao foguete Cyclone-4 e sua operação.

Com relação às realizações para 2013, prevê-se a revisão da RCM pelo Grupo de Trabalho e a sua implementação, com a apresentação pela Alcântara Cyclone Space (ACS) dos métodos de cumprimento dos requisitos da RCM; a contratação pela ACS de estudo e serviços de análise e gerenciamento de risco do complexo terrestre do Cyclone-4; e a regularização da Licença de Operação (LO) do CLA e da emissão das Licenças de Instalação (LI) das obras complementares do CLA.

Espera-se que o CLA, assim como o sítio do Cyclone-4, estejam certificados para operação até setembro de 2014.

- Certificar o foguete ucraniano Cyclone-4 até 2012**

Análise Situacional da Meta

A principal realização em 2012 com vistas à certificação do foguete Cyclone-4 foi a aprovação da RCM, que permitirá o acompanhamento dos testes específicos dos sistemas que compõe o foguete e os testes de integração finais.

A principal dificuldade encontrada para o cumprimento desta meta está relacionada com a demora na obtenção do cronograma de testes realizados na Ucrânia. Ressalta-se que, com o cronograma em mãos, poder-se-á programar a participação das equipes de certificação no acompanhamento dos mesmos, a fim de convalidar a aplicação das normas de segurança e a consequente emissão dos certificados pertinentes.

Para 2013, espera-se a apresentação, pelo lado Ucraniano, da documentação técnica para a verificação, pelo Grupo de Trabalho de Certificação, do atendimento dos itens listados na RCM, com vistas à certificação do foguete Cyclone-4 em 2014.

- Lançar 40 foguetes suborbitais e de treinamento**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) foi responsável pelo lançamento de cinco foguetes suborbitais (Operações): um VS-40 (Shefex 2); um VSB-30 (MASER 12) e; três VS-30/Orion (HiFire 3, Hifire 5 e INPE 14).

Os foguetes de treinamento FTI e FTB são de responsabilidade do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), tendo sido lançados 13 foguetes pelo CLA, sendo 7 de treinamento intermediário e 6 de treinamento básico, e 10 foguetes pelo CLBI, sendo um de treinamento intermediário e 9 de treinamento básico.

Para 2013, está programado o lançamento de um foguete VS-30/ORION, um VS-40M, cinco VSB-30 (lançados da Suécia), cinco foguetes de treinamento básico e quatro foguetes de treinamento intermediário.

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

31/12/2012

- Ter empresa nacional certificada para produção do foguete suborbital VSB-30**

Análise Situacional da Meta

Foram concluídos todos os estudos, especificações técnicas e módulos de fabricação. A próxima etapa do processo de

certificação, a ser executado pela AEB, será a contratação de um estudo de viabilidade jurídica, econômica e técnica, que permita o lançamento do edital para a contratação do integrador (indústria) para exploração do negócio de serviços de microgravidade.

- **Tornar a Usina de Propelentes Cel. Abner capaz de atender às necessidades de suprimento de propelentes sólidos do veículo lançador VLM-1**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram feitos estudos e levantamento das necessidades de aquisições e serviços, bem como as readequações a serem implantadas na Usina Cel. Abner para atender às necessidades de suprimento de propelentes sólidos do Veículo Lançador de Microssatélites (VLM-1).

A estratégia industrial estabelecida para o VLM-1 foi alterada e atualmente preconiza que esta demanda seja prioritariamente atendida pela indústria nacional. Assim, os investimentos na Usina dependerão da implementação dessa estratégia.

- **Voo de qualificação do VLM-1 realizado até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizadas a Revisão Preliminar de Requisitos (PRR), a Revisão da Definição da Missão (MDR) e a Revisão de Requisitos de Sistema (SRR) do projeto. O Modelo de Engenharia do motor S50 (o qual será o maior motor a propelente sólido desenvolvido no Brasil) está sendo utilizado para avaliar possíveis dificuldades e permitir um ajuste ou melhoria do projeto. Com o término desta fase de concepção, o VLM-1 entra na fase de projeto.

- **Voo de qualificação do VLS-01 V04 realizado até 2013**

Análise Situacional da Meta

Todas as ações voltadas para o desenvolvimento do XVT-01 e do XVT-02 contribuem para o lançamento do VLS-01 V04. Para que este ocorra, faz-se necessário ter sucesso nos dois lançamentos anteriores. Com o lançamento do XVT-02, o veículo estará qualificado, permitindo assim o voo do VLS-01 V04 portando uma carga útil real. A produção do veículo VLS-01 V04 deverá durar aproximadamente dois anos após o lançamento do XVT-02 em 2016. Nesse sentido, a data precisa do lançamento do VLS-01 V04 somente poderá ser definida com a concretização do voo do XVT-02, atualmente prevista para 2016.

- **Voo tecnológico XVT-01 (VSISNAV) realizado até 2012**

Análise Situacional da Meta

O voo tecnológico XVT-01 (VSISNAV) é um ensaio do veículo, com os dois primeiros estágios do VLS ativos, cujo objetivo principal é testar o sistema de navegação desenvolvido pelo IAE (SISNAV). Esse voo depende do teste do sistema de redes elétricas e integração com a torre móvel no CLA (MIR – "Mock-up" de Interface de Redes). Em 2012, foi realizada a Operação Salina, como parte da preparação da MIR. Foram fabricados vários itens mecânicos, outros em processo de licitação para fabricação. Os itens eletrônicos estão em processo de desenvolvimento, sendo que foi realizada em outubro de 2012 a revisão crítica de projeto (CDR) com a empresa Mectron EIC Ltda.

Em razão das dificuldades de natureza jurídica, que postergaram a assinatura de contratos pelo IAE, e institucional, o veículo XVT-01 (VSISNAV) estará pronto em fins de 2013, com lançamento programado para 2014.

- **Voo tecnológico XVT-02 realizado até 2013**

Análise Situacional da Meta

O voo tecnológico XVT-02 é um ensaio do veículo completo, com quatro estágios do VLS ativos, com carga útil tecnológica, cujo objetivo principal é testar o conjunto dos vários subsistemas que integram o veículo lançador. O cumprimento da meta depende do sucesso do voo tecnológico XVT-01 (VSISNAV). Em 2012, foi realizada a aquisição, no exterior, de equipamentos eletrônicos para a rede elétrica de segurança do veículo.

Em razão das dificuldades de natureza jurídica, que postergaram a assinatura de contratos pelo IAE, e das escolhas orçamentárias tomadas, o lançamento do voo tecnológico XVT-02 foi reprogramado para ocorrer somente em 2016.

No biênio 2014-2015 deverá ocorrer o desenvolvimento da rede elétrica completa do foguete. Com isso será possível ter o veículo pronto até o final de 2015, para lançamento em 2016.

OBJETIVO: 0398 - Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A inserção do Brasil no restrito mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites é uma das principais prioridades da política espacial.

O conjunto das metas deste objetivo compreende majoritariamente ações voltadas para a implantação da infraestrutura de obras e sistemas necessários para o início dos voos comerciais do foguete ucraniano Cyclone-4. A infraestrutura do sítio do Cyclone, que compreende o complexo de lançamento (LC), o complexo técnico (TC), a área de armazenamento temporário de propelentes (Temporary Storage Zone of Container Tanks - TSA) e o posto de comando, vem sendo implantada gradualmente. Estima-se que seja possível realizar o voo de qualificação do Cyclone-4 em 2014, colocando, assim, o país em condições de iniciar as operações comerciais de lançamento em 2015.

Metas 2012-2015

- Infraestrutura básica e urbanização do sítio implantada até 2012**

Análise Situacional da Meta

A implantação da infraestrutura básica e a urbanização do sítio do Cyclone-4 dependem da conclusão dos projetos executivos e da execução das obras. Os contratos que dão suporte a estas atividades (projeto e construção) foram firmados pela binacional Alcântara Cyclone Space e dependem, para execução, da conclusão das obras civis prediais. A expectativa é que a infraestrutura básica e a urbanização do sítio sejam implantadas até setembro de 2014.

- Infraestrutura de redes e sistemas implantada até 2012**

Análise Situacional da Meta

A implantação da infraestrutura de redes e sistemas do sítio do Cyclone-4 depende da conclusão dos projetos executivos e da execução das obras. Ressalta-se que as infraestruturas de rede viária, sanitária e de fornecimento de água foram iniciadas por serem necessárias ao início das obras do sítio. Os contratos que dão suporte a estas atividades (projeto e construção) foram contratados pela binacional Alcântara Cyclone Space e dependem, para execução, da conclusão das obras civis prediais.

A expectativa é que a infraestrutura básica e urbanização do sítio sejam implantadas até setembro de 2014.

- Iniciar as operações comerciais de lançamento de satélites pela ACS em 2014**

Análise Situacional da Meta

O cumprimento desta meta depende da conclusão das obras de infraestrutura do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Sítio do Cyclone-4, do teste e comissionamento dos novos sistemas do sítio do Cyclone-4 e da emissão das licenças diversas e da homologação dos processos de certificação. Também constitui pré-condição para o alcance da meta a aprovação do Acordo de Salvaguardas com os Estados Unidos e a conclusão do processo de fabricação do lançador e sua certificação. Todas essas atividades encontram-se em andamento.

Estima-se o início das operações comerciais em 2015.

- Interfaces de sistemas do sítio do Cyclone 4 com o do CLA implantadas até 2012**

Análise Situacional da Meta

A implantação das interfaces de sistemas do sítio do Cyclone-4 com o do CLA, da mesma forma que a meta relacionada com a implantação da infraestrutura de redes e sistemas, depende do andamento e conclusão das obras no CLA e no sítio de lançamento do Cyclone-4. Os contratos que dão suporte a esta meta (projeto e construção) foram

contratados pela ACS e a expectativa é que esse sistema esteja implantado até setembro de 2014.

Este projeto é basicamente uma rede de fibra óptica, entre os dois sítios de lançamento: CLA e Cyclone-4, e de “switches” de conexão.

• Posto de Comando (casamata) concluído até 2012

Análise Situacional da Meta

O Posto de Comando (casamata) está inserido no conjunto das obras da infraestrutura geral sob a responsabilidade do governo brasileiro. Apesar do projeto executivo e a obra terem sido contratados pela binacional ACS, houve a necessidade de alteração do posicionamento deste prédio por motivos de segurança. Como consequência, novo projeto executivo está sendo elaborado, com conclusão prevista para maio de 2013. Espera-se que as obras de construção do Posto de Comando sejam iniciadas em 2013 e estejam concluídas até setembro de 2014. Assim, neste contexto, as realizações em 2012 foram a readequação do local do prédio, a definição do projeto executivo e o início de sua elaboração.

• Prédio de armazenamento temporário de propelente concluído até 2012

Análise Situacional da Meta

O prédio de armazenamento temporário de propelente está inserido no conjunto de obras da infraestrutura geral sob a responsabilidade do governo brasileiro, apesar de o projeto executivo e a obra terem sido contratados pela binacional ACS. O projeto executivo foi concluído em fins de 2012 e, durante o período, foram executadas as obras de fundação dos principais prédios da área de armazenagem de propelentes. Espera-se que as obras estejam concluídas até setembro de 2014.

• Realizar vôo de qualificação do foguete Cyclone-4 até 2013

Análise Situacional da Meta

O Cyclone-4 é um veículo de lançamento de três estágios, construído com base no foguete Cyclone-3, e utiliza os mesmos dois primeiros estágios deste último. As novas características estão em grande parte concentradas no novo terceiro estágio, que terá uma capacidade três vezes maior de propelente, e uma nova coifa derivada do foguete Ariane 4. No momento, estão sendo finalizados os testes de construção do protótipo de voo do veículo lançador.

O cumprimento desta meta depende da conclusão das obras de infraestrutura do CLA e do Sítio do Cyclone-4, do teste e comissionamento dos novos sistemas do sítio do Cyclone-4 e da emissão das licenças diversas e da homologação dos processos de certificação. Também constitui pré-condição para o voo a aprovação do Acordo de Salvaguardas com os Estados Unidos e a conclusão do processo de fabricação do lançador e sua certificação. Todas essas atividades encontram-se em andamento.

Estima-se a realização do voo de qualificação no final do ano de 2014.

• Sítio do Cyclone 4 implantado até 2012

Análise Situacional da Meta

O inicio da implantação do sitio de lançamento do Cyclone-4 ocorreu, basicamente, em 2008, com a assinatura pela empresa binacional ACS de dois contratos para desenvolver os primeiros estudos necessários para a obtenção das licenças ambientais junto ao IBAMA, bem como do anteprojeto do sítio de lançamento. Em 2009, sucederam-se cinco novos contratos, para elaboração dos projetos básicos, da documentação e desenvolvimento da maquete elétrica e dos equipamentos tecnológicos, assim como da criação do sítio de lançamento. Em 2010, dois novos contratos foram assinados, quando, além de novos serviços técnicos contratados, foi dado início, de fato, à construção de diversas obras civis, compreendendo o complexo de lançamento (LC), o complexo técnico (TC) e a área de armazenamento temporário de propelentes (Temporary Storage Zone of Container Tanks - TSA), que integram o sitio de lançamento do Cyclone-4.

Ao longo de 2011 e 2012 foram iniciadas as obras e as revisões posteriores dos projetos básicos/executivos e do plano de negócio da ACS. Estima-se que esta meta possa ser atingida em setembro de 2014, o que possibilitará o voo de

qualificação do Cyclone-4, programado para fins de 2014.

OBJETIVO: 0399 - Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento e a consolidação de novas competências são de fundamental importância para a sustentabilidade do programa espacial no médio e longo prazo. Destaca-se, no período de 2012, o treinamento de dez pós-graduandos da Universidade de Brasília (UnB) realizado na Ucrânia, em indústrias e universidades daquele país. Esses profissionais poderão vir a se engajar em organizações de pesquisa ou empresas do setor espacial brasileiro. Os programas de formação de alunos de nível fundamental e médio, assim como de professores, atingiram as metas esperadas. Também houve expansão do número de cursos de engenharia aeroespacial no país. Espera-se, ao longo do biênio 2013-2014, a instalação do Observatório Tecnológico sobre propriedade intelectual, que ainda não foi iniciada para as áreas de interesse do Programa Espacial. Com vistas à ampliação dos resultados, buscar-se-á também, até o final do período do PPA, a implementação de 300 bolsas, apoiadas pelo Programa Ciência sem Fronteiras nas áreas de interesse do programa espacial, bem como a estruturação dos conteúdos programáticos e da metodologia para cursos de especialização e mestrado em Educação Espacial, em parceria com o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/MEC/CAPES).

Metas 2012-2015

- Capacitar 100 especialistas nas áreas de interesse do programa

Análise Situacional da Meta

Em 2012, dez especialistas foram capacitados em parceria com a Ucrânia. Além disso, 24 projetos do setor espacial para capacitação de recursos humanos foram aditivados com a suplementação de recursos para o Edital 33/2010 AEB/MCTI/CNPq. Foi iniciada a qualificação de 146 profissionais, dos quais aproximadamente metade cumpriu as metas.

Em 2013, em parceria com instituições internacionais, serão capacitados diversos especialistas nas áreas de interesse do programa espacial, como manuseio de propelentes, sistemas de controle de atitude e treinamento em satélites de pequeno porte. Ademais, a suplementação de recursos do Edital 33/2010 AEB/MCTI/CNPq irá possibilitar capacitação de recursos humanos até 2014. As bolsas estão em fase de implementação. Espera-se que os recursos possibilitem a qualificação de um número superior a 60 profissionais.

Quantidade alcançada

80

Data de Referência

31/12/2012

- Realizar 4 eventos relacionados à divulgação da área espacial em todos os níveis de ensino, como olimpíadas e competições de foguetes experimentais e satélites educacionais

Análise Situacional da Meta

A meta foi cumprida e superada em 100 %. Cabe o esclarecimento de que a meta de 4 eventos é anual.

Foram realizadas a Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica, a Olimpíada Internacional de Astronomia e Astrofísica e o Programa AEB Escola participou da Campus Party, da Rio +20, da Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, do Circuito de Feiras de Ciências do Governo do Distrito Federal e da Feira do Jovem Empreendedor Joseense, em São José dos Campos – SP.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

28/11/2012

- **Treinar 1000 professores de ensino fundamental e médio, incluindo escolas técnicas, nas áreas de interesse do programa**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizados cursos de capacitação de professores em São José dos Campos/SP durante a Jornada Espacial e na Feira do Empreendedor Joseense; em Natal/RN; e em Cuiabá/MT. Nesses cursos foram capacitados 266 professores.

Em 2013, serão realizados cursos de capacitação de professores em Natal/RN, Cuiabá/MT, Alcântara/MA, São José dos Campos/SP, Santa Maria/RS e Brasília/DF e durante as duas Jornadas Espaciais, capacitando aproximadamente 600 professores.

Quantidade alcançada

266

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0555 - Desenvolver e ampliar o conhecimento das tecnologias críticas para garantir o uso autônomo das aplicações espaciais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A busca do desenvolvimento e domínio das tecnologias críticas constitui um dos principais desafios do programa. No âmbito das ações deste objetivo pode ser destacada a meta já cumprida de desenvolvimento, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), de lubrificante sólido, a base de carbono tipo diamante, para uso em peças de satélite, totalmente qualificado pela empresa Fibraforte. As outras metas vêm tendo o seu desenvolvimento normal.

Para promover maior articulação, integração e sinergia de ações intergovernamentais, a AEB, com a coordenação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), vem apoiando o desenvolvimento, no âmbito do Programa Brasil Maior (PBM), de um trabalho com vistas a construir uma agenda de tecnologias críticas para o setor espacial (ATS-Espacial) que possa contribuir para o reposicionamento da indústria nacional e elevar a competitividade e a capacidade de inovação do setor. Espera-se concluir esta agenda até o final do primeiro semestre de 2013.

Para 2013, espera-se ainda que haja continuidade nas pesquisas para o desenvolvimento de diversas tecnologias especificadas nas metas, bem como o possível lançamento do satélite NANOSATC-BR1, a cargo do Centro Regional Sul (CRS/INPE, Santa Maria), que está aguardando vaga em campanha internacional de lançamento.

Metas 2012-2015

- **Catalisador de hidrazina qualificado em voo do satélite Amazônia-1**

Análise Situacional da Meta

O catalisador do tipo metal irídio impregnado em alumina é o material mais comum empregado mundialmente para a decomposição catalítica do propelente hidrazina. Tal processo é usado em propulsores que atuam no controle de órbita e de atitude (posição) de satélites que necessitam de controle em três eixos. Os procedimentos de preparação do suporte alumina e de impregnação do metal irídio foram desenvolvidos em anos anteriores, como resultado de pesquisa do Laboratório de Combustão e Propulsão do INPE. Assim, a tecnologia foi desenvolvida e o catalisador de hidrazina foi entregue para carga nos modelos de qualificação dos propulsores do subsistema propulsivo do satélite Amazônia-1. Novos lotes do catalisador começaram a ser preparados para carga dos modelos de voo dos propulsores. A qualificação em voo corresponde ao funcionamento do equipamento no espaço, embarcado em uma missão espacial.

O satélite Amazônia-1 continua em fase de desenvolvimento de seus subsistemas, havendo, portanto, grande expectativa para o cumprimento da meta. Em 2012 foram preparados e caracterizados lotes de materiais precursores da alumina, bem como a sua moldagem e caracterização.

- **Desenvolver modelo de engenharia do motor a propelente líquido de 75kN de empuxo (Motor L75)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, todos os documentos necessários para a fabricação do modelo de desenvolvimento foram finalizados. Foi realizada também neste período a especificação técnica preliminar do motor. Foi firmado um convênio entre a AEB e uma fundação de apoio para desenvolvimento do propelente líquido de 75kN de empuxo (Motor L75), ou seja, para dar sequência à fabricação. Somente depois dos ensaios deste modelo é que se partirá para o modelo de engenharia.

- **Dissipadores de calor para uso espacial à base de fios de alta condutividade revestidos de diamante (CVD) qualificados**

Análise Situacional da Meta

Foi testada a deposição de diamante-CVD em fibras de carbono. Embora a deposição tenha apresentado boa uniformidade, a resistência mecânica destas fibras não ficou boa; a fragilidade mecânica não permitiu formar um fio condutor. Novos estudos foram feitos em fios metálicos de tungstênio. A deposição resultou num diamante-CVD de boa qualidade e com boa uniformidade de deposição sobre toda a superfície dos fios, formando um condutor térmico. Foram feitos experimentos com comprimentos de fios de até 6 centímetros.

Sob o ponto de vista científico e tecnológico, o caminho a ser seguido em 2013 já está traçado, e consiste na busca de fibras de carbono com maior resistência mecânica e melhor condutividade térmica (fibras do tipo PIXE para substituir as do tipo PAN), bem como continuar a pesquisa em crescimento de diamantes em filamentos e estudar a variação da condutividade térmica com o aumento do diâmetro.

- **Iniciar o desenvolvimento de estágio líquido do VLS-Alfa**

Análise Situacional da Meta

Este projeto não evoluiu nos últimos anos. A próxima etapa é a realização da Revisão de Requisitos de Sistema (SRR). Aguarda-se a sinalização de que haverá recursos para o VLS Alfa, bem como definição do parceiro estrangeiro, antes de prosseguir com a SRR.

- **Lançar dois microssatélites**

Análise Situacional da Meta

O primeiro microssatélite (ITASAT) vem cumprindo o cronograma de desenvolvimento estabelecido inicialmente, e tem previsão de lançamento em 2014. Ele terá contribuições das várias instituições participantes, tais como controle de altitude, transponder, entre outras. O desenvolvimento encontra-se na Fase C, que será concluída com a Revisão Crítica do Projeto (CDR). A fabricação, integração e testes terão início ainda em 2013, com previsão de lançamento para o primeiro semestre de 2014. Os recursos previstos para o segundo microssatélite serão empregados numa missão similar, podendo ou não utilizar a plataforma do ITASAT.

O segundo satélite era originalmente antevisto como uma contribuição para a continuidade do Sistema de Coleta de Dados, e seria desenvolvido em colaboração com a Agência Nacional de Águas (ANA). Após estudo de análise de missão ao longo do segundo semestre de 2012, conclui-se que a solução demandada pela ANA não pode ser satisfeita por um microssatélite, devendo exigir desenvolvimento a partir de uma plataforma de maior porte.

- **Lançar o satélite de reentrada atmosférica (SARA suborbital - Fase de desenvolvimento)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi realizada a contratação do modelo de engenharia do Satélite de Reentrada Atmosférica (SARA). Ainda neste período foi realizado o experimento Shefex 2 (“Sharp Edge Flight Experiment”) que é parte de um importante Programa alemão de desenvolvimento de tecnologia de voos hipersônicos e de reentrada atmosférica, e teve como objetivos testar novos materiais e tipos de proteção térmica necessários para operação nessas condições, incluindo placas de carbeto de silício, desenvolvidas no IAE, a serem utilizadas na estrutura do SARA. O módulo mecânico está qualificado e os itens eletrônicos foram entregues pelas empresas Cenic e Mectron. No ano de 2012, após tentativa frustrada de contratação por meio do Grupamento de Infraestrutura e Apoio (GIA-SJ), foi dado início ao processo de

contratação do Banco de Controle do SARA com apoio da AEB, que é necessário para teste e integração de módulos elétricos, essenciais à fase de lançamento. Com a conclusão do desenvolvimento desse Banco, espera-se realizar o lançamento do Sara suborbital em fins de 2013.

- **Lançar quatro picossatélites**

Análise Situacional da Meta

A AEB apoia no momento projetos de satélites de pequeno porte no Centro Regional Sul (CRS/INPE, Santa Maria), no Centro Regional do Nordeste (CRN/INPE, Natal), e na Universidade de São Paulo (USP/LSITEC). Esta última instituição está responsável por dois satélites da classe pico. O satélite sob a responsabilidade do Centro Regional Sul (NANOSATC-BR1) está na fase de integração e testes, com possibilidade de lançamento ainda em 2013, aguardando apenas vaga em carona de alguma campanha internacional de lançamento. O satélite sob a responsabilidade do Centro Regional do Nordeste (CONASAT) está na fase B, que será concluída com a Revisão Preliminar de Projeto (PDR), com lançamento previsto para 2016. O primeiro picossatélite, cuja pesquisa é conduzida pelo LSITEC (USP), está na fase D, produção e qualificação, com lançamento previsto para o primeiro semestre de 2014, porém está condicionado a uma campanha internacional de lançamento. O segundo picossatélite de responsabilidade do LSITEC (USP), que visa desenvolver uma plataforma brasileira multimissão, está com o subsistema estrutural finalizado, com previsão de integração e testes da plataforma em maio de 2014.

- **Lubrificantes sólidos a base de carbono tipo diamante (DLC-Diamond Like Carbon) para peças de satélites com qualificação para voo no Satélite Amazonia-1 e tecnologia transferida para a indústria**

Análise Situacional da Meta

A meta foi plenamente cumprida com a importante atuação de estudantes. O lubrificante sólido correspondeu adequadamente às expectativas, com coeficiente de atrito reduzido em ambiente de vácuo. O produto desenvolvido foi submetido a teste e a aprovação foi asseverada pela empresa Fibraforte Ltda, que procedeu deposições em 96 peças para a Plataforma Multi-Missão (PMM). A tecnologia de deposição foi aprovada por esta empresa e o produto foi totalmente qualificado para voo. Atualmente, investigam-se ações que possam aperfeiçoar ainda mais o bom funcionamento do produto desenvolvido, por meio de estudo de lubrificantes sólidos com nano partículas incorporadas.

- **Microgiroscópio de silício para uso espacial operacional e caracterizado até 2014**

Análise Situacional da Meta

O termo "operacional e caracterizado" corresponde aos ensaios funcionais de um modelo ou protótipo em um ambiente terrestre. O reator de corrosão profunda, para o microgiroscópio de silício, foi levado para dentro do laboratório de micro fabricação e a sua instalação definitiva ainda depende de instalação do sistema de aquecimento de gases condensáveis. As linhas de gás foram completadas e o forno para solda anódica foi recuperado e tornado operacional. Os demais equipamentos e processos do laboratório ainda não estão operacionais. O principal motivo foi o tempo consumido na manutenção da infraestrutura, envolvendo os sistemas de ar comprimido e ar condicionado, que ocasionou frequentes paradas para manutenção dos equipamentos. A compra e instalação do software de simulação, assim como de outros materiais e componentes, não foram realizadas por entraves legais, esperando-se que este obstáculo seja superado em breve.

- **Motor iônico qualificado**

Análise Situacional da Meta

A meta está com andamento adequado no propósito de caracterização de catodos ocos para propulsores iônicos. Os esforços foram dedicados à implementação de aparelhos experimentais e diagnósticos para caracterização de catodos ocos e seus componentes, bem como realização de testes de caracterização de aquecedores e das descargas de catodos ocos, destacando-se as seguintes principais ações: montagem da câmara de vácuo para testes de catodos ocos, implementação de sistema de aquisição de dados com instrumentos virtuais, implementação de sistema de caracterização de aquecedores e insertos de catodos ocos, caracterização de aquecedores redundantes de catodos ocos, implementação de sondas eletrostáticas para caracterização de feixe iônico e descargas de catodos ocos, implementação

de software para automação de sondas eletrostáticas, caracterização de catodos ocos empregando sonda de Langmuir. Os testes com os aquecedores de catodos revelaram que a limitação atual no projeto está no material utilizado na confecção destes. Os materiais disponíveis apresentam um baixo valor de condutividade térmica, o que resulta em um consumo elevado de potência de aquecimento. O material a ser utilizado deverá ser importado em 2013. As fontes de tensão utilizadas nas sondas eletrostáticas apresentam um elevado valor de corrente espúria, a qual pode resultar em discrepâncias nos valores medidos dos parâmetros de plasma. Tal efeito está sob investigação, de forma a minimizá-lo. O projeto final do modelo de qualificação de propulsor iônico está dependendo apenas da qualificação completa dos catodos ocos já que estes são os responsáveis pela geração de plasma e neutralização do feixe iônico de forma eficiente e confiável. A qualificação corresponde a testar um modelo ou protótipo em um ambiente que simule as condições do espaço.

OBJETIVO: 0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo está sendo cumprido, destacando-se os avanços nos trabalhos para a contratação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que levou à criação da empresa Visiona Tecnologia Espacial S.A., fruto de uma parceria entre a estatal Telebrás e a Embraer. Os estudos para a formulação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia, como estabelecido no Decreto nº 7769/2011, foram completados ainda em novembro de 2012, com o subsequente envio para a Telebrás do Termo de Referência para a contratação do satélite. O projeto trará grandes contribuições para as comunicações seguras de caráter civil e militar, bem como auxiliará a promover outras políticas governamentais relacionadas com a inclusão digital. Aliado a este projeto, o Laboratório de Integração e Testes (LIT) do INPE prepara um plano de expansão para atender às futuras necessidades nacionais em satélites geoestacionários.

Destacam-se também os avanços no desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS-3) e do satélite Amazônia-1, conseguidos a despeito das dificuldades técnicas encontradas ao longo do ano. Ambos contribuirão para a ampliação da capacidade do país de observação do território nacional e de outras regiões da Terra de forma autônoma, bem como o aumento da capacitação tecnológica e de inovação da indústria nacional.

Destaca-se ainda o sistema de monitoramento do clima espacial, que já se encontra em fase inicial de operação, devendo sua infraestrutura estar concluída em 2013.

Para 2013, espera-se que já seja firmado o contrato para o desenvolvimento do SGDC e lançado o satélite CBERS-3. Na revisão do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) para o período de 2012-2021, houve a decisão de postergar o início efetivo do desenvolvimento do satélite radar, visto que não existe no momento uma capacidade instalada de pessoal para dar início ao desenvolvimento formal do projeto.

Metas 2012-2015

• Contratar o desenvolvimento do primeiro satélite do Sistema Geoestacionário Brasileiro (SGB)

Análise Situacional da Meta

A AEB, juntamente com a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério da Defesa, o Ministério das Comunicações, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Telebras e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), elaborou o Termo de Referência e os anexos técnicos e de planejamento para a contratação da empresa Visiona, que será responsável pela contratação do SGDC no exterior. Coube especificamente à AEB a elaboração do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia, nos termos do Decreto nº 7769/2011. O contrato para o desenvolvimento do satélite deverá ser firmado em 2013.

• Contratar o desenvolvimento, pela indústria nacional, de um satélite radar

Análise Situacional da Meta

Na revisão, realizada em 2011/2012, do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) para o período de 2012-2021, decidiu-se que a meta deverá ser transferida para o próximo PPA. Os recursos alocados em 2013 poderão ser utilizados para estudos preliminares, mas não para o início formal do processo de desenvolvimento deste satélite.

• Implantar o sistema de monitoramento de clima espacial até 2013

Análise Situacional da Meta

A implantação consiste na instalação e colocação em operação dos instrumentos: rede de receptores do Sistema de Posicionamento Global (GPS), rede de magnetômetros, sistema monitor de GIC (corrente geomagneticamente induzida), sistema magnetotelúrico, sondadores ionosféricos, banco de dados e sistema de visualização e distribuição de dados. Além dos sensores, é planejada a finalização de implantação do Centro de Operação em São José dos Campos com sala de previsão e sala de situação completamente operacionais.

Destacam-se as seguintes atividades realizadas em 2012: (1) instalação inicial de Centro de Informação e Previsão do Clima Espacial (Embrace: Estudo e Monitoramento Brasileiro de Clima Espacial); (2) instalações de novos sensores do clima espacial; (3) pleno funcionamento de sistema de banco de dados, e; (4) o progresso na divulgação de informações e dados do clima espacial (site web), porém faltando estabelecer o sistema de monitoramento dos sensores e banco de dados.

Estão planejadas as seguintes ações para 2013:

- (1) Instalação de outros instrumentos de interesse do programa Embrace, tais como ionossondas, magnetômetros e imageadores. Realização da coleta e arquivamento dos dados, e disseminação das informações.
- (2) Operacionalização do Centro do Clima Espacial em São José dos Campos, com sala de previsão e sala de situação, estabelecendo o grupo de operação do sistema.
- (3) Publicação de documentos de pesquisa e desenvolvimento de modelos e cenários voltados para o clima espacial, divulgação de diagnósticos e prognósticos do clima espacial.
- (4) Coordenação com o programa de satélites científicos de interesse ao clima espacial e ionosfera.

As próximas atividades compreenderão, majoritariamente, a definição das diretrizes científicas e/ou tecnológicas para os projetos de implementação dos diferentes sistemas de monitoramento. Diariamente são publicadas informações relevantes sobre as condições do tempo no espaço que podem causar danos aos sistemas energéticos, aos sistemas de comunicação e aos satélites.

Um dos desafios para a execução desta meta é a necessidade de processos licitatórios internacionais.

• Lançar quatro satélites

Análise Situacional da Meta

A meta original compreendia o lançamento, no período 2012-2015, dos satélites CBERS-3, CBERS-4, Amazônia-1, Amazônia-1B. Esses sistemas espaciais continuam em desenvolvimento e fabricação, sendo que os satélites CBERS-3 e 4 têm previsão de serem lançados em 2013 e 2014, respectivamente, enquanto que o satélite Amazônia-1 está previsto para 2015 e o Amazônia-1B, para 2017. A depender dos contratos industriais a serem firmados para completar o desenvolvimento do Amazônia-1, seu lançamento poderá passar para 2016.

O CBERS-3 foi integrado e encerrou 2012 em fase de testes complementares em virtude de falhas apresentadas em alguns componentes eletrônicos adquiridos fora do país. Seu lançamento está programado para maio-junho de 2013. Quanto ao CBERS-4, os equipamentos de voo já estão em fase final de testes, sendo que a fase de integração do satélite foi iniciada ao final de 2012, devendo prosseguir ao longo de 2013 e 2014.

Os testes dinâmicos do modelo estrutural (SM) do Amazônia-1 foram concluídos, assim como a qualificação de alguns de seus equipamentos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• Tornar o Laboratório de Integração e Testes (LIT) capaz de realizar testes de satélites geoestacionários

Análise Situacional da Meta

Para o cumprimento da meta, foi realizado um estudo sobre as necessidades de expansão e capacitação do LIT para realização de testes de satélites geoestacionários. Os estudos concluíram pela necessidade de expandir o Laboratório em mais 10.000 metros quadrados, avaliados em torno de R\$ 180 milhões, e de contratar mais 50 servidores ao longo de 5 anos. Para tanto, há necessidade de se definirem as fontes de financiamento. As capacitações deverão ocorrer nas áreas de integração, vibração, componentes, metrologia, EMI/EMC (interferência e compatibilidade eletromagnética) e infraestrutura geral. Para 2013, deverá ser elaborado o projeto executivo das obras, com vistas ao posterior processo de licitação e execução.

O LIT realizou também testes dos subsistemas dos satélites CBERS-3 e 4 e participou dos testes ambientais, na China, do primeiro satélite, por meio de sua equipe de montagem, integração e testes. Foram também realizados testes e medidas físicas da campanha internacional do satélite de telecomunicações argentino ARSAT (maior satélite já testado no Brasil, e o primeiro na área de telecomunicações), bem como foi implantado um conjunto de calibração para capacitar o LIT em calibrar sensores para ensaios acústicos de satélites de grande porte.

PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de criações intelectuais na área nuclear desenvolvidas nacionalmente	quantidade	30/12/2010	85	06/02/2013	24
Oferta de molibdênio-99 pela CNEN/MCT	ci/ano	31/12/2010	14.330	04/04/2013	17.656
Taxa do ciclo do combustível nuclear com processo de produção nacional	%	31/12/2010	63,6	31/12/2012	64,9

Observações:

Número de criações intelectuais na área nuclear desenvolvidas nacionalmente - O valor de referência, correspondente a 85 criações, foi apurado considerando-se todo o período do PPA anterior, ou seja, de 2008 a 2011. Oferta de molibdênio-99 pela CNEN/MCT - Fonte: Relatório de Gestão CNEN 2012.

OBJETIVO: 0323 - Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país, para ampliar o acesso à medicina nuclear pela população brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A estratégia planejada para o alcance deste objetivo vem sendo implementada de acordo com o programa de trabalho previsto. No que se refere à implantação do Reator Multipropósito Brasileiro, foi iniciada a etapa de elaboração do projeto básico do empreendimento, que deverá estar concluído ao final de 2013. Em seguida será realizada a contratação de empresa de engenharia para a elaboração do projeto detalhado, com conclusão prevista para 2014. A estimativa atual é a de se iniciar a construção do empreendimento no ano de 2015, quando então serão necessários recursos complementares, além dos previstos no atual PPA, a fim de possibilitar a conclusão do projeto até o ano de 2017. No que se refere ao aumento da produção atual de radiofármacos para medicina, o governo vem investindo na ampliação das unidades de produção da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), de forma a atender ao crescimento progressivo da demanda por esses insumos, que são parcialmente produzidos no país e parcialmente importados. Nesse sentido, foi assinado um termo de cooperação com o Ministério da Saúde que possibilitou o aporte de recursos adicionais para essas atividades, da ordem de R\$ 25 milhões, a serem aplicados na adequação das instalações de produção.

Metas 2012-2015

- Ampliar o fornecimento de radioisótopos e radiofármacos para 404 Ci por semana

Análise Situacional da Meta

Na área de medicina nuclear, foi ampliada a produção de radioisótopos para aplicações médicas visando o atendimento da demanda por radiofármacos utilizados para radio-diagnósticos, inclusive no que se refere aos novos produtos, com tempo de vida curto, que possibilitam a realização do exame Tomografia por Emissão de Pósitrons - PET. Essas substâncias são utilizadas para diagnóstico e tratamento das doenças mais agudas, como neoplasias e doenças cardiocirculatórias. Estima-se que aproximadamente dois milhões de procedimentos de medicina nuclear foram executados em pacientes da rede de saúde pública e privada do país em 2012.

Quantidade alcançada

404

Data de Referência

31/12/2012

- **Implantar 50% do reator multipropósito brasileiro**

Análise Situacional da Meta

A implantação do empreendimento Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), que teve início em 2009, encontra-se na fase de elaboração do projeto de engenharia conceitual e básico de prédios, sistemas convencionais e infraestrutura e contratação do projeto básico dos itens e sistemas nucleares.

No ano de 2012, foi contratada a elaboração do projeto de engenharia conceitual e básico de prédios, sistemas convencionais e infraestrutura do Empreendimento. O contrato tem valor de R\$ 20 milhões e atende ao Convênio Finep-CNEN-Redetec nº 01.10.0704.00, que utiliza recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Iniciou-se a contratação do projeto básico dos itens e sistemas nucleares do RMB, o que representa o cumprimento, pelo lado brasileiro, do Acordo de Cooperação Brasil-Argentina, no âmbito da Comissão Binacional de Energia Nuclear (Coben), assinado em 31 de janeiro de 2011, tendo seu valor orçado em US\$ 12,6 milhões. Também foi iniciada a elaboração do estudo de impacto ambiental e seu respectivo relatório de impacto ambiental (EIA/Rima), etapa inicial necessária ao licenciamento ambiental do Empreendimento RMB, como também a elaboração do relatório de local para obtenção de licença de local, instrumento legal exigido pelo órgão regulador nuclear da CNEN.

OBJETIVO: 0325 - Expandir e implantar, em escala capaz de suprir a demanda nacional, o ciclo completo para produção do combustível nuclear.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo de expandir e implantar, em escala capaz de suprir a demanda nacional, o ciclo completo para produção do combustível nuclear permitirá a nacionalização de todas as etapas do ciclo e proporcionará o domínio em escala industrial de tecnologias estratégicas de uma fonte energética relevante para autonomia do país nesta área. Além disso, permitirá a economia de divisas, visto que hoje todo o serviço de conversão e a quase totalidade do serviço de enriquecimento é feita no exterior, sem contar com a importação de 50% das necessidades de concentrado de urânio, esta devido ao aumento da demanda derivada do núcleo da usina de Angra 3.

Os aspectos acima beneficiam a sociedade como um todo, seja no efeito na balança comercial, seja na oferta de energia com regularidade e previsibilidade.

Para atender a este objetivo, a Indústrias Nucleares do Brasil (INB) desenvolve atividades produtivas e de implantação de projetos em vários pontos do território nacional.

1. Produção do combustível

Na atividade de fabricação do combustível nuclear, em Resende/RJ, em 2012, foram fabricados 62 elementos combustíveis (ECs), sendo 9 ECs para a 9ª recarga e 13 ECs para a 10ª recarga de Angra 2, e 40 ECs para a 19ª recarga de Angra 1. Foram entregues ainda 56 ECs para a 9ª recarga de Angra 2 e 40 para a 19ª recarga de Angra 1, totalizando 96 ECs entregues. A quantidade de ECs entregues correspondeu à prevista para o exercício, representando o atendimento a duas recargas/ano e ao total da demanda nacional.

Na unidade de Caetité/BA, foram produzidas 382,7 t de concentrado de urânio (U3O8) em 2012, representando 95% da capacidade nominal da unidade. Foram adquiridas no exterior 380 t de U3O8, destinadas, principalmente, ao núcleo da usina de Angra 3.

Ainda em relação à atividade de produção, como resultado da operação das 4 cascatas do módulo I da Usina de Enriquecimento de Urânio, em Resende/RJ, foram enriquecidos, em 2012, 8.208 kg de unidades de trabalho separativo (UTS), somando, desde abril de 2009 até o final de outubro de 2012, 24.146 kg UTS ou 4.379 kg de urânio enriquecido. Para o exercício de 2013, está prevista a fabricação e entrega da 20ª recarga de Angra 1, com 40 ECs; e da 10ª recarga de Angra 2, com 56 ECs, e a fabricação da 1ª região do núcleo de Angra 3, com 69 ECs, bem como a produção de 400 t

U3O8 na Unidade de Concentrado de Urânio, em Caetité/BA e de 25 t UTS/ano de urânio enriquecido, na Usina de Enriquecimento de Urânio.

2. Projetos para expandir a capacidade de atender à demanda nacional por combustível nuclear

2.1. Implantação da Usina de Enriquecimento com Unidade Tecnológica de Separação Isotópica (UTSI)

Foi inaugurada a cascata 4 em 2012, complementando o módulo I. O módulo I em total operação corresponde a uma capacidade nominal instalada de produção de 17.500 kg UTS/ano, representando cerca de 21% da necessidade de recarga de Angra 1. Como a cascata 4 entrou em operação em novembro de 2012, a capacidade de produção foi de 13.333 kg UTS, correspondendo a aproximadamente 15% da demanda de recarga de Angra 1.

Uma das limitações que impactam o ritmo de implantação da Usina de Enriquecimento é que, atualmente, o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) não produz a quantidade de centrífugas em ritmo que possa atender às necessidades da INB. Essa limitação será superada com a implantação da UTSI até 2016.

Para o exercício de 2013, está prevista a conclusão dos testes funcionais/comissionamento da cascata 5 e a contratação e elaboração do projeto básico do Módulo FCN da UTSI e do projeto executivo do Módulo Aramar da UTSI.

2.2. Ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité/BA

Está em fase de revisão a especificação para contratação da implantação e operação da lavra subterrânea na atual mina em exploração em Caetité. Em relação à ampliação da planta química, foi criado um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar o edital de licitação para contratação de empresa para execução do projeto básico de duplicação da planta de produção de urânio da Unidade de Concentrado de Urânio de Caetité. O projeto básico subsidiará os demais processos de contratação, tais como de infraestrutura adicional e montagem eletromecânica. Em ambas as situações, não houve eventos físicos e financeiros para o exercício.

A efetiva implementação da ampliação da unidade, prevista para 2017, depende dos licenciamentos ambiental e nuclear. Uma vez implantada, a unidade passará a ter uma capacidade nominal de 800 t de U3O8 por ano, permitindo o atendimento integral da demanda nacional de concentrado de urânio.

Para o exercício de 2013, está prevista a continuidade da implantação da operação da lavra subterrânea e o licenciamento e licitação do projeto básico de duplicação da planta química.

2.3. Ampliação do Parque Industrial de Resende

Foi assinado contrato com a Areva GmbH, no valor de R\$ 12 milhões, para compra de 2 equipamentos de soldagem de vareta combustível, com prazo final de entrega em maio de 2014.

2.4. Outros projetos

As demais ações que envolvem projetos que integram este objetivo, por estarem em fase inicial, enfrentam dificuldades naturais dessa fase, especialmente por se tratarem, em algumas delas, de desenvolvimento / absorção de novas tecnologias, visando a consolidação em escala industrial do domínio tecnológico de todas as etapas do ciclo do combustível nuclear. São exemplos típicos dessa situação as implantações da Fábrica de Conversão de Urânio e da Fábrica de Tubos de Ligas Especiais Extrudados em Resende/RJ.

Em relação à Fábrica de Conversão, a realização da ação está sendo limitada pela alta complexidade técnica, pela ausência de informações tecnológicas de eficiência comprovada (nacionais e internacionais) e pela dificuldade de identificação de empresa de engenharia nacional com experiência em projetos similares.

Relativamente à implantação da Fábrica de Tubos de Ligas Especiais Extrudados, a execução depende da concretização de Acordo de Cooperação Técnica entre a INB e a empresa argentina Conuar, no âmbito do Acordo Bilateral Brasil-Argentina, que se encontra em fase final de negociação.

Em relação ao descomissionamento das unidades minero-industriais, na unidade de Caldas/MG, estão sendo adquiridos

20.000 tambores metálicos e 5.000 paletes para reentamboramento de 6.600 t de tora II, que se encontram armazenadas em galpões.

Metas 2012-2015

- **Atender a 100% da demanda de elementos combustíveis para operação dos reatores das usinas termonucleares brasileiras**

Análise Situacional da Meta

Na atividade de fabricação do combustível nuclear, em Resende/RJ, em 2012, foram fabricados 62 elementos combustíveis (ECs), sendo 9 ECs para a 9ª recarga e 13 ECs para a 10ª recarga de Angra 2, e 40 ECs para a 19ª recarga de Angra 1. Foram entregues ainda 56 ECs para a 9ª recarga de Angra 2 e 40 para a 19ª recarga de Angra 1, totalizando 96 ECs entregues. A quantidade de ECs entregues correspondeu à prevista para o exercício, representando o atendimento a duas recargas/ano e ao total da demanda nacional.

Na unidade de Caetité/BA, foram produzidas 382,7 t de concentrado de urânio (U3O8) em 2012, representando 95% da capacidade nominal da unidade. Foram adquiridas no exterior 380 t de U3O8, destinadas, principalmente, ao núcleo da usina de Angra 3.

Ainda em relação à atividade de produção, como resultado da operação das 4 cascatas do módulo I da Usina de Enriquecimento de Urânio, em Resende/RJ, foram enriquecidos, em 2012, 8.208 kg de unidades de trabalho separativo (UTS), somando, desde abril de 2009 até o final de outubro de 2012, 24.146 kg UTS ou 4.379 kg de urânio enriquecido.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	100	%	100	31/12/2012

- **Atender, com produção nacional, a 35% da demanda de urânio enriquecido para a Central Nuclear de Angra I**

Análise Situacional da Meta

Embora tenha-se alcançado progresso físico de 58,56% em relação à conclusão da 1ª etapa de implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio, a capacidade instalada de enriquecimento em 2012 atingiu cerca de 21% das necessidades de Angra 1, correspondente a 17.500 kg UTS/ano. Ao final de 2013, prevê-se atingir 30% dessa necessidade. Considerando-se a meta fixada para o período 2012-2015 de 35% da demanda de urânio enriquecido para Angra 1, podemos afirmar que foi alcançado em torno de 60% desta meta.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	35	%	21	31/12/2012

- **Atingir 100% do cronograma físico da implantação da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica**

Análise Situacional da Meta

A UTI foi concebida com dois módulos, denominados Módulo Aramar e Módulo FCN. O Módulo Aramar, primeiro a ser implementado, será instalado em terreno cedido pelo CTMSP à INB, no Centro Experimental de Aramar (CEA), em Iperó/SP. O Módulo FCN será implantado no sítio da Fábrica de Combustível Nuclear, em Resende/RJ.

A implementação do Módulo Aramar aguarda a contratação dos serviços do CTMSP para a elaboração do Projeto Básico que amparará a construção desse módulo. Tal contratação está diretamente associada à assinatura, entre INB e CTMSP, de instrumento de cessão de uso do terreno de propriedade da Marinha do Brasil, onde será construído o módulo. Tanto o contrato, referente ao projeto básico, quanto o instrumento de cessão de uso aguardam avaliação

administrativa.

Portanto, a meta não pôde ser iniciada durante o ano de 2012 mas, tendo em vista as ações que estão sendo tomadas pelo CTMSP, espera-se que até junho de 2013 tenham sido assinados o instrumento de cessão de uso de terreno e o contrato referente ao projeto básico.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• Atingir 30% do cronograma físico da Fábrica de Tubos Extrudados em ligas especiais

Análise Situacional da Meta

Para execução da meta são necessários estudos específicos e elaboração de termos de referência que nortearão as aquisições e dimensionamento das instalações e equipamentos. Encontram-se em elaboração os termos de referência para contratação dos estudos necessários. Devido à complexidade do processo industrial e de sua singularidade, estão sendo feitas negociações com parceiros internacionais para assessoria na definição das características dos equipamentos e instalações eletromecânicas.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• Atingir 40% do cronograma físico de implantação da Usina de Conversão

Análise Situacional da Meta

Foram contratados serviços de engenharia e consultoria para análises de características de local, sondagem e topografia de terrenos de forma a propiciar a revisão dos estudos preliminares quanto à escolha de local.

Não foi possível a contratação de serviços de engenharia e consultorias nas áreas de análise de risco industrial, ambiental e nuclear e de engenharia básica, tendo em vista que os demais serviços recém contratados não foram concluídos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• Atingir 40% do descomissionamento previsto para as unidades minero-industriais do ciclo do combustível nuclear

Análise Situacional da Meta

O Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (Prad) da Unidade de Tratamento de Minérios (UTM/Caldas) já foi analisado pelo Ibama mas encontra-se em análise pela CNEN. Algumas medidas mitigadoras estão sendo executadas até a implantação do Prad - foram gastos cerca de 0,9% do total destinado, da ordem de R\$ 480 milhões. Até o ano de 2015, deverá ser alcançado percentual da ordem de 10% do total. A meta é de 40%, porém, devido à complexidade do trabalho será necessário mais tempo para que haja avaliação completa pelos órgãos fiscalizadores. Somente após essa apreciação e aprovação poderá-se iniciar as etapas subsequentes do processo. Os dispêndios ocorridos ainda não representaram avanço na quantificação da meta por terem se referido à compra de tambores e paletes sem que o material radiotávito (torta II: composto resultante do tratamento químico da monazita, contendo urânio e tório) tenha sido reentamborado ainda.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

• Atingir 60% do cronograma físico do projeto de ampliação da capacidade produtiva do parque industrial de

reconversão, pastilhas e montagem do elemento combustível nuclear de Resende/RJ

Análise Situacional da Meta

As atividades até aqui desenvolvidas visaram à ampliação da capacidade produtiva da fabricação de varetas combustíveis, processo integrante da etapa de montagem do elemento combustível nuclear de Resende/RJ. A ampliação da produção de varetas consiste na aquisição de dois equipamentos especiais de soldagem por pressão e resistência elétrica de varetas combustíveis.

Para tal aquisição foi assinado o Contrato CT 2/12/014 com o fornecedor Areva NP GmbH. Devido à complexidade/especificidade dos equipamentos, o período de fabricação desses equipamentos ocorrerá no fabricante (Alemanha) ao longo de 2013, com instalação na unidade do parque industrial de Resende/RJ no 1º semestre de 2014.

Próximos eventos previstos:

- Término da construção no fabricante (Alemanha) - prazo: 30/09/2013.
- Inspeção e aceitação no fabricante (Alemanha) - prazo: 30/11/2013.
- Transporte, instalação e comissionamento na INB (Brasil) - prazo: 30/05/2014.

Embora já tenha sido contratada a fabricação de equipamentos, não houve evolução em termos físicos por se tratarem de equipamentos de grande porte e de alta complexidade.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Atingir a capacidade de produção de 800t de U3O8 ao ano na Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité - BA a partir de 2015**

Análise Situacional da Meta

Encontram-se em fase inicial os trabalhos para a elaboração da documentação técnica (especificações técnicas de projeto / termo de referência) com vistas à realização da licitação para a contratação de empresa para elaboração do projeto básico de ampliação da planta química.

Aguarda-se liberação dos órgãos licenciadores, ambiental e nuclear para se dar início ao processo de contratação de empresa para a execução da lavra subterrânea.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Aumentar em 30% a reserva medida de urânio no país por meio da intensificação da pesquisa e prospecção mineral**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, obteve-se, na Província Uranífera de Lagoa Real/BA, incremento de 6.000 toneladas de urânio (U3O8), devendo-se em 2013 atingir cerca de 12.000 toneladas. Essas 6.000 t de incremento em 2012 equivalem a um aumento de 2,8% nas reservas medidas do país.

Serão executadas novas campanhas de sondagem até 2015, visando o alcance da meta (aproximadamente 64.200 t).

Quantidade alcançada

2,8

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	20	%	2,8	31/12/2012
Região Norte	10	%	0	31/12/2012

OBJETIVO: 0326 - Implantar programa de formação especializada do setor nuclear, envolvendo universidades e centros tecnológicos, voltados para os segmentos de pesquisa avançada, desenvolvimento tecnológico e indústria nuclear.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Para o atendimento deste objetivo, estão sendo ampliadas as cooperações junto às instituições de ensino por intermédio da concessão de bolsas para formação especializada em áreas de interesse do setor nuclear. Também estão sendo estabelecidas parcerias por intermédio de acordos de mútua cooperação que possibilitem a execução conjunta de atividades de formação especializada em temas de interesse comum.

No ano de 2012, foram criados dois novos cursos de doutorado na área nuclear que necessitarão do apoio da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Para 2013, a proposta é a de se retomar a programação original de 2012 em relação ao número de bolsas a serem concedidas. Vale também ressaltar que, em julho de 2012, houve aumento no valor das bolsas, implicando acréscimo nos recursos necessários para 2013.

Ainda no escopo desse objetivo, a CNEN mantém, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), programa voltado especificamente para a concessão de bolsas de iniciação científica destinadas a estudantes tanto do nível médio quanto do nível superior. O número de bolsas concedidas por esse programa em 2013 deve permanecer idêntico ao de 2012, observadas as necessidades orçamentárias.

Metas 2012-2015

- **Formar 164 novos profissionais em temas de interesse do setor nuclear**

Análise Situacional da Meta

A meta vem sendo cumprida dentro do planejado. Sua implementação se dá por intermédio da concessão de bolsas de mestrado e doutorado para cursos de pós-graduação realizados no âmbito das unidades de pesquisa da CNEN, além de parcerias com instituições de ensino em áreas de interesse do setor nuclear.

Os principais indicadores relacionados à execução dessa meta no exercício de 2012 são:

Tipo de bolsa	Total efetivamente pago (R\$)	Número de bolsas concedidas*
Mestrado	1.234.950,00	82
Doutorado	1.308.200,00	58
Iniciação científica	273.600,00	60
Total	2.816.750,00	200

* As bolsas de mestrado são concedidas por no máximo 24 meses; as de doutorado, por no máximo 48 meses.

As instituições beneficiadas com a concessão de bolsas de mestrado ou doutorado pela CNEN em 2012 foram: CNEN (Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear – CDTN), Instituto de Engenharia Nuclear (IEN), Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), Instituto de Radioproteção e Dosimetria (IRD), Centro Regional de Ciências Nucleares (CRCN/NE), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Para o exercício de 2013, está prevista a concessão dos seguintes montantes:

Tipo de bolsa	Total efetivamente pago (R\$)	Número de bolsas concedidas
Mestrado	1.458.000,00	90
Doutorado	1.920.000,00	80
Iniciação científica	288.000,00	60
Total	3.666.000,00	230

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	0	31/12/2012
Região Nordeste	16	unidade	2	31/12/2012
Região Norte	2	unidade	0	31/12/2012
Região Sudeste	132	unidade	19	31/12/2012
Região Sul	11	unidade	1	31/12/2012

OBJETIVO: 0327 - Fortalecer o sistema de regulação nuclear para garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear e das radiações ionizantes no país.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Estão em andamento ações de melhoria voltadas para o gerenciamento dos processos de licenciamento das instalações nucleares e radiativas que operam no país. O projeto de criação da Agência Nacional de Segurança Nuclear encontra-se em tramitação no âmbito do Poder Executivo.

No que se refere às atividades de licenciamento e controle de instalações nucleares e radioativas, podem-se destacar, em 2012: a autorização de comissionamento de autoclave de homogeneização da Fábrica de Combustível Nuclear (FCN) - unidade III; a autorização para processamento de 900 kg de pós e pastilhas do UO₂ enriquecido até 2,8% de U235 nas instalações da Marinha do Brasil; a prorrogação da Autorização de Operação Inicial (AOI) da primeira cascata de Planta de Demonstração Industrial para enriquecimento de urânio da Marinha do Brasil; a renovação da Autorização de Operação Permanente (AOP) da fábrica de reconversão e pastilhas das Indústrias Nucleares do Brasil (INB); a aprovação de local do estaleiro para a construção de submarinos nucleares.

Metas 2012-2015

• Criar a Agência Reguladora Nuclear

Análise Situacional da Meta

O anteprojeto de criação da Agência Nacional de Segurança Nuclear (ANSN) foi concluído e analisado no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Atualmente, encontra-se em processo de consulta em outras instâncias governamentais, o que se espera ser finalizado no exercício de 2013, para que, após os ajustes e esclarecimentos que se façam necessários, o projeto de criação da ANSN seja encaminhado ao Congresso Nacional.

• Implantar o projeto de modelagem e automação dos processos de licenciamento e controle da Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear

Análise Situacional da Meta

O projeto encontra-se em execução, tendo sido obtidos recursos junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que serão destinados à contratação de empresas especializadas da área de tecnologia da informação para elaboração de cada uma das etapas do projeto. Houve atraso em relação ao cronograma inicialmente previsto em função da necessidade de se detalhar a formatação de cada um dos editais de licitação a serem utilizados na contratação dos respectivos serviços. A perspectiva é que essas contratações ocorram ao longo do ano de

2013.

• Implementação do sistema de monitoração dos indicadores de segurança de instalações nucleares

Análise Situacional da Meta

Implantação do sistema em andamento, com ajustes no cronograma previsto em função de alterações nos requisitos técnicos. Para tal, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) participa de projeto de cooperação técnica com a Comunidade Europeia, juntamente com instituições afins de outros países, tais como: Alemanha (GRS), França (IRSN), Espanha (Tecnatom) e Hungria (órgão regulador da Hungria). A empresa brasileira Eletronuclear tem sido convidada a participar dos seminários técnicos realizados no âmbito do projeto.

O projeto compreende a coleta e análise de dados referentes à experiência operacional de plantas nucleares, e os resultados esperados são:

- Proposta de revisão da norma CNEN NN 1.14 - já finalizada e comentada, inclusive na versão em inglês.
- Procedimento preliminar de avaliação de eventos operacionais - também já finalizado e comentado, inclusive na versão em inglês.
- Proposta de indicadores de segurança - também já finalizada e comentada, inclusive na versão em inglês.
- Proposta de metodologia de avaliação de eventos.
- Nova estrutura ou otimização do banco de dados de eventos operacionais de plantas nucleares.

Foram ainda realizados 2 seminários técnicos com duração de uma semana, em Angra dos Reis, de um total de 5 seminários previstos no plano de trabalho. Em 2011, um seminário já havia sido realizado, restando, dessa maneira, dois seminários a serem realizados em 2013 para a conclusão do projeto.

OBJETIVO: 0328 - Desenvolver a tecnologia nuclear e suas aplicações para atender aos diversos usos na área civil.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo vem sendo atendido por intermédio do programa de pesquisa, desenvolvimento e inovação desenvolvido no âmbito das unidades da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), correspondendo a um total de 475 projetos de pesquisa em andamento no exercício.

Apesar de restrições vigentes ao longo do ano, foi possível uma racionalização da aplicação dos recursos de tal forma a não comprometer o desempenho no exercício. Além disso, algumas das atividades de pesquisa contam com recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), destinados principalmente para a melhoria das instalações laboratoriais, o que contribui de forma significativa para a manutenção dos resultados esperados. Além disso, pode-se destacar que, no ano de 2012, foram solicitados pela CNEN nove pedidos de depósitos de patentes junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Metas 2012-2015

• Implantar 80% do Laboratório Nacional de Fusão

Análise Situacional da Meta

O projeto do Laboratório de Fusão Nuclear (LFN) está sendo reprogramado em função da necessidade de mudança do local em relação ao inicialmente proposto. Está sendo avaliada a possibilidade de transferir o Laboratório para a mesma área onde está sendo implantado o Reator Multipropósito Brasileiro. Essa solução possibilitará uma localização mais adequada para as instalações do LFN, além de possibilitar a integração e o compartilhamento da infraestrutura física e operacional das duas novas unidades de pesquisa.

Nesse sentido, haverá necessidade de uma reprogramação, tanto física quanto financeira, do cronograma para implementação do projeto.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Realizar, anualmente, 450 pesquisas científicas e tecnológicas**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a meta foi superada. Foram realizadas 471 pesquisas, assim distribuídas: 308 para aplicações na indústria, na agricultura e no meio ambiente; 68 para aplicações na saúde; 90 para reatores e ciclo do combustível; e 5 em gestão de ciência, tecnologia e inovação.

Contabilizando-se os indicadores científicos e tecnológicos gerados pela ação, foram obtidos ainda os seguintes resultados em 2012:

- Criação intelectual = 53
- Artigos publicados em periódicos indexados nacionais = 27
- Artigos publicados em periódicos indexados internacionais = 215
- Trabalhos em congressos nacionais = 115
- Trabalhos em congressos internacionais = 145

Quantidade alcançada

471

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5	unidade	5	31/12/2012
Região Nordeste	15	unidade	15	31/12/2012
Região Sudeste	430	unidade	451	31/12/2012

OBJETIVO: 0329 - Identificar e definir soluções para a deposição definitiva dos rejeitos radioativos de média e baixa atividade, visando a proteção da população e do meio ambiente.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, foi definida a solução de se construir um repositório nacional de rejeitos de baixa e média atividade. Os aspectos conceituais e as características técnicas do repositório estão sendo definidas para em seguida buscar-se o equacionamento quanto às alternativas de local para a construção das instalações.

O escopo do projeto consiste em: levantamento do inventário de rejeitos atual e futuro; seleção do local; aceitação pública; projeto conceitual; licenciamento ambiental e nuclear; projeto básico; projeto executivo; construção; comissionamento; startup e operação.

Dessa forma, são beneficiários do projeto, em termos gerais, a sociedade e o meio ambiente, que têm garantida a sua segurança relativa por meio da segregação e guarda dos rejeitos em local apropriado pelo período necessário para o seu decaimento a níveis seguros.

Conceitualmente, além das áreas para a deposição dos rejeitos e das instalações para o apoio operacional, o repositório abrigará também instalações para atividades de pesquisa e desenvolvimento voltadas para temas da instalação e áreas correlatas. Foi prevista a capacidade de armazenamento de 60.000 m³ de rejeitos radioativos durante seu período de operação planejado para 60 anos, dentro do conceito das barreiras múltiplas, numa área total de aproximadamente 22 ha, cumprindo todas as exigências técnicas e legais, armazenando-os de modo seguro dos pontos de vista ambiental, radiológico e físico. Cabe destacar que esse volume de rejeitos radioativos foi baseado no cenário atual de geração previsto no planejamento energético do governo federal e no Programa Nuclear Brasileiro.

Metas 2012-2015

- Atingir 45% do cronograma físico de implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível (RBMN), até 2015

Análise Situacional da Meta

Meta revista em função do novo cronograma proposto para implantação do repositório.

O projeto para o repositório de rejeitos teve início em meados de 2008. A implantação do projeto evoluiu desde então até a etapa de seleção do local, a qual é primordial para executar as tarefas seguintes de projeto, licenciamento e construção.

A seleção do local se encontra na dependência de decisões do governo, uma vez que ela requer ações políticas e definição de compensações financeiras ou de contrapartidas ao município selecionado. Foi levantada a seleção de municípios potenciais convenientes através de estudos de geoprocessamento.

Foram também adiantadas as etapas de inventário, estrutura de gestão do projeto, sistema de garantia da qualidade, termo de referência para licenciamento ambiental, estrutura analítica do projeto conceitual e estratégia político-social para seleção do local.

A realização dessas etapas pode ser estimada como o cumprimento de 10 a 12% de todas as atividades do cronograma do projeto desde o seu início.

Cabe destacar como atividades de 2012 no Projeto RBMN a elaboração da metodologia para confirmar o inventário atual e prever a geração futura dos rejeitos radioativos a serem armazenados no repositório; o desenvolvimento do sistema de gestão e garantia da qualidade; a preparação do termo de referência para licenciamento ambiental no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); o estabelecimento do conceito do repositório; a elaboração da estrutura analítica do sistema projeto conceitual; a definição preliminar dos critérios de aceitação de rejeitos; e o detalhamento das atividades para execução dos projetos básico e executivo.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0573 - Aprimorar as atividades de proteção ao programa nuclear e o atendimento a emergências radiológicas e nucleares.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Realizado o Exercício Parcial de Emergência Nuclear da Eletronuclear nas usinas de Angra 1 e 2, e das Indústrias Nucleares do Brasil na Fábrica de Combustível Nuclear, bem como dez exercícios de comunicação de emergências nucleares. Percebeu-se com esse Exercício a necessidade de se melhorar os equipamentos de comunicação.

Foi mantido o sistema de prontidão para atendimento a situações de emergências radiológicas.

No próximo ano serão realizados dois Exercícios Gerais de Emergência Nuclear nas usinas de Angra 1 e 2 e na Fábrica de Combustível Nuclear das Indústrias Nucleares do Brasil.

Metas 2012-2015

- Aprimorar a metodologia e aumentar a frequência dos exercícios de emergência de forma a manter o elevado grau de segurança das instalações nucleares do país

Análise Situacional da Meta

Foram assinados três termos de cooperação visando o aprimoramento dos exercícios de emergência, a saber: Colégio

Naval (Marinha do Brasil); Comando do 1º Distrito Naval (Marinha do Brasil); e Comando de Operações Terrestres (Exército Brasileiro).

• Modernizar o Centro Nacional para o Gerenciamento de uma Situação de Emergência Nuclear (CNAGEN)

Análise Situacional da Meta

Na área da modernização da infraestrutura, foram adquiridos sistemas de transmissão de imagens e de voz que foram instalados no Centro de Segurança Institucional do Gabinete de Segurança Institucional, onde estão funcionando provisoriamente as instalações do Centro Nacional para o Gerenciamento de uma Situação de Emergência Nuclear (Cnagen).

Serão revistas três normas do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron) na área da modernização dos procedimentos em 2013.

O Cnagen encontra-se em fase de definição do local em que será instalado em caráter definitivo, dentro da estrutura física da Presidência da República.

PROGRAMA: 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Conhecimento Geológico da Plataforma Continental Jurídica Brasileira na escala 1:100.000	%	31/12/2010	1	31/12/2012	1
Conhecimento Geológico da Plataforma Continental Jurídica Brasileira na escala 1:1.000.000	%	31/12/2010	10	31/12/2010	10
Conhecimento Geológico da Plataforma Continental Jurídica Brasileira na escala 1:250.000	%	31/12/2010	3	31/12/2010	3
Fundos marinhos internacionais com conhecimento geológico de iniciativa brasileira	km ²	31/12/2010	0	31/12/2012	222.000
Número de alunos qualificados anualmente em programas de pós-graduação na área de Ciências do Mar	unidade	01/06/2011	280	07/02/2013	321
Número de graduados anualmente em Ciências do Mar	unidade	01/06/2011	700	07/02/2013	920
Taxa de cumprimento de embarque para atividades práticas (experiência embarcada) destinadas aos graduandos na área de Ciências do Mar	%	01/06/2011	60	01/06/2011	60

Observações:

Número de alunos qualificados anualmente em programas de pós-graduação na área de Ciências do Mar - O valor apurado para 2012 baseia-se em estimativa calculada a partir da taxa média de crescimento no número de pós-graduados observada no período 2004-2009 (16,5% para mestres e 5,1% para doutores).

Número de graduados anualmente em Ciências do Mar - O valor apurado para 2012 baseia-se em estimativa calculada a partir da taxa média de crescimento no número de graduados observada no período 2006-2011 (9,2%).

OBJETIVO: 0997 - Definir diretrizes básicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e implantar infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Está em curso a elaboração da minuta de uma Política Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos após reformulação do Comitê de Ciência do Mar – CCM, órgão de assessoramento ao MCTI com este mandato. Além disso, está em trâmite a contratação de consultores para compor grupo de trabalho com o objetivo de realizar estudos basilares que culminarão no Planejamento de criação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH) ainda em 2013. Sobre o Instituto, foi realizada em 2012, Audiência Pública no Senado Federal para debater sua criação. Está sendo debatido o modelo de gestão a ser empregado junto a instâncias governamentais pertinentes. Foram feitas consultas às Pastas interessadas e foi alterado o nome provável para Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH). Discutiu-se a estrutura prévia do Instituto, incluindo sua descentralização regional e por temas como Oceanografia, Portos e Hidrovias, Pesca e Aquicultura, por exemplo.

Metas 2012-2015

- **Elaborar e aprovar, até 2012, a Política Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos, harmonizada com os demais instrumentos jurídicos existentes**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Comitê de Ciência do Mar – CCM, foi constituída Força Tarefa que ministrará a Política Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos. A análise do Comitê é prevista para o primeiro semestre de 2013. Após este trabalho, espera-se obter sua aprovação e publicação.

- **Elaborar e aprovar, até 2013, o Planejamento Estratégico para a criação do Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos (INPO)**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas reuniões de trabalho com as instituições copartícipes para a criação do INPOH, sob a coordenação da Casa Civil e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Além disso, houve reunião com representantes da academia, na qual se discutiu a estratégia de criação do Instituto. Também realizou-se audiência pública no Senado Federal.

Está em trâmite a contratação de consultores para compor grupo de trabalho com o objetivo de realizar estudos basilares que culminarão no Planejamento Estratégico para criação do INPOH ainda em 2013.

- **Instalar e implementar o Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos até 2014**

Análise Situacional da Meta

O Instituto está em fase de criação e implantação. Em 2013, será dado início ao processo de identificação e busca de recursos materiais, humanos e financeiros para a implementação do INPOH.

Foi realizada Audiência Pública no Senado Federal para debater a criação do Instituto. Está sendo debatido o modelo de gestão a ser empregado junto a instâncias governamentais pertinentes. Foram consultadas as Pastas interessadas e foi alterado o nome provável para Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH). Discutiu-se a estrutura prévia do INPOH incluindo sua descentralização regional e por temas como Oceanografia, Portos e Hidrovias, Pesca e Aquicultura, por exemplo. Para 2013, aguardam-se as decisões quanto à aprovação de sua implantação.

OBJETIVO: 0558 - Desenvolver pesquisa científica e ações de preservação ambiental para assegurar a ocupação das Ilhas Oceânicas, em particular, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a fim de garantir a conservação dos seus biomas terrestre e marinho e os direitos de soberania sobre a Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

A implementação deste objetivo envolve diversas universidades, órgãos federais, estaduais e municipais, instituições de pesquisas nacionais e estrangeiras, e contribui para a consecução de objetivos mais amplos das políticas públicas ligadas à pesquisa científica, beneficiando diretamente toda a comunidade científica envolvida, bem como a população brasileira em geral que usufrui dos resultados das pesquisas e informações delas decorrentes, que podem levar à melhoria da qualidade de vida, geração de empregos e aumento na conscientização de preservação ambiental e da mentalidade marítima brasileira.

Nas ilhas oceânicas, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) conduz programas de pesquisa na Ilha da Trindade e no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, verdadeiros laboratórios a céu aberto no meio do oceano, com o apoio logístico da Marinha do Brasil (MB), onde são desenvolvidas atividades científicas com potencial econômico e importância estratégica para o País. A efetiva e continuada presença de pesquisadores brasileiros no Arquipélago de São

Pedro e São Paulo (ASPSP) consolida a soberania e amplia a jurisdição oceânica do Brasil, com o aumento da Zona Econômica Exclusiva adjacente a essa feição geográfica.

No âmbito do Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade – PROTRINDADE, foram conduzidas dez expedições científicas à Ilha da Trindade, envolvendo a participação de 82 pesquisadores, o que permitiu o desenvolvimento dos estudos daquele local e da área marítima adjacente. Notadamente no campo da meteorologia, após a conclusão da modernização e a ampliação da Estação Meteorológica da Ilha da Trindade (EMIT), operada pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) da Marinha desde 1957 e integrante da Rede da Organização Meteorológica Mundial, por meio do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), esta estação aumentou sua importância como posto de sondagem do ar superior no Atlântico Sul, cujas informações são imprescindíveis para a segurança do tráfego aéreo comercial. Além disso, é fonte de dados essenciais para a previsão meteorológica e os estudos do clima.

Nesse contexto, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) instalou na Ilha da Trindade uma Estação Meteomaregráfica automatizada (marégrafo radar), que permitirá o acompanhamento de dados climatológicos locais em tempo real, contribuindo para as previsões meteorológicas do continente, em virtude de sua posição de observação privilegiada no Atlântico Sul.

A respeito do Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (PROARQUIPÉLAGO), registra-se a assinatura de um Termo de Cooperação com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRGN), tendo por objeto o apoio à pesquisa científica e a manutenção operacional da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, com vistas ao desenvolvimento de pesquisas e à disponibilização dos instrumentos necessários à realização de estudos de alto nível no âmbito do PROARQUIPÉLAGO. Trata-se de um importante instrumento que possibilitará grandes avanços, com especial destaque para a aquisição de um veículo submarino não tripulado (ROV) e a implantação de um Plano de Gestão Ambiental específico para a região do ASPSP. Além disso, foi instalado na Ilha Belmonte, principal ilha do arquipélago, uma estação sismográfica completa que permitirá à Estação Científica, ali construída e mantida pela MB há 13 anos, monitorar os abalos sísmicos registrados naquela remota região, com o suporte técnico da UFRGN, contribuindo com os estudos de sismicidade do litoral Nordeste do Brasil. Ressalta-se a participação de cerca de 90 pesquisadores brasileiros que conduziram 23 projetos de pesquisas, representando um incremento de 27% em relação ao número de pesquisas do ano anterior, tendo sido realizadas 24 expedições científicas, com embarcações contratadas, e 3 comissões logísticas com navios da MB.

Para 2013, no PROTRINDADE prossegue a instalação de um sistema de geração de energia renovável (solar e eólica) na Ilha da Trindade, que permitirá economia de cerca de 90% no consumo de óleo combustível e redução da emissão de CO₂, e no PROARQUIPÉLAGO está previsto o recebimento do ROV e a melhoria dos navios e barcos fretados utilizados no apoio para a realização contínua das pesquisas científicas nas ilhas oceânicas e arredores. Está prevista, também, a criação do Programa de Pesquisas Científicas no Arquipélago de Fernando de Noronha (PRONORONHA), com a instalação de uma estação científica na Ilha de Fernando de Noronha, com apoio da MB e nos mesmos moldes dos programas já existentes, e de uma Agência da Capitania dos Portos de Pernambuco, com o objetivo de aumentar sua presença na região marítima do Arquipélago.

Os principais desafios relacionados à implementação do objetivo se referem à disponibilidade de equipamentos e de pessoal qualificado para a pesquisa, coleta e interpretação dos dados, bem como à disponibilidade adequada de meios flutuantes, incluindo os da Marinha do Brasil.

Metas 2012-2015

• Ampliar para 60 o número de projetos de pesquisa sendo desenvolvidos simultaneamente nas Ilhas Oceânicas Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi realizado o lançamento da Chamada CNPq Nº 39/2012 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas, em que foram contemplados 30 propostas, com o montante previsto de R\$ 2.5 milhões. O objetivo da chamada é apoiar

projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação do País, no âmbito do Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas.

Para 2013 serão implementados os 30 projetos aprovados no âmbito da Chamada CNPq Nº 39/2012. Por meio desta Chamada, identificou-se uma demanda qualificada, já aprovada no mérito científico, que aguarda disponibilidade orçamentária para aprovação.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

06/02/2013

- Manter a Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) habitada com pelo menos três pessoas durante 365 dias por ano**

Análise Situacional da Meta

A Estação Científica do ASPSP está em pleno funcionamento operacional, sem restrições, e ocupada, permanentemente por pesquisadores brasileiros e militares da Marinha do Brasil. A estação foi ocupada, no mínimo, por três pessoas ininterruptamente durante os 365 dias de 2012 (100% ocupada). Em 2012 foram atendidas 93 pessoas. Para 2013 está prevista a contratação de outras embarcações de apoio que, além de promover melhores condições de conforto, sejam capazes de apoiar o desenvolvimento de pesquisas nas áreas adjacentes ao Arquipélago de São Pedro e São Paulo, pois as embarcações hoje empregadas no PROARQUIPÉLAGO não são adequadas ao desenvolvimento de pesquisas científicas.

OBJETIVO: 0560 - Desenvolver ações que promovam o conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, em águas nacionais e internacionais.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Na 179ª Sessão Ordinária da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) foi aprovado, pela Resolução nº 6, de 29/11/2011, o VIII Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), a vigorar no quadriênio 2012-2015, que guarda estreita relação com o Programa Temático Mar, Zona Costeira e Antártida do PPA.

O VIII PSRM, ora em tramitação no Governo Federal para aprovação, possui especial importância, pois define as diretrizes a serem desenvolvidas dentro das suas diversas ações e programas, para transformar os recursos da “Amazônia Azul” e da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial em riquezas para o País. O PSRM é conduzido pela CIRM e se constitui num dos desdobramentos da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), definindo ações voltadas para o conhecimento e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais marinhos, com importância econômica e político-estratégicas para o Brasil. As ações do PSRM contribuem para o desenvolvimento de atividades econômicas e de gestão ambiental, criando tecnologia de ponta, novas patentes, empregos e qualificação de recursos humanos, refletindo positivamente no desenvolvimento socioeconômico do País e na maior inserção brasileira no cenário internacional de pesquisas no mar. Nesse contexto, está sendo estudada, também, a aderência do PSRM ao Plano de Ação Governamental para a Conservação da Biodiversidade, que está sendo desenvolvido no âmbito do MMA, em parceria com o MP e com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO).

Na área de Biotecnologia de Organismos Marinhos, a Ação Biotecnologia Marinha (BIOMAR), coordenada pelo MCTI, tem como propósito fomentar o aproveitamento sustentável do potencial biotecnológico dos organismos marinhos existentes nas zonas costeiras e de transição e nas áreas marítimas sob jurisdição e de interesse nacional, com foco no desenvolvimento de conhecimentos, absorção de tecnologias e promoção da inovação, nas áreas de saúde humana, ambiental, agropecuária e industrial. O BIOMAR estuda as diversas formas de vida dos ecossistemas marinhos, que se constituem em recursos importantes para o desenvolvimento de uma ampla variedade de aplicações, principalmente nas áreas de saúde humana (fármacos), ambiental (biocombustível), agropecuária (fertilizantes) e industrial (cosméticos e alimentos). Desde a sua criação, em 2005, foram lançados quatro editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico (CNPq), que implicaram na condução de 23 projetos nessa linha de pesquisa. As atividades do BIOMAR vêm se consolidando gradativamente, o que demonstra interesse do governo, da comunidade científica e da indústria brasileira em participar do desenvolvimento da Biotecnologia da Biodiversidade Marinha que, certamente, será um dos focos principais do avanço tecnológico do País no futuro próximo. Como exemplo, ressalta-se a pesquisa desenvolvida pela Rede Algas e Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO) para a obtenção de biocombustível a partir de microalgas no litoral pernambucano.

O Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira, o REMPLAC, e o Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial, o PROAREA, destinam-se a analisar a potencialidade dos recursos minerais marinhos e da biodiversidade a eles associada, com importância econômica e político-estratégica para o Brasil. Nesse contexto, destaca-se a descoberta, no talude continental do Estado do Rio Grande do Sul, da ocorrência de fosforita, um dos componentes essenciais à produção de fertilizantes agrícolas. Está em andamento o projeto COLMEIA, parceria entre a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), vinculada ao MME, e o Instituto Francês de Pesquisa para Exploração do Mar (IFREMER), com recursos do PAC. O projeto envolve o emprego do navio L'Atalante para realizar atividades de pesquisas na região do Arquipélago de São Pedro e São Paulo.

Está sendo analisada a possibilidade do estabelecimento de uma parceria entre o Brasil e a França, inicialmente com a participação do Instituto de Pesquisa da Marinha e do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira que tem, dentre outros, os seguintes objetivos: instalação de hidrofones na região do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, com transferência de tecnologia para a construção de hidrofones no Brasil e intercâmbio de pessoal. Além disso, está em andamento uma parceria entre a UFRN e a Capitania dos Portos do Rio Grande do Norte, empregando navio da MB sediado em Natal, que prevê a realização de levantamento geológico para subsidiar a elaboração de um projeto visando a recuperação da praia de Ponta Negra, RN, devastada por forte erosão.

No que se refere à Área Internacional, em 2012 foram concluídos os levantamentos geológicos e a coleta de material na Elevação do Rio Grande, empregando navios do Grupamento de Navios Hidroceanográficos e navios fretados com recursos do PAC do MME. Os dados coletados subsidiarão a proposta brasileira a ser encaminhada oportunamente à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (International Sea Bed Authority – ISBA), visando possibilitar a exploração de recursos minerais nessa área de elevada significação estratégica. Ressalta-se que pelo ineditismo do processo, existem diversas questões jurídicas e técnicas que estão sendo analisadas.

Foram iniciadas as atividades de pesquisas de sulfetos polimetálicos, na cordilheira mesoatlântica, no Atlântico Central, do paralelo 13 N até o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, com a realização de duas comissões, de 35 dias de mar cada, no período de maio a julho/2012, empregando o navio Ocean Stalwart, fretado da empresa CEPEMAR. Foram levantados cerca de 2.000 km lineares da cordilheira, totalizando uma área de mais de 100 mil km², onde foram realizados batimetria multifeixe e magnometria. No mês de novembro, foi realizada mais uma comissão com esse navio, para identificar a ocorrência de fontes hidrotermais. Essa comissão foi interrompida devido a avaria de equipamento e será reiniciada após sua prontificação. Foi realizado, no período de 26 a 30 de novembro, na China, um workshop técnico sobre a adoção do Art. 82 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que versa sobre os pagamentos e contribuições que cabem ao Estado, em decorrência da exploração de recursos não vivos na Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas. O objetivo do evento é preparar um documento técnico para análise da Comissão Jurídica e Técnica da ISBA e posterior encaminhamento para o Conselho. A Delegação brasileira foi composta por representantes do MRE, ANP e CPRM.

Para 2013, no âmbito do BIOMAR, será dado prosseguimento ao fomento e aproveitamento sustentável do potencial biotecnológico da biodiversidade marinha, com o estímulo à criação de projetos de pesquisa nessas áreas, bem como na melhoria na formação de Recursos Humanos na área de Ciências do Mar, principalmente no aspecto da experiência embarcada. No âmbito do REMPLAC, estão previstas comissões para pesquisar sulfetos polimetálicos na cadeia meso-oceânica e efetuar levantamentos geológicos nas águas jurisdicionais brasileiras, também empregando navios da Marinha e fretados. Além disso, dentro da parceria Brasil-Japão em Ciências do Mar, está prevista, no período de 13 de abril a 31

de maio de 2013, a vinda do Navio de Pesquisa japonês "YOKOSUKA", que realizará mergulhos com seu mini submarino SINKAI 6.500 em águas internacionais e em águas jurisdicionais, contribuindo para a obtenção de informações do REMPLAC e PROAREA e para desenvolver projetos binacionais nas áreas de geologia e biologia. No âmbito do PROAREA, está em análise a contratação do navio L'Atalante, pela CPRM, para realizar atividades do PROAREA/REMPAC, no 2º semestre de 2013, no contexto de um convênio entre CIRM e IFREMER para o desenvolvimento de atividades relacionadas às ciências do mar. Além disso, o navio "Ocean Stalwart", fretado pela FEMAR e que já realizou três comissões em 2012, será empregado para realizar mais duas comissões, a primeira para completar o trabalho na Elevação do Rio Grande, empregando um equipamento rockdrill e a segunda na cordilheira meso-oceânica próximo ao Arquipélago São Pedro e São Paulo. Cada expedição será de aproximadamente 35 dias de mar.

A manutenção dos programas e ações do PSRM dependem da disponibilidade de equipamentos e pessoal qualificado para a pesquisa, coleta e interpretação dos dados, bem como da disponibilidade adequada de meios flutuantes, incluindo os da Marinha do Brasil. Esses são os principais desafios de implementação do objetivo.

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 1.400 o número de graduados anualmente em Ciências do Mar**

Análise Situacional da Meta

Estima-se, com base na taxa média de crescimento do número de graduados em Ciências do Mar entre 2006-2011 (9,2%), que o período letivo de 2012 graduou 920 alunos. O valor real da quantidade alcançada estará disponível possivelmente a partir de maio de 2013, quando a totalidade das Universidades Federais já tiver encerrado o segundo semestre letivo de 2012.

De acordo com o levantamento anual realizado pelo PPG-Mar, os 40 cursos que se enquadram na definição de Ciências do Mar absorveram 1840 novos alunos em 2008, dos quais se graduaram 842 em 2011, o que implica em uma taxa de sucesso de pouco mais de 45% [(número de formados / número de ingressantes) x 100]. Considerando que em 2012 ingressaram 2121 alunos, mantida a atual taxa de sucesso, seriam formados 954 novos profissionais na área de Ciências do Mar em 2015. A meta definida no PPA 2012-2015 é de 1400 profissionais formados por ano ao final do período, o que representa uma taxa de sucesso de 66% se considerado o número de ingressantes em 2012. Isso significa que o alcance da meta em 2015 exigirá grande esforço de articulação entre as instituições de ensino e o PPG-Mar, uma vez que a taxa de sucesso deverá subir sensivelmente no período.

Ao final do oitavo ano de atividades do PPG-Mar é possível afirmar que 2012 foi o ano de suas maiores realizações, que propiciaram uma forte inserção na comunidade acadêmica da área de Ciências do Mar. Neste período, além de levar adiante grande parte das atividades programadas, foi realizada a 5º edição do EnCoGrad-Mar, com elevado número de participantes (113) e com uma programação que trouxe temas de significativo interesse dos coordenadores e profissionais deste ramo do conhecimento. A divulgação do diagnóstico atualizado de cursos, programas e grupos de pesquisa da área; as palestras sobre empresas juniores e incubadoras, sobre o Sistema de Modelagem Costeira Brasileira e sobre o INPOH; as oficinas de empreendedorismo; a definição de novos temas para produção de livros didáticos; as mesas redondas sobre biotecnologia e inovação, sobre avaliação e fomento à formação de recursos humanos, e, ainda, sobre os INCTs-Mar, assim como o Workshop dos GTs, além de despertar vivo interesse, integrou o PPG-Mar a outras Ações contempladas pelo VIII Plano Setorial para os Recursos do Mar.

Quantidade alcançada

920

Data de Referência

07/02/2013

- **Ampliar para 40 o número de projetos integrados no âmbito das cinco redes de pesquisas multidisciplinares existentes sobre o potencial biotecnológico da biodiversidade marinha**

Análise Situacional da Meta

Atualmente há 17 projetos em andamento no âmbito das redes de pesquisas multidisciplinares (Edital MCT/CNPq/CT

PETRO Nº 39/2009; Edital CT HIDRO/AÇÃO TRANSVERSAL LEI MCT/CNPq Nº 07/2010).

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

06/02/2013

- Ampliar para 560 o número de alunos qualificados anualmente em programas de pós-graduação na área de Ciências do Mar**

Análise Situacional da Meta

Em razão da postergação do período letivo de 2012, a quantidade de pós-graduados no período foi estimada. O número obtido foi de 321 pós-graduados (270 mestres e 51 doutores), estimado a partir da taxa média de crescimento observada no período 2004-2009 (16,5% para mestres e 5,1% para doutores).

Os 28 programas de pós-graduação identificados como pertencentes à área de Ciências do Mar (<http://www.cdmf.furg.br/>) oferecem 49 cursos, sendo 28 de mestrado e 21 de doutorado. São 14 programas enquadrados na grande área de Ciências Biológicas, seis na de Ciências Exatas e da Terra, um na de Engenharias e ainda um na Multidisciplinar. De acordo com o levantamento anual realizado pelo PPG-Mar, estes 28 programas absorveram 472 novos alunos de mestrado e 182 de doutorado em 2012.

A meta definida no PPA 2012-2015 prevê a titulação de 560 pós-graduados em 2015, o que implica dizer que há necessidade de alcançar uma taxa de sucesso de pouco mais de 85% [(número de formados / número de ingressantes) x 100], caso permaneça o mesmo número de ingressantes (654 em 2012) nos próximos anos. No momento atual a taxa de sucesso é de 49%.

Quantidade alcançada

321

Data de Referência

07/02/2013

- Atender 70% dos graduandos na área de Ciências do Mar que necessitam realizar práticas de experiência embarcada (100 horas)**

Análise Situacional da Meta

A meta não foi apurada em razão da postergação do término do período letivo de 2012.

Relata-se que até o final de 2012, somente a embarcação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), o NPq “Atlântico Sul”, estava em perfeitas condições de uso. As duas embarcações da Universidade Federal do Ceará (UFC), os NPq “UFC”, atualmente no estaleiro, e “Prof. Ícaro Moreira”, em trânsito para a UFC, não realizaram atividades com alunos. Além dessas, a Universidade de São Paulo (USP) possui os navios NPq “Alpha Crucis”, em funcionamento desde dezembro de 2012, e o NPq “Alpha Delphini”, em fase de finalização no estaleiro, com lançamento previsto para o início de março de 2013. Nesse cenário, 46 discentes com apoio do PPG-Mar foram embarcados em 2012, todos eles pela embarcação da Universidade Federal do Rio Grande.

O GT Experiência Embarcada recomenda a construção de quatro (4) a seis (6) embarcações multifuncionais, que teriam a finalidade primeira de atender a formação de recursos humanos na área, em especial no que tange à coleta, observação e análise de dados bióticos e abióticos marinhos, além daqueles relacionados à prospecção pesqueira.

OBJETIVO: 0561 - Ampliar e consolidar um sistema de observações dos oceanos, zona costeira e atmosfera, a fim de aprimorar o conhecimento científico e contribuir para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, variabilidade do clima e das mudanças climáticas.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Clima (GOOS-Brasil), composto por redes de observação do oceano e da atmosfera, que operam por meio de boias fixas e de deriva no Atlântico Sul e Tropical, monitorando o nível médio do mar e de ondas em águas rasas, produz informações que contribuem para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, da variabilidade do clima e das mudanças climáticas, principalmente junto à população litorânea brasileira. Durante o ano de 2012, com o propósito de aprimorar a coleta de dados oceanográficos e meteorológicos, foi efetuado o fundeio de duas boias fixas na região nordeste do País, o que estende a capacidade de monitoramento do Oceano Atlântico Sul, assim como o lançamento de boias de deriva ao longo da costa brasileira.

Os dados são recebidos, analisados e disponibilizados aos Órgãos de previsão e comunidade científica. Neste mesmo ano foram adquiridos 10 flutuadores Argo, que deverão ser lançados ao mar tão logo a Marinha do Brasil os receba. Esses flutuadores são de última geração e coletam uma grande gama de informações da coluna de água, úteis nas previsões meteorológicas e nas pesquisas desenvolvidas pelas universidades. Para 2013, estão previstas a aquisição e modernização de boias e sensores para aumento das redes, aquisição de novos flutuadores Argo e modernização dos equipamentos de coletas das redes de observação.

Os dados coletados são disponibilizados a fim de subsidiar estudos, previsões e ações e contribuir para a redução de riscos e vulnerabilidades decorrentes de eventos extremos, da variabilidade do clima e das mudanças climáticas que afetam o Brasil, bem como auxiliar as operações navais. Além disso, com tais informações a Marinha do Brasil, por meio da Diretoria de Hidrografia e Navegação, tem condições de fornecer, quando solicitada, previsões meteorológicas para grandes eventos realizados no Brasil, como foi o caso nos Jogos Pan-americanos de 2007.

Atualmente, o Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Clima, coordenado pelo Comitê Executivo para o GOOS/Brasil, está composto por um sistema formado por quatro Redes de Observação e um Projeto de pesquisa, quais sejam:

- Rede de coleta de dados oceanográficos e climatológicos por meio de boias fixas e de deriva no Atlântico Sul (PNBOIA);
- Rede de monitoramento do nível médio do mar (GLOSS);
- Rede de monitoramento de ondas em águas rasas (Rede ONDAS);
- Rede de coleta de dados oceanográficos e climatológicos por meio de boias fixas no Atlântico Tropical (PIRATA); e
- Projeto de monitoramento da caracterização da estrutura térmica, a partir de linhas de Alta Densidade de XBT entre o Rio de Janeiro e a Ilha da Trindade (MOVAR).

A implementação e manutenção dessas redes dependem da disponibilidade de equipamentos e de pessoal qualificado para a coleta e interpretação dos dados, bem como da disponibilidade de meios flutuantes, incluindo os da Marinha do Brasil. Esses são os principais desafios de implementação do objetivo.

Para o ano de 2013 estão previstos a manutenção das redes de boias, o lançamento de dois ondógrafos da rede de Monitoramento de Ondas em Águas Rasas, a disponibilização dos dados coletados à comunidade científica, o lançamento de mais 45 dispositivos derivantes e o aumento gradual da disponibilidade dos dispositivos.

Todas as atividades do GOOS-Brasil envolvem diversas universidades, órgãos federais, estaduais e municipais, instituições de pesquisas nacionais e estrangeiras, e contribuem para a consecução dos objetivos de políticas públicas ligadas à pesquisa científica, notadamente as relacionadas com o mar e a previsão meteorológica, beneficiando diretamente toda a comunidade científica envolvida, bem como a população brasileira em geral que usufrui dos resultados das pesquisas e informações delas decorrentes, que podem levar à melhoria da qualidade de vida, geração de empregos e aumento na conscientização de preservação ambiental e da mentalidade marítima brasileira.

Metas 2012-2015

- Ampliar para 40 o número médio de Dispositivos Fixos de coleta de dados, instalados, previstos para as Redes

de Observação do GOOS/Brasil

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2012, com o propósito de aprimorar a coleta de dados oceanográficos e meteorológicos, foi efetuado o fundeio de duas boias fixas na Região Nordeste do País, o que estende a capacidade de monitoramento do Oceano Atlântico Sul, assim como o lançamento de boias de deriva ao longo da costa brasileira. Os dados são recebidos, analisados e disponibilizados aos órgãos de previsão e à comunidade científica. Neste mesmo ano foram adquiridos 10 flutuadores Argo, que deverão ser lançados ao mar tão logo a Marinha do Brasil os receba.

Existem, atualmente, 26 Dispositivos Fixos lançados e em funcionamento no mar. Durante o ano de 2013 será efetuada a manutenção das redes de boias e efetuado o lançamento de dois ondógrafos da rede de Monitoramento de Ondas em Águas Rasas e a disponibilização dos dados coletados à comunidade científica.

Quantidade alcançada

26

Data de Referência

26/11/2012

- **Ampliar para 60 o número médio de Dispositivos Derivantes de coleta de dados previstos para as Redes de Observação do GOOS/Brasil, em operação**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2012, foram lançados flutuadores derivantes ao longo da costa brasileira, os quais coletam dados oceanográficos.

Atualmente existem 45 Dispositivos Derivantes lançados e em funcionamento no mar. A perspectiva para 2013 será o lançamento de mais 45 derivadores.

Quantidade alcançada

45

Data de Referência

26/11/2012

- **Manter operacional 90% dos Dispositivos Fixos instalados nas Redes de Observação previstas pelo GOOS/Brasil**

Análise Situacional da Meta

Atualmente se alcançou a marca de 83% dos Dispositivos Fixos instalados operacionais. Os demais estão em manutenção.

Para 2013, prevê-se o aumento gradual da disponibilidade.

Quantidade alcançada

83

Data de Referência

26/11/2012

OBJETIVO: 0562 - Ampliar a Plataforma Continental para além das 200 milhas da costa, de acordo com o previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a fim de assegurar direitos de soberania sobre essa área.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) passou a ser mais conhecido tendo em vista as várias descobertas de poços de petróleo na camada denominada Pré-Sal, situados próximos do limite das 200 milhas da costa, dentro da Zona Econômica Exclusiva, aumentando sua importância estratégica para o País.

Dando continuidade aos trabalhos do LEPLAC, após a conclusão da fase de aquisição de novos dados geofísicos, os mesmos estão sendo processados e interpretados, de modo a aprimorar o embasamento da proposta revisada de limite exterior da margem continental brasileira, além das 200 milhas náuticas. Durante o exercício de 2012, também foi

concluído o relatório da área Sul, que comporá a nova proposta. Essa proposta, após aprovação da CIRM e devida autorização pelo Governo Federal, estará pronta para ser encaminhada à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU pelo MRE, responsável pela sua apresentação à CLPC.

A prontificação da nova proposta está prevista para dezembro de 2013.

A condução das atividades do LEPLAC depende da disponibilidade de equipamentos e pessoal qualificado para a pesquisa, coleta e interpretação dos dados, bem como da disponibilidade de meios flutuantes, incluindo os da Marinha do Brasil. Esses são os principais desafios de implementação do Objetivo.

Metas 2012-2015

• Delimitar a Plataforma Continental Brasileira

Análise Situacional da Meta

Dando continuidade aos trabalhos do LEPLAC, após a conclusão da fase de aquisição de novos dados geofísicos, os mesmos estão sendo processados e interpretados, sob a coordenação da Diretoria de Hidrografia e Navegação, de modo a aprimorar o embasamento da proposta revisada de limite exterior da margem continental brasileira, além das 200 milhas náuticas. Em 2012, foi concluído o relatório da área Sul, que comporá a nova proposta. Essa proposta, após aprovação da CIRM e devida autorização pelo Governo Federal, estará pronta para ser encaminhada à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU pelo MRE, responsável pelo Objetivo.

Para 2013, será dada continuidade aos trabalhos de processamento e interpretação dos dados, de modo que a nova proposta esteja pronta em dezembro de 2013.

Atualmente, avalia-se em 30% o andamento dos trabalhos.

OBJETIVO: 0564 - Garantir a presença na região antártica, desenvolvendo pesquisa científica diversificada de qualidade, com a preservação do meio ambiente, a fim de assegurar a permanência do Brasil como membro consultivo do Tratado da Antártida.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) vem realizando, por mais de 30 anos, pesquisa científica de qualidade em diversas áreas de conhecimento na Antártica, de forma a respaldar a condição do Brasil de Membro Consultivo do Tratado da Antártica, assegurando nossa participação nos processos decisórios relativos ao futuro daquele Continente. Além disso, sua existência já legou ao Brasil a formação de gerações de pesquisadores, o desenvolvimento de uma logística de alcance internacional, pela Marinha do Brasil e pela Força Aérea Brasileira, para apoio a atividades científicas que dependem de uma complexa estrutura e o reconhecimento da capacitação do País para tal. Como destaque, um dos principais reflexos positivos da presença brasileira na Antártica para a sociedade brasileira está no alto nível alcançado pela previsão meteorológica efetuadas pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE), que mantém sensores permanentes em módulos de pesquisa na área da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF).

Em 2012, a despeito do incêndio ocorrido na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), tiveram continuidade todas as pesquisas programadas, exceto com relação às atividades relacionadas à implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que foram postergadas e deverão ser reiniciadas com a nova estação, cujo projeto contemplará requisitos ambientais que contribuirão para a implantação do SGA e, posteriormente, para a obtenção da certificação ambiental NBR ISO 14001:2004.

Na Operação Antártica (OPERANTAR) XXXI, iniciada em outubro de 2012, estão sendo desenvolvidos 19 projetos de pesquisa, com a participação de 200 pesquisadores, com o apoio do Navio Polar “Almirante Maximiano”, dedicado exclusivamente para a pesquisa, do Navio de Apoio Oceanográfico “Ary Rongel” e do Navio de Socorro Submarino “Felinto Perry”, todos da Marinha do Brasil. Além disso, a comunidade científica nacional tem sólida cooperação na Antártica e buscará incrementar atividades conjuntas com outros programas, durante o tempo de reconstrução da EACF,

como é o caso da “Base Antártica Câmara”, na Ilha Livingston, cedida pela Marinha Argentina para apoiar as pesquisas brasileiras.

Também na OPERANTAR XXXI, estão sendo conduzidas as atividades de desmontagem da antiga Estação, cujo término está previsto para Março/2013, com apoio do NApOc “Ary Rongel” e do NSS “Felinto Perry”. O PROANTAR conta ainda com os voos de apoio da Força Aérea Brasileira e com mais dois navios: o Navio Mercante “Germânia”, afretado pela SECIRM, e o Navio de Transporte de Pessoal e Carga ARA “Bahia San Blas”, cedido pela Marinha Argentina. Serão cerca de 550 (quinhentos e cinquenta) homens e mulheres empregados nesse esforço logístico/operacional. No final de 2012, cerca de 70% da antiga Estação já se encontrava desmontada, com previsão de término para o início deste ano.

Além disso, estão sendo adquiridos Módulos Antárticos Emergenciais (MAE), que serão instalados no heliponto da EACF no verão 2012/2013, destinados a apoiar, em terra, o pessoal envolvido na remoção dos escombros e na reconstrução do corpo principal da EACF.

Quanto à nova estação brasileira na Antártica, primeiramente estão sendo definidos, por um grupo de trabalho interministerial, os requisitos operacionais, ambientais, logísticos e legais (termo de referência) para a sua construção, que balizarão um concurso nacional e internacional, em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil, para a obtenção de um projeto básico, que subsidiará um processo licitatório, nacional e internacional, para escolha dos executores. O início da reconstrução está previsto para o verão de 2013/2014.

No que concerne a eventos internacionais, o Programa promoveu a realização da XXIII Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latino-americanos (RAPAL) ocorrida no período de 17 a 21 de setembro, na cidade do Rio de Janeiro.

A RAPAL constitui-se em fórum adequado à discussão e coordenação de assuntos antárticos voltados para o desenvolvimento de ações e políticas de interesse comum aos países latino-americanos. Nesse contexto, representantes da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela discutiram temas científicos, ambientais, educacionais, logísticos e operacionais de relevância para o Sistema do Tratado da Antártica, que também serão considerados pelo Brasil no projeto da nova estação.

Como investimentos para 2013, destacam-se o término da montagem, manutenção e abastecimento dos MAE, bem como das demais instalações, navios de apoio e atividades logística/operacionais do PROANTAR, a fim de dar continuidade ao apoio à pesquisa científica na Antártica, bem como o início do processo de obtenção de um projeto básico, o qual subsidiará um projeto executivo de reconstrução da EACF.

A condução das atividades do PROANTAR dependem da disponibilidade adequada de equipamentos e pessoal qualificado para a pesquisa, coleta e interpretação dos dados, bem como da capacidade logística e disponibilidade operacional dos meios da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira. Esses são os principais desafios de implementação do Objetivo.

Metas 2012-2015

- Alcançar a certificação ambiental NBR ISO 14001:2004, por meio da implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), na EACF, atingindo 100% do atendimento dos requisitos do Sistema**

Análise Situacional da Meta

Em decorrência do acidente ocorrido em 25 de fevereiro de 2012, que destruiu a principal instalação da EACF, não foi possível alcançar a certificação ambiental NBR ISO 14001:2004, por meio da implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

- Alcançar o número de 30 doutores titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro no período 2012-2015.**

Análise Situacional da Meta

Estão vigentes os projetos de pesquisa vinculados ao Edital MCTI/CNPq nº23/2009 e aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia: o da Criosfera (INCT Criosfera) e o Antártico de Pesquisa Ambiental (INCT-APA), pelos quais, em 2012, houve a titulação de sete doutores.

Para 2013, há expectativa de formar, pelo menos, mais seis doutores no âmbito do PROANTAR.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

06/02/2013

- **Alcançar o número de 50 trabalhos científicos sobre a região Antártica desenvolvidos no âmbito do Programa Antártico Brasileiro publicados em periódicos e revistas internacionais indexados e de alto índice de impacto no período 2012-2015.**

Análise Situacional da Meta

Estão vigentes os projetos de pesquisa vinculados ao Edital MCTI/CNPq nº23/2009 e aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia: o da Criosfera (INCT Criosfera) e o Antártico de Pesquisa Ambiental (INCT-APA).

Até a presente data, já foram publicados 68 artigos, superando a meta previamente estabelecida. Espera-se a manutenção desse esforço de publicação.

Quantidade alcançada

68

Data de Referência

06/02/2013

- **Alcançar o número de 60 mestres titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro no período 2012-2015.**

Análise Situacional da Meta

Estão vigentes os projetos de pesquisa vinculados ao Edital MCTI/CNPq nº23/2009 e aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia: o da Criosfera (INCT Criosfera) e o Antártico de Pesquisa Ambiental (INCT-APA), pelos quais foram formados 12 mestres em 2012. Para 2013, há expectativa de formar, pelo menos, mais oito mestres no âmbito do PROANTAR.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

06/02/2013

- **Elevar a taxa de atendimento logístico da demanda para pesquisa para 80%**

Análise Situacional da Meta

Com o incêndio ocorrido em 25 de fevereiro de 2012 na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), o prédio principal, onde ficavam a parte habitável e alguns laboratórios de pesquisas, foi completamente destruído. Os demais módulos de pesquisa científicos, que estão localizados de forma isolada, fora da estrutura principal, não foram afetados e estão sendo utilizados em apoio às pesquisas. Por conseguinte, o acidente impactou as pesquisas que eram realizadas com apoio do módulo principal da EACF, o que ocasionou uma redução no percentual de atendimento à pesquisa de 69% (2011) para 49,5% (2012).

Para 2013, está previsto o mesmo nível de atendimento às pesquisas, tendo em vista a disponibilidade e manutenção dos meios de apoio já utilizados (navios e aeronaves), que deverá ser mantida.

Quantidade alcançada

49,5

Data de Referência

30/11/2012

- **Elevar a taxa de dedicação dos navios à pesquisa para 70%**

Análise Situacional da Meta

Com o incêndio na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) e a redução das pesquisas em terra, o Navio Polar “Alte Maximiano” (H-41) foi destinado, exclusivamente, para apoio à pesquisa, bem como foram direcionados, também, projetos para o Navio de Apoio Oceanográfico “Ary Rongel” (H-44). Por consequência, o percentual de dedicação dos navios à pesquisa foi aumentado de 45% (2011) para 64% (2012).

Para 2013, está previsto o mesmo nível de taxa de dedicação dos Navios à pesquisa, tendo em vista a disponibilidade e manutenção dos meios de apoio já utilizados, que deverá ser mantida.

Quantidade alcançada

64

Data de Referência

30/11/2012

OBJETIVO: 0991 - Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais, para fins de Aquisição de Direito de Exploração Mineral, e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Até o presente momento foram efetuados levantamentos geológicos e geofísicos marinhos (escala 1:100.000) em 132.000 km² na Elevação do Rio Grande e outros 90 mil km² na Dorsal Meso Atlântica, totalizando 222 mil km², o que representa 42,7% da meta final de 520 mil km². Tais levantamentos envolvem batimetria, gravimetria, magnetometria e sísmica, além de coleta de 20 toneladas de amostras geológicas do assoalho oceânico.

Foram efetuados ainda levantamentos em 35.000 km² na PCJB - Plataforma Continental Jurídica Brasileira, mais especificamente nas costas dos Estados do Ceará, do Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Pernambuco, incluindo o arquipélago de Fernando de Noronha.

Do ponto de vista da meta física, o quantitativo de área coberta foi atingido. Entretanto, para finalizar o trabalho, é necessária a conclusão, em cada etapa, do Relatório Técnico Final, que consiste de textos descritivos, planilhas com resultados analíticos e mapas faciológicos, contendo as informações econômicas dos depósitos de granulados marinhos. Nesta meta estavam previstos cinco relatórios, dos quais três já foram concluídos, perfazendo 60 % do total programado. A previsão de conclusão dos referidos relatórios é para 30 de setembro de 2013.

Para ambos os empreendimentos citados anteriormente, considerando que a CPRM não dispunha de todo o conhecimento necessário para executá-los exclusivamente com seus próprios recursos físicos e humanos, optou-se pela execução através da contratação da FEMAR - Fundação de Estudos do Mar.

Após três anos de trabalho, a CPRM adquiriu habilidades e conhecimentos necessários para dar continuidade à execução dos levantamentos sem apoio técnico externo. Assim sendo, decidiu-se pela estratégia de contratação, através de licitação pública, de embarcação científica, equipada e tripulada, para atuar em parceria com seus técnicos. O prazo previsto para conclusão da licitação é 30 de junho de 2013.

Para atingir a meta de obtenção de direito de pesquisa e exploração mineral de fundos marinhos em águas internacionais, já foram mapeados 132 mil km² na escala 1:100.000, na Elevação do Rio Grande. A partir destes levantamentos foram selecionados 150 blocos (áreas) cada um com 20 km² (totalizando 3 mil km²) na Elevação do Rio Grande, considerando-se a espessura da crosta, geofísica e geoquímica com relação ao teor de cobalto na crosta. Ou seja, contém acumulações de recursos minerais de valor econômico.

Atualmente trabalha-se na fase de instrução dos pedidos à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA) do direito de pesquisa e exploração mineral em águas internacionais, com previsão de entrada no órgão internacional até 30 de junho de 2013.

Metas 2012-2015

- Obter direito de pesquisa e exploração mineral de fundos marinhos em águas internacionais**

Análise Situacional da Meta

Para a proposta brasileira junto à Autoridade Internacional dos Fundos do Mar (ISBA) foram selecionados 150 blocos cada um com 20 km² - perfazendo um total de 3.000 Km² de área - na Elevação do Rio Grande considerando-se a espessura da crosta, geofísica e geoquímica com relação ao teor de cobalto na crosta. No momento essas áreas ainda não foram requisitadas para a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos.

Quantidade alcançada

3.000

Data de Referência

21/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	10.000	km ²	3.000	21/12/2012

• Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área da Elevação do Rio Grande

Análise Situacional da Meta

Foram mapeados aproximadamente 132.000 Km² de batimetria multifeixe na escala de 1:50. Foram adquiridas seções sísmicas com sub-bottom tipo Chirp operando na frequência de 3,5 kHz (SBP), gravimetria e magnetometria espaçadas em torno de 3 km ao longo da Elevação do Rio Grande (ERG), perfazendo uma escala média de 1:30.000. Foram coletadas 137 amostras de rocha com draga de arrasto, 31 estações fixas de CTD/Rosette com coleta de água e medição de parâmetros físicos ao longo da coluna d'água. A complementação dessa amostragem está prevista para o primeiro semestre de 2013 com a utilização do rockdrill no topo do platô da ERG, além da nova amostragem no topo de platô está previsto um levantamento com AUV e ROV nas áreas que estão sendo requeridas junto à ISBA (Autoridade Internacional dos Fundos do Mar).

Quantidade alcançada

132.000

Data de Referência

21/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	90.000	km ²	132.000	21/12/2012

• Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do PROAREA

Análise Situacional da Meta

Até o presente momento foram mapeados cerca de 222.000 km² na Elevação do Rio Grande e na Dorsal Meso Atlântica.

Quantidade alcançada

222.000

Data de Referência

21/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	520.000	km ²	222.000	21/12/2012

• Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do PROCORDILHEIRA

Análise Situacional da Meta

Foram mapeados aproximadamente 90.000 Km² de batimetria na escala de 1/50. Foram levantadas linhas de Chirp de 3,5 Khz (SBP), gravimetria e magnetometria espaçadas em torno de 7 km ao longo de 2.500 km do eixo da cordilheira meso-atlântica com as linhas de levantamento com comprimento médio de 60 km, perfazendo uma escala média de 1/70.000. Foram coletadas 31 de 71 amostras previstas de CTD/Rosette com coleta de água e medição de parâmetros físicos ao longo da coluna d'água. A complementação dessa amostragem está prevista para março de 2013. Está prevista para o segundo semestre de 2013 a IV comissão ao PROCORDILHEIRA para amostragem de 70 pontos entre dragas e TV-Grab.

Quantidade alcançada

90.000

Data de Referência

21/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
------------------------	-------	---------	-----------------	------

Exterior	110.000	km ²	90.000	21/12/2012
----------	---------	-----------------	--------	------------

- **Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na Plataforma Continental Jurídica Brasileira**

Análise Situacional da Meta

Foram mapeados 19.956 Km² na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

Esta informação decorre de 3 relatórios produzidos sobre o tema em 2012, o que representa 60% da programação para o período.

Houve atrasos nas atividades de campo do Projeto na Plataforma da Paraíba, que está em desenvolvimento em parceria com a Universidade Federal do Ceará, associados às condições climáticas adversas.

Quantidade alcançada

19.956

Data de Referência

31/01/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	280.000	km ²	19.956	31/01/2013

OBJETIVO: 0563 - Realizar o planejamento e a gestão ambiental territorial da zona costeira, visando a redução de suas vulnerabilidades ambientais, sociais e econômicas.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 os avanços neste objetivo estiveram centrados na construção do embasamento conceitual de que o planejamento territorial da costa deve ser integrado ao planejamento do território brasileiro como um todo, nas suas feições continental, costeira e marinha.

Em relação às vulnerabilidades, foram intensificadas as ações em torno do Sistema de Modelagem Costeira (SMC), cooperação técnica entre Brasil e Espanha, para aumentar os conhecimentos, informações e qualificação da gestão costeira no Brasil, nos três níveis de governo. Como produtos cita-se o Atlas de Inundação, em elaboração, que contribuirá para estratégias de enfrentamento aos efeitos das mudanças climáticas. É necessária, no entanto, a construção de estratégia para se enfrentar o desafio de estabelecer um referencial único para aferição do nível médio do mar, requisito fundamental para o estabelecimento de cenários e tendências, com precisão local. Já no escopo do Projeto Orla foram formados 150 novos instrutores, com a realização de 3 cursos regionais, favorecendo a expansão da política pública.

Em 2013, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro completa 25 anos (Lei 7.661 de 1988), ensejando ações específicas para avaliação e realinhamento de compromissos. Para o SMC Brasil, o desafio é construir a estratégia de disseminação, com responsabilidades compartilhadas entre vários órgãos federais, no âmbito do Gi-Gerco, que envolverá a formação na ferramenta e o acompanhamento dos resultados dos estudos de caso em andamento. Já no Projeto Orla, fica o desafio de se construir a integração institucional e metodológica para a orla fluvial e com outros instrumentos de planejamento territorial municipal, como o Plano Diretor.

Com relação à temática priorizada na Rio+20, o Lixo Marinho, espera-se subsidiar a IV Conferência Nacional do Meio Ambiente para produzir um marco zero sobre a situação no Brasil e, a partir daí, construir-se a estratégia da política pública para enfrentamento deste problema.

Metas 2012-2015

- **Capacitar parceiros institucionais e sociedade dos 17 estados costeiros nas modalidades presencial ou a distância, na metodologia do Projeto Orla**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizados três cursos regionais de formação de instrutores na metodologia do Projeto Orla,

abrangendo os estados das regiões Sul/Sudeste (RS, SC, PR, SP, RJ e ES), região Nordeste (BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA) e região Norte (PA e AP). Esses cursos promoveram a capacitação de 150 instrutores quanto à metodologia a ser utilizada nas oficinas para elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla.

Uma das demandas permanentes do Projeto Orla é a necessidade da sensibilização dos atores da sociedade civil organizada e técnicos municipais, estaduais e federais que atuam na orla. Como o número de atores é muito alto a estratégia de desenvolver um curso a distância atende as necessidades de capacitação. Neste sentido, a Coordenação Nacional do Projeto Orla vem desenvolvendo a proposta junto a Universidade de Rio Grande e a previsão é que o curso aconteça no primeiro semestre de 2013. Pretende-se capacitar aproximadamente 500 técnicos dos diferentes setores e esferas de governo.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	9	unidade	9	31/12/2012
Região Norte	2	unidade	2	31/12/2012
Região Sudeste	3	unidade	3	31/12/2012
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2012

- Elaborar metodologia para estudo e avaliação de vulnerabilidades na zona costeira, em escala local**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram iniciados os projetos de vulnerabilidade da zona costeira às mudanças climáticas apoiados pelo Fundo Clima. Como resultado preliminar desses projetos está colocado o desafio de se estabelecer um referencial único para aferição do nível médio do mar, requisito fundamental para o estabelecimento de cenários e tendências.

- Elaborar proposta para monitoramento e avaliação dos resultados do Projeto Orla**

Análise Situacional da Meta

A Coordenação Nacional do Projeto Orla, no intuito de desenvolver um sistema de monitoramento das ações implementadas pelo Projeto, bem como avaliar seus níveis de internalização nos municípios, iniciou junto ao MEC um processo de avaliação de ferramentas aplicáveis. Estão sendo analisados o EPROINFO e o SIMEC. O primeiro consiste em um ambiente colaborativo de aprendizagem que utiliza a tecnologia Internet e permite a concepção, administração e desenvolvimento de diversos tipos de ações; já o segundo permite o acompanhamento gerencial de metas e tarefas. Ambos estão sendo analisados sob a ótica de adequações e ajustes para a avaliação de resultados e monitoramento de processos.

- Implementar e disseminar Sistema de Modelagem Costeira, adaptado às características da costa brasileira**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Modelagem Costeira (SMC), cooperação técnica entre Brasil e Espanha, é uma ferramenta que inclui um conjunto de metodologias e modelos numéricos, que permitem estudar os processos costeiros e quantificar as variações que sofre o litoral como consequência de eventos naturais ou de atuações humanas na costa. Em 2012, foram estruturados estudos de caso em Pernambuco e Rio Grande do Norte, com envolvimento das Universidades Federais e gestores ambientais estaduais, para estudar alternativas frente aos graves problemas de erosão costeira. Também foi realizada a missão brasileira à Universidade de Cantábria com a participação de 18 gestores e professores federais e estaduais, para conhecer a estrutura de aplicação da ferramenta SMC na Espanha. Em dezembro houve a formação de 30 técnicos brasileiros, por meio do primeiro curso da ferramenta SMC Brasil, que contribuirão com o aprimoramento da ferramenta e serão os primeiros multiplicadores no Brasil. Os treinados receberam a versão beta da ferramenta e assumiram o compromisso de desenvolver trabalhos práticos com objetivo de verificar e reportar possíveis falhas no sistema.

Registra-se como fundamental para o sucesso do projeto, o acesso a dados de ondas, necessários para a calibração da ferramenta SMC Brasil; para tanto temos feito contato com o INPH, subordinado à Secretaria de Portos, instituição que possui o acervo de dados necessários do projeto SMC Brasil. Coloca-se também como desafio a mobilização das instituições participantes do Comitê Executivo do SMC Brasil, instituído no âmbito do Gi-Gerco.

PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Cobertura do bioma Amazônico com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	100	13/02/2013	100
Cobertura do bioma Caatinga com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	2,2	13/02/2013	2,2
Cobertura do bioma Cerrado com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	62,77	13/02/2013	62,77
Cobertura do bioma Mata Atlântica com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	26,36	13/02/2013	26,36
Cobertura do bioma Pampa com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	0	13/02/2013	0
Cobertura do bioma Pantanal com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	100	13/02/2013	100
Maior PIB per capita Estadual/Menor PIB per capita Estadual	%	31/12/2008	8,56	31/12/2010	8,49
Maior PIB per capita Mesorregional/Menor PIB per capita Mesorregional	%	31/12/2008	21,06	31/12/2010	17,84
Maior PIB per capita Microrregional/Menor PIB per capita Microrregional	%	31/12/2008	24,17	31/12/2010	22,84
Número de Colegiados Territoriais Consolidados	unidade	30/06/2011	76	31/12/2012	156
Participantes sócios em empreendimentos econômicos solidários	unidade	01/01/2008	1.687.035	31/12/2011	2.100.000
PIB Centro-Oeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	9,2	31/12/2010	9,3
PIB Nordeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	13,11	31/12/2010	13,46
PIB Norte/PIB Nacional	%	31/12/2008	5,1	31/12/2010	5,34
PIB Sudeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	56,03	31/12/2010	55,39
PIB Sul/PIB Nacional	%	31/12/2008	16,56	31/12/2010	16,51

Observações:

Cobertura do bioma Amazônico com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - O valor de apuração se mantém 100% visto que todo o bioma amazônico apresenta algum tipo de iniciativa de ZEE instituído por ato normativo. Esse valor é fortemente influenciado pelas iniciativas na escala 1:

1.000.000, tal como o MacroZEE da Amazônia Legal, que envolve todo o bioma amazônico e parte do bioma Cerrado e do Pantanal. Considerando apenas as iniciativas instituídas por ato normativo na escala 1:250.000, o valor encontrado foi de 59,3% do respectivo bioma.

Cobertura do bioma Caatinga com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - O valor de apuração calculado manteve-se o mesmo que o apresentado no SIOP, visto que não ocorreram novas iniciativas de ZEE, instituídas por ato normativo, no âmbito territorial do bioma Caatinga no ano de 2012. Esse percentual é, basicamente, a parte do ZEE do Estado de Minas Gerais que abrange a porção sul do bioma. Também cabe mencionar o vigente convênio (Siconv) nº 715401/2011, referente ao apoio do Ministério do Meio Ambiente na execução do ZEE do Estado do Piauí, ainda em fase de execução.

Cobertura do bioma Cerrado com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - O valor de apuração calculado manteve-se o mesmo que o apresentado no SIOP, visto que não ocorreram novas iniciativas de ZEE, instituídas por ato normativo, no âmbito territorial do bioma Cerrado no ano de 2012. Considerando apenas as iniciativas instituídas por ato normativo nas escalas de 1:1.000.000, ou menores, o valor encontrado foi de 47,7% do bioma. Já considerando as iniciativas de ZEE na escala 1:250.000, ou maiores, o valor encontrado foi de 31,7% do bioma mencionado. Atualmente encontra-se em curso o projeto do “MacroZEE do bioma Cerrado”, coordenado e sob análise da Comissão Coordenadora do ZEE (CCZEE) e do Consórcio ZEE Brasil.

Cobertura do bioma Mata Atlântica com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - O valor de apuração calculado manteve-se o mesmo que o apresentado no SIOP, visto que não ocorreram novas iniciativas de ZEE, instituídas por ato normativo, no âmbito territorial do bioma Mata Atlântica no ano de 2012. Considerando apenas as iniciativas instituídas por ato normativo nas escalas de 1:1.000.000, ou menores, o valor encontrado foi de 4,6% do bioma. Já considerando as iniciativas de ZEE na escala 1:250.000, ou maiores, o valor encontrado foi de 21,9% do bioma mencionado.

Cobertura do bioma Pampa com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - O valor de apuração calculado manteve-se o mesmo que o apresentado no SIOP, visto que não ocorreram novas iniciativas de ZEE, instituídas por ato normativo, no âmbito territorial do bioma Pampa no ano de 2012.

Cobertura do bioma Pantanal com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - O valor de apuração se mantém 100% visto que todo o bioma Pantanal apresenta algum tipo de iniciativa de ZEE instituído por ato normativo. Esse valor é fortemente influenciado pelas iniciativas na escala 1:1.000.000, ou menores, tal como o MacroZEE da Amazônia Legal, que envolve todo o bioma amazônico e parte do bioma Cerrado e do Pantanal, além do MacroZEE do Estado do Mato Grosso do Sul e do MacroZEE do Estado do Mato Grosso, esse último na escala 1:5.000.000. Considerando apenas as iniciativas instituídas por ato normativo na escala 1:250.000 ou maiores, o valor encontrado foi de 39,5% do respectivo bioma, valor esse representado pela influência do ZEE do Estado do Mato Grosso.

Número de Colegiados Territoriais Consolidados - Nº de Colegiados Territoriais já constituídos, com Regimento Interno aprovado e implantado e com Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável elaborado e qualificado.

OBJETIVO: 0791 - Institucionalização e fortalecimento da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Também foi dado curso à iniciativa de implementar cooperação técnica internacional em políticas públicas de apoio a APLs, através da Cooperação Técnica Brasil União Europeia, na qual foram realizadas ações no âmbito dos diálogos setoriais, onde foram envolvidos APLs brasileiros e Europeus de mesmo setor. O objetivo foi aproximação e aprendizagem entre as empresas. Com relação ao desenvolvimento de Programa de Gestores e Articuladores de Arranjos Produtivos Locais foi firmado um convênio entre MDIC e ABDI, que está em execução, cujo objeto é a elaboração de um Plano Nacional para Gestão de APLs, estando previsto para o final de 2013 toda a ementa do curso, materiais desenvolvidos e ainda a formação de uma turma piloto de 27 multiplicadores.

Quanto ao desenvolvimento de Sistema de Gestão do Conhecimento, e de monitoramento e avaliação em APLs, foi desenvolvido o Observatório Brasileiro de APLs, com recursos do MDIC, MCTI, IBICT e IPEA, em que a plataforma tecnológica encontra-se atualmente sendo povoada por dados de três Estados (AL, GO, PR). Mais 8 estados já receberam treinamento para operar a plataforma e devem começar seus trabalhos de inserção de informações ainda em 2012. A plataforma é constituída por uma rede social, um banco de dados e um portal de internet. Para 2013 está prevista a inserção de uma equipe especializada na gestão das informações e na elaboração de notícias e relatórios estatísticos para

subsidiar a tomada de decisões por parte do GTP APL, que contará com recursos do SEBRAE para sua viabilização. Será também treinado o restante dos Estados para inserirem suas informações e ainda teremos uma equipe de 104 bolsistas do CNPq, que irão a campo para auxiliar na coleta de informações para a geração de indicadores para os APLs. Ainda, com relação a realização de pesquisas, estudos, planos, agendas estratégicas e modelos de gestão e governança de cadeias produtivas e Arranjos Produtivos Locais, foram firmados convênios com a ABDI para o desenvolvimento estudos setoriais nas áreas de agregados da construção civil e cerâmica vermelha, os quais encontram-se em fase final da sua execução. Tais estudos devem demonstrar os gargalos do setor para que possam ser articuladas políticas públicas adequadas. Também, em convênio com o SEBRAE – PB foi encomendado um estudo sobre a cadeia produtiva da Ovinocaprinocultura, com objetivo de identificar as demandas do setor.

Por fim, ainda no ano de 2012 foi realizada plenária do GTP APL com o propósito de lançar o documento da política nacional de APLs. O documento vinha sendo debatido desde o final de 2011 na 5ª Conferência Brasileira de APLs e foi exaustivamente debatido em reuniões durante o ano de 2012. O documento alinha as novas diretrizes para a elaboração de políticas de APLs, o que tem sido denominado de segunda geração de políticas para APLs.

Metas 2012-2015

• Instituir e implementar a Política Nacional para Arranjos Produtivos Locais

Análise Situacional da Meta

Ao longo deste ano, ocorreram diversas reuniões e consultas às instituições do GTP APL. Está previsto para o dia 10 de dezembro uma plenária para lançamento oficial da Política Nacional de APLs e a divulgação do Termo de Referência. Após isso, foi feita a publicação do instrumento no Portal para captar contribuições de todos os membros do GTP APL

.

OBJETIVO: 0982 - Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

Em 2010 foram aprovados os Decretos nº 7.358, de 17.11.2010, que instituiu o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, e o de nº 7.357, de 17.11.2010, que dispunha sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC. A assinatura desses instrumentos legais possibilitou avanços na questão do marco jurídico. Entretanto, faz-se necessário a edição de outros instrumentos para o fortalecimento da Economia Solidária.

Em 2012 a SENAES/MTE redobrou seus esforços para fortalecer, no âmbito do governo federal e dos governos estaduais/municipais, o grau de institucionalidade da economia solidária, tanto do ponto de vista das políticas públicas, quanto em relação à superação da informalidade dos empreendimentos. Em nível federal, obteve-se um avanço importante com a aprovação da Lei das Cooperativas de Trabalho (Lei 12.690/2012). A complexidade das implicações decorrentes deste novo marco regulatório exigiu um prolongado processo de diálogo com os diversos segmentos representativos do cooperativismo para elaboração do texto do Decreto de regulamentação. Neste sentido, trabalha-se na perspectiva de que a Lei esteja regulamentada em 2013.

No que diz respeito ao marco regulatório da Política Nacional de Economia Solidária, o MTE, conjuntamente com o Conselho Nacional de Economia Solidária e diversas organizações do movimento social, logrou êxito com a recepção pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei que trata da matéria. Além disto, houve avanços no âmbito do cooperativismo social com o encaminhamento, após consulta aos ministérios coautores, à Casa Civil do texto do Decreto que cria o Programa Nacional de Apoio às Cooperativas Sociais.

Para 2013, após a publicação do Decreto está prevista a constituição do Comitê Gestor que deverá propor e coordenar a implementação de um conjunto de ações no âmbito do Governo Federal para o fortalecimento do cooperativismo social no país.

Paralelamente às ações relacionadas ao marco regulatório nacional, trabalhou-se também no fortalecimento das iniciativas de elaboração e aprovação de legislações e normas específicas estaduais e municipais.

Outra ação relevante do MTE, ao longo do ano de 2012, refere-se à implantação do Sistema Nacional de Economia Solidária – SINAES, de acordo com as deliberações da II^a Conferência Nacional de Economia Solidária. Trata-se de um sistema integrado por um conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelos empreendimentos econômicos solidários e por instituições privadas sem fins lucrativos afetas à economia solidária. O caráter participativo do SINAES incorpora a experiência exitosa da realização de duas Conferências Nacionais de Economia Solidária e das resoluções do Conselho Nacional de Economia Solidária, que aprovaram importantes diretrizes para efetivar a economia solidária como proposta de um novo modelo de Desenvolvimento Sustentável. Implementar o SINAES significa efetivar as políticas locais e regionais de economia solidária nos três níveis de governo, de modo a dar capilaridade e fortalecer o pacto federativo, tornando a política de economia solidária permanente na estrutura do Estado brasileiro e promovendo a intersetorialidade e a integração entre as várias políticas como estratégia de desenvolvimento sustentável.

Ainda nessa perspectiva, o Conselho Nacional de Economia Solidária discutiu e sistematizou o conjunto de Objetivos, Metas e Iniciativas de vários Programas Temáticos e seus respectivos Ministérios envolvidos como sendo o “Plano Brasil Justo e Solidário”, enquanto diretriz comum para a ação dos diversos entes no fortalecimento institucional da Política de Economia Solidária no Brasil. Diante desta iniciativa diversas unidades da federação também passaram a implementar “Planos Estaduais do Brasil Justo e Solidário”.

Tendo como referência as resoluções do Conselho Nacional e das Conferências Nacionais de Economia Solidária, o MTE passou a incorporar três (03) abordagens nas políticas nacionais de economia solidária: a abordagem territorial, a abordagem de redes e cadeias de produção e comercialização (setorial) e a abordagem de segmentos populacionais. Tais abordagens foram operacionalizadas por meio da estratégia de “integração das ações” pactuadas com entes governamentais, universidades e organizações privadas sem fins lucrativos tanto para territórios, como para redes e cadeias produtivas prioritárias para a economia solidária, bem como para segmentos populacionais específicos, com destaque para o segmento dos Catadores de Materiais Recicláveis.

A economia solidária tem, sobretudo no contexto do Brasil Sem Miséria, papel fundamental de fazer avançar as práticas de desenvolvimento econômico com sustentabilidade, qualificando a capacidade de inclusão social e de democratização em seus territórios. É nesse sentido que surge o desafio de fortalecimento do comércio justo e solidário como mecanismo que alia produção, comercialização e consumo em convergência com a promoção do desenvolvimento em bases sustentáveis.

Com o Decreto do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, o Brasil já dispõe de uma importante normativa para institucionalizar o reconhecimento público dos produtos e serviços da economia solidária, de forma a orientar o mercado e os consumidores na seleção de empresas, tecnologias e produtos com atributos de sustentabilidade social e ecológica dentro de uma lógica de valorização de práticas inclusivas de mercado e socialmente justas.

Em 2012 foram selecionadas propostas para certificação de produtos e serviços no âmbito do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário – SNCJS (Decreto 7.583/2010). Ao todo, até 2014, serão investidos R\$ 5 milhões de reais nessas atividades beneficiando 5 mil empreendimentos econômicos solidários que terão benefícios nos processos de comercialização com a declaração de conformidade de acordo com os critérios e regras do SNCJS.

Metas 2012-2015

• Aprovar o novo marco legal da economia solidária e do cooperativismo de trabalho

Análise Situacional da Meta

No que diz respeito ao marco regulatório da Política Nacional de Economia Solidária, em 2012 foi elaborado, no

âmbito do poder executivo, novo Anteprojeto de Lei da Política Nacional de Economia Solidária. O MTE está realizando adequações e ajustes em função de sugestões apresentadas pelos demais ministérios. Por sua vez, o MTE, conjuntamente com o Conselho Nacional de Economia Solidária e diversas organizações do movimento social, logrou êxito com a recepção, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei que trata da mesma matéria.

Quanto ao marco regulatório do cooperativismo houve uma importante conquista com a aprovação e sanção da Lei 12.690/2012, que regula o funcionamento das cooperativas de trabalho. A lei está em processo de regulamentação. Além disto, houve avanços no âmbito do cooperativismo social com o encaminhamento, após consulta aos ministérios coautores, à Casa Civil do texto do Decreto que cria o Programa Nacional de Apoio às Cooperativas Sociais.

A criação do Programa Nacional permitirá uma maior articulação das ações governamentais para o fortalecimento do cooperativismo social. Após a publicação do Decreto será constituído um comitê gestor interministerial para promover estas ações e sua articulação.

• Criar e implantar o Sistema Nacional de Economia Solidária e fortalecer as instâncias de participação

Análise Situacional da Meta

A nova versão do Anteprojeto de Lei da Política Nacional de Economia Solidária aperfeiçoou a proposição que prevê a criação do Sistema Nacional de Economia Solidária - SINAES. Tal processo foi realizado de forma participativa, ouvindo os segmentos do Conselho Nacional de Economia Solidária. Também foram realizados estudos sobre a legislação vigente e recolhidos subsídios em normativas que tratam de políticas públicas correlatas.

Mais especificamente, o Anteprojeto de lei tem por objetivo delimitar o desenho institucional da política pública de economia solidária, ou seja, sua estrutura de gestão e execução, que, neste caso, propõe-se que se dê por meio da criação de um Sistema Nacional de Economia Solidária. Neste sentido, trata-se de definir os entes (públicos e privados) que deverão integrar o sistema e como se organizarão para desenvolver a política pública para o setor. Busca-se institucionalizar as políticas também em nível municipal e estadual, com a necessidade de criação de conselho, fundo, política pública e adesão ao SINAES.

O MTE promoveu o debate sobre o fortalecimento político e institucional da economia solidária, junto ao Conselho Nacional de Economia Solidária. Em 2012 foi aprovada uma resolução orientadora do processo de reestruturação do Conselho.

Em 2012 o MTE fortaleceu o envolvimento dos entes federados na implementação da política de economia solidária criando bases objetivas para a integração federativa como fundamento de um sistema nacional de políticas públicas para a economia solidária.

• Implementar a inserção de 9 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário

Análise Situacional da Meta

Em 2012 o MTE, em consonância com o previsto no Decreto nº 7.358/2010, que cria o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário - SNCJS, elaborou a concepção de um serviço nacional de certificação solidária para o reconhecimento das práticas de comércio justo e solidário e definiu os instrumentos para a sua implementação, compreendendo: Declaração de Conformidade da Economia Solidária; Rede Nacional de Entidades Parceiras da Certificação Solidária; Cadastro Nacional dos Participantes; Termo de Adesão ao Sistema; a Marca “Espaço de Comercialização Solidária – ECOS”; e o Termo de Referência para Contrato Comercial de Bases Justas e Solidárias.

Em 2012 o MTE deu início ao processo de operacionalização do SNCJS, sobretudo no que se refere à certificação dos produtos e serviços da economia solidária, com o Edital de Chamada Pública 002/2012. Ao todo, até 2014, serão investidos R\$ 5 milhões de reais nessas atividades alcançando a meta de 05 (cinco) mil empreendimentos econômicos solidários a serem fortalecidos nos processos de comercialização de seus produtos e serviços via aquisição de Declaração de Conformidade com os critérios e regras estabelecidas no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário.

Quantidade alcançada

1.375

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	900	unidade	69	31/12/2012
Região Nordeste	3.600	unidade	550	31/12/2012
Região Norte	900	unidade	69	31/12/2012
Região Sudeste	1.800	unidade	275	31/12/2012
Região Sul	1.800	unidade	412	31/12/2012

• **Manter e atualizar informações de 30 mil organizações de economia solidária**

Análise Situacional da Meta

A estratégia central é a manutenção/ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária – SIES, com identificação e caracterização de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento a políticas públicas de economia solidária, de forma a possibilitar a sua visibilidade e fortalecer a economia solidária como estratégia de organização social para geração de trabalho e renda e a inclusão social; subsidiar a formulação de políticas públicas e a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária; facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária; e integrar empreendimentos em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais a fim de facilitar processos de comercialização.

No SIES são inseridas as informações levantadas no mapeamento da Economia Solidária no Brasil, constituindo-se em um instrumento para identificar e caracterizar os milhares de empreendimentos coletivos, organizados sob autogestão, que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário.

Para o alcance da meta proposta, a atualização e a ampliação das bases do SIES estão em fase de execução com a expectativa de inclusão de 30 mil organizações de economia solidária até 2013. Em 2012 houve a manutenção dos 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, quantitativo que compõe a base atual.

As principais dificuldades enfrentadas nesta etapa do SIES foram: a) interrupção dos trabalhos de campo em função de suspensão de convênios na execução das ações em duas regiões; b) necessidade de aditamento de convênios para viabilizar a conclusão dos trabalhos de campo e inserção dos dados; e c) dificuldades de localização dos EES para realizar as revisitas aos EES já existentes e inseridos na base do SIES.

No segundo semestre de 2012 após a celebração de novos convênios e termos de cooperação, bem como com o aditamento de convênios pela Financiadora de Projetos (FINEP) foi possível a retomada do trabalho de campo em todas as regiões do país com exceção da Região Norte e parte da Região Sul, onde o trabalho de campo já foi concluído. As equipes técnicas estaduais foram fortalecidas e as comissões gestoras estaduais foram mobilizadas para apoiar o trabalho de campo. Os resultados deste processo de mapeamento estarão disponíveis para divulgação em 2013. A partir da base de informações dos 30 mil EES estipulados para o SIES, bem como as informações advindas do monitoramento do conjunto das políticas de Economia Solidária, o MTE está iniciando o processo de implantação de um Observatório do Cooperativismo e da Economia Solidária no Brasil. No âmbito das estatísticas e informações relativas à economia solidária e no contexto do Ano Internacional das Cooperativas, o MTE, em parceria com o MAPA, promoveu diálogo no sentido de promover adequações na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais).

Quantidade alcançada

21.859

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3.000	unidade	2.210	31/12/2012
Região Nordeste	12.000	unidade	9.498	31/12/2012
Região Norte	3.000	unidade	2.656	31/12/2012

Região Sudeste	6.000	unidade	3.912	31/12/2012
Região Sul	6.000	unidade	3.583	31/12/2012

• Promover a integração das políticas de economia solidária em 100 processos territoriais de desenvolvimento

Análise Situacional da Meta

O desenvolvimento de ações integradas em economia solidária para promoção do desenvolvimento sustentável com abordagem territorial foi um processo iniciado em 2011, cujas ações ganharam mais efetividade no ano 2012. Por meio de Chamadas Públicas especificamente voltadas a essa meta, o MTE celebrou parcerias com governos estaduais e municipais, envolvendo um conjunto selecionado de 19 estados e 42 municípios, cujas propostas compreendem um total de 100 (cem) territórios priorizados. Deste total, 44 (quarenta e quatro) são também integrantes do Programa Territórios de Cidadania, ampliando-se a participação da economia solidária nesta importante estratégia do Governo Federal.

As ações desenvolvidas nos territórios abrangem a implantação de espaços multifuncionais de economia solidária, com agentes comunitários de desenvolvimento que atuarão na formação e assessoramento técnico para fomento à produção e comercialização de produtos e serviços de Empreendimentos Econômicos Solidários.

Os investimentos foram na ordem de R\$ 40,7 milhões, beneficiando 30,1 mil famílias – cerca de 85 mil pessoas – em 567 municípios brasileiros, sendo que a maioria desses territórios encontra-se em fase inicial de desenvolvimento de suas ações. Para 2013 projeta-se a realização de convênio com mais 08 (oito) estados, envolvendo um valor aproximado de R\$ 16.000.000,00 e abarcando aproximadamente mais 32 territórios, superando assim a meta estabelecida.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10	unidade	10	31/12/2012
Região Nordeste	40	unidade	40	31/12/2012
Região Norte	10	unidade	10	31/12/2012
Região Sudeste	20	unidade	20	31/12/2012
Região Sul	20	unidade	20	31/12/2012

• Realização de campanhas educativas para divulgação da economia solidária e promoção do consumo responsável e solidário

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 o MTE distribuiu material audiovisual produzido para promover e divulgar a economia solidária e o consumo responsável e solidário. A Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização Social “ECONOMIA SOLIDÁRIA – OUTRA ECONOMIA ACONTECE”, lançada no ano de 2010, contou com a produção de 60 mil kits de material de divulgação da Economia Solidária. Os kits eram compostos por: a) materiais impressos, contendo Manual para Formadores; Cartilha da Campanha Nacional; Cartaz-folder; Folheto; Cartilha de Rádio e Atlas da Economia Solidária; b) DVD – Vídeos (dois vídeos documentários “Outra Economia Acontece”, sendo um de 25 minutos e outro de 12, e um vídeo “Brasil Solidário” com uma série de 14 programetes para TV de 1 minuto e meio cada); c) CD com Vídeos (formato WMV) e materiais impressos (formato PDF); e d) CD com Spot e Programas de Rádio.

No ano 2012, foram distribuídos aproximadamente 20 mil kits para os diversos parceiros, fóruns, movimentos sociais e outros demandantes do material. Com destaque para a incorporação do material em programas do governo federal como o Programa Mulheres Mil.

No segundo semestre de 2012 foi feito planejamento junto a Assessoria de Comunicação do Ministério para lançamento, em 2013, da Campanha Nacional de Comércio Justo e Solidário, com o objetivo de sensibilizar e

mobilizar a sociedade brasileira para a prática do Comércio Justo e Solidário. Esta Campanha dialoga tanto com as estratégias de implementação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, como com a promoção da Economia Solidária em si, e consequentemente, do Consumo Responsável e Solidário.

No final de 2012 iniciou-se o planejamento e a elaboração de materiais para a Campanha de Promoção do Comércio Justo e a criação do Selo Nacional de Comércio Justo e Solidário. O lançamento da campanha está previsto para o primeiro semestre de 2013, como parte das atividades da Semana Mundial do Comércio Justo a ser realizada no Brasil em maio de 2013.

OBJETIVO: 0983 - Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

A economia solidária vem sendo reconhecida e fortalecida como uma estratégia de inclusão produtiva das pessoas em situação de extrema pobreza nos processos locais e territoriais de desenvolvimento, dinamizando cadeias produtivas e arranjos econômicos inclusivos. As iniciativas econômicas solidárias constituem-se em formas de organização da produção, da comercialização, das finanças e do consumo que privilegiam o trabalho associado, a autogestão, a cooperação e a sustentabilidade, tendo o ser humano como sujeito e finalidade do desenvolvimento e afirmado o trabalho associado enquanto direito.

O MTE, em 2012, ampliou as ações de fomento e fortalecimento da economia solidária para contribuir com o esforço nacional de superação da pobreza extrema no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. Para cumprir esta missão foram celebrados 81 novos convênios com governos estaduais e municipais, universidades e entidades da sociedade civil sem finalidade lucrativa, com o comprometimento de transferência voluntária de R\$ 170.835.600,27, dos quais R\$ 73.337.081,46 foram empenhados no exercício. Parte deste recurso foi descentralizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no âmbito das ações de Inclusão Produtiva Urbana do Brasil Sem Miséria. Com esses convênios, serão apoiados 2.657 empreendimentos econômicos solidários, beneficiando diretamente 54.256 famílias e 164.375 pessoas indiretamente.

Deu-se continuidade às ações de fomento e fortalecimento das organizações de catadores de materiais recicláveis no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Em 2012, o MTE apoiou 25 novos projetos, com o empenho de R\$ 35.541.349,41, que irão beneficiar diretamente 249 empreendimentos, com 15 mil catadores e catadoras participantes. Deu-se continuidade ao Projeto CATAFORTE voltado para o fortalecimento de Redes de Cooperação e Logística Solidária, beneficiando 26 redes e 187 cooperativas e associações de catadores.

Para fortalecimento das organizações de catadores de materiais recicláveis, foi formulada uma agenda interministerial no âmbito do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, articulado com as metas do Plano Brasil Sem Miséria. Para tanto, os Governos Estaduais foram convocados para aderirem às ações de inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis na implantação das políticas estaduais e municipais de resíduos sólidos. No total, até 2014, serão disponibilizados R\$ 141,5 milhões para beneficiar mais 60 mil famílias de catadores que não estão adequadamente organizadas, cujo trabalho ainda é realizado em “lixões” ou nas ruas, de forma precária, individual ou desarticulada. Essas famílias serão identificadas e inscritas no Cadastro Único do Governo e terão acesso às ações de elevação de escolaridade, de educação profissional e tecnológica, de assistência técnica com vistas à implantação da coleta seletiva e de acordos setoriais para logística reversa.

Para dar suporte aos agentes comunitários, educadores, mobilizadores sociais e gestores públicos que atuam nessas ações de fomento e fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, em 2012, foram destinados recursos para continuidade e ampliação dos Centros de Formação em Economia Solidária. Até 2014 serão investidos cerca de R\$ 16 milhões para formação de 8 mil agentes em 07 unidades, sendo uma nacional e 06 regionais, com 02 Centros na região

Norte.

Na promoção das iniciativas de finanças solidárias, no ano 2012 foram identificados e mapeados 500 Fundos Rotativos Solidários que beneficiam projetos comunitários com pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza em todas as regiões. Esses fundos estão recebendo assessoria técnica e suporte para fortalecimento de suas atividades. Os 81 Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD's) já existentes proporcionaram serviços de inclusão financeira, produtiva e econômica para 10 mil mulheres do Programa Bolsa Família. Essas iniciativas serão ampliadas nos próximos 02 anos, contando com a parceria de bancos públicos na constituição de fundos de apoio e na expansão de serviços financeiros por meio da estratégia de correspondência bancária comunitária.

Metas 2012-2015

- **Certificar os produtos e serviços de 5 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Comércio Justo e Solidário**

Análise Situacional da Meta

Para certificar os produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários foi organizada, por meio de Chamada Pública, a seleção de entidades para a implantação das metodologias de certificação próprias do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário – SCJS. O principal instrumento é a Declaração de Conformidade da Economia Solidária – DCSOL, que compreende os fundamentos e os conteúdos metodológicos para as seguintes etapas da certificação: identificação, reconhecimento (avaliação, inspeção), cadastro e registro de um Empreendimento Econômico Solidário – EES com prática em comércio justo e solidário no SCJS.

O desenvolvimento e a aplicação das modalidades de avaliação de conformidade são três: a) declaração de conformidade de fornecedor ou atestação de primeira parte ou reconhecida por esse Edital de Declaração de Conformidade Coletiva (DCC); b) declaração de conformidade por avaliação de pares ou atestação de segunda parte ou conhecida por Sistema Participativo da Garantia (SPG); e c) declaração de conformidade por auditoria externa ou de atestação de terceira parte.

Desse modo, um Empreendimento Econômico Solidário (EES) com prática em comércio justo e solidário, reconhecido por uma das três modalidades da garantia, receberá um primeiro certificado, específico de uma das três metodologias utilizadas por entidades especializadas no uso das metodologias. A partir dele, o EES poderá receber o segundo certificado – a Declaração de Conformidade da Economia Solidaria (DCSOL) –, meio de acesso de um EES (no caso, habilitação e permanência) ao Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS). Em outras palavras, a DCSOL se configura como a etapa final do percurso de reconhecimento de um EES-CJS habilitado no SCJS.

Ao todo, até 2014, serão investidos R\$ 5 milhões de reais nessas atividades, alcançando a meta de 05 (cinco) mil empreendimentos econômicos solidários, que serão fortalecidos nos processos de comercialização de seus produtos e serviços via aquisição de Declaração de Conformidade com os critérios e regras estabelecidas no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário. Em 2012 já foram empenhados R\$ 1,2 milhões para certificar 650 Empreendimentos Econômicos Solidários com prática em comércio justo e solidário.

Quantidade alcançada

650

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	500	unidade	33	31/12/2012
Região Nordeste	2.000	unidade	260	31/12/2012
Região Norte	500	unidade	32	31/12/2012
Região Sudeste	1.000	unidade	130	31/12/2012
Região Sul	1.000	unidade	195	31/12/2012

- **Criar e fortalecer 200 redes de produção e comercialização**

Análise Situacional da Meta

O fortalecimento de Redes de Cooperação Solidária foi estimulado como estratégia fundamental em todos os projetos na parceria com estados e municípios nas ações do Brasil Sem Miséria entre 2011 e 2012. Estando a maioria das ações ainda em fase inicial de implantação, ainda não é possível contabilizar o número de Redes que foram efetivamente beneficiadas por meio das “Ações Integradas em Economia Solidária”.

Todavia, ainda em 2012, uma ação específica com foco na meta de Redes foi realizada, com lançamento da Chamada Pública 004/2012, cujo objeto é a organização e fortalecimento de redes de cooperação solidária constituídas por empreendimentos econômicos solidários. Dos resultados dessa Chamada Pública, foram classificadas 32 propostas destinadas ao beneficiamento de redes de abrangência territorial, regional e nacional. Destas, 09 propostas foram empenhadas, totalizando um montante de R\$ 4.000.000,00, que beneficiará redes de empreendimentos de diferentes abrangências e atividades produtivas, além de redes específicas voltadas a segmentos de mulheres, povos e comunidades tradicionais e juventude.

A estratégia de fortalecimento de redes de EES tem sido também a estratégia para a política de organização de catadores de materiais recicláveis. Nessa perspectiva, o MTE atuou na agenda interministerial do Plano Nacional de Resíduos Sólidos por meio de parcerias com governos de estados, municípios e organizações de catadores nas diversas regiões do Brasil, investindo R\$ 21,4 milhões e beneficiando diretamente 8,5 mil catadores e catadoras em mobilização, articulação em rede, formação, assessoria técnica e comercialização; e da continuidade do Projeto CATAFORTE, voltado para o fortalecimento de Redes de Cooperação e Logística Solidária, beneficiando 25 Redes de Cooperação e 187 cooperativas e associações de catadores. No ano de 2012, um novo Edital de Chamada Pública selecionou uma proposta nacional para promover a articulação, a integração e o aperfeiçoamento das parceiras do MTE nestas ações.

Ainda em 2012, a ação específica com Redes de Catadores foi ampliada mediante a convocação do MTE aos Governos Estaduais para adesão destes à política de inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis, na implantação das políticas estaduais e municipais de resíduos sólidos. Para tanto, em 2013 e 2014 serão disponibilizados R\$ 141,5 milhões para beneficiar mais 60 mil famílias de catadores que trabalham de forma precária, individual ou desarticulada. A articulação interministerial para apoio a essas famílias permitirá sua inscrição no Cadastro Único do Governo e seu acesso às ações de elevação de escolaridade, educação profissional/tecnológica e assistência técnica na constituição e fortalecimento de cooperativas.

Para o segmento populacional de juventude, a ação de Redes de Cooperação também tem sido o caminho adotado. Em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria Geral da PR, o MTE está compondo duas frentes de articulação interministerial para inclusão produtiva da juventude na perspectiva da Economia Solidária:

a) Agenda de Enfrentamento da Violência contra a Juventude Negra: o conjunto das iniciativas vai desde ações de prevenção que visam reduzir a vulnerabilidade de jovens negros em situações de violência física, até a oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência nos territórios. A meta do MTE é a implantação de Centros Multifuncionais de Economia Solidária, visando à geração de trabalho e renda, tendo um público estimado em 4.750 jovens. O recurso disponível para cada Centro de Ações Integradas de Economia Solidária é de R\$ 500.000,00, para um ano e meio de execução. Portanto, o valor de investimento, nos anos de 2012 e 2013, é de R\$ 9.500.000,00. Trata-se de uma política que se inicia com o apoio à constituição e/ou fortalecimento de empreendimentos juvenis e posteriormente com o apoio à articulação destes em redes e cadeias de produção e comercialização.

b) Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários juvenis em Redes: com o objetivo de promover a organização e fortalecimento de redes de cooperação solidária constituídas por empreendimentos econômicos solidários juvenis, foi lançado um módulo específico para trabalhar o tema “Juventude” na Chamada Pública 004/2012, a partir da qual foram aprovadas 03 propostas, que reúnem um valor de R\$ 3.380.000,00. Com as propostas selecionadas, será possível beneficiar um total de 03 redes de empreendimentos solidários exclusivos ou majoritariamente compostos por jovens. Prevê-se, no ano 2013, reabertura da Chamada Pública nesta modalidade específica, oportunizando ampliar o número de Redes deste segmento específico. A ação será garantida via adesão da

Secretaria Nacional de Juventude ao edital de Chamada Pública, tendo como foco especial a juventude inserida em situação de pobreza e pobreza extrema.

Quantidade alcançada

46

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	20	unidade	4	31/12/2012
Região Nordeste	80	unidade	14	31/12/2012
Região Norte	20	unidade	4	31/12/2012
Região Sudeste	40	unidade	8	31/12/2012
Região Sul	40	unidade	16	31/12/2012

- Incluir 200 comunidades nas finanças solidárias**

Análise Situacional da Meta

No campo das Finanças Solidárias, o ano 2012 foi decisivo na conclusão do mapeamento nacional de Fundos Rotativos Solidários, com resultados que contabilizaram um total de 500 fundos mapeados, cujos dados, além de darem visibilidade ao crescimento dessa estratégia na organização da economia solidária brasileira, oportunizam repensar uma política de apoio para seu fortalecimento.

No que se refere aos Bancos Comunitários, 2012 consolidou a experiência do Projeto de Inclusão Financeira, Produtiva e Econômica de Mulheres do Programa Bolsa Família pela parceria com o Banco Palmas, no Ceará, cujos resultados abrem possibilidades para a ampliação dessa ação para o conjunto dos 81 bancos comunitários articulados em Rede em todo o Brasil.

A consolidação da questão das finanças solidárias, na política nacional de economia solidária, permitiu acumular experiências e reflexões que fundamentarão o lançamento do Edital de Chamada Pública, no ano de 2013, para seleção de propostas que contemplem o fortalecimento das três modalidades de finanças solidárias: a) Fundos Rotativos Solidários; b) Bancos Comunitários de Desenvolvimento; e c) as Cooperativas de Crédito Solidário. A organização das finanças, considerando estas modalidades, permite o fortalecimento da economia solidária e a promoção do desenvolvimento territorial das comunidades beneficiadas.

Quantidade alcançada

32

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	20	unidade	2	31/12/2012
Região Nordeste	80	unidade	7	31/12/2012
Região Norte	20	unidade	3	31/12/2012
Região Sudeste	40	unidade	17	31/12/2012
Região Sul	40	unidade	3	31/12/2012

- Promover a formação e capacitação social e profissional de 10.000 trabalhadores para a economia solidária, com prioridade para mulheres e população negra**

Análise Situacional da Meta

Uma das principais estratégias para o alcance de 10.000 trabalhadores formados e qualificados é a Formação de Formadores, Educadores e Gestores Públicos em Economia Solidária. Essa estratégia busca desenvolver ações estruturadas e sistemáticas de formação, articuladas numa rede nacional para qualificar sua atuação como multiplicadores de conhecimentos, inovações metodológicas/tecnológicas junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), bem como, para o fortalecimento das políticas públicas federais, estaduais e municipais.

O principal instrumento para a estruturação das atividades formativas é a Constituição da Rede de Centros de

Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária, desenvolvendo atividades como: 1) formação avançada e continuada de formadores e educadores que atuam na economia solidária; 2) sistematização e disseminação de metodologias de formação; 3) organização, publicação e disseminação de material pedagógico e subsídios para a formação; 4) articulação de formadores e educadores em rede nacional; e 5) Formação sistemática de gestores públicos atuantes em políticas de economia solidária.

A ação direta junto aos EES dá-se via “ações integradas em economia solidária”, desenvolvidas na parceria com prefeituras, governos estaduais e sociedade civil, que asseguram um eixo voltado à Formação, Informação e Assessoria Técnica. A importância da formação para os empreendimentos econômicos solidários e os agentes que atuam diretamente no seu assessoramento torna esta ação central. Neste sentido, é possível identificar a superação da meta proposta por ocasião da elaboração do PPA 2012-2015.

Esses instrumentos são complementados na articulação com outras políticas de Educação voltadas à elevação da escolaridade, qualificação técnica/profissional, formação política dos EES e ao desenvolvimento/disseminação de tecnologias sociais, numa parceria interministerial envolvendo MEC, MCT e Secretaria Geral da Presidência da República.

No tocante aos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES), em 2012 encerraram-se os convênios relativos aos 05 (cinco) centros regionais e 01 (um) nacional. Também se concluiu o processo de seleção de propostas para continuidade com a Chamada Pública 001/2012, objetivando consolidar uma Rede Nacional de Centros de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária – REDE CFES, que funcionará com 07 unidades dos Centros, sendo 01 nacional e 06 regionais (02 na Região Norte). Até 2014 serão investidos cerca de R\$ 16 milhões para formação de 8 mil educadores (formadores e agentes de desenvolvimento) em economia solidária, a partir das diretrizes definidas pelo Conselho Nacional de Economia Solidária.

Quanto aos projetos que envolvem formação direta aos EES, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria foram garantidos, na parceria com estados e municípios em “Ações Integradas em Economia Solidária”, investimentos da ordem de R\$ 40,7 milhões, beneficiando 30,1 mil famílias (cerca de 85 mil pessoas) em 567 municípios brasileiros. As ações previstas na atuação dos Agentes de Desenvolvimento têm como abordagem o Desenvolvimento Territorial, e, dentre elas, estão a formação e o assessoramento técnico de 1,1 mil de EES.

Especificamente para o segmento Catador, com continuidade das ações de fortalecimento de sua organização produtiva no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com investimento de R\$ 21,4 milhões, serão beneficiadas diretamente 8,5 mil famílias, cerca de 20 mil pessoas, com formação e assessoria técnica.

A meta de formação e qualificação profissional está também assegurada em ações do Projeto CATAFORTE, na parceria BNDES, Petrobras, Fundação Banco do Brasil e MTE, que beneficia cerca de 25 Redes de Cooperação e 187 cooperativas e associações de catadores.

Quanto ao acesso da Economia Solidária em outras políticas de Educação, destacam-se:

A) Articulação com Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), para inserir Economia Solidária como tema na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para 2012, foram elaborados materiais específicos para subsidiar professores e alunos na Formação de Gestores e Professores, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC);

B) Articulação com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) para atuação no PRONATEC e no Programa Mulheres Mil. No primeiro, em duas linhas: ações com catadores, com a meta de incluir no PRONATEC 40 mil catadores até 2014, e ações com o PBSM; no segundo, por meio da elaboração de material didático-pedagógico e formação de 200 gestores;

C) Articulação com a Secretaria Geral da Presidência (SG/PR) na construção de programa de fortalecimento da Educação Popular, envolvendo outros órgãos do Governo Federal.

Quantidade alcançada

2.455

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.000	unidade	453	31/12/2012
Região Nordeste	4.000	unidade	902	31/12/2012
Região Norte	1.000	unidade	164	31/12/2012
Região Sudeste	2.000	unidade	560	31/12/2012
Região Sul	2.000	unidade	376	31/12/2012

• Promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a 1,5 mil empreendimentos econômicos solidários

Análise Situacional da Meta

Uma das principais estratégias para o alcance dessa meta é o apoio à consolidação e ampliação das Incubadoras de Cooperativas Populares, sendo estas importantes instrumentos para fomentar a criação e o acompanhamento de cooperativas, produzindo conhecimentos e viabilizando a formação dos quadros das cooperativas.

Neste sentido, o MTE deu seguimento ao fortalecimento do PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Decreto 7.657/2010), que se constitui numa articulação interinstitucional para o apoio de Incubadoras Universitárias de empreendimentos econômicos solidários, apoiando o desenvolvimento institucional das incubadoras e levando a uma maior articulação entre as universidades brasileiras e as diferentes formas de cooperativas populares. Além do acompanhamento e supervisão dos convênios e termos de parceria anteriormente celebrados, foram repassadas as parcelas subsequentes para continuidade das ações pactuadas.

Ao longo dos últimos anos, o PRONINC permitiu a constituição de uma rede com 77 incubadoras universitárias espalhadas em todo o Brasil. Vale ressaltar, que além da ação de incubação de EES, a parceria com a FINEP tem possibilitado ações voltadas a Tecnologias Sociais para o Desenvolvimento.

A incubação e assessoria técnica aos EES foram também asseguradas via PROEXT (Programa de Extensão Universitária), desenvolvido na parceria com o MEC. O PROEXT tem por objetivo o apoio às instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Dentro da Linha Temática “Geração de Trabalho e Renda em Economia Solidária”, foram selecionados em 2011 e executados em 2012 um total de 56 projetos, somando um volume de R\$ 5,4 milhões. O apoio do PROEXT tem fortalecido a atuação das IES na economia solidária. Ainda no ano de 2012 foram selecionados os projetos a serem executados em 2013, sendo um total de 57 projetos/programas com um orçamento estimado em R\$ 7 milhões totais.

A ação com as Incubadoras visa ainda apoiar a consolidação das incubadoras públicas de empreendimentos econômicos solidários, pertencentes a poderes públicos, e as incubadoras ligadas a entidades da sociedade civil, que prestam formação e acompanhamento para empreendimentos econômicos solidários.

O Programa é coordenado pelo Comitê Gestor, composto por representantes do Governo Federal, Universidades e organizações da sociedade civil. Ao longo do ano foram realizadas duas reuniões de trabalho do Comitê de acompanhamento do programa e elaboração de plano de ação para seu fortalecimento.

No tocante à assessoria técnica aos EES e suas Redes de Cooperação, as ações foram garantidas também por meio dos projetos na parceria com municípios, estados e organizações da sociedade civil (esta última, no tema específico de Catadores). A concepção desses projetos incorpora na assessoria técnica a dimensão cultural e territorial nos processos produtivos, fortalecendo práticas de autogestão justas e solidárias, melhorando a qualidade dos produtos, assessorando a elaboração de planos de negócio, de planos de marketing e os registros fiscais e contábeis adequados à legislação vigente. A ação de assessoramento técnico nesses projetos propicia também a identificação e o apoio à constituição e ao fortalecimento de redes de cooperação.

Quantidade alcançada

620

Data de Referência

31/12/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
------------------------	-------	---------	-----------------	------

Região Centro-Oeste	150	unidade	32	31/12/2012
Região Nordeste	600	unidade	197	31/12/2012
Região Norte	150	unidade	90	31/12/2012
Região Sudeste	300	unidade	140	31/12/2012
Região Sul	300	unidade	161	31/12/2012

OBJETIVO: 0793 - Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, em relação a este objetivo foram cumpridas as seguintes atividades:

Proposta Preliminar do MacroZee do bioma Cerrado consolidada, que está atualmente em discussão na CCZEE. Além disso, a contratação depessoal jurídica para elaborar cenários prospectivos para o bioma Cerrado está em fase final do procedimento de contratação; Além disso, foi realizado aditivo ao convênio com o estado do Piauí para elaboração do ZEE estadual, além de estar em fase final de concretização os convênios com Distrito Federal e Tocantins para elaboração dos ZEEs estaduais.

Metas 2012-2015

- **Elaborar o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do bioma Cerrado**

Análise Situacional da Meta

A versão preliminar do MacroZEE do Cerrado foi concluída por empresa contratada e encontra-se em fase de análise pela CCZEE.

- **Elaborar o Zoneamento Ecológico-Econômico em pelo menos 10 municípios com maiores índices de desmatamento na Amazônia Legal**

Análise Situacional da Meta

Os recursos foram disponibilizados pela Sudam via Siconv, no entanto não foram apresentadas propostas por parte dos municípios

OBJETIVO: 0977 - Promover a integração de políticas públicas em âmbito setorial e federativo, bem como em múltiplas escalas territoriais, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, optou-se por enfatizar ações de mobilização dos pré-territórios e realizar as inclusões de territórios no programa em 2013. Ademais, foram atendidos 120 territórios rurais com políticas integradas pelo Programa Territórios da Cidadania.

Metas 2012-2015

- **Atender 280 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, compatível com as principais carências existentes no meio rural**

Análise Situacional da Meta

Optou-se, em 2012, por trabalhar ações de mobilização. Atualmente, 120 territórios rurais são atendidos com políticas integradas pelo Programa Territórios da Cidadania.

Quantidade alcançada

120

Data de Referência

13/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	39	unidade	12	13/02/2013
Região Nordeste	114	unidade	56	13/02/2013
Região Norte	53	unidade	27	13/02/2013
Região Sudeste	35	unidade	15	13/02/2013
Região Sul	39	unidade	10	15/02/2013

• Criar e implementar o marco legal da Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural

Análise Situacional da Meta

Foram iniciados debates sobre a Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural no Comitê de Desenvolvimento Territorial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (CONDRAF).

• Desenvolver ferramentas de gestão que adequem as políticas para territórios rurais às especificidades das comunidades quilombolas e tradicionais.

Análise Situacional da Meta

Há 37 Colegiados Territoriais com Câmaras ou Comitês Temáticos de Povos e Comunidades Tradicionais (6 de Comunidades Indígenas, 23 de Comunidades Quilombolas, e 8 de Comunidades de Pescadores), para inclusão da perspectiva étnica e racial na discussão sobre políticas públicas nessas instâncias.

• Inserir a perspectiva étnico-racial nos programas voltados aos territórios rurais.

Análise Situacional da Meta

Há 37 Colegiados Territoriais com Câmaras ou Comitês Temáticos de Povos e Comunidades Tradicionais (6 de Comunidades Indígenas, 23 de Comunidades Quilombolas, e 8 de Comunidades de Pescadores), para inclusão da perspectiva étnica e racial na discussão sobre políticas públicas nessas instâncias.

OBJETIVO: 0978 - Consolidar um modelo de governança territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento, entre poder público e sociedade civil organizada, da formulação, gestão e controle das políticas públicas, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Estão em curso as ações necessárias para atingir os objetivos propostos. Em 2012, optou-se por enfatizar a mobilização dos pré-territórios, e realizar as inclusões de territórios no programa em 2013. Ademais, foram apoiados todos os 165 territórios rurais existentes e seus colegiados. Destaca-se as seguintes realizações: sistematização de 88 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS e elaboração de outros 10. Estão em processo de elaboração sete Planos. Além disso, houve apoio para apresentação de projetos de inclusão produtiva, totalizando 158 PTDRSs apoiados em sua gestão.

Metas 2012-2015

• Apoiar 165 territórios rurais existentes e respectivos colegiados

Análise Situacional da Meta

Todos os territórios rurais existentes foram apoiados em 2012, viabilizando a elaboração/qualificação de planos

territoriais de desenvolvimento rural sustentável, formação de agentes de desenvolvimento incluindo gestores públicos e representações da sociedade civil, além do apoio ao funcionamento das institucionalidades territoriais que atuam na gestão e controle social do processo.

Quantidade alcançada

165

Data de Referência

13/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	17	unidade	17	13/02/2013
Região Nordeste	67	unidade	67	13/02/2013
Região Norte	33	unidade	33	13/02/2013
Região Sudeste	26	unidade	26	13/02/2013
Região Sul	22	unidade	22	13/02/2013

• Apoiar a gestão de 280 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável

Análise Situacional da Meta

As seguintes atividades foram realizadas: 88 planos foram sistematizados, 10 foram elaborados, e 7 estão em processo de elaboração. Além disso, houve apoio para apresentação de projetos de inclusão produtiva, totalizando 158 PTDRSs apoiados em sua gestão.

Quantidade alcançada

158

Data de Referência

13/02/2013

• Articular 200 processos de Agenda 21 junto aos colegiados territoriais

Análise Situacional da Meta

Para o desenvolvimento de ações necessárias para atingir essa meta serão levantados dados em 2013, por ocasião de pesquisa do IBGE, por município.

• Capacitar ou formar 80.000 agentes de desenvolvimento

Análise Situacional da Meta

As atividades de capacitação realizadas no período estão dentro do planejado para a evolução desta meta, tendo sido capacitados 16.586 agentes de desenvolvimento.

Quantidade alcançada

16.586

Data de Referência

15/02/2013

• Criar mecanismos de garantia da participação de povos e comunidades tradicionais nos colegiados territoriais e outras instâncias colegiadas

Análise Situacional da Meta

Há 37 Colegiados Territoriais com Câmaras ou Comitês Temáticos de Povos e Comunidades Tradicionais (6 de Comunidades Indígenas, 23 de Comunidades Quilombolas, e 8 de Comunidades de Pescadores), para inclusão da perspectiva étnica e racial na discussão sobre políticas públicas nessas instâncias.

• Reconhecer 160 novos territórios rurais e constituir e apoiar os respectivos colegiados

Análise Situacional da Meta

Foi apoiada a organização de novos territórios, de modo que, ao final de 2012, foram registrados 108 'pré-territórios'. Destes, 61 foram homologados pelos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural e estão prontos para serem incorporados ao programa. A inclusão será efetuada a partir de 2013. Além disso, 35 desses pré-territórios foram apoiados com recursos para mobilização, constituição e funcionamento dos respectivos colegiados territoriais.

OBJETIVO: 0979 - Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

A perspectiva para 2013 é de avanço nos resultados ainda não alcançados em 2012, uma vez que novos convênios foram firmados em 2012 e começarão a operar este ano. Nesse sentido, foram selecionadas propostas, por meio Chamamento Público 01/2012/SDT, para o apoio a 450 organizações produtivas e a 6 projetos estratégicos de estudos, integração e desenvolvimento de cadeias produtivas. Além disso, foram apoiadas 25 redes de cooperação voltadas para o desenvolvimento socioprodutivo e capacitados 397 agentes de promoção de redes socioprodutivas solidárias nos territórios para comercialização/cooperativismo, superando a meta prevista para os quatro anos.

Metas 2012-2015

- Apoiar 920 projetos estratégicos de estudos, integração e desenvolvimento de cadeias produtivas**

Análise Situacional da Meta

Foram selecionados 12 projetos, por meio do Chamamento Público 01/2012/SDT. Nos projetos, estão previstas as ações de estudos, integração e desenvolvimento de cadeias produtivas. Contudo, a execução dos projetos inicia-se em 2013, quando efetivamente, serão executadas as atividades. Assim, tais projetos contribuirão para o alcance da meta global, prevista para o período de quatro anos.

Ademais, foram apoiados, em 2012, 6 projetos estratégicos que se referem a propostas de outros anos e cuja execução orçamentária se deu em exercício anterior.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	128	unidade	4	30/11/2012
Região Nordeste	375	unidade	0	30/11/2012
Região Norte	174	unidade	2	30/11/2012
Região Sudeste	115	unidade	0	30/11/2012
Região Sul	128	unidade	0	30/11/2012

- Apoiar a organização produtiva de 7.000 empreendimentos econômicos solidários, sendo, no mínimo, 30% de grupos de mulheres**

Análise Situacional da Meta

Foram selecionados 12 projetos, por meio do Chamamento Público 01/2012/SDT. Nos projetos, estão previstas as ações de apoio às organizações produtivas de empreendimentos econômicos. Contudo, a execução dos projetos inicia-se em 2013, quando efetivamente, serão executadas as atividades. Assim, tais projetos contribuirão para o alcance da meta global, prevista para o período de quatro anos. Ademais, foram apoiados, em 2012, 450 empreendimentos que se referem a propostas de outros anos e cuja execução orçamentária se deu em exercício anterior.

Quantidade alcançada

450

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	780	unidade	0	30/11/2012
Região Nordeste	3.680	unidade	400	30/11/2012

Região Norte	1.060	unidade	0	30/11/2012
Região Sudeste	700	unidade	25	30/11/2012
Região Sul	780	unidade	25	30/11/2012

• Capacitar 2.000 novos agentes de promoção de redes socioprodutivas solidárias nos territórios

Análise Situacional da Meta

Foram capacitados, por meio dos projetos executados anteriormente, 397 agentes de capacitação. Para 2013, há previsão de aumento deste resultado, por realização de eventos de capacitação previstos em contratos de repasse empenhados em anos anteriores.

Quantidade alcançada

397

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	279	unidade	74	30/11/2012
Região Nordeste	814	unidade	120	30/11/2012
Região Norte	379	unidade	0	30/11/2012
Região Sudeste	249	unidade	0	30/11/2012
Região Sul	279	unidade	203	30/11/2012

• Disponibilizar suporte adequado que permita a melhoria das condições de produção e comercialização favorecendo a inclusão produtiva sustentável de 50.000 famílias

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Brasil Sem Miséria, a inclusão produtiva sustentável está sendo realizada por meio de programas como o Fomento a Atividades Produtivas Rurais, que combina recursos para aquisição de insumos e assistência técnica. Em 2012, foram transferidos recursos para 24.681 famílias. A inclusão produtiva se dá, ainda, por meio de programas como o PAA e o PNAE.

• Estruturar 01 rede nacional de 200 Bases de Serviços Técnicos e apoiar diretamente, por meio de seus componentes, 500 empreendimentos associativos

Análise Situacional da Meta

Em 2012, operaram 18 Bases de Serviços Técnicos, cuja característica é o trabalho integrado, em rede, com apoio a 450 empreendimentos associativos. Há previsão de crescimento dos resultados em 2013, com o começo da operação de 89 bases, já contratadas, por meio dos Chamamentos Públicos 01 e 02/2012/SDT. As demais deverão ser contratadas e capacitadas durante 2013 e 2014.

• Organizar e estruturar 280 redes socioprodutivas territoriais, priorizando as redes de grupos de mulheres

Análise Situacional da Meta

De acordo com os planos de trabalho, foi apoiada a realização de atividades de articulação, planejamento e organização de redes de cooperação, desenvolvidas por meio do apoio direto às principais redes de cooperativas da agricultura familiar e economia solidária, totalizando 25 redes de cooperação (consideram-se, neste caso, redes de cooperação voltadas para o desenvolvimento socioprodutivo). Há perspectivas de aumento dos resultados a serem obtidos em 2013, com o início da operação de novas Bases de Serviços Técnicos nos territórios integrantes do programa.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

30/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	39	unidade	4	30/11/2012
Região Nordeste	114	unidade	9	30/11/2012
Região Norte	53	unidade	5	30/11/2012
Região Sudeste	35	unidade	4	30/11/2012
Região Sul	39	unidade	3	30/11/2012

OBJETIVO: 0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Estão em curso as ações necessárias para atingir os objetivos propostos, dentro das expectativas para o período. Nesse sentido, foram apoiados 563 projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais; 2 projetos voltados para melhorias da infraestrutura em comunidades indígenas, totalizando R\$ 713.532,00 e beneficiando as etnias Yamanawa (AC) e Kaingang (RS); e 6 projetos de melhorias de infraestrutura que beneficiarão 12.948 trabalhadoras rurais.

No âmbito do PAC 2, foram beneficiados 1.161 municípios com retroescavadeiras em 2012.

Metas 2012-2015

• Ampliar o acesso aos recursos para melhoria da infraestrutura territorial nas comunidades indígenas

Análise Situacional da Meta

Foram apoiados 2 projetos voltados para melhorias da infraestrutura em comunidades indígenas, totalizando R\$ 713.532,00 e beneficiando as etnias Yamanawa (AC) e Kaingang (RS).

• Apoiar 3.135 projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais

Análise Situacional da Meta

Foram apoiados 563 projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais, que contemplam ações nas áreas de planejamento e gestão, produção, agroindustrialização e agregação de valor a produtos da agricultura familiar, comercialização, associativismo, cooperativismo, assistência técnica e extensão rural, infraestrutura hídrica, centros de formação e Infraestrutura social.

Quantidade alcançada

563

Data de Referência

15/02/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	378	unidade	36	15/02/2013
Região Nordeste	1.236	unidade	156	15/02/2013
Região Norte	612	unidade	88	15/02/2013
Região Sudeste	453	unidade	52	15/02/2013
Região Sul	456	unidade	231	15/02/2013

• Beneficiar 2.155 municípios com até 50.000 habitantes com máquinas e equipamentos para recuperação de estradas vicinais

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, 1.161 municípios foram beneficiados com máquinas retroescavadeiras para recuperação de estradas vicinais.

Quantidade alcançada

1.161

Data de Referência

15/02/2013

- **Garantir o acesso a políticas públicas de apoio à infraestrutura para 680 organizações de mulheres, beneficiando 10.200 trabalhadoras rurais**

Análise Situacional da Meta

Foram apoiados 6 projetos de melhorias de infraestrutura que beneficiarão 12.948 trabalhadoras rurais.

Quantidade alcançada

12.948

Data de Referência

13/02/2013

OBJETIVO: 0981 - Ampliar os direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial, por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, bem como de apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas instâncias colegiadas e nos comitês gestores de políticas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Entre as ações em curso para atingir o objetivo proposto em 2012, destaca-se a realização de mutirões para a emissão de documentos civis e jurídicos para as trabalhadoras rurais. Essa é uma ação fundamental para garantir o acesso das trabalhadoras rurais às políticas públicas. Nesse sentido, foram realizados 755 mutirões e emitidos 247.502 documentos.

Metas 2012-2015

- **Articular a realização de pesquisa de Amostra Nacional para conhecer a demanda por documentação**

Análise Situacional da Meta

Está em curso articulação com os órgãos federais (institutos de pesquisa, universidades) para realização da pesquisa em nível nacional. O Termo de Referência para licitação e contratação da instituição que realizará a pesquisa está finalizado. O referido TR tem como objetivo a contratação de pessoa jurídica para realizar diagnóstico sobre a ausência e acesso à documentação civil, trabalhista, previdenciária e fiscal nas áreas de abrangência nos Territórios da Cidadania e Território de Identidade, assim como estudo quantitativo e qualitativo dos resultados obtidos no diagnóstico.

- **Emitir gratuitamente 1.200.000 documentos civis, trabalhistas, jurídicos e fiscais**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram realizadas ações de emissão de documentos em articulação com diversos órgãos emissores, tendo sido emitidos 247.502 documentos.

Quantidade alcançada

247.502

Data de Referência

07/02/2013

- **Garantir a obrigatoriedade da participação de, no mínimo, 30% de mulheres em todas as instâncias colegiadas de 280 colegiados territoriais**

Análise Situacional da Meta

Embora não tenha havido contabilização efetiva dos dados em 2012, estão sendo efetivadas ações para a apresentação dos resultados a partir de 2013.

- **Realizar 4.000 mutirões de documentação, atendendo a 700 mil mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram realizados 755 mutirões de emissão de documentos em articulação com diversos órgãos

emissores.

Quantidade alcançada

755

Data de Referência

07/02/2013

- **Realizar campanha nacional de mobilização sobre a importância da formalização de grupos produtivos de mulheres na agricultura familiar e reforma agrária**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, trabalhou-se na articulação com os órgãos parceiros para a realização desta ação nos próximos anos.

Foram contratadas 05 organizações de políticas estaduais para mulheres para contribuir com o alcance da meta.

OBJETIVO: 0789 - Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial , contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito desse objetivo , no ano de 2012, foi dado início ao processo de reformulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Nesse sentido, o Ministério da Integração Nacional realizou a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR), com o objetivo de promover um debate de abrangência nacional, do qual resulte princípios e diretrizes para a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, através da concertação federativa e social. A CNDR foi fundamentada em quatro eixos temáticos – i) governança, participação social e diálogo federativo; ii) financiamento do desenvolvimento regional; iii) desigualdades regionais e critérios de elegibilidade; e, iv) vetores de desenvolvimento regional sustentável – e conta com representantes dos seguintes segmentos: i) poder público; ii) sociedade civil; iii) setor empresarial; e, iv) instituições de ensino superior, pesquisa e extensão. No ano de 2012, foram realizadas as 27 edições da etapa estadual/distrital e as 5 edições da etapa macrorregional da CNDR. Em março de 2013, foi realizada a etapa nacional da Conferência e, com base nos subsídios gerados, será formulada a proposta de Projeto de Lei da nova PNDR. Também no aspecto da reformulação da PNDR e do fortalecimento de sua estrutura institucional, foi retomada no ano de 2012 a atividade da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. Para o ano de 2013, faz-se necessária a elaboração de um plano estratégico para a atuação da Câmara, a ser formulado pelo MI e MPOG, de modo a garantir o cumprimento de sua atuação enquanto instância de promoção do consenso político-institucional necessário para o enfrentamento da questão regional brasileira.

Ainda no corrente ano, está em fase de implementação o Sistema Nacional de Informação para o Desenvolvimento Regional - SNIDR, o qual consiste em uma estratégia de monitoramento e avaliação integrada e articulada com programas e projetos do Ministério da Integração Nacional e demais órgãos do governo federal para fortalecer a ação da política regional no Brasil. A operacionalização será realizada por meio do Observatório de Desenvolvimento Regional – ODR, que reunirá em um repositório único informações georeferenciadas provenientes de instituições governamentais que englobam dimensões centrais do desenvolvimento regional. O ODR foi apresentado na CNDR no início de 2013. O presente objetivo também engloba a elaboração de planos de desenvolvimento regional em diversas escalas, atividade fundamental para o planejamento do processo de desenvolvimento das diferentes regiões brasileiras. Nesse âmbito, alguns avanços foram realizados, com a elaboração de 3 planos mesorregionais e 9 Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira.

Metas 2012-2015

- **Aprovar o marco legal da Política Nacional de Ordenamento Territorial**

Análise Situacional da Meta

A Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), embora de grande importância para o Ministério da Integração Nacional, não foi priorizada no ano de 2012, em função da concentração de esforços para a reestruturação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. No ano de 2013, está prevista a retomada da discussão do planejamento metodológico e do conteúdo da proposta da PNOT.

- **Criar 23 fóruns temáticos regionais que promovam o fortalecimento da governança do processo de desenvolvimento regional**

Análise Situacional da Meta

A estrutura de governança da PNDR está sendo discutida em eixo específico da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR). Pretende-se estruturar, ao invés dos mencionados fóruns temáticos, Comitês Estaduais de Desenvolvimento Regional, a partir das 27 Comissões Organizadores Estaduais (COEs) que foram constituídas para a CNDR no ano de 2012. Nesse sentido, em 2013, pretende-se avançar na construção do sistema de governança da PNDR a partir da estruturação de uma Rede de Desenvolvimento Regional, que envolverá as COEs, dentre outras instâncias colegiadas, e institucionalizar os Comitês Estaduais de Desenvolvimento Regional.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

29/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	4	28/02/2013
Região Nordeste	8	unidade	9	28/02/2013
Região Norte	9	unidade	7	28/02/2013
Região Sudeste	2	unidade	4	28/02/2013
Região Sul	3	unidade	3	28/02/2013

- **Elaborar 19 planos de desenvolvimento regional nas escalas macrorregional, estadual e sub-regional**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram concluídos quatro planos sub-regionais - Plano Alto Paraopeba, Plano Mesorregião Chapada das Mangabeiras, Planos Mesorregião do Seridó e Plano da Mesorregião do Xingó e nove Planos de Desenvolvimento e Integração Fronteiriça previstos, cada um referente a um dos estados lindeiros à fronteira Sul-americana (AM, AP, MS, MT, PR, RO, RR, RS e SC). Ademais, foram elaboradas propostas dos Planos Macrorregionais do Nordeste e da Amazônia.

Também em 2012, iniciou-se a elaboração do Plano do Entorno do Projeto do São Francisco – PISF, que deverá ser implementado ainda em 2013.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

29/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	2	28/02/2013
Região Nordeste	8	unidade	3	28/02/2013
Região Norte	3	unidade	4	28/02/2013
Região Sudeste	3	unidade	1	28/02/2013
Região Sul	2	unidade	3	28/02/2013

- **Reformular e aprovar o marco legal da Política Nacional de Desenvolvimento Regional**

Análise Situacional da Meta

A presente meta coincide em parte com o objetivo a que ela se vincula, de modo que no ano de 2012 foi dado inicio ao processo de reformulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Foram realizadas as 27 etapas estudais e distrital e as 5 etapas macrorregionais da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. No ano de 2013, foi realizada a etapa nacional da Conferência e, com base nos subsídios gerados, será formulada a proposta de Projeto de Lei da nova PNDR. Também no aspecto da reformulação da PNDR e do fortalecimento de sua estrutura institucional, foi retomada no ano de 2012 a atividade da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Integração Regional.

Dessa forma, o avanço na presente meta no ano de 2012 foi satisfatório, de modo que as aspirações para o ano de 2013 são ambiciosas, mas factíveis, na medida em que se pretende elaborar o Projeto de Lei que será a nova PNDR, bem como estruturar o Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional, com esforços para o desenvolvimento de suas institucionalidades, base normativa e estrutura de financiamento.

OBJETIVO: 0790 - Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

A Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais – SFRI, no decorrer do exercício de 2012, adotou medidas importantes com o objetivo de aperfeiçoar os instrumentos existentes, bem como viabilizar novas ferramentas de apoio aos setores produtivos e ao fomento de projetos de interesse do desenvolvimento regional, otimizar a aplicação dos recursos e melhorar o desempenho dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), Nordeste (FDNE) e Centro-Oeste (FDCO) e dos incentivos fiscais.

Abaixo, encontram-se descritas as providências no âmbito dos Fundos Constitucionais, que contribuíram para o alcance dos objetivos estratégicos deste Ministério, dos objetivos e metas que integram esse objetivo.

- edição da Medida Provisória nº 581, de 20 de setembro de 2012: alterações importantes foram implementadas na execução dos Fundos Constitucionais, dentre as quais se destacam a definição dos encargos financeiros e o bônus de adimplência pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio de proposta do MI, observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Esta medida também estabeleceu que o CMN definirá as condições em que os bancos administradores dos Fundos Constitucionais poderão negociar dívidas contratadas com os recursos desses Fundos, dentre outras medidas;
- alteração da Lei nº 7.827/1998 incluindo, dentre as atividades econômicas beneficiárias dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, as atividades comerciais e de prestação de serviços e assim revogando o § 3º do artigo 4º, extinguindo com isso o limite máximo de 20% das disponibilidades anuais de recursos de cada um dos Fundos Constitucionais para o financiamento das atividades comerciais e de serviços;
- intensificação das ações de monitoramento do desempenho dos Fundos, com acompanhamento mensal dos resultados, em especial, junto ao Banco da Amazônia, de modo a diligenciar o melhor desempenho das carteiras, buscando incorporar conceitos intrínsecos da PNDR na política de aplicação dos recursos dos Fundos, mediante diferenciação na concessão de bônus, participação no financiamento além de outras condições oferecidas;
- aprovação da nova regulamentação do artigo 15-D da Lei nº 7.827/1989, que orientou a liquidação de dívidas do FNE e do FNO, pelo equivalente financeiro do valor atual dos bens passíveis de penhora, criando/aperfeiçoando mais um mecanismo para os Bancos administradores atuarem na recuperação de operações inadimplidas contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais.

Em consonância com as ações do Governo Federal foram ainda adotadas as seguintes medidas:

- redução das taxas de juros do mercado financeiro e, acompanhando os programas de financiamento do BNDES, os encargos dos Fundos Constitucionais de Financiamento foram reduzidos para 2,5% a.a. nas operações de investimento no período de outubro a dezembro de 2012;
- criação de linhas de crédito especiais, buscando amenizar as dificuldades enfrentadas pelas Regiões Norte (enchente ou enxurradas) e Nordeste (seca ou estiagem), no montante de R\$ 2,25 bilhões, no âmbito do FNO e do FNE, para as quais foram destinados, respectivamente, R\$ 350 milhões e R\$ 1,9 bilhão. Ao final do exercício de 2012, essas linhas emergenciais atingiram aplicações superiores a R\$ 2,0 bilhões, sendo R\$ 258,7 milhões no FNO e R\$ 1,76 bilhão no FNE.

Relativamente aos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Centro-Oeste (FDCO) e do Nordeste (FDNE), destacam-se as seguintes ações:

- financeirização dos Fundos de Desenvolvimento Regional, onde os recursos serão aplicados com risco exclusivo (100%) das instituições financeiras oficiais federais, o que implica que o aporte de recursos da União nesses Fundos não afetará o resultado primário do setor público e, portanto, livre do contingenciamento, bem como edição dos decretos que estabeleceram os novos regulamentos do FDA e do FDNE;
- edição de Resolução do CMN que estabeleceram os novos e reduzidos encargos financeiros dos Fundos de Desenvolvimento Regional, participação máxima dos Fundos nos financiamentos, prazos máximos, dentre outras condições de financiamento;

Quanto aos Incentivos Fiscais, destacam-se as seguintes medidas:

- alteração da Medida Provisória nº 2.199/01, visando à prorrogação dos incentivos fiscais (publicação da Lei nº 12.712/2012);

Metas 2012-2015

• Avaliar anualmente o desempenho do FINAM e FINOR

Análise Situacional da Meta

Os Fundos de Investimentos da Amazônia – Finam e do Nordeste – Finor, criados com o objetivo de efetivar as políticas supramencionadas, são alimentados por opções de renúncia fiscal realizadas por pessoas jurídicas de todo o país, contribuintes do imposto de renda – IR incidente sobre o lucro real (impostos sobre a exploração das atividades produtivas), que podem deduzir parte desse imposto, até o exercício fiscal de 2013, como forma de incentivo fiscal para aplicação em projetos destinados àquelas regiões do Brasil, recebendo, os optantes, em troca, cotas de participação daqueles Fundos.

A avaliação foi feita com base nas empresas beneficiárias dos Fundos, revelando a evolução de alguns dados entre 2008 e 2010, como o número de empregos gerado diretamente pelos investimentos custeados pelos Fundos, o valor de tributos arrecadados pelo setor público a partir desses investimentos e informações a respeito de projetos sociais e ambientais desenvolvidas pelas empresas beneficiadas.

A avaliação realizada indicou que os fundos tiveram e têm um papel na economia das regiões que merece destaque, quer como atores principais do processo de incremento e evolução da economia regional, quer como coadjuvantes de um conjunto de melhorias que as regiões Norte e Nordeste vêm consolidando nas últimas décadas.

No que se refere às liberações de recursos desses Fundos, no exercício de 2012, foram realizadas sete autorizações de

liberações que atingiram o montante de R\$ 195,6 milhões. Estas liberações são efetuadas pelos Bancos Operadores (Banco do Nordeste e Banco da Amazônia), com autorização do MI, em favor das empresas beneficiárias que comprovem aporte de recursos próprios em seus projetos.

Deste total, destaca-se a destinação de R\$ 61,6 milhões, ou seja, 31,5% para o projeto da Transnordestina Logística, obra do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que é o projeto em atividade de maior relevância na carteira dos Fundos de Investimentos Finam/Finor.

• Avaliar anualmente o desempenho dos Fundos de Desenvolvimento Regional

Análise Situacional da Meta

O desempenho dos Fundos de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), do Norte (FDA) e Centro-Oeste (FDCO), no decorrer do exercício 2012, foi marcado por significativas alterações no marco regulatório destes Fundos (FDA e FDNE) o que procrastinou a apresentação de Consultas Prévias e de Projetos, concentrando as demandas nos últimos meses do ano.

Para a região nordeste, o FDNE está financiando cerca de R\$ 3,36 bilhões.

No exercício de 2012 o FDNE contou com um orçamento aprovado de R\$ 2.005,08 milhões.

Esse montante foi integralmente comprometido com os projetos apresentados e consultas prévias aprovadas. Além disso, o FDNE tem em carteira 23 Consultas Prévias aprovadas cujos projetos, atualmente em análise nos Bancos operadores, somam investimentos no montante de R\$ 15.743,32 milhões, os quais demandam R\$ 6.670,63 milhões do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste. Ademais, estão em análise 4 Consultas Prévias que apontam para investimentos da ordem de R\$ 2.683,46 milhões e demanda de R\$ 913,48 milhões do FDNE.

Quanto ao FDA, ressalta-se que os recursos destinados ao FDA vem crescendo ao longo dos anos, praticamente, na mesma proporção, com variações de 15,7% em 2010, 17,3% em 2011 e 17,5% em 2012.

Os principais setores beneficiados foram: Indústria (Indústria de Transformação); Infraestrutura (Geração e Transmissão de Energia e Telefonia Fixa) e Serviços (Esgoto Sanitário). Destaca-se que desde o início da operacionalização do FDA, foram gerados na Região, em torno de 61.126 empregos diretos, indiretos e em implantação, com destaque para o estado de Rondônia que participa com 59,4% do total dos empregos gerados na Amazônia.

No exercício de 2012, não foram empenhados os recursos aportados no FDCO tendo em vista as medidas que foram adotadas para sua operacionalização dentre elas: instalação em dezembro do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco, criado pela Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, instituído como instância de deliberação superior da Sudeco. O Conselho é responsável pela aprovação dos planos, diretrizes de ação e propostas de políticas públicas que priorizem as iniciativas voltadas para a promoção dos setores relevantes da economia regional, e pela operacionalização dos demais instrumentos de ação da Superintendência, especialmente o FCO, o FDCO e os Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros; elaboração da proposição de voto para o estabelecimento de seu regulamento e a definição das dotações orçamentárias

• Avaliar anualmente o desempenho dos incentivos fiscais na Amazônia e Nordeste

Análise Situacional da Meta

Os Incentivos Fiscais se constituem instrumento da Política Nacional de Desenvolvimento (PNDR), instituída pelo Decreto nº 6.047, de 22.02.2007, que no decorrer do exercício 2012 sofreu algumas alterações como ns prorrogação de incentivos.

Os dados revelam que menos de 0,6% foi o quanto representou o peso da renúncia em

relação ao PIB do Nordeste a preços correntes, e em torno de 0,08 % o peso em relação ao PIB nacional. São valores que além de economicamente suportáveis pela economia nacional, se justificam pelos efeitos positivos na geração de emprego, além de se constituir em investimento estratégico para a complementação de muitos segmentos de cadeias produtivas, antes abastecidas pelo mercado externo/estrangeiro.

Para a região de influência da SUDAM, foram 251 projetos de incentivos fiscais aprovados, contra 158 em 2011. Calcula-se que esse mecanismo garantiu a geração e manutenção de mais de 700 mil empregos na região entre 2007-2012.

• Avaliar semestralmente o desempenho das aplicações dos Fundos Constitucionais de Financiamento
Análise Situacional da Meta

Os Fundos Constitucionais são os principais instrumento de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que tem como objetivos básicos a redução das desigualdades do nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso às oportunidades de desenvolvimento, por meio da exploração da diversidade consequente das dimensões continentais do país. Por meio dos Fundos, essa Política tem possibilitado a melhoria na qualidade de vida dos habitantes daquelas regiões e contribuindo para a geração de novos postos de trabalho, para o incremento das produções regionais, da arrecadação de tributos e para a redução do êxodo rural. Os recursos destacados para aplicação dos fundos, no exercício de 2012, foram de 20,1 bilhões, sendo de aproximadamente R\$ 5,0 bilhões para o FCO, R\$ 11,1 bilhões para o FNE e R\$ 4,0 bilhões para o FNO, sendo que R\$ 10,1 bilhões (51% dos recursos) foram disponibilizados para os produtores e empreendedores de menor porte. No entanto, o volume contratado ultrapassou o programado inicialmente, alcançado R\$ 22,114 bilhões, tendo beneficiado principalmente micro e pequenos empreendedores.

OBJETIVO: 0792 - Desenvolver sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Entendendo a inovação como fator alavancador de competitividade e elemento diferenciador que garante a sobrevivência de empresas e organizações, esse objetivo pretende levar a sociedade a desenvolver grandes esforços de capacitação tecnológica. Envolve a adaptação ou aquisição de tecnologia mediante a promoção do desenvolvimento e da difusão de novos produtos e tecnologias de produção, beneficiamento, gestão e comercialização; o apoio à implementação e manutenção de estruturas educacionais, bem como o fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico de projetos que promovam a difusão da inovação nos setores produtivos e o desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas para os Arranjos Produtivos Locais - APLs e cadeias produtivas com vistas à inclusão produtiva e a erradicação da miséria nas regiões priorizadas.

Em 2012, foram desenvolvidas parcerias com Centros de Vocação Tecnológica, universidades, Instituto Euvaldo Lodi - IEL, além de projetos específicos para o desenvolvimento da área de TI para beneficiar APLs priorizados. Conferiu-se atenção especial à questão de gênero, com iniciativas que priorizaram a inserção e desenvolvimento das mulheres no mercado de trabalho.

Metas 2012-2015

• Desenvolvimento de projetos de apoio à inovação em 10 Arranjos Produtivos Locais
Análise Situacional da Meta

A meta de desenvolvimento de projetos de apoio à inovação em 10 Arranjos Produtivos Locais foi alcançada com sucesso, por meio de convênios firmados com IEL/BA, IEL/MG e IEL/PE, no ano de 2012.

Esses convênios visam à qualificação de fornecedores no entorno de grandes empreendimentos e de empresas âncoras, dos setores automotivo, petróleo, gás e naval, com foco na inovação tecnológica e no incremento do fluxo de mercadorias inter-regional, a partir da metodologia de APLs, inclusive pela atração de novos players que possam atuar de maneira integrada.

Quantidade alcançada

10

• Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação da Amazônia

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi contratada empresa especializada em mapeamento de sistemas na área de TI - Modelagem de negócios, que irá dar suporte a rede de desenvolvimento de sistema de informação. Tal sistema tem como objetivo entender, conceituar, definir e descrever problemas de negócios, suas interfaces, incluindo modelagem de processos de negócios, refletindo situação atual ou desejável, visando fortalecer a rede regional de desenvolvimento da Amazônia.

• Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação do Centro-Oeste

Análise Situacional da Meta

A SUDECO, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM/PR e CNPQ lançaram edital de chamamento público para seleção de propostas para projetos de desenvolvimento científico, tecnológico e inovação por meio da transferência dos conhecimento do meio acadêmico na capacitação de recursos humanos para APLs na região centro-oeste com ênfase na inclusão de gênero. Foram apresentados 21 projetos, sendo oito selecionados para receberem apoio. Não houve tempo hábil, em 2012, para conclusão dos processos. Espera-se em 2013 a continuidade da iniciativa além de aporte nos recursos para ampliação.

• Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação do Nordeste

Análise Situacional da Meta

Foi feita a destinação, mediante convênio firmado com o Estado de Sergipe para apoio a Centros Vocacionais Tecnológicos - CVT, de R\$ 857.015,99 da SUDENE, do valor total do projeto de R\$ 965.632,35. Esse apoio é importante para o fortalecimento da competitividade local em vários segmentos daquele estado.

Ainda, foi celebrado Termo de Cooperação com o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE), que resultou na descentralização de recursos no montante de R\$ 700.000,00 para o desenvolvimento integrado da Cadeia Produtiva de Biodiesel no Nordeste Brasileiro, compreendendo a Infraestrutura Laboratorial para Caracterização Físico-Química de Oleaginosas com Potencial para Produção.

• Realização de projetos de incorporação e de difusão de tecnologias no setor produtivo do Nordeste

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram desenvolvidas ações institucionais para atingimento da meta durante a vigência do PPA 2012-2015. Nessa linha, foi realizado convênio para capacitar agricultores familiares e fortalecer as estruturas produtivas da ovinocaprinocultura e apicultura, no estado de Pernambuco. A execução da ação ocorrerá em 2013, tendo sido os recursos previstos para ação inscritos em restos a pagar.

OBJETIVO: 0840 - Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012 foram apoiados cerca de 20 (vinte) projetos, o que comprometeu mais de R\$ 54 milhões para o apoio às Rotas de Integração Nacional, que são redes sinérgicas de Arranjos Produtivos Locais. Para citar alguns exemplos, na Rota do Mel – que abrange quatro estados do Nordeste e o Norte de Minas Gerais – foram aplicados R\$ 21 milhões em capacitação e estruturação de Unidades de Beneficiamento de Mel; na Rota do Cordeiro – Bahia e Ceará – mais de R\$ 13 milhões; na Rota da Uva e do Vinho cerca de R\$ 3 milhões no território do Arco Sul da Faixa de Fronteira, para capacitação dos produtores locais e implantação de vinhedos em assentamentos; e na região do Alto Solimões Amazonense e no Nordeste, R\$ 4,4 milhões para o apoio à Rota do Peixe.

Os projetos tiveram como parceiros Codevasf, Dnocs, Embrapa, Sudeco, os governos estaduais da Bahia e do Ceará, a Universidade Federal de Pelotas e o Instituto Federal do Amazonas. A execução do programa acompanhou a prioridade do governo em torno do Plano Brasil sem Miséria, o que facilitou a concretização das parcerias.

Outro ponto a destacar é a seca que atingiu a região Nordeste neste ano de 2012. As lideranças locais foram fragilizadas e terão importantes dificuldades de retomar a produção ao final da seca. Com isso, acentua-se a relevância das ações em tela para apoiar os pequenos produtores e inclui-los nos processos produtivos de maneira qualificada.

Para 2013, além de continuar fortalecendo as Rotas de Integração Nacional na Região Nordeste, com o aumento de recursos disponíveis, o Ministério da Integração Nacional pretende estreitar parcerias no Centro-oeste, retomar ações já desenvolvidas no Sul e Sudeste e, principalmente, pretende aumentar significativamente sua atuação na Região Norte.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o acesso aos recursos para construção da infraestrutura logística voltada para a inclusão produtiva**

Análise Situacional da Meta

Meta incorporada ao PPA por emenda parlamentar e as ações necessárias para o cumprimento da mesma serão implementadas a partir de 2013 devido à relevância das ações de apoio à inclusão de pequenos produtores de maneira qualificada.

- **Gerar 106.770 postos de trabalho nos APLs apoiados**

Análise Situacional da Meta

Após o início da execução do Programa, temos entendido que a meta de gerar postos de trabalho não é a mais adequada para as atividades que a SDR/MI desenvolve. A estruturação e dinamização de Arranjos Produtivos Locais em espaços sub-regionais deprimidos, o provimento de infraestrutura produtiva e a promoção de iniciativas para o aprimoramento da produção e inserção mercadológica muitas vezes contribuem não exatamente para a geração de postos de trabalho formais. Podemos citar, por exemplo, famílias que deixam de produzir para a subsistência e passam a ter um excedente comercializável, as famílias de pequenos agricultores que recebem apoio técnico e aumentam sua produção e as famílias que incrementam sua capacidade de comercialização ao se associarem em cooperativas, associações de produtores etc. Sugerimos, portanto, que a meta seja alterada de “postos de trabalho” para “famílias atendidas”, a exemplo do indicador já adotado nas ações do Plano Brasil sem Miséria.

No total, foram 17.384 famílias atendidas. Destacando os projetos centrais de inclusão produtiva, a Rota do Mel – que abrange quatro estados do Nordeste e o Norte de Minas Gerais – atendeu mais de 7 mil beneficiários diretos em capacitações e estruturação de unidades de beneficiamento de mel; a Rota do Cordeiro quase 5 mil produtores da Bahia e do Ceará; a Rota da Uva e do Vinho 622 produtores do território do Arco Sul da Faixa de Fronteira; e a Rota do Peixe cerca de 2 mil beneficiários diretos das regiões do Alto Solimões Amazonense e do Nordeste.

Quantidade alcançada

17.384

Data de Referência

29/11/2012

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	20.000	unidade	622	28/02/2013
Mesorregiões Diferenciadas	22.520	unidade	4.762	28/02/2013
Região Hidrográfica do São Francisco, Parnaíba, Itapécuru e Mearim	57.550	unidade	0	28/02/2013
Semiárido	6.700	unidade	12.000	28/02/2013

PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Expansão e consolidação dos espaços de participação da sociedade	%	-	-	-	-
Qualidade dos serviços públicos	em definição	-	-	-	-

Observações:

Expansão e consolidação dos espaços de participação da sociedade - O Programa 2038 está em revisão, assim como seus indicadores. Para fins dessa revisão, estão sendo considerados estudos em curso no próprio Ministério do Planejamento, no Ipea, na Secretaria Geral da Presidência da República, na CGU e na Ouvidoria Geral, que tratam da amplitude e da diversidade de interfaces entre Estado e Sociedade Civil, em franco processo de institucionalização no Brasil. Desta forma, pretende-se aprendizagem sobre as formas de ação das instituições participativas em diferentes momentos da ação do Estado, sob a forma de indicadores úteis (simples e periódicos), que retratem as principais facetas do Programa Temático “Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública”.

Qualidade dos serviços públicos - O Programa 2038 está em revisão, assim como seus indicadores. Melhorar a gestão pública significa atuar nas questões de governança, no marco legal e nos grandes processos de governo. Significa também contribuir para a construção de um modelo de atuação do Estado em bases integradas e cooperativas, orientado à execução das políticas públicas e à entrega de bens e serviços públicos à população. Desta forma, pretende-se desenvolver a aprendizagem sobre formas mais adequadas de organização e funcionamento das instituições e das próprias políticas públicas federais, sob a forma de indicadores úteis (simples e periódicos), que retratem as principais facetas do Programa.

OBJETIVO: 0871 - Garantir base jurídica segura na formulação, implementação e defesa das políticas públicas, por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado Brasileiro em benefício da sociedade.

Órgão Responsável: Advocacia-Geral da União

Análise Situacional do Objetivo

A Advocacia-Geral da União (AGU) vem atuando, no âmbito da administração direta e indireta da união, com o objetivo de proporcionar os meios indispensáveis à condução das ações de representação judicial e extrajudicial da União, em qualquer instância em que seja demandada, assegurando a defesa dos seus direitos.

Essa atuação é concretizada por meio das suas unidades jurisdicionadas, sendo que a Procuradoria-Geral da União (PGU) atua na defesa judicial da União, garantindo a execução das políticas públicas que são questionadas em juízo.

Em relação ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as principais ações em 2012 foram: viabilização da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, no Rio Xingu, e da UHE de Teles Pires, no Mato Grosso; assegurada a realização de leilão de concessão dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília, que serão reformados para a Copa do Mundo de 2014; retomada do Porto de Manaus pela União, possibilitando investimentos federais para a realização da Copa.

No que se refere a outras políticas públicas, podemos citar: manutenção das regras do Sistema de Seleção Unificada (SISU), para o processo seletivo do programa que concede bolsas em universidades; garantia da efetividade da Lei de Acesso à Informação, com vitórias judiciais que permitiram divulgação dos salários dos servidores de forma individualizada no âmbito dos três poderes; recolhimento, no primeiro semestre de 2012, de mais de R\$ 2 milhões aos cofres públicos referentes a multas aplicadas, pelos auditores-fiscais do trabalho, às empresas que desrespeitaram a legislação trabalhista.

Já a atuação da AGU, por meio da Procuradoria-Geral Federal (PGF), vem centralizando a representação judicial das 154 autarquias e fundações públicas federais, a fim de garantir a viabilidade de suas políticas públicas. Assim tem sido feito, recentemente, com a manutenção em juízo das políticas ligadas ao PAC, ao ENEM, à Copa do Mundo FIFA 2014, aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, aos leilões à infraestrutura do país, na proteção ambiental, na defesa dos indígenas e quilombolas, na execução das políticas de reforma agrária, na defesa das regras da Previdência Social, na defesa judicial da regulação econômica e dos atos das agências reguladoras, na defesa das normas aplicáveis ao ensino e na defesa do patrimônio histórico e cultural.

A Consultoria-Geral da União (CGU) tem desenvolvido diversos esforços, desde a sua instituição, para a formação de uma base de dados, contendo a produção jurídica, havendo desenvolvido o Sistema Notapar, que continha o acervo jurídico apenas do Órgão Central. Em seguida, o controle da produção passou a ser mais amplo, com a instituição, em conjunto com a Procuradoria-Geral Federal (PGF), para a consignação de todas as manifestações do Órgão Central e dos Órgãos de Execução no Sistema Consultoria (SISCON). Houve a publicação da Portaria CGU nº 1/2011, determinando a obrigatoriedade do cadastro em relevo. Foram realizadas diversas oficinas, para a instrução da forma de anexar as peças jurídicas no sistema. O SISCON é fruto da evolução de uma ferramenta pré-existente, em que se consignavam a produção consultiva de forma quantitativa apenas, que era o CGU Gestão. Prosseguem as iniciativas para o aprimoramento da qualidade da informação consignada no SISCON, havendo diversas fases já planejadas para respectiva execução.

Ademais, há outras iniciativas para a satisfação do Objetivo, tais como a realização de pesquisa de satisfação com os Órgãos Assessorados pelas Consultorias Jurídicas da União nos Estados, para conhecimento da avaliação sobre a receptividade dos trabalhos desenvolvidos nas diversas Unidades da Federação, bem assim como o Projeto CGU Aproximação, que implica visitas aos Órgãos de Execução da CGU (Consultorias Jurídicas da União nos Estados e Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios e Órgãos Consultivos assemelhados).

No que se refere à Corregedoria-Geral da Advocacia da União (CGAU), vem fiscalizando as atividades funcionais dos membros das carreiras jurídicas da AGU e realiza correições nos órgãos integrantes da AGU para verificação da regularidade e eficácia dos serviços jurídicos prestados. O seu papel é exercer uma atividade de orientação e controle preventiva, corretiva e de apuração de eventuais irregularidades constatadas.

O incremento e qualificação da atuação da CGAU é função direta para o aumento da segurança e da eficácia da condução das políticas públicas, uma vez que fiscaliza e orienta quanto à melhoria de qualidade do assessoramento jurídico prestado a todos os formuladores e executores de políticas públicas (Presidência da República, Administração Direta, Fundações Públicas, Autarquias e Agências Reguladoras).

Dessa forma, a atuação da AGU no cumprimento de sua missão institucional, por meio de seus órgãos internos, tem garantido uma base jurídica segura na formulação, implementação e defesa das políticas públicas, por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado e do Governo Brasileiro em benefício da sociedade.

Com o objetivo de aprimorar a atuação correicional e aumentar as correições ordinárias, a CGAU desenvolveu sistema para Correição Eletrônica nos processos judiciais eletrônicos. O projeto visa fiscalizar a atuação jurídica dos membros da AGU, sem aumento de gastos com diárias e passagens para a Administração Pública. O projeto de Correição Eletrônica encontra-se na fase de testes nos TRF da 1^a Região e 3^a Regiões.

Outra conquista em 2012 foi a instalação do Escritório Avançado da Corregedoria no âmbito da 3^a Região com o objetivo de buscar maior eficiência na atuação correicional, disciplinar e de avaliação de desempenho no estágio confirmatório

dos membros de carreiras jurídicas da AGU. O projeto visa a instalação de escritórios nas cinco regiões.

Na atividade disciplinar, a CGAU instaurou, até dezembro de 2012, 17 procedimentos administrativos disciplinares, sendo 15 PADs, um Rito Sumário e uma Sindicância Investigativa. Ao todo, a CGAU teve 42 processos (38 PADs, um Rito Sumário e três Sindicâncias Investigativas) em andamento. Também foram julgados 30 processos e aplicadas cinco demissões e nove suspensões (convertidas em multas) no ano de 2012.

Em sede de verificação preliminar, foram elaborados 128 Relatórios de Verificação Preliminar e 55 Notas Técnicas para fins de juízo de adminissibilidade, em face de denúncias/representações. Em 2012, a CGAU também acompanhou 182 Advogados da União e 305 Procuradores da Fazenda Nacional em estágio confirmatório.

Metas 2012-2015

• Adesão de 100% dos órgãos da AGU aos seus sistemas de gestão da informação, até 2015

Análise Situacional da Meta

A Advocacia-Geral da União (AGU) em relação ao cumprimento desta meta estabelecida para o exercício de 2012, destaca o seguinte:

Procuradoria-Geral da União – PGU: 100% das unidades da Procuradoria-Geral da União já usam o Sistema Integrado de Controle das Ações da União (SICAU).

Procuradoria-Geral Federal – PGF: Os principais sistemas de gestão da informação da PGF são o Sistema Consultoria da AGU (SISCON) e o Sistema Integrado de Controle das Ações da União (SICAU). O primeiro teve sua implantação na PGF iniciado em 2011 (desenvolvido em 2010) e acompanha a produção jurídica das unidades de consultoria. O segundo antecede à criação da PGF, em 2002, e vem sendo implantado nas procuradorias federais desde 2006, tendo em vista sua importância para o monitoramento de todas as ações judiciais que envolvem as autarquias e fundações públicas federais. O principal problema relacionado à utilização do SICAU ainda reside na ausência de integração com os órgãos do Poder Judiciário e a carência de apoio administrativo para alimentá-lo com os dados processuais.

Consultoria-Geral da União – CGU: Adesão de 100% dos órgãos da AGU aos seus sistemas de gestão da informação, até 2015: Todas as Consultorias Jurídicas da União nos Estados e noventa por cento das Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios cadastram as suas manifestações jurídicas no Sistema Consultoria (Siscon), fazendo a anexação das peças respectivas.

Na Procuradoria-Geral da União – PGU, 100% das unidades da Procuradoria-Geral da União já usam o Sistema Integrado de Controle das Ações da União (SICAU).

Já na Procuradoria-Geral Federal – PGF, em 2012, apurou-se que 60% das unidades de consultoria da PGF passaram a alimentar o SISCON com suas manifestações jurídicas. Cerca de 85% das unidades de contencioso da PGF o alimentam ao SICAU regularmente. Não alimentam o SICAU as procuradorias que atualmente não contam com procuradores federais e algumas unidades recém-criadas ou em processo de extinção.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/10/2012

• Ampliar em 10%, anualmente, o número de órgãos correicionados

Análise Situacional da Meta

A CGAU estabeleceu, para o ano de 2012, realizar 51 correições ordinárias para avaliar a regularidade e eficácia dos

serviços jurídicos prestados. As correições possibilitam a proposição de medidas e sugestões visando ao aprimoramento da atuação jurídica. O cronograma proposto está sendo cumprido, sendo que até o dia 31 de dezembro de 2012, foram realizadas 51 correições ordinárias nos órgãos jurídicos da AGU, correspondente a 100% da meta. A CGAU também realizou, em parceria com a Coordenação da Comissão Gestora Nacional do Programa "Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P", 15 correições em 2012, buscando verificar as condições ambientais dos referidos órgãos.

A Corregedoria vem atuando de forma preventiva por meio de correições e orientações aos Órgãos da AGU, com iniciativas que merecem destaque, a exemplo da publicação do Manual de Boas Práticas Consultivas em conjunto com a CGU/AGU e PGF.

As iniciativas e orientações expedidas pela Corregedoria buscam o fortalecimento das relações entre os órgãos jurídicos e os gestores públicos, promovendo maior segurança jurídica na tomada de decisões e contribuindo diretamente para a formulação e implementação das políticas públicas e a consequente redução de conflitos levados ao Judiciário.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/10/2012

• Construção do marco legal para o incremento do suporte jurídico em questões internacionais

Análise Situacional da Meta

A Procuradoria-Geral da União – PGU assinou um Protocolo de Intenções com o Ministério das Relações Exteriores para atuação jurídica no âmbito internacional.

• Criar mecanismo de identificação dos riscos de conflitos judiciais relevantes que impactam na execução das políticas públicas, visando a revisão das teses adotadas

Análise Situacional da Meta

Foi criado o “Projeto Matriz de Indicadores”, que consiste no envio mensal para cada Diretoria e cada Departamento da Procuradoria-Geral da União (PGU) dos seus resultados judiciais, ferramenta que permite a identificação riscos de conflitos judiciais relevantes. Início do “Projeto Sucesso Calculado”, que registra valores referentes às ações em que a União logrou êxito, isto é, em que o pedido do autor foi julgado totalmente improcedente.

Na Procuradoria-Geral Federal – PGF, em 2012, foi criado e implantado o SAAR – Sistema de Acompanhamento de Ações Prioritárias da PGF, utilizado para identificar e acompanhar ações judiciais relevantes, que possam criar riscos jurídicos às políticas públicas das entidades representadas. Além disso, a PGF tem identificado ações e teses judiciais que apresentem elevados riscos fiscais, que consistem nas teses judiciais com impacto financeiro superior a R\$ 500 milhões, as quais são informadas periodicamente à Assessoria Econômica do MP.

A Procuradoria-Geral da União – PGU indicou que até o final do primeiro semestre de 2013, para cada Procuradoria e cada Departamento, os temas com maior potencial de melhoria e, até o final do ano de 2013, expandir de 30% para 100% das unidades o registro de valores referentes às ações em que a União logrou êxito.

• Reduzir o quantitativo de questionamentos judiciais acerca das políticas públicas

Análise Situacional da Meta

Procuradoria-Geral da União – PGU: Foram realizadas visitas aos órgãos da Administração Direta, em parceria com as Consultorias Jurídicas nos Estados, para apresentação de questões jurídicas internas com grande potencial para se transformar em questões judiciais. No Rio de Janeiro, os órgãos envolvidos preparam uma exposição sistematizada sobre contratos de terceirização de serviços em virtude da nova interpretação dada pelo STF à Súmula 331 do TST, que

foi apresentada em quatro oportunidades a órgãos das Forças Armadas e do Ministério da Saúde. No Rio Grande do Sul, foi realizado, em parceria entre Procuradoria e Consultoria, o “Projeto Consultoria Itinerante”, nas cidades do interior que possuem o maior número de unidades militares, tais como Santa Maria, Rio Grande e Bagé, procurando abordar questões relativas à administração militar, capacitando os servidores civis e militares que atuam na área. Foram abordadas questões relativas a contratos, licitações, e a PRU4 as que envolvem reintegração e reformas, por exemplo, assuntos que acabam desaguando no Poder Judiciário.

Procuradoria-Geral Federal – PGF: O acompanhamento proativo dos órgãos de contencioso da PGF vem permitindo a diminuição do impacto dos questionamentos judiciais das políticas públicas. São exemplos disso o acompanhamento do Leilão 4G, da ANATEL; do ENEM; e do leilão para a concessão dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos.

Consultoria-Geral da União – CGU: Reduzir o quantitativo de questionamentos judiciais acerca das políticas públicas: o Manual de Boas Práticas Consultivas prevê a reedição anual, tendo sido cumprida a meta no ano em curso e o Projeto CGU Aproximação implementou 11 visitas e outras quatro estão previstas até o final do exercício.

Procuradoria-Geral da União – PGU: Expandir as visitas aos órgãos da Administração Direta para outros Estados da Federação, além do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, com a finalidade de reduzir o quantitativo de questionamentos judiciais acerca das políticas públicas.

Procuradoria-Geral Federal – PGF: Em 2012, a PGF, por meio da atuação preventiva e contenciosa, preservou o erário e economizou R\$ 2,13 bilhões em vitórias judiciais, detalhados na planilha “Relatório Economia Contencioso 2012”.

OBJETIVO: 0609 - Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

Como ano inicial da vigência do atual PPA, 2012 foi marcado por realizações de grande relevância e pelo estabelecimento de bases estruturantes para o aperfeiçoamento que se almeja alcançar no diálogo, transparência e na participação social na gestão pública.

No aprimoramento dos processos de diálogo, foram constituídas e continuadas mesas de diálogo e negociação com vista a manter canais de interação sobre grandes temas demandados pelo movimento social brasileiro. Destacam-se, nesse sentido, as mesas que reúnem os movimentos do campo, os movimentos urbanos, indígenas, quilombolas e movimentos interessados na discussão da política energética nacional, entre outros. Registre-se que, em muitas situações, as mesas de diálogo chegam a se constituir como espaços institucionalizados de participação social.

Para além das mesas, o Governo Federal mantém-se aberto ao diálogo com os movimentos por meio de reuniões, audiências e na participação direta em eventos organizados pelas próprias organizações da sociedade, oportunidades em que, muitas vezes, recebe pautas de demandas e reivindicações. Nesse sentido, para estruturar a forma de tratamento e apresentação de respostas e compromissos do Governo sobre as demandas, foi constituída a Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais.

Destaca-se, ainda, a crescente interação entre a Presidenta da República e a sociedade em viagens e eventos por todo o país, com a estruturação de momentos específicos de recebimento de lideranças sociais e de contato direto com a população.

A propósito da ampliação da transparência, 2012 registra marcos importantes. Inicialmente, cabe destacar a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação e, com ela, a estruturação de Serviços de Informação ao Cidadão nos órgãos públicos e a organização e disponibilização de informações no formato conhecido como Transparência Ativa. Nessa mesma linha, é notória a quantidade de acessos realizados no sítio da Imprensa Nacional em busca de conhecimento dos atos oficiais: 621.021.296 páginas acessadas.

Registre-se, também, a realização da 1ª Consocial – Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, que envolveu mais de 150 mil pessoas nas etapas municipais, estaduais e nacional em debates e deliberações sobre o tema "A sociedade no acompanhamento e controle da gestão pública". Ainda, no âmbito da Parceria para o Governo Aberto, destaca-se a apresentação do 1º Balanço do Plano de Ação Brasileiro e a constituição do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil que atua na elaboração de proposta de participação social na revisão do Plano de Ação.

Com vistas ao aperfeiçoamento da participação social na gestão pública, 2012 ficou marcado pelos avanços na discussão e estruturação das propostas da Política e do Sistema Nacional de Participação Social, elementos basilares para os avanços almejados até o final do presente PPA. Junto a isso, merece destaque a busca pelo aprimoramento das instâncias formais de participação, como Conselhos de Políticas Públicas (com cursos de especialização e aperfeiçoamento para conselheiros e com a realização de momentos de intercâmbio de experiências entre os secretários-executivos de Conselhos Nacionais), Conferências Nacionais (como a constituição de espaços de interação entre as Mesas Organizadoras de Conferências e o lançamento da publicação "Fatores críticos para o sucesso de Conferências") e Ouvidorias (com a instituição do Fórum Nacional de Ouvidorias Públicas).

Registre-se, ainda, a constituição de novas metodologias e espaços de participação social na gestão pública, como a implementação de Planos de Participação e Mobilização Sociais focados em políticas específicas (como o Brasil Sem Miséria, o Juventude Viva, entre outros) e a realização de Auditorias Participativas realizadas pela unidade de controle interno da Presidência da República em parceria com os Comitês Populares da Copa, para o acompanhamento de obras

nas instalações portuárias e aeroportuárias das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. Nessa mesma linha, são destaque a intensa participação social na Conferência Rio+20 e a realização da Cúpula Social do Mercosul organizada durante a presidência pro tempore brasileira.

Ainda, há que se mencionar os firmes avanços que têm buscado ampliar a participação social no próprio PPA 2012-2015 (com a consolidação do Fórum Interconselhos constituído na elaboração do plano e que permanece atuante na estruturação de seu monitoramento, revisão e avaliação com participação das organizações e movimentos sociais representados nos conselhos de políticas públicas), bem como no Orçamento Federal (com a realização de diálogos relacionados à nova estrutura da programação orçamentária e o estabelecimento de compromissos para se viabilizar o monitoramento de sua execução e a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária e nas Leis Orçamentárias Anuais).

Metas 2012-2015

- **Aprimorar a forma de produzir e armazenar informações**

Análise Situacional da Meta

Os resultados para esta meta serão alcançados ao longo dos quatro anos da execução do Plano Plurianual. Neste primeiro ano não foram obtidos resultados relevantes.

- **Assegurar que a sociedade tenha conhecimento dos Atos Oficiais**

Análise Situacional da Meta

Para assegurar que a sociedade tenha conhecimento dos atos oficiais publicados nos Diários Oficiais da União a Imprensa Nacional os disponibiliza gratuitamente via internet.

No ano de 2012 foram publicadas 821.884 matérias no Diário Oficial da União. O acesso da sociedade ao sítio da Imprensa Nacional alcançou 13.096.470 visitantes. Neste mesmo ano ocorreu um total de 621.021.296 acessos pela internet.

Quanto ao jornal impresso, o ano finalizou com a média de 1.178 assinaturas e 891 assinantes, totalizando 1.785.005 exemplares destinados aos assinantes dos Diários Oficiais. O Jornal Eletrônico ficou em média 659 assinaturas e 559 assinantes.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2012

- **Aumentar a efetividade da participação da sociedade civil em espaços institucionalizados de participação social**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, houve avanços significativos nessa meta em razão da maior articulação dos espaços de participação social já existentes e da criação de outros novos, da produção de informações sobre os mecanismos de participação e da incorporação de novas metodologias para aperfeiçoar esses ambientes.

No âmbito da articulação dos espaços já existentes, merece destaque a realização, em janeiro de 2012, em Porto Alegre, do Fórum Social Temático como instância de debates preparatórios da sociedade civil para a Conferência Rio+20. Sob o tema “Crise Capitalista, Justiça Social e Ambiental”, o evento foi palco de discussões em atividades autogestionadas, organizadas pela sociedade civil, e em atividades promovidas pelos governos locais.

Considerado o maior evento com participação social da ONU, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) contou com a presença de mais de 45 mil participantes credenciados, dos quais mais de 18 mil representavam a sociedade civil. O Riocentro foi palco cerca de 500 eventos simultâneos à Conferência.

A Cúpula dos Povos, realizada paralelamente ao encontro oficial, foi organizada pelo Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20, grupo plural composto pela sociedade civil, com suporte do Governo Federal. O encontro, que reuniu representantes da sociedade civil nacional e internacional, registrou a presença de mais de 30 mil pessoas por dia. A série de debates intitulada “Diálogos Sociais: Rumo à Rio+20”, realizada em Porto Alegre, Brasília e Rio de Janeiro, foi outra iniciativa de destaque que teve como objetivo aprofundar previamente a discussão sobre temas da Conferência nos diversos setores da sociedade.

Ainda no âmbito internacional, outro marco foi a Cúpula Social do Mercosul, realizada em Brasília nos dias 04, 05 e 06 de dezembro, no âmbito da presidência pro tempore brasileira em 2012. O encontro, que contou com a presença de cerca de 500 representantes dos países membros do bloco e com mais de 65 mil acessos à transmissão online ao logo dos quatro dias do evento, foi o ápice de um processo de reflexão e diálogo social sobre a integração regional e a participação social no bloco. A alteração da metodologia empregada nos debates, possibilitando ampliar a participação e torná-la mais efetiva, culminou na produção de um documento validado por uma grande plenária, assegurando maior legitimidade às recomendações decorrentes da sociedade civil. Esse documento, que foi apresentado à Cúpula de Chefes de Estado, possui especial destaque por abordar a integração regional em aspectos outros que não somente o econômico. Ademais, uma das maiores conquistas do evento foi a transformação da Cúpula em instância institucionalizada do Mercosul, quando antes era um compromisso político informal.

Como processo inovador, foram realizadas ações de Auditoria Participativa junto aos Comitês Populares da Copa do Mundo FIFA 2014, com a finalidade de ouvir a opinião da sociedade civil sobre os impactos das grandes obras de portos e aeroportos, fomentando o diálogo e o controle social nas comunidades atingidas por empreendimentos vinculados ao evento esportivo. Foram ouvidos os Comitês de Natal, Belo Horizonte e Porto Alegre e, embora ainda não seja um espaço institucionalizado de participação social, em 2013, serão ouvidos Comitês de mais nove cidades, o que será mais um passo em direção à continuidade dessa instância que, embora ainda não seja institucionalizada, está sendo cada vez mais reconhecida pela sua importância.

Espaço institucionalizado de participação social por excelência, as cinco Conferências realizadas em 2012 envolveram cerca de 800 mil pessoas em etapas municipais, estaduais, regionais e nacionais. A utilização de documentos orientadores, ao invés de textos-base, permitiu ampliar o debate sobre os conteúdos propostos e a incorporação das propostas dele decorrentes. Ainda, novas metodologias de priorização têm permitido a qualificação nas propostas emanadas das conferências.

O uso de novas mídias e tecnologias também foi fator crucial para tornar ainda mais disseminada a participação nas conferências. É uma prática que vem ganhando cada vez mais relevância, principalmente porque novos temas estão sendo cada vez mais tratados em processos conferenciais – a exemplo da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social –, sendo necessário disponibilizar ferramentas que permitam a incorporação do maior número de interessados no debate das políticas públicas. Para 2013, estão previstas 19 Conferências Nacionais. É provável que os próximos eventos com esse caráter sejam cada vez mais qualificados, principalmente porque, em 2012, fruto de parceria com o IPEA, foi lançado o guia “Fatores Críticos de Sucesso na Organização de Conferências Nacionais”, que tem o objetivo de contribuir para o sucesso na organização desses espaços de construção coletiva.

O ano de 2012 serviu para a continuidade do trabalho iniciado em 2011 de qualificar o trabalho das ouvidorias na perspectiva dos direitos do cidadão. A criação do Fórum Nacional de Ouvidorias Públicas, que até o final de 2012 já contava com a adesão de 13 ouvidorias públicas nacionais, é o fato mais importante para garantir melhor articulação entre esses órgãos e agilizar as informações produzidas como insumos para o aperfeiçoamento das políticas, programas e ações do governo federal. A perspectiva para 2013 é de avançar na capacidade de resposta e na articulação entre as

ouvidorias com outros instrumentos de participação social, como os conselhos e conferências.

Também para 2013 está prevista a construção do novo plano de ação do Brasil na Parceria para o Governo Aberto (Open Government Partnership – OGP, em inglês), iniciativa internacional criada para garantir que os governos assumam compromissos concretos de promoção de transparência, combate à corrupção e utilização de novas tecnologias para fortalecimento da governança. Em parceria com a Controladoria-Geral da União, foi realizada consulta virtual sobre o Plano e, em 2013, acontecerá encontro presencial com a sociedade civil para sistematização das propostas de compromissos apresentadas.

Análises adicionais sobre outros espaços institucionalizados de participação social podem ser encontradas na avaliação das Metas “Aumentar a efetividade no atendimento às demandas de pautas nacionais” e “Fortalecer os conselhos de políticas públicas”.

- **Aumentar a efetividade no atendimento às demandas de pautas nacionais**

Análise Situacional da Meta

O maior avanço para o aumento da efetividade no atendimento às demandas de pautas nacionais ocorreu pela instalação, em 2012, da Mesa de Monitoramento dessas demandas.

No diálogo com a sociedade, o Governo assume compromissos, recebe demandas e é instado a proporcionar bens, serviços e direitos, que precisam ser monitorados para que sua concretização seja efetiva. Para que isso aconteça, é necessário promover a coordenação sistêmica das informações às demandas dos movimentos sociais no âmbito do Governo Federal; o desenvolvimento de estratégias de acompanhamento, monitoramento e avaliação dessas pautas; e a aferição da efetividade dos resultados das respostas à sociedade e devolutivas aos movimentos sociais. A Mesa de Monitoramento foi criada para fazer frente a esses desafios.

A Mesa é composta pelos Secretários-Executivos de todos os órgãos ministeriais, e trabalha a partir das premissas de procedimentos simplificados, fácil aplicabilidade e acompanhamento; monitoramento com periodicidade definida; delimitação clara do objeto de monitoramento; fluxos de tramitação pactuados; sistema aberto e acessível aos agentes envolvidos; e compromisso com o resultado e com as devolutivas às demandas da sociedade civil.

Em 2011 e 2012, foram encaminhadas 1.022 demandas de 29 movimentos sociais, referentes a 72 temas de políticas públicas. Para fins de monitoramento pela Mesa, as pautas foram agrupadas em 461 ações, das quais 231 foram priorizadas. Após a organização e análise das pautas, em 2013, pretende-se avançar no processo de devolutiva à sociedade e de aumento da capacidade de resposta às demandas trazidas ao Governo Federal.

Além da Mesa de Monitoramento, outras mesas de diálogo – que aplicam metodologia para aprofundar temas de grande relevância para o Governo e para a sociedade – representaram avanços no alcance da meta em análise. A Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar entregou a 180 empresas o selo “Empresa Compromissada”, reconhecendo-as como cumpridoras de todas as práticas empresariais estabelecidas no Compromisso.

Produto dos trabalhos realizados em 2011 em uma mesa de diálogos, em 2012 foi assinado o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Construção Civil e aprovado o Regimento da Representação Sindical no Local de Trabalho, que estabelece as regras básicas para a atuação de representantes dos trabalhadores nas obras da indústria da construção. Em nove meses de vigência, 20 empresas com 22 obras aderiram. Oito dessas obras já receberam visitas técnicas de membros da Mesa Nacional Permanente: Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA), Usina

Hidrelétrica Teles Pires (MT/PA), Arena das Dunas Natal (RN), Usina Hidrelétrica de Jirau (RO), Usina Hidrelétrica Santo Antonio (RO), Mina Conceição (MG), Refinaria Paulínia (SP) e COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (RJ). Na ocasião, foram firmados acordos para implementação do Compromisso pelas empresas responsáveis e comissões de trabalhadores tomaram posse.

A Mesa Permanente de Diálogo com as Centrais Sindicais teve uma de suas principais pautas atendidas: a isenção de imposto de renda sobre a participação nos lucros e resultados foi contemplada pela edição da Medida Provisória nº 597, de 26 de dezembro de 2012. No âmbito da Mesa de Diálogos da Plataforma Operária e Camponesa da Energia, foi realizado, em 2012, Seminário sobre o Modelo Energético Brasileiro, com a presença de aproximadamente 200 pessoas entre autoridades na área e representantes da sociedade civil.

Em 2013, as mesas continuarão como importante espaço de diálogo entre o governo e a sociedade, permitindo o atendimento de demandas vindas desse grupo e a qualificação da atuação do governo em vários setores.

• Capacitar servidores públicos sobre temas relacionados ao acesso a informações públicas

Análise Situacional da Meta

Ao longo do ano de 2012, foram promovidas quatro edições do Café com Debate, abordando os seguintes temas: “Lei de Acesso à Informação no Brasil: um passo para o aprofundamento da democracia e os desafios para sua implementação”; “Como os dados abertos vão transformar as práticas do governo e gerar oportunidades para a sociedade”; “Os desafios para a gestão de políticas públicas de Direitos Humanos”; e “A Gestão de Processos na Administração Pública Federal: importância, avanços e desafios”. Ao todo, 653 capacitações foram realizadas. O Café com Debate, promovido periodicamente, é uma metodologia que possibilita o intercâmbio de ideias entre representantes governamentais de diferentes instituições.

Em atendimento aos requisitos da Lei de Acesso à Informação (LAI), seguindo os padrões definidos pelo Ministério do Planejamento e a cartilha publicada pela Controladoria Geral da União (CGU), foi desenvolvido o site da LAI. Além disso, foi publicado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), válido para o biênio 2012/2013, de forma a contemplar as necessidades explicitadas pelo Planejamento Estratégico da Escola.

A ENAP ofereceu no Programa de Aperfeiçoamento para Carreiras, em 2012, três turmas do Curso de Comunicação em Políticas Públicas, com carga horária de 30 horas cada e capacitação de 84 servidores públicos federais. Ofereceu também o curso de Accountability nas Democracias Contemporâneas e seu Impacto nas Políticas Públicas e foram capacitados 33 servidores em uma turma e carga horária de 30 horas. Nesse escopo, também realizou o Seminário Gestão da Informação e Monitoramento de Políticas e Programas Sociais, em que participaram 67 servidores com carga horária de 14 horas. Esse seminário abordou também as formas de disponibilização de informações para a sociedade.

Quantidade alcançada

837

Data de Referência

31/12/2012

• Criar e aprimoramento serviços de informação ao cidadão em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal

Análise Situacional da Meta

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011) institui como princípio fundamental que o acesso à informação pública é a regra, e o sigilo somente a exceção. Para garantir o exercício pleno do direito de acesso previsto na Constituição Federal, a Lei define os mecanismos, prazos e procedimentos para a entrega das informações solicitadas à administração pública pelos cidadãos. Além disto, a Lei determina que os órgãos e entidades públicas devam divulgar um rol mínimo de informações proativamente por meio da internet.

A Lei nº 12.527 é aplicável aos três Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e está vigente desde 16 de maio de 2012.

- **Criar e potencializar novas formas, linguagens e instrumentos de participação social**

Análise Situacional da Meta

No âmbito dos novos instrumentos de participação, merecem destaque os Planos de Mobilização e Participação Social, metodologia que viabiliza a participação da sociedade na formulação, implementação e monitoramento de programas e iniciativas prioritárias do Governo. Essa estratégia permite aprofundar o diálogo e a interação entre o Governo Federal e a sociedade civil na construção das políticas públicas, qualificando a atuação do Governo ao assegurar maior convergência dos programas às necessidades e demandas da sociedade.

O primeiro Plano, realizado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), envolveu aproximadamente 300 pessoas entre governo e sociedade para dialogar sobre a implementação do Brasil sem Miséria. O segundo Plano de Mobilização resultou na elaboração da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e na constituição de sua Comissão Nacional, por meio da publicação do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. O terceiro contribuiu para a construção do Plano Juventude Viva, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência, em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que reúne iniciativas de oito ministérios para prevenir a violência contra jovens negros no Brasil.

Os Planos de Participação e Mobilização Social em torno do Brasil Sem Miséria, da Política de Agroecologia e do Plano Juventude Viva são exemplos de que é possível construir, implementar e monitorar políticas públicas de forma participativa. A consolidação dessa estratégia contribuirá para que a participação social avance como método de Governo, tornando mais intenso e efetivo o diálogo e a contribuição da sociedade nos programas e ações considerados estratégicos.

Do ponto de vista das novas formas de participação, foram realizadas oficinas de webcidadania em eventos de comunicação comunitária, de inclusão digital e juventude. Essas oficinas aplicam a prática de uma nova forma de participar e fazer política através da colaboração horizontal entre os atores. Para 2013 está prevista a realização de uma campanha e um projeto de webcidadania envolvendo os 11 municípios da região afetada pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Na inclusão de novas formas e linguagens de participação nas conferências nacionais, houve a definição e coordenação dos trabalhos virtuais da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, que deliberou por 20 propostas encaminhadas diretamente à sua etapa nacional, realizada em maio de 2012. Além disso, foi definido o ambiente de conferências livres da Conferência Nacional de Educação de 2014, em parceria com o Ministério da Educação, e que já está em operação.

Para 2013, estão previstos dois novos instrumentos de participação social: o Participatório – Observatório Participativo da Juventude, que irá produzir e disseminar conteúdo sobre políticas públicas de juventude com participação social e interatividade; e o portal de participação social, espaço virtual de informação, intercâmbio e participação direta da sociedade em temas de políticas públicas.

No âmbito das novas formas e linguagens, o grande destaque será a consulta, em 2013, a povos e comunidades tradicionais e indígenas para a regulamentação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 2002. Entre outras obrigações, os países signatários dessa Convenção se comprometem a

consultar os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, por meio de procedimentos adequados, quando sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente, garantindo a efetiva participação desses grupos na tomada de decisões.

Ligado à Iniciativa 02DI, que visa o fortalecimento dos espaços de participação social e criação de novos mecanismos para ampliar a transparência e a participação da sociedade civil na formulação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas, o Ambiente Integrado de Participação Popular permitirá a colaboração da sociedade por meio de serviços e ferramentas de interatividade, envolvendo os cidadãos na elaboração e melhoria das políticas públicas do país, legitimando-as.

Neste ano o projeto evoluiu na elaboração de sua documentação técnica e dos artefatos definidos pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 4/2010. O projeto é ligado diretamente a meta “Criar e potencializar novas formas, linguagens e instrumentos de participação social”. Ainda como ação da Iniciativa 02DI, destaca-se ainda as adaptações realizadas na seção de Consultas Públicas do Portal de Governo Eletrônico que permitiram novos relatórios e novas funcionalidades para uso de outros órgãos da Administração Pública.

• Criar proposta de Sistema Nacional de Participação Social

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi cumprido com êxito o momento de interlocução e diálogos sobre a construção da política e do sistema nacional de participação social, gerando a expectativa de maior consolidação da proposta para andamentos nos próximos exercícios.

De modo mais específico, houve a continuação dos debates da Sala de Situação em Participação Social, vinculada ao Fórum de Direitos e Cidadania, e a reinstalação do Fórum Governamental de Participação Social, instituído pelo Decreto de 15 de dezembro de 2003, com representantes de todos os ministérios do Governo Federal. Além dos debates ocorridos no Fórum, mais de 30 encontros com atores sociais estratégicos (ministérios, conselhos, entidades, organizações, fóruns) foram realizados, para apresentação e discussão da iniciativa. Esse trabalho convergiu para um conjunto de recomendações apresentado na última reunião do Fórum, com propostas de aperfeiçoamento dos canais e espaços no sistema de participação social.

Também merece destaque o seminário “A construção da democracia no Mercosul”, realizado em dezembro de 2012, que reuniu representantes de governos, movimentos sociais e organizações não-governamentais para uma avaliação das principais experiências de democracia participativa em curso na região (abrangendo as instituições de cada país e do próprio Mercosul) e do seu grau de institucionalização. O Seminário proporcionou conhecimentos que contribuem para o avanço da institucionalização de instâncias participativas das diferentes políticas concertadas no âmbito do Mercosul.

A experiência foi considerada tão exitosa, que houve acordo para garantir a sua continuidade, sobretudo por meio do aprofundamento das pesquisas sobre a efetividade das instâncias participativas criadas na última década na América do Sul.

Para o ano de 2013 está prevista a edição de um conjunto de atos normativos concretizando as recomendações dos diálogos realizados e promovendo a articulação entre os elementos do Sistema Nacional de Participação Social.

• Fortalecer os Conselhos de Políticas Públicas

Análise Situacional da Meta

O fortalecimento dos conselhos de políticas públicas teve um enfoque especial no ano de 2012, com a busca pelo aperfeiçoamento de sua atuação.

Nesse sentido, merece destaque o evento de apresentação de monografias do Curso de Formação de Conselheiros Nacionais, em Belo Horizonte, com participação de 70 pessoas, concluintes exitosos da segunda turma do referido curso, que terá continuidade em 2013 com a abertura de 400 novas vagas.

Além disso, foi organizado, com o apoio do Conselho de Saúde, o Colóquio Interconselhos, que contou com a participação do professor Boaventura Santos.

O fortalecimento da atuação dos conselhos passa, também, pela troca de experiências e auxílio mútuo. As reuniões periódicas entre os secretários-executivos dos Conselhos têm sido uma ferramenta importante para isso, permitindo esse intercâmbio de informações e, também, a sensibilização sobre o necessário papel dos conselhos no processo de realização de conferências.

Em 2012, foi publicado o relatório da pesquisa “Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros” pelo IPEA. Com o objetivo de sistematizar as opiniões dos conselheiros sobre o processo participativo e decisório e a qualidade dos produtos resultantes da atuação de diversos conselhos, essa publicação faz importante diagnóstico que auxiliará cada um desses espaços a aperfeiçoar sua prática e modo de atuação.

Para 2013, está prevista a realização do 1º Encontro Nacional de Conselhos Nacionais, com a finalidade de trabalhar questões que contribuam para o aprimoramento desses espaços. Assim, serão discutidos temas como estrutura e funcionamento do Conselho; formação e capacitação de conselheiros; a sua composição e formas de eleição da sociedade civil; representação e representatividade, entre outros.

• Incorporar mecanismos de participação social à metodologia de monitoramento do Plano Plurianual
Análise Situacional da Meta

Em 2012, houve grande avanço em relação a essa meta com a construção de proposta de monitoramento social do PPA e o reconhecimento do Fórum Interconselhos como espaço institucionalizado para promover esse monitoramento. Ademais, é importante salientar que foi possível ir além do previsto, com a realização de diálogos com a sociedade em relação à Lei Orçamentária Anual.

No processo de construção da participação social no sistema de orçamento e planejamento públicos, foi realizado, em novembro, o III Fórum Interconselhos, com a presença de aproximadamente 200 representantes de conselhos e entidades, para debate e definição quanto ao monitoramento do Plano Plurianual 2012-2015 (PPA). Como resultado, foi apresentada metodologia para monitoramento de agendas transversais de políticas públicas do Governo Federal. O evento foi precedido por um curso de formação sobre Noções Básicas de Planejamento, Orçamento e Participação Social para os representantes da sociedade civil, em parceria com a ENAP e com o MP.

Além do PPA, as propostas de alteração da Lei Orçamentária Anual (LOA) foram objeto de conversas entre a Secretaria-Geral, o MP e a sociedade civil. O debate resultou na previsão de acompanhamento pela sociedade civil da execução orçamentária relacionadas às políticas transversais, por meio do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP). Para 2013, estão previstos encontros semestrais do Fórum, que fará análise dos relatórios produzidos no âmbito do PPA, e também a realização de debates virtuais e ações de fortalecimento das instâncias de monitoramento nos conselhos nacionais como meios de propiciar maior transparência na aplicação do orçamento público.

• Interagir com a sociedade civil e estimular o uso de dados públicos
Análise Situacional da Meta

A Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), lançou em 2012 o Portal Brasileiro de Dados Abertos, ferramenta

disponibilizada pelo governo para que todos possam encontrar e utilizar os dados e as informações públicas. O portal preza pela simplicidade e organização para que a sociedade possa encontrar facilmente os dados e informações de que precisa. O portal tem o objetivo de promover a interlocução entre atores da sociedade e do governo para refletir a melhor utilização dos dados em prol de uma sociedade melhor em todos os seus aspectos. O acesso à informação está previsto na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O principal objeto do portal de Dados Abertos é a publicação e disseminação dos dados e informações públicas na Internet, organizados de maneira tal que permita sua reutilização em aplicativos digitais desenvolvidos pela sociedade, para a sociedade. Isso proporciona ao cidadão um melhor entendimento do governo, de maior clareza no acesso aos serviços públicos, no controle das contas públicas e na participação em atividades de planejamento, desenvolvimento e monitoramento de políticas públicas. Estão disponíveis, desde dezembro de 2012, junto ao Portal de Dados Abertos, 83 conjuntos de dados com 1.040 recursos distintos.

O governo brasileiro participa, por meio do MP, da parceria OGP (Parceria para Governo Aberto), compromisso internacional de diversos países para aumentar a transparência, participação e colaboração da sociedade, em cujas ações constam a publicação do Plano de Ação da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) e a abertura dos dados do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV) e do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). O Plano de Ação da INDA é a diretriz do governo de médio e longo prazo para orientar os órgãos da Administração Pública na constituição de seus planos de abertura de dados públicos.

- **Prover assistência aos municípios no sentido do cumprimento da Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**

Análise Situacional da Meta

Para apoiar os municípios no cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009, que trata da publicação em tempo real de informações sobre a execução orçamentária e financeira dos estados, do distrito federal e dos municípios, foi criada seção específica no Portal da Transparência do Governo Federal, com informações sobre as transferências de recursos públicos da União para Estados, Distrito Federal e Municípios. O objetivo é auxiliar esses entes federativos a acompanhar e extrair as informações sobre os recursos federais repassados em seus portais na internet.

Em 2013, pretende-se intensificar essa colaboração por meio da elaboração de guia para orientar os entes federativos sobre a construção de portais com dados de execução orçamentária e financeira.

- **Realizar ações de capacitação destinadas ao aperfeiçoamento da atuação de gestores públicos**

Análise Situacional da Meta

Durante o exercício de 2012, a Controladoria-Geral da União atuou intensamente em atividades voltadas à interação com os gestores públicos federais, focando na melhoria da gestão dos recursos públicos e no fortalecimento do controle preventivo.

Por intermédio do processo de Orientação Preventiva aos Gestores Federais e do Programa Capacita, foram realizados eventos de capacitação aos gestores públicos federais, presenciais e a distância, além da distribuição de cartilhas e manuais afetos ao tema. A atuação se deu, também, por meio do Programa Fortalecimento da Gestão Pública (FGP), que buscou o aprimoramento da gestão dos recursos públicos pelos estados e municípios brasileiros, com ações de capacitação presenciais e a distância, para agentes públicos municipais, além da distribuição de acervo bibliográfico contendo a legislação básica e informações técnicas úteis ao desempenho da função pública.

Assim, de modo geral, foram capacitados 1.220 servidores federais em Direito Disciplinar, 13.448 servidores, entre

ele 1.048 auditores internos, em temas sensíveis para o Controle Interno, como Licitações e Contratos, Transferências Voluntárias, Prestações de Contas e Aposentadorias e Pensões. Além disso, foram distribuídas 10.775 cartilhas de orientação sobre temas como Sistema de Registro de Preços, Diárias e Passagens, Contratação de Consultorias e Licitações e Contratos Administrativos. Destaque, também, para a evolução no quantitativo de agentes públicos capacitados, municípios atendidos e número de ações de capacitação realizadas por meio do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, com um incremento de 54% na quantidade de agentes capacitados, em comparação ao ano anterior, atingindo um total de 1881 pessoas capacitadas, em 162 municípios.

Por fim, após as eleições municipais, foram realizadas ações de orientação aos gestores públicos em fim de mandato, com vistas a contribuir para o processo de transição governamental nos municípios brasileiros, promovendo sua institucionalização junto a prefeitos, secretários, vereadores e agentes públicos em geral.

• **Reestruturar o Portal da Transparência do Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

O objetivo da reestruturação é adequar o Portal da Transparência do Governo Federal aos princípios de dados abertos, promovendo a integração e ampliação de conteúdos, bem como a melhoria da usabilidade, por meio da disponibilização de novas funcionalidades e dados.

Em 2012, foi praticamente concluída a especificação técnica para a construção da solução de software do tipo Data Warehouse (DW), cujo objetivo é ser o repositório interno central de dados estruturados, coletados ou recebidos pela CGU. A entrada de novos dados no Portal, como o Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM), o Cadastro de Expulsões da Administração Federal (CEAF) e as remunerações dos servidores federais, exigiu a revisão do escopo do projeto.

Em 2013, além da conclusão da especificação técnica do DW e início de sua implementação, está prevista a definição da arquitetura de informação e do layout do novo Portal da Transparência.

OBJETIVO: 0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

Sendo essencial fortalecer a capacidade institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública, especialmente daqueles considerados estratégicos para a viabilização dos resultados prioritários definidos pelo Governo, foram autorizados concursos públicos para 34 órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF) direta, autárquica e fundacional, totalizando 18.315 novas vagas, e autorizado provimento de 16.650 cargos em 31 órgãos e entidades e a reposição de 773 vacâncias. Dentre as vagas, destacam-se as destinadas à implementação dos programas prioritários de Governo nas áreas de segurança pública, saúde, previdência, educação e infraestrutura. Para atender as necessidades temporárias por força de trabalho, foram autorizadas contratações de 4.116 servidores de acordo com a Lei nº 8.745/1993, em nove órgãos da Administração. Além disso, foram atendidas demandas de 28 órgãos relativas a solicitações de reformulação de estrutura organizacional, que resultaram na formulação de 37 decretos.

Como forma de apoiar os órgãos e entidades públicos para inovar no campo da gestão, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), assinou o Contrato de Empréstimo nº 2192/OC-BR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de US\$ 49 milhões, para a implementação do Programa de Modernização de

Instrumentos e Sistemas de Gestão da Administração Pública Federal (Prosis).

Relativo à gestão da política de cooperação técnica internacional, foi assinado acordo entre a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), para um programa de capacitação de servidores públicos nas seguintes áreas temáticas: fundamentos e práticas da cooperação técnica internacional brasileira, gestão por resultados, comunicação e interculturalidade, e moderação.

Também merece destaque o Programa Regional para a Coesão Social na América Latina (EUROsociAL II), iniciativa de cooperação técnica da Comissão Europeia, executado por meio do intercâmbio de experiências entre instituições da Administração Pública de diversos países europeus e latino-americanos, com realização de seminários, e teleconferências nas seguintes áreas temáticas: saúde, educação, proteção social, emprego, finanças, institucionalidade democrática, diálogo social, descentralização, segurança e justiça. A ENAP coordena, em conjunto com o Instituto Ítalo-Latino-Americano (ILLA), a área temática de proteção social.

Pretende-se, em 2013, no contexto do Programa Acadêmico 2013-2014 da Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas do Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento (EIAPP/CLAD), realizar os cursos presenciais “Planejamento Estratégico” e “Avaliação de Programas Sociais”, e o curso “Ética e Administração Pública na América Latina”, na modalidade à distância.

Com vistas à reestruturação e ao fortalecimento institucional da APF, destaca-se a criação, por meio do Decreto nº 7.808/2012, da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), com a finalidade de administrar e executar os planos de benefícios de caráter previdenciário complementar. A criação da entidade atende à determinação da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, que instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais previsto na Constituição Federal. A partir de 2013, os novos servidores que venham a ingressar nos quadros da União passarão a contribuir, sobre a parcela acima do teto de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, para o novo regime complementar.

No sentido de aumentar a capacidade de gestão sobre os imóveis da União, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) iniciou a execução do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União, que conta com empréstimo do BID, objetivando desenvolver novo Sistema de Gestão do Patrimônio, com a modernização das metodologias de caracterização, demarcação, cadastramento e avaliação dos imóveis da União. Foram adotadas diversas ações voltadas à modernização da sistemática de arrecadação das receitas do patrimônio da União, como a implantação do código de barras nos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) e do Darf eletrônico (e-Darf), em parceria com a Receita Federal do Brasil (RFB), que possibilitou o recebimento de taxas e foros pagas via internet.

De forma a utilizar o patrimônio imobiliário como recurso estratégico a ser aplicado no apoio às políticas públicas, foram destinados 417 imóveis em apoio ao desenvolvimento local e a grandes empreendimentos previstos no PAC, em especial, aqueles voltados à atividade portuária e às indústrias navais, aquecidas pelo setor petrolífero, assim como foram destinados terrenos da União no Estado do Rio de Janeiro para a implantação de equipamentos esportivos e estruturas de apoio para a realização das atividades da Copa do Mundo da Fifa 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Na área de regularização fundiária, destacou-se a parceria com o governo do Distrito Federal, que permitiu a doação de áreas para o programa de regularização fundiária local para as áreas de Itapoã e Riacho Fundo II, que beneficiarão aproximadamente 56 mil famílias. No contexto do Programa Terra Legal, a ação de inclusão socioterritorial de famílias ribeirinhas agroextrativistas na Amazônia garantiu a outorga de 6.352 mil Termos de Autorização de Uso Sustentável

(TAUS) para famílias que vivem e preservam rios e ilhas federais na região amazônica.

Quanto à universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais, ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem ao conhecimento da realidade brasileira para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) concluiu o calendário da disseminação da série de informações do Censo Demográfico 2010 com a divulgação de informações sobre os temas educação, trabalho e rendimento, deficiência, migração, fecundidade, famílias e domicílios. Importante também mencionar o lançamento da publicação “Censo demográfico 2010: características gerais dos indígenas: resultados do universo”, com informações inéditas sobre o pertencimento étnico e a língua falada pelos indígenas e ainda relativas às suas terras. Para 2013, estão previstos a preparação da próxima operação censitária, a Contagem da População 2015, que cobrirá todos os domicílios do País, em todos os municípios brasileiros, e o planejamento do Censo Agropecuário 2016, abrangendo mais de cinco milhões de estabelecimentos na área rural.

Foram divulgados os resultados de duas pesquisas inéditas: (i) a Pesquisa de Meios de Hospedagem 2011, que forneceu um quadro atualizado da capacidade de hospedagem disponível nos municípios das capitais, nas regiões metropolitanas das capitais e nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE); e (ii) a Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Empresas 2010 (TIC-Empresa), que disponibilizou indicadores, pautados por recomendações internacionais. Foi dado prosseguimento à implantação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), cuja operacionalização se iniciou com a inserção dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) em todo o território nacional. Ressalta-se ainda, o planejamento da Pesquisa Nacional de Saúde, em parceria com o Ministério da Saúde, para implantação em 2013.

Foram realizadas atividades de capacitação, sensibilização e divulgação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), em parceria com outros órgãos do Governo Federal, com o objetivo de ampliar sua utilização e agregar mais produtores de informações geoespaciais. Em 2013, estão previstas atividades de capacitação e divulgação da INDE, para implantar e manter essa infraestrutura de dados de forma a reunir eletronicamente produtores, gestores e usuários de dados geoespaciais.

Dentre os fatores que contribuíram para a execução do objetivo, destaca-se a parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Gestão de Pessoas na Administração Pública, vinculado à Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília. O uso de metodologias de padrão internacional e de procedimentos técnicos transparentes de coleta de informações garantiu credibilidade institucional à produção e divulgação de informações estatísticas. Na área da arrecadação, a parceria com a RFB propiciou a modernização da sistemática de arrecadação das receitas patrimoniais. Por outro lado, o fortalecimento de ações nas redes nacionais e internacionais de instituições que apoiam as Escolas de Governo permitiu a capacitação dos agentes públicos e o uso e intercâmbio de novas tecnologias em educação.

Metas 2012-2015

• Aprimorar a gestão do patrimônio imobiliário da União

Análise Situacional da Meta

Seguindo a diretriz de ampliar a democracia e fortalecer a gestão pública, o aprimoramento da gestão do patrimônio imobiliário da União envolveu atividades desenvolvidas com vistas à atualização tecnológica, melhoria dos processos de trabalho e aprimoramento da legislação aplicável.

Com o objetivo de atualização da tecnologia, melhoria da gestão e adequação dos procedimentos à legislação em vigor,

tornou-se necessária a modernização dos sistemas informacionais em uso, de forma a eliminar inconformidades detectadas. Para tanto, encontra-se em andamento um trabalho de unificação de sistemas com características cadastrais comuns e de desenvolvimento e implementação de novas funcionalidades que permitam uma maior capacidade de gestão sobre os imóveis. Foram realizados estudos para melhorias nos sistemas, bem como para a preparação da migração dos bancos de dados para o futuro sistema georreferenciado. O processo licitatório está em fase de conclusão, com início das atividades previsto para 2013 e conclusão em 2014.

Está em andamento a elaboração de um painel de indicadores, cujo objetivo é melhorar a capacidade de planejamento e gestão dos macroprocessos relativos ao patrimônio da União, com a posterior organização de uma base de dados consistente para subsidiar o gerenciamento e tomada de decisão. Em parceria com a Fundação Universidade de Brasília, as primeiras oficinas já foram realizadas, estando o projeto dentro do cronograma estabelecido.

As atividades que se destacaram para o cumprimento da meta foram as relativas à destinação de áreas para implementação das políticas públicas, especialmente aquelas voltadas à inclusão social, preservação ambiental e desenvolvimento econômico sustentável, com entrega de 6.354 TAUS na região da Amazônia Legal. Foram ainda destinados 30 imóveis, que totalizaram aproximadamente 24 mil m², para atendimento de 54 famílias nos Estados do Acre, Maranhão e Roraima.

Quanto à destinação de áreas da União para projetos de regularização fundiária de interesse social, foram destinados oito imóveis no Distrito Federal e nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, totalizando cerca de 4,7 milhões de m², para atendimento de 26 mil famílias. Foi realizada, também, titulação direta a famílias, com destinação de imóveis somando 61 mil m², atendendo 267 famílias nos Estados da Bahia, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. Ainda no âmbito da regularização fundiária, 26 áreas foram reservadas para projetos de interesse público, sendo dez áreas para o Projeto Nossa Várzea, no Amazonas, totalizando cerca de 800 milhões de m², para beneficiar 2.049 famílias; três áreas para o Projeto de Assentamento Agroextrativista, no Amapá, que totalizam aproximadamente 163 milhões de m²; seis áreas para os Projetos Portal da Amazônia e Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova, no Pará, com um total de 38,2 mil m², em benefício de 955 famílias; e sete áreas para outros programas sociais de regularização fundiária, com 2,7 milhões de m², em benefício de 26.293 famílias, nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Pará.

Para projetos de urbanização integrada e construção de novas unidades habitacionais em assentamentos precários, foram destinadas áreas que totalizaram 500 mil m², para atendimento de 812 famílias nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. No âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, a atuação com os movimentos sociais organizados na luta pela moradia veio consolidar o processo democrático e compartilhado de gestão dos imóveis da União, permitindo o atendimento direto às demandas dos movimentos por moradia.

Visando subsidiar projetos de reforma agrária, foram destinados sete imóveis totalizando 18.100 hectares, para atendimento de pelo menos 312 famílias, nos Estados do Amapá, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul, destacando-se a emissão de Concessões de Direito Real de Uso (CDRU) para três áreas no Amapá.

Relativo à preservação ambiental, a União destinou ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) áreas para regularização de Reservas Extrativistas (Resex), totalizando 780.214,5 ha, envolvendo sete Unidades de Conservação, entre as quais a Reserva Biológica Serra do Cachimbo no Pará, a Floresta Nacional Jacundá em Rondônia e a Resex Delta do Parnaíba no Piauí e Maranhão.

No que concerne receitas patrimoniais, em 2012 foi arrecadado o total de R\$ 808,5 milhões, o que corresponde a um

aumento de 14,7% em relação ao ano anterior. A implantação, em parceria com a RFB, do código de barras nos Darf e do e-Darf resultou em melhoria da gestão das receitas patrimoniais e possibilitou a obtenção do documento pela internet para o pagamento das taxas e foros, proporcionando comodidade para o cidadão e economia significativa de recursos. Foi desenvolvida, ainda, rotina de cobrança administrativa de créditos inadimplidos e encaminhamento para execução fiscal, o que eliminará a prescrição de créditos patrimoniais na Secretaria de Patrimônio da União (SPU) a partir de 2013.

No âmbito do aprimoramento da gestão patrimonial, houve a edição de normativos para a regulação do uso dos espaços físicos em águas públicas federais para regularização e implantação de estruturas náuticas e navais (Portaria SPU nº 404/2012, que atualizou a Portaria SPU nº 24/2011). Como resultados, destacam-se a destinação de área de 349.058,16 m² para construção de estaleiro em Aracruz/ES, e as autorizações para construção de terminais portuários de uso privativo em Presidente Kennedy/ES (área de 385.636,29 m²) e no Complexo Portuário Ponta da Madeira, em São Luís/MA (área de 452.660,00 m²), este para embarque de minérios oriundos de Carajás/PA. Relativamente à caracterização do patrimônio da União, necessária para a incorporação dos imóveis, foram demarcados 250 km de terrenos marginais e de marinha e cadastrados 23.258 imóveis dominiais e outros 3.606 imóveis de uso especial.

Ao longo de 2013, será promovida a implantação de diretrizes gerais para balizar as ações descentralizadas, como o Plano Nacional de Caracterização, com vistas a ampliar o rol de imóveis incorporados ao patrimônio da União; o Plano de Destinação de Grandes Projetos de Infraestrutura Prioritários, e o Plano de Destinação para Projetos Prioritários na Área Social. Será desenvolvido também o Projeto de Saneamento Cadastral, com o intuito de eliminar inconsistências da base de dados da SPU, bem como o Projeto de Revisão da Política de Gestão do Patrimônio da União, que tem por objetivo propiciar maior eficiência para a gestão do patrimônio da União, definindo a SPU como gestora de um Sistema Estruturante da Gestão Patrimonial e adequando-a aos novos desafios.

- **Aprovação de mecanismos para a pactuação de resultados, com metodologias de gestão do desempenho, para a Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

Foi realizado, no âmbito do “Projeto Diálogos Setoriais Brasil-União Europeia: Gestão para Resultados”, um conjunto de ações que procurou estabelecer um marco referencial de gestão para resultados, gestão por competências e gestão de desempenho, a partir da experiência em países europeus. Entre essas ações, podem-se elencar as visitas técnicas realizadas e a elaboração do estudo “Gestão Para Resultados, Gestão do Desempenho e Gestão de Competências nas Administrações Públicas Europeias - Lições a tirar de algumas experiências recentes realizadas nos países da União Europeia”. Foram realizadas oficinas e palestras para difusão das experiências mapeadas, com a presença de servidores públicos de diversos órgãos federais.

Foram também executadas ações voltadas ao aperfeiçoamento das metodologias de pactuação de resultados, como a revisão da metodologia da avaliação dos contratos de gestão no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), entidade vinculada ao Ministério da Previdência Social; a proposta de revisão da sistemática de avaliação do contrato de gestão firmado pela Organização Social Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) com o MCTI, a vigorar a partir de 2013. Também para 2013, foi aperfeiçoado o contrato de gestão do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Foram contratados, com recursos da Cooperação Espanhola, dois consultores para apoiar a preparação de um guia de pactuação de resultados, que será desenvolvido no primeiro semestre de 2013 e orientará o desdobramento das metas setoriais em planos de trabalho nas organizações, permitindo seu monitoramento para fins de avaliação de desempenho

institucional.

Em 2013 espera-se avançar no aperfeiçoamento do modelo de gestão por desempenho da APF a partir da realização das seguintes ações principais: elaboração de proposta de decreto unificando os ciclos de avaliação de desempenho nas instituições; desenvolvimento do módulo avaliação no Sigepe, com implantação em 2014, incorporando proposta para a otimização da avaliação de desempenho da APF. Além disso, pretende-se elaborar um guia de referência da gestão por resultados com orientações e diretrizes para pactuação e gerenciamento de resultados nas organizações públicas, e também uma proposta de regulamentação da contratualização na APF.

Os principais desafios associados ao cumprimento desta meta concentram-se na necessidade de: realinhamento dos processos de gestão de desempenho das instituições, dos programas e dos servidores (avaliação individual) e convergência dos ciclos de avaliação entre as instituições públicas; repactuação dos processos de planejamento estratégico; definição de novas orientações e metodologias técnico-políticas para aperfeiçoar o processo de gestão por resultados na esfera pública.

- **Fomentar inovações de gestão no âmbito da Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

No que se refere à oferta de referencial para orientar as organizações públicas no aperfeiçoamento do seu modelo de gestão destaca-se a atualização do Modelo de Excelência da Gestão Pública (MEGP) com participação dos órgãos centrais dos sistemas estruturantes de Governo. O MEGP orienta a transformação gerencial rumo à excelência, com um referencial contendo os conceitos e um instrumento de avaliação dos critérios de excelência da gestão pública, para que os órgãos da Administração Pública tenham possibilidade de verificar a conformidade de sua gestão às boas práticas de governança e promover a implementação de melhorias que venham a auxiliar o alcance dos resultados institucionais. Além disso, o MEGP permite avaliações comparativas de desempenho entre organizações. Para 2013 espera-se publicar e disseminar a atualização do MEGP, bem como avançar ainda mais na identificação, atualização e disponibilização de tecnologias e referências para auxiliar as organizações públicas na busca pela excelência.

Em termos da oferta de tecnologias de gestão para auxiliar as organizações públicas na busca pela excelência, alguns instrumentos foram desenvolvidos, aperfeiçoados e disponibilizados gratuitamente, como: o benchmarking colaborativo, voltado para a busca de melhores práticas e de processos inovadores; e o Guia de Gestão de Processos, que orienta a modelagem e a gestão de processos voltados ao alcance de resultados.

As ações de modernização de instrumentos e sistemas de gestão estão sendo concentradas, em larga medida, no Prosis. O Governo Federal, por meio do MP, assinou, em janeiro de 2012, o Contrato de Empréstimo nº 2192/OC-BR com o BID, para a implementação do referido programa.

O principal objetivo do programa é fomentar a inovação e a melhoria da gestão pública, nas dimensões da gestão das estruturas, das pessoas, das funções administrativas, da tecnologia e recursos logísticos, de forma a contribuir para uma ação governamental mais eficiente, eficaz e efetiva.

Este programa consiste numa linha de financiamento externo, no montante de US\$ 49,023 milhões, dos quais US\$ 28,6 milhões serão financiados pelo BID e US\$ 20,423 milhões de contrapartida local. Suas atividades estão distribuídas em cinco componentes: (i) Modernização dos Sistemas de Planejamento e Orçamento; (ii) Gestão e Integração dos Recursos Tecnológicos de informação; (iii) Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão de Investimentos; (iv) Modernização dos Instrumentos de Apoio à Execução do Gasto Público; (v) Melhoria da Coordenação Governamental. Em março de 2012 foi realizado o Seminário da Missão de Arranque, com a participação

de 50 pessoas, incluindo o corpo dirigente e as Secretarias envolvidas. Ao longo do ano foi estruturada a equipe da coordenação geral. Em junho, ocorreu na ENAP evento de capacitação de 20 servidores sobre contratações e/ou aquisições de acordo com as regras do Banco.

Os maiores desafios relacionados à implementação da meta em questão são: aquisição e implementação do sistema de monitoramento do Prosis, haja vista que o Prosis atende a várias Secretarias do MP; aumentar a capacidade de realizar contratações com maior celeridade e eficiência no âmbito do Prosis, de forma a garantir a execução dos desembolsos previstos para 2013; viabilizar a contratação de serviços para a operação do Prêmio de Qualidade da Gestão Pública; e viabilizar parcerias para a identificação, atualização e disponibilização de tecnologias e referencias para auxiliar as organizações públicas na busca pela excelência.

No âmbito das ações desenvolvidas pela ENAP foram iniciados dois projetos focados na inovação do setor público: o primeiro, em cooperação com o Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública, da Universidade de Brasília, que tem por objeto a elaboração de uma pesquisa ampla sobre a inovação na APF e elaboração de estudos de casos sobre o tema; o segundo refere-se a um projeto de pesquisa a partir do material empírico fornecido pelo Banco de Soluções do Concurso Inovação e também pelo trabalho de prospecção em outros sistemas corporativos do Governo Federal.

A 17ª edição do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal contabilizou 1.611 inscrições válidas e 321 iniciativas premiadas. Todos os relatos das premiadas são publicados anualmente em livro e estão disponíveis ao público no sítio da ENAP, no Banco de Soluções na página do Prêmio. Para 2013, está prevista a realização da 18ª edição do concurso.

- Projetos implementados voltados à melhoria da capacidade institucional de órgãos e entidades públicos**
Análise Situacional da Meta

No que diz respeito à recomposição da força de trabalho, em 2012 foram autorizados concursos públicos para 34 órgãos e entidades da APF direta, autárquica e fundacional, totalizando 18.315 novas vagas abertas. Foi autorizado, também, provimento de 16.650 cargos em 31 órgãos e entidades, e a reposição de 773 vacâncias. A prevalência dos concursos para cargos de nível superior direcionados para as áreas estratégicas e a política de substituição dos terceirizados contratados em desacordo com o Decreto nº 2.271/1997 foram diretrizes adotadas para profissionalizar e fortalecer o quadro de pessoal da Administração Pública.

Dentre as novas vagas abertas, destacam-se as destinadas à implementação dos programas prioritários de Governo nas áreas de segurança pública, saúde, previdência, educação e infraestrutura, tais como 2.343 cargos da carreira policial, 2.470 profissionais de saúde, 2.700 profissionais para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), 7.925 docentes para o Ministério da Educação e 1.200 profissionais para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), do Ministério dos Transportes.

Diante da necessidade de fortalecer a capacidade do Governo Federal em planejar, implementar e executar grandes obras, especialmente aquelas no contexto do PAC, em 2012 foi realizado concurso público para preenchimento de 164 vagas para o cargo de Analista de Infraestrutura, bem como o respectivo curso de ambientação para Analista de Infraestrutura na ENAP, com ingresso de cerca de 140 destes profissionais ainda em 2012, os quais serão lotados em órgãos estratégicos do Governo.

Cabe ressaltar a realização do primeiro concurso público para o cargo de Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPS), com 825 vagas, que atenderá demandas de diversos órgãos por profissionais qualificados para a execução de atividades especializadas de assistência técnica, monitoramento e avaliação de programas e projetos na área social. A etapa de provas foi finalizada em novembro e o ingresso dos ATPS está previsto para o primeiro semestre de 2013. Dois órgãos

estratégicos, os Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), foram priorizados para receber os referidos profissionais em razão da necessidade de substituição de consultores e terceirizados em situação irregular.

Com o objetivo de atender às necessidades temporárias por força de trabalho, em 2012 foram também autorizadas contratações de 4.116 servidores de acordo com a Lei nº 8.745/1993, em nove órgãos da Administração.

Em 2012 foi conduzido pelo MP amplo processo de negociação entre o Governo e os sindicatos dos servidores, que resultou em acordos de reajustes e reestruturação remuneratória que contemplaram mais de 150 carreiras, planos de cargos, planos especiais de cargos e demais categorias, abrangendo 97,5% dos servidores públicos civis e militares. Os acordos de reajustes e reestruturação remuneratória concedidos foram parcelados de 2013 a 2015, de forma a promover a recomposição remuneratória dos servidores do Poder Executivo Federal. Nesse conjunto, destaca-se a área de educação, que representa 42% do conjunto de servidores ativos com 213,6 mil servidores, assim distribuídos: 67,9 mil docentes do Ensino Superior; 28,1 mil do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; e 117,6 mil do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Em relação especificamente aos docentes, além do reajuste em três parcelas, foram também contemplados aspectos de reestruturação da carreira, como as regras de progressão e retribuição por titulação, representando reajustes que chegam a mais de 20%, como clara medida de valorização da área educacional. Foram encaminhados ao Congresso outros projetos de leis que tratam de indenizações, parcelas remuneratórias e outros reajustes referentes às carreiras e aos planos de cargos do Poder Executivo.

Adicionalmente, foi elaborado o projeto da Medida Provisória nº 568, convertida na Lei nº 12.702/2012, que dispõe sobre gratificações e adicionais. Ocorreram, em 2012, cursos para qualificar técnicos e gestores de áreas de políticas públicas específicas, tais como a Especialização em Gestão de Programas e Grandes Projetos de Infraestrutura, para apoiar o alcance dos objetivos do PAC, e a Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Direitos Humanos, demanda da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Em 2013, pretende-se desenvolver uma proposta de curso sobre gestão social e terceiro setor para apresentar e discutir as relações com o Estado.

Em 2013, destacam-se atividades na área social que serão executadas pela ENAP para apoiar políticas brasileiras: a) em parceria com o MDS, fortalecimento e levantamento de lições em áreas de monitoramento e avaliação; intercâmbio sobre sistemas de informação, monitoramento e avaliação; estudo para identificar casos exitosos de coordenação em programas similares ao Plano Brasil Sem Miséria (BSM); curso de coordenação de políticas sociais; e fortalecimento de programas de primeira infância para crianças em situação de rua no Brasil; b) em parceria com o Ministério da Previdência Social, será realizado intercâmbio sobre proteção social dos trabalhadores domésticos diaristas, ambos com recursos provenientes da Comissão Europeia. A ENAP e o MDS mantém cooperação para realizar oito Seminários Internacionais sobre Políticas Sociais para o Desenvolvimento (quatro em 2012 e quatro em 2013), com o objetivo de apresentar a países em desenvolvimento um panorama sobre as estratégias e políticas brasileiras para enfrentamento das questões sociais, promoção da proteção social e erradicação da pobreza, visando identificar possíveis áreas de cooperação Sul-Sul. Os seminários realizados em 2012 contaram com a participação de servidores brasileiros e de 163 servidores de 24 países em desenvolvimento, sobretudo da África e da América Latina.

O projeto de cooperação técnica entre a ENAP e o Instituto Superior de Administração Pública de Moçambique realizou, no Brasil e naquele país, cursos para dirigentes e técnicos em temas relacionados a desenvolvimento de lideranças, gestão de equipes, gerenciamento de projetos, planejamento estratégico, entre outros. Foram realizadas também oficinas de alinhamento estratégico e visita técnica ao Brasil. Com o fim das atividades do projeto em março, teve início sua avaliação por meio de entrevistas realizadas no Brasil e em Moçambique.

- **Proposição de Projeto de Lei sobre a organização e funcionamento da administração pública**

Análise Situacional da Meta

Ao longo de 2012, verificou-se a necessidade de mudança da estratégia de atuação com relação ao assunto. A publicação da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, que instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, introduziu uma nova prioridade na agenda, qual seja a constituição da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe). Assim, como a opção de Governo foi mudar o foco e não dar continuidade ao projeto de construir proposta de projeto de lei sobre a organização e funcionamento da administração pública no contexto atual, será proposta a revisão da meta em questão por ocasião da revisão do PPA em 2013.

O Governo Federal vem adotando as providências necessárias para viabilizar o funcionamento da Funpresp-Exe e dos novos sistemas de previdência social e complementar dos servidores públicos já a partir de janeiro de 2013. Foram enfatizadas adequações dos processos de gestão de pessoas para a operação das contribuições dos servidores públicos nos regimes de previdência geral e complementar, bem como no investimento em campanhas de orientação e esclarecimentos aos servidores sobre os novos procedimentos. Foi firmado um termo de cooperação com a Universidade Federal do Ceará para apoiar a elaboração do plano de benefícios da Funpresp-Exe, do respectivo parecer jurídico e demais documentos pertinentes. Também foram iniciados os estudos para a estruturação do Regime Próprio dos Servidores Públicos Federais.

As ações em andamento que permitirão a implantação do Funpresp-Exe em 2013 são: negociações com representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário para construção do estatuto do Fundo; aprovação do estatuto pela Previc; estruturação da Fundação com relação a pessoal, espaço físico e sistemas tecnológicos; elaboração da minuta do plano de benefícios; adequações do Sistema de Folha de Pagamento do Servidor Civil (Siape), considerando as adesões ao novo plano e o modelo de cálculos dos recolhimentos ao fundo com base nas novas regras; capacitação dos órgãos setoriais e seccionais e novos servidores, e elaboração da campanha de divulgação.

Sobre essa questão, um dos desafios para 2013 diz respeito ao cumprimento das funções de órgão responsável pela supervisão e fiscalização sistemática das atividades da Funpresp-Exe, em nome dos órgãos da administração direta, das autarquias e das fundações do Poder Executivo federal, e encaminhamento dos resultados ao órgão fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar.

No que tange ainda à citada meta, em 2012 foi discutida e desenvolvida proposta de aperfeiçoamento da legislação de terceirização, prevista no Decreto nº 2.271/1997, que dispõe sobre a contratação de serviços de execução indireta pela APF. O objetivo é o de adequar e revisar os conceitos e o marco legal relacionados à terceirizações de serviços por meio de uma revisão desse Decreto, prevista para ser concluída e encaminhada em 2013.

Ainda como expectativa para 2013, pretende-se elaborar uma proposta de revisão da Lei nº 10.683/2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências, com as alterações que se fizerem necessárias no Decreto-Lei nº 200/1967.

OBJETIVO: 0605 - Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

As Cartas de Serviços ao Cidadão, instituídas pelo Decreto nº 6.932/2009, estão no cerne da estratégia de melhoria do atendimento prestado aos cidadãos. Cada Carta de Serviços informa quais são os serviços prestados ao cidadão por uma determinada organização pública, especificando padrões de qualidade como tempo de espera para o atendimento, prazos para o provimento dos serviços, orientações quanto aos mecanismos de comunicação com os usuários, procedimentos para acolhimento de sugestões e para o recebimento, atendimento e gestão de reclamações.

Em 2012, a metodologia de elaboração da Carta de Serviços foi reformulada, transformando-se em ferramenta de análise e melhoria de processos, para o alcance de novos padrões de atendimento, alinhados às expectativas e necessidades dos usuários, e em 2013, será objeto de ampla disseminação aos órgãos e entidades da Administração Pública.

Em relação ao aperfeiçoamento e ampliação dos serviços eletrônicos disponibilizados à sociedade (e-Gov), houve a implementação de novos recursos no portal Governo Eletrônico, ambiente oficial de informações sobre o Programa do Governo Eletrônico Brasileiro (www.governoeletronico.gov.br), destacando-se a criação de uma área voltada à presença do governo nas redes sociais e a relação de todos os Serviços de Informação aos Cidadãos (SIC) do Governo Federal. O portal está em atualização, com definição de uma nova aparência, um espaço para discussão dos Comitês de Governo Eletrônico e implementação da acessibilidade digital em toda sua estrutura.

Em maio de 2012 foi lançado o Guia de Serviços Públicos do Governo Federal (www.servicos.gov.br), que é um portal que visa, de forma clara, disponibilizar aos cidadãos as informações sobre os serviços prestados pelo governo.

Para 2013 está previsto o lançamento do protocolo integrado, que tem como objetivo consolidar uma base integrada de protocolo com informações sobre processos e documentos oriundas dos órgãos e entidades da APF, oferecendo à sociedade mais um canal de consultas sobre processos e documentos protocolados, além de serviços como envio de informações sobre andamento de processos e documentos via e-mail e/ou mensagens enviadas para telefones celulares.

No que tange à iniciativa de implementação de ações para melhorar o ambiente de negócios e o atendimento às empresas e às demais organizações da sociedade civil destaca-se, no campo da legislação aplicável a compras e a contratações governamentais, a participação do MP na regulamentação do artigo 3º da Lei nº 8.666/1993, que estabeleceu a aplicação de margem de preferência nas licitações realizadas no âmbito da APF para aquisição de diversos materiais, e na elaboração do Decreto nº 7.746/2012, que também regulamentou o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993, estabelecendo critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela APF e instituindo a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública.

Com o objetivo de melhorar a acessibilidade do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV), foi iniciado neste exercício, o processo de reformulação do Portal de Convênios, cujo resultado final visa otimizar o processo das transferências voluntárias da União, beneficiando diretamente todos os usuários do SICONV.

Visando ampliar a publicidade das informações relativas às transferências voluntárias da União, destaca-se que o Sistema DW-SICONV (ferramenta para manipular dados históricos usada para análise e decisões) evoluiu em 2012. Essa evolução foi necessária para o aperfeiçoamento da análise de grandes volumes de dados, bem como a ampliação do volume de informações na geração dos relatórios.

Além disto, foi disponibilizada a segunda fase do DW-SICONV com a agregação de dados de empenhos, ordens bancárias e dos cadastros dos entes e entidades públicas e privadas sem fins lucrativos. Com isto, tornou-se possível o acompanhamento de empenhos e desembolsos realizados pelo SICONV. A terceira etapa do DW-SICONV está em fase

de especificação e a entrega está prevista para o primeiro semestre de 2013.

Outro ponto importante é a publicação dos dados do SICONV na solução de dados abertos (portal dados.gov.br), que integra a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), cujo objetivo é a disponibilização de dados para a sociedade por meio da rede mundial de computadores.

Ao longo de 2012, o portal do Software Público Brasileiro (SPB) recebeu e publicou seis novas soluções dentre as 64 disponíveis para uso por órgãos públicos e pela sociedade, todas desenvolvidas em plataforma livre. Foram melhorados os critérios de seleção, avaliação, aprovação e disponibilização de soluções, visando à melhoria sistêmica de toda a comunidade do SPB, por meio da nova versão do Manual do Ofertante. O manual tem o objetivo de tornar transparente o processo de avaliação de software candidato a se tornar público e também promover a qualidade dos softwares que são enviados para o portal do SPB. O portal tem hoje mais de 150 mil usuários, o que sinaliza um aumento considerável de adesões ao modelo.

Outra iniciativa relevante é a massificação e aperfeiçoamento da Certificação Digital (ICP-Brasil) e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP-Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos. O ano de 2012 foi marcado pelo grande desafio de disponibilizar ao cidadão não apenas o documento eletrônico, mas verdadeiros balcões on-line repletos de serviços que facilitem sua vida e a desburocratizem, a partir do uso do Certificado Digital ICP-Brasil.

Os destaques em 2012 ficaram por conta de aplicações relativas à Conectividade Social, à Lei de Arquivamento Eletrônico e à compensação de cheques por imagem da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que fortaleceram a ICP-Brasil e multiplicaram o número de transações eletrônicas realizadas com certificados digitais.

O MP, em conjunto com o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), está atuando na concepção dos marcos normativos para a implantação do Plano Nacional da Administração Sem Papel. O lançamento do plano trará ao Executivo Federal o firme propósito da implantação de processos de trabalho totalmente desmaterializados, que assegurem sua interoperabilidade, capilaridade, escalabilidade, acessibilidade, eficácia jurídica, não-repúdio e preservação arquivística. Novas aplicações e esforços para ampliar a interoperabilidade se encontram em pleno desenvolvimento, inclusive no âmbito internacional, tais como a implantação de modelos de Infraestrutura de Chaves Públicas similares ao brasileiro em outros países do Mercosul, sendo que Cabo Verde, Cuba e Equador já firmaram acordo para uso da tecnologia brasileira.

Os debates no Comitê Gestor da ICP-Brasil avançaram ao estabelecer melhores práticas para emissão do certificado digital, possibilitando a ampliação de sua validade para até cinco anos e aderindo a padrões robustos de ensaios e auditorias do Inmetro. Destaca-se ainda a revisão dos padrões de assinatura, os projetos de inclusão da biometria e do certificado de atributos.

A expectativa para 2013 é que aplicações com certificados digitais começem a surgir para a telefonia móvel e tablets, garantindo a esses equipamentos eletrônicos a segurança da ICP-Brasil e o lançamento do decreto e do plano de ação, com objetivo de estruturar o marco normativo da Administração Sem Papel e estimular a gestão eletrônica de processos, dossiês e documentos.

No que tange à implementação do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, em termos de entrega parcial à sociedade, foi desenvolvido e disponibilizado por meio de parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados

(Serpro) o Sistema de Ouvidoria. Tal sistema foi desenvolvido em plataforma web e encontra-se disponível para download em www.softwarepublico.gov.br. O software garante adaptabilidade às ouvidorias, permite a emissão de relatórios gerenciais, apresentando estatísticas dos dados consolidados, e possibilita seu uso por ouvidorias com diferentes estruturas.

Na busca pela integração sistêmica das ouvidorias no Poder Executivo Federal foi instituída em 2012 a Política de Formação Continuada em Ouvidorias (Profoco) cujas diretrizes estão orientadas pelos princípios da participação e da cooperação. A execução da Profoco ocorrerá, na sua fase inicial, com a oferta de cursos de instituições parceiras e terá como principal colaboradora a ENAP.

Ainda em 2012 foi lançada a Casoteca de Ouvidoras Públicas (www.cgu.gov.br/Ouvidoria/Casoteca), que expõe estudos de caso com o objetivo de fortalecer a gestão organizacional e apoiar a capacitação e o compartilhamento de conhecimento organizacional no âmbito das ouvidorias da APF, além de valorizar a experiência das ouvidorias no tratamento de reclamações, denúncias, informações, elogios e sugestões encaminhados pelos cidadãos.

Cabe ressaltar, também, a disponibilização do tri-dígito de utilidade pública 162 para acesso pelo cidadão aos serviços de ouvidoria pública, em especial as ouvidorias de Estados, Distrito Federal e Municípios.

Metas 2012-2015

- Implementar e disponibilizar a Agenda Brasil Digital de Governo Eletrônico à sociedade**

Análise Situacional da Meta

O projeto da Agenda Brasil Digital de Governo Eletrônico está temporariamente suspenso devido à dependência da definição da política de Governo Eletrônico criada pelo Decreto de 18 de outubro de 2000, que reserva à Casa Civil a presidência do comitê interministerial. Uma proposta que prevê, dentre outros pontos, ações para o incremento da qualidade dos serviços digitais ao cidadão está em elaboração, devendo ser apresentada até o final do 1º semestre de 2013.

- Implementar Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG) nos sítios governamentais**

Análise Situacional da Meta

O e-MAG consiste em um conjunto de recomendações a serem consideradas para que o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação. O e-MAG foi formulado para orientar profissionais que tenham contato com publicação de informações ou serviços na internet a desenvolver, alterar e/ou adequar páginas, sítios e portais, tornando-os acessíveis ao maior número de pessoas possível.

A Portaria SLTI/MP nº 3/2007 institucionalizou o e-MAG no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), tornando sua observância obrigatória nos sítios e portais do governo brasileiro. A revisão do modelo, com a versão 3.0, foi desenvolvida por meio da parceria entre o MP e o Projeto de Acessibilidade Virtual da Rede de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais. Na elaboração do documento-proposta, foram consideradas as contribuições de especialistas e as novas pesquisas na área de acessibilidade à Web, bem como as recomendações de acessibilidade para conteúdo Web 2.0, do World Wide Web Consortium (W3C).

Em 2012 foi lançada nova versão do Avaliador e Simulador de Acessibilidade de Sítios (Ases 2.0), ferramenta que permite avaliar, simular e corrigir a acessibilidade de páginas, sítios e portais, destinada a desenvolvedores e publicadores de conteúdo. Com base no e-MAG 3.0 e no Ases 2.0, realizou-se avaliação de acessibilidade em mais de 50 sítios governamentais.

Para 2013 estão previstos a elaboração de estudos técnicos que visam ao desenvolvimento de um novo portal do Sistema de Serviços Gerais, orientado a processos e aderente aos padrões e-MAG e aos Padrões de Interoperabilidade

de Governo Eletrônico (e-PING).

Atualmente 6% das páginas do Governo Federal são acessíveis, segundo dados do Censo da Web 2012. Apesar do índice ser baixo, o crescimento de páginas acessíveis tem sido consistente, com uma estimativa de 30% das páginas do Governo Federal acessíveis até 2015. Para tanto, é necessária a continuidade das ações que se configuram no arcabouço do e-MAG: os acordos de cooperação com o escritório brasileiro do W3C e com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, e a consultoria prestada pela Central de Serviços e Suporte aos órgãos que fazem parte do SISP.

• **Massificação do uso de Certificados Digitais da ICP- Brasil**

Análise Situacional da Meta

A massificação do uso da certificação digital ICP-Brasil vem registrando crescimento vertiginoso nos últimos anos, tanto em número de certificados digitais emitidos como em aplicações que exigem o uso de certificado digital. É importante registrar que apenas um certificado digital pode assegurar milhões de transações eletrônicas. Por exemplo, cada banco tem seu certificado digital, e esse certificado dá respaldo a toda a sua compensação de cheques por imagem. São milhões de cheques compensados diariamente pelos bancos associados à Febraban. As empresas também se valem do certificado digital para emissão da nota fiscal eletrônica, para registro digital contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) e muitas outras transações da Receita Federal do Brasil, dentre outros sistemas públicos.

Os números comprovam os avanços. Até 2008 foram emitidos 630 mil certificados, ao passo que em 2011 alcançou-se a marca histórica de 4,28 milhões de certificados emitidos. De outubro de 2011 a outubro de 2012 foram emitidos 2.755.279 certificados digitais da ICP-Brasil, dos quais 1.832.368 deles em 2012. Em 2012 a ICP-Brasil credenciou mais duas novas autoridades certificadoras de 1º nível, que passaram a totalizar 11 entidades.

A capilaridade da ICP-Brasil, ou seja, a presença de pontos de atendimento espalhados pelo território nacional, também avançou positivamente. Os números demonstram que as principais áreas geradoras de riqueza e com infraestrutura de comunicação adequada já possuem pelo menos um ponto para aquisição de certificados digitais da ICP-Brasil.

No próximo ano terá prosseguimento as atividades dos grupos de trabalho de Assessoramento aos Comitês Gestores da ICP-Brasil/ITI/CC e GSI/PR .

A dimensão da importância da certificação digital no Brasil pode ser avaliada a partir de seu impacto no PIB brasileiro. A atual estrutura da ICP-Brasil é utilizada cada vez mais em sistemas e aplicações de grande relevância para o desenvolvimento nacional, sendo aplicada nas áreas de infraestrutura, desenvolvimento social, econômica e produtiva e estratégia e defesa.

Sem a certificação digital, sistemas críticos da economia nacional podem ser paralisados, como é o caso dos Sistemas de Pagamentos Brasileiro e da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), aplicação que inibe a evasão fiscal, com ganhos em termos de redução de custo, padronização, facilidade no tratamento de dados eletrônicos, agilidade e segurança. Dados disponíveis no Portal da NF-e indicam que até 13/12/2012 haviam sido autorizados R\$ 5,914 bilhões em NF-e, emitidas por 914.037 contribuintes. Todas as emissões de NF-e se valem de certificados digitais da ICP-Brasil.

O uso do certificado digital também assumiu expressiva importância para determinadas categorias profissionais, como contadores, médicos e advogados. Os contadores acessam determinados sistemas da RFB somente mediante o uso de certificados digitais. O mesmo ocorre com médicos para acesso a prontuários eletrônicos. No caso de advogados, o crescimento é ainda mais notório, tendo em vista a adoção em praticamente todo o Judiciário de processos eletrônicos

que permitem que o trâmite jurídico seja feito integralmente por meio virtual.

Os destaques em 2012 ficaram por conta das aplicações relativas à conectividade social, à Lei de Arquivamento Eletrônico e à compensação de cheques por imagem da Febraban, que fortaleceram a ICP-Brasil e multiplicaram o número de transações eletrônicas realizadas com certificados digitais.

Espera-se grande avanço da massificação da certificação digital a partir da implementação do Plano Nacional de Desmaterialização de Processos, para o qual foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre o ITI e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que tem como objetivo a modernização, a desburocratização da Administração Pública Federal e o desenvolvimento sustentável. Nessa linha o ITI tornou-se ainda signatário do pacto mundial de economia digital pela sustentabilidade, acordo assinado durante a realização da Rio+20.

O ano de 2012 foi marcado por realizações importantes: (i) implantação de uma nova cadeia hierárquica V2, mais robusta e segura, obrigando os fabricantes de produtos de certificados digitais da ICP-Brasil (cartões, leitoras, tokens e HSM), a adotarem padrões mais elevados de segurança; (ii) o Comitê Gestor da ICP-Brasil estabeleceu melhores práticas para emissão de certificados digitais, ampliando a validade dos certificados para até cinco anos e adesão aos padrões robustos de ensaios e auditorias do Inmetro; (iii) a revisão dos padrões de assinatura, os projetos de inclusão da biometria e do certificado de atributos ganharam extrema notoriedade no Comitê Gestor da ICP-Brasil, sendo que o certificado de atributos já obteve aprovação definitiva do referido Comitê; (iv) implantado novo sistema de credenciamento e auditoria de entidades integrantes da ICP-Brasil, tornando mais prática a análise documental e a realização de uma auditoria; (v) realização da primeira etapa da modernização tecnológica da ICP-Brasil, com investimento recorde na ordem de R\$ 2,7 milhões, cinco vezes o investimento do ano de 2011.

• Melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão

Análise Situacional da Meta

As Cartas de Serviços já estão disponíveis em meio físico com a oferta de cartilhas nos balcões de atendimento e virtualmente nas mídias de internet.

Além de ser um poderoso instrumento de cidadania, a Carta de Serviços desencadeia mudanças e induz à melhoria de gestão nas organizações públicas. Para oferecer serviços de qualidade, muitas vezes essas organizações precisam rever seus processos de trabalho, eliminar etapas desnecessárias e otimizar as imprescindíveis.

A lógica da Carta de Serviços pode ser utilizada por organizações públicas que não atendem diretamente ao cidadão, ou mesmo por setores ou áreas específicas de órgãos ou entidades, uma vez que facilitam a visualização e organização dos serviços prestados e o melhor gerenciamento dos processos e recursos.

Além do gerenciamento de processos, a utilização da Carta de Serviços facilita a integração de outras ferramentas de gestão que lhe são complementares, como a pesquisa de satisfação do usuário de serviços e a gestão de indicadores de desempenho.

Em 2012 a metodologia de elaboração da Carta de Serviços (Decreto nº 6.932/2009) foi reformulada, transformando-a em ferramenta de análise e melhoria de processos, com pactuação interna e externa de metas de desempenho para o alcance de novos padrões de atendimento, alinhados às expectativas e necessidades dos usuários. A metodologia que será disponibilizada aos órgãos e entidades públicos federais, estaduais e municipais, envolve a identificação de melhorias nos processos institucionais; medidas administrativas que ampliem a capacidade institucional de execução dos processos, inclusive no que se refere ao fortalecimento dos sistemas de trabalho; a definição das medidas de desregulamentação necessárias; e a avaliação externa do alcance dos padrões de atendimento. Também foi aperfeiçoado o instrumento padrão de pesquisa de satisfação, que dá apoio à implantação das cartas de serviços.

- **Proposta de Projeto de Lei regulamentando a defesa do usuário de serviços públicos consolidada e encaminhada ao Congresso Nacional**

Análise Situacional da Meta

A consolidação de proposta de Projeto de Lei regulamentando a defesa do usuário de serviços públicos não foi concluída até 31/12/2012.

- **Resolutividade das demandas encaminhadas pelos cidadãos às ouvidorias dos órgãos e entidades públicos**

Análise Situacional da Meta

A principal realização no âmbito da meta foi a execução de um diagnóstico das ouvidorias do Poder Executivo Federal. A partir desse diagnóstico foi possível detectar uma indefinição quanto ao conceito de resolutividade das demandas de ouvidoria. De forma hegemônica, as ouvidorias entendem como resolvidas as demandas que receberam alguma resposta da instituição.

O referido diagnóstico também apontou que cerca de 60% das manifestações de ouvidoria diz respeito a pedidos de informação. Com o advento da Lei de Acesso a Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) e o desenvolvimento do sistema eletrônico e-SIC, tornou-se possível acompanhar mais de perto esta espécie de manifestação.

Sendo fato que 85% das solicitações de informação registradas no e-SIC foram respondidas de forma positiva é apenas por meio de pesquisa de satisfação do usuário que será possível afirmar se tais demandas foram, de fato, resolvidas.

Com esse entendimento, o passo inicial deverá ser avançar na uniformidade de conceitos como forma de se obter dados precisos e orientar de forma adequada as ações das Ouvidorias Públicas Federais.

Dentre os produtos já obtidos que contribuem para esse objetivo destacam-se o lançamento da Política de Formação Continuada em Ouvidorias (Profoco) e o lançamento da coleção OGU que já conta com duas cartilhas públicas (entre os temas abordados estão orientações para a gestão de ouvidorias e a padronização dos conceitos referentes aos diferentes tipos de manifestação de ouvidoria).

OBJETIVO: 0606 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas na administração pública federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

Um dos desafios dos próximos anos consiste em estabelecer e implementar um processo contínuo de planejamento de força de trabalho da Administração Pública Federal (APF), conectado a uma proposta de redesenho para as carreiras do Governo Federal, que considere a recomposição do grande número de aposentadorias potenciais previstos para os próximos anos.

Para solução desse desafio foi elaborado e amadurecido, o projeto “Planejamento Estratégico da Força de Trabalho”, com duração de aproximadamente dois anos. Para obter os resultados, o projeto realizará as seguintes atividades: benchmarking nacional e internacional de organização e gestão de carreiras; aprimoramento do mapa de carreiras elaborado; pesquisa comparativa de remuneração dos servidores públicos da APF entre si e com mercado privado e outros poderes e entes; benchmarking nacional e internacional de planejamento da força de trabalho; e diagnóstico da situação atual da força de trabalho, inclusive com relação aos processos instituídos para seu planejamento, incluindo um mapa das aposentadorias para os próximos anos.

Foram sistematizadas e organizadas as informações sobre carreiras em um banco de dados único, de forma a possibilitar extrações de informações e a obtenção de dados para análise. Neste contexto, elaborou-se um “mapa” preliminar das carreiras e cargos do Executivo Federal e iniciou-se o desenvolvimento de um “Sistema de Carreiras”, que possibilitará cruzamentos de informações, elaboração de gráficos e estatísticas, de forma a se ter uma visão estratégica sobre o tema.

O plano de trabalho para a realização dos benchmarkings foi definido, com previsão de entrega dos levantamentos no segundo trimestre de 2013, de forma que sejam aplicados à realidade brasileira. Foram contratados consultores para a realização de benchmarkings nacionais e internacionais para subsidiar o desenvolvimento de propostas para o aperfeiçoamento de carreiras da APF.

Firmou-se parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), dando-se início à realização de três grandes diagnósticos: força de trabalho, aposentadorias e carreiras. Essa parceria será responsável por propor diretrizes de curto prazo, para a recomposição da força de trabalho, a fim de fornecer subsídios para a atuação do Ministério do Planejamento, como órgão Central do Sistema de Pessoal Civil (Sipec).

Outros dois projetos iniciados em 2012 foram a revisão da Sistemática de Recrutamento e Seleção, em fase de consolidação de relatório, a realização do Seminário de boas práticas em recrutamento e seleção no Serviço Público, a edição de proposta de revisão do Decreto nº 6.944/2009; o levantamento de insumos para a elaboração de um guia para orientação dos órgãos quanto às mudanças propostas no Decreto e quanto às boas práticas de planejamento da força de trabalho, que será finalizado no segundo trimestre de 2013; e o Programa Nacional de Serviço Público Cidadão, que representa um reforço na força de trabalho temporária de nível médio e que cumpre a função social de propiciar oportunidade de aprendizado profissional para jovens egressos do ensino médio, pelo sistema de mérito. Foram realizadas articulações junto ao Ministério da Educação (MEC) para a utilização do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) como método seletivo, bem como junto à Casa Civil para sensibilização com relação à importância da proposta, com expectativa de implementação do Programa em versão preliminar em 2013.

Para implementação da gestão do desempenho na APF iniciou-se o projeto “Instrumento Integrado de Avaliação de Desempenho e Desenvolvimento de Pessoas”, cujo objetivo é construir um instrumento informatizado que dê suporte à implementação das políticas de avaliação de desempenho e desenvolvimento dos servidores do Poder Executivo Federal.

Com relação à implementação de política de atenção à saúde e segurança do trabalho e de previdência dos servidores públicos, dois grandes desafios estão em curso com vistas à consolidação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS): o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informação em Saúde e Segurança, com três módulos já implantados por meio do Siape-Saúde (perícia, exames médicos periódicos e promoção da saúde) e dois módulos em desenvolvimento (investidura/exame admissional e vigilância); e a estruturação da Rede Nacional de Unidades do SIASS, atualmente com 56 Unidades do SIASS com Acordos de Cooperação assinados e 48 Unidades com o Sistema de Informação implantado. Para abranger o total de servidores públicos federais, no âmbito do Poder Executivo, estima-se ser necessário implantar mais 198 Unidades, distribuídas pelo território nacional.

Foram inauguradas nove unidades da Rede de unidades do SIASS e implantados o Sistema de Informação em Saúde em 18 órgãos, elaborada proposta de Decreto que institui a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS) e também a proposta de Diretrizes de Promoção da Saúde do Servidor. Destacam-se, ainda, a realização do IV Encontro Nacional de Atenção à Saúde do Servidor (ENASS), a interiorização da Rede SIASS e a instituição da unidade de referência do SIASS.

Em atendimento à Lei nº 12.618, de 30/04/2012, foi instituída a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe). A partir de 2013, os servidores que ingressarem nos quadros da União contribuirão sobre a parcela acima do teto de benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Visando ao fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal orientada por competências, foi efetuada a consolidação e análise dos relatórios de execução dos Planos Anuais de Capacitação dos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) para avaliar o estágio e a forma de implementação da Política de Desenvolvimento de Pessoas no âmbito da APF e colher subsídios para o seu aperfeiçoamento. Além disso, foi dado suporte à implantação do Sistema Capacitação e, ainda, concluído o módulo Banco de Talentos do sistema e elaborado o Guia Operacional do Sistema Capacitação, que orientará as Unidades de Gestão de Pessoas (UGP) na sua utilização.

Com vistas a subsidiar as ações voltadas à qualificação das UGP, realizou-se a pesquisa “Mapeamento do Perfil de Atuação das Unidades de Gestão de Pessoas do Poder Executivo da APF”, a qual caracteriza as UGP dos órgãos setoriais da APF. Como resultado dessa pesquisa, iniciou-se o projeto de mapeamento de processos nas UGP e identificação dos requisitos dos postos de trabalho.

Ainda no sentido de aumentar a capacidade do Governo na implementação de políticas públicas e fortalecimento da política nacional de desenvolvimento de pessoal foram capacitados aproximadamente 36 mil servidores públicos. Foram realizadas 20.602 capacitações em cursos à distância (EAD) e de 11.289 capacitações em cursos presenciais, com destaque para as áreas de Planejamento, Orçamento, Logística e Gestão de Pessoas. Ademais, Oficinas de Planejamento Estratégico para 15 órgãos da APF abrangendo 668 servidores e curso de formação inicial para 45 Analistas de Planejamento e Orçamento e para 125 Analistas de Infraestrutura.

No tocante à consolidação da Rede de Escolas de Governo foi celebrado Protocolo de Intenções entre as escolas integrantes com o objetivo de formalizar o interesse comum em realizar ações conjuntas que promovam o fortalecimento das atividades de desenvolvimento de agentes públicos.

Na perspectiva de consolidação do processo, criação e fortalecimento dos instrumentos de democratização das relações de trabalho, destacam-se a publicação do Decreto nº 7.674, de 20 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Subsistema de Relações de Trabalho de Serviço Público (SISRT) foram realizadas 295 reuniões na Mesa Nacional de Negociação Permanente que resultaram em 32 Termos de Acordo com as entidades sindicais representativas dos servidores públicos do Poder Executivo Civil.

Também neste sentido, firmou-se um Termo de Cooperação entre o MP e a Fundação Universidade de Brasília, tendo como objetivo o desenvolvimento do Protótipo do Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público e da ferramenta de Business Intelligence (BI) vinculado ao subsistema, para a gestão das informações produzidas nas mesas de negociações e funcionalidades correlacionadas.

O fortalecimento da cultura de Ouvidorias públicas possibilitou que órgãos da APF incrementassem as suas atribuições, englobando as atividades de Ouvidoria do Servidor que antes eram instaladas, apenas, nas áreas de gestão de pessoas dos respectivos órgãos (integrantes do SIPEC). Em 2012 foi realizado treinamento de novos operadores do Sistema de Ouvidoria (SISOUVIDOR) permitindo a ampliação de 60% da rede de ouvidores do servidor na APF.

Metas 2012-2015

- Aperfeiçoamento da política de carreiras do Poder Executivo Federal**
Análise Situacional da Meta

Foi iniciado o Projeto “Arquitetura de Carreiras para a APF”, com objetivos de realizar um diagnóstico; levantar referenciais nacionais e internacionais; construir cenários futuros; e apresentar propostas de migração da situação atual para os cenários futuros.

Após o amadurecimento do projeto, percebeu-se que o planejamento da força de trabalho deve necessariamente estar conectado aos cenários traçados para a arquitetura das carreiras do Governo Federal. Assim, concluiu-se pela integração de tal projeto ao projeto “Planejamento Estratégico da Força de Trabalho”.

Ao longo de 2012 foi realizado um trabalho de sistematização e organização das informações sobre carreiras em um banco de dados único, de forma a possibilitar extrações de informações e a obtenção de dados para análise, com confiabilidade e agilidade. Neste contexto, foi elaborado um estudo preliminar com o “mapa” das carreiras e cargos do Executivo Federal e iniciou-se o desenvolvimento de um “Sistema de Carreiras”, que possibilite cruzamentos de informações e elaboração de gráficos de forma a permitir ter uma visão global e estratégica e fazer análises pontuais e segmentadas sobre o tema.

O aprimoramento do mapa de carreiras construído, no contexto do projeto “Planejamento Estratégico da Força de Trabalho”, juntamente com os diagnósticos da situação atual da força de trabalho e de aposentadorias, balizados pelos referenciais colhidos com os benchmarkings que serão realizados, irão subsidiar as discussões em grupos de trabalho, com vistas a estabelecer um conjunto de diretrizes para orientar a gestão e a organização das carreiras do Executivo Federal.

- **Aperfeiçoamento do planejamento e dimensionamento da força de trabalho, em perspectivas de médio e longo prazos**

Análise Situacional da Meta

Foi estruturado o projeto “Planejamento Estratégico da Força de Trabalho” que tem por objetivo desenhar um modelo permanente de planejamento da força de trabalho da APF, fornecendo ferramentas para seu dimensionamento, parâmetros para tomadas de decisão relativas à composição e recomposição da força de trabalho, e diretrizes para a reorganização da arquitetura de carreiras da Administração.

Para produzir os resultados desejados o projeto contemplará a realização de benchmarking nacional e internacional de organização e gestão de carreiras; aprimoramento do mapa de carreiras elaborado; pesquisa comparativa de remuneração dos servidores públicos da APF entre si e com mercado privado e outros poderes e entes; benchmarking nacional e internacional de planejamento da força de trabalho; e diagnóstico amplo e qualificado da situação atual da força de trabalho, incluindo um mapa das aposentadorias para os próximos anos, e dos processos instituídos para seu planejamento.

Em 2012, foram contratados consultores, no âmbito do Projeto Diálogos Setoriais (cooperação com a União Europeia), para a realização de benchmarkings nacionais e internacionais para subsidiar o desenvolvimento de propostas para o aperfeiçoamento da arquitetura de carreiras da APF.

Também, foi firmada parceria com a UFRGS, dando-se início à realização de três grandes diagnósticos: força de trabalho, aposentadorias e carreiras. A mesma parceria será responsável por propor diretrizes de curto prazo para a recomposição da força de trabalho, a fim de fornecer subsídios para a atuação do Ministério do Planejamento, enquanto órgão central do SIPEC, responsável pelas políticas e diretrizes para o planejamento e o dimensionamento da força de trabalho, incluindo as autorizações para a realização de concursos públicos e a reestruturação e criação de planos de cargos e carreiras, nos próximos dois anos, enquanto não se implementa o modelo de planejamento da força de trabalho resultante do projeto “Planejamento Estratégico da Força de Trabalho”.

O projeto básico para contratação da consultoria que apoiará a construção do modelo permanente de planejamento estratégico da força de trabalho está avançado e a publicação do edital de licitação está prevista para o primeiro semestre de 2013.

Foram também desenhados e iniciados os projetos “Revisão da Sistemática de Recrutamento e Seleção” e “Programa Nacional de Serviço Público ao Cidadão”. O primeiro tem por objetivo elaborar uma proposta para aperfeiçoamento do marco legal que baliza a realização dos concursos públicos, com a edição de orientações aos setoriais e seccionais de gestão de pessoas, para tornar o processo mais eficiente e efetivo. Um grupo de trabalho interministerial debateu as necessidades de alteração normativa para tornar os concursos públicos mais seguros e adequados às necessidades. As discussões foram enriquecidas com estudos de benchmarkings realizados em cooperação com a União Europeia, no âmbito do projeto Diálogos Setoriais.

O “Programa Nacional de Serviço Público Cidadão” tem por objetivo prover a Administração Pública de quadro temporário de nível médio que permita a continuidade das atividades administrativas, até que os projetos de inovação dos processos de trabalho sejam desenvolvidos e implantados e possibilitem o planejamento e a adequação do novo quadro de servidores à atual realidade. O Programa representa uma forma inovadora de aporte de força de trabalho temporária de nível médio e cumpre a função social de propiciar aprendizado profissional para jovens egressos do ensino médio e pelo sistema de mérito. Para implementação da proposta, foram realizadas articulações junto ao MEC para a utilização do ENEM como método seletivo, bem como junto à Casa Civil para sensibilização com relação à importância e abrangência da proposta. A expectativa é que o Programa seja implantado em versão preliminar em 2013.

Em 2012 as principais entregas foram: (i) o relatório consolidando as necessidades de alteração normativa e das práticas governamentais conforme identificado pelo GT; (ii) a realização do Seminário de boas práticas em recrutamento e seleção no Serviço Público, (iii) a edição de proposta de revisão do Decreto nº 6.944/2009; e (iv) levantamento de insumos para a elaboração de um Guia para orientação dos órgãos quanto às mudanças propostas no Decreto e quanto às boas práticas de planejamento da força de trabalho, que será finalizado no segundo trimestre de 2013.

• Aprimoramento de mecanismos para a gestão por desempenho na Administração Pública Federal Análise Situacional da Meta

No sentido de aperfeiçoar os mecanismos atualmente utilizados para a gestão do desempenho, iniciou-se o projeto “Instrumento Integrado de Avaliação e Desenvolvimento”, com a elaboração do documento de visão para desenvolvimento do sistema, cujo escopo é a construção de um instrumento informatizado para dar suporte à adequada implementação das políticas de avaliação de desempenho e de desenvolvimento dos servidores do Poder Executivo Federal pelos gerentes de equipes e pelas unidades de recursos humanos, responsáveis pela implementação desses processos de gestão de pessoas nos órgãos e entidades do SIPEC.

Foi realizado trabalho de qualificação dos setoriais de recursos humanos com relação ao processo de gestão do desempenho, com vistas a construir condições para que o processo seja cada vez mais consistente, alinhado ao planejamento estratégico da organização e utilizado efetivamente como instrumento gerencial. Participaram das discussões dirigentes e técnicos de gestão de pessoas de 61 das 86 instituições submetidas à avaliação para fins de pagamento de gratificações de desempenho.

Outra ação relevante foi o estudo e a construção de proposta de unificação dos períodos de avaliação de desempenho

dos órgãos. A diversidade de períodos de avaliação dos servidores e o descolamento desses períodos do processo de planejamento estratégico traz uma série de prejuízos à institucionalização do processo de gestão de desempenho como instrumento efetivo de gerenciamento. Para corrigir essas distorções, foi realizada uma pesquisa junto aos gestores de recursos humanos da APF, bem como algumas oficinas de discussão, que subsidiaram a construção de proposta de unificação dos períodos de avaliação de desempenho dos órgãos em fase de avaliação final. A expectativa é oficializar as mudanças decorrentes ainda no primeiro semestre de 2013.

Ademais, foram realizadas ações de normatização da gestão de desempenho, como a regulamentação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia (GDACT); da Gratificação de Desempenho de Atividade do Tribunal Marítimo (GDATM) e da Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos (GDACE). Ainda foi encaminhada proposta de regulamentação a Gratificação de Desempenho de Atividades em Políticas Sociais (GDAPS) e da Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura (GDAIE).

• **Consolidação do Sistema de Atenção à Saúde do Servidor**

Análise Situacional da Meta

Dois grandes desafios estão em curso com vistas à consolidação do sistema de atenção à saúde e segurança do servidor: o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informação em Saúde e Segurança, com três módulos já implantados por meio do SIAPE-SAÚDE (perícia, exames médicos periódicos e promoção da saúde) e dois módulos em desenvolvimento (investidura/exame admissional e vigilância); e a estruturação da Rede Nacional de Unidades do SIASS, atualmente com 56 Unidades com Acordos de Cooperação assinados e 48 Unidades com o Sistema de Informação implantado. Estima-se a implantação de mais 198 Unidades em todo país, com o objetivo de abranger o total de servidores públicos federais.

Em 2012 foram inauguradas unidades SIASS no Ministério da Saúde/AC; Universidade Federal de Sergipe; INSS/SE; Ministério da Saúde/SE; Universidade Federal de Roraima; INSS/MS; Ministério da Saúde/MS; Ministério da Justiça/DF; Ministério da Educação. Foi incluída no PLOA/2013 proposta de recomposição da força de trabalho para a Rede SIASS, e instituição de GSISTE para os servidores que atuarem no SIASS, com aprovação na Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012.

Merce registrar a implantação do Sistema de Informação em Saúde em 18 órgãos: Universidade Federal de Lavras/MG; Universidade Federal de Viçosa/MG; Universidade Federal de São João Del Rei/MG; INSS/MG; Universidade Federal da Fronteira Sul/SC; Funasa/AP; INSS/SE; Universidade Federal do Espírito Santo/ES; Instituto Federal de Alegre/ES; Universidade Federal de São Carlos/SP; Instituto Federal do Rio de Janeiro/ RJ; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; INSS/MS; INSS/GO; Ministério da Saúde/PI; INSS/CE; Ministério da Fazenda/CE; FUNASA/CE. Também foi instituída uma unidade de referência do SIASS em Brasília e do Núcleo de Atenção à Saúde Mental.

Com referência a saúde e segurança do trabalho, foi publicada a Portaria SEGEP/MP nº 6, de 23 de outubro de 2012, que institui as Diretrizes em Saúde Bucal para a Promoção da Saúde do Servidor Público Federal, que orientam o Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal. Também foi elaborada proposta de Decreto que institui a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor (PASS) e elaborada proposta de diretrizes de promoção da saúde do servidor, em consulta pública no portal SIASS. Ademais foi revisto o Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal, para 2^a edição.

Sobre o quesito saúde, deve-se mencionar o lançamento do módulo de Promoção do SIAPE Saúde e o desenvolvimento do Módulo de Vigilância do SIAPE Saúde para concessão dos adicionais ocupacionais e do módulo

de Perícia Oficial em Saúde. Ainda foi integrado o módulo de Perícia Oficial em Saúde com o SIAPEcard e formado grupo de trabalho para a regulamentação dos exames de saúde para a investidura no serviço público.

Sobre previdência e benefícios, vale citar a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe). Para tanto foi firmado Termo de Cooperação com a Universidade Federal do Ceará para apoiar a elaboração do plano de benefícios da Fundação, do parecer jurídico e demais documentos. Também foram iniciados os estudos para a estruturação do Regime Próprio dos Servidores Públicos Federais. Merece destaque a aprovação na PLOA 2013 do reajuste dos valores de recuperação da assistência à saúde suplementar e do auxílio-alimentação para os servidores públicos federais. Na área de capacitações, foram oferecidos o Curso de Extensão, com certificação nacional, Educação à Distância: Qualidade de Vida no Trabalho (QVT): em parceria com a UnB, com 360 vagas; Curso de Especialização em Perícia Oficial em Saúde, em EAD - 200 vagas, em parceria com a UNILINS (Escola de Engenharia de Lins). Está em desenvolvimento o curso de Capacitação de Promoção à Saúde, modalidade EAD.

Pode-se apontar como fator de sucesso a estratégia de execução do processo de instituição da PASS e a busca na consolidação da Rede SIASS nestes quatro anos de atividades e implementação do Projeto. A execução baseia-se em um processo de construção coletiva com encontros, oficinas e reuniões com as áreas de gestão de pessoas, profissionais de saúde e entidades sindicais com a finalidade de compartilhar experiências e dificuldades, promover gestores, estimular parcerias intersetoriais e pactuar princípios, diretrizes e ações na área de saúde e segurança do trabalho.

Para 2013, pretende-se publicar os Decretos criando a Comissão Interna de Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (CISST); e o de instituição da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS); elaborar proposta de estratégia para equiparação dos auxílios e benefícios dos servidores: (saúde suplementar, alimentação, creche e transporte) entre os Poderes da União; estabelecimento das diretrizes de Promoção à Saúde no Trabalho, de forma articulada entre os diversos órgãos da APF, com ações que produzam impactos positivos nos ambientes e processos de trabalho e a revisão da Portaria Normativa SRH/MP nº 5, de 2010, que trata da assistência à saúde suplementar dos servidores, dentre outros.

• **Democratizar as relações de trabalho do âmbito da Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

O tratamento das relações de trabalho entre o Governo e os servidores, de forma democrática e transparente, visa à valorização dos servidores públicos federais e o fortalecimento das carreiras e planos de cargos dos órgãos e entidades federais, com o consequente aprimoramento dos serviços públicos.

Neste sentido destacam-se a publicação do Decreto nº 7.674, de 20 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público (SISRT), o qual compreende o conjunto de atividades relacionadas ao tratamento de conflitos decorrentes das relações de trabalho e à negociação de termos e condições de trabalho entre a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as entidades representativas dos servidores públicos federais.

Em 2012 foi realizado o maior processo de negociação dos últimos anos na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), envolvendo cerca de 1,3 milhões de servidores civis (ativos, aposentados e pensionistas), que resultou em acordos com 98,7% dos servidores públicos, num total de 32 Termos de Acordo com as entidades sindicais representativas dos servidores públicos do Poder Executivo, contemplando aproximadamente 150 carreiras, de forma a promover a recomposição remuneratória dos servidores do Poder Executivo Federal.

Para 2013, o Governo Federal dará continuidade ao diálogo realizado no âmbito da MNNP, e à elaboração da proposta de regulamentação da negociação coletiva no serviço público (Convenção 151 da OIT) e do direito de greve e das regras para o exercício do mandato sindical.

Pretende-se também retomar as reuniões da mesa nacional de negociação permanente, com as entidades que não firmaram acordo em 2012 e dar continuidade as reuniões com os Grupos de Trabalhos resultantes dos Termos de Acordo assinados com as entidades sindicais em 2012 e sobre a institucionalização da negociação coletiva (negociação das condições de trabalho e remuneração, direito de greve e liberdade sindical).

No âmbito da Ouvidoria do Servidor Público será aprimorado o sistema informatizado utilizado para o atendimento das demandas (modernização do SISOUvidor) e será realizado treinamento da rede de ouvidores do servidor quando da implementação de novas funcionalidades do SISOUvidor.

• Diagnóstico das necessidades para recomposição da força de trabalho do Poder Executivo Federal, considerando a quantidade de servidores em condições de se aposentar, em uma perspectiva de médio prazo
Análise Situacional da Meta

Foi firmada parceria com a UFRGS, dando-se início à realização de três grandes diagnósticos: (i) situação atual da força de trabalho na administração pública federal; (ii) aposentadorias na força de trabalho da APF previstas para ocorrer entre 2013 e 2023; e (iii) carreiras.

A UFRGS será responsável por propor diretrizes de curto prazo para a recomposição da força de trabalho, a fim de fornecer subsídios para a atuação do Ministério do Planejamento, nos próximos dois ou três anos, enquanto não se implementa o modelo de planejamento da força de trabalho resultante do projeto “Planejamento Estratégico da Força de Trabalho”.

As análises para a recomposição da força de trabalho no médio e longo prazos serão realizadas em uma perspectiva mais estratégica, considerando os cenários de futuro desenhados, como parte do modelo de planejamento estratégico da força de trabalho.

• Redirecionamento da Política de Desenvolvimento de Pessoas

Análise Situacional da Meta

Com o intuito de avançar na implementação da Política de Desenvolvimento de Pessoas, orientada por competências, foram consolidados e analisados os relatórios de execução dos Planos Anuais de Capacitação dos órgãos do SIPEC para avaliar o estágio e a forma de implementação da Política de Desenvolvimento de Pessoas e colher subsídios para o seu aperfeiçoamento.

Foram desenvolvidos esforços para avançar na implantação, pelos órgãos do SIPEC, do Sistema Capacitação, cuja funcionalidade principal é estruturar e gerenciar os programas de capacitação dos servidores a partir das competências mapeadas no órgão. Foi concluído o módulo Banco de Talentos do sistema e elaborado o Guia Operacional, que orientará as unidades de gestão de pessoas na sua utilização. Foram superados problemas técnicos no acesso ao sistema que impediam sua disseminação, estando programada sua implantação em cinco organizações no ano de 2013.

Com vistas a subsidiar o desenho de um conjunto de ações voltadas à qualificação das unidades de gestão de pessoas foi realizada a pesquisa “Mapeamento do Perfil de Atuação das Unidades de Gestão de Pessoas do Poder Executivo da Administração Pública Federal”, que procurou caracterizar o perfil das unidades de gestão de pessoas dos órgãos setoriais da Administração Pública. Como resultado da pesquisa, foi iniciado o projeto de mapeamento de processos nas Unidades de Gestão de Pessoas e identificação dos requisitos dos postos de trabalho. Ainda no âmbito da pesquisa,

foram levantados os perfis dos servidores das Unidades de Gestão de Pessoas.

Ademais, como estratégia de gestão do conhecimento acerca das temáticas que envolvem a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, foram realizadas oficinas e eventos sobre Gestão de Competências, merecendo destaque o “III Encontro Nacional de Desenvolvimento de Pessoas”, no qual foi lançado o “Guia de Gestão por Competências”, que apresenta de forma sintética a consolidação de conceitos e procedimentos metodológicos destinados ao mapeamento, diagnóstico e desenvolvimento de competências.

O Programa “Avaliação Socioeconômica de Projetos”, contou com uma turma especial totalizando 33 servidores formados, dos quais 18 realizaram o curso “Didática para Facilitadores de Aprendizagem e a Oficina de Avaliação”. Destes, 11 docentes foram selecionados para o curso presencial do Programa. Por sua vez, o Curso “Noções Básicas de Gerenciamento de Processos de Negócio”, com fundamentos de Business Process Management (BPM), capacitou 28 servidores.

O Programa para Desenvolvimento de Competências para Consultoria no Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) capacitou 50 Analistas em Tecnologia da Informação que atuam como consultores externos. Houve também a realização do Programa de Capacitação Gerencial destinado a dirigentes (reitores, pró-reitores, diretores sistêmicos e diretores gerais) da Rede Federal de Educação Profissional, e multiplicadores (docentes e técnicos), em conjunto com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), totalizando 47 eventos (seminários/cursos) e 1.225 capacitações.

O Programa de Formação para o Uso das Tecnologias na Educação ofertou, em 2012, sete oficinas presenciais para o desenvolvimento de competências tecnológicas, pedagógicas e de gestão, capacitando 94 profissionais. Já no escopo do Programa de Fortalecimento para a Capacidade de Gestão em Regulação (PROREG), da Casa Civil da Presidência da República, houve a oferta de 21 turmas, com capacitação de 631 servidores públicos em 2012.

Foram ofertadas duas turmas para capacitação em Fontes de Dados e Indicadores para Diagnóstico e Monitoramento de Programas e em Competências Conversacionais nas Organizações Públicas, projetos especiais desenvolvidos para atender às demandas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Ao longo do ano de 2012 foram promovidas quatro edições do Café com Debate, abordando temas relacionados à Lei de Acesso à Informação; dados abertos, políticas públicas de direitos humanos e gestão de processos na Administração Pública Federal, totalizando 653 capacitações de representantes de diferentes instituições governamentais. Para 2013 estão previstas seis edições do “Café com Debate”.

No tocante à formação inicial de servidores públicos, foi realizado o curso de Ambientação para a Carreira de Analista de Infraestrutura, com 125 alunos concluintes e 85 horas, além da conclusão da 17ª edição do Curso de Formação para a Carreira de Analista de Planejamento e Orçamento, com carga horária de 540 horas e 45 alunos formados. Cabe ressaltar que o Programa de Aperfeiçoamento para Carreiras contabilizou 1.207 conclusões e 1.260 horas, em um total de 43 turmas finalizadas em 2012.

Com relação aos cursos de pós-graduação lato sensu ofertados pela ENAP aos servidores públicos, os resultados alcançados foram: conclusão da 7ª edição do Curso de Especialização em Gestão Pública, com 19 alunos formados; conclusão da 3ª edição do Curso de Especialização em Gestão de Pessoas no Serviço Público, com 29 alunos formados e conclusão da 1ª edição do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social, com 34 alunos formados.

Foi iniciada ainda em 2012 a 8ª edição do Curso de Especialização em Gestão Pública e da 2ª edição do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social, com o foco na capacitação de servidores que atuam nos programas do Plano Brasil Sem Miséria. A previsão para 2013 é formar 61 servidores nos cursos de pós-graduação lato sensu ofertados pela ENAP.

Foram iniciados dois projetos de pesquisa focados na avaliação dos gastos em capacitação pelo Governo Federal e no perfil das instituições que integram a Rede Nacional de Escolas de Governo. Essas pesquisas são realizadas a partir do material empírico fornecido pelo Sistema Mapa da Oferta das Capacitações nas Escolas de Governo (base de dados mantida pela ENAP) e também pelo trabalho de prospecção em outros sistemas corporativos do Governo Federal.

O Sistema Mapa da Oferta de Capacitações alcançou o cadastro de 196 instituições integrantes da Rede Nacional de Escolas de Governo, sendo que 94 delas inseriram informações sobre seus eventos de capacitação. São 4.497 eventos de capacitação registrados, divididos em 41 áreas de conhecimento, sendo que a área de gestão pública responde por 40% dos eventos cadastrados.

OBJETIVO: 0607 - Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

Como medida para o aperfeiçoamento da função planejamento do Estado Brasileiro, foi publicada em 2012 a Lei nº 12.593, que institui o PPA 2012-2015 – Plano Mais Brasil, cuja estrutura propiciou aumento da transparência e melhora da comunicação com a introdução de novas categorias com capacidade de explicitar, em linguagem acessível a todos, os resultados e ganhos para a sociedade. Essas modificações permitiram, inclusive, maior integração entre o PPA e os demais documentos de planejamento, como os planos setoriais e aqueles voltados a públicos específicos, ao criar condições para que os compromissos desses documentos possam ser incorporados ao PPA com a mesma linguagem, de forma inteligível a todos.

Para respaldar e operacionalizar o monitoramento do PPA, o Governo elaborou o Decreto nº 7.866/2012 que atribui ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a competência para coordenar os processos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2012-2015; disponibilizar metodologia, orientação e apoio técnico para a sua gestão; e definir diretrizes, normas, prazos e orientações técnicas para a operacionalização do monitoramento e avaliação do Plano. Caberá aos órgãos responsáveis pelos Objetivos do Plano prestar informações sobre o seu andamento e alcance ao longo do período do plano. Com isso, espera-se que o monitoramento seja capaz de gerar informações claras e acessíveis a toda a população sobre o andamento das principais escolhas de Governo.

Para 2013, espera-se aprimorar a atividade de monitoramento das políticas para a continuidade da eficácia das ações de Governo. Em paralelo à elaboração e publicação dos normativos legais que regulamentam a Lei do PPA, o Governo desenvolveu e colocou em operação o módulo de monitoramento temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e produziu instrumentos normativos de apoio à gestão e ao monitoramento do Plano Plurianual. Para os anos seguintes, vislumbra-se o aperfeiçoamento do sistema e da dinâmica de monitoramento com vistas ao aprimoramento das entregas de Governo à sociedade.

Também está em fase de elaboração a Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA 2012-2015, que objetiva avaliar a

execução do Plano a partir dos 11 Macrodesafios que conformam a orientação estratégica do Governo Federal para os próximos anos. Tais macrodesafios, por sua vez, organizam-se no que se poderia chamar de eixos estruturantes da ação estatal e do desenvolvimento brasileiro, quais sejam: (i) inserção internacional soberana; (ii) macroeconomia e finanças para o desenvolvimento, com geração de emprego e renda para o conjunto da população; (iii) infraestrutura produtiva (energia, comunicações, transportes e logística); (iv) produção e consumo, com sustentabilidade e inovação; (v) proteção e promoção social, com ênfase no combate à pobreza e redução das desigualdades; (vi) fortalecimento do Estado, federalismo, planejamento e gestão para as políticas públicas nacionais.

O aprimoramento do processo orçamentário foi buscado por meio do Projeto Esplanada Sustentável (PES), iniciado em fevereiro de 2012, cujo objetivo é a promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social na Administração Pública Federal por meio da pactuação de metas e execução de ações de sustentabilidade. Além desse projeto, foi editada a segunda versão do Resumo Gerencial do Orçamento (RGO) e foi elaborado o módulo de acompanhamento fisico-financeiro das ações orçamentárias no SIOP.

Especificamente no que se refere ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o monitoramento intensivo promovido pelo Governo Federal contribui para a celeridade da implementação dos empreendimentos, pois possui caráter de articulação e efetua a intermediação entre as diversas esferas de governo e instituições envolvidas no planejamento e na execução das obras, em especial as de natureza social. Essa capacidade de articulação é fundamental para auxiliar na solução de impasses que estejam prejudicando o cronograma de execução dos empreendimentos.

Outra atividade pertinente ao monitoramento intensivo do PAC é a publicação dos balanços quadrimestrais que, além de prestação de contas e transparência social, contribui para que todas as instituições envolvidas estejam alinhadas com a situação dos principais empreendimentos e com o contexto geral do PAC.

O aperfeiçoamento do processo de alocação e gestão dos recursos públicos também demanda o aprimoramento da governança corporativa das 147 empresas federais estatais, que em 2012 executaram um orçamento de investimentos de aproximadamente R\$ 107 bilhões. Desta forma, foram incorporadas melhorias nas áreas administrativa, processual e relacionamento institucional, o que permitiu aumento de 75% nos números de processos analisados. Dentre estas, destacam-se:

(i) Padronização dos procedimentos de análise de processos e elaboração de notas técnicas e da planilha de remuneração dos diretores e de seus componentes, com destaque para participação nos lucros e resultados, onde buscou-se incentivar a visão de longo prazo, sustentabilidade econômica e alinhamento das metas com o planejamento estratégico da empresa e do Governo Federal;

(ii) Definição de forma jurídica (S/A) em três estatais;

(iii) Desenvolvimento de metodologia própria para análise de criação de estatais;

(iv) Aumento na quantidade de vagas do MP em conselhos de administração;

(v) Promoção do Seminário para os Conselheiros de Administração com a participação da Organization for Economic Co-operation and Development (OECD), do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil (BACEN);

(vi) Participação em reunião da OECD em Lima, no Peru, onde foi possível discutir experiências das estatais na América

Latina.

O Governo também atuou no aperfeiçoamento/desenvolvimento de sistemas de informações que contribuem para o aprimoramento da execução das políticas públicas. Nesse sentido, o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), por meio da participação efetiva dos órgãos setoriais do sistema, elaborou e publicou a Estratégia-Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) 2013-2015, destinada a estabelecer as estratégias de gestão e governança da Tecnologia da Informação (TI) para o Poder Executivo Federal.

Além disso, foi realizada a elaboração de um Termo de Referência a fim de realizar a contratação de infraestrutura de rede para atender as obras da INFOVIA Brasília. Em 2012, foram implantadas 21 obras, número superior à média dos últimos anos que foi de quinze obras por ano. Um fator que vem dificultando a execução das infraestruturas é o processo de seleção de fornecedores/licitação para execução dos serviços contratados.

Para o ano de 2013, tem-se a previsão de realizar novas expansões de infraestrutura no acesso ou na adequação de backbone da INFOVIA Brasília. Estão previstas também a ativação de novos pontos de videoconferência na rede e a incorporação telefônicas dos órgãos ao Serviço de Voz da INFOVIA.

Quanto ao Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV), desde a sua implantação até o final de 2012, destaca-se:

- (i) Aproximadamente 55 mil transferências voluntárias foram registradas no SICONV, totalizando R\$ 38 bilhões;
- (ii) Todos os Municípios e Estados brasileiros estão cadastrados no SICONV, bem como aproximadamente 8 mil entidades privadas sem fins lucrativos;
- (iii) Implantação da funcionalidade de Ordem Bancária de Transferências Voluntárias (OBTV).

No âmbito da normatização sobre o tema, foi publicada a Portaria SLTI/MP nº 16, de 27 de março de 2012, que estabelece procedimentos para adesão ao acesso e utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), pelos serviços sociais autônomos e pelas entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos provenientes de convênios ou instrumentos congêneres. Essas entidades poderão então aderir ao sistema como participantes e ter acesso, entre outros, ao subsistema Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET) nos módulos Pregão Presencial, Pregão Eletrônico e Cotação Eletrônica.

De forma complementar, o MP, no exercício da presidência da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR) em 2012, atuou no fortalecimento da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) através da criação do Fórum Intergovernamental de Gestores de Geoinformação (FIGG), do lançamento do novo visualizador da Infraestrutura, www.visualizador.inde.gov.br, para busca, exploração e acesso a dados e metadados, e da sensibilização e divulgação da INDE por meio da participação em eventos relacionados à temática. Para 2013, vislumbra-se ratificar a INDE como uma ferramenta que contribui para a análise de políticas.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a quantidade de serviços atualmente utilizados pelos órgãos e entidades da administração pública, através da rede INFOVIA Brasília, acrescentando sessenta serviços contratados até 2015**

Análise Situacional da Meta

A INFOVIA Brasília é uma infraestrutura de rede ótica metropolitana de comunicações, construída para fornecer aos órgãos do Governo Federal situados em Brasília serviços e funcionalidades em ambiente seguro, de alta performance e

de alta disponibilidade, proporcionando significativa redução dos custos de comunicação e ambiente capaz de servir de suporte à implementação das políticas públicas de Governo. Ao término de 2012, 87 órgãos estavam conectados à rede INFOVIA Brasília em mais de 168 pontos, distribuídos em mais de 125 quilômetros de fibras ópticas.

Vale destacar que ano passado aconteceu a ampliação da banda total do serviço de Internet Corporativa em 23%, atingindo um total de 2,23 Gbps e a aquisição de servidores com o objetivo de atualizar o Serviço de Voz da INFOVIA Brasília e adição de seis novos pontos à rede de voz corporativa, alcançando a marca de cinquenta pontos/centrais telefônicas conectados em 29 órgãos.

Houve também a reserva junto à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) de um range contínuo de 200 mil ramais telefônicos novos, na faixa de 2020-0000 a 2039-9999, para padronizar a numeração telefônica dos órgãos federais e a adição de treze pontos de videoconferência à rede, totalizando 121 pontos conectados em 22 órgãos.

Para o ano de 2013 está prevista a realização de quinze novas expansões de infraestrutura no acesso ou na adequação de backbone da INFOVIA Brasília. Essas obras visam atender a novos órgãos da APF que são adicionados à rede e também às mudanças de endereços das entidades já atendidas pela INFOVIA Brasília. Vislumbra-se para 2013 menos dificuldades com a celebração de novos contratos para a expansão e adequação das fibras ópticas, já que existe ata de registros de preços válida até o final de agosto de 2013, que foi firmada em 2012 pelo MP.

Também para 2013 estão previstas a ativação de vinte novos pontos de videoconferência na rede e a incorporação mais dez centrais telefônicas dos órgãos ao Serviço de Voz da INFOVIA.

Quantidade alcançada

19

Data de Referência

31/12/2012

• Aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi desenvolvido e posto em operação o módulo de Monitoramento Temático do PPA 2012-2015, ancorado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Esse módulo possibilita o efetivo monitoramento dos compromissos de Governo materializados nos atributos do Plano, isto é, nos Indicadores de Programas, Objetivos, Metas e Empreendimentos Individualizados como Iniciativa.

Com o intuito de capacitar os órgãos envolvidos com a implementação de políticas, o Ministério do Planejamento organizou oficinas de monitoramento, quando foram apresentadas a estratégia de monitoramento e as ferramentas desenvolvidas para auxiliar o acompanhamento do PPA. Essa dinâmica de monitoramento consiste em uma atividade contínua e que gera conhecimento cumulativo sobre a realidade de implementação das políticas.

Além disso, o MP participa de diversos conselhos que debatem e orientam a implementação de políticas em conjunto com representantes de outros Ministérios, bem como da sociedade civil.

No que tange ao aprimoramento do processo orçamentário, foi editada a segunda versão do Resumo Gerencial do Orçamento (RGO). O objetivo é prover e organizar informações para auxiliar no processo alocativo dos recursos orçamentários. A versão final desse novo documento está prevista para o primeiro semestre de 2013.

Além da nova edição do RGO, foi elaborado módulo no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) de acompanhamento físico-financeiro das ações orçamentárias, com os seguintes objetivos: (i) gerar informações que

possibilitem o aperfeiçoamento das ações orçamentárias e, por consequência, aprimorar os orçamentos dos respectivos órgãos setoriais; (ii) subsidiar a elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República e a transparência na utilização dos recursos públicos para a sociedade; e (iii) auxiliar na apuração de custos do Governo Federal, no que se refere à realização física do orçamento da União.

O SIOP também foi aprimorado para facilitar e agilizar o processo orçamentário, bem como torná-lo mais eficiente e transparente. Numa iniciativa pioneira na Administração Pública, disponibilizou-se para download, o arquivo do Orçamento Federal de 2012 em formato de dados abertos, permitindo à sociedade acompanhar de forma detalhada e transparente a arrecadação e a alocação dos recursos públicos. Além disso, foi realizada a evolução do módulo de Receitas do SIOP, possibilitando uma visão gerencial dos cenários de projeção de receitas. Merece destaque o apoio do MP na implantação do SIOP nos Governos do Distrito Federal e do Estado do Maranhão.

É preciso ressaltar a revisão das ações para 2013 com o intuito de fazer com que o orçamento evidencie a produção pública federal (criação dos Planos Orçamentários - PO). Ou seja, os produtos e serviços objeto de cada ação orçamentária passam a ter características finalísticas, apresentando o que o Estado efetivamente entrega à sociedade em contraprestação à sua arrecadação. Para tanto, as ações que representavam “meios” ou “produtos intermediários” foram, preferencialmente, incorporadas àquelas que geravam os produtos e serviços finais.

Verifica-se a redução de 42% no número de ações de 2012 para 2013 durante a fase qualitativa do PLOA e de 30% das ações com dotação. Para permitir esse ajuste, foi criado o PO, que é uma nova identificação orçamentária de caráter gerencial (não constante da LOA), vinculada à ação orçamentária. O PO permite que tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução ocorram em nível mais detalhado, abrangendo inclusive a produção pública intermediária.

De forma a incentivar a Transparência Fiscal, o Ministério do Planejamento aderiu à Global Initiative for Fiscal Transparency - GIFT (Iniciativa Global para Transparência Fiscal). A GIFT é uma rede de ação formada por diversos interessados com o fim de promover o avanço e a institucionalização de normas globais e melhorias contínuas e significativas no âmbito da transparência orçamentária e fiscal para o engajamento e responsabilização de todos os países. Para isso, a GIFT elaborou princípios globais norteadores sobre transparência fiscal. O MP iniciou sua participação na reunião de lançamento da GIFT, realizada em Brasília nos dias 19 e 20 de abril de 2012, quando foram apresentadas as iniciativas do Governo, como a Escola Virtual, a revista Orçamento Federal ao Alcance de Todos, a cartilha “Sofinha e sua Turma” e o Momento do Orçamento.

A edição da terceira revista Orçamento Federal ao Alcance de Todos tem por objetivo facilitar o entendimento das informações orçamentárias, mediante o emprego de linguagem acessível, com vistas a democratizar as informações sobre alocação de recursos nas políticas públicas do Governo. Nesse número da revista é possível encontrar o valor previsto no projeto de lei orçamentária federal de 2013 a ser destinado a cada uma das Unidades da Federação. A versão eletrônica está disponível no portal do Orçamento Federal para qualquer cidadão, que pode acessar as bases que deram origem aos gráficos encontrados na revista: https://gestao.orcamentofederal.gov.br/arquivo-ofat/Orcamento_Federal_2013_WEB.pdf.

Em síntese, o processo de aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal exige esforço constante do governo e pauta-se pela demanda social e pela própria aprendizagem da administração pública.

• **Consolidar a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais**

Análise Situacional da Meta

O MP, no exercício da presidência da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR), vem atuando no fortalecimento

da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE). Essa plataforma é instrumento de gestão capaz de dar suporte ao monitoramento e avaliação das políticas públicas, com possibilidade de captar seu impacto no território. A INDE agrupa os dados geoespaciais produzidos pelo Governo Federal em um único portal na Internet, permitindo o uso racional das informações geográficas e a disseminação de cultura de visualização das políticas públicas no território.

Nesse sentido, foi criado o Fórum Intergovernamental de Gestores de Geoinformação (FIGG), que congrega gestores de geoinformação de vários órgãos da APF para disseminação da INDE, visando aprofundar a inserção da dimensão territorial nas políticas públicas.

Além disso, foi lançado o novo visualizador da Infraestrutura (www.visualizador.inde.gov.br) para busca, exploração e acesso a dados e metadados, contendo vários indicadores do IBGE, além de camadas de informações do próprio Ministério do Planejamento, como o Anexo III do PPA 2012-2015 e o 4º Balanço do PAC. Este serviço permite o consumo de metadados públicos e com recursos online.

Encontram-se em execução treinamentos para capacitar servidores públicos, como forma de permitir a efetiva implementação da INDE, com ampla adesão pelos órgãos e entidades públicas nacionais. Em 2012 foi oferecido treinamento para trinta órgãos, na sua maioria já em processo de adesão à INDE. A capacitação, sensibilização e divulgação da INDE têm o objetivo não só de ampliar o nível de conscientização dos atores e da sociedade em geral quanto à sua utilização, mas também agregar mais produtores de informações geoespaciais.

Foram adquiridos servidores de dados e de rede que aumentarão a capacidade de armazenamento de dados no IBGE, nó central do Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais (DBDG), permitindo ainda que os produtores de geoinformação, que não dispõem da infraestrutura mínima necessária, possam hospedar seus dados e metadados no nó do IBGE. Denomina-se nó ao conjunto de servidores sob responsabilidade de uma entidade provedora de dados geoespaciais.

Destaca-se, ainda, o trabalho de sensibilização e divulgação da INDE, por meio da participação em eventos como: o Fórum Intergovernamental de Gestores de Geoinformação, em Brasília (DF); MundoGEO#Connect, em São Paulo/SP; Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias de Informação – SIMGEO, em Recife/PE, ministrando cursos e realizando palestras; participação na 2ª Conferência e Exibição Anual Latino Americana em Informação Geoespacial, Tecnologia e Aplicações, realizada no Rio de Janeiro/RJ; participação no evento Compartilhando Dados Ambientais na América Latina, realizado em Porto Alegre/RS.

Em 2013 serão instalados hardware, plataformas de software, além dos ambientes de rede e procedimentos administrativos do DBDG; serão realizadas, pelo menos, seis ações de capacitação de instituições produtoras de geoinformação; e divulgados os procedimentos para adesão à INDE e acesso eletrônico aos repositórios de dados e metadados distribuídos.

A consolidação da INDE propiciará a reunião eletrônica de produtores, gestores e usuários de dados geoespaciais, facilitando a construção de uma rede pública de dados e metadados geoespaciais, veiculáveis via web, com instrumentos de armazenamento, busca, visualização e obtenção de informações sobre o território nacional.

O êxito dessa consolidação possibilitará fornecer soluções para o planejamento e integração de políticas; direcionar intervenções onde sejam mais necessárias, gerando benefícios quantificáveis para o governo e sociedade em geral; ampliação da capacidade de resposta do Governo com a inserção de análises geoespaciais na tomada de decisão; elaboração e implementação de políticas públicas, tendo o território como um dos fatores de análise, feita de forma

sistemática e participativa; tomada de decisão nos processos sociais, ambientais e econômicos de forma integrada otimizando esforços e recursos, contribuindo para o aperfeiçoamento do processo de alocação e gestão dos recursos públicos.

• Construir cenários de desenvolvimento nacional para orientar a alocação estratégica no Plano Plurianual e nos Orçamentos da União

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi concluído trabalho de levantamento e análise das principais metodologias existentes para elaboração de cenários, resultando na formulação de proposta metodológica adaptada às necessidades do Governo Federal. De maneira complementar, foram encaminhados os trâmites administrativos para contratação do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) visando à elaboração, em 2013, de cenários sobre o tema “Dinâmica demográfica brasileira até 2040: necessidades de adequação das políticas sociais”.

A avaliação dos resultados obtidos na elaboração de cenários sobre o referido tema servirá como parâmetro para consolidação das metodologias que serão utilizadas na elaboração de cenários em 2014, visando subsidiar a elaboração e monitoramento do PPA 2016-2019, bem como dos respectivos orçamentos anuais.

• Definição do Modelo de governança e sistemática para alocação e gestão dos recursos públicos, considerando a articulação e a integração entre as diversas funções alocativas

Análise Situacional da Meta

Os resultados para esta meta serão obtidos ao longo dos quatro anos da execução do Plano Plurianual. Neste primeiro ano não foram obtidos resultados relevantes.

• Desenvolver conhecimentos específicos, na área de gestão de despesas, voltados para a melhoria da qualidade do gasto

Análise Situacional da Meta

Uma das principais ações realizadas no ano de 2012 com vistas à melhoria da qualidade do gasto diz respeito ao Projeto Esplanada Sustentável (PES), que nasceu da integração de quatro iniciativas já existentes no Governo Federal, quais sejam: Programa de Eficiência do Gasto (PEG), a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), a Coleta Seletiva Solidária e o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), mais especificamente o Subprograma Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP).

Tal iniciativa buscou sinergia e melhores resultados às ações de economia e sustentabilidade ambiental em função da atuação conjunta dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), do Meio Ambiente (MMA), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e de Minas e Energia (MME). Foi primordial para o sucesso do PES a formalização dos Comitês Interno do Projeto Esplanada Sustentável (CIPES) e também dos Grupos de Trabalho do PES (GTPES) em cada um dos Ministérios aderentes, a qual trouxe mais legitimidade ao Projeto e às suas ações. A adesão formal dos Órgãos Setoriais ao PES e a criação e publicação dos CIPES e GTPES reforçam o compromisso de cada Órgão com a eficiência e sustentabilidade da sua gestão.

Outro fator importante para o sucesso do Projeto foi o desenvolvimento do Sistema do Projeto Esplanada Sustentável (SisPES), na medida em que este permite a coleta detalhada de dados físicos de cada uma das despesas administrativas foco do Projeto, e também o acompanhamento das variáveis ambientais.

• Modernizar o arcabouço jurídico na área de planejamento, orçamento e execução

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi publicada a Lei nº 12.593, que institui o PPA 2012-2015 – Plano Mais Brasil, cuja nova estrutura reflete de forma mais direta à sociedade os desafios do Governo Federal para o período do Plano.

Além da Lei, foram elaborados o Decreto nº 7.866 (Decreto de Gestão do Plano) que estabelece princípios, competências e procedimentos para a gestão do PPA 2012-2015, compreendendo a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão do Plano.

Em relação à execução do PAC, é importante destacar a extensão do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) para os empreendimentos do PAC; a edição da Medida Provisória nº 575, que possibilita o aporte de investimentos por parte da União nas Parcerias Público-Privadas, promovendo maior segurança e interesse das empresas em investir em obras de infraestrutura e ainda a mudança de foco e aumento do escopo da empresa que gerenciará os modais de logística (Empresa de Planejamento e Logística - EPL), que visa acelerar o planejamento e a execução dos empreendimentos desse eixo.

• Realizar vinte e cinco contratações conjuntas de soluções de TI, até 2015

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na condição de órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), vem conduzindo desde 2008 contratações conjuntas como é o caso dos Pregões Eletrônicos nº 37/2008, nº 79/2010 e o nº 12/2011. O resultado destes pregões eletrônicos beneficiou mais de 40 órgãos da Administração Pública Federal e gerou economia superior à R\$55 milhões.

Devido ao resultado dos anos anteriores, em 2012 deu-se continuidade ao processo de contratações conjuntas de TIC, como é o caso dos processos de aquisição de mídias criptográficas (tokens) para seis órgãos, ativos de rede para 34 órgãos e desktops e notebooks para mais de 80 órgãos.

O Pregão Eletrônico nº 59/2012 que teve por objetivo a aquisição de 94.375 mídias criptográficas resultou em uma economia superior à R\$ 2,3 milhões.

No ano de 2012 foi iniciado o projeto de implementação da Central de Aquisições e Contratações Públicas para aquisição e contração de objetos similares entre os órgãos da APF. A previsão é que até o final de 2013 a Central esteja em operação. Para o ano de 2013 estão previstas as conclusões dos processos de contratação conjuntas de TIC de ativos de rede e desktops e notebooks, além da realização das licitações para as contratações conjuntas de videoconferência, telefonia fixa e telefonia móvel.

Um dos desafios enfrentados pelas contratações conjuntas é a resistência dos fornecedores por concentrar a demanda e melhorar o ganho de escala do Governo Federal.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0608 - Fortalecer a relação federativa de forma a promover maior cooperação e ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado, visando otimizar os resultados produzidos para a sociedade.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

O Governo seguiu dando ênfase ao diálogo federativo, estabelecido com todos os Estados e Municípios brasileiros, de forma direta e republicana. Para tanto, foram fortalecidas as relações intergovernamentais por meio de instâncias permanentes, como o Comitê de Articulação Federativa (CAF), os Fóruns Regionais de Governadores e as comissões tripartites no âmbito dos diversos sistemas federativos setoriais.

Dentre as medidas adotadas, está a desburocratização do processo de transferências voluntárias, principal agenda do Comitê de Articulação Federativa em 2012. Esse assunto ficou a cargo do Grupo de Trabalho Interfederativo, criado pelo CAF, para o acompanhamento das medidas de desburocratização dos convênios, dos contratos de repasse e dos termos de cooperação celebrados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal (APF) com órgãos ou entidades públicas para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, que envolvam a transferência de recursos financeiros federais.

Nesse sentido, cabe destacar o aperfeiçoamento do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), que passou a verificar apenas a regularidade fiscal do CNPJ, principal ente federado (Estado, Distrito Federal ou Município) e a do órgão convenente, eliminando-se a necessidade de verificar a regularidade de todos os CNPJ vinculados, especialmente os das administrações indiretas. Por sua vez, o Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV) foi adaptado para operar o procedimento simplificado previsto na Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, bem como notificar o convenente da ausência de prestação de contas com 45 dias de antecedência ao registro da inadimplência no CAUC.

Outro destaque foi a agenda ambiental decorrente da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. A Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República promoveu, em parceria com outros órgãos, quatro seminários “Diálogos Federativos Rumo à Rio+20”, com vistas a ampliar o debate sobre o desenvolvimento sustentável e promover a atuação conjunta da União, dos Estados e dos Municípios em relação aos objetivos da Conferência. O foco dos debates foi o papel dos entes subnacionais no enfrentamento dos desafios relacionados às mudanças no padrão de produção, distribuição e consumo, considerados os limites da natureza e a equidade entre pessoas, regiões e gerações.

Foram também realizadas ações para o acompanhamento consistente das demandas dos entes federados em ministérios e entidades governamentais. São exemplos as 11 reuniões do Sistema de Assessoramento Federativo (SASF), que trataram dos mais diversos assuntos, como a preparação do Governo Federal para a recepção dos novos prefeitos, a Rio+20, o apoio ao desenvolvimento industrial, a XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, as condutas vedadas aos Agentes Públicos Federais nas eleições e o Programa de Concessões de Rodovias, Ferrovias e Trem de Alta Velocidade.

Destaca-se ainda a estratégia de promoção dos consórcios públicos, por meio do Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em parceria com os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Durante o ano, foram visitados vinte e um territórios rurais, para se promover a sensibilização sobre o tema e fornecer orientações sobre como formar consórcios públicos.

No segundo semestre de 2012, o Brasil assumiu a Presidência Pro Tempore do Mercosul e coordenou os esforços do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR) voltados ao preparo e à aprovação de seu plano de ação para o biênio 2013-2014. Esse planejamento será orientado pelo Plano de Ação Estratégica de Ação Social do Mercosul (PEAS) e visa dar sustentabilidade às atividades dos membros nos seguintes eixos: cooperação entre cidades e regiões, cidadania regional, integração produtiva e integração fronteiriça. Estados e municípios brasileiros também contaram com o apoio do Governo Federal para realizar atividades de cooperação internacional, como o lançamento do Programa de Cooperação Técnica Descentralizada Sul-Sul, no qual foram selecionadas quatro propostas de até US\$ 200 mil para atividade de cooperação técnica com países em desenvolvimento.

Outro ponto importante foi a participação de mais de três mil prefeitos brasileiros na XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, com o objetivo de debater o poder local na construção de uma nova realidade. No evento, o Governo

Federal apresentou o Plano Brasil Sem Miséria e a Ação Brasil Carinhoso, que preveem uma intensa cooperação entre os entes federativos, bem como as suas principais estratégias de cooperação federativa, como os esforços de desburocratização, os programas prioritários e a agenda de transição governamental.

No tocante às finanças públicas, os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios (FPE e FPM) tiveram entre janeiro e outubro de 2012, acréscimo de 2,29% em relação ao mesmo período do ano anterior. No que se refere às transferências voluntárias, foram repassados R\$ 1,6 bilhão para estados e R\$ 581,90 milhões para municípios.

Destaque-se também o limite para contratação de operações de crédito de 21 Estados, ampliado para R\$ 58,3 bilhões na revisão de ajuste fiscal, de forma a permitir o aumento de investimentos nas áreas de infraestrutura, saneamento ambiental, moradia e mobilidade urbana. Além disso, foi significativo o apoio financeiro a estados e municípios para as ações emergenciais de enfrentamento da seca.

De forma a contribuir para ampliar a capacidade técnica, financeira e gerencial do Estado, o Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Municípios Brasileiros (PROMOEX) presta cooperação financeira e assistência técnica aos Tribunais de Contas, com vistas à melhoria dos mecanismos de controle de contas públicas estaduais e municipais. No campo do apoio ao fortalecimento do controle externo, o Promoex produziu os seguintes resultados principais: (i) criação e implantação do Portal Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil (www.controlepublico.org.br); (ii) implementação da Rede Nacional dos Tribunais de Contas, propiciando fóruns de debates entre servidores, divulgações de trabalhos, artigos e de jurisprudências; (iii) compartilhamento entre os Tribunais de Contas de soluções de Tecnologia da Informação (TI), sistemas de captura eletrônica de contas, processos de análises de contas de governo e atos de pessoal; (iv) realização de auditorias de avaliação de programas de governo na área de educação, saúde e saneamento; e (v) lançamento nacional das Normas de Auditoria Governamental aplicáveis ao Controle Externo (NAGs), que visam harmonizar os procedimentos de auditoria das Cortes de Contas às normas internacionais.

Em relação ao Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE), objeto do Contrato de Empréstimo 1718/OC-BR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destacou-se a implantação de sistemas de gestão de RH, de planejamento integrado e regionalizado, de monitoramento e avaliação de ações do PPA, de atendimento integrado aos cidadãos, de gerenciamento de documentos, de compras, de materiais, de perícias médicas, de avaliação de desempenho.

Metas 2012-2015

- Agentes públicos municipais, estaduais e federais capacitados**

Análise Situacional da Meta

Em se tratando de capacitação de agentes públicos, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão trabalhou a educação do ciclo de planejamento e orçamento em várias vertentes. Na primeira, a Escola Virtual SOF concluiu no mês de agosto de 2012 o processo de mudança de sua plataforma tecnológica, necessária para a modernização do ambiente virtual de ensino. Esse processo de mudança da plataforma tecnológica foi feito por meio do acordo de cooperação técnica entre o MP e a UnB, o que permitiu a melhoria da metodologia utilizada nos cursos oferecidos. Desde a sua criação, a Escola Virtual registra um total de 4.770 alunos inscritos.

Além disso, o MP distribuiu 70 mil exemplares da Cartilha “Sofinha e sua Turma” em mais de quinze estados e municípios. Com formato de história em quadrinhos e uma linguagem bem acessível, a cartilha tem por finalidade ajudar as crianças e suas famílias a entenderem melhor como funciona o orçamento público.

O MP também realizou o concurso do “V Prêmio SOF de Monografias” que contou com a inscrição de 47 monografias, sendo 33 sobre qualidade do gasto público e catorze sobre as novas abordagens do orçamento público. Desde sua primeira edição o prêmio já inscreveu 325 trabalhos inéditos sobre os temas acima citados.

Foi realizado o “3º Seminário Nacional de Orçamento Público” para debater os desafios e as perspectivas do orçamento público brasileiro, tendo como principais temas: acompanhamento, monitoramento e avaliação da programação orçamentária; plurianualidade orçamentária; e o acesso à informação e à participação social no orçamento público. Participaram autoridades e dirigentes federais, estaduais e municipais responsáveis pelo planejamento, orçamento e finanças públicas, além de especialistas nacionais e internacionais estudiosos do tema, num total de aproximadamente 770 pessoas.

Tendo em vista o monitoramento do primeiro ano do PPA 2012-2015, realizou-se na ENAP nos dias 14, 15 e 16 de agosto a capacitação de 288 servidores, distribuídos entre todos os órgãos envolvidos na gestão do Plano. Esta capacitação teve o intuito de apresentar o monitoramento temático e capacitar os servidores no preenchimento das informações requeridas e na utilização das ferramentas disponíveis, além de coletar sugestões para o aprimoramento do modelo proposto. Vale ressaltar que tais dinâmicas serão atividades constantes do monitoramento do PPA 2012-2015, já que o objetivo do MP é aperfeiçoar a atividade de monitoramento na administração pública. Para 2013, o MP pretende concluir o 1º Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015 e, a partir dele, gerar conhecimentos.

Foi desenvolvido um projeto para qualificação de agentes públicos estaduais, municipais e federais, com priorização para os dois primeiros, mediante a oferta e realização de Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade ensino à distância.

Para tanto, foi celebrado Termo de Cooperação entre o MP, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) e a ENAP, cujo objeto visa o reforço da capacidade institucional e modernização administrativa da União, dos Estados e dos Municípios, por meio da promoção da qualificação dos agentes públicos, mediante a oferta e realização de Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

No contexto das ações de capacitação de servidores públicos estaduais e municipais, merecem destaque, ainda: realização de capacitações de servidores estaduais, por meio do PNAGE: R\$ 1.810.937,12 entre janeiro e junho de 2012. e realização de capacitações de servidores estaduais e municipais, por meio do PROMOEX: R\$ 1.450.086,17 entre janeiro e junho de 2012.

Visando proporcionar acesso à educação de qualidade a um maior número de servidores públicos localizados em todo o País, a educação a distância da ENAP, outra vertente importante na disseminação de conhecimento sobre políticas públicas, capacitou 20.602 servidores em 2012 e pretende capacitar cerca de 23 mil servidores no ano de 2013.

• Aperfeiçoamento dos mecanismos de articulação e de cooperação federativa

Análise Situacional da Meta

O MP firmou acordos de cooperação técnica com seis Estados brasileiros (Alagoas, Maranhão, Tocantins, Amapá, Mato Grosso do Sul e Paraíba) e o Distrito Federal, por intermédio de suas Secretarias de Planejamento ou equivalentes, visando apoiar a revisão e o aperfeiçoamento dos processos orçamentários, bem como a disponibilização do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) como ferramenta de suporte a esses processos. Ressalte-se que essa meta tem característica continuada: em outros termos, o MP, ao longo do período do Plano, pretende utilizar todos os mecanismos ao alcance para aperfeiçoar a articulação e a cooperação federativa.

• Implementar e consolidar instâncias de diálogo federativo

Análise Situacional da Meta

Foram executadas ações voltadas ao fortalecimento da relação federativa em duas frentes principais: a primeira envolve a definição de agenda comum de melhoria, fortalecimento e inovação da gestão pública, entre União e Estados da Federação, com o estabelecimento de diretrizes, estratégias e prioridades, de forma a promover a colaboração institucional intra e intergovernamental, concentrar esforços, evitar pulverização de investimentos e conceder maior visibilidade aos resultados obtidos. O objetivo é pactuar um compromisso político que atualize e aprofunde a pauta da “Carta de Brasília”, com definição de diretrizes, estratégias e prioridades de ações comuns.

Trata-se de uma iniciativa que envolve o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (CONSAD) e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (CONSEPLAN), com o apoio do BID. Neste sentido foi elaborada conjuntamente uma proposta de Agenda Comum de Gestão União-Estados que está bastante avançada. Para 2013 a expectativa é que a Agenda Comum de Gestão Pública União-Estados seja concluída e assinada.

Essa Agenda pauta-se em 10 eixos temáticos, a saber:

1. Modelos Jurídico-Institucionais da Administração Pública
2. Gestão de Pessoas
3. Tecnologia da Informação
4. Compras Governamentais
5. Atendimento aos Usuários dos Serviços Públicos
6. Gestão Patrimonial
7. Planejamento, Monitoramento e Avaliação
8. Orçamento Público
9. Gestão do Desenvolvimento Institucional
10. Apoio à Inovação/Melhoria da Gestão Municipal

A segunda frente consiste na preparação das linhas de ação para o Programa Pró-cidadão – Programa Nacional de Fortalecimento do Planejamento e Gestão Pública dos Estados Brasileiros, ora em processo de negociação direta entre o BID e os estados. O projeto financiará a realização de oficinas de debate entre representantes do Governo Federal e dos governos estaduais, sobre temas de interesse mútuo. O Pró-cidadão sucederá ao programa Pnage, que representa um importante marco de atuação conjunta dos estados com o BID. Estamos na etapa de finalização do Pnage, ao mesmo tempo em que desenvolvemos, para o ano seguinte, um esforço de registro e compartilhamento das experiências de sucesso que servirá para orientar os avanços que pretendemos promover com o Pró-cidadão e a agenda federativa.

Adicionalmente, foi criada a Rede Nacional de Planejamento e Orçamento Público (ReNOP), que tem como missão promover a coordenação entre os órgãos de planejamento e orçamento federal e estadual, de forma a avançar na integração, no alinhamento e na coerência da ação federativa. Esta rede foi idealizada por meio do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o MP e o CONSEPLAN, assinado em 6 de setembro de 2011 e publicado no Diário Oficial da União em 9 de setembro de 2011.

Para o processo de implementação da ReNOP, realizou-se o 1º Encontro Nacional de Planejamento e Orçamento Público nos dias 29 e 30 de outubro de 2012, no qual estiveram presentes 78 representantes dos órgãos de planejamento e orçamento estaduais, representando 22 Estados e o Distrito Federal.

A ReNOP vai possibilitar a elaboração de estudos de interesse mútuo; transferência de tecnologias; difusão de conhecimentos técnicos e de boas práticas; o desenvolvimento de metodologias que promovam a melhoria da gestão e o aperfeiçoamento dos instrumentos normativos e metodológicos tanto no âmbito federal quanto estadual.

- **Modernizar a gestão municipal, por intermédio do software público brasileiro, implantando soluções tecnológicas do portal em 100 cidades novas brasileiras**

Análise Situacional da Meta

A gestão e a sinergia obtidas pelas atividades do programa de apoio tecnológico para os Municípios brasileiros Comunidade, Conhecimento, Colaboração e Compartilhamento dos Municípios Brasileiros (4CMBR) atrelado à comunidade do Software Público Brasileiro (SPB), ampliaram a capacidade técnica, gerencial e financeira das municipalidades, com o envolvimento claro e comprometido de agentes públicos de mais de quinhentos municípios.

Os aplicativos mais voltados ao aprimoramento da gestão municipal disponíveis junto à comunidade SPB são: o e-Cidade, destinado a informatizar a gestão dos Municípios brasileiros de forma integrada; o e-ISS, que é um sistema informatizado que visa à modernização da Gestão Tributária de ISS/ISSQN; o e-Nota, um sistema informatizado para emissão de Notas Fiscais Eletrônicas de Serviços, visando à modernização da Gestão Tributária de ISS/ISSQN; o GSAN, um sistema desenvolvido com ferramentas de software livre, de Gerência de Operações Comerciais e de Controle da execução de serviços internos, disponível gratuitamente para prestadores dos serviços de saneamento brasileiros e para atendimento de seus usuários; e o i-Educar, um software de gestão escolar que centraliza as informações do sistema educacional municipal, diminuindo a necessidade de uso de papel, a duplicidade de documentos, o tempo de atendimento ao cidadão e racionaliza o trabalho do servidor público.

Além dos sistemas descritos acima, encontram-se disponíveis junto ao Portal do SPB aplicativos e soluções livres voltados para a área de gestão de logística integrada (ERP) e área de desenvolvimento de soluções de TI internas (frameworks, portal modular, inventário de TIC, gestão de bibliotecas etc). Em levantamento de Intenção de Registro de Preços (IRP), promovido pelo Ministério do Planejamento, há a intenção, por parte do Ministério das Comunicações (MC) em patrocinar a instalação de quatro aplicativos em oitenta prefeituras, já no início do exercício de 2013. Os aplicativos a serem instalados são: e-Cidade, e-ISS, e-Nota e i-Educar. Além destas, outras 100 municipalidades estão pleiteando a implantação dos aplicativos em suas sedes municipais ao longo de 2013.

PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Dívida Pública (DLSP/ PIB)	%	31/12/2010	40	31/12/2012	35,2
Empresas dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização Alinhadas Com as Regras de Capital Baseado em Risco	%	31/12/2010	85	31/10/2012	94,7
FBCF (% PIB)	%	31/12/2010	19,5	31/12/2012	18,14
PIB (Crescimento)	%	31/12/2010	7,5	31/12/2012	0,9
Quantidade de Certificados de Garantia emitidos	%	31/12/2010	35	31/12/2012	60
Quota do Brasil no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)	%	31/12/2010	78,74	15/01/2013	64,8
Quota do Brasil no FMI	%	31/12/2010	53,06	15/01/2013	59,18
Resultado Primário anual do Governo Central	R\$ bilhão	31/12/2010	79	31/12/2012	86,1
Taxa de Emissões Primárias da Economia	%	31/12/2010	30,8	31/12/2012	9,08
Taxa de participação das Companhias abertas listadas em bolsa e em balcão organizado no Produto Interno Bruto - PIB	%	31/12/2010	69,92	31/12/2012	57,34
Taxa de Participação dos Prêmios dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização no Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2010	3,24	31/12/2012	3,66
Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)	%	31/12/2010	5,91	31/12/2012	5,84

Observações:

Dívida Pública (DLSP/ PIB) - Resultado referente a dezembro de 2012, conforme relatório 'Dívida líquida do setor público', disponível em <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>. PIB acumulado nos últimos 12 meses até então, em valores correntes.

Empresas dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização Alinhadas Com as Regras de Capital Baseado em Risco - Fonte: Susep/MF.

FBCF (% PIB) - Resultado referente ao período janeiro-dezembro de 2012, conforme Contas Nacionais Trimestrais do IBGE (Sidra, tabela 1846).

PIB (Crescimento) - Resultado referente ao período janeiro-dezembro de 2012 (variação em relação aos quatro trimestres anteriores), conforme Contas Nacionais Trimestrais. Dado disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pib-vol-val_201204_4.shtm.

Quantidade de Certificados de Garantia emitidos - Fonte: Sain/MF.

Quota do Brasil no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) - Resultado referente à participação do Brasil em quotas do Bird (1,96%), comparada à média dos últimos cinco anos da participação relativa do Brasil na economia mundial (3,02459%). Dados disponíveis em <http://siteresources.worldbank.org/BODINT/Resources/278027-1215524804501/IBRDCountryVotingTable.pdf> e <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/02/weodata/download.aspx>.

Quota do Brasil no FMI - Resultado referente à participação do Brasil em quotas do FMI (1,79%), comparada à média dos últimos cinco anos da participação relativa do Brasil na economia mundial (3,02459%). Dados

disponíveis em <http://www.imf.org/external/np/sec/memdir/members.aspx> e <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/02/weodata/download.aspx>.

Resultado Primário anual do Governo Central - Resultado referente ao período de janeiro a dezembro de 2012. A apuração do valor informado se deu pelo método “abaixo da linha”. Pelo método “acima da linha”, o resultado foi R\$ 88,5 bilhões. Fonte: STN/MF.

Taxa de Emissões Primárias da Economia - Resultado referente ao período janeiro-dezembro de 2012, conforme relatório 'Mercado de capitais – Emissão primária de títulos' (disponível em <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>) e Contas Nacionais Trimestrais do IBGE (Sidra, tabela 1846 - FBCF).

Taxa de participação das Companhias abertas listadas em bolsa e em balcão organizado no Produto Interno Bruto - PIB - Resultado referente a dezembro de 2012, conforme relatório 'Valor de mercado – Companhias abertas – Bovespa', disponível em <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>. PIB acumulado nos últimos 12 meses até então, em valores correntes (IBGE, Sidra, tabela 1846).

Taxa de Participação dos Prêmios dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização no Produto Interno Bruto (PIB) - Resultado referente ao período janeiro-dezembro de 2012, conforme Sistema de Estatísticas da Susep (disponível em <http://www2.susep.gov.br/menuestatistica/SES/principal.aspx> - Operações) e Contas Nacionais Trimestrais do IBGE (Sidra, tabela 1846).

Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - Resultado referente a 2012, conforme relatório 'Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – Variações percentuais nos últimos 12 meses', disponível em <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>.

OBJETIVO: 0887 - Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

O ano de 2012 foi marcado por importantes mudanças estruturais na economia, fortalecendo as bases para um ciclo de crescimento de longo prazo e configurando um novo cenário econômico, ímpar na história do País, muito promissor para o investimento, produção e emprego.

Este novo cenário é composto por taxas de juros mais baixas, que reduzirão os custos financeiros para empresas e famílias, taxa de câmbio mais competitiva e sólidos resultados fiscais. O tripé da política econômica – com base em metas para a inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal –, o elevado nível de reservas internacionais, a dívida pública líquida cadente, o sistema financeiro doméstico sólido e o mercado de trabalho robusto compõem o quadro de solidez econômica.

Ao longo de 2012, foi implementado um conjunto de ações de política econômica, fazendo com que a economia brasileira voltasse a acelerar no segundo semestre do ano, como pôde ser observado na evolução do crescimento do PIB entre o terceiro e o quarto trimestres.

A política econômica brasileira tem atuado tanto para mitigar os efeitos negativos da crise internacional por meio de medidas anticíclicas, como também para consolidar as bases para o crescimento sustentado de longo prazo. Medidas têm sido adotadas para dinamizar a economia doméstica e aumentar sua competitividade, diferenciando o Brasil dos países desenvolvidos.

Metas 2012-2015

- **Assegurar o cumprimento da meta de superávit primário para o Governo Central estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias**

Análise Situacional da Meta

A meta de superávit primário para o setor público consolidado não financeiro, estabelecida na Lei nº 12.465, de 12 de

agosto de 2011 (LDO-2012), foi fixada em R\$ 139,8 bilhões para 2012, conforme disposto no Anexo de Metas Fiscais Anuais. Desta meta, o Governo Central era responsável por R\$ 97,0 bilhões, enquanto às Empresas Estatais Federais correspondia um resultado nulo. O art. 30 da LDO-2012 prevê a possibilidade de redução da meta de resultado primário do Governo Federal, até o montante de R\$ 40,6 bilhões, para atendimento das despesas no âmbito do PAC.

A Lei nº 12.595, de 12 de janeiro de 2012, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012 (LOA-2012), considerou um resultado primário do Governo Central de R\$ 97,1 bilhões. Vale mencionar que foi estimada a utilização de R\$ 25,6 bilhões de despesas do PAC para abatimento da meta.

De acordo com o art. 66 da LDO-2012, os Poderes e o Ministério Público da União devem elaborar e publicar por ato próprio, até trinta dias após a publicação da LOA-2012, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida para o período. Desta forma, em 15 de fevereiro de 2012, foi procedida reavaliação das receitas e despesas primárias, considerando dados realizados até o mês de janeiro e a atualização dos parâmetros macroeconômicos, com a finalidade de garantir o cumprimento da meta de superávit primário estabelecida na LDO-2012.

Esta avaliação ensejou, no âmbito do Poder Executivo, a limitação de R\$ 35,0 bilhões no montante destinado ao empenho e movimentação financeira das despesas discricionárias, o que significou um corte de 14,22% nestes itens de despesas em relação ao previsto na LOA-2012. Tomando em consideração a redução líquida de R\$ 20,0 bilhões, decorrente das variações das despesas obrigatórias e dos Créditos Adicionais dos Demais Poderes e Créditos Extraordinários, o total de ajuste nas despesas foi de R\$ 55,0 bilhões, o que confirma o compromisso da política fiscal com o crescimento econômico sustentável sem pressões inflacionárias. Neste contexto, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, dispondo sobre a programação orçamentária e financeira para o ano.

Concluído o 1º bimestre, procedeu-se em março a reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, conforme art. 67 da LDO-2012. Nesta reavaliação foi recomendada a limitação das despesas discricionárias em R\$ 368,6 milhões em relação ao Decreto nº 7.680/2012, a fim de assegurar o cumprimento da meta anual de superávit primário. Dessa forma, o total de despesas discricionárias contingenciadas no ano alcançou R\$ 35,4 bilhões. Deste montante, o Poder Executivo ficou responsável pela limitação de R\$ 35,0 bilhões, enquanto aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União coube a responsabilidade, em conjunto, por R\$ 368,6 milhões. As recomendações desta avaliação foram implementadas, no caso do Poder Executivo, com a publicação do Decreto nº 7.707, de 29 de março de 2012.

No mês de maio foi enviado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional o relatório de reavaliação do 2º bimestre, conforme art. 67 da LDO-2012. Fundamentado nos dados realizados até o mês de abril e na atualização dos parâmetros macroeconômicos, o relatório elevou as estimativas de receita líquida de Transferências a Estados e Municípios em R\$ 4,9 bilhões. Por outro lado, as estimativas de despesas primárias obrigatórias foram elevadas em R\$ 2,6 bilhões, enquanto as de Créditos Adicionais dos Demais Poderes, Créditos Extraordinários e Doações/Convênios, somadas, foram aumentadas em R\$ 1,0 bilhão. Com isso, foi possibilitada a ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira definidos no Decreto nº 7.707/2012, em R\$ 1,3 bilhão. No âmbito do Poder Executivo, as orientações decorrentes desta avaliação foram implementadas por meio do Decreto nº 7.740, de 30 de maio de 2012.

Encerrado o 3º bimestre, foi procedida em julho a reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, a partir dos dados realizados até o mês de junho, dos parâmetros macroeconômicos atualizados e em consonância com as

metas fiscais vigentes. A revisão das estimativas de receita líquida de Transferências a Estados e Municípios, exceto Regime Geral de Previdência Social (RGPS), demonstrou um decréscimo de R\$ 2,1 bilhões em relação à segunda avaliação bimestral de 2012. Por sua vez, o resultado do RGPS teve sua projeção de déficit reduzida em R\$ 3,0 bilhões, tendo como fator explicativo a elevação de mesma magnitude na estimativa de recebimentos do regime. Quanto às estimativas de despesas primárias de execução obrigatória, exceto RGPS, houve uma elevação da ordem de R\$ 412,2 milhões. Ao considerar nesta reavaliação as majorações nas despesas com Créditos Extraordinários, de R\$ 500,0 milhões, foi recomendada a manutenção dos limites de empenho e movimentação financeira constantes do Decreto nº 7.740/2012. De forma a implementar tais recomendações, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 7.781, de 1º de agosto de 2012.

Concluído o 4º bimestre de 2012, o Poder Executivo reavaliou as projeções das receitas e despesas primárias, utilizando os dados realizados até o mês de agosto, além dos parâmetros macroeconômicos atualizados. A expectativa para a receita primária total, exceto RGPS, foi reduzida em R\$ 4,3 bilhões. Essa redução foi conjugação de um decréscimo das receitas administradas pela RFB/MF (exceto RGPS) no montante de R\$ 11,7 bilhões e de um aumento de R\$ 7,5 bilhões nas receitas não administradas. A projeção das Transferências a Estados e Municípios foi reduzida em R\$ 1,7 bilhão, resultando numa queda da receita total líquida (exceto RGPS) de R\$ 2,6 bilhões. Em relação às despesas primárias obrigatórias, exceto RGPS, houve aumento nas estimativas em aproximadamente R\$ 291,1 milhões. No que tange o resultado do RGPS, a projeção de déficit foi reduzida em R\$ 2,8 bilhões, explicado por uma elevação de R\$ 2,9 bilhões dos recolhimentos do regime, ligeiramente compensado por um aumento de R\$ 70,0 milhões nos benefícios previdenciários decorrentes de Sentenças Judiciais. Em decorrência dos fatores mencionados na 4ª avaliação bimestral, recomendou-se a manutenção dos limites de empenho e movimentação financeira constantes do Decreto nº 7.781/2012. As orientações decorrentes da reavaliação foram implementadas por meio do Decreto nº 7.814, de 28 de setembro de 2012.

Encerrado o 5º bimestre, foi procedida em novembro a reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, a partir dos dados realizados até o mês de outubro, dos parâmetros macroeconômicos atualizados e em consonância com as metas fiscais vigentes. No que concerne às receitas administradas pela RFB/MF (excluindo RGPS), a reestimativa apontou para uma queda de R\$ 8,8 bilhões. Já a projeção para as receitas não administradas do Governo Central, registrou um aumento de R\$ 994,2 milhões em relação ao montante estimado na avaliação anterior. No que concerne às Transferências a Estados e Municípios, esta reavaliação apontou uma redução na projeção de R\$ 3,7 bilhões. Dessa forma, as estimativas de receita líquida de Transferências a Estados e Municípios, exceto RGPS, demonstrou um decréscimo de R\$ 4,1 bilhões em relação à 4ª avaliação bimestral de 2012. As estimativas de despesas primárias de execução obrigatória foram elevadas no montante de R\$ 6,3 bilhões. Em relação ao RGPS, houve aumento na previsão de arrecadação (R\$ 3,5 bilhões), que foi mais que compensada pelo aumento da estimativa de pagamento de benefícios (R\$ 10,1 bilhões), gerando uma elevação do déficit da ordem de R\$ 6,6 bilhões.

Nesse contexto, cabe mencionar que o Governo adotou durante o ano várias medidas para estimular a economia e reduzir os impactos da crise internacional, dentre elas, desonerações e incentivos a vários setores. Em que pese o fato de tais medidas serem necessárias a fim de se evitar perda no dinamismo da atividade econômica, elas implicaram, pelo menos no curto prazo, redução na arrecadação e aumento de despesas, o que prejudicou sobremaneira o alcance da meta cheia de resultado primário, como era almejado no início do exercício. Desse modo, considerando a conjuntura econômica à época, bem como seus reflexos na arrecadação de tributos federais, a 5º reavaliação de receitas e despesas indicou a necessidade de se utilizar a prerrogativa de abatimento da meta de superávit prevista no art. 3º da LDO-2012.

Dante da combinação dos fatores citados, foi recomendado, em relação à 4ª avaliação bimestral, o abatimento da meta de resultado primário em R\$ 25,6 bilhões, conforme possibilitado pelo art. 3º da LDO-2012. Além disso, foram

ampliados os limites de empenho e movimentação financeira em R\$ 8,5 bilhões. Essa revisão ensejou a publicação, no âmbito do Poder Executivo, do Decreto nº 7.847, de 23 de novembro de 2012, o que ajustou a meta de superávit primário do Governo Central para R\$ 71,4 bilhões.

Ao final do ano, as despesas no âmbito do PAC atingiram o montante de R\$ 39,3 bilhões, o que resultou num valor de meta de superávit primário do Governo Central para fins de cumprimento do dispositivo legal de R\$ 57,7 bilhões. Por sua vez, o superávit realizado pelo Governo Central foi de R\$ 86,1 bilhões em 2012, superando em R\$ 28,4 bilhões a meta do período ajustada nos termos legais. Desta forma, fica comprovado o cumprimento da meta de superávit primário do Governo Central para o ano de 2012, utilizando o disposto no art. 3º da LDO-2012.

Quantidade alcançada

86,1

Data de Referência

31/12/2012

- Aumentar a quota do Brasil no FMI e no Grupo Banco Mundial, de forma a refletir sua participação relativa na economia global**

Análise Situacional da Meta

A meta de aumentar a quota do Brasil no FMI e no Grupo Banco Mundial, de forma a refletir sua participação relativa na economia global, foi parcialmente atendida em 2012. Considerando a base de comparação como a média dos últimos 5 anos da participação relativa do Brasil na economia mundial, sendo 50% a preços correntes e 50% a paridade do poder de compra (PPP), calculada a partir de dados da base World Economic Outlook Database October 2012, do FMI, atualizada em outubro de 2012 (<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/02/weodata/download.aspx>), ou seja, 3,02459%; e os índices de referência de 2010 para a Quota do Brasil no FMI e Quota do Brasil no BIRD, respectivamente, 53,06 e 78,74; nota-se que em 2012 houve aumento no caso do Fundo (59,18) e redução no Banco Mundial (64,47).

Referente ao Fundo Monetário Internacional (FMI), com a implementação da reforma de quotas e voz de 2008, o Brasil integralizou, em 2011, o seu aumento de quotas autorizado, elevando sua participação em quotas para 1,79% e seu poder de voto para 1,72%. Essa reforma teve impacto positivo no alinhamento da participação brasileira no FMI quanto à sua participação relativa na economia global (vide indicadores). Prospectivamente, quando a reforma de quotas e voz do Fundo acordada em 2010 for ratificada no plano internacional e implementada, o Brasil passará a deter cerca de 2,32% das quotas e 2,22% do poder de voto do FMI e se tornará, então, o 10º maior quotista do Fundo.

No Banco Mundial, em vista da integralização de ações dos aumentos seletivo e geral de capital de 2010 do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) por outros países e da subscrição de apenas 708 ações integralmente exigíveis por parte do Brasil, a participação acionária do País foi diluída. Alcançou, em dezembro de 2012, 1,96%, com correspondente poder de voto de 1,88% (vide indicadores). Tal situação poderá ser, no entanto, corrigida mediante integralização das ações as quais o Brasil tem direito.

- Implementar diretrizes de política econômica com vistas ao crescimento sustentado e à solidez das contas públicas, com estabilidade de preços e promoção da competitividade**

Análise Situacional da Meta

Algumas diretrizes implementadas no ano de 2012 merecem maior destaque, quais sejam:

i. Foco nos investimentos:

a. Lançamento do Plano Brasil Maior: plano contendo medidas relacionadas à política industrial de incentivos à produção e ao investimento. O Governo ampliou os setores beneficiados com a desoneração da folha de pagamentos, anunciou medidas para reduzir o custo da energia e reforçou amplo programa de financiamento com baixos custos por

meio do PSI/BNDES. Dentre outras medidas, destacam-se: benefícios fiscais relacionados a produtos industriais; política de compras governamentais, com prioridade para os bens produzidos no país, em especial, máquinas, equipamentos, fármacos e medicamentos; financiamento do comércio exterior; defesa comercial com operações que visam evitar fraudes e triangulações (circumvention); financiamento para a produção, investimento e inovação; e o novo regime automotivo, com incentivos para pesquisa, desenvolvimento e inovação.

b. Estímulo a investimentos públicos: o Governo estimulou os investimentos por meio das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que em 2012 foi ampliado com o PAC Equipamentos e com o anúncio de novas concessões em rodovias e ferrovias, conforme o Plano de Investimentos em Logística. Na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), cerca de R\$ 1 trilhão está previsto para investimento em diversos setores, com ênfase em projetos de energia e no programa Minha Casa, Minha Vida. Até outubro, os investimentos públicos foram 22,9% acima do mesmo período de 2011 (de R\$ 41,4 bilhões para R\$ 50,9 bilhões).

c. Estímulo a investimentos privados: os investimentos privados também cumprem um papel fundamental para o crescimento. Parcerias público-privadas para financiar projetos relevantes também são incentivadas. Isto é importante na medida em que o País precisa investir em grandes projetos de infraestrutura em setores tais como telecomunicações, energia e transporte.

d. Investimentos em infraestrutura: Nos próximos anos, os investimentos em infraestrutura no Brasil solidificar-se-ão com a participação ativa da iniciativa privada. O setor aeroportuário, por exemplo, contará com investimentos totais de aproximadamente R\$ 16 bilhões, contando apenas com as concessões dos aeroportos de Brasília, Guarulhos e Viracopos. No caso de rodovias e ferrovias federais, o Programa de Investimentos em Logística, prevê a aplicação de R\$ 133 bilhões em reformas de construções, do quais 60% serão aplicados em até cinco anos.

ii. Redução nas taxas de juros: de agosto de 2011 a outubro de 2012, o Banco Central reduziu a taxa básica de juros em 525 pontos-base, contribuindo para que as taxas reais e nominais atingissem seu menor nível histórico (atualmente 7,25% a.a.). A redução da taxa real de juros foi significativa nos últimos dez anos, saindo de 14% em dezembro de 2002 para 1,8% em novembro de 2012. Esse movimento repercutiu positivamente sobre a economia brasileira:

a. Redução de spreads bancários e de taxas de juros de empréstimos

b. Redução dos custos financeiros da economia.

c. Estímulo a empresários e poupadore: aos empresários a investirem e aos poupadore a procurarem alternativas de investimentos que vão financiar a produção.

iii. Dinamismo do mercado de trabalho: a taxa de desocupação de 5,3% em outubro de 2012 registrou a menor taxa para o mês desde o início da série. No acumulado do ano, a geração de postos de trabalho alcançou 1,689 milhão. A continuidade das contratações em termos líquidos reforça que a economia retoma o crescimento.

iv. Política de valorização do salário mínimo: segue aumentando o poder de compra do trabalhador. Em 2013, o valor do salário mínimo foi reajustado de R\$ 622 para R\$ 678, a partir do dia 1º de janeiro, perfazendo reajuste de 9%, considerados a variação real do crescimento da economia e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Nesse contexto, o crescimento do rendimento real do brasileiro foi significativo no período de 2004 a 2011, alcançando 29,8% na média total. Ainda mais relevante, foi o crescimento do rendimento para os 20% mais pobres, cujo crescimento da renda atingiu cerca de 75%. No mesmo período, a queda da desigualdade de renda, medida pelo índice de GINI, foi resultado do aumento da escolaridade dos mais pobres, da inclusão produtiva e da expansão dos programas de transferência de renda.

v. Ampliação do mercado interno: crescimento das classes ABC e consequente redução das classes DE, ou seja, redução da pobreza e da desigualdade de renda. De acordo com a projeção do IPEA, em 2014 a classe C representará cerca de 59% da população (115,2 milhões de pessoas).

vi. Robustos fundamentos fiscais: os resultados das contas públicas têm sustentado a Dívida Líquida do Setor Público em 35,2%, ou seja, próximos aos menores valores da série. Associado a isso, a contínua melhoria do perfil da Dívida Pública Federal, em termos de prazo e composição, tem se refletido nas taxas dos títulos brasileiros emitidos no exterior. A emissão do Global 2023, em setembro de 2012, por exemplo, resultou na menor taxa de emissão da história para um papel da dívida pública externa brasileira. Além disso, a situação fiscal como um todo ainda tem colocado o Brasil numa posição privilegiada ante os demais países do G-20, devendo o país apresentar ao final de 2012 um dos maiores superávits primários do grupo, bem como um dos menores déficits nominais.

vii. Desempenho quanto às questões ambientais: em 2012, problemas ambientais também dominaram o debate nacional, incluindo o Ministério da Fazenda, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. A cúpula discutiu, de 13 a 22 de junho, no Rio de Janeiro, um conjunto de metas para conciliar, nas próximas décadas, o crescimento econômico com a preservação do meio ambiente. O país se destaca por seu desempenho relacionado às questões ambientais, além de manter cerca de 70% de sua área com vegetação natural, 12% da água mundial de superfície e 30% das florestas tropicais remanescentes.

• Instituir novas diretrizes e/ou modificar a legislação financeira, tributária e creditícia, com ênfase nos aspectos que propiciem a otimização dos recursos alocados na implementação de políticas públicas

Análise Situacional da Meta

O novo ambiente no país favorece a produção e o investimento, deixando para trás o tempo em que a economia brasileira operava com altas taxas de juros de curto prazo. O investimento produtivo passa a ser relativamente mais vantajoso, ampliando-se as potencialidades da economia brasileira. Neste sentido, o Governo tem ampliado o investimento público e tomado importantes medidas de estímulo ao investimento privado.

i. Ampliação do investimento do setor público, como proporção do PIB: o Programa de Aceleração do Crescimento(PAC) continua sendo instrumento essencial para garantir que o investimento se mantenha como uma das principais forças impulsionadoras do desenvolvimento. A execução do programa entre janeiro de 2011 e setembro de 2012 foi de R\$ 386 bilhões, representando 40,4% do orçamento total previsto para o período entre 2011 e 2014. Nos três primeiros trimestres de 2012, a execução foi 26% superior ao mesmo período de 2011.

ii. Estímulo ao investimento privado: os investimentos privados, fundamentais para o crescimento econômico, têm recebido atenção especial do Governo Federal.

a. Ampliação do Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI Bens de Capital): ampliado e prorrogado até o final de 2013 o BNDES PSI Bens de Capital, por meio do qual são oferecidos empréstimos com taxa de juros vantajosas para aquisição ou exportação de bens de capital.

b. Introdução do programa de depreciação acelerada incentivada de caminhões e vagões: representa um importante incentivo tributário para a aquisição desses bens.

c. Redução a zero no prazo de apropriação dos créditos de PIS/COFINS sobre aquisição de bens de capital

d. Desoneração do IPI sobre caminhões e outros bens de capital: passou a ser permanente.

e. Redução do IPI para material de construção: adotado em 2009, foi estendido por prazo indeterminado, sendo ampliada a lista de produtos incluídos na desoneração.

iii. Investimentos em Infraestrutura: na área de infraestrutura, o Governo Federal iniciou um amplo programa de concessões nas áreas de aeroportos, rodovias, ferrovias e portos.

a. Aeroportos: foram realizadas as licitações dos aeroportos de Brasília, Guarulhos (SP) e Campinas (SP) em 2012, com valor total de outorga de R\$ 24,5 bilhões, e anunciadas as concessões para os aeroportos do Galeão (RJ) e Confins (MG), com investimentos previstos de R\$ 11,4 bilhões durante o prazo das concessões que deve variar entre vinte e

trinta anos a depender dos estudos de viabilidade econômico-financeira.

b. Aviação regional: numa primeira fase, serão investidos R\$ 7,3 bilhões em 270 aeroportos regionais, o que integrará melhor o território nacional, desenvolverá polos regionais, fortalecerá centros de turismo e garantirá acesso às comunidades da Amazônia Legal.

c. Rodovias e ferrovias: os investimentos previstos em 7,5 mil km de rodovias e 10 mil km de ferrovias atingirão um total de R\$ 133 bilhões. Do total de investimentos, R\$ 79,5 bilhões serão investidos já nos primeiros cinco anos.

d. Portos: os investimentos portuários alcançarão até 2017 R\$ 54,2 bilhões na modernização do sistema e da gestão, reduzindo custos e aumentando a eficiência produtiva do setor. A edição da Medida Provisória nº 595, em 6 de dezembro de 2012, proporcionou a introdução de um novo marco regulatório para os portos, permitindo a ampliação da oferta de serviços portuários, a redução tarifária e ganhos de eficiência, fundamentais para a superação de gargalos e ampliação dos investimentos privados.

e. Criação da Empresa de Planejamento e Logística (EPL): visando estruturar e qualificar o processo de planejamento integrado de logística no País.

f. Participação ativa dos Estados: ampliado o limite de financiamento para investimento em infraestrutura e facilitado o financiamento desses investimentos por meio do BNDES.

iv. Redução dos custos da produção: o Governo Federal tem atuado para melhorar a competitividade da economia por meio da redução dos custos de produção, com destaque para as ações de desoneração da folha de pagamentos e da redução do custo da energia elétrica.

a. Desoneração da folha de pagamentos: Iniciada em 2011 com três setores, a desoneração foi ampliada para mais onze setores em 2012. Outros 26 setores foram contemplados a partir de janeiro de 2013 e, a partir de abril, o benefício será estendido para os setores de construção civil e comércio varejista. No total, a desoneração da folha de pagamentos já beneficia 42 setores, os quais são responsáveis por 25,5% das exportações totais brasileiras e 32% do emprego celetista no País.

b. Redução do custo de energia elétrica: em 2013 entrará em vigência a redução das tarifas de energia elétrica, que será em média de 20,2%. Haverá diminuição para os consumidores residenciais e para os industriais, em percentual que variará conforme a tensão, mas que proporcionará queda de custos para as empresas, aumentando a eficiência e a competitividade da nossa economia, com impactos na inflação de 2013.

v. Robustos fundamentos fiscais: a política fiscal continua sólida.

a. Resultados primários: permanecem significativos e a dívida pública líquida atingiu o patamar mínimo histórico de 35,0% do PIB em novembro de 2012, ante 36,4% no final de 2011, com tendência firme de melhora do seu perfil, tanto em termos de composição, como de maturidade.

b. Dívida mobiliária federal: o prazo médio da dívida mobiliária federal passou para 44 meses em novembro de 2012, contra 40 meses no final de 2011, e o percentual referenciado na taxa Selic caiu de 30,8% para 22,6% no mesmo período.

c. Custeio: do ponto de vista dos gastos, o Governo tem fortalecido as despesas sociais e os investimentos públicos. A negociação com a maioria das categorias do funcionalismo público permitiu acordar reajustes de salários dos servidores para os três anos seguintes e dar previsibilidade para os gastos com pessoal para esse período em níveis consistentes com o crescimento do papel do investimento público.

d. Aprovação do Fundo de Previdência Complementar para Servidores Públicos (Funpresp): reforçará o equilíbrio de longo prazo das contas públicas.

vi. Questões tributárias:

a. Unificação gradual do ICMS: apresentada proposta de unificação gradual das alíquotas de ICMS para as transações interestaduais, procurando acabar com a guerra fiscal e por fim à insegurança jurídica em torno do tributo estadual.

Caminha-se, assim, para eliminar distorções tributárias consideradas, até então, de difícil solução. E para melhorar as condições financeiras dos Estados, o Governo também propôs alterar o indexador das dívidas estaduais.

b. Redução do IPI: visando estimular a demanda agregada e se contrapor aos efeitos negativos do agravamento da crise mundial, o Governo promoveu em 2012 a redução do IPI de automóveis e de móveis, painéis e afins, bem como prorrogou a redução do IPI da linha branca, que havia sido implementada no final de 2011. As medidas tiveram o efeito desejado, como mostra, por exemplo, o crescimento de 4,1% no número de automóveis produzidos em 2012 ou o aumento de 6,3% do valor adicionado da indústria de transformação no terceiro trimestre de 2012, em termos anualizados, quando comparado com o trimestre anterior, com ajuste sazonal.

c. Prorrogação da desoneração do PIS/COFINS: incidente sobre trigo, farinha, pão comum e massas até o final de 2013, beneficiando importantes produtos da cesta básica.

vii. Criação do novo regime automotivo, o Inovar-Auto: com o objetivo de apoiar o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a segurança, a proteção ao meio ambiente, a eficiência energética e a qualidade dos automóveis, caminhões, ônibus e autopeças. O regime vigorará de janeiro de 2013 a dezembro de 2017 e deverá elevar a competitividade, a produtividade e os investimentos da indústria automobilística no País.

viii. Competitividade da indústria nacional: Na mesma linha, visando incentivar as exportações brasileiras, o Governo reeditou o Programa Reintegra, que dá estímulo às empresas brasileiras exportadoras de bens manufaturados por meio da devolução de até 3% dos impostos pagos, mas não recuperados ao longo da cadeia produtiva.

• Manter a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA no intervalo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN

Análise Situacional da Meta

A inflação ao consumidor medida pelo IPCA encerrou 2012 em 5,84% e, dessa forma, a meta para a inflação foi cumprida em 2012 pelo nono ano consecutivo, nos termos do Decreto 3.088, de 21 de junho de 1999, que estabelece os parâmetros para o Regime de Metas no Brasil; e da Resolução 3.880, de 22 de junho de 2010, que fixa a meta para a inflação e seu intervalo de tolerância para o ano de 2012.

Em relação ao que se observou em 2011, houve recuo da inflação. Não obstante, na segunda metade de 2012, observaram-se pressões de preço decorrentes de choques desfavoráveis no segmento de commodities agrícolas, dentre outros fatores.

Quantidade alcançada

5,84

Data de Referência

31/12/2012

• Promover o enquadramento das Instituições do Sistema Financeiro Nacional às exigências de capitalização

Análise Situacional da Meta

Resultado permite afirmar que a meta cumpriu sua finalidade, pois a diferença para o percentual apurado (99,98%) não representa risco significativo para a solidez e a eficiência do SFN. O Índice de Basileia encontra-se acima do limite regulamentar.

OBJETIVO: 0889 - Propor e/ou aperfeiçoar medidas regulatórias voltadas às atividades econômicas, ao controle das estruturas de mercado e ao mercado de captação de poupança popular, com a finalidade de promover a livre concorrência e estimular o crescimento econômico sustentado.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo está sendo alcançado por meio da execução de três iniciativas da Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE). Na primeira, “Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais”, a Secretaria trabalha no sentido de identificar falhas em estruturas regulatórias vigentes com o propósito de remover entraves desnecessários e nocivos à concorrência econômica. Em 2012, a SEAE intensificou esforços no sentido de ampliar sua contribuição às normas regulatórias postas em audiências e consultas públicas, evitando a edição de normativos que estejam em desacordo com as melhores práticas regulatórias e concorrenceis.

Com a segunda iniciativa, “Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos”, a SEAE controlava as estruturas de mercado, por meio da análise de operações de fusão, aquisição e incorporação de empresas. Cabe alertar, porém, que com a entrada em vigor da Lei nº 12.529/11, em 30.05.2012, tal competência foi transferida para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Finalmente, a terceira iniciativa, “Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais”, trata da autorização e fiscalização para a distribuição de prêmios e captação de poupança popular. Em 2012, a SEAE autorizou mais de 6 centenas de promoções comerciais e realizou dezenas de operações de fiscalização para garantir que os agentes econômicos cumpram as exigências legais.

Metas 2012-2015

- Instruir e analisar 2.600 atos de concentração e processos administrativos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a SEAE analisou 296 atos de concentração econômica e processos administrativos, o que corresponde a 46% da meta prevista para o ano (650 processos instruídos) e 11% da meta prevista para os 4 anos do PPA. Esta meta foi encerrada a partir da entrada em vigor, em 30.05.2012, da Lei nº 12.529/11, a qual, entre outras providências, transferiu da SEAE para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) a competência para instrução e análise de atos de concentração econômica.

Quantidade alcançada

296

Data de Referência

31/12/2012

- Realizar 2.400 eventos de homologação e acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a SEAE superou em 85% a meta inicialmente prevista para o ano. Foram realizados 1.109 eventos de homologação e acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais, contra uma previsão de 600. Em termos de PPA, já foi cumprida 46% da meta para os 4 anos. Este excelente resultado deveu-se, em grande parte, ao aumento no número de promoções comerciais feitas por shopping centers, associações comerciais e instituições financeiras.

Quantidade alcançada

1.109

Data de Referência

31/12/2012

- Realizar 300 manifestações sobre regulação de atividades econômicas**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a SEAE expediu 305 manifestações, contra uma previsão de 75 para o ano e de 300 para todo o período coberto pelo PPA. Destaque-se a dificuldade em realizar uma previsão apurada da meta, tendo em vista que o número de manifestações realizadas depende do número de resoluções publicadas pelas agências reguladoras.

Quantidade alcançada

305

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0893 - Viabilizar a inclusão social da população desassistida de serviços financeiros, por meio de produtos e serviços bancários dos bancos públicos federais para população de baixa renda.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

A CAIXA realizou, no ano de 2012, um total de R\$ 2,3 bilhões na execução do objetivo 0893 – Viabilizar a inclusão social da população desassistida de serviços financeiros, por meio de produtos e serviços bancários dos bancos públicos federais para população de baixa renda.

O fomento ao Micropenhor teve seu direcionamento de recursos para essas operações reduzido, uma vez que a CAIXA enfrentou um corte gradativo dos recursos para consumo, previsto na Resolução BACEN 4.000/2011. Em novembro de 2012, a CAIXA unificou as operações de Penhor e Micropenhor.

A CAIXA promoveu a Ação “Poupançudos nas Escolas”, quando mais de 28 mil crianças de 164 escolas públicas e privadas de todo país, foram visitadas por empregados da CAIXA que transmitiram conceitos básicos de educação financeira, incluindo o saudável hábito de poupar. A iniciativa foi direcionada para alunos do 5º e 6º ano do ensino fundamental, abrangendo crianças com idade entre 9 e 11 anos, que receberam cofrinhos dos Poupançudos do Rock, mascotes da Poupança da CAIXA, além de kit escolar, com estojo, lápis, caneta, borracha e régua personalizados.

Em julho de 2012 foi lançada a Poupança CAIXA Fácil que é uma conta de poupança simplificada nos moldes estabelecidos pelas Resoluções BACEN 3.211/04 e 3.881/10, aberta exclusivamente nos canais parceiros: Correspondentes CAIXA AQUI e Lotéricos, disponibilizando assim o acesso à poupança a todos os municípios do Brasil, o que reforçou a bancarização e inclusão financeira iniciada pela Conta CAIXA Fácil, totalizando juntas 2,9 milhões de novas contas abertas.

Para concessão de Crédito, a CAIXA disponibilizou o produto CAIXA Fácil Rotativo, forma de crédito para consumo não orientado, destinado aos clientes da conta CAIXA Fácil. Este produto apresentou de dezembro a janeiro um crescimento de 43% nos valores concedidos. Em fevereiro e novembro de 2012 a CAIXA realizou ações de aumento de limite de crédito e expansão da base de clientes, ampliando o acesso à população de baixa renda aos produtos e serviços financeiros.

Além da conta e do crédito, a CAIXA disponibilizou produtos complementares (seguros, títulos de capitalização e previdência) voltados para população de baixa renda, este conjunto de produtos teve 9,2 milhões de contratações, totalizando R\$ 296,7 milhões.

Metas 2012-2015

- Realizar a inclusão social da população de baixa renda, por intermédio do acesso a produtos e serviços financeiros e capacitar os novos clientes de baixa renda em educação financeira**

Análise Situacional da Meta

Dos R\$ 30 milhões projetados para 2012 com a abertura da Conta CAIXA Fácil, realizou-se R\$ 58,4 milhões. Esta superação foi motivada pelo lançamento da Poupança CAIXA Fácil em julho de 2012 que reforçou o processo de bancarização.

Quantidade alcançada

58.385.100

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0894 - Desenvolver o mercado de valores mobiliários por meio de uma regulação clara e eficaz e de ações de supervisão e disseminação de informações, de modo a estimular a formação de poupança e ampliar, de forma sustentável e equilibrada, a sua aplicação em setores mais dinâmicos e inclusivos da economia brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Dentre as iniciativas direcionadas ao fortalecimento da sua capacidade institucional para a gestão das atividades de supervisão do mercado de valores mobiliários, em 2012 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) conferiu continuidade ao planejamento de suas atividades segundo um modelo de supervisão baseada em risco, conforme determinado pela Resolução nº 3.427/06 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Com base nesse modelo de supervisão, a CVM destina maior atenção a mercados, produtos e entidades supervisionadas que demonstram maior probabilidade de apresentar falhas em sua atuação e representam potencialmente um dano maior para os investidores ou para a integridade do mercado de valores mobiliários.

As ações de supervisão preventiva realizadas ao longo do exercício foram direcionadas às empresas, fundos de investimento, auditores independentes, mercado e intermediários, nos termos estabelecidos no Plano Bienal 2011-2012. O Plano Bienal para o período 2013-2014 encontra-se divulgado no sítio institucional da entidade (www.cvm.gov.br).

A fiscalização externa (presencial) da CVM compreende as inspeções por demanda, realizadas quando da existência de indícios de infrações e as inspeções de rotina, que buscam prevenir a concretização de irregularidades seguindo o planejamento formalizado no modelo de supervisão baseado em risco. Em 2012 foram efetuadas inspeções em 238 jurisdicionados da CVM, das quais 170 (71%) compreenderam inspeções de rotina e 68 (29%), inspeções por demanda. Desse total, destacam-se as inspeções realizadas em fundos de investimento (128 inspeções) e em seus respectivos administradores/gestores (36 inspeções), que juntos responderam por 69% do número total das inspeções. No ano de 2012, a CVM instaurou ao todo 84 processos sancionadores. Nesse mesmo período, 35 processos sancionadores foram julgados pela CVM. Adicionalmente, 17 processos sancionadores ou procedimentos investigativos foram encerrados por meio de celebração de Termo de Compromisso. De outra parte, três inquéritos administrativos foram arquivados, sem resultar em acusação, por ausência de elementos suficientes de autoria e materialidade.

No que diz respeito ao resultado dos julgamentos de processos sancionadores pela CVM, registrou-se em 2012 uma elevação do número de multas, suspensões e inabilitações aplicadas, quando comparadas àquelas impostas nos anos anteriores. Foram aplicadas 112 multas, 10 advertências e cinco inabilitações em 2012.

Outra importante prática da CVM em 2012 foi a continuidade das ações conjuntas com o Ministério Público Federal (MPF) e o Departamento de Polícia Federal (DPF), intensificadas a partir da celebração de convênios de cooperação em 2008 e 2010, respectivamente, principalmente com relação aos casos de ‘insider trading’ e possíveis manipulações do mercado de capitais, que, uma vez confirmadas, provocam prejuízos não apenas para os participantes envolvidos, mas também para a coletividade de investidores e para a sociedade em geral.

Em termos de relações internacionais, a CVM participou ativamente do Financial Stability Board (FSB), órgão criado pelo G20 para identificar vulnerabilidades, desenvolver e implementar políticas de regulação e supervisão no interesse da estabilidade financeira. O Brasil é um dos poucos países a dispor de três assentos no FSB, sendo um exclusivo da CVM.

Em 2012 a CVM também participou ativamente dos trabalhos desenvolvidos pela Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO) em seus diversos Comitês, inclusive co-liderando o processo de transformação dos Comitês Técnico, Executivo e Consultor dos Mercados Emergentes, os quais se fundiram no que se denomina, atualmente, Conselho da IOSCO, do qual a CVM faz parte. Destaca-se também a liderança exercida pela CVM no processo de escolha do novo Secretário Geral da Organização, conduzido sob a presidência desta Autarquia.

Especificamente com relação ao Mercosul, como coordenadora pelo Brasil do Subgrupo de Trabalho nº 4 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a CVM seguiu negociando a criação do Prospecto Mercosul, cujo objetivo é facilitar o acesso das companhias abertas sediadas no bloco aos mercados financeiros intrabloco com um só registro. Como etapa prévia deste projeto, seguiu-se negociando o acordo para a cooperação e troca de informações entre os reguladores.

A respeito das atividades de regulamentação do mercado em 2012, merecem destaque as edições das Instruções nº 520, 521, 522 e 523, assim como dos normativos relacionados a assuntos contábeis, que dispuseram, dentre outros assuntos, sobre a aprovação de pronunciamentos e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) e a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil denominadas LAJIDA (EBITDA) e LAJIR (EBIT).

A Instrução CVM nº 520 regulou o envio de informações trimestrais detalhadas sobre as operações de securitização efetuadas pelas companhias securitizadoras, de modo a disponibilizar, na página da CVM na rede mundial de computadores, um panorama completo sobre a operação para os investidores e o mercado: (i) características gerais dos créditos e dos certificados de recebíveis; (ii) informações financeiras selecionadas por patrimônio separado; (iii) comportamento da carteira de créditos vinculados à securitização; e (iv) informações sobre os efeitos associados a pré-pagamento e amortização antecipada.

A Instrução CVM nº 521 regulou a atividade de classificação de risco de crédito (rating) no âmbito do mercado de valores mobiliários brasileiro. Em linha com as regulamentações adotadas em várias jurisdições, foram instituídas as normas aplicáveis à atividade de rating no Brasil, ressaltando-se: (i) as regras de registro das agências domiciliadas no Brasil e de reconhecimento das agências situadas fora do país; (ii) a atribuição de responsabilidade pela supervisão do cumprimento da Instrução, bem como de regras, procedimentos e controles internos a um administrador, função comumente conhecida como compliance; (iii) a divulgação de relatórios de classificação de risco de crédito, inclusive opiniões preliminares fornecidas; (iv) a divulgação de informações periódicas pelas agências, por meio do formulário de referência; e (v) a obrigatoriedade de segregação entre a atividade de classificação de risco de crédito e as demais atividades desenvolvidas pela agência e por partes a ela relacionadas. Em virtude da edição da Instrução nº 521, a Autoridade Europeia dos Mercados de Valores Mobiliários (ESMA) anunciou, em 27/04/2012, que a regulamentação da CVM que trata das agências de classificação de risco de crédito está em linha com as regras europeias, o que permite que as instituições financeiras europeias continuem utilizando as classificações de risco emitidas no Brasil para fins regulatórios.

A Instrução CVM nº 522, alteradora da Instrução CVM nº 409/04, proporcionou um novo status na qualidade informacional divulgada aos investidores de fundos de investimento no Brasil. Os principais objetivos da reforma da Instrução foram: (i) introduzir a Demonstração de Desempenho, informe padronizado sobre rentabilidade, taxas e despesas, que será remetido anualmente a todos os cotistas dos fundos abertos não destinados exclusivamente a investidores qualificados; (ii) padronizar as informações contidas na Lâmina de Informações Essenciais e tornar sua entrega obrigatória antes da venda de cotas de fundos de investimento abertos não destinados exclusivamente à investidores qualificados; e (iii) inserir regras mais prescritivas sobre os mecanismos de monitoramento dos níveis de liquidez das carteiras e sua compatibilidade com os passivos e política de resgates dos fundos de investimento.

A Instrução CVM nº 523, por sua vez, alterou a Instrução CVM nº 301/99, dispondo sobre a identificação, o cadastro, o registro, as operações, a comunicação, os limites e a responsabilidade administrativa, referentes aos crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores. As referidas alterações tiveram por escopo adequar a regulamentação da CVM às recomendações internacionais do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo – (GAFI/FATF).

Vale ainda ressaltar que a CVM colocou em audiência pública oito projetos de reforma normativa em 2012, com destaque para a alteração da Instrução CVM nº 356/01, que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, visando ao aperfeiçoamento dos controles por parte do administrador e do custodiante, com a definição mais clara da atuação e de responsabilidades dos atores desse mercado, e a mitigação de estruturas que propiciem a ocorrência de conflito de interesses, em que a concentração indevida de funções por um mesmo participante ou por partes a ele relacionadas compromete a boa governança do FIDC.

Finalmente, com relação às atividades de educação financeira e de investidores, a CVM inaugurou em 2012 o seu ambiente virtual de aprendizagem, oferecendo ao público quatro cursos, sendo três inteiramente novos (Investindo em valores mobiliários, Educação Financeira e Direitos e Deveres dos Acionistas Minoritários). Pelo interesse anteriormente despertado, foi mantido o curso de matemática financeira, que já estava disponível no Portal do Investidor (www.portaldoinvestidor.gov.br). No ano, os quatro cursos resultaram em 1.867 alunos inscritos. A CVM também ampliou a sua presença educacional nas redes sociais, com o lançamento do canal CVMEducacional (que já estava presente no Twitter desde 2010) no YouTube (1.152 exibições de abril a início de novembro) e no Facebook, este inaugurado no início de novembro. Até o final de 2012, será também lançado o novo Portal do Investidor (www.portaldoinvestidor.gov.br), atualizando o sítio inaugurado em 2007 com novos conteúdos e uma área específica para o público infantil.

Metas 2012-2015

- **Direcionar as ações de supervisão e regulação do mercado de valores mobiliários para a mitigação dos principais riscos relacionados ao desempenho das atribuições legais conferidas à CVM pela Lei nº 6.385/1976, objetivando uma abordagem mais preventiva do que reativa e a racionalização da aplicação dos recursos humanos e materiais. Entre 2012 e 2015, deverão ser elaborados e divulgados: - 2 Planos Binais de Supervisão Baseada em Risco - 8 Relatórios Semestrais de Execução dos Planos Binais de Supervisão Baseada em Risco**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 a CVM deu continuidade ao planejamento de suas atividades segundo um modelo de supervisão baseada em risco, conforme determinado pela Resolução nº 3.427/06 do Conselho Monetário Nacional – CMN e disponibilizou, conforme o planejado para o período, 2 (dois) Relatórios Semestrais de Execução do Plano Binal de Supervisão Baseada em Risco 2011-2012 e 1 (um) Plano Binal de Supervisão Baseada em Risco para o período 2013-2014.

- **Realizar as atividades de regulamentação com base em metodologias de AIR - Análise do Impacto Regulatório / CBA - Cost-benefit Analysis**

Análise Situacional da Meta

Ao longo de 2012, a Assessoria de Análise e Pesquisa da CVM iniciou pesquisa relacionada a metodologias de AIR – Análise do Impacto Regulatório/CBA – Cost-benefit Analysis. O tema também foi debatido em reuniões realizadas com os membros do Colegiado, da Superintendência-Geral e da Superintendência de Planejamento. Ao final de 2012, foi estabelecido um plano de trabalho para o exercício de 2013, que compreende as seguintes etapas: (i) levantamento das diferentes visões existentes sobre AIR, quanto aos seus objetivos gerais e específicos; (ii) levantamento das alternativas existentes quanto ao escopo das análises, bem como a extensão e aplicabilidade da análise, e (iii) elaboração de diferentes alternativas de inserção da AIR dentro do processo decisório na CVM. Há ainda a previsão de aplicação do processo de AIR em ao menos um caso definido pelo Colegiado. A divulgação do plano de trabalho para o exercício de 2013 representou o encerramento da primeira etapa do processo, realizada em 2012. Para 2013, a

expectativa é que seja concluída a segunda etapa, mediante a execução do plano de trabalho.

- **Realizar a supervisão das companhias de capital aberto, fundos de investimento, auditores independentes, intermediários e autorreguladores com base em um sistema de supervisão baseada em riscos**

Análise Situacional da Meta

A meta foi cumprida em 2012. As atividades de supervisão foram realizadas com base no Plano Bienal de Supervisão Baseada em Risco (2011-2012).

Com relação à atividade de acompanhamento e fiscalização de empresas, a CVM realizou duas grandes ações gerais, descritas a seguir juntamente com os resultados: a) Acompanhamento das informações periódicas e eventuais divulgadas ao mercado pelas companhias, verificando sua disponibilização oportuna e sua qualidade, de modo a possibilitar a tomada de decisão pelo investidor de forma consciente, e b) Acompanhamento da atuação dos administradores e acionistas controladores das companhias, verificando a observância do respeito às leis e normas societárias e aos direitos dos acionistas, de modo a fortalecer a confiança dos investidores no mercado.

Em sua atividade de supervisão de fundos de investimento, a CVM realizou duas grandes ações gerais, descritas a seguir juntamente com os resultados: a) Acompanhamento das informações divulgadas sobre os fundos de investimento, de forma a possibilitar o desenvolvimento de um ambiente de confiança por parte dos investidores neste mercado, em decorrência do recebimento e do acesso a informações adequadas, possibilitando decisões conscientes e bem informadas, e b) Acompanhamento da administração e da gestão dos fundos de investimento, de forma a promover o desenvolvimento de um ambiente de credibilidade neste mercado, através de uma gestão que enfatize a capacitação técnica, a postura diligente, independente e transparente dos profissionais envolvidos.

Finalmente, em sua atividade de acompanhamento e supervisão dos mercados, dos intermediários e das entidades administradoras dos mercados organizados, a CVM realizou três ações gerais, descritas a seguir juntamente com os seus resultados: a) Supervisão do exercício de autorregulação dos mercados organizados, de forma a verificar que seja realizada a fiscalização desses mercados e de seus participantes pelas respectivas entidades administradoras. b) Acompanhamento e fiscalização direta de intermediários que não são pessoas autorizadas a operar nos mercados administrados, e que, portanto, não estão sob a supervisão e fiscalização de um autorregulador, de forma a assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis. c) Apuração das possíveis irregularidades cometidas nas operações realizadas ou registradas nos mercados organizados, identificando-as e apurando-as de forma rápida e reforçando práticas sadias nesses mercados. Ademais, em 2012 foi publicado o planejamento para o biênio 2013-2014.

- **Reducir o tempo de trâmite dos processos sancionadores por meio do mapeamento de seus fluxos e da definição de indicadores de desempenho**

Análise Situacional da Meta

A meta estabelecida no âmbito do Objetivo 0894 deve ser alcançada até o exercício de 2015, mediante o desenvolvimento de uma série de atividades que serão executadas por etapas entre os exercícios de 2012 e 2015. A análise ora efetuada se restringe às atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2012 e que contribuirão para o alcance da referida meta no prazo oficialmente estabelecido (2015).

Ao longo de 2012, foram estudadas medidas para reduzir o tempo de trâmite dos processos sancionadores, dentre as quais se destacam: (i) Aprimorar o dimensionamento da quantidade de processos por servidor; (ii) Acompanhar as metas de tramitação de processos-chave; (iii) Definir plano de trabalho e reuniões mensais de acompanhamento; (iv) Estabelecer indicador de desempenho. Em 2013, as medidas estudadas serão implantadas.

A iniciativa apresentada no item (iv), relacionada ao estabelecimento de indicador de desempenho, ainda necessita de

definição a respeito dos termos iniciais e finais que serão utilizados para contagem do prazo de tramitação dos processos. Uma vez definidos os termos, que deverá ocorrer em 2013, será estabelecida uma meta relacionada ao tempo de tramitação desejado, a ser alcançada até 2015.

OBJETIVO: 0895 - Desenvolver os mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, protegendo os direitos dos consumidores, por meio de regulamentação clara e eficaz, de ações de supervisão e de atendimento e orientação à sociedade.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo está sendo alcançado. As iniciativas tiveram os seguintes resultados: 03OL – Aprimorar os processos de orientação e atendimento à sociedade em geral – Foi elaborada norma que torna obrigatório o atendimento ao consumidor por meio de Ouvidoria no âmbito das entidades supervisionadas, com procedimento que visa maior eficiência na orientação e na prestação de esclarecimento às dúvidas dos consumidores, bem como na solução célere às suas demandas, sob pena de responsabilidade administrativa.

Com o objetivo de fornecer aos consumidores um instrumento de consulta aos seus contratos, foi instituído o Registro Eletrônico de Produtos – REP que, além de agilizar internamente o processo de aprovação dos produtos, possibilitará ao consumidor de serviços de seguro, previdência e capitalização, a visualização dos planos comercializados pelas entidades supervisionadas no portal da SUSEP na internet.

Com o propósito de aumentar a transparência na comercialização dos produtos de capitalização, foi elaborada norma que estabelece novas exigências para distribuição e publicidade desses produtos.

Também foi publicada norma que proíbe, a partir de janeiro de 2013, a cobrança do custo de emissão de apólice, fora do valor do prêmio. Tal cobrança era facultada às empresas seguradoras há mais de 20 anos e, no ano de 2011, proporcionou um faturamento de R\$ 1,7 bilhão. Essa medida tem impacto direto no preço pago pelos consumidores.

Na área de atendimento e orientação à sociedade em geral sobre os mercados supervisionados, até o mês de novembro foram realizados 40.542 atendimentos ao público, sendo abertos 597 processos administrativos, o que significa um percentual de 1,4% do total de atendimentos. Adicionalmente, a partir de 16 de maio de 2012, o Atendimento ao Público da SUSEP passou a responder também as demandas do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC. Dentre os Órgãos do Governo Federal a SUSEP é a líder em atendimento no SIC.

Especificamente, em relação às iniciativas que compõem o Objetivo, as seguintes observações podem ser feitas:

1) Assegurar o crescimento e o desenvolvimento dos mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta, buscando a sua credibilidade, por meio de regulamentação clara e eficaz e de ações de supervisão com foco na prevenção de riscos:

Dentre as principais ações de supervisão realizadas pela SUSEP destacam-se: o cumprimento integral do Plano Anual de Fiscalização 2012, aprovado em abril de 2012, com um aumento de 47% no número de fiscalizações realizadas no ano anterior; o estabelecimento de critérios objetivos e maior transparência do processo de escolha das empresas fiscalizadas, cuja relação completa passará a ser divulgada no portal da SUSEP na internet; a preocupação com os riscos de conglomerados financeiros; a atenção às operações com indícios de lavagem de dinheiro, que foram objeto de novo

normativo específico; o atendimento ao consumidor, especialmente no segmento de seguro garantia estendida; atenção às seguradoras que atuam com seguro garantia, especialmente em razão das grandes obras de infraestrutura em andamento no País; e priorização ao combate ao mercado marginal de seguros, ou seja, às empresas que atuam sem autorização da SUSEP e que descumprem sistematicamente as normas do setor, causando prejuízo a milhares de consumidores, especialmente nos segmentos de seguros de automóvel, transporte e funeral. Foram identificadas 300 empresas que atuam irregularmente nos segmentos de automóvel e transporte, muitas das quais foram autuadas e condenadas a multas significativas.

Em parceria com a Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, foram fechadas mais de duas dezenas de empresas que atuavam irregularmente e ajuizadas inúmeras ações judiciais com o propósito de responsabilizar seus sócios e coibir a proliferação dessa espécie de irregularidade. Foi iniciada investigação em relação a inúmeras seguradoras estrangeiras que atuam nos segmentos de seguro de vida e viagem, sendo que uma empresa norte-americana foi autuada e condenada a uma pena recorde de R\$ 11 bilhões. Por isso, a SUSEP estreitou relações com órgãos reguladores estrangeiros, tendo firmado convênios para troca de informações.

Ressalte-se também a edição de regra que possibilita que Fundos de Investimento em Participações (FIP), cujos cotistas sejam Entidades de Previdência Complementar (EFPC), invistam nos mercados de seguros, propiciando o aporte significativo de recursos e incremento na concorrência no mercado de seguros. Adicionalmente, a SUSEP concluiu estudo para atualização de todas as normas referentes a regras de capital, reservas técnicas, teste de adequação de passivo e limites de retenção, com o duplo propósito de atender às boas práticas internacionais de supervisão, recomendadas pela International Association of Insurance Supervisors – IAIS, e propiciar o desenvolvimento dos mercados, com o aumento da capacidade de investimento das empresas.

Atualmente os mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta são operados por 118 sociedades seguradoras, 102 resseguradores, 19 sociedades de capitalização, 25 entidades abertas de previdência complementar e 77.041 corretores de seguros.

Merce destaque a consolidação do processo de abertura do mercado de resseguros, com o incremento e maior concorrência no mercado local de resseguros, composto atualmente por 12 resseguradores locais, 29 admitidos e 61 eventuais, além de 34 corretoras de resseguro. O crescimento expressivo do mercado local de resseguros propiciou maior capacidade de subscrição ao mercado segurador nacional, disponibilização de produtos mais abrangentes e o incremento da competição entre resseguradores, com efeitos positivos no custo do seguro para o consumidor final.

Neste contexto, e considerando ainda os níveis de crescimento da renda média da população e a redução da taxa de desemprego no País, constatamos expressivo crescimento dos mercados de seguros, capitalização e previdência complementar pela SUSEP, que no seu conjunto captaram, em 2012, aproximadamente R\$ 154 bilhões em receita. Trata-se de aumento superior a 19% em relação ao exercício de 2011, sendo que a participação desses mercados representa cerca de 3,11% do PIB nacional, sem considerar os recursos captados pelo seguro saúde, regulado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Neste período, as empresas constituíram reservas técnicas totais de aproximadamente R\$ 414 bilhões, que proporcionam expressiva contribuição para a construção da poupança nacional e para o desenvolvimento da economia nacional.

2) Desenvolver e aperfeiçoar produtos destinados à inclusão social e financeira de famílias de baixa renda, que enfrentam maiores riscos e encontram mais dificuldades na superação de crises, por meio dos microseguros, desenvolvendo e aperfeiçoando novos produtos, menos onerosos (com menores custos administrativos e tributários) e com regras simples e fáceis de entender:

Foram editados inúmeros normativos com o propósito de estimular o desenvolvimento dos mercados regulados, dentre os quais merece destaque o estabelecimento de regras que propiciam o desenvolvimento do segmento de microssseguro no Brasil, com a ampliação dos canais de contratação e a diminuição do custo regulatório a fim de propiciar a comercialização de produtos com rede de distribuição e preços acessíveis à população de baixa renda. Há expectativa de ingresso de dezenas de milhões de novos consumidores no sistema de seguridade privada e de empresas especializadas em microsseguros.

3)Desenvolver programa de educação financeira com foco nos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização:

As ações de educação financeira que englobam os setores sob supervisão de mais de uma entidade, denominadas ações transversais, são desenvolvidas no âmbito do Conef e restritas a cada entidade. As denominadas ações setoriais são desenvolvidas individualmente, pela própria entidade, observando as diretrizes estabelecidas na Enef. Ao longo de 2012, além de sua participação ativa no Conef, do qual exerceu a presidência no período de julho a dezembro, a SUSEP deu início ao desenvolvimento de ações setoriais, tendo sido formulados estudos preliminares para as seguintes iniciativas setoriais: Portal SUSEP de Educação Financeira; Programa de Palestras/Seminários; Guia de Orientação e Defesa do Segurado; e Rol de outras iniciativas de educação financeira. Esses estudos orientarão, a partir de 2013, o planejamento, o desenvolvimento e a implementação de iniciativas de educação financeira especificamente relacionadas aos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização.

Metas 2012-2015

- Desenvolver os Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, buscando a formação de poupança popular e a proteção da sociedade contra prejuízos financeiros, aumentando em 30% as reservas desses mercados corrigidas pelo IPCA ou outro índice que, porventura, venha a substituí-lo no período 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

O valor das reservas dos mercados supervisionados aumentou de aproximadamente R\$ 351 bi, em 31/12/11, para aproximadamente R\$ 414 bi em 31/10/12, que é a data base para o monitoramento das metas e dos indicadores sob a responsabilidade de medição da SUSEP neste PPA. Isso demonstra um crescimento de 17,95% no período. A maior parcela do crescimento das reservas é representada pelas contribuições dos participantes dos planos de previdência, tais contribuições são quase que integralmente adicionadas ao saldo das reservas técnicas, tendo em vista a baixa conversão em benefícios ou resgates no atual estágio de desenvolvimento do mercado previdenciário. Outra parcela (menos representativa) do crescimento refere-se à capitalização atuarial das reservas, ou seja, reflete a taxa de juros contratual e a própria rentabilidade dos fundos em que os recursos são aplicados.

Para o próximo exercício são esperados impactos negativos no nível das contribuições, tendo em vista um cenário de menor crescimento econômico. Além disso, a queda da taxa básica de juros da economia também será nociva à rentabilidade dos fundos e consequentemente ao crescimento das reservas. Adicionalmente, a SUSEP está desenvolvendo um novo normativo de provisões técnicas que poderá influenciar no crescimento deste índice para 2013. Algumas provisões contemplam requerimentos de capital, sendo que, com a entrada em vigor dos novos requerimentos de capital, essas provisões serão alteradas ou excluídas. De qualquer modo, espera-se que a meta de aumento de 30% do valor das reservas até 2015 seja superada.

Quantidade alcançada

17,95

Data de Referência

31/10/2012

OBJETIVO: 0896 - Propiciar garantia de cobertura por parte da União para segmentos em que o setor privado não está presente ou atua com restrições, de forma a viabilizar a contratação de financiamentos e estabelecer um instrumento para a gestão desta garantia. Assegurar a sustentabilidade do Fundo de Garantia à Exportação - FGE, promover o desenvolvimento de novas coberturas e viabilizar a recuperação de créditos da União em razão de indenizações pagas pelo FGE ou relativas ao extinto Fundo de Financiamento às Exportações.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

A concessão de garantia de cobertura pela União, por intermédio do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), ao amparo do FGE, para viabilizar operações de crédito à exportação de Micro, Pequenas e Médias Empresas sempre foi um objetivo a ser alcançado com o intuito de diversificar a pauta de exportação e aumentar o número de exportadores beneficiados por esse instrumento de apoio oficial.

Essa dificuldade foi superada por intermédio de alterações normativas efetuadas no exercício de 2008, que passaram a permitir que a União, por intermédio de SCE, concedesse garantia de cobertura para a produção exportável e, também, para operações de crédito à exportação com prazo inferior a 2 (dois) anos.

A elaboração de um sistema pela instituição habilitada a operar o SCE para receber as demandas dos exportadores permitiu, inicialmente, que fosse estabelecido um procedimento de como essas operações de crédito à exportação seriam analisadas e precificadas em relação aos riscos a serem assumidos pela União.

Cabe registrar que os avanços realizados no curso de 2011 permitiram a conclusão, em 2012, dos 06 (seis) modelos de Certificado de Garantia de Cobertura, incluindo Condições Gerais, Condições Particulares e Condições Especiais, para a produção exportável e, também, para o pós-embaque das operações de crédito à exportação com financiamento privado, ou seja, realizadas por intermédio da obtenção de ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio e de ACE – Adiantamento sobre Cambiais Entregues junto à instituição financeira.

A SAIN encaminhou à Federação Brasileira de Bancos – Febraban, em março de 2012, os modelos de Certificado de Garantia de Cobertura de Crédito à Exportação para análise daquela Instituição quanto à possibilidade de utilização dos documentos no mercado bancário. A Federação fez algumas sugestões que foram incorporadas à minuta do certificado que está em análise na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Metas 2012-2015

- Disponibilizar ao mercado a garantia de cobertura pela União para operações financeiras que não são plenamente atendidas pelo setor privado**

Análise Situacional da Meta

Esta meta representa o principal objetivo de funcionamento do Fundo de Garantia à Exportação – FGE, que atua nas lacunas de atuação do setor privado no seguro de crédito à exportação. Atualmente, essa meta é atendida pela introdução do produto de cobertura de crédito à exportação com prazo inferior a dois anos à Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs).

Sobre a confecção deste novo certificado, registra-se que houve novos entendimentos com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que sugeriu aprimoramentos ao produto. Algumas das sugestões da Federação foram incorporadas à minuta do certificado e estão em análise na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Pelo procedimento acordado, serão analisados primeiramente os certificados de operações privadas, com financiamento via ACC/ACE, para posterior encaminhamento das apólices que garantem o financiamento público (Proex).

- **Estabelecer um procedimento de recuperação de crédito em razão do pagamento de indenizações pelo Fundo de Garantia às Exportações - FGE**

Análise Situacional da Meta

O procedimento de recuperação existe e está em contínuo processo de aprimoramento. Os créditos privados são renegociados por advogados contratados pela prestadora de serviços, com aval do Ministério da Fazenda. Os créditos públicos são renegociados no Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior – COMACE. Um melhoramento que se deseja adicionar é detalhar o processo de recuperação de crédito no setor aeronáutico nas operações em que a hipoteca da aeronave é oferecida em contragarantia. Não há casos de sinistro de operações com este esquema e seria positivo elaborar anteriormente os caminhos a serem perseguidos.

- **Renegociar todos os créditos oficiais soberanos brasileiros em atraso, relativos ao extinto Fundo de Financiamento às Exportações (ex-FINEX), com vistas à melhor recuperação possível**

Análise Situacional da Meta

Os créditos públicos soberanos (devidos por terceiros países) são renegociados no Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior – COMACE, cuja Secretaria-Executiva está a cargo do MF – SAIN. Em 2012 foram encaminhados 02 (dois) processos para a PGFN; 01 do ex-FINEX e 01 do PROEX. Espera-se, em 2013, renegociar os 13 créditos oficiais soberanos brasileiros em atraso relativos ao ex-FINEX.

Os principais desafios de implementação da meta estão relacionados à falta de pessoal e à falta de treinamento para formar novas equipes.

OBJETIVO: 0897 - Promover o desenvolvimento dos profissionais da área fazendária.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento de profissionais da área fazendária está alinhado ao cenário atual no que diz respeito à qualidade do gasto público. Nesse sentido foram realizados diversos eventos, entre eles o Primeiro Ciclo de Debates sobre Qualidade do Gasto Público, que fez frente às seguintes dimensões: Modelos de Gestão, Planejamento Governamental, Elaboração e Execução Orçamentária, Sistemas de Informação Contábil e Sistema de Suprimento Governamental; e a realização de prêmios associados às pesquisas, o que viabilizou a aquisição/produção de conhecimento científico sobre os principais temas transversais e específicos do MF, de forma alinhada e integrada com o planejamento institucional, como modalidades de aquisição e difusão do conhecimento.

Em 2012, no âmbito internacional, a ESAF protagonizou acordos de cooperação que geraram produtos relevantes. Entre eles a conferência Diálogo USA-Brasil que teve como objetivo identificar os desafios e oportunidades nas quatro áreas prioritárias da transparência fiscal e orçamentária, e os pontos que pudessem garantir uma gestão de responsabilidade, a fim de implementar mudanças que oferecessem apoio e assegurassem desenvolvimento na alocação e implementação de novas metas na administração de impostos e principalmente na transparência fiscal entre países. Assinou também o acordo Brasil – Rússia, com a Academia Presidencial Russa de Economia Nacional e Administração Pública (Ranepa), a fim de desenvolver ações de cooperação técnica para promover a capacitação eficiente em técnicas de administração e economia relacionadas ao setor público, e formação de competência de servidores e outros agentes públicos.

Na esfera nacional, vários acordos de cooperação técnica foram firmados. O acordo de Cooperação entre a ESAF e a Câmara dos Deputados visa a promover a cidadania e o desenvolvimento dos recursos humanos por meio de ações educativas voltadas aos seus quadros funcionais e à sociedade em geral. O acordo do Ministério da Fazenda e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, no qual cada uma das instituições comprometeu-se a elaborar ações conjuntas para realização de estudos e pesquisas sobre temas concernentes a finanças públicas e promoção da cidadania. Esse

acordo prevê ainda apoio ao Projeto Estratégico Corporativo (PEC) no âmbito do Programa de Modernização Integrado do Ministério da Fazenda (PMIMF), que tem como objetivo a implantação de infraestrutura física, metodológica, computacional e de serviços para o desenvolvimento de estudos e pesquisas de forma integrada. Os acordos de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal – SEAP-DF e com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, visam a estabelecer cooperação técnica, científica e cultural, bem como o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias em Educação voltadas à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, além do desenvolvimento institucional e da gestão pública. Finalmente, a renovação do Acordo de Cooperação Técnica entre a ESAF e Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – tem como objetivo estabelecer a cooperação técnica para desenvolver ações educacionais, tais como elaboração de cursos e eventos de capacitação, intercâmbio de experiências, informações e tecnologias.

Nesse mesmo exercício de 2012, a ESAF também realizou: 6 (seis) Semanas Orçamentárias que ocorreram em seis diferentes Estados da Federação, com a participação de 3573 alunos, 2 (duas) Conferências sobre Tributação e Crescimento Econômico (CIAT, FMI, RFB), nas quais foram discutidos e debatidos os seguintes temas: “Tendências e experiências em Política e Administração Tributária”, “Descentralização e Integração Regional”, “Tributação aos Recursos Naturais”, “Desigualdade e Tributação de Pessoas de Grande Riqueza e Ingressos”; o II Seminário Internacional de Educação à Distância para a Rede de Escolas de Governo: “A Educação à Distância e a Gestão do Conhecimento Contribuindo para a Qualidade do Gasto Público”, com o objetivo de fomentar o debate sobre a importância da Educação à Distância como instrumento de capacitação e formação continuada dos serviços públicos, assim como sua contribuição para a promoção da qualidade do gasto no setor público.

Um fator relevante que contribuiu para o sucesso no alcance das metas foi o uso dessas tecnologias aplicadas em cursos à distância que viabilizaram o desenvolvimento em diversos temas transversais à administração pública fazendária, representando mais de 59% do total de capacitações. Outro fator foi o alinhamento à gestão estratégica do Ministério da Fazenda, por intermédio do Programa de Modernização e Integração do MF – PMIMF, que viabiliza a transversalidade dos temas institucionais. Nesse âmbito a ESAF gerencia os seguintes projetos estratégicos corporativos: Implantação do programa integrado de pesquisas do MF; Estruturação de Programa de Educação para a Melhoria da Eficiência do Gasto Público e um terceiro que é a Ampliação do escopo de atuação do Programa Nacional de Educação Fiscal.

A ESAF ampliou um de seus objetivos de resultados para a “promoção do desenvolvimento dos profissionais da administração pública”, expandindo sua área de atuação para além do âmbito do MF, como meio de maximizar o potencial da infraestrutura de escola governamental, impactando positivamente na capacitação daqueles que são responsáveis por prover melhores resultados à sociedade.

Para o ano de 2013, vários cursos e eventos já estão programados. Alguns deles resultantes desses acordos, a exemplo do Segundo Diálogo sobre os desafios da Política Econômica, resultado do entendimento com a “Russian Presidential Academy of National Economy and Public Administration” (Ranepa). Destaca-se também a realização de seis semanas orçamentárias ao longo desse ano, do IX Encontro Nacional de Inteligência Fiscal – ENIF, do Evento Parlamento Jovem Brasileiro 2013, entre outros.

Metas 2012-2015

- **Atingir um grau de satisfação dos contratantes e dos alunos em 90%.**

Análise Situacional da Meta

A fonte de informação dos dados que contemplam esta meta é o Sistema de Gerenciamento de Projetos-SIGEP, utilizado com a finalidade de registrar todo tipo de capacitação realizada pela sede ou centros regionais, no qual, ao elaborar relatórios finais, o usuário deve necessariamente inserir todo tipo de informação, incluindo avaliações de

alunos e contratantes. Porém, a opção que emite o relatório gerencial de avaliação de alunos se encontra indisponível. A fim de solucionar esse problema, foram demandadas soluções de aperfeiçoamento ao administrador do sistema. Desta forma, o referido sistema poderá ser utilizado como fonte de dados para o acompanhamento e monitoramento do PPA. Neste sentido, o dado físico lançado faz referência apenas ao grau de satisfação dos contratantes, o qual engloba todos os 10 (dez) Centros Regionais de Treinamento da ESAF. Avaliação que é preenchida pelo contratante após a realização da capacitação, com tempo hábil para diagnosticar o impacto da referida capacitação em seus processos rotineiros.

Quantidade alcançada

96,9

Data de Referência

29/01/2012



PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO

PROGRAMA: 2106 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.892.805	2.004.245	1.789.700
Despesas Correntes	1.849.515	1.944.664	1.780.227
Despesas de Capital	43.290	59.581	9.473
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	1.892.805	2.004.245	1.789.700

PROGRAMA: 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	22.252.198	25.132.677	23.562.519
Despesas Correntes	22.002.840	24.874.946	23.498.665
Despesas de Capital	249.357	257.731	63.853
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	22.252.198	25.132.677	23.562.519

PROGRAMA: 2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.374.959	5.502.944	5.157.837
Despesas Correntes	5.324.416	5.424.571	5.140.028
Despesas de Capital	50.543	78.373	17.809
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	5.374.959	5.502.944	5.157.837

PROGRAMA: 0565 - Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	428.730	433.475	312.809
Despesas Correntes	372.270	372.200	304.877
Despesas de Capital	56.460	61.275	7.933
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	428.730	433.475	312.809

PROGRAMA: 2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.154.204	4.897.132	2.718.751
Despesas Correntes	4.135.772	3.120.337	2.715.772
Despesas de Capital	18.432	1.776.795	2.979
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	4.154.204	4.897.132	2.718.751

PROGRAMA: 2100 - Controle da Atuação e Fortalecimento Institucional do Ministério Público

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	63.967	73.522	44.364
Despesas Correntes	50.614	57.299	44.093
Despesas de Capital	13.352	16.222	271
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	63.967	73.522	44.364

PROGRAMA: 0568 - Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	759.506	761.173	671.467
Despesas Correntes	734.975	725.650	663.690
Despesas de Capital	24.531	35.522	7.777
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	759.506	761.173	671.467

PROGRAMA: 2114 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.181.938	5.146.819	5.060.786
Despesas Correntes	5.178.789	5.133.609	5.059.167
Despesas de Capital	3.150	13.209	1.620
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	5.181.938	5.146.819	5.060.786

PROGRAMA: 2119 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.217.838	1.332.342	1.065.417
Despesas Correntes	1.133.387	1.200.947	1.051.705
Despesas de Capital	84.451	131.395	13.712
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	106.827	178.252	144.652
Totais	1.324.665	1.510.594	1.210.070

PROGRAMA: 0550 - Controle Externo

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	960.635	977.564	894.210
Despesas Correntes	911.681	914.125	881.729
Despesas de Capital	48.954	63.439	12.482
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	960.635	977.564	894.210

PROGRAMA: 2117 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	501.479	528.675	437.492
Despesas Correntes	475.858	492.558	436.440
Despesas de Capital	25.621	36.117	1.052
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	501.479	528.675	437.492

PROGRAMA: 2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.302.651	1.338.212	1.225.487
Despesas Correntes	1.273.865	1.302.344	1.221.583
Despesas de Capital	28.785	35.868	3.904
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	1.302.651	1.338.212	1.225.487

PROGRAMA: 2104 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	12.732	13.670	11.788
Despesas Correntes	12.532	13.409	11.659
Despesas de Capital	200	261	129
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	12.732	13.670	11.788

PROGRAMA: 2103 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	16.917	18.395	10.992
Despesas Correntes	16.362	16.694	10.551
Despesas de Capital	555	1.701	441
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	16.917	18.395	10.992

PROGRAMA: 2116 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	813.490	883.944	739.008
Despesas Correntes	786.154	833.311	736.830
Despesas de Capital	27.336	50.633	2.178
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	813.490	883.944	739.008

PROGRAMA: 0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	6.456.523	6.753.721	6.185.518
Despesas Correntes	6.202.890	6.387.342	6.141.791
Despesas de Capital	253.634	366.379	43.727
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	6.456.523	6.753.721	6.185.518

PROGRAMA: 2102 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	73.328	74.238	41.543
Despesas Correntes	69.643	69.238	40.685
Despesas de Capital	3.685	5.001	858
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	73.328	74.238	41.543

PROGRAMA: 2121 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	853.257	929.074	756.981
Despesas Correntes	790.079	822.889	733.277
Despesas de Capital	63.179	106.185	23.704
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	853.257	929.074	756.981

PROGRAMA: 2113 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Pesca e Aqüicultura

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	103.534	107.505	81.796
Despesas Correntes	98.209	101.239	81.137
Despesas de Capital	5.325	6.267	658
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	103.534	107.505	81.796

PROGRAMA: 0566 - Prestação Jurisdicional Militar

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	216.523	236.275	211.538
Despesas Correntes	196.955	215.162	207.202
Despesas de Capital	19.569	21.113	4.336
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	216.523	236.275	211.538

PROGRAMA: 2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.926.664	4.452.492	4.296.583
Despesas Correntes	3.881.382	4.399.946	4.286.578
Despesas de Capital	45.282	52.547	10.005
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	3.926.664	4.452.492	4.296.583

PROGRAMA: 2126 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.561.376	2.730.314	1.582.264
Despesas Correntes	1.720.501	1.803.786	1.444.695
Despesas de Capital	840.876	926.528	137.568
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	2.561.376	2.730.314	1.582.264

PROGRAMA: 2128 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	104.735	146.512	121.028
Despesas Correntes	101.635	134.709	118.388
Despesas de Capital	3.100	11.803	2.640
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	104.735	146.512	121.028

PROGRAMA: 2123 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	292.235	298.736	206.780
Despesas Correntes	277.369	277.511	202.991
Despesas de Capital	14.865	21.225	3.789
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	292.235	298.736	206.780

PROGRAMA: 0581 - Defesa da Ordem Jurídica

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.358.710	3.506.681	3.084.526
Despesas Correntes	3.151.819	3.196.522	3.061.952
Despesas de Capital	206.891	310.159	22.574
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	3.358.710	3.506.681	3.084.526

PROGRAMA: 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	75.513.922	80.184.158	79.740.713
Despesas Correntes	75.513.922	80.184.158	79.740.713
Despesas de Capital	0	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	75.513.922	80.184.158	79.740.713

PROGRAMA: 2115 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	9.582.027	10.244.117	9.767.770
Despesas Correntes	9.498.956	10.122.301	9.752.655
Despesas de Capital	83.071	121.817	15.115
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	9.582.027	10.244.117	9.767.770

PROGRAMA: 2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	759.142	773.886	697.574
Despesas Correntes	726.382	744.259	691.138
Despesas de Capital	32.760	29.627	6.436
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	759.142	773.886	697.574

PROGRAMA: 0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	0	0	0
Despesas Correntes	0	0	0
Despesas de Capital	0	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	5.516.661	5.462.320	4.405.960
Totais	5.516.661	5.462.320	4.405.960

PROGRAMA: 0570 - Gestão do Processo Eleitoral

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.402.626	4.636.662	3.860.723
Despesas Correntes	4.152.206	4.233.781	3.824.380
Despesas de Capital	250.420	402.882	36.342
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	4.402.626	4.636.662	3.860.723

PROGRAMA: 0781 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	0	0	0
Despesas Correntes	0	0	0
Despesas de Capital	0	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	2.641.110	2.649.299	1.590.499
Totais	2.641.110	2.649.299	1.590.499

PROGRAMA: 2118 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.096.421	1.318.844	1.255.873
Despesas Correntes	1.043.091	1.252.948	1.213.825
Despesas de Capital	53.330	65.896	42.048
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	1.096.421	1.318.844	1.255.873

PROGRAMA: 1389 - Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	223.929	204.286	78.755
Despesas Correntes	128.860	120.896	75.035
Despesas de Capital	95.069	83.391	3.719
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	223.929	204.286	78.755

PROGRAMA: 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	13.028.747	13.882.862	11.804.847
Despesas Correntes	12.242.883	12.554.006	11.473.438
Despesas de Capital	785.864	1.328.856	331.409
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	13.028.747	13.882.862	11.804.847

PROGRAMA: 0553 - Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.185.780	3.308.478	2.845.257
Despesas Correntes	2.978.153	3.029.703	2.835.597
Despesas de Capital	207.627	278.775	9.660
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	3.185.780	3.308.478	2.845.257

PROGRAMA: 2111 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	806.786	870.157	710.108
Despesas Correntes	741.637	790.106	693.811
Despesas de Capital	65.149	80.052	16.297
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	806.786	870.157	710.108

PROGRAMA: 2122 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	262.538	251.019	163.182
Despesas Correntes	244.898	230.461	159.368
Despesas de Capital	17.639	20.558	3.813
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	262.538	251.019	163.182

PROGRAMA: 2101 - Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.710.143	4.826.864	4.312.884
Despesas Correntes	4.653.280	4.708.450	4.299.716
Despesas de Capital	56.863	118.415	13.167
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	4.710.143	4.826.864	4.312.884

PROGRAMA: 0567 - Prestação Jurisdicional no Distrito Federal

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.431.846	1.568.401	1.402.498
Despesas Correntes	1.356.207	1.435.388	1.376.771
Despesas de Capital	75.639	133.013	25.727
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	1.431.846	1.568.401	1.402.498

PROGRAMA: 0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	10.149.597	11.134.802	10.060.963
Despesas Correntes	9.634.902	10.288.129	9.960.974
Despesas de Capital	514.696	846.673	99.989
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	10.149.597	11.134.802	10.060.963

PROGRAMA: 2127 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.622.562	1.656.760	1.503.867
Despesas Correntes	1.591.292	1.611.732	1.500.274
Despesas de Capital	31.270	45.028	3.593
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	1.622.562	1.656.760	1.503.867

PROGRAMA: 2107 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	589.412	625.777	512.099
Despesas Correntes	573.719	595.921	509.727
Despesas de Capital	15.693	29.856	2.372
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	589.412	625.777	512.099

PROGRAMA: 2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	21.187.589	22.509.972	21.512.810
Despesas Correntes	20.908.419	22.084.646	21.391.124
Despesas de Capital	279.170	425.326	121.686
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	21.187.589	22.509.972	21.512.810

PROGRAMA: 0551 - Atuação Legislativa do Senado Federal

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.286.537	2.269.613	2.105.348
Despesas Correntes	2.232.924	2.200.250	2.100.570
Despesas de Capital	53.613	69.363	4.778
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	2.286.537	2.269.613	2.105.348

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ANEXO

EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS
AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
VINCULADAS ÀS INICIATIVAS

PROGRAMA: 2057 - Política Externa

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	957.871	1.212.788	958.858
Despesas Correntes	902.201	1.106.273	934.822
Despesas de Capital	55.670	106.515	24.035
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	957.871	1.212.788	958.858

OBJETIVO: 0900 - Aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas, mediante o incremento do diálogo político e a cooperação bilaterais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03PD - Adensamento das relações políticas bilaterais, do comércio, dos investimentos, da cooperação científica e tecnológica, e nas áreas de segurança pública, crime organizado e ilícitos internacionais e dos intercâmbios cultural e educacional, entre outros, entre o Brasil e os outros países, mediante a realização de reuniões de Comissões Mistas bilaterais, de Consultas Políticas e de visitas de autoridades brasileiras a esses países e estrangeiras ao Brasil, e da ação de outros atores públicos e privados, nacionais e estrangeiros

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6090	100.594.309	119.610.739	122.192.317	117.696.635	117.696.636
6091	11.813.877	13.885.264	12.581.268	12.581.268	12.581.268
6092	20.323.560	27.055.916	26.442.535	26.442.535	26.442.536
6093	20.987.319	28.566.050	27.207.691	27.207.691	27.207.692
6094	29.355.874	44.041.461	38.768.770	38.240.469	38.240.470
6095	22.149.435	29.694.378	29.290.600	29.290.600	29.290.601
6096	35.799.264	45.919.190	45.605.991	45.250.149	45.250.150
6098	67.598.276	77.338.103	77.604.901	76.537.738	76.537.739
6128	121.577.187	146.664.905	154.004.511	147.165.590	147.165.591
6284	35.294.907	49.814.397	47.463.927	45.225.524	45.225.526
Total	465.494.008	582.590.403	581.162.511	565.638.200	565.638.209

- 03PE - Adensamento das relações políticas, econômicas e culturais, e de cooperação com países de língua oficial portuguesa e países membros de organismos regionais africanos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2532	1.600.000	1.600.000	1.268.944	1.098.915	1.098.915
Total	1.600.000	1.600.000	1.268.944	1.098.915	1.098.915

- 03PU - Aquisições e construções de imóveis para Chancelarias e Residências de Embaixadas, Consulados e representações brasileiras junto a Organismos Internacionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10UO	4.980.000	4.980.000	0	0	0
14MY	0	1.500.000	0	0	0
14W0	0	25.000.000	24.873.640	0	0

Total	4.980.000	31.480.000	24.873.640	0	0
-------	-----------	------------	------------	---	---

• 03Q3 - Intensificação dos trabalhos de demarcação de fronteira

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2536	1.133.000	1.249.667	1.086.636	1.059.797	1.059.797
Total	1.133.000	1.249.667	1.086.636	1.059.797	1.059.797

• 03Q5 - Promoção de eventos internacionais de Política Externa

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8495	8.811.000	3.621.000	586.314	586.314	586.314
Total	8.811.000	3.621.000	586.314	586.314	586.314

OBJETIVO: 0901 - Aprofundar a participação nos esforços de reforma da governança e a agenda de relacionamento com os organismos políticos multilaterais dos quais o país é membro e ampliar o diálogo com aqueles cujas atividades acompanha.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 03QA - Aperfeiçoamento do processo de Cúpulas das Américas e consolidação como instância para consensuar, no mais alto nível, linhas de ação voltadas ao desenvolvimento e prosperidade das Américas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6107	4.640.760	5.630.836	5.340.781	5.340.781	5.340.781
Total	4.640.760	5.630.836	5.340.781	5.340.781	5.340.781

• 03QD - Aprofundamento da atuação brasileira na Organização dos Estados Americanos (OEA)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6109	3.384.800	3.584.800	3.598.151	3.574.475	3.574.476
Total	3.384.800	3.584.800	3.598.151	3.574.475	3.574.476

• 03QE - Atuação nas negociações intergovernamentais para lograr composição e gestão inclusiva das instituições e órgãos centrais dos sistemas de governança, com prioridade para a reforma da ONU e de seu Conselho de Segurança (CSNU)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6099	16.322.800	16.872.800	16.960.720	16.471.017	16.471.017
Total	16.322.800	16.872.800	16.960.720	16.471.017	16.471.017

• 03QN - Fortalecimento da atuação brasileira nas demais organizações do Sistema das Nações Unidas e outros organismos dos quais o país é membro

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6100	2.300.000	2.300.000	2.526.778	2.495.295	2.495.295
6101	9.000.000	11.040.000	10.724.836	10.575.841	10.575.841
6102	16.072.000	19.377.200	18.319.321	18.319.321	18.319.321
6103	3.000.000	3.000.000	3.020.751	2.840.580	2.840.580

Total	30.372.000	35.717.200	34.591.686	34.231.037	34.231.037
-------	------------	------------	------------	------------	------------

OBJETIVO: 0902 - Promover e participar da discussão sobre os principais temas pertinentes à paz e à segurança internacionais, com prioridade ao desarmamento e à não-proliferação, nos diferentes foros de negociação bilateral, regional e multilateral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03RH - Intensificação do apoio, na ONU, a esforços em favor da paz e da segurança internacionais, com a participação em Missões de Paz

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X1	0	18.100.000	0	0	0
2C06	236.031.159	329.431.159	282.241.626	177.071.574	174.647.869
Total	236.031.159	347.531.159	282.241.626	177.071.574	174.647.869

OBJETIVO: 0905 - Intensificar a participação do Brasil nos organismos comerciais multilaterais e na gestão dos mecanismos de governança econômico-financeira internacionais com vistas a reforçar as ações de política externa.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03SI - Capacitação de funcionários diplomáticos brasileiros para atuar especificamente nos contenciosos de interesse do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) e familiarização de advogados com o funcionamento da OMC

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6105	3.293.750	3.293.750	463.451	463.451	463.451
Total	3.293.750	3.293.750	463.451	463.451	463.451

OBJETIVO: 0907 - Desenvolver a contribuição das atividades de promoção comercial da política externa brasileira, com ênfase em ações de inteligência comercial e prospecção de mercados, de divulgação de oportunidades de negócio ao investidor estrangeiro e de apoio à internacionalização de empresas brasileiras.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03T2 - Ampliação do número de pesquisas de mercado e elaboração de estudos de inteligência comercial, inclusive sobre investimentos diretos externos no Brasil e sobre investimentos diretos brasileiros no exterior, bem como de apoio à internacionalização de empresas brasileiras por intermédio da reformulação da rede BrasilGlobalNet

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2544	6.867.192	6.867.192	7.039.183	6.217.882	6.217.882
Total	6.867.192	6.867.192	7.039.183	6.217.882	6.217.882

- 03TB - Organização e apoio a Missões Comerciais em países prioritários e por ocasião das visitas da Presidenta da República ao exterior e da visita de altas autoridades estrangeiras ao Brasil, divulgando as oportunidades de investimentos no Brasil, além de prestação de apoio na organização de missões de empresas ou grupo de empresas brasileiras ao exterior, auxiliando na confecção de Agenda de encontros e visitas a autoridades, entidades de classe e empresas estrangeiras

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WZ	0	8.333	0	0	0
2538	7.054.314	7.054.314	7.382.400	7.375.786	7.375.786

Total	7.054.314	7.062.647	7.382.400	7.375.786	7.375.786
-------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

OBJETIVO: 0909 - Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet e temas relacionados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03TN - Aperfeiçoamento da rede dos Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) das Embaixadas, em sua base tecnológica e infraestrutura

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2541	1.049.750	1.049.750	218.518	218.518	213.444
Total	1.049.750	1.049.750	218.518	218.518	213.444

OBJETIVO: 0911 - Aprimorar e expandir os serviços consulares, o tratamento dos temas migratórios e as atividades de apoio às comunidades brasileiras no exterior, nos termos da política governamental estabelecida pelo Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03UD - Elevação da qualidade do atendimento consular e da assistência aos brasileiros no exterior, com ênfase no aprimoramento das práticas de trabalho, no treinamento de agentes consulares, na realização de campanhas de informação e outras formas previstas em Plano Diretor de Reforma Consular

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2015	45.587.319	46.087.319	42.347.631	37.290.694	37.063.850
Total	45.587.319	46.087.319	42.347.631	37.290.694	37.063.850

OBJETIVO: 0913 - Ampliar a capacitação dos quadros da carreira de diplomata e aumentar a diversidade de seus integrantes, mediante concursos de seleção, cursos de formação e aperfeiçoamento e de altos estudos, programas de ação afirmativa e acordos de intercâmbio e cooperação com academias diplomáticas de outros países.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03UH - Aprimoramento do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD), do Curso de Formação, do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e do Curso de Altos Estudos (CAE), assim como do programa de intercâmbio para diplomatas estrangeiros, tornando obrigatorias disciplinas eletivas, tais como o russo, o árabe e o chinês

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2534	2.811.650	2.811.650	1.872.205	1.768.705	1.768.705
Total	2.811.650	2.811.650	1.872.205	1.768.705	1.768.705

- 03UL - Concessão da Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia para candidatos afro-descendentes e expansão da divulgação do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco para todas as capitais brasileiras

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00CC	1.738.200	1.738.200	1.727.134	51.984	51.984
Total	1.738.200	1.738.200	1.727.134	51.984	51.984

OBJETIVO: 0915 - Expandir o conhecimento internacional sobre a variedade brasileira da Língua Portuguesa e sobre a cultura brasileira, e promover o intercâmbio, a cooperação cultural e educacional e a

diversidade cultural, nos âmbitos bilateral e multilateral, e a transformação da percepção sobre o Brasil e os brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03UX - Aprimoramento e ampliação dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG)

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
00CB	2.000.000	2.000.000	1.909.980	1.726.221	1.726.221
Total	2.000.000	2.000.000	1.909.980	1.726.221	1.726.221

- 03V7 - Promoção da difusão e da divulgação da cultura brasileira e da variedade brasileira da língua portuguesa no exterior

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
20WY	0	166.667	0	0	0
2530	18.970.874	18.970.873	19.627.754	18.776.843	18.776.844
Total	18.970.874	19.137.540	19.627.754	18.776.843	18.776.844

- 03V9 - Realização, no exterior, de eventos de cultura brasileira, em áreas como música, literatura, artes plásticas, dança, cinema, teatro e fotografia, e apoio à difusão cultural de outros países no Brasil

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
6641	11.776.455	11.776.455	12.333.742	12.259.175	12.259.176
Total	11.776.455	11.776.455	12.333.742	12.259.175	12.259.176

OBJETIVO: 0916 - Ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltados para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03VC - Promoção de debates, por meio da realização de colóquios, mesas redondas, encontros, seminários, cursos, conferências sobre os temas prioritários da política externa e da história diplomática brasileira

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
2367	7.540.000	7.573.333	7.430.334	7.231.705	7.231.705
Total	7.540.000	7.573.333	7.430.334	7.231.705	7.231.705

OBJETIVO: 0917 - Diversificar e ampliar a cooperação técnica internacional do Brasil, com base em mecanismos bilaterais, multilaterais e regionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03VF - Aperfeiçoamento e fortalecimento da formulação, da execução, do acompanhamento e da avaliação de instrumentos de Cooperação Técnica Internacional prestada, concebida e implementada em parceria com países em desenvolvimento e organismos internacionais

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
2533	51.801.806	46.801.806	38.580.515	37.252.026	37.252.026
Total	51.801.806	46.801.806	38.580.515	37.252.026	37.252.026

OBJETIVO: 0918 - Expandir a participação do Brasil em negociações e ações internacionais de combate à fome e à pobreza e de cunho humanitário, a fim de prevenir calamidades, propiciar apoio emergencial em casos de desastres ou conflitos e auxiliar a recuperação de países atingidos por eventos danosos de grandes proporções.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03VM - Participação da sociedade civil em projetos e programas de cooperação humanitária internacional, em temas da segurança alimentar e nutricional, e em fóruns internacionais e no Conselho Mundial de Segurança Alimentar da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RE	6.250.000	6.250.000	5.033.611	5.033.611	5.033.611
Total	6.250.000	6.250.000	5.033.611	5.033.611	5.033.611

- 03VP - Participação de especialistas e de meios brasileiros em ações internacionais de prevenção e resposta a desastres e reconstrução pós-calamidade, e execução de atividades de cunho humanitário, inclusive em operações de resgate, busca e salvamento, e de gestão de risco e de desastres

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D28	18.360.450	20.460.450	18.119.037	18.119.037	18.119.038
Total	18.360.450	20.460.450	18.119.037	18.119.037	18.119.038

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2043 - Integração Sul-Americana

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.750	5.750	300
Despesas Correntes	1.200	1.200	300
Despesas de Capital	4.550	4.550	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	5.750	5.750	300

OBJETIVO: 0765 - Estimular o desenvolvimento socioeconômico e a integração das regiões inseridas na Faixa de Fronteira, por meio de políticas públicas que tenham em conta sua singularidade e seu caráter estratégico para a integração regional sul-americana, com vistas a reduzir a vulnerabilidade das populações fronteiriças, sobretudo no fomento a micro, pequenos e médios empreendimentos e na promoção do acesso a políticas sociais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 031D - Aprimoramento das Áreas de Livre Comércio (ALC) da Amazônia Ocidental e Amapá

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DK	200.000	200.000	0	0	0
Total	200.000	200.000	0	0	0

- 031E - Capacitação de atores locais em elaboração de projetos, cooperação internacional e outros temas afetos à integração fronteiriça

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6593	500.000	500.000	300.000	300.000	300.000
Total	500.000	500.000	300.000	300.000	300.000

- 031I - Estruturação e Integração de Arranjos Produtivos Locais na faixa de fronteira, conforme as potencialidades identificadas na região

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NG	5.050.000	5.050.000	550.000	0	0
Total	5.050.000	5.050.000	550.000	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	12.835.405	17.722.698	7.940.086
Despesas Correntes	4.048.484	4.470.394	2.894.866
Despesas de Capital	8.786.921	13.252.304	5.045.220
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	141.959	115.202	51.590
Totais	12.977.364	17.837.900	7.991.676

OBJETIVO: 0461 - Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos Sistemas de Defesa Aérea e Controle do Espaço Aéreo, visando a ampliar a capacidade de defesa aérea, do controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01HF - Desenvolvimento e modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XV	0	175.601.387	0	0	0
3133	309.019.324	314.480.367	312.067.562	118.327.038	117.649.413
Total	309.019.324	490.081.754	312.067.562	118.327.038	117.649.413

- 01HG - Monitoramento e defesa do espaço aéreo brasileiro

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12CD	2.000.000	2.000.000	1.999.328	457.687	457.687
20SF	141.000.000	155.100.000	121.585.223	47.084.846	46.794.492
2923	667.135.150	972.297.453	668.503.689	430.869.329	428.575.859
Total	810.135.150	1.129.397.453	792.088.240	478.411.862	475.828.037

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
2041	141.959.177	115.202.017	51.589.591
Total	141.959.177	115.202.017	51.589.591

- 01HH - Prevenção de acidentes aeronáuticos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2913	7.597.249	8.957.849	7.025.903	4.146.101	3.993.587
Total	7.597.249	8.957.849	7.025.903	4.146.101	3.993.587

- 04E8 - Implantação e Adequação de Artilharia Antiaérea de Autodefesa

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

14T2	0	1.666.667	0	0	0
Total	0	1.666.667	0	0	0

• 04E9 - Desenvolvimento e Modernização do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro - SISDABRA

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
14T3	0	2.916.667	0	0	0
Total	0	2.916.667	0	0	0

OBJETIVO: 0462 - Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01HM - Formação e capacitação de recursos humanos da Força Aérea Brasileira

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
2055	3.250.000	3.250.000	3.234.100	1.975.499	1.968.613
20X8	0	1.066.667	0	0	0
20X9	0	1.886.667	0	0	0
2507	1.843.000	1.843.000	1.663.205	423.485	322.365
2509	1.010.000	1.010.000	1.009.887	724.118	724.118
2685	6.700.000	6.700.000	5.562.291	1.117.833	1.117.833
2915	1.550.000	1.550.000	1.547.520	1.017.225	982.910
2B25	8.100.000	8.100.000	8.061.964	4.936.544	4.925.193
2B26	6.000.000	6.000.000	5.984.327	4.130.925	3.167.744
Total	28.453.000	31.406.334	27.063.294	14.325.630	13.208.776

• 01HN - Instrução militar e adestramento para a capacidade de prontidão da Força Aérea Brasileira

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
2864	77.000.000	77.000.000	76.999.851	69.525.243	68.083.950
8973	47.727.753	45.727.753	41.862.514	24.591.484	24.338.873
Total	124.727.753	122.727.753	118.862.365	94.116.726	92.422.824

• 01HO - Logística operacional da Força Aérea Brasileira

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
2048	440.802.000	492.682.200	474.952.095	355.783.969	355.368.366
20XA	0	6.202.068	0	0	0
2755	250.000	250.000	247.556	123.067	111.567
2756	11.206.400	11.206.400	10.433.472	5.338.951	5.132.873
2757	2.985.000	2.985.000	2.712.841	1.440.921	981.117
2868	307.462.700	338.542.303	338.543.487	337.945.215	336.619.405
2890	51.709.600	46.538.700	40.824.424	12.030.641	11.113.035
2895	3.730.000	3.730.000	2.068.351	155.649	97.661
2896	800.000	800.000	799.568	782.199	782.199
2916	34.962.220	35.190.866	34.790.402	26.613.493	25.553.513
Total	853.907.920	938.127.537	905.372.195	740.214.104	735.759.738

OBJETIVO: 0463 - Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01HR - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 Toneladas (Projeto KC-X)

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
123B	744.130.174	1.427.463.508	860.441.918	860.441.918	860.441.918
Total	744.130.174	1.427.463.508	860.441.918	860.441.918	860.441.918

- 01HZ - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XB	0	17.989.163	0	0	0
20XC	0	243.999	0	0	0
2884	100.000	100.000	95.092	29.276	29.276
2899	3.838.024	3.838.024	3.779.735	3.221.175	3.221.175
4348	330.000	330.000	149.405	97.245	97.245
4404	3.600.000	3.600.000	3.162.588	819.592	814.283
5408	97.763.000	90.353.900	50.590.930	9.425.093	9.423.472
Total	105.631.024	116.455.086	57.777.751	13.592.380	13.585.451

OBJETIVO: 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01I0 - Adequação da frota de aeronaves militares

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IH	716.972.722	931.877.505	719.263.465	312.265.135	311.868.022
3116	140.000	140.000	152.516	0	0
8969	182.430.000	214.663.334	78.651.497	57.554.076	57.554.076
Total	899.542.722	1.146.680.839	798.067.479	369.819.211	369.422.098

- 01I1 - Adequação dos meios de apoio ao combate

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14N3	0	93.649.000	93.649.000	4.813.314	4.195.112
20XU	0	1.362.099	0	0	0
5261	4.450.000	4.450.000	4.335.697	164.455	164.455
8970	2.254.085	2.254.085	2.254.085	606.332	579.832
Total	6.704.085	101.715.184	100.238.782	5.584.101	4.939.399

- 01IB - Aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral (Projeto H-X BR)

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
123J	900.000.000	900.000.000	865.090.169	503.502.936	503.502.936

Total	900.000.000	900.000.000	865.090.169	503.502.936	503.502.936
-------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

• 01IK - Implantação de novos sistemas bélicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14TH	0	16.430.000	0	0	0
3123	33.200.000	29.880.000	25.105.870	2.179.956	2.179.956
Total	33.200.000	46.310.000	25.105.870	2.179.956	2.179.956

OBJETIVO: 0482 - Adequar a infraestrutura das instalações terrestres para ampliar a capacidade de articulação das instalações militares do Exército, sob a égide do trinômio monitoramento, mobilidade e presença militar

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01LS - Adequação de instalações militares para implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SB	24.000.000	24.000.000	23.998.308	988.634	988.634
Total	24.000.000	24.000.000	23.998.308	988.634	988.634

• 01LT - Implantação de pelotões especiais de fronteira do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14IA	8.500.000	8.500.000	0	0	0
Total	8.500.000	8.500.000	0	0	0

• 01LV - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DA	172.884.745	172.884.745	172.704.550	62.239.070	62.239.070
14T5	0	56.519.083	0	0	0
Total	172.884.745	229.403.828	172.704.550	62.239.070	62.239.070

• 01LW - Implantação e adequação da infraestrutura de defesa terrestre e de apoio ao pessoal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11UB	40.500.000	50.166.667	31.343.574	11.337.237	11.337.237
13D9	7.000.000	7.000.000	6.933.950	378.546	378.546
20PY	134.489.950	141.796.617	100.343.300	39.433.021	39.188.520
Total	181.989.950	198.963.284	138.620.824	51.148.804	50.904.303

• 01LX - Implantação e adequação do sistema de aviação do Exército

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3138	109.769.089	156.769.089	67.902.992	15.522.388	15.520.585

Total	109.769.089	156.769.089	67.902.992	15.522.388	15.520.585
-------	-------------	-------------	------------	------------	------------

OBJETIVO: 0502 - Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01QX - Apoio a comunidades carentes

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14N1	0	381.252.988	381.205.378	179.415.882	142.990.078
20II	2.000.000	2.000.000	2.037.244	1.713.609	1.677.027
20XD	0	50.000	0	0	0
8425	4.800.000	4.833.333	4.490.859	3.791.350	3.791.350
Total	6.800.000	388.136.321	387.733.480	184.920.840	148.458.455

- 01QY - Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6557	11.783.312	11.883.312	11.479.774	7.928.084	7.801.275
Total	11.783.312	11.883.312	11.479.774	7.928.084	7.801.275

- 01QZ - Cooperação com a construção e a recuperação da infraestrutura nacional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20PX	594.316.666	594.316.666	88.448.501	57.680.880	57.672.998
20XH	0	34.333.334	0	0	0
Total	594.316.666	628.650.000	88.448.501	57.680.880	57.672.998

- 01R0 - Desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IG	3.430.000	3.430.000	2.893.387	1.734.104	1.734.104
Total	3.430.000	3.430.000	2.893.387	1.734.104	1.734.104

OBJETIVO: 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01YO - Adequação dos meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14N5	0	106.553.000	106.552.561	38.929.991	0
20RY	31.867.359	37.867.359	40.866.208	24.417.662	24.417.662
20SD	222.225.754	68.383.899	76.978.387	20.518.776	20.518.776
20XP	0	164.292.861	0	0	0
8940	49.494.000	49.494.000	58.977.849	37.213.793	37.213.793
8941	3.540.000	24.140.000	4.018.855	3.108.564	2.815.437

8945	192.306.000	448.966.000	375.175.192	298.780.988	298.755.614
8947	16.400.769	16.400.769	19.082.172	12.784.478	12.784.478
Total	515.833.882	916.097.888	681.651.224	435.754.253	396.505.761

• 01YS - Construção de navios-patrulha oceânicos de 500 t

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1N47	113.295.958	104.606.923	61.036.221	23.709.544	23.709.544
Total	113.295.958	104.606.923	61.036.221	23.709.544	23.709.544

• 01YT - Construção de submarino de propulsão nuclear (PROSUB)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
123H	192.681.266	192.681.266	186.576.205	172.775.979	172.493.679
Total	192.681.266	192.681.266	186.576.205	172.775.979	172.493.679

• 01YU - Construção de submarinos convencionais (PROSUB)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
123I	738.953.912	738.953.912	635.247.081	286.787.866	286.709.742
Total	738.953.912	738.953.912	635.247.081	286.787.866	286.709.742

• 01YW - Implantação de estaleiro e base naval para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares (PROSUB)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
123G	1.218.364.822	1.218.364.822	1.222.340.688	1.192.050.210	1.190.439.790
Total	1.218.364.822	1.218.364.822	1.222.340.688	1.192.050.210	1.190.439.790

• 01YX - Implantação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DE	0	2.969.563	0	0	0
Total	0	2.969.563	0	0	0

• 01Z1 - Sistemas operativos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1N56	19.569.000	71.180.417	71.180.417	64.778.698	64.778.698
8950	29.800.368	96.634.368	61.117.074	30.853.850	30.853.850
Total	49.369.368	167.814.785	132.297.491	95.632.548	95.632.548

• 04EF - Construção de Navios Escoltas (NEsc)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14TB	0	1.666.667	0	0	0

Total	0	1.666.667	0	0	0
-------	---	-----------	---	---	---

OBJETIVO: 0520 - Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01Z4 - Adequação da infraestrutura de unidades militares e dos pelotões especiais de fronteira na região do Calha Norte

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SX	41.256.000	41.256.000	35.799.899	12.786.980	12.754.432
2452	12.816.000	16.766.908	9.841.076	2.041.449	2.028.549
Total	54.072.000	58.022.908	45.640.975	14.828.428	14.782.981

- 01Z7 - Adequação de aeródromos na região do Calha Norte

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2441	2.304.000	2.304.000	1.241.474	1.224.820	1.224.820
Total	2.304.000	2.304.000	1.241.474	1.224.820	1.224.820

- 01Z9 - Adequação de embarcações da região do Calha Norte

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20S8	21.578.174	21.578.174	8.445.403	5.641.455	5.631.611
Total	21.578.174	21.578.174	8.445.403	5.641.455	5.631.611

- 01ZA - Logística operacional para apoio às atividades do Calha Norte

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X6	0	15.878.277	0	0	0
2439	4.176.000	4.176.000	2.872.661	2.035.500	1.997.520
Total	4.176.000	20.054.277	2.872.661	2.035.500	1.997.520

- 01ZC - Implantação e melhoria da infraestrutura básica nos municípios atendidos pelo Calha Norte

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1211	387.780.000	387.780.000	168.282.977	6.430.000	6.430.000
Total	387.780.000	387.780.000	168.282.977	6.430.000	6.430.000

OBJETIVO: 0521 - Desenvolver tecnologias da informação e comunicação, visando a assegurar a capacidade de defesa cibernética nos campos civil, industrial e militar.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01ZH - Implantação do sistema de defesa cibernética

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147F	83.678.780	110.975.667	61.600.710	34.443.382	34.409.144

Total	83.678.780	110.975.667	61.600.710	34.443.382	34.409.144
-------	------------	-------------	------------	------------	------------

OBJETIVO: 0522 - Implantar o Sistema de Cartografia da Amazônia, visando aprofundar o conhecimento das características fisiográficas da região, contribuindo para o desenvolvimento e para o monitoramento regional, segurança e defesa nacional, com especial ênfase nas áreas de fronteira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01ZK - Sistema de Cartografia Aplicada ao Desenvolvimento Regional da Amazônia Legal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20T8	23.832.000	23.832.000	22.897.878	7.529.404	7.067.062
Total	23.832.000	23.832.000	22.897.878	7.529.404	7.067.062

OBJETIVO: 0523 - Elevar a capacidade operativa da Marinha para o cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias, por meio do seu preparo e emprego.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01ZM - Aprestamento dos meios operativos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XN	0	7.566.066	0	0	0
20XY	0	312.943	0	0	0
2859	212.919.559	243.133.255	244.486.264	182.953.133	170.205.836
Total	212.919.559	251.012.264	244.486.264	182.953.133	170.205.836

- 01ZN - Formação e capacitação de recursos humanos da Marinha

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XR	0	1.569.999	0	0	0
2861	992.000	992.000	803.506	678.201	678.201
8953	45.341.171	43.341.171	44.153.192	36.220.807	35.726.569
Total	46.333.171	45.903.170	44.956.698	36.899.008	36.404.770

- 01ZQ - Logística operacional da Marinha

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IR	244.815.548	256.916.931	260.371.331	169.946.596	163.436.140
2864	171.910.000	171.910.000	172.276.400	164.192.325	164.098.877
2A64	263.530.173	289.047.064	298.528.063	199.764.444	197.708.591
Total	680.255.721	717.873.995	731.175.794	533.903.365	525.243.607

OBJETIVO: 0524 - Adequar a infraestrutura das instalações terrestres para o suporte aos meios operativos da Marinha.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 01ZT - Adequação de arsenais, bases, estações navais e demais instalações terrestres

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

1485	25.000.000	25.000.000	25.000.000	4.122.250	3.936.605
20SE	26.012.341	37.068.954	31.015.812	16.503.191	16.245.652
8962	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000
Total	66.012.341	77.068.954	71.015.812	35.625.442	35.182.257

• 04C5 - Implantação da Segunda Esquadra

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14T8	0	1.780.000	0	0	0
Total	0	1.780.000	0	0	0

OBJETIVO: 0527 - Prover a segurança da navegação aquaviária nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), mediante o desenvolvimento das atividades de controle e fiscalização do tráfego aquaviário e de formação dos operadores e usuários do sistema.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 01ZX - Desenvolvimento das atividades de auxílio à navegação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XX	0	527.200	0	0	0
2501	20.364.980	20.364.980	20.749.834	17.385.196	16.365.264
Total	20.364.980	20.892.180	20.749.834	17.385.196	16.365.264

• 01ZY - Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2510	88.352.928	89.639.379	87.458.887	73.967.459	72.051.903
Total	88.352.928	89.639.379	87.458.887	73.967.459	72.051.903

• 01ZZ - Registro e fiscalização de embarcações

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2502	4.162.500	10.162.500	7.828.993	7.306.983	7.120.544
Total	4.162.500	10.162.500	7.828.993	7.306.983	7.120.544

OBJETIVO: 0528 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Marinha, visando à ampliação da capacidade de defesa e segurança marítima.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0200 - Construção do protótipo de reator nuclear

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1421	261.690.704	261.690.704	246.736.668	181.933.631	181.345.033
14T7	0	85.405.640	0	0	0
Total	261.690.704	347.096.344	246.736.668	181.933.631	181.345.033

• 0201 - Manutenção, operação e descomissionamento de instalações e sistemas do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D66	26.635.342	26.635.342	26.425.812	20.526.625	20.130.661
Total	26.635.342	26.635.342	26.425.812	20.526.625	20.130.661

• 0202 - Desenvolvimento de sistemas e tecnologias operativas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XO	0	21.440.681	0	0	0
2A55	2.022.000	2.022.000	2.022.000	1.847.061	1.847.061
Total	2.022.000	23.462.681	2.022.000	1.847.061	1.847.061

• 047H - Pesquisa para o Desenvolvimento do Ciclo de Combustível Nuclear

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11TC	25.820.000	25.820.000	26.653.736	16.933.352	16.837.969
211D	0	723.333	0	0	0
Total	25.820.000	26.543.333	26.653.736	16.933.352	16.837.969

OBJETIVO: 0532 - Adequar os meios operacionais do Exército para assegurar a capacidade de defesa terrestre.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0208 - Obtenção de armamento e munição

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IK	54.262.984	54.262.984	45.380.427	19.833.415	19.833.415
Total	54.262.984	54.262.984	45.380.427	19.833.415	19.833.415

• 0209 - Obtenção de material individual, de estacionamento, aeroterrestre e demais Materiais de Emprego Militar (MEM)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11U2	2.880.000	2.880.000	2.153.168	1.189.289	1.189.289
11U9	2.400.000	2.400.000	2.391.372	1.068.337	1.061.667
11UT	1.600.000	1.600.000	1.599.747	349.781	349.781
14N4	0	1.327.352.000	1.327.351.999	48.303.867	44.064.489
20XF	0	3.160.527	0	0	0
8967	48.901.714	48.901.714	44.534.203	8.366.151	8.348.840
Total	55.781.714	1.386.294.241	1.378.030.489	59.277.425	55.014.066

• 020B - Obtenção de sistemas de artilharia antiaérea

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DB	3.842.000	33.174.766	3.832.596	1.414.898	1.414.898
Total	3.842.000	33.174.766	3.832.596	1.414.898	1.414.898

• 020C - Obtenção e modernização de equipamentos de engenharia

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2911	20.000.000	23.756.667	19.871.780	10.658.825	10.498.866
Total	20.000.000	23.756.667	19.871.780	10.658.825	10.498.866

• 020D - Obtenção e modernização de viaturas blindadas e da frota de veículos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20PZ	210.041.337	231.045.470	187.617.950	45.526.887	45.526.887
20XG	0	37.936.920	0	0	0
8968	145.952.589	156.041.741	148.161.357	90.420.513	90.241.108
8981	58.041.904	58.041.904	37.479.192	668.790	308.880
Total	414.035.830	483.066.035	373.258.498	136.616.189	136.076.875

• 020E - Obtenção, modernização e recuperação de aeronaves e simuladores para aviação do Exército

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2891	54.027.828	54.772.828	54.376.810	34.345.129	34.340.961
Total	54.027.828	54.772.828	54.376.810	34.345.129	34.340.961

• 04EC - Aquisição de Blindados Guarani

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14T4	0	22.000.000	0	0	0
Total	0	22.000.000	0	0	0

OBJETIVO: 0533 - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 020H - Proteção, segurança e desenvolvimento regional da Amazônia Legal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13F9	5.000.000	4.000.000	0	0	0
20AY	10.000.000	11.495.000	5.384.126	3.598.434	3.598.434
20X4	0	8.850.760	0	0	0
4091	1.000.000	1.000.000	181.390	84.526	84.526
4322	910.000	910.000	909.933	519.829	519.829
6808	1.000.000	1.200.000	1.128.466	681.915	681.915
8110	11.338.000	14.231.965	915.988	0	0
Total	29.248.000	41.687.725	8.519.902	4.884.703	4.884.703

OBJETIVO: 0534 - Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 020I - Implantação e integração dos centros de comando e controle do Ministério da Defesa e das Forças Armadas

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
1489	3.533.696	3.533.696	3.525.590	2.025.316	1.955.389
Total	3.533.696	3.533.696	3.525.590	2.025.316	1.955.389

- 020J - Implantação e operação do sistema de comunicações militares

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
20X5	0	3.194.803	0	0	0
2385	14.126.333	14.126.333	14.073.194	12.237.820	12.237.820
5132	7.070.499	7.070.499	7.091.199	15.681	15.681
5134	1.014.434	1.014.434	737.488	610.529	610.529
Total	22.211.266	25.406.069	21.901.881	12.864.030	12.864.030

- 020L - Intensificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteira

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
6499	6.560.082	7.216.090	5.796.396	3.028.432	2.963.670
Total	6.560.082	7.216.090	5.796.396	3.028.432	2.963.670

- 020M - Obtenção e tratamento de imagens e dados por sensoriamento remoto

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
4222	2.500.000	2.500.000	1.852.047	416.763	416.763
Total	2.500.000	2.500.000	1.852.047	416.763	416.763

- 020R - Realização de exercícios militares conjuntos

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
14SY	0	163.666.666	0	0	0
20X7	0	5.320.543	0	0	0
4229	29.678.181	32.645.999	23.474.238	16.705.111	16.144.348
Total	29.678.181	201.633.208	23.474.238	16.705.111	16.144.348

OBJETIVO: 0542 - Elevar a capacidade operativa do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do sua capacitação, adestramento e logística operacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0215 - Formação e capacitação de recursos humanos do Exército

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
8965	58.740.791	62.394.124	58.679.969	50.764.937	50.719.701
Total	58.740.791	62.394.124	58.679.969	50.764.937	50.719.701

• 0217 - Instrução militar e adestramento para a capacidade de prontidão do Exército

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
20XK	0	17.247.155	0	0	0	0
2900	10.700.000	11.226.667	8.876.895	7.546.634	7.453.372	
4450	472.011.211	565.586.037	444.650.240	213.688.007	211.957.245	
Total	482.711.211	594.059.859	453.527.134	221.234.641	219.410.617	

• 0218 - Logística operacional do Exército

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
2864	302.000.000	311.611.995	311.602.625	202.593.778	201.505.417	
2865	72.046.000	78.320.000	57.927.259	12.917.371	12.811.863	
2868	50.147.290	50.147.290	42.426.553	37.447.661	37.447.661	
2896	10.353.451	10.353.451	10.309.301	7.597.606	7.593.612	
2919	28.886.080	33.194.860	27.769.633	21.733.620	21.009.531	
8966	30.652.425	30.652.425	26.350.401	19.218.771	19.185.397	
Total	494.085.246	514.280.021	476.385.772	301.508.807	299.553.481	

• 04EA - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
14LW	0	22.124.666	0	0	0	0
Total	0	22.124.666	0	0	0	0

• 04EB - Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER)

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
14T6	0	90.692.666	0	0	0	0
Total	0	90.692.666	0	0	0	0

OBJETIVO: 0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0237 - Aperfeiçoamento e integração dos sistemas de serviço militar das Forças Armadas

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
2872	8.154.783	8.688.116	7.152.571	4.674.952	4.564.911	
Total	8.154.783	8.688.116	7.152.571	4.674.952	4.564.911	

• 023A - Implantação do SINAMOB, em rede nacional privada, de forma a permitir a realização de exercícios e a execução dos planos de mobilização

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	

20X3	0	43.333	0	0	0
4427	190.000	190.000	128.449	126.297	122.859
5136	160.000	160.000	111.766	75.104	75.104
Total	350.000	393.333	240.214	201.400	197.963

• 023D - Implantação e gestão do Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa (SIGLD)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6515	1.200.000	1.200.000	923.501	875.503	870.473
Total	1.200.000	1.200.000	923.501	875.503	870.473

OBJETIVO: 0552 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica do Exército, visando à ampliação da capacidade de defesa terrestre.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 023N - Implantação e modernização dos sistemas de comunicações, de guerra eletrônica e complementares de comando e controle

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IP	15.516.181	15.516.181	13.346.511	6.404.119	6.404.119
20IQ	4.700.000	4.700.000	1.709.055	716.064	716.064
20XE	0	8.993.701	0	0	0
2892	10.913.847	10.913.847	8.326.337	7.485.968	7.485.254
2897	19.954.048	19.954.048	18.144.179	12.050.122	12.013.065
4220	4.550.000	4.550.000	4.423.135	2.954.962	2.954.962
Total	55.634.076	64.627.777	45.949.216	29.611.236	29.573.464

• 023O - Pesquisa e desenvolvimento tecnológico de sistemas, equipamentos e materiais de uso de defesa e civil

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SC	1.450.000	1.450.000	1.201.286	605.816	605.816
20XJ	0	3.615.653	0	0	0
2769	658.799	658.799	658.759	455.090	455.090
2883	700.000	700.000	697.334	653.452	643.702
2A82	4.114.977	5.070.567	4.114.529	3.478.600	3.478.600
2D98	6.500.000	6.500.000	2.860.905	2.811.470	2.811.470
4403	25.340.803	25.340.803	21.938.167	11.583.990	11.572.321
4430	1.460.000	1.460.000	1.109.224	430.609	430.609
Total	40.224.579	44.795.822	32.580.204	20.019.027	19.997.608

OBJETIVO: 0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0249 - Desenvolvimento de ações de cooperação e intercâmbio militar não operacional com organismos internacionais e países inseridos no espectro do interesse militar e da Política Externa Brasileira

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

2D55	4.129.000	6.065.667	4.095.684	3.696.328	3.696.328
Total	4.129.000	6.065.667	4.095.684	3.696.328	3.696.328

OBJETIVO: 0971 - Adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 044V - Construção de próprios nacionais residenciais

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13D8	6.616.100	7.276.100	7.276.100	5.663.384	5.663.384
Total	6.616.100	7.276.100	7.276.100	5.663.384	5.663.384

- 044X - Construção e modernização de instalações militares

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14VX	158.853.000	173.121.412	34.371.195	0	0
20S9	31.013.000	54.025.759	34.025.676	19.701.939	19.021.256
Total	189.866.000	227.147.171	68.396.871	19.701.939	19.021.256

- 044Y - Desenvolvimento e implantação de sistemas institucionais

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SA	21.000.000	20.233.333	11.401.796	5.114.591	4.764.112
Total	21.000.000	20.233.333	11.401.796	5.114.591	4.764.112

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	422.282	496.870	215.442
Despesas Correntes	130.920	112.920	70.277
Despesas de Capital	291.362	383.950	145.165
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	422.282	496.870	215.442

OBJETIVO: 0397 - Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 016C - Adequação da infraestrutura do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) para atendimento aos projetos de veículos lançadores e veículos suborbitais nacionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2460	24.684.408	24.684.408	16.714.374	10.313.953	10.173.009
4422	912.000	912.000	910.147	630.753	557.584
4424	1.800.000	1.800.000	1.797.973	1.252.965	1.197.403
Total	27.396.408	27.396.408	19.422.494	12.197.672	11.927.996

- 016E - Desenvolvimento e lançamento de veículos lançadores nacionais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20V0	0	1.023.016	0	0	0
6239	25.557.530	25.557.530	25.404.101	18.536.576	18.276.474
Total	25.557.530	26.580.546	25.404.101	18.536.576	18.276.474

- 016G - Desenvolvimento, lançamento e industrialização de foguetes suborbitais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6240	3.500.000	3.500.000	995.605	962.934	962.934
Total	3.500.000	3.500.000	995.605	962.934	962.934

- 016J - Produção de normas e certificação de conformidade e de segurança de bens e serviços comerciais do setor espacial

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1C68	3.600.000	3.600.000	2.078.646	304.087	303.551
Total	3.600.000	3.600.000	2.078.646	304.087	303.551

OBJETIVO: 0398 - Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites,

por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 016L - Exploração dos serviços comerciais de lançamento pela Alcântara Cyclone Space (ACS) a partir de Alcântara

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0B18	85.000.000	101.666.667	85.000.000	85.000.000	85.000.000
Total	85.000.000	101.666.667	85.000.000	85.000.000	85.000.000

- 016O - Implantação do Complexo Espacial de Alcântara (CEA)

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7F40	112.011.455	140.577.940	111.986.295	24.287.934	24.287.444
Total	112.011.455	140.577.940	111.986.295	24.287.934	24.287.444

OBJETIVO: 0399 - Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 016R - Atração, formação e capacitação de pessoal para o setor espacial, contribuindo para a sua popularização

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20CB	3.000.000	3.000.000	2.523.986	1.097.500	1.097.500
2595	562.000	562.000	172.665	90.395	90.395
Total	3.562.000	3.562.000	2.696.651	1.187.895	1.187.895

OBJETIVO: 0555 - Desenvolver e ampliar o conhecimento das tecnologias críticas para garantir o uso autônomo das aplicações espaciais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 024Q - Desenvolvimento e utilização de plataformas orbitais e suborbitais de baixo custo para provas de conceito tecnológico e experimentos científicos

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4933	5.000.000	5.000.000	3.200.000	3.200.000	3.200.000
4934	5.000.000	5.000.000	3.723.104	3.723.104	3.723.104
Total	10.000.000	10.000.000	6.923.104	6.923.104	6.923.104

- 024U - Realizar e fomentar pesquisas para o desenvolvimento e aplicação das tecnologias de caráter estratégico para os sistemas espaciais de interesse nacional

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VB	0	5.464.952	0	0	0
4959	5.000.000	5.000.000	3.068.764	1.993.028	1.993.028
6704	10.000.000	10.000.000	6.823.157	4.698.233	4.698.233
Total	15.000.000	20.464.952	9.891.920	6.691.261	6.691.261

OBJETIVO: 0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e

missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02NA - Atualização e expansão da capacidade e das instalações para integração e testes de satélites, rastreio e controle de satélites, recepção, armazenamento e disseminação de dados

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2253	3.500.000	3.500.000	1.952.100	1.457.977	1.457.977
4195	11.200.000	11.200.000	8.482.809	5.076.170	4.606.331
4958	2.545.000	2.545.000	989.052	787.572	787.572
Total	17.245.000	17.245.000	11.423.961	7.321.719	6.851.880

- 02NB - Concepção e análise de viabilidade de novas missões espaciais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2010	4.000.000	4.000.000	2.019.739	1.079.523	1.079.523
20VC	0	18.956.240	0	0	0
Total	4.000.000	22.956.240	2.019.739	1.079.523	1.079.523

- 02NC - Desenvolvimento de instrumentação científica, pesquisa básica e tecnologia para clima espacial e ciências espaciais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10GK	6.500.000	6.500.000	5.918.167	1.837.972	1.837.972
2011	200.000	200.000	85.630	0	0
20UZ	0	3.910.848	0	0	0
4183	5.000.000	5.000.000	2.561.193	1.578.637	1.578.637
Total	11.700.000	15.610.848	8.564.990	3.416.608	3.416.608

- 02ND - Desenvolvimento de Satélite de Medida de Precipitação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ZH	200.000	200.000	200.000	0	0
Total	200.000	200.000	200.000	0	0

- 02NE - Desenvolvimento de Satélite Radar

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ZI	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000
Total	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000

- 02NG - Desenvolvimento do Satélite Amazônia-1

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ZJ	36.485.500	40.485.500	29.362.415	17.115.293	16.959.557
Total	36.485.500	40.485.500	29.362.415	17.115.293	16.959.557

• 02NH - Desenvolvimento do Satélite Lattes

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ZG	6.000.000	6.000.000	5.998.695	3.624.028	3.540.618
Total	6.000.000	6.000.000	5.998.695	3.624.028	3.540.618

• 02NI - Desenvolvimento do Satélite Sabia-Mar

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CO	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000
Total	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000

• 02NJ - Desenvolvimento do Sistema Geoestacionário Brasileiro

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B91	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	1.000.000	1.000.000	0	0	0

• 02NM - Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS-3

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ZK	3.000.000	3.000.000	2.425.728	2.385.728	2.338.551
Total	3.000.000	3.000.000	2.425.728	2.385.728	2.338.551

• 02NN - Desenvolvimento e lançamento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS-4

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ZL	56.624.098	52.624.098	31.384.697	24.007.889	23.612.827
Total	56.624.098	52.624.098	31.384.697	24.007.889	23.612.827

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	672.673	773.183	434.223
Despesas Correntes	495.237	566.419	412.880
Despesas de Capital	177.436	206.764	21.343
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	672.673	773.183	434.223

OBJETIVO: 0323 - Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país, para ampliar o acesso à medicina nuclear pela população brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00ZQ - Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12P1	32.000.000	28.075.636	568.594	200.689	153.380
Total	32.000.000	28.075.636	568.594	200.689	153.380

- 00ZR - Produção de radioisótopos e radiofármacos para a saúde

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2478	66.000.000	68.333.333	61.980.189	47.051.807	47.049.246
Total	66.000.000	68.333.333	61.980.189	47.051.807	47.049.246

OBJETIVO: 0325 - Expandir e implantar, em escala capaz de suprir a demanda nacional, o ciclo completo para produção do combustível nuclear.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 00ZX - Ampliação do parque industrial de reconversão, pastilhas e montagem do elemento combustível nuclear de Resende/RJ

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CQ	5.000.000	5.666.667	5.000.000	840.750	840.750
Total	5.000.000	5.666.667	5.000.000	840.750	840.750

- 00ZY - Descomissionamento das unidades minero-industriais do ciclo do combustível nuclear

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2013	14.097.675	15.375.729	10.932.180	7.514.291	7.514.291
Total	14.097.675	15.375.729	10.932.180	7.514.291	7.514.291

- 00ZZ - Expansão da unidade de Concentrado de urânio em Caetité/BA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CP	37.377.912	37.318.819	0	0	0
Total	37.377.912	37.318.819	0	0	0

• 0100 - Implantação da Fábrica de Tubos de Ligas Especiais Extrudados

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CS	2.500.000	2.583.333	0	0	0
Total	2.500.000	2.583.333	0	0	0

• 0101 - Implantação da Usina de Conversão de UF6

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CR	5.000.000	5.333.333	1.351.213	35.200	34.816
Total	5.000.000	5.333.333	1.351.213	35.200	34.816

• 0102 - Implantação da Usina de Enriquecimento com a contribuição da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1393	49.954.045	58.347.188	33.201.587	2.977.597	2.962.635
Total	49.954.045	58.347.188	33.201.587	2.977.597	2.962.635

• 0104 - Produção de elementos combustíveis para a operação dos reatores das usinas termonucleares brasileiras

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2482	397.383.616	482.376.893	425.253.310	336.617.294	314.793.540
Total	397.383.616	482.376.893	425.253.310	336.617.294	314.793.540

• 0105 - Realização de prospecção e pesquisa geológica em áreas com indícios de depósitos uraníferos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2012	4.306.571	4.333.280	4.209.221	1.860.862	1.860.862
Total	4.306.571	4.333.280	4.209.221	1.860.862	1.860.862

OBJETIVO: 0326 - Implantar programa de formação especializada do setor nuclear, envolvendo universidades e centros tecnológicos, voltados para os segmentos de pesquisa avançada, desenvolvimento tecnológico e indústria nuclear.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 0106 - Ampliação do programa de formação especializada para o setor nuclear

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B32	4.000.000	4.033.333	2.976.531	2.892.620	2.890.907
Total	4.000.000	4.033.333	2.976.531	2.892.620	2.890.907

OBJETIVO: 0327 - Fortalecer o sistema de regulação nuclear para garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear e das radiações ionizantes no país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0107 - Aperfeiçoamento das atividades de licenciamento e controle de instalações nucleares e radioativas e de salvaguardas nucleares

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UW	0	619.590	0	0	0
2466	6.285.894	6.285.894	4.030.325	2.849.911	2.784.792
2471	481.358	481.358	418.941	125.237	109.602
Total	6.767.252	7.386.842	4.449.266	2.975.148	2.894.394

OBJETIVO: 0328 - Desenvolver a tecnologia nuclear e suas aplicações para atender aos diversos usos na área civil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 010C - Pesquisa, desenvolvimento e inovação em tecnologia nuclear e suas aplicações

Ação	Orçamentos Fiscal e da Segurade Social				
	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CN	700.000	701.750	0	0	0
20UX	0	1.840.667	0	0	0
20UY	0	1.063.833	0	0	0
2463	2.060.280	2.779.194	2.057.689	865.925	848.925
2467	1.600.000	1.600.000	1.280.026	707.739	630.789
2469	4.200.000	4.200.000	3.903.142	2.171.117	1.893.386
2473	19.959.024	21.433.593	20.160.076	18.283.243	18.107.107
2961	4.000.000	4.000.000	3.671.252	2.426.295	2.373.607
6228	300.000	270.000	134.566	109.566	109.566
6833	12.181.578	12.181.578	11.255.484	5.147.793	5.071.858
Total	45.000.882	50.070.615	42.462.236	29.711.679	29.035.238

OBJETIVO: 0329 - Identificar e definir soluções para a deposição definitiva dos rejeitos radioativos de média e baixa atividade, visando a proteção da população e do meio ambiente.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 010D - Aperfeiçoamento das atividades de recolhimento e armazenamento de rejeitos radioativos

Ação	Orçamentos Fiscal e da Segurade Social				
	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2464	1.600.000	1.876.833	1.212.544	1.033.959	877.317
Total	1.600.000	1.876.833	1.212.544	1.033.959	877.317

- 010E - Implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível (RBMN)

Ação	Orçamentos Fiscal e da Segurade Social				
	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CM	400.000	398.417	52.985	47.016	47.016
Total	400.000	398.417	52.985	47.016	47.016

OBJETIVO: 0573 - Aprimorar as atividades de proteção ao programa nuclear e o atendimento a emergências

radiológicas e nucleares.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 027U - Atendimento a emergências radiológicas e nucleares

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			Execução	
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2468	400.000	620.333	400.000	72.204	39.786
Total	400.000	620.333	400.000	72.204	39.786

- 027V - Modernização da infraestrutura, dos procedimentos, da capacitação e do sistema normativo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON)

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			Execução	
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B27	885.403	1.052.070	498.027	392.303	377.908
Total	885.403	1.052.070	498.027	392.303	377.908

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	48.011	125.810	52.866
Despesas Correntes	45.681	105.481	40.696
Despesas de Capital	2.331	20.329	12.171
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	48.011	125.810	52.866

OBJETIVO: 0558 - Desenvolver pesquisa científica e ações de preservação ambiental para assegurar a ocupação das Ilhas Oceânicas, em particular, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a fim de garantir a conservação dos seus biomas terrestre e marinho e os direitos de soberania sobre a Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 024Z - Implantação, ampliação e manutenção da infraestrutura necessária à operacionalização das atividades científicas e ambientais nas ilhas oceânicas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2520	2.613.900	2.613.900	2.613.675	1.851.588	1.851.138
Total	2.613.900	2.613.900	2.613.675	1.851.588	1.851.138

OBJETIVO: 0560 - Desenvolver ações que promovam o conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, em águas nacionais e internacionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 025F - Fomento e aproveitamento sustentável do potencial biotecnológico da biodiversidade marinha

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4415	500.000	500.000	500.000	437.393	158.042
Total	500.000	500.000	500.000	437.393	158.042

OBJETIVO: 0561 - Ampliar e consolidar um sistema de observações dos oceanos, zona costeira e atmosfera, a fim de aprimorar o conhecimento científico e contribuir para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, variabilidade do clima e das mudanças climáticas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 025O - Operacionalização de Redes de Observação de coleta de dados oceanográficos e climatológicos e desenvolvimento de outros projetos de pesquisa que contribuam para o monitoramento dos oceanos e do clima

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2518	1.384.800	1.552.087	1.384.530	863.725	862.800
Total	1.384.800	1.552.087	1.384.530	863.725	862.800

OBJETIVO: 0563 - Realizar o planejamento e a gestão ambiental territorial da zona costeira, visando a redução de suas vulnerabilidades ambientais, sociais e econômicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 047I - Gestão ambiental territorial da zona costeira

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6642	300.757	300.757	59.798	59.798	59.798
8896	680.000	680.000	166.949	166.949	166.949
Total	980.757	980.757	226.747	226.747	226.747

OBJETIVO: 0564 - Garantir a presença na região antártica, desenvolvendo pesquisa científica diversificada de qualidade, com a preservação do meio ambiente, a fim de assegurar a permanência do Brasil como membro consultivo do Tratado da Antártida.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 025T - Fomento a projetos de pesquisa multidisciplinares e multi-institucionais, inclusive internacionais, no âmbito do Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR, incluindo seu sistema de avaliação e acompanhamento; e aquisição de equipamentos científicos

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4130	1.100.000	1.100.000	1.000.000	554.500	115.500
Total	1.100.000	1.100.000	1.000.000	554.500	115.500

- 025U - Implantação, operacionalização e manutenção da infraestrutura necessária à consecução do PROANTAR; realização de missões de apoio logístico às atividades científicas brasileiras na Antártica; e participação de delegações brasileiras nos fóruns do Sistema do Tratado da Antártica

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14ML	0	76.666.667	47.272.039	37.740.975	33.079.496
2345	9.779.300	10.092.633	10.001.021	9.762.806	9.755.706
Total	9.779.300	86.759.300	57.273.060	47.503.782	42.835.202

- 025W - Monitoramento dos impactos ambientais no ambiente antártico decorrentes das atividades brasileiras na região; estabelecimento de uma sistemática de monitoramento ambiental para o meio ambiente antártico e seus ecossistemas dependentes e associados; e desenvolvimento de instrumentos gerenciais para a melhoria do desempenho ambiental das Operações Antárticas

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6618	903.461	903.461	552.995	45.518	45.518
Total	903.461	903.461	552.995	45.518	45.518

OBJETIVO: 0991 - Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais, para fins de Aquisição de Direito de Exploração Mineral, e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 047J - Efetuar levantamentos geológicos marinhos na Plataforma Continental Jurídica Brasileira e em fundos marinhos de Águas internacionais

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LC	26.874.079	27.421.746	22.597.274	1.045.512	742.133
7112	3.625.000	3.728.333	3.618.606	337.652	260.405

Total	30.499.079	31.150.079	26.215.880	1.383.164	1.002.538
--------------	-------------------	-------------------	-------------------	------------------	------------------

• 047K - Exploração econômica de recursos minerais marinhos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13E5	250.000	250.000	0	0	0
Total	250.000	250.000	0	0	0

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	6.080.729	9.110.268	159.135
Despesas Correntes	481.625	470.657	135.086
Despesas de Capital	5.599.105	8.639.611	24.049
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	6.080.729	9.110.268	159.135

OBJETIVO: 0789 - Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial , contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 035P - Capacitação e cooperação em desenvolvimento regional e territorial

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2746	1.383.617	2.883.617	2.882.817	0	0
4640	5.018.500	5.476.150	1.431.877	401.312	397.038
4664	1.358.000	1.448.000	914.235	450.000	450.000
8917	1.500.000	1.500.000	128.920	0	0
Total	9.260.117	11.307.767	5.357.849	851.312	847.038

• 035Q - Elaboração de estudos e planos de desenvolvimento regional e territorial

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
140W	6.764.000	6.764.000	1.890.000	1.400.000	1.400.000
Total	6.764.000	6.764.000	1.890.000	1.400.000	1.400.000

• 035S - Estruturação e fortalecimento do Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N5	2.873.640	6.373.640	3.157.748	2.757.748	2.757.748
20WQ	0	56.286	0	0	0
210L	0	333	0	0	0
Total	2.873.640	6.430.259	3.157.748	2.757.748	2.757.748

• 035V - Implementação do Sistema Nacional de Informação para o Desenvolvimento Regional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8349	1.140.000	1.140.000	0	0	0
8892	2.573.860	2.573.860	376.872	376.872	376.872
Total	3.713.860	3.713.860	376.872	376.872	376.872

OBJETIVO: 0790 - Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 035Y - Aplicações dos Fundos de Desenvolvimento Regional

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0353	1.397.512.880	1.863.350.507	1.276.296.662	0	0
0355	2.022.481.635	2.679.242.180	2.005.081.635	0	0
0E83	87.000.000	582.400.000	0	0	0
Total	3.506.994.515	5.124.992.687	3.281.378.297	0	0

- 035Z - Criação e aperfeiçoamento de instrumentos de apoio, financiamento, investimento e incentivos fiscais para implementação da PNDR

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
140V	1.500.000	1.500.000	0	0	0
8350	100.000	100.000	0	0	0
Total	1.600.000	1.600.000	0	0	0

OBJETIVO: 0792 - Desenvolver sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 036O - Desenvolvimento de Programas de Inovação em Arranjos Produtivos Locais - APLs e cadeias produtivas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0502	202.943	202.943	0	0	0
Total	202.943	202.943	0	0	0

- 036Q - Desenvolvimento de Redes Regionais de Inovações

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8340	31.759.530	33.526.197	1.697.016	0	0
Total	31.759.530	33.526.197	1.697.016	0	0

- 036R - Difusão de novos produtos e tecnologias de produção, beneficiamento, gestão e comercialização

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8918	2.200.000	2.366.666	694.459	419.105	419.105
Total	2.200.000	2.366.666	694.459	419.105	419.105

OBJETIVO: 0793 - Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 036W - Disponibilização e manutenção do banco de dados sobre zoneamento e gestão ambiental territorial e promoção da elaboração de bases cartográficas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7965	270.000	270.000	148.391	148.391	148.391
Total	270.000	270.000	148.391	148.391	148.391

- 036X - Elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional, em suas múltiplas escalas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NL	1.020.000	1.020.000	13.500	13.500	13.500
20VT	0	50.000	0	0	0
7413	1.440.000	1.440.000	806.807	66.807	66.807
8689	1.000.000	1.116.667	530.482	0	0
8898	1.450.000	1.450.000	0	0	0
Total	4.910.000	5.076.667	1.350.790	80.307	80.307

OBJETIVO: 0840 - Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03G3 - Apoio e institucionalização de associações e cooperativas, inclusive com a consolidação de redes de APLs

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N9	7.751.372	7.884.705	6.160.040	2.262.574	2.262.574
Total	7.751.372	7.884.705	6.160.040	2.262.574	2.262.574

- 03G7 - Promoção e desenvolvimento de canais de comercialização, do encadeamento produtivo e do desenvolvimento de fornecedores fixados no território

Orçamentos Fiscal e da Segurade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N8	14.043.476	14.224.810	12.386.669	3.897.091	3.897.091
Total	14.043.476	14.224.810	12.386.669	3.897.091	3.897.091

- 03G8 - Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e arranjos produtivos locais

Orçamentos Fiscal e da Segurade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0506	40.500.000	42.000.000	6.000.000	0	0
12P6	450.000	933.333	0	0	0
14W2	0	113.990.000	74.828.000	0	0
20N7	227.381.726	211.020.059	41.516.527	5.649.185	5.649.185
20NC	200.000	200.000	198.919	137.342	130.845
20NK	129.729.414	122.756.081	12.538.701	317.691	317.691
211K	0	98.000.000	1.200.000	0	0
2E46	1.400.000	1.400.000	0	0	0
7K66	569.862.895	571.462.895	139.907.209	3.711.957	3.620.362
7S49	3.000.000	3.000.000	0	0	0
8902	413.722.191	417.979.857	52.712.807	10.564.538	10.527.938

Total	1.386.246.226	1.582.742.225	328.902.163	20.380.712	20.246.021
-------	---------------	---------------	-------------	------------	------------

OBJETIVO: 0978 - Consolidar um modelo de governança territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento, entre poder público e sociedade civil organizada, da formulação, gestão e controle das políticas públicas, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0466 - Apoio a processos de formação e de capacitação de agentes de desenvolvimento

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6466	11.748.000	9.348.000	5.201.275	0	0
Total	11.748.000	9.348.000	5.201.275	0	0

- 0468 - Gestão social do desenvolvimento territorial por meio da constituição e fortalecimento dos Colegiados Territoriais como instância de organização, planejamento, coordenação e controle social, do apoio às redes de colegiados e da consolidação dos sistemas de gestão, acompanhamento e avaliação

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2A99	24.475.000	24.475.000	21.297.280	8.691.065	8.640.926
Total	24.475.000	24.475.000	21.297.280	8.691.065	8.640.926

OBJETIVO: 0979 - Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0469 - Promoção da inclusão produtiva dos agricultores familiares nos territórios rurais, por meio da consolidação de empreendimentos econômicos e estruturação de redes socioprodutivas da agricultura familiar nos territórios rurais, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20S6	20.500.000	20.500.000	16.850.000	16.850.000	16.850.000
210X	0	29.716.667	0	0	0
8394	24.475.000	22.475.000	16.200.942	3.318.500	3.318.500
Total	44.975.000	72.691.667	33.050.942	20.168.500	20.168.500

OBJETIVO: 0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 046A - Apoio a projetos territoriais e intermunicipais de infraestrutura e serviços para dinamização econômica e comercialização, inclusão social e produtiva, promoção da cultura e da educação do campo, de logística e de organização da infraestrutura colegiada

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8991	470.532.157	486.132.157	245.357.422	3.152.986	3.152.986
Total	470.532.157	486.132.157	245.357.422	3.152.986	3.152.986

- 046C - Melhoria da infraestrutura viária municipal e territorial para escoamento da produção dos agricultores familiares por meio da aquisição de máquinas e equipamentos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12NR	233.854.845	1.422.454.845	1.274.245.592	0	0
Total	233.854.845	1.422.454.845	1.274.245.592	0	0

OBJETIVO: 0981 - Ampliar os direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial, por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, bem como de apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas instâncias colegiadas e nos comitês gestores de políticas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 046E - Execução de mutirões itinerantes para a emissão gratuita de documentação civil básica, a realização de atendimentos previdenciários e serviços de apoio à formalização, bem como a execução de ações educativas, visando a assegurar às trabalhadoras rurais o pleno exercício dos seus direitos sociais, econômicos e sua cidadania

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8402	29.682.900	29.682.900	18.790.379	7.573.708	7.392.725
Total	29.682.900	29.682.900	18.790.379	7.573.708	7.392.725

- 046F - Fortalecimento das ações de formação em políticas públicas e garantia da participação das trabalhadoras rurais nas instâncias colegiadas e comitês gestores de políticas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20T0	3.000.000	3.000.000	2.999.900	0	0
Total	3.000.000	3.000.000	2.999.900	0	0

OBJETIVO: 0982 - Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 046J - Atualização, manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2A84	1.000.000	800.000	140.311	123.233	123.233
Total	1.000.000	800.000	140.311	123.233	123.233

- 046K - Disseminar na sociedade brasileira os princípios da economia solidária, do comércio justo e do consumo consciente

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	1.000.000	1.000.000	0	0	0

- 046L - Implantação de espaços multifuncionais nos territórios com agentes de desenvolvimento solidário para a promoção de ações integradas de apoio aos empreendimentos econômicos solidários

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZL	0	833.333	0	0	0
8078	3.417.500	3.417.500	3.217.500	3.080.161	2.682.219
8138	5.350.000	5.350.000	471.484	238.573	238.573
Total	8.767.500	9.600.833	3.688.984	3.318.734	2.920.792

- 046M - Implantação do Sistema Nacional de Economia Solidária, incluindo o funcionamento do Conselho Nacional e realização da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8420	1.000.000	1.000.000	491.754	470.509	470.509
Total	1.000.000	1.000.000	491.754	470.509	470.509

OBJETIVO: 0983 - Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 046P - Certificação de produtos e serviços com garantia de origem social e ambiental

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JK	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	1.000.000	1.000.000	0	0	0

- 046Q - Desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais apropriadas à economia solidária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4827	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000
Total	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000

- 046R - Formação de trabalhadores, agentes, formadores, multiplicadores e gestores públicos da economia solidária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2A85	4.000.000	4.200.000	3.900.000	127.315	127.315
Total	4.000.000	4.200.000	3.900.000	127.315	127.315

- 046S - Implantação e consolidação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos Solidários e apoio ao Cooperativismo de Crédito Solidário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8056	4.200.000	4.200.000	2.120.234	1.428.503	1.428.503
Total	4.200.000	4.200.000	2.120.234	1.428.503	1.428.503

- 046T - Incubação, fomento, assessoramento técnico e apoio a empreendimentos econômicos solidários e suas redes e cadeia de produção, comercialização e consumo

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GG	245.231.915	220.708.724	83.105.189	75.707.551	75.707.551
20YT	0	1.199.000	0	0	0
4737	11.172.500	11.172.500	4.362.500	1.388.167	988.167
4850	4.000.000	4.000.000	3.326.409	2.591.398	2.274.590
Total	260.404.415	237.080.224	90.794.098	79.687.116	78.970.308

- 046W - Promoção e fortalecimento de feiras, espaços fixos e bases de serviço para comercialização de produtos e serviços da economia solidária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4739	2.000.000	2.000.000	1.980.000	1.319.348	1.319.348
Total	2.000.000	2.000.000	1.980.000	1.319.348	1.319.348

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	376.996	504.490	177.666
Despesas Correntes	350.438	349.649	175.137
Despesas de Capital	26.558	154.841	2.529
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	376.996	504.490	177.666

OBJETIVO: 0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 029L - Aprimoramento da gestão do patrimônio da União

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20EZ	1.549.295	1.239.436	130.978	120.900	120.900
20U4	0	1.420.164	0	0	0
2A37	3.126.248	3.126.248	2.705.792	1.782.273	1.782.273
4852	7.940.631	8.540.631	6.633.388	5.804.151	5.790.216
6738	11.775.434	11.775.434	4.009.913	1.095.118	1.094.084
8676	1.171.796	1.171.796	495.001	257.207	257.207
8688	6.553.890	6.263.749	2.248.606	405.218	405.218
8690	1.845.069	1.858.569	1.267.775	1.179.189	1.175.889
Total	33.962.363	35.396.027	17.491.453	10.644.056	10.625.787

- 029M - Aperfeiçoamento da gestão de processos e dos mecanismos para indução e fomento de melhorias e inovações na gestão na Administração Pública Federal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11W0	10.000.000	8.850.000	4.824.515	0	0
20TE	22.630.786	9.053.747	123.525	14.994	14.994
Total	32.630.786	17.903.747	4.948.040	14.994	14.994

- 029O - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira, para subsidiar a implementação de políticas públicas e o exercício da cidadania

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10NG	2.211.000	2.377.667	0	0	0
10RY	1.915.856	1.725.856	115.331	115.331	115.331
110G	14.266.284	14.266.284	13.385.377	12.527.783	12.515.731
11EF	346.349	346.349	310.055	82.084	82.084
11IA	344.258	344.258	167.478	167.478	167.478
12DU	212.076	192.076	0	0	0

12E0	1.122.100	1.012.100	0	0	0
147I	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000
14MX	0	102.957.920	0	0	0
1793	1.250.000	1.125.000	361.182	249.021	249.021
200J	352.401	352.401	189.693	181.590	181.590
20DA	2.972.000	2.872.000	333.884	332.461	332.461
20SM	809.000	728.100	720.000	650.000	650.000
20U6	0	9.877	0	0	0
20U7	0	3.457.524	0	0	0
20U8	0	243.194	0	0	0
2217	17.856.225	17.856.225	15.792.382	15.520.128	15.520.128
2219	300.000	300.000	299.474	293.625	293.625
2228	6.983.505	6.983.505	6.276.394	5.638.425	5.631.287
2229	1.596.661	1.446.661	1.384.384	1.371.557	1.371.557
2230	4.000.000	4.005.556	3.837.543	2.896.298	2.896.298
2231	923.537	923.537	639.870	566.963	566.963
2236	23.687.019	23.687.019	23.656.575	22.407.847	21.668.413
2665	972.631	892.631	820.907	652.552	652.552
3596	2.500.000	2.350.000	2.349.983	1.280.400	1.280.400
4227	9.834.287	9.234.287	7.746.077	6.569.760	6.547.479
4228	5.535.454	5.535.454	5.101.482	4.316.088	4.295.104
4727	9.088.705	10.243.038	9.035.423	5.448.883	5.426.388
5280	1.250.000	1.125.000	261.693	201.569	201.569
5292	2.000.000	1.800.000	1.508.536	1.508.536	1.508.536
Total	112.379.348	218.443.519	94.343.723	83.028.379	82.203.995

• 029Q - Coordenação, aperfeiçoamento e integração dos Sistemas Nacionais de Estatísticas e de Geociências

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12DT	3.994.200	3.704.200	3.617.868	3.038.623	3.038.623
20Q3	1.000.000	910.000	27.987	0	0
2C51	1.049.000	949.000	0	0	0
Total	6.043.200	5.563.200	3.645.855	3.038.623	3.038.623

OBJETIVO: 0605 - Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02D1 - Aperfeiçoamento e ampliação dos serviços eletrônicos disponibilizados à sociedade (E-Gov)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4838	1.900.000	1.100.000	288.153	43.138	43.138
Total	1.900.000	1.100.000	288.153	43.138	43.138

• 02D2 - Massificação e aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP - Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP - Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4858	50.000	50.000	0	0	0
4912	300.000	360.000	318.154	160.107	160.107
4917	4.988.540	4.596.353	4.043.838	2.047.004	2.047.004
7264	300.000	300.000	271.560	95.096	95.096
8520	7.853.000	7.242.150	2.181.400	0	0
Total	13.491.540	12.548.503	6.814.952	2.302.207	2.302.207

OBJETIVO: 0606 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas na administração pública federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02D4 - Aperfeiçoamento do planejamento, da organização, do dimensionamento e da gestão da força de trabalho, considerando perspectivas de médio e longo prazos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10M8	21.055.900	11.950.310	10.246.802	172.873	172.873
20U1	0	2.499.999	0	0	0
4064	6.561.400	6.561.400	5.876.521	4.487.917	4.487.917
6278	200.000	180.000	0	0	0
Total	27.817.300	21.191.709	16.123.324	4.660.789	4.660.789

- 02D5 - Desenvolvimento das políticas de atenção à saúde e segurança do trabalho e de previdência dos servidores públicos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20D3	6.700.000	6.030.000	2.840.303	515.943	499.543
Total	6.700.000	6.030.000	2.840.303	515.943	499.543

- 02D6 - Implementação de política de desenvolvimento de pessoas na Administração Pública Federal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20U9	0	50.000	0	0	0
2655	2.050.000	2.050.000	1.410.965	918.265	918.265
2D32	1.500.000	1.350.000	1.600	0	0
4066	9.440.000	8.496.000	5.728.539	4.956.207	4.956.207
4068	630.000	1.130.000	888.827	888.327	888.327
6273	700.000	630.000	563.404	495.804	495.804
6275	1.130.000	1.130.000	589.437	257.625	257.625
8862	850.000	765.000	191.600	43.655	43.655
Total	16.300.000	15.601.000	9.374.373	7.559.884	7.559.884

- 02D7 - Criação e fortalecimento dos instrumentos de democratização das relações de trabalho

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147G	1.000.000	1.000.000	997.400	544.890	544.890

20Q1	99.514	99.514	40.000	0	0
20QL	1.000.000	1.000.000	0	0	0
6274	1.500.000	1.000.000	200.000	7.579	7.579
Total	3.599.514	3.099.514	1.237.400	552.469	552.469

• 0483 - Promoção do desenvolvimento dos profissionais da área fazendária e promoção da cidadania fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10F0	87.000	69.600	32.600	0	0
2250	3.922.073	34.314.280	7.234.213	3.275.788	3.275.788
6227	4.970.706	5.467.776	5.043.159	3.709.153	3.702.555
6267	164.857	182.257	126.805	68.425	68.425
6268	131.142	131.142	131.142	130.675	130.675
7J90	5.000.000	5.000.000	0	0	0
Total	14.275.778	45.165.055	12.567.920	7.184.041	7.177.443

OBJETIVO: 0607 - Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

• 02D8 - Integração de ações, processos de trabalho e compartilhamento de recursos entre os órgãos da administração pública

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QM	2.430.000	2.430.000	2.214.489	1.151.032	1.151.032
8516	6.500.000	6.200.000	1.959.111	1.931.897	1.931.897
Total	8.930.000	8.630.000	4.173.600	3.082.929	3.082.929

• 02D9 - Aperfeiçoamento e disseminação de metodologias para o planejamento, o orçamento, o monitoramento e a avaliação das ações governamentais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Q2	1.000.000	900.000	184.236	18.621	18.621
20U0	0	186.668	0	0	0
4505	2.000.000	1.800.000	618.294	437.113	437.113
8861	1.550.000	2.015.000	884.997	557.911	557.911
8863	4.200.000	4.620.000	3.616.074	2.260.828	2.260.828
Total	8.750.000	9.521.668	5.303.602	3.274.473	3.274.473

• 02DA - Aperfeiçoamento de mecanismos para a gestão e compartilhamento de informações visando à produção de conhecimento e a melhoria do processo decisório

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20U2	0	9.675.094	0	0	0
2C57	1.000.000	500.000	79.250	45.000	45.000
8448	2.500.000	2.500.000	1.845.959	1.388.751	1.388.751
Total	3.500.000	12.675.094	1.925.209	1.433.751	1.433.751

- 02DB - Aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento intensivo dos projetos estratégicos

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
8785	2.000.000	2.426.667	833.883	304.346	304.346
Total	2.000.000	2.426.667	833.883	304.346	304.346

OBJETIVO: 0608 - Fortalecer a relação federativa de forma a promover maior cooperação e ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado, visando otimizar os resultados produzidos para a sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02DF - Aprimoramento dos mecanismos de articulação e cooperação federativa para a melhoria da gestão das políticas públicas no território

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
10UW	2.900.000	2.900.000	448.397	38.302	38.302
10UX	19.100.000	18.100.000	121.726	34.565	34.565
20D5	3.170.000	3.173.333	1.094.812	761.842	761.842
Total	25.170.000	24.173.333	1.664.935	834.710	834.710

OBJETIVO: 0609 - Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 02DI - Fortalecimento dos espaços de participação social e criação de novos mecanismos para ampliar a transparência e a participação da sociedade civil na formulação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
147H	1.000.000	400.000	0	0	0
2E24	7.150.000	7.150.000	6.844.626	3.255.027	3.164.293
4901	800.000	800.000	799.569	724.967	723.806
Total	8.950.000	8.350.000	7.644.194	3.979.995	3.888.099

- 02DM - Prover maior transparência às ações do Governo, com a divulgação de informações para o Governo e a sociedade

Ação	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
	Dotação		Execução		
LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago	
2804	24.100.000	22.868.333	19.952.604	15.333.602	15.333.602
Total	24.100.000	22.868.333	19.952.604	15.333.602	15.333.602

OBJETIVO: 0871 - Garantir base jurídica segura na formulação, implementação e defesa das políticas públicas, por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado Brasileiro em benefício da sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03KM - Fortalecimento da sustentabilidade jurídico constitucional de todas as políticas públicas nas etapas de formulação, implementação, monitoramento e avaliação

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2674	22.445.884	31.150.550	30.779.059	27.688.603	26.659.671
Total	22.445.884	31.150.550	30.779.059	27.688.603	26.659.671

- 03KP - Melhoria dos processos de avaliação, controle, gestão e qualificação dos serviços jurídicos prestados pela Advocacia Pública Federal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2673	2.500.000	642.176	642.176	578.561	578.561
Total	2.500.000	642.176	642.176	578.561	578.561

OBJETIVO: 0956 - Garantir segura base jurídica na formulação, implementação e defesa das Políticas Públicas, por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado Brasileiro em benefício da sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 0430 - Fortalecimento da sustentabilidade jurídico constitucional de todas as políticas públicas nas etapas de formulação, implementação, monitoramento e avaliação, bem como o aprimoramento contínuo da defesa judicial dessas políticas públicas;

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2672	1.550.000	2.010.000	1.970.200	1.610.410	1.604.704
Total	1.550.000	2.010.000	1.970.200	1.610.410	1.604.704

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	402.990	433.888	357.066
Despesas Correntes	390.191	381.877	339.094
Despesas de Capital	12.800	52.011	17.972
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	0	0	0
Totais	402.990	433.888	357.066

OBJETIVO: 0887 - Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03MM - Aperfeiçoamento e gestão do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2086	138.193.034	141.193.034	141.093.911	141.089.357	120.137.723
3599	31.596.636	34.441.289	31.596.636	30.602.544	29.480.812
Total	169.789.670	175.634.323	172.690.547	171.691.901	149.618.535

- 03MO - Aprimorar os processos de orientação e atendimento à sociedade em geral

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	959.340	959.340	955.402	955.402	955.402
Total	959.340	959.340	955.402	955.402	955.402

- 03MP - Autorização para funcionamento das instituições componentes do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e demais atos societários sujeitos a aprovação do Banco Central, bem como dos atos de concentração das instituições integrantes do SFN e seus efeitos sobre a concorrência

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2091	479.889	479.889	171.490	171.490	171.490
Total	479.889	479.889	171.490	171.490	171.490

- 03MV - Definição, regulamentação, implementação e controle dos instrumentos de política monetária, cambial e de crédito

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2098	10.471.899	10.464.020	8.451.345	8.451.345	8.451.345
20ZA	0	11.333.333	0	0	0
Total	10.471.899	21.797.353	8.451.345	8.451.345	8.451.345

- 03MW - Desenvolver programa de educação e inclusão financeira com foco na promoção de informação,

formação e orientação quanto às políticas monetária e cambial, ao planejamento financeiro, ao meio circulante e aos produtos e serviços disponibilizados pelas entidades

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RB	50.000	50.000	8.840	8.840	8.840
Total	50.000	50.000	8.840	8.840	8.840

- 03MX - Desenvolvimento de estudos e elaboração de normas relativas ao funcionamento do SFN e do mercado de câmbio e capitais estrangeiros, envolvendo a análise da regulamentação do sistema financeiro internacional, com vistas à adoção de padrões internacionais para a equalização de procedimentos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2099	107.440	107.440	105.179	105.179	105.179
Total	107.440	107.440	105.179	105.179	105.179

- 03N0 - Desenvolvimento e gestão dos sistemas de informação necessários à execução das atividades de Supervisão Bancária e Fiscalização do SFN, do Sistema Pagamentos Brasileiro, das Reservas Internacionais, do Sistema de Câmbio e Capitais Estrangeiros, do SML e do Sistema CCR

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2089	90.197.250	96.275.286	83.007.380	83.007.380	83.007.380
Total	90.197.250	96.275.286	83.007.380	83.007.380	83.007.380

- 03N6 - Formulação de diretrizes e proposição de medidas de políticas macroeconômicas e microeconômicas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2066	2.951.386	2.951.386	1.264.230	989.635	989.635
20Z6	0	353.333	0	0	0
Total	2.951.386	3.304.719	1.264.230	989.635	989.635

- 03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0556	44.265.000	44.265.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000
14IC	4.170.221	3.438.496	1.052.656	286.748	0
2074	11.235.279	11.235.279	5.429.736	2.903.949	2.903.949
2075	2.639.459	2.639.459	894.370	853.759	853.759
2076	1.066.521	1.066.521	1.016.652	846.243	846.243
2077	10.152.045	10.152.045	5.533.981	5.392.739	5.392.739
2081	41.591.764	41.591.764	39.004.622	37.826.463	32.588.598
20SG	600.000	600.000	298.773	268.773	268.773
20Z7	0	5.952.666	0	0	0
20Z8	0	6.667	0	0	0
4820	1.928.000	2.659.725	0	0	0
Total	117.648.289	123.607.622	88.230.791	83.378.674	77.854.060

- 03NE - Realização da supervisão e do monitoramento da atuação das instituições financeiras e das demais sociedades que operam no mercado financeiro, com a devida apuração das infrações às normas legais e regulamentares instituídas, além do monitoramento dos mercados financeiros e atendimento a denúncias e

reclamações dos cidadãos e atendimento a demandas dos diversos poderes

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2832	4.971.560	4.971.560	4.835.521	4.835.521	4.835.521
Total	4.971.560	4.971.560	4.835.521	4.835.521	4.835.521

OBJETIVO: 0889 - Propor e/ou aperfeiçoar medidas regulatórias voltadas às atividades econômicas, ao controle das estruturas de mercado e ao mercado de captação de poupança popular, com a finalidade de promover a livre concorrência e estimular o crescimento econômico sustentado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03NR - Instrução e análise de atos de concentração e processos administrativos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4562	34.738	16.773	16.772	16.772	16.772
Total	34.738	16.773	16.772	16.772	16.772

- 03NS - Regulação de atividades econômicas em moldes concorrenenciais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2068	34.738	34.738	30.702	30.702	30.702
Total	34.738	34.738	30.702	30.702	30.702

- 049Y - Homologação e acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2387	55.100	60.610	59.279	59.279	59.279
Total	55.100	60.610	59.279	59.279	59.279

OBJETIVO: 0894 - Desenvolver o mercado de valores mobiliários por meio de uma regulação clara e eficaz e de ações de supervisão e disseminação de informações, de modo a estimular a formação de poupança e ampliar, de forma sustentável e equilibrada, a sua aplicação em setores mais dinâmicos e inclusivos da economia brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03OG - Disponibilizar canais de comunicação para orientação e atendimento aos investidores e demais participantes de mercado, e desenvolver programa de educação financeira com foco no mercado de valores mobiliários

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WU	0	1.349.519	0	0	0
2205	885.399	885.399	560.262	405.535	405.535
Total	885.399	2.234.918	560.262	405.535	405.535

- 03OH - Impor penalidades aos infratores das Leis 6.404/76 e 6.385/76, das normas da própria CVM ou de leis especiais cujo cumprimento lhe incumba fiscalizar

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago

2203	858.139	858.139	794.964	580.579	576.653
Total	858.139	858.139	794.964	580.579	576.653

- 03OI - Realizar estudos para o aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da CVM junto ao mercado de capitais

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5089	240.000	240.000	0	0	0
Total	240.000	240.000	0	0	0

- 03OJ - Regulamentar o mercado de valores mobiliários, e assegurar o acesso do público a informações sobre os valores mobiliários e seus emissores

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2204	1.896.888	1.896.888	1.728.381	1.616.918	1.615.764
Total	1.896.888	1.896.888	1.728.381	1.616.918	1.615.764

OBJETIVO: 0895 - Desenvolver os mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, protegendo os direitos dos consumidores, por meio de regulamentação clara e eficaz, de ações de supervisão e de atendimento e orientação à sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03OM - Assegurar o crescimento e o desenvolvimento dos mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta, buscando a sua credibilidade, por meio de regulamentação clara e eficaz e de ações de supervisão com foco na prevenção de riscos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2214	480.000	480.000	342.800	316.380	301.070
Total	480.000	480.000	342.800	316.380	301.070

- 03ON - Desenvolver e aperfeiçoar produtos destinados à inclusão social e financeira de famílias de baixa renda, que enfrentam maiores riscos e encontram mais dificuldades na superação de crises, por meio dos microsseguros, desenvolvendo e aperfeiçoando novos produtos, menos onerosos (com menores custos administrativos e tributários) e com regras simples e fáceis de entender

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2215	375.000	375.000	338.342	306.362	261.970
Total	375.000	375.000	338.342	306.362	261.970

- 03OO - Desenvolver programa de educação financeira com foco nos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20S2	3.600	3.600	0	0	0
Total	3.600	3.600	0	0	0

OBJETIVO: 0897 - Promover o desenvolvimento dos profissionais da área fazendária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- 03OX - Promoção do desenvolvimento dos profissionais da área fazendária.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SH	500.000	500.000	260.557	138.092	138.092
Total	500.000	500.000	260.557	138.092	138.092

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Ministério do
Planejamento

